



Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Câmpus Marechal Cândido Rondon

Centro de Ciências Humanas, Educação e Letras - CCHEL

Programa de Pós-Graduação em História - PPGH

Área de Concentração: História, Poder e Práticas Sociais

# ANAIS DO VI SIMPÓSIO DE PESQUISA ESTADO E PODER

## *Estado, Poder e Revoluções*



### Financiamentos



11 a 14 de setembro de 2017  
Marechal Cândido Rondon – Paraná



**ANAIS DO VI SIMPÓSIO DE  
PESQUISA ESTADO E PODER**

*Estado, Poder e Revoluções*

# ANAIS DO VI SIMPÓSIO DE PESQUISA ESTADO E PODER

## *Estado, Poder e Revoluções*

(Evento de Âmbito Nacional)

### Promoção:

Linha de Pesquisa Estado e Poder  
Programa de Pós-Graduação em História, Poder e Práticas Sociais  
Grupo de Pesquisa História e Poder  
Colegiado do Curso de História  
Laboratório de Pesquisa Estado e Poder

### Organizadores dos Anais:

Paulo José Koling  
Edina Rautenberg  
Samuel Fernando da Silva Júnior  
Yuri Araújo Carvalho

### FINANCIAMENTOS:



### SECRETARIA

Laboratório de Pesquisa Estado e Poder  
UNIOESTE - Câmpus Marechal Rondon  
Rua Pernambuco, 1777 - CEP: 85960-000 - Fone: (45) 3284-7900

**ANAIS DO EVENTO:**

**VI SIMPÓSIO DE PESQUISA ESTADO E PODER**  
***Estado, Poder e Revoluções***

**(Evento de Âmbito Nacional)**

**COMISSÃO CIENTÍFICA:**

Alexandre Blankl Batista  
Carla Luciana Silva  
Claudia Monteiro  
Gilberto Grassi Calil

Marcio Antônio Both da Silva  
Paulo José Koling  
Rodrigo Ribeiro Paziani

**COMISSÃO ORGANIZADORA:**

Alexandre Blankl Batista  
Ana Cristina Hammel dos Passos  
Carla Luciana Silva  
Claudia Monteiro  
Edina Rautenberg  
Fábio Pontarolo  
Gilberto Grassi Calil  
Isabel Grassioli  
Marcos Alexandre Smaniotto  
Márcio Antonio Both da Silva  
Paulo José Koling  
Rodrigo Ribeiro Paziani  
Selma Martins Duarte  
Arthur Carpenedo Andreani  
Cíntia Mello  
Fabiana Chaparini  
Jakeline Foster

Jonas Christmann Koren  
Julius Daltoé  
Liliane Cristina Soares Sousa  
Luana Milani Pradela  
Samuel Fernando da Silva Júnior  
Yuri Araújo Carvalho  
Valdir Sessi  
Amanda Luisa Kunast Krummenauer  
Daniela Henrichsen  
Débora Campani  
Edgar Smiderle  
Elisangela de Melo Aguado  
Isabelli Grein  
Heitor Buzanello  
Luis Henrique Carminati  
Nicolas Pacheco de Alencar  
Patrick Guilherme Neves Borges

**Organizadores dos Anais:**

Paulo José Koling  
Edina Rautenberg

Samuel Fernando da Silva Júnior  
Yuri Araújo Carvalho

**Apoio:**

Colegiado do Curso de História – UNIOESTE  
Programa de Pós-Graduação em História – UNIOESTE  
Laboratório de Ensino de História – UNIOESTE  
Laboratório de História e Memória da Esquerda e das Lutas Sociais (LABELU-UEFS)  
Grupo de Estudos da Política da América Latina (GEPAL-UDEL)  
Grupo de Pesquisa Capitalismo e História (GPCH-UFG)  
Núcleo de Estudos do Território, Movimentos Sociais e Relações de Poder (TEMPO-UERJ)  
Núcleo de Estudos e Pesquisas em História Contemporânea (NEPHC-UFG)  
Núcleo de Estudos, Pesquisa e Documentação do Oeste do Paraná (CEPEDAL)  
Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas – Marx (NIEP-MARX/UFF)  
Grupo de Trabalho da Anpuh – História e Marxismo – GT HEM



Linha de Pesquisa Estado e Poder  
Grupo de Pesquisa História e Poder  
Programa de Pós-Graduação em História, Poder e Práticas Sociais  
Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE  
2019

**Ficha Catalográfica:**

Dados Internacionais na Catalogação-na-Publicação (CIP)  
(Biblioteca da UNIOESTE – Câmpus de Marechal Cândido Rondon – PR, Brasil)

S612a	Simpósio de Pesquisa Estado e Poder (6. : 2017 : Marechal Cândido Rondon) Anais [do] VI Simpósio de Pesquisa Estado e Poder / Organização de Paulo José Koling, Edina Rautenberg, Samuel Fernando da Silva Júnior, Yuri Araújo Carvalho – Marechal Cândido Rondon: UNIOESTE - Câmpus de Marechal Cândido Rondon: Programa de Pós-Graduação em História: Linha de Pesquisa Estado e Poder: Grupo de Pesquisa História e Poder, 2019. 336 p.
	Tema: Estado, poder e revoluções
	ISBN 978-85-68205-38-9
	1. Estado. 2. Poder. 3. Revoluções. I. Koling, Paulo José, org. II. Rautenberg, Edina, org. III. Silva Júnior, Samuel Fernando da. IV. Carvalho, Yuri Araújo, org. V. Título.
	CDD 22. ed. 320.11 320.01 CIP-NBR 12.899

Ficha catalográfica elaborada por Marcia Elisa Sbaraini Leitzke CRB-9ª/539

Todos os textos publicados nos Anais do VI Simpósio de Pesquisa Estado e Poder – *Estado, Poder e Revoluções* são de responsabilidade exclusiva dos seus autores.

# SUMÁRIO

	Página
<i>Amigo ‘Blanqui’ (2018)</i> .....	8
Rodrigo Ribeiro Paziani	
<i>Apresentação</i> .....	10
<i>A Constituição da classe burguesa agrária e a luta dos trabalhadores do campo: a relação entre hegemonia e poder e o modelo desenvolvimentista do campo brasileiro</i> .....	12
Ana Cristina Hammel	
<i>A Participação na II Guerra Mundial a favor da Alemanha na autobiografia “A Saga de um Gaúcho Obstinado”</i> .....	20
Andrey Tironi da Silva	
<i>O Estado Ampliado como ferramenta metodológica de análise das relações políticas em Chapecó – SC na década de 1960</i> .....	28
Arthur Carpenedo Andreani	
<i>A Construção das identidades sem terra em Quedas do Iguaçu – PR (1999-2014)</i> .....	34
Barbara Nagae	
<i>Entre o legal/ilegal e o formal/informal: capital e trabalho no comércio varejista no Paraguai</i> .....	43
Cíntia Fiorotti	
<i>O Discurso da mídia brasileira acerca da corrupção: o caso Lava Jato</i> .....	56
Débora Canguçu Rey	
<i>Breve balanço historiográfico sobre a Revolta dos Posseiros de 1957</i> .....	64
Ederson Fernando Milan dos Santos	
<i>O Fazer-se estado nas fronteiras: um estudo das relações entre trabalhadores fronteiriços e agentes estatais nos limites do Brasil</i> .....	71
Eric Gustavo Cardin	
<i>Uma análise da trajetória de Gernote Kirinus na região Oeste do Paraná (1970/1984)</i> .....	79
Fabiana Stahl Chaparini	
<i>Os Livres pobres e as estratégias de posse e uso da terra em Guarapuava/PR (1840-1889)</i> .....	84
Fabio Pontarolo	
<i>Os Limites da democracia no pensamento político da anarquista Emma Goldman</i> .....	92
Francioli Bagatin	
<i>Políticas de desenvolvimento social no Brasil: uma análise do reformismo frente às concepções teóricas de Rosa Luxemburgo</i> .....	100
Gabriel Pancera Aver	

<b><i>O Sexismo na legislação brasileira: uma análise histórica</i></b> .....	112
Gabrieli de Oliveira Prates	
<b><i>Elementos teóricos básicos para uma análise da industrialização latino-americana pela perspectiva da teoria marxista da dependência</i></b> .....	120
Geraldo Augusto Pinto	
<b><i>Estado e transição socialista</i></b> .....	129
Helder Gomes	
<b><i>A Reocupação de Cascavel e a criação da Coopavel como espaço de organização da classe proprietária e de viabilização das políticas de estado para o campo regional</i></b> .....	140
Irene Spies Adamy	
<b><i>A Autonomia do movimento dos trabalhadores de Goiás entre 1978 e 1985</i></b> .....	151
Isabella de Faria Bretas	
<b><i>Trabalhadores haitianos na cidade de Cascavel- PR (2010-2016)</i></b> .....	157
Joselene Ieda dos Santos Lopes de Carvalho	
<b><i>Rousseau e Hobbes no contexto dos direitos humanos</i></b> .....	166
Juliana Elis dos Santos Hoffmann e Marli Renate von Borstel Roesler	
<b><i>Ensaio da resistência: jornal O Combate, a voz solitária</i></b> .....	171
Layse Pereira Soares do Nascimento	
<b><i>Os Grupos dos Onze no Paraná: uma contextualização do golpe militar</i></b> .....	180
Luana Milani Pradela	
<b><i>O Sentido do trabalho sob o capitalismo monopolista: Sherwood Anderson nos Estados Unidos do início do século XX</i></b> .....	187
Lucas André Berno Kölln	
<b><i>A Omissão do Estado: a vulnerabilidade das pessoas transgêneras</i></b> .....	193
Luiz Augusto Mugnai Vieira Júnior	
<b><i>Neodesenvolvimentismo, neoliberalismo e crise política</i></b> .....	202
Marco Antonio Bestetti Paccola	
<b><i>Modernização conservadora, concentração fundiária e êxodo rural: contradições de uma microrregião no Oeste do Paraná</i></b> .....	210
Marcos Alexandre Smaniotto	
<b><i>Construcción y deconstrucción de la alteridad como estrategia de consolidación del poder estatal. “Índios muertos, negros invisibles” en Santiago Del Estero</i></b> .....	230
Oscar Humberto Gallardo	
<b><i>Mudanças organizacionais no trabalho e seus impasses na esfera educacional ...</i></b> .....	235
Paloma Mariana Caetano	
<b><i>A “Polícia mineira” da Baixada Fluminense: os esquadrões da morte do início dos anos 80 na obra de Percival de Souza</i></b> .....	243
Rafael Freitas Ocanha	
<b><i>Campo em contraste: expansão das commodities e os impactos sobre a estrutura agrária no Sudoeste do Paraná (1975/2006)</i></b> .....	249
Ricardo Callegari e Elisandra Aparecida de Campos	

<i>A Extensão do grupo globo: de TV à editora</i> .....	257
Ricardo Krupiniski	
<i>Cinema de horror e o conservadorismo estadunidense na década de 1980</i> .....	266
Rodrigo Candido da Silva	
<i>Veja e a cobertura jornalística sobre o colapso da URSS</i> .....	274
Sabrina Rodrigues Marques	
<i>Pressões e protagonismos na trajetória de trabalhadores de Marechal Cândido Rondon – PR (2000-2017)</i> .....	284
Saionara Lagos	
<i>A Ideologia burguesa de transição nas Diretas Já (1983-1985): passivização social e a manutenção da transição conservadora no Brasil</i> .....	291
Samuel Fernando da Silva Junior	
<i>Mujeres Libres e a experiência de emancipação feminina durante a revolução espanhola</i> .....	299
Talita Sobrinho da Silva	
<i>Terrorismo de Estado e universidades</i> .....	307
Veridiana Bertelli F. de Oliveira	
<i>A Educação estética como possibilidade de emancipação sociopolítica</i> .....	317
Victor Hugo de Oliveira Pinto	
<i>Imprensa, anticomunismo e projetos de classe em Ribeirão Preto: desdobramentos analíticos sobre a atuação de Antônio Machado Sant’Anna nas décadas de 1950-1960</i> .....	326
Yuri Araujo Carvalho	
<b>ANEXOS</b>	
<i>Cartaz do VI Simpósio de Pesquisa Estado e Poder</i> .....	332
<i>Programação Geral do VI Simpósio de Pesquisa Estado e Poder</i> .....	333





## AMIGO 'BLANQUI' (2018)<sup>(\*)</sup>

Amigo Blanqui  
Seja lá onde estiveres  
Escuta aqui meu desabafo  
Um desabafo abafado  
Choroso, dolente,  
Mas sincero  
Espero que não se importe com o bafo  
A Osvaldo Aranha, o Parque Farroupilha  
E a lata de cola...  
Ouça o que tenho a lhe dizer  
Enquanto tu animas a gauderiada por aí  
Com rock n' roll e hardcore:

Você foi luz  
Raio, estrela e luar  
Noite de São João  
Manhã de Sol  
Sob um céu de Blues  
Que passou por aqui  
E na dança das minhas lágrimas  
Lembrou-me que existe uma estrada que nos  
leva a algum destino.

Você foi algo assim assim  
Um sujeito diferente, inquietante  
Quase uma faxineira... fascinante  
A fazer-me passar a tarde inteira  
Procurando uma palheta dentro da gaveta  
A gaveta dentro do congelador  
A geladeira dentro da banheira  
E a banheira no meio do corredor  
Para descobrir enfim  
Naquele teu sorriso de marfim  
Que o teu caso não tinha cura:  
A palheta não estava lá  
Mas cá em teus dedos.

Companheiro  
Nos deixaste antes do combinado  
Todo mundo anda meio desconsolado  
A cabeça girando  
Se perguntando  
Que país é este?  
Faroeste caboclo?  
Teatro dos vampiros?  
Mais do mesmo?  
Pra continuar vivendo  
Somente maluco beleza  
Numa velha roupa colorida!

Como sabes muito bem, amigo  
Por aqui o tempo não pára  
Nossos inimigos (ainda) estão no poder  
Continuam a repetir o passado e negar o futuro  
Querem que a gente se acostume ao escuro  
E apague de vez a luz da razão...

... Mas isso não!  
Não vamos dar essa colher de chá  
Temos o nosso próprio tempo  
Tempo de lutar  
Ainda é cedo para desistir  
Nunca é demais resistir  
Cantando contigo  
Aquele trecho da tua paródia dos Beatles:  
*"Ele mente, ele esconde, distorce  
A situação do Paraná  
O nome dele é Beto Richa  
Carlos Alberto Richa"*.

Desculpe camarada  
Se tudo isto agora não vale nada  
Quando tua voz  
Nossa voz  
Se cala  
Mas preciso compartilhar um sentimento:  
Não sei por que você se foi.  
Quantas saudades vou sentir  
Sentiremos  
Confesso que desconheço:  
Não se mede essas coisas...  
De tristeza vou vivendo  
Na alegria de poder de novo  
Sorrir...  
Sei que aquele adeus não pude dar  
Nenhum de nós realmente pôde dar  
Porém não te esqueças:  
Você marcou as nossas vidas  
Viveu, morreu e reviverá nas nossas histórias  
Podes estar certo de que não existirá medo e  
solidão a bater  
Na porta dos nossos corações.

Amigo  
Encerro este singelo desabafo  
Atravessado de tristeza, lágrimas  
E nosso bafo a essa altura da manhã  
Com um pequeno versinho:



Amigo Blanqui  
Podias não ser um fuscão preto  
Com o seu ronco maldito  
A desmoronar um castelo tão bonito  
Mas eras feito de aço

Nosso peito, mesmo em pedaço,  
Guardará a admiração, o carinho e o respeito  
por ti.

*Um terno abraço  
Dos teus amigos.*

(\*) Autoria da Poesia:  
Prof. Dr. Rodrigo Ribeiro Paziani

### **MESA REDONDA: ESTADO E MOVIMENTOS SOCIAIS**

**Debatedoras:** Débora Maria da Silva e Vera Lúcia Gonzaga dos Santos (Representantes do Movimento “Mães de Maio” – SP/Brasil)

**Coordenador da Mesa:** Prof. Dr. Alexandre Blankl Batista



Registro da Mesa Redonda com a participação do Prof. Dr. Alexandre Blankl Batista, *in memoriam*, Coordenador Geral do VI simpósio de Pesquisa Estado e Poder – *Estado, Poder e Revoluções* –, realizada no dia 13 de setembro de 2017, no horário das 19:00 às 22:00 horas, tendo por ambiente o Tribunal de Júri, do Câmpus de Marechal Cândido Rondon.

Consideramos que esta Fotografia seja a demonstração mais expressiva que podemos realizar, em reconhecimento à dedicação e ao comprometimento que o Prof. Dr. Alexandre Blankl Batista teve para com a 6ª. Edição desse evento durante todo o ano de 2017. Hoje, cabe-nos *rememorar* nosso Colega de Trabalho e de Lutas: “*Blankl, sempre Presente!*”.



## APRESENTAÇÃO

O *VI Simpósio de Pesquisa Estado e Poder: Estado, Poder e Revoluções*, promovido pelo Grupo de Pesquisa História e Poder e pela Linha de Pesquisa *Estado e Poder* do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) – Câmpus de Marechal Cândido Rondon, tem como objetivo viabilizar a apresentação e discussão das pesquisas relacionadas à vasta problemática que envolve as relações de poder e a configuração do Estado, em sua dimensão ampliada, e aprofundar esta discussão no que se refere aos processos revolucionários desenvolvidos nos últimos cem anos, a partir da Revolução Russa.

A organização do Evento é de responsabilidade dos docentes e discentes vinculados à Linha de Pesquisa Estado e Poder do Programa de Pós-Graduação em História, Poder e Práticas Sociais (PPGH), ao Grupo de Pesquisa *História e Poder* e ao Laboratório de Pesquisa Estado e Poder (pesquisadores, doutorandos, mestrandos, graduandos e bolsistas e professores da rede estadual de ensino fundamental e médio), contando ainda com o apoio e parceria de diversos grupos de pesquisa de outras Universidades Estaduais e Federais e de Instituições de pesquisa.

A Linha de Pesquisa Estado e Poder tem por objeto de ensino e de investigação as práticas sociais relacionadas ao Estado e ao Poder. A abordagem que orienta seus integrantes concebe o Estado em seu sentido amplo, compreendendo a articulação entre sociedade civil e sociedade política e abarcando aspectos diversos das relações estabelecidas entre os agentes sociais e as agências. Compreende-se que o poder é exercido no interior da sociedade política, mas também através da intervenção das mais variadas organizações constituídas no âmbito da sociedade civil. O exercício do poder e a produção de hegemonia abrangem, portanto, esferas diversas, como a gestação e a afirmação, a crítica e a contraposição de projetos sociais, as elaborações intelectuais e as políticas partidárias, a organização dos diferentes grupos e classes sociais, a constituição de aparelhos privados de hegemonia, o gerenciamento e a disseminação de ideologias e projetos sociais.

O Simpósio de Pesquisa Estado e Poder teve sua primeira edição no ano de 2007 e tem periodicidade bianual e sua abrangência envolve pesquisadores, instituições e universidades no âmbito nacional e mesmo internacional, conforme a edição de 2017 que completou os 10 anos de continuidade do evento. A temática central da Sexta Edição propôs refletir sobre os processos revolucionários em suas diversas dimensões constituintes – sujeitos sociais e grupos políticos, embate entre projetos hegemônicos na construção dos processos revolucionários, conteúdo social, formas de transição e afirmação da nova ordem revolucionária, revolução e contrarrevolução, revoluções burguesas e revoluções socialistas, a atualidade do debate em torno do conceito de Revolução, etc. Interessa-nos pensar a historicidade dos distintos processos revolucionários, suas especificidades e contradições e seus percursos e desdobramentos, assim como os embates na historiografia e nas mídias que produzem interpretações conflitantes e disputam a produção de uma memória social e mesmo das práticas sociais dos sujeitos/agentes e agências. Ao mesmo tempo, é relevante refletir sobre o caráter do Estado e as dimensões constitutivas de seu poder, assim como das formas históricas e regimes políticos produzidos para impedir ou confrontar processos revolucionários, tais como bonapartismos, autocracias burguesas, contrarrevoluções preventivas e democracias blindadas – conceitos em permanente debate e cuja atualidade é nítida. Interessa, ainda, refletir sobre as experiências históricas de gestação e afirmação de projetos revolucionários na sociedade brasileira e latino-americana em diferentes contextos e conjunturas históricas, bem como as formas de repressão e resistência a que essas nações e povos foram submetidos.

Nessa Edição do Simpósio de Pesquisa Estado e Poder – *Estado, Poder e Revoluções* –, conforme pode ser visualizado no segundo anexo (Programação Geral) foi constituído por seis



mesas redondas – com participação de integrantes das várias Universidades, Instituições e Movimentos Sociais, uma conferência e 66 apresentações de comunicações acadêmicas, distribuídas em 23 sessões. Todavia, para os Anais do VI Simpósio estão sendo publicados 38 textos completos das comunicações realizadas.

Mesmo que não seja parte integrante dos Anais, é importante frisar que outro resultado acadêmico e científico do VI Simpósio de Pesquisa foi a publicação do livro *Estado, Poder e Revoluções: reflexões em um mundo em crise*<sup>1</sup>, organizado pelos professores Alexandre Blankl Batista, Carla Luciana Silva, Gilberto Calil e Rodrigo Paziani, que contém 11 capítulos de autorias de integrantes de mesas redondas e de sessões de comunicação realizadas no evento, cada qual abordando os temas apresentados e discutidos no evento.

A realização do Simposio no ano de 2017, com uma diferença de poucos dias a mais, coincidiu com a passagem do primeiro aniversário do Golpe de Estado de Agosto de 2016, cujos desdobramentos já sinalizavam os riscos ao futuro da democracia no país, assim como as medidas antissociais e antipopulares adotadas pelo governo de Miguel Temer, conforme a cartilha da “Ponte para o Futuro”.

Como é de conhecimento público, a produção científica e tecnológica no país vive sua maior crise, asfixiada por políticas deliberadas de desmonte do Patrimônio Público, dos serviços públicos e dos servidores públicos, notadamente, os vinculados ao poder executivo em todas as esferas da federação. A realização de um evento de âmbito nacional nestas circunstâncias tornou-se uma tarefa extremamente difícil. Os interessados em participar, em sua grande maioria, não contavam mais com financiamento que viabilizasse sua participação, quando não, impusibilitou a participação de inscritos. O contingenciamento de verbas obrigou a opções também difíceis aos organizadores e a insegurança permeou todo o processo, pois mesmo com o apoio que foi recebido, através das agências de fomento somente foi liberado poucos dias antes do início do evento, uma praxe completamente equivocada e, diga-se de passagem, antieconômica ao erário público. Nestas condições, por sua vez, agradecemos enormemente a todos aqueles que tornaram possível a realização do VI Simpósio (convidados, apresentadores de trabalhos e ouvintes) e garantiram sua qualidade. De certo modo, o próprio evento se constituiu numa prática de resitência e um passo a mais na construção da democracia e de um projeto social de nação incluyente e solidário.

Marechal Cândido Rondon (2019).

Organizadores dos Anais



Este Evento foi dedicado à memória de Lucas Patschik, pesquisador que fez seu Mestrado no PPGH.

<sup>1</sup> BATISTA, Alexandre Blankl [et al.] (orgs.). *Estado, poder e revoluções: reflexões em um mundo em crise*. Porto Alegre: FCM, 2019. 210 p.





## A CONSTITUIÇÃO DA CLASSE BURGUESA AGRÁRIA E A LUTA DOS TRABALHADORES DO CAMPO: A RELAÇÃO ENTRE HEGEMONIA E PODER E O MODELO DESENVOLVIMENTISTA DO CAMPO BRASILEIRO

Ana Cristina Hammel<sup>2</sup>

**Resumo:** Este trabalho busca, neste momento, identificar a construção e consolidação da burguesia agrária e os conflitos com os trabalhadores sem terra ou com pouca terra, na região centro sul do Estado do Paraná. Esta região reflete a opção social do modelo de desenvolvimento capitalista em suas diferentes configurações. Com o objetivo de apresentar o processo de luta e construção da hegemonia burguesa na relação com o Estado e o poder público governamental, a pesquisa recupera as disputas/conflitos estabelecidos no processo de apropriação do território, como local de produção de vida dos trabalhadores rurais sem terra, como relação de acumulação de capital aos donos dos latifúndios, ou ainda como concentração da propriedade da terra e o estabelecimento da dominação e do poder de uma fração da classe dominante agrária. A região estudada tem a marca de um processo de recolonização recente, consolidada na violência e na exclusão dos povos originários e dos posseiros pobres, dirigidas por empresas colonizadoras e agentes e agências do Estado do Paraná. Também representou uma disputa jurídica territorial realizada entre o Estado nacional e a unidade da federação. Os condicionantes históricos levaram ao fortalecimento de uma estrutura agrária mercadológica, pautada no patronato e na lei da “pistola/bala”, em contraposição à resistência e à dominação produzidas por movimentos sociais, que disputam por terra e poder, sendo um exemplo disto o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Sendo assim, a pesquisa está centrada no estudo dos conflitos agrários nesta região, recuperando as produções bibliográficas sobre a constituição das relações de poder, da hegemonia/consenso e do Estado, a partir da perspectiva gramsciana. Neste sentido, dois blocos de sujeitos sociais estarão no palco desta análise: o MST (organização dos trabalhadores sem terra) e os latifundiários, (integrados ao agronegócio).

**Palavras-chave:** Questão Agrária; Conflito; Poder; Hegemonia

### Introdução

O presente trabalho ainda na fase inicial da pesquisa sistematiza algumas leituras em fontes bibliográficas sobre a luta pela terra e a construção das relações de poder na região centro sul do Paraná, mais especificamente nos municípios de Quedas do Iguaçu, Rio Bonito do Iguaçu, Nova Laranjeiras, Espigão Alto do Iguaçu e Laranjeiras do Sul.

Esses municípios compõem o chamado território da Cantuquiriguaçu, localizado entre as regiões oeste e centro sul, são vinte municípios que compõem o programa Territórios da Cidadania<sup>3</sup>, uma ação do governo federal de combate a pobreza, em regiões de risco social.

A partir dos estudos da disciplina Hegemonia e Poder, cursada em função do processo

<sup>2</sup> Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História, na Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Unioeste, Câmpus de Marechal Cândido Rondon, vinculada a linha de pesquisa Estado e Poder. E-mail: hammel.anacristina@gmail.com.

<sup>3</sup> Os territórios da cidadania foram criados entre os anos de 2008 a 2010, com objetivo de levar o desenvolvimento econômico e universalizar os programas básicos de cidadania. Trabalha com base na integração das ações do Governo Federal e dos governos estaduais e municipais, em um plano desenvolvido em cada território, com a participação da sociedade. Em cada território, um Conselho Territorial composto pelas três esferas governamentais e pela sociedade determinará um plano de desenvolvimento e uma agenda pactuada de ações (MDA, 2008, p. 03).



de doutoramente e da intenção da pesquisa de identificar no conflito agrário latente na região, foi possível contato com autores que se dedicam a entender o processo de consolidação do sistema capitalista e as relações de dominação entre as classes e o papel do Estado.

Estes autores ajudam não apenas a entender o conflito na região, mas explicitam a opção por um modelo de desenvolvimento nacional, e os papéis sociais no interior de cada classe. O modelo de colonização, a posse da terra, a relação entre classe social e Estado são elementos centrais para qualquer análise que tenha como horizonte potencializar a luta dos trabalhadores na construção de um outro modelo societário.

Neste sentido o trabalho ainda em sua fase inicial recupera as sínteses já produzidas pela vasta bibliografia e a problematiza a partir deste acúmulo teórico, que longe de estar esgotada busca produzir novas sínteses, sistematizadas em três partes articuladas.

A primeira apresenta a região do conflito, ainda que brevemente, pois ainda não foram sistematizadas as fontes sobre este processo na região. A segunda apresenta o referencial teórico em conexão com os conflitos da região, aqui busca definir o papel do Estado, a construção do consenso e da hegemonia e a relação intra e entre as classes sociais na disputa do poder e do espaço no mundo do trabalho e por fim nas considerações se coloca as relações ainda que não definitivas da luta dos trabalhadores neste contexto de conflito, confronto e produção da materialidade destes sujeitos sociais.

### **Concentração de Terras, burguesia agrária e a lutas dos trabalhadores na região Centro Sul**

A questão agrária no Paraná não é diferente do cenário nacional, o relatório apresentado a partir da II Pesquisa Nacional sobre Educação em áreas de Reforma Agrária, no Estado do Paraná (IPEA), de 2016, apresenta embora de forma superficial, dados interessantes que refletem o conflito agrário no estado.

Dentre eles destaca-se o aumento da concentração de terras no cenário nacional, que entre os anos de 2010 a 2014, registrou que cerca de seis milhões de hectares passaram para grandes proprietários no país.

No Paraná segundo os índices de Gini<sup>4</sup> (IBGE, 2006) registrou um aumento de 0,749 para 0,770 no período de 1995 a 2006. Esta concentração é endêmica no país, fruto de um processo de colonização arbitrária que estabelece um pacto colonial de subordinação dos povos aborígenes e a exploração das riquezas naturais.

O processo de ocupação do Paraná, segundo este pacto coube aos espanhóis, após divergências e acordos intermediados pela bula papel de 1943 e depois pelo Tratado de Tordesilhas em 1495. (GRODIN, 2007). A disputa territorial estabelecida entre espanhóis e portugueses configuram num massacre sangrento de indígenas e colonizadores. Este impasse é resolvido com a expulsão dos jesuítas em 1759 e o extermínio das reduções jesuíticas.

Sapelli (2013) analisa o processo de ocupação destas terras como uma disputa inscrita no seio da classe dominante, para a autora “a ocupação das terras do Paraná expressa o movimento da classe dominante, na busca da expansão das suas propriedades, da produção da riqueza e no embate entre eles e os trabalhadores”.

A região centro sul traz as marcas destas disputas, um latifúndio com cerca de 96 mil hectares de posse da empresa Giacomet Marodin, expressa a opressão, o medo e a violência contra os trabalhadores pobres e com pouca terra.

O cenário local, medido a partir do Índice de Desenvolvimento Humano classificam

<sup>4</sup> O Índice de Gini é um instrumento para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo, ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de zero a um (alguns apresentam de zero a cem). O valor zero representa a situação de igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda. ([http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com\\_content&id=2048:catid=28&Itemid=23](http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2048:catid=28&Itemid=23))





esta região entre as mais pobres do estado, a miserabilidade do povo, a falta de políticas públicas e de investimento, trazem a tona o debate do papel do Estado e do uso e posse da Terra. Mariathogui, ao analisar o caso da América Latina, no início dos anos de 1900, mais especialmente do Peru, faz a reflexão sobre as consequências da concentração da terra e do modelo de desenvolvimento ao qual o país foi submetido, tendemos concordar com o autor quando em suas reflexões aponta o latifúndio/ concentração de terras como o vetor da pobreza, do desemprego e da violência nas regiões de maior concentração de terras.

O Brasil consolidou uma forte ligação entre o poder da terra e o Estado nacional, a burguesia agrária se consolidou em diferentes espaços do poder, isto se deve ao papel atribuído a esse país na ordem do capitalismo mundial, que constitui algumas especificidades da formação do Estado brasileiro, composto por uma elite agrária atrasada, coronelista e patrimonialista. (FERNANDES; BOITO JUNIOR)

O olhar sobre a realidade brasileira e da América Latina nos remete à questão fundamental, que precisa ser considerada, neste e em outros espaços. Diferentes estudiosos se remetem à questão de formas específicas, e mesmo entre os marxistas não há consenso. A questão agrária passa a ser uma expressão de luta de classes que precisa ser entendida e potencializada entre os trabalhadores.

Entre as vertentes teóricas que debatem a temática, pelo menos três teorias do desenvolvimento do capitalismo na agricultura, retomaremos aqui: a via prussiana, de Kautsky; a via Junquer, de Lenin; e a via Suíça, de Arrigui e Pisseli. Antes mesmo de detalhar, brevemente, cada uma dessas vias, recuperamos como a agricultura assume um papel central ao longo do desenvolvimento humano, a relação com a terra e a apropriação por determinadas famílias/grupos são aspectos determinantes na análise da organização social. No capitalismo isso é resignificado em suas diferentes fases. Marx quando analisou o campesinato, muito brevemente, pois não era seu objeto de estudo, fez isso dentro de um contexto histórico. Portanto, como em toda a teoria marxiana, isso precisa ser considerado, uma vez que a dinâmica da história muda as análises, portanto a tática e a estratégia.

O primeiro ponto de destaque que Stedille traz em sua análise é o conceito de agricultura e, logicamente, o agricultor, não enquanto classe a priori, mas como uma profissão. Isso é importante na medida em que estabelece a necessidade de organização desses povos, retomando o conceito trabalhado anteriormente do que é classe social.

A análise histórica da relação de posse e uso da terra no remete ao modo de produção e formação social dele decorrente. O comunismo primitivo se caracteriza pelo uso comum e temporário da terra, ela garantia a sobrevivência do grupo ou da tribo. No escravismo o domínio, a posse, se estabelece pela relação de força, poder militar, o Estado tem a posse dos trabalhadores e da terra. O feudalismo mantém o domínio militar, mas estabelece uma nova relação de dominação determinada fortemente pelo poder da Igreja católica, que também era um grande latifundiário. Outra forma de organização é o modo de produção asiático, cujos exemplos da China, da Índia e de algumas tribos indígenas brasileiras, demonstram os avanços na tecnologia e na posse da terra, na organização do trabalho e distribuição dos produtos, possibilitando outras relações entre nobreza e camponeses/agricultores.

A colonização da América Latina revela já na fase comercial/monopolista do capitalismo, além da apropriação do território e das implicações dela decorrentes, foi implantado aqui o modelo de plantation e hacienda, baseados na monocultura, no trabalho escravo e no latifúndio, cujo objetivo final era a produção de mercadorias para colônia. Assim se desenvolveu a questão agrária na América Latina, que no modelo atual, ademais de manter ainda alguns resquícios desse modelo, sofre as influências do neocolonialismo e da divisão do mundo por um grupo de empresas.

A forma do desenvolvimento capitalista na agricultura, diferentemente da indústria, mis não desassociado dela, nos remete as três vias já mencionadas acima. Na Inglaterra, entre os



anos de 1750-1880, conhecido historicamente, por algumas correntes, como Revolução Industrial, esse processo representou uma expropriação da terra, a extinção das terras e dos direitos comuns e consuetudinários e uma grande expulsão dos camponeses das terras, através dos cercamentos das terras. Essa população colocada à margem foi transformada no exército de reserva para as fábricas, que absorviam parte da mão de obra e uma grande massa tornou-se lupem, aumentando o índice de violência e exigindo uma organização social que mediasse essa relação.

Na Alemanha, mais especificamente da experiência da Prússia, Kautsky, observando a dinâmica de organização do capitalismo, escreveu que houve uma tendência de integração do camponês pela indústria. Dessa análise decorre outras como a que descreve sobre a metamorfose do camponês. Nesse aspecto há uma mutação na classe social, ou seja, um deslocamento para indústria, desde a mecanização da lavoura ao processamento dos produtos, através da agroindustrialização. Nessa experiência o camponês conquistou o direito de uso da terra, sem o deslocamento das aldeias/comunidades. Diferente do que ocorreu em outras experiências a via famer, ou a grande fazenda americana, da modernização e utilização, pelos pequenos e médios proprietários, da maquinaria capitalista. (LENIN, 1982).

Em relação à experiência brasileira, estudos revelam a intervenção de capitalismo desde o processo de colonização, na sua natureza de criar e recriar periferias, assim o próprio camponato brasileiro é uma criação do capitalismo, dependente e atrasado, que tem como resultado uma burguesia agrária. Hoje 86% da população do país é classificada como urbana, porém continua mantendo a mesma função na divisão internacional do trabalho, ou seja, produzir matéria-prima. (SAPELLI, 2013).

Vale dizer que esse processo de “atraso”, alimenta e impulsiona o moderno, assim no Brasil o novo compõe-se com o velho, o desenvolvimento do capitalismo na agricultura aproxima-se da via prussiana, com o diferencial que há uma grande parte da população que ainda mantém formas de produção ainda comunais e coletivas, figuram nesse cenário algumas tribos indígenas, organizações e movimentos sociais que questionam a própria lógica capitalista. Portanto não há divergência entre o “atraso” e o “moderno” eles fazem parte da mesma lógica produtiva pensada para o país.

Estes aspectos serão estudados no contexto da região, observando como a empresa se articula ao cenário nacional e como isto se reflete no conflito entre empresa e trabalhadores.

### **A Empresa Giacomet Marodin e a construção de um consenso/ hegemonia sobre o modelo capitalista de produção e a luta dos trabalhadores**

Os estudos produzidos por sobre os conflitos na região apresentam as cenas de crueldade, contra os trabalhadores, algo pouco divulgado pelos noticiários locais. Esta contradição no discurso expressa o conflito e uma disputa de poder de representatividade que buscam criar um discurso “hegemônico”/ consenso em torno da economia nacional.

A ocultação do conflito e da violência contra os trabalhadores do campo é denunciada pelas organizações sociais e reflete uma disputa que não é apenas entre a empresa que se diz donas das terras e os trabalhadores, organizados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), mas também a construção de uma “consciência” popular que trata os trabalhadores como “desordeiros”, “baderneiros” e que atacam a “sagrada propriedade privada”.

Dois poderosos aliados são disputados na construção de um consenso e de uma possível hegemonia, a imprensa, enquanto poderoso partido e o Estado, ou seja, como sociedade política, mas também em projetos, comissões na inter-relação com a sociedade civil. Estes dois instrumentos a serviço da classe, ou da fração da classe, na leitura gramsciana ajudam a entender o MST e a Araupel na região centro sul.

Os exemplos das notícias veiculadas na região demonstram o papel da imprensa diante do conflito agrário na área, e a posição de classe, não apenas a favor da imprensa, mas na disputa



por um consenso em relação a visão sobre os trabalhadores em luta.

**BANDIDOS DO MST EM QUEDAS DO IGUAÇU AGRIDEM TRABALHADORES DA ARAUPEL.** Reportagem sobre a agressão dos 3 funcionários da Arauapel ontem pela manhã! Os bandidos do MST que ameaçaram e agrediram os trabalhadores tentam justificar a sua ação pela entrada da polícia na área que eles INVADIRAM e roubam a madeira! O Estado do paraná perdeu o controle destes terroristas! Beto Richa reintegração já! É preciso dar o exemplo! (TV TAROBÁ, 14/07/2016 sítio da emissora)

Esta reportagem expressa um trágico cenário da disputa de consenso sobre uma visão do fato e da consolidação de uma classe, que busca se consolidar pelo consenso, mas também pela coerção e pelas relações com o Estado paranaense, como é possível ver nos discursos políticos e posicionamento de gestores públicos.

O presidente da Assembleia, deputado Valdir Rossoni se reuniu com os prefeitos Jacaré, de Quedas do Iguaçu, e José Nilson Zgoda, de Espigão Alto do Iguaçu, além de diretores e funcionários da Arauapel e representantes da indústria e comércio da região. Rossoni disse que recebeu diversas manifestações de todo o estado condenando a ocupação. O deputado afirmou que os sem-terra estão sendo iludidos com a promessa de ter um pedaço de terra para viver. Rossoni afirmou que a invasão é condenável, mesmo porque muitas pessoas estão sendo usadas com promessas que não vão acontecer. “Todos torcemos para que elas tenham um pedaço de terra, mas tem que ser em um lugar agricultável onde possam tirar o seu sustento, não numa área de reflorestamento”, afirmou. É preciso encontrar outro local para assentar essas pessoas. Aquela terra não tem um palmo para agricultura. Eles vão fazer o que lá?” Para o presidente da Assembleia, a expectativa em relação à questão é que a lei seja cumprida e que o governo federal faça sua parte com a reforma agrária. “Ao longo do tempo o governo federal tem se mostrado incompetente em tudo, mas espero que nos surpreenda positivamente nesse momento”. **Negociação** “Depois da reunião na Assembleia, aconteceu outra no Palácio Iguaçu para tratar do problema. O secretário de Segurança Leon Grupenmacher e o comando da Polícia Militar informaram que há uma negociação em Brasília para transferir os invasores para outro local e que isso será solucionado até a próxima quarta-feira. Grupenmacher disse que a PM monitora o local e que ela vai agir, sempre dentro da lei, se o Incra não decidir a questão (IMPRESSA OFICIAL, 22/07/2014).

A concepção poulantziana de Estado apresenta este como uma *relação* que não exclui as lutas de classes e frações de classe presentes em seu interior, pelo contrário, afirma que o “Estado é constituído-dividido de lado a lado pelas contradições de classe” (POULANTZAS, 2000, p. 134) e que a política realizada pelo Estado é resultado dessas mesmas contradições. Neste sentido, a política do Estado, nas palavras de Poulantzas, é sempre:

o estabelecimento da política do Estado em favor do bloco no poder, o funcionamento concreto de sua autonomia relativa e seu papel de organização são organicamente ligados a essas fissuras, divisões e contradições internas do Estado que não podem representar simples acidentes disfuncionais. *O estabelecimento da política do Estado deve ser considerado como a resultante das contradições de classe inseridas na própria estrutura do Estado* (o Estado-relação) (POULANTZAS, 2000, p. 134).

Se o Estado é uma condensação de relações de classes e frações de classe e a sua ossatura material é a resultante dessa condensação no interior do próprio Estado, materializada nos setores interestatais, que é o resultado do campo conflitante de interesses que perpassa todo o pessoal do Estado, este, também é pertencente a uma determinada classe e fração de classe, com interesses distintos das demais.

O pessoal do Estado nas palavras de Poulantzas:



Mesmo se esse pessoal constitui uma *categoria social* detentora de uma unidade própria, efeito da organização do Estado e de sua autonomia relativa, ele não deixa de deter um lugar de classe (não se trata de um grupo social à parte ou acima das classes) e é, então dividido (POULANTZAS, 2000, p. 157).

As inúmeras contradições existentes na sociedade capitalista perpassam o Estado e em seu interior, as lutas de classe e frações de classe acentuam essas contradições, ocasionando fissuras dentro do próprio Estado. Entende-se por fissuras, os espaços que o sistema capitalista (por efeito das suas próprias contradições) deixa para que haja a organização e reorganização do próprio sistema e, também, para a organização das classes em seu interior. Essas fissuras no Estado permitem que as classes e as frações de classes façam parte *no* Estado da dominação política.

As contradições [entre as /ou/ de] classes dominantes-classes dominadas repercutem como distanciamentos dessas parcelas do pessoal de Estado com a cúpula especificamente burguesa, e se manifestam como fissuras, rupturas e divisões no seio do pessoal e aparelhos de Estado (POULANTZAS, 2000, p. 157).

Essas divergências organizacionais entre ramos e aparelhos do Estado, entre o pessoal do Estado, entre as classes e frações de classe que ali ocupam cargos na sociedade política ocasionam fissuras e contradições que resultam na política atual do Estado.

A política do Estado, segundo Poulantzas, é organizada obedecendo cinco itens organizacionais, a saber:

1. Um mecanismo de seletividade estrutural da informação dada por parte de um aparelho e de medidas tomadas, pelos outros (POULANTZAS, 2000, p. 136);
2. Um trabalho contraditório de decisões, mas também de “não-decisões” por parte dos setores e segmentos de Estado (POULANTZAS, 2000, p. 137);
3. Uma determinação presente na ossatura organizacional de tal ou qual aparelho ou setor do Estado segundo sua materialidade própria e tais ou quais interesses que eles representam prioridades, mas também contraprioridades (POULANTZAS, 2000, p. 137);
4. Uma filtragem escalonada por cada ramo e aparelho, no processo de tomada de decisões, de medidas propostas pelos outros ou de execução efetiva, em suas diversas modalidades, de medidas tomadas pelos outros (POULANTZAS, 2000, p. 137);
5. Um conjunto de medidas pontuais, conflituais e compensatórias em face dos problemas do momento (POULANTZAS, 2000, p. 137).

Observando os itens acima, sobre a organização do Estado e da sociedade civil podemos elencar posições, conflitos e jogos de poderes no interior da disputa entre trabalhadores Sem Terra e a empresa. O posicionamento pessoal de políticos/deputados representantes do Estado a favor da empresa, bem como da imprensa local, se dá ao mesmo passo que existe uma tentativa de mediação de classe, seja no papel do Incra ou do interventor nomeado pelo governo estadual, o mesmo que coloca a policia para vigiar as terras particulares.

A ação política do Estado demonstra uma posição de classe, que reflete na política de distribuição de terras a partir dos conflitos agrários, isto é resultado da opção da colonização, assentada pela Lei de Terras de 1850, que nega a possibilidade de propriedade a pobres, negros e indígenas coloca a necessidade de organização de classe, de formas de resistências e na construção de outras possibilidades organizativas.

A necessidade de organização coloca alguns itens a considerar, o primeiro item, os dados da realidade nem sempre são interpretados em sua totalidade, são selecionados para melhor atender a política do Estado. Os dados sobre a questão agrária no Brasil pode ser um exemplo da distorção entre a realidade e as políticas públicas existentes para tal realidade.





No segundo item, observa-se que o fator contradição é inerente e necessário para a efetivação de um Estado a serviço e ao uso hegemônico do capital e que as decisões são tomadas de acordo com interesses presentes ou não para o pessoal do Estado.

No terceiro item fica claro que as posições são de acordo com os interesses de classes e frações de classe presentes no interior da sociedade política do Estado e às vezes, levando em consideração (quando for vantajoso) os interesses de frações da sociedade civil. Neste caso, a sociedade civil-camponesa encontra-se em desvantagem, pois não é interessante para o Estado uma política pública para a questão agrária.

O quarto item expõe a filtragem que ocorre, via Estado, da aprovação de leis e da implantação de políticas públicas no país. Essa filtragem é o exemplo do que ocorre quando os movimentos sociais pressionam o Estado e este, para legitimar-se, sanciona ou delibera leis e políticas “filtradas” para o atendimento dos interesses desses movimentos. No entanto, os interesses que eram reivindicados pelos movimentos sociais são filtrados hierarquicamente e quando são sancionados pelo Estado, possuem uma forma distinta da inicial.

O último item é um tanto pessimista em relação aos avanços dos movimentos sociais na reivindicação de seus direitos. No entanto, observa-se que as ações deliberadas nos outros itens resultam no último e que a síntese das reivindicações dos movimentos sociais + a ação burocrática do pessoal do Estado (sua *ossatura material*) + a luta permanente entre classes e frações de classe na defesa de seus interesses, resulta, em geral, em “um conjunto de medidas pontuais, conflituais e compensatórias em face dos problemas do momento” (POULANTZAS, 2000, p. 137).

Daí deriva-se a necessidade de a classe trabalhadora em luta construir espaços autônomos para formação de seus quadros. Tal exercício se vincula à constituição do que Gramsci (2001) denominou como *hegemonia dos subalternos*, que para além de ser oposta à hegemonia da classe dominante, necessita estar fundada em outras bases, condizente com as perspectivas da classe trabalhadora na luta por sua emancipação.

Neste âmbito da luta, há a necessidade de alargarmos nossas análises sobre as formas de organização da classe trabalhadora, considerando a centralidade do trabalho e da questão agrária, ou ainda da formação omnilateral, proposta por Marx, autônoma e com bases na superação da hegemonia burguesa/dominante.

O esforço deve ser o de atuar no real, tendo por base a história e as contradições, se partirmos de método, materialismo histórico dialético, partimos da materialidade, do que existente do real concreto nessa materialidade, que não está dada a priori, implica em situar-se no mundo humano, sua história e suas contradições.

Neste sentido e com base no debate apresentado, mediante os conflitos e a forma de uso e posse da terra tomemos nosso ponto de análise a partir da madeireira Giacomet Marodin, ou como é reconhecida atualmente a empresa internacional Araupel S&A, cujas terras são palco de disputas históricas entre posseiros, sem terras e indígenas na região centro sul e sudoeste do estado do Paraná

### Considerações Finais

A partir dos elementos do texto colocam-se como elementos a considerar na luta dos trabalhadores sem terra na região e na consolidação da empresa, como expressão do capitalismo atual, questões importantes que serão aprofundadas no decorrer da tese. Dentre eles destacamos: 1. a disputa por terra e pela opinião pública é uma ferida latente; 2. O MST busca nas fissuras do Estado paranaense para consolidar conquistas para a classe; 3. O processo de luta se dá no plano da violência material, mas também na opinião pública, no trabalho com a base; 4. Não basta apenas conquistar a terra é necessária uma mudança na base material da sociedade, com vistas a superar a exploração do homem/mulher pelo homem. Estas questões estão num rol de



uma estratégia que precisa aglutinar organização para os trabalhadores, na capacidade de gerar resistência e de produzir outras referências societárias. Gramsci, assim como outros autores marxistas tem vasta elaboração que apontam elementos que são centrais desta sociedade e que podem potencializar ações para sua superação.

### Referências Bibliográficas

BOITO JUNIOR, Armando. *Estado e burguesia no Capitalismo neoliberal*. Revista de Sociologia e Política Nº 28: 57-73 jun. 2007.

CARMO, J. *Algumas considerações históricas sobre o estado e a sociedade civil em Antonio Gramsci depois dos cadernos do cárcere*. Revista Ágora, Vitória, n. 5, 2007, p. 1-15. Disponível: [https://www.google.com.br/?gws\\_rd=ssl#q=Carmo%2C+2005%2C+GRAMSCI%2C+2004%2C+p.+2287-2288](https://www.google.com.br/?gws_rd=ssl#q=Carmo%2C+2005%2C+GRAMSCI%2C+2004%2C+p.+2287-2288).

FERNANDES, Florestan. *O que é revolução*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do cárcere, volume 3*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

SANTOS, Cleverson Lucas; SCHAETAE, Andréa Mazurok. *A representação do assentamento Ireno Alves dos Santos no discurso Jornalístico em meados dos anos noventa*. Vol. 35. Ponta Grossa: Uniletras, 2013. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/uniletras>.

SAPELLI, M. L. S. *Escola do campo – espaço de disputa e de contradição: análise da proposta pedagógica das escolas itinerantes do Paraná e do Colégio Imperatriz Dona Leopoldina*. 2013. 448 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o poder, o socialismo*. 4ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

### Outras fontes

PARANÁ. II pesquisa nacional sobre educação na reforma Agrária: pesquisa qualitativa no estado do Paraná, 2016. In: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7417/1/RP>. Acesso em agosto de 2017.

Tarobá Cascavel TV Tarobá. [Tarobá+Cascavel+TV+Tarobá&oq=Tarobá+Cascavel+TV](http://www.taroba.com.br).





## A PARTICIPAÇÃO NA II GUERRA MUNDIAL A FAVOR DA ALEMANHA NA AUTOBIOGRAFIA “A SAGA DE UM GAÚCHO OBSTINADO”

Andrey Tironi da Silva<sup>1</sup>

**Resumo:** Este artigo tem por objetivo analisar a forma como o autor do livro autobiográfico que tem por título “A Saga de um Gaúcho Obstinado: A incrível história de quem perdeu a querência e o nome”, publicado por Guilherme Constantino em 2010, narra sua curta participação na Segunda Guerra Mundial. Com base em autores que discutem a “escrita de si” e suas potencialidades para a escrita da história, procuramos discutir quais os sentidos dados pelo autor às suas experiências cotidianas vividas na Alemanha sob o nazismo. O autor, filho de imigrantes alemães que vieram para o Rio Grande do Sul no Brasil após a Primeira Guerra Mundial, se dirigiu com a mãe em viagem de férias em 1938 e, com a morte do pai, permanecem na Alemanha, vivendo ali todo o período da guerra, até retornarem ao Brasil em 1948.

**Palavras-chave:** Autobiografia; Memória; Segunda Guerra Mundial.

### Introdução

Este artigo tem por objetivo analisar a forma como o autor do livro autobiográfico “A Saga de um Gaúcho Obstinado: A incrível história de quem perdeu a querência e o nome”, Guilherme Constantino, narra sua curta participação na Segunda Guerra Mundial a favor da Alemanha. A autobiografia de Guilherme Constantino foi publicada no ano de 2010 pela Editora Insular, na cidade de Florianópolis (SC), onde morava o autor. A obra retrata não apenas estes assuntos, mas um longo período da vida do autor (CONSTANTINO, 2010).

Guilherme Constantino, atualmente aposentado, é filho de imigrantes alemães que vieram para o sul do Brasil após a Primeira Guerra Mundial. Seus pais e seu irmão se estabeleceram então no estado do Rio Grande do Sul, onde Guilherme nasceu, em 1928, na Vila do Prata. Em 1938, Guilherme e sua mãe viajam para a Alemanha para rever os parentes. No entanto, durante a viagem, o pai de Guilherme acaba sofrendo um derrame e por fim falecendo. Com isto, Guilherme e sua mãe são aconselhados a não retornarem para o Brasil naquele momento, por conta das condições financeiras da família. Eles se estabelecem na cidade de Magdeburg e acabam vivenciando todo o período da guerra na Alemanha.

Ao iniciar sua obra, Constantino escreve que sua família realizou por muito tempo a cobrança da escrita de um livro onde ele narrasse sua trajetória de vida, a cobrança partiu dos seus cinco filhos e dos seus dez netos.

Como apresentação, é preciso dizer que este livro será escrito para atender aos pedidos dos meus cinco filhos e dez netos, uma vez que as duas netinhas belgas agora também já participam da cobrança, pelo Skype, e, ainda, da Costa do Marfim (CONSTANTINO, 2010, p. 11)

Quando Constantino escreve sobre a intenção da escrita do livro, percebemos também como ele quer construir sua imagem como sujeito participante da construção do processo histórico. Segundo ele: “A intenção é escrever o livro sem reservas, divagando sobre os vários

<sup>1</sup> Graduando do Curso de Licenciatura em História, UNIOESTE/Marechal Cândido Rondon, Pesquisador Bolsista da Fundação Araucária/PIBIC-Af, Projeto “Narrar a vida, escrever história: a narrativa autobiográfica de Guilherme Constantino em “A saga de um gaúcho obstinado”. E-mail: andreytironi@hotmail.com



assuntos com o entusiasmo, humor e a crítica, ou autocrítica, ou a tristeza que cada acontecimento merece” (CONSTANTINO, 2010, p. 11).

Durante a guerra, Guilherme foi selecionado para estudar numa NAPOLA<sup>2</sup>, na cidade de Naumburg, e, depois, acabou acompanhando e participando da Segunda Guerra Mundial. Ao se dar por terminado o conflito, Constantino formou-se em uma escola comercial e permaneceu morando na zona de ocupação soviética, onde se dedicou ao aprendizado da língua russa. Em 1948, por meio da Missão Militar Brasileira, que coordenou o repatriamento de cidadãos alemães ao Brasil,<sup>3</sup> Guilherme consegue voltar ao Brasil, onde exerceu diversas funções administrativas em empresas de construções, até que, em 1970, já casado e pai de 4 filhos (o quinto nasceu em 1971), Guilherme monta sua própria empresa de extração de borracha. Em 1977 mudou-se para o estado de Santa Catarina, passando a viver em Florianópolis, onde reside até os dias atuais.

A obra é apresentada pela editora Insular como uma “incrível história de quem perdeu a querência e o nome”. A obra de Constantino recebeu este nome pelo fato de que após o seu nascimento, o pai de Constantino o registrou de forma errada, deixando-o sem o sobrenome de origem alemã de sua família (Kleist), fato este que ele vê como uma grande perda. A perda da querência (lugar amado ou lugar em que se nasceu) se deve ao fato de ele ter que começar a partir de 1928 a viver na Alemanha com a mãe, por conta da morte do pai, Constantino e sua mãe não puderam mais voltar imediatamente para o Brasil, por isso há também este sentimento de perda.

A narrativa de Constantino é posta como de grande interesse e curiosidade para os cidadãos brasileiros, em especial aqueles que se interessam pela Segunda Guerra Mundial, e este seria um dos motivos pelos quais a narrativa pessoal de Guilherme Constantino teria sido publicada por aquela editora comercial.

Em seu texto sobre a “Escrita de si”, o filósofo Michael Foucault discute sobre o uso de *hypomnemata*, que de acordo com ele, “eram livros de contabilidade, registros notariais, que serviam de agenda” (FOUCAULT, 1992), Foucault escreve que: “para Sêneca, não importa se aquilo que escrevemos acerca de determinada obra é de fato a interpretação que o autor quis passar, não importa se não entendemos da mesma forma que nos foi tentado transmitir, de acordo com Sêneca é importante que se seja capaz de reconstituir o conjunto da sua argumentação”. (FOUCAULT, 1992:5): “O essencial é que ele possa considerar a frase escolhida como uma máxima verdadeira naquilo que afirma, conveniente naquilo que prescreve, útil em função das circunstâncias em que nos encontremos” (FOUCAULT, 1992, p. 5).

Neste artigo, exploraremos como ele interpreta sua efetiva participação na Segunda Guerra Mundial, como jovem participante da bateria antiaérea (FLAK)<sup>4</sup>. Analisamos como ele descreve esses fatos e os significados que ele atribui a suas experiências educacionais e de guerra na Alemanha. Visamos, também, por meio deste estudo de caso, apresentar possibilidades de análise que fontes autobiográficas para o estudo da memória e a escrita da história.

Como escreve Philippe Artières, em seu texto “Arquivar a própria vida”, a partir da seleção dos fatos para a composição da escrita autobiográfica e da forma como estes fatos são ordenados e narrados, pode-se perceber o sentido que se busca dar à vida (ARTIÉRES, 1998, p. 10). E é a partir dessa concepção que se buscará neste trabalho analisar como Constantino narra sua vida em meio aos acontecimentos da guerra, perceber quais os sentidos dados a sua

<sup>2</sup> Abreviação de “Nationalpolitische Erziehungsanstalt”. Eram internatos de ensino secundário criadas pelo regime nacional-socialista a partir de 1933, com o objetivo oficial de “formação... de nacional-socialistas, hábeis corporalmente e mentalmente para servir ao povo e ao Estado” (citação feita em KAMMER & BARTSCH, 1992).

<sup>3</sup> Sobre isto ver o artigo de FROTSCHER (2013).

<sup>4</sup>A sigla FLAK é originária da palavra Fliegerabwehrkanone, e significa “artilharia antiaérea”, sendo por tanto, da área militar.



participação, em meio ao diálogo com historiadores que escrevem sobre a Segunda Guerra Mundial e o cotidiano durante o regime nacional-socialista na Alemanha.

Ângela de Castro Gomes ressalta os cuidados que o uso de autobiografias e biografias na análise histórica demandam. Entendemos que a análise da autobiografia não reside, somente, na avaliação se o que se escreve é de fato verdadeiro ou não, mas, sobretudo, na análise de como se estrutura e constrói a narrativa, as seleções feitas, a forma como se narram os eventos, como o narrador percebe os acontecimentos passados, como dá sentidos a eles, como os interpreta. Ainda de acordo com Ângela de Castro Gomes, “a narrativa se faz de forma introspectiva, de maneira que nessa subjetividade se possa assentar sua autoridade, sua legitimidade como ‘prova’” (GOMES, 2004, p. 14-15), portanto:

Uma documentação construída nestas bases exige deslocamentos nos processos de crítica às fontes históricas, no que envolve questões relativas ao “erro” ou à “mentira”... Nestes casos, está descartada, *a priori* qualquer possibilidade de se saber “o que realmente aconteceu”, pois não é essa a perspectiva do registro feito. O que passa a importar para o historiador é exatamente a ótica assumida pelo registro e como seu autor a expressa... O documento não trata de dizer o que houve, mas de dizer o que o autor diz que viu, sentiu e experimentou, retrospectivamente, em relação a um acontecimento... (GOMES, 2004, p. 15).

### A guerra- Momentos de riscos e bravura

A parte em que Guilherme Constantino se dedica a narrar sua chegada na Alemanha até o fim da Segunda Guerra Mundial compõe o conteúdo de 56 páginas de um total de 247 páginas. Nestas páginas, Constantino narra sobre as suas primeiras impressões na Alemanha, sua vida nas escolas, os momentos mais complicados da guerra, com os bombardeios das cidades alemãs, o seu serviço na FLAK e, por fim, a sua retirada da guerra.

A guerra parece ter tido um significado muito importante para a construção da vida de Constantino. A adolescência em geral é a fase de desenvolvimento mais marcante. E os nazistas aproveitaram isto conscientemente. O fato de Guilherme ser cidadão brasileiro e de ter vivido acontecimentos vistos como extraordinários no Brasil, fazem com que o tema da guerra tome importância na narrativa.

Algumas lembranças de Constantino são realizadas também como o auxílio de cartas, fotografias e outros documentos. Desta forma, como podemos considerar que Constantino constrói suas memórias no seu processo de narração? De acordo com Michael Pollak, “a memória deve ser entendida também, ou sobretudo, como um fenômeno coletivo e social, ou seja, como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes” (POLLAK, 1992, p. 201). Podemos entender que mesmo que seja um relato de vida pessoal, escrito/narrado de forma pessoal de eventos que aconteceram no passado, estas memórias se construíram também socialmente, a partir de espaços sociais, seja no Brasil, seja na Alemanha, mas que acabam se tornando memórias pessoais quando são lembradas por uma única pessoa no modo individual.

A narrativa sobre o passado implica na realização de escolhas dos fatos e formas de lembrar alguns outros que já foram esquecidos, de acordo com Pollak, “a memória é seletiva. Nem tudo fica gravado. Nem tudo fica registrado” (POLLAK, 1992, p. 203). Portanto, de acordo com Pollak, “a memória é, em parte, herdada, não se refere apenas à vida física da pessoa. A memória também sofre flutuações que são função do momento em que ela é articulada, em que ela está sendo expressa” (POLLAK, 1992, p. 204).

Ao mesmo tempo em que se pode perceber que as memórias de uma pessoa se tornam frágeis com o passar do tempo, também ocorre um processo de construção de si com base nas memórias. Esse processo muitas vezes se dá a partir dos fatos mais marcantes que uma pessoa tem de sua vida.



Guilherme Constantino chegou na Alemanha em 1938. O mês de sua chegada não é informado, diz apenas que a viagem durou exatos 35 dias e que teria tido certa demora na cidade do Porto em Portugal, por conta do embarque de alguns aviadores alemães que tinham participado da guerra civil na Espanha.

Sobre o fato de Guilherme e sua mãe terem de permanecer na Alemanha após a morte de seu pai, Constantino não dá detalhes de como eles agiram. Constantino apenas narra que seus avós maternos aconselharam ele e sua mãe a não retornarem para o Brasil naquele momento, por conta da situação financeira em que a família se encontrava na época.

Em 1943, Guilherme, então com 16 anos e ainda estudante da Napola de Naumburg começou a participar de operações que visavam a transferência de crianças de áreas que corriam risco de bombardeio para regiões seguras do Terceiro Reich. Geralmente não se transferiam apenas crianças dessas zonas de riscos, mas também suas mães. No caso de Constantino, ele acabou ficando encarregado de cuidar de uma grande turma de crianças que seriam levadas para áreas seguras, onde hoje se encontra a Eslováquia. Tal operação de transferência de crianças ficou conhecida na historiografia como *Kinderlandverschickung*. Guilherme passou cerca de sessenta dias nesta operação, até que em abril de 1944, ele e seus colegas da escola que já possuíam dezesseis anos foram convocados para servirem na FLAK: “Em 1944 foi a vez dos nascidos em 1928; nossa classe foi convocada a partir de abril de 1944, para servir em Stettin e Peenemuende, porto no mar báltico, hoje pertencente à Polônia” (CONSTANTINO, 2010, p. 53).

No decorrer de sua narrativa sobre a guerra, Constantino narra sobre os primeiros acontecimentos no seu serviço dentro da FLAK, desde o seu processo de adaptação e aprendizado. As instalações em que Constantino permaneceu são descritas por ele como “barracos baixos de mais ou menos 2,60m de altura, e contendo beliches duplos, para alojar em cada um em torno de seis a oito escolares” (CONSTANTINO, 2010, p. 54).

Constantino foi treinado para acionar as manivelas do *Kommandogeraet*, na função de diretor de tiro. Constantino narra algumas informações técnicas sobre o *Kommandogeraet 41*, “um telêmetro estereoscópico de 4m de comprimento, equipado com 8 lentes de altíssima precisão. Havia três pares de lentes de binóculos e duas lentes em cada extremidade do telêmetro”. (CONSTANTINO, 2010, p. 54).

A partir de informações técnicas como as narradas por Constantino no trecho acima, podemos perceber que ele teve que adquirir certo conhecimento sobre o funcionamento dos armamentos usados na região em que ele havia sido designado para ficar, que era na região das cidades de Stettin e Peenemuende. Ele continua a dar detalhes técnicos ao longo da narrativa, como aqui: “O funcionamento era manual a manivelas, visando o alvo determinado pelo chefe da bateria, geralmente um jovem tenente da Aeronáutica” (CONSTANTINO, 2010, p. 54). Informações como as que Constantino fornece nestes dois trechos citados acima são informações básicas que ele deve ter aprendido no período em que permaneceu no posto do *Kommandogeraet* e na FLAK.

Acerca da participação de Guilherme na guerra, as descrições iniciais desse momento se concentram no seu conhecimento sobre os armamentos de guerra, sejam estes canhões, fuzis ou algum outro tipo de armamento, ou seja, são informações técnicas.

A sequência determinada pelos engenheiros pirotécnicos fora desenvolvida empiricamente e a partir de 1943 seguia sempre o mesmo padrão: primeiro as bombas de grande deslocamento de ar, que em alemão eram denominadas ‘minas aéreas’ e em inglês ‘blockbusters’, em média pesavam 500 kg a uma tonelada, e cujo efeito principal era o grande deslocamento de ar. Em seguida vinham as vagas de bombas incendiárias, formadas de galões de 20 a 30 litros de fósforo líquido misturado a borracha e gasolina e que, ao explodirem, atingiam uma área de 50 metros quadrados com fogos que não podiam ser apagados com água (CONSTANTINO, 2010, p. 50).





A partir dessa passagem, podemos pensar que provavelmente o conhecimento que Guilherme tem, teria sido aprendido no período em que esteve na Napola de Naumburg, ou ainda, o conhecimento que ele possui pode ter sido adquirido no período em que esteve na FLAK. Supomos que a partir da forma como ele narra, apresentando em sua narrativa informações mais técnicas, que ele teria aprendido mais sobre as funções técnicas dos armamentos no período em que permaneceu combatendo na FLAK, onde, portanto teria aprendido mais sobre as informações técnicas dos armamentos.

A visão de destruição provocada pela guerra também aparece em sua autobiografia. Ele narra que a distração que a guerra muitas vezes acabava provocando em Constantino e seus colegas os fazia esquecer dos perigos de vida que estavam correndo. As noites de bombardeios pelas quais ele e seus colegas de combate passavam são lembradas por ele da seguinte forma:

O espetáculo infernal das noites de bombardeio, os estrondos e verdadeiros trovões dos nossos canhões, misturados com o sibilar, o ribombar e os estouros de bombas que caíam na vizinhança, o crepitar das fagulhas e das chispas espalhadas pelos bastões incendiários, as chamas de mais de oito metros que saíam dos canos em cada tiro, e os gases causticantes da pólvora que provocaram lágrimas nos operadores dos instrumentos ópticos penetravam nos pulmões, tudo isso, não nos deixava pensar no perigo de vida, em que nos entrávamos, e qualquer explosão de um avião era festejada com gritos de alegria e satisfação. Não havia consideração, que lá em cima também existiam seres vivos e perseguidos (CONSTANTINO, 2010, p. 56-57).

Assim, podemos perceber, da seguinte passagem acima, a perspectiva que Constantino e seus colegas tinham acerca da guerra. Na narrativa, eles parecem lutar sem medo, sem parecer de forma evidente que tinham o medo de morrer. Percebe-se mais uma vez uma parte na qual ele procede um distanciamento, a partir do presente, para narrar o passado. Na última frase do trecho citado acima, Constantino realiza uma reflexão após citar os perigos dos bombardeios.

A visão dos bombardeios narrados por Constantino, mostram a necessidade de coragem que era exigida pela ideologia nazista. Nestes momentos de conflito, os jovens deviam ter a coragem de enfrentar os perigos que a guerra causava, dessa coragem também surgia a vontade de se manter vivo em meio ao cenário de guerra com constante risco de vida. O fato de Constantino mostrar não sentir medo vai de encontro com o que pregava a ideologia nazista, por não ser tão habilidoso nos esportes, Constantino devia mostrar coragem e bravura no campo de batalha, para corresponder as necessidades do sistema.

A forma em que Constantino realiza a sua narrativa evidencia um processo de construção do sujeito, compõe também uma autoimagem para o leitor, primeiramente a família, depois, o público-leitor do livro. Ao narrar como teria vivenciado a Segunda Guerra Mundial mostra também as superações. Neste aspecto, sobre os sentidos de escrever sua vida, assim discorre Philippe Artières: “Arquivar a própria vida é se pôr no espelho, é contrapor à imagem social a imagem íntima de si próprio, e nesse sentido o arquivamento do eu é uma prática de construção de si mesmo e de resistência” (ARTIÉRES, 1998, p. 11).

Constantino descreve os bombardeios de comunidades e cidades alemãs nos momentos finais da Segunda Guerra Mundial, se demorando então na narração dos fatos que ele teria vivenciado, relatando as formas como estas atingiram o solo alemão, afetando de forma direta os civis que moravam nas zonas bombardeadas. Constantino narra em sua autobiografia os bombardeios que atingiram a cidade de Magdeburg em 1944, quando a casa de sua família acabou sendo em partes atingida, mas, por sorte, de acordo com ele, os estragos provocados na casa de sua família não foram tão grandes, pois havia uma grande noqueira no quintal da casa e que acabou de certo modo protegendo a casa, causando assim um estrago menor.

Em agosto, ocorreram alguns ataques de vulto, atingindo bairros industriais e outros, do sul da cidade. Resultaram na morte de 395 pessoas, embora existam relatórios que



falam de 683 pessoas mortas. Um total de 13.000 pessoas perdeu seus lares na destruição (CONSTANTINO, 2010, p. 63).

Na descrição dos relatos de bombardeios que a cidade de Magdeburg sofreu em 1944, Constantino apresenta dados precisos das mortes e perdas de moradias, demonstrando que ele realizou pesquisas para narrar tais acontecimentos. Tal fato realizado por ele para a construção de sua narrativa demonstra a preocupação de Constantino em contabilizar as perdas do lado alemão, na cidade onde morou. Isso mostra o caráter comunicativo de sua memória — ele não se pauta apenas em suas lembranças pessoais, mas se apoia também em outros tipos de documentos, tais como livros que estão listados na referência bibliográfica de sua narrativa.

Praticamente todas as referências bibliográficas da obra de Constantino são listadas no idioma alemão e tratam sobre os assuntos da Segunda Guerra mundial<sup>5</sup>. Além dos livros que tratam sobre temáticas da Guerra, Constantino também fez uso do livro da Escola de Naumburg de Walter Becker<sup>6</sup> onde provavelmente ele obteve algumas informações sobre a Napola de Naumburg que teria funcionado de 1935 (ano que o colégio se tornou uma NAPOLA) até o final da Segunda Guerra Mundial em 1945, quando então foi convertido novamente em colégio interno normal e reaberto em outubro do mesmo ano<sup>7</sup>.

Em outros relatos sobre os bombardeios que a cidade e a região de Magdeburg sofreram durante o conflito, Constantino se refere a mortes e destruições dos lares de centenas de famílias. De acordo com ele, um dos bombardeios teria contado com 371 aviões bombardeiros quadrimotores.

Tudo foi transformado em ruínas e pilhas de escombros, tudo partido e despedaçado, tudo para sempre arruinado. Foram despejados ao todo 1000 minas aéreas, blockbusters, 3.000 bombas líquidas de gasolina, borracha e fósforo, 200.000 bastões incendiários e 9.000 bombas de fragmentação, incendiando o asfalto nas ruas em massa fervente, lembrando a lava descendo de um vulcão (CONSTANTINO, 2010, p. 65).

Podemos perceber no trecho acima que Constantino novamente se apoia em dados retirados de livros. O trecho revela também o drama vivido pela população e também por ele próprio: “tudo para sempre arruinado”. Tal conflito teria deixado cerca de 16.000 mortos, 24.648 feridos e 244.560 pessoas desabrigadas, dados que ele também traz ao texto (CONSTANTINO, 2010).

Nestes trechos, nos quais trata dos bombardeios das cidades alemãs e da morte de milhares de civis alemães, traduzem também a composição de uma narrativa dos alemães enquanto vítimas da guerra. Ao ver a casa de sua família atingida por um bombardeio, a destruição dos negócios da família e de outros bens, além da morte de muitos vizinhos que talvez ele mesmo conhecia, podem causar em Constantino um sentimento de vítima da guerra também. Quando a casa de Constantino foi atingida por bombardeios aéreos ele recebeu uma semana de licença especial para viajar para Magdeburg e ajudar no que fosse necessário e depois viajar novamente para Stettin. Ao perceber que as mortes aos milhões de civis alemães e a destruição da cidade em que ele morava, as diversas perdas, tanto materiais como humanas, podem construir esse sentimento que Constantino carrega e usa para a construção do seu “eu”.

<sup>5</sup> As obras listadas nas referências bibliográficas da narrativa de Constantino são as seguintes: “Der Brand” [O incêndio], Jörg Friedrich (Ullstein, ano não informado); “Die Flucht: Danziger Bucht, 1945” [A fuga: Baía de Danzig, 1945], Egbert Kieser (Bechtle Verlag, 1978); “Die Luftangriffe auf Magdeburg im zweiten Weltkrieg [Os bombardeios sobre Magdeburg na Segunda Guerra Mundial], A. Heidemeyer (1984).

<sup>6</sup> Livro da Escola de Naumburg, de Walter Becker. Editora Lenover Neustrelitz, Neutrelitz/Alemanha.

<sup>7</sup> Tais informações foram obtidas no site do atual colégio, que se chama Landesschule Pforta [Escola Estadual Pforta]. (<http://www.landesschule-pforta.de/es/historia.php>). Acesso em 22.07.2017.





Na análise do Livro “Mi abuelo no era Nazi”, os autores Harald Welzer, Sabine Moller e Karoline Tschuggnall analisaram a forma como famílias alemãs constroem suas histórias sobre a guerra e o nazismo, como os avós passaram essas memórias para as outras gerações mais novas da família, que não teriam vivenciado diretamente tais fatos. De acordo com a análise do livro, os membros da família que teriam vivido sob o nacional-socialismo descrevem os acontecimentos com emoção, tanto a participação na Hitlerjugend, como no exército ou força aérea (Luftwaffe) e veem o passado nacional-socialista e o holocausto a partir de um olhar que ressignifica o passado no presente da rememoração.

A forma como Constantino narra sua história, se relaciona muito à pessoa que ele se tornou, uma pessoa que alcançou um relativo sucesso econômico na vida, que, apesar das dificuldades enfrentadas, constituiu família, conquistou realizações pessoais e profissionais após retornar ao Brasil. A construção que ele faz de si mesmo, por meio da narrativa autobiográfica, interfere na forma como ele narra o passado vivido na Alemanha durante o período nacional-socialista e no imediato pós-guerra.

### Considerações finais

Neste artigo, partimos da pressuposição de que o autor do livro “A Saga de um Gaúcho Obstinado: A incrível história de quem perdeu a querência e o nome”, no processo de construção da autobiografia, constrói subjetividades e imagens de si. O processo de escrita de si, numa autobiografia, sempre ressignifica o passado no momento presente da redação, quando se selecionam também os fatos que se quer narrar. A leitura da autobiografia aqui em análise, mostra a construção de um sujeito de sucesso profissional, que conseguiu batalhar (literalmente) e vencer na vida. Mesmo que a Alemanha tenha perdido a guerra, sua história pessoal é uma história de aprendizados, dificuldades, mas também conquistas.

Buscamos trabalhar aqui com a imagem que se constrói de si próprio, mas também sua relação com o público, uma vez que o livro não foi meramente escrito para os amigos e familiares, mas foi publicado por uma editora comercial. Neste aspecto, buscamos perceber como interpretações pessoais sobre o passado se projetam para o espaço público. Procuramos perceber como textos autobiográficos constroem interpretações sobre o passado. A análise deste tipo de material enquanto fonte histórica (e não como a história em si), portanto, possibilita relacionar o individual e o coletivo, a memória individual e a memória difundida no espaço público.

Na introdução do livro “Escrita de si, escrita da história”, a historiadora Ângela de Castro Gomes aponta para o crescente interesse por materiais biográficos e autobiográficos como objeto de pesquisa e não apenas como fonte histórica. O interesse por histórias de vida pessoais move hoje, em parte, o mercado editorial. Este interesse crescente por histórias de vida por parte de um público leitor específico parece ter movido também a publicação da autobiografia aqui em análise por uma editora comercial da cidade na qual o autor vive. Além disto, temas como Segunda Guerra Mundial e Nazismo tem sido muito presente em livrarias, programas de TV pagos, etc.

Sobre a relação entre passado/presente e a construção da narrativa autobiográfica, nos inspiramos nas considerações de Alessandro Portelli, feitas em seu texto intitulado “Forma e Significado na História Oral. A pesquisa como um elemento de igualdade”. Nele, o autor realiza a análise de entrevistas realizadas por ele na década de 1970 na região central da Itália, quando buscava canções, poemas, peças teatrais que remetessem ao passado dos moradores. Ao realizar a análise destas conversas, Portelli acabou percebendo que os sujeitos entrevistados assumiam um papel político e que isto influenciava sua forma de falar.

A escrita de Guilherme Constantino se baseia em experiências de vida que podem ser consideradas pelo público-leitor brasileiro como extraordinárias, pelo fato de serem não somente experiências vividas em outro continente e em outras regiões do Brasil, mas também por



ter vivido a época do nazismo e da Segunda Guerra Mundial na Alemanha. Neste aspecto, de acordo com Gomes:

Toda escrita de si deseja reter o tempo, constituindo-se um ‘lugar de memória’... Certas circunstâncias e momentos da história de uma pessoa ou de um grupo estimulam essa prática... Textos que voltam para o registro de fases específicas de uma vida, como viagens, estadas de estudo e trabalho, experiências de confrontos militares, prisão, enfim, um período percebido como excepcional (GOMES, 2004, p.18).

Concluimos que o uso de autobiografias para a construção da história é relevante para percebermos como os sujeitos apreendem o desenrolar dos fatos, como rememoram o passado a partir do presente e de todos os passados que se seguiram à contemporaneidade dos eventos rememorados. Também percebemos como o passado é transformado pelos trabalhos da memória e da narrativa, como as vivências pessoais são concatenadas numa narrativa sobre história. O artigo tratou de abordar a forma como Constantino viu a guerra e outros fatos do nazismo, por meio de sua narrativa, desde a seleção dos acontecimentos realizada por ele até a maneira como ele narra suas experiências deste período.

### Fonte

CONSTANTINO, Guilherme. *A saga de um gaúcho obstinado*. A incrível história de quem perdeu a querência e o nome. Florianópolis: Insular, 2010, 248 p.

### Referências Bibliográficas

ARTIÉRES, Philippe, Arquivar a própria vida. *Estudos Históricos*, São Paulo, vol. 11, n. 21, 1998, p. 9-34.

EVANS, Richard J., *O Terceiro Reich no Poder- Conquistando a Juventude*. Tradução Lúcia Brito. 2.ed. São Paulo: Planeta, 2014, p. 304-337.

FOUCAULT, Michel. *A escrita de si*. In: O que é um autor? Lisboa: Passagens. 1992. p. 129-160.

GOMES, Angela de C. (Org). *Escrita de si, escrita da história*. RJ: FGV, 2004.



## O ESTADO AMPLIADO COMO FERRAMENTA METODOLÓGICA DE ANÁLISE DAS RELAÇÕES POLÍTICAS EM CHAPECÓ – SC NA DÉCADA DE 1960

Arthur Carpenedo Andreani<sup>1</sup>

**Resumo:** Este artigo buscou utilizar o conceito de “Estado Ampliado”, utilizado por Sônia Regina de Mendonça, como ferramenta metodológica para análise das relações políticas do Oeste de Santa Catarina na década de 1960, articulando este contexto com o cenário estadual e nacional, e tendo como questão importante o planejamento econômico e o desenvolvimentismo. Após a crise de 1929 e a descrença com as políticas econômicas liberais, o intervencionismo estatal e o planejamento econômico foi progressivamente ganhando espaço na Europa e nos EUA, e posteriormente para diversos países do mundo. No Brasil, o intervencionismo foi ganhando força a partir da década de 1930, através do desenvolvimentismo. Seus representantes foram progressivamente conquistando espaços dentro do governo e construindo um projeto para o País no qual o Estado ocupava papel central na economia. O auge do desenvolvimentismo se deu com o governo de Juscelino Kubistchek, na segunda metade da década de 1950. A partir disso, vários governos estaduais adotaram planos de governo com tais ideais. Em Santa Catarina esse modelo entrou em ação a partir da eleição de Celso Ramos, que inseriu sua rede política ligada à FIESC em postos chave da administração pública. No oeste do Estado esse projeto foi representado pela Secretaria de Negócios do Oeste, que foi consolidando Chapecó enquanto centro administrativo, político e econômico da região.

**Palavras-chave:** Estado Ampliado; Planejamento Econômico; Oeste catarinense.

Historicamente foram construídas diferentes formas de se conceituar o Estado. Sônia Regina de Mendonça faz um estudo de como diferentes matrizes de pensamento construíram tais conceitos. A primeira matriz estudada é intitulada “jusnaturalista”, com raízes no século XVIII e que teria influenciado a noção mais próxima do senso comum de Estado, ou seja, a identificação com uma agência burocrática ou alguma figura da administração pública. Para essa corrente, o convívio dos indivíduos em sociedade levaria naturalmente ao Estado, em que as leis dos governantes teriam papel regulador e imparcial nessa sociedade. A partir dessas premissas, temos o Estado como algo natural e os governantes como imparciais, surgindo uma identificação entre governo e Estado (MENDONÇA, 1998).

No século XIX, a matriz marxiana rompeu com esse modelo. A origem do Estado estaria na emergência da propriedade privada. Nessa ótica, o Estado surgiu através da necessidade de certos grupos de proprietários assegurarem suas posses, através de leis e demais medidas coercitivas, para garantir que os despossuídos continuem nesta condição, e que também não se rebelassem contra ela. Essa noção gerou uma visão do Estado enquanto objeto, o qual existiria para garantir os interesses econômicos das classes dominantes (MENDONÇA, 1998).

Observar o Estado enquanto natural e imparcial, bem como enquanto objeto da classe dominante e subordinado aos interesses da mesma nos faz perder de vista a complexidade das relações sociais. O terceiro modelo analisado pela autora foi produzido pelo pensador italiano Antonio Gramsci. Para este autor, o Estado seria uma condensação das relações sociais presen-

<sup>1</sup> Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da UNIOESTE. Bolsista da Fundação Araucária.



tes em uma respectiva sociedade em determinado momento histórico. É uma acepção mais ampla de Estado, como o conjunto da sociedade civil<sup>2</sup> e da sociedade política<sup>3</sup>, resultando no que alguns estudiosos de sua obra chamam de “Estado Ampliado”. Para Gramsci, não há uma relação de oposição entre sociedade civil e sociedade política, mas sim de interação. Os grupos da sociedade civil, organizados através dos Aparelhos Privados de Hegemonia, buscam conquistar espaço dentro da sociedade política e colocar seus representantes no Estado restrito. Dentro do Estado, os projetos ou atores de determinado grupo serão hegemônicos (MENDONÇA, 2014).

Levando em conta as concepções de Estado levantadas acima, vou buscar articular a proposta do Estado Ampliado como ferramenta de análise das relações políticas da região de Chapecó nos anos 1960, buscando articular esse contexto com o cenário estadual e nacional.

No dia 19/01/1966, o jornal chapecoense Folha D’oeste<sup>4</sup> trouxe uma matéria com o título “A transformação catarinense”, na qual estabeleceu o início governo de Celso Ramos em 1960 como divisor de águas em Santa Catarina. Os governos anteriores não teriam solucionado os problemas da população, cenário que mudou após a eleição de Ramos, que “dignificou Santa Catarina” e mesmo que “se pode discernir duas fases de Santa Catarina. Uma antes de 1960 e uma após<sup>5</sup>”. Mas o que teria acontecido para o jornal ter elegido esse governo como momento de grande mudança? A resposta está na própria reportagem, e os elementos da mudança foram o planejamento econômico, através do PLAMEG (Plano de Metas do Governo) e da Secretaria do Oeste, responsável por sua aplicação no Oeste do Estado.

Naquele momento, o planejamento econômico centralizado no Estado era amplamente aceito pelas elites técnicas e políticas do país, porém é necessário fazermos um recuo histórico até a década de 1930 para entendermos esse processo.

A questão do planejamento e da intervenção estatal na economia ganharam terreno no mundo após a crise econômica de 1929, pois até aquele momento o pensamento liberal era predominante, legitimando conceitos como o de livre-mercado e Estado mínimo. No decorrer dos anos 1930, em decorrência da crise, foram se instituindo principalmente na Europa e nos Estados Unidos uma série de políticas econômicas antiliberais, fazendo uso do intervencionismo estatal para isso. O pós-segunda guerra mundial consolidou o papel central ocupado pelo Estado na reconstrução das economias europeias (FONSECA, 2005).

No Brasil, assim como em outros países, construiu-se um modelo denominado “nacional-desenvolvimentista<sup>6</sup>”, em que o Estado tinha papel indutor e regulador do desenvolvimento econômico (FONSECA, 2005 p. 54). A década de 1930 foi o início desse modelo no Brasil, através da construção de um parque industrial e da gestação de uma elite técnica influenciada pelos ideais desenvolvimentistas. O cenário se tornou mais favorável para o desenvolvimentismo a partir do segundo governo Vargas. Os industriais ligados à Confederação Nacional da Indústria (CNI) demandavam maior atuação estatal na economia, e muitos de seus integrantes foram para dentro do segundo governo de Vargas. Nesse momento o desenvolvimentismo já

<sup>2</sup> Por sociedade civil a autora entende como o conjunto dos indivíduos organizados nos Aparelhos Privados de Hegemonia (podem ser institutos, clubes, associações pertencentes a sociedade civil). É o cerne da ação/pressão política consciente.

<sup>3</sup> O Estado em seu sentido restrito, ou seja, o conjunto de aparelhos e agências do poder público.

<sup>4</sup> O Jornal foi fundado no município de Palmitos (SC) em 1964 por Homero Franco, vereador na cidade pelo PSD. Se mudou para Chapecó e passou a cobrir 30 municípios da região. O jornal tinha relações muito próximas com o PSD local, e muitas vezes atuou quase como assessoria de imprensa de parcelas da elite local.

<sup>5</sup> Jornal Folha D’oeste, 19.01.1966.

<sup>6</sup> Fonseca define esse modelo como “[...]expressão da atuação do Estado para induzir o desenvolvimento econômico com base em uma perspectiva que privilegie o capital nacional. [...] O Estado atua como empresário em diversas áreas consideradas estratégicas; investe no setor de infraestrutura; financia o desenvolvimento privado nacional mediante subvenções, subsídios e financiamentos públicos; e intermedeia (política, administrativa, financeira e normativamente) as relações privadas, de forma que conduza o processo de industrialização [...].



estava instalado nas agências e órgãos de Estado através de seus técnicos (BIELSCHOWSKY, 1996).

O auge do desenvolvimentismo se deu na segunda metade dos anos 1960, durante o governo de Juscelino Kubitschek. Uma nova estrutura econômica foi construída através do Plano de Metas, no qual o governo atuava como principal agente econômico, principalmente no setor de infraestrutura (BIELSCHOWSKY, 1996). O objetivo era de estimular rapidamente os investimentos privados (inclusive estrangeiros) enquanto os investimentos públicos seriam canalizados para áreas consideradas entraves para o desenvolvimento nacional (SKIDMORE, 1982).

Após Kubitschek, políticas econômicas visando austeridade foram esboçadas, porém falharam. Apesar do declínio do desenvolvimentismo no plano federal, no âmbito dos Estados a influência do planejamento econômico se fazia sentir, e em Santa Catarina não foi diferente.

Pode-se dizer que o início do planejamento econômico no Estado teve início com o Seminário Socioeconômico. Realizado no ano de 1960, teve como objetivo identificar os “pontos de estrangulamento” da economia catarinense, ou seja, diagnosticar aquilo que estaria impedindo o desenvolvimento econômico do Estado. A metodologia consistiu na aplicação de questionários e reuniões, as quais participavam representantes de diversos setores da economia estadual (industriais, comerciantes, representantes do setor agropecuário, da administração pública, operários, etc.). Dentre os problemas diagnosticados, os principais foram na área de infraestrutura e crédito. No setor de energia, constatou-se a impossibilidade de expansão industrial devido ao baixo potencial energético. As deficiências do setor rodoviário impediam a integração econômica. Na questão do crédito, o banco nacional de desenvolvimento (BNDE) não fornecia os financiamentos considerados ideais (SCHMITZ, 1985).

Em 1960 Celso Ramos venceu as eleições para governo do Estado pelo PSD, tendo como plano de governo justamente um planejamento econômico que levasse em conta os problemas diagnosticados pelo Seminário. O programa de governo se materializou através do Plano de Metas do Governo (PLAMEG), e procurava disciplinar os investimentos públicos, bem como incentivar a iniciativa privada (SCHMITZ, 1985).

Um dos pontos presentes no relatório do Seminário Socioeconômico foi a integração da região oeste do Estado. Existia certo temor por parte da capital de que Paraná e Rio Grande do Sul absorvessem a economia da região, visto que as péssimas condições das estradas não permitiam maiores intercâmbios com o litoral. Além disso, havia temores acerca de uma movimentação para recriar o Estado do Iguçu, reunindo porções do oeste do Paraná e de Santa Catarina (CASSOL, 2013).

Nesse sentido, o governo estadual criou no final de 1963 a Secretaria dos Negócios do Oeste (SNO), que teria a responsabilidade de aplicar o PLAMEG na região, e que detinha autonomia administrativa e financeira. Através do jornal Folha D’oeste, temos a informação de que o órgão foi criado em agosto de 1963 através da lei n. 3.283 e instalada em dezembro do mesmo ano. A secretaria administrava uma área de aproximadamente 14.500 km<sup>2</sup> divididas em 34 municípios, com uma população de quase 300.000 habitantes. Consta que sua criação refletiu “o desejo do governo do Estado em dar solução rápida e eficiente aos problemas de uma região que pela situação geográfica de completo isolamento com a capital<sup>7</sup>”.

A Secretaria de Negócios do Oeste funcionou como uma autarquia provida de autonomia administrativa, representando o governo do Estado quase como um governo paralelo. Como sua sede era em Chapecó, fez com que a cidade fosse se tornando centro administrativo da região. A Secretaria atuou principalmente na área de infraestrutura, mas não só isso, pois ao ler as páginas de Folha D’oeste, percebe-se que muitas coisas tinham o “carimbo” da secretaria

<sup>7</sup> Folha D’oeste, 29/10/1966.





(verbas para escolas e hospitais, instalações telefônicas, parques, etc.). Naquele momento inicial, estava à frente do órgão Serafim Enoss Bertaso<sup>8</sup>.



Fachada da SNO. Folha D' oeste, 29.10.1966

Para compreendermos a relação entre sociedade civil e sociedade política nos termos expostos por Mendonça, é necessário entender as relações entre os políticos que do governo estadual e os políticos locais.

Ao estudar a relação entre políticos e empresários em Santa Catarina, no período de 1961 até 1970, Patricia Zumblick Santos May cunhou o termo redes político-empresariais. Os empresários, ligados entre si em função dos negócios ou até mesmo dos partidos políticos, se mobilizavam para aumentar sua influência política, buscando se inserir no espaço da sociedade política para aumentar sua influência na esfera administrativa do Estado. Esses líderes empresariais exerciam importantes cargos da administração estadual, além de ter o controle sobre a distribuição de cargos públicos (MAY, 1998).

Dentro dos partidos, essas redes se dividiam em alas. No PSD, havia uma ala ligada a Aderbal Ramos<sup>9</sup>, que reunia principalmente profissionais liberais de Florianópolis. A outra ala estava associada a Celso Ramos e à FIESC, reunindo dessa forma empresários de todo o Estado. (MAY, 1998) A FIESC representava os interesses de um grupo de industriais de Santa Catarina, que àquela altura estavam fortemente influenciados pela ideologia desenvolvimentista do final do governo JK. Foram esses ideais que pautaram o governo de Celso Ramos.

No Oeste<sup>10</sup>, os empresários ligados a Celso Ramos eram Atilio Fontana (Concórdia) e Plínio de Nês<sup>11</sup>(Chapecó), ligados ao setor Agroindustrial (o primeiro na Sadia e o segundo na S.A Indústria e Comércio de Chapecó). Além destes dois, havia Serafim Bertaso (MAY, 1998).

Os anos à frente da FIESC permitiram a Celso Ramos articular uma rede político-empresarial afinada com os ideais desenvolvimentistas e do planejamento econômico. Quando ganhou as eleições para governador, colocou lideranças empresariais de sua rede em postos chave da administração estadual. No Oeste, coube a Serafim Bertaso, e posteriormente Plínio de Nês,

<sup>8</sup> Serafim Bertaso era engenheiro e filho do Coronel Ernesto Bertaso, dono da colonizadora Bertaso e que exerceu forte liderança política e econômica no município principalmente a partir dos anos 1940. Serafim foi nomeado prefeito de Chapecó por Vargas em 1944 e após o Estado Novo foi um dos principais líderes do PSD chapecoense.  
<sup>9</sup> Sobrinho de Celso Ramos.

<sup>10</sup> Excluindo a região meio-oeste.

<sup>11</sup> Plínio de Nês chegou em Chapecó na década de 1950 e exerceu a diretoria do frigorífico S.A. Indústria e Comércio de Chapecó (SAIC). É um exemplo de político que ascendeu na política local após o crescimento da área urbana e da indústria na cidade a partir dos anos 1950 e 1960. Dividiu a liderança do PSD com Serafim Bertaso e foi diretor da SNO após este último, no período de 1969 até 1975.





a direção da Secretaria do Oeste, uma poderosa máquina estatal que tinha gerência sob uma grande área.

Para a manutenção ou imposição de um projeto hegemônico “[...] é indispensável que um grupo ou fração de classe, organizado neste ou naquele aparelho de hegemonia, atue no sentido de inserir alguns de seus representantes – ou intelectuais – junto ao Estado” (MENDONÇA, 2014). Ainda, para a autora:

Pensar o Estado gramscianamente é sempre pensá-lo a partir de um duplo registro: o das formas dominantes na produção (classes e frações) que se constituem e se consolidam por intermédio de organizações da sociedade civil, ao mesmo tempo em que, junto a cada aparelho ou órgão do Estado restrito, estão sempre presentes projetos e intelectuais vinculados às agência(s) da sociedade civil. Uma delas, por certo, deterá a hegemonia junto a certo organismo estatal, conquanto outras igualmente lá far-se-ão presentes, em permanente disputa (MENDONÇA, 2015).

Nesses termos, observa-se que o grupo de industriais (sociedade civil) ligados à FIESC – um aparelho privado de hegemonia - e reunidos em torno da liderança de Celso Ramos no PSD buscou a inserção de seus membros na sociedade política. A partir dessa inserção, houve a possibilidade de construir um projeto hegemônico, que naquele momento estava ligado aos ideais desenvolvimentistas e do planejamento econômico. Esse projeto fez com que Chapecó aos poucos fosse se consolidando enquanto polo administrativo e econômico do Oeste a partir da década de 1960, uma vez que era a sede da Secretaria de Negócios do Oeste, recebendo atenção especial nos investimentos. Uma vez que a cidade conhece um grande crescimento populacional, urbano e industrial na década de 1970, a instalação da Secretaria de Negócios do Oeste na década anterior se torna de primordial importância para entender esse processo.

O conceito de Estado Ampliado transborda as concepções do senso comum sobre Estado, superando a dualidade entre sociedade civil e sociedade política, e se torna uma ferramenta muito interessante para a análise das complexas relações entre essas duas categorias, como é o caso da análise da implantação de um projeto ligado ao planejamento econômico Santa Catarina na década de 1960.

### Referência Bibliográficas

ANDREANI, Arthur Carpenedo. *Política, Economia e Imprensa no Oeste de Santa Catarina (1960-1966)*. 2016. 60 f. TCC (Graduação) - Curso de História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

BIELSCHOWSKY, R. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

CASSOL, Evaldo. *A secretaria do Oeste*. Quatro Barras: Editora Prottexto, 2013.

FONSECA, Francisco César Pinto da. *O Consenso Forjado: a grande imprensa e a formação da agenda ultraliberal no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2005.

MAY, Patrícia Zumblick Santos. *Redes político-empresariais de Santa Catarina (1961 - 1970)*. 1998. 182 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de mestrado em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998.

MENDONÇA, Sônia Regina de. Estado e sociedade. In: MATTOS, Marcelo Badaró et al. *História: Pensar e fazer*. Rio de Janeiro: Laboratório Dimensões da História, 1998. p. 13-32.



\_\_\_\_\_. O Estado Ampliado como ferramenta metodológica. *Marx e O Marxismo*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p.27-43, 06/2014.

SCHMITZ, Sergio. *Planejamento Estadual: a experiência catarinense com o plano de metas do governo – PLAMEG (1961-1965)*. Florianópolis: Editora da UFSC, FESC/UDESC, 1985.

SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Getúlio a Castelo, 1930 - 1964*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.



## A CONSTRUÇÃO DAS IDENTIDADES SEM TERRA EM QUEDAS DO IGUAÇU – PR (1999-2014)

Barbara Nagae<sup>1</sup>

**Resumo:** Este texto, produzido a partir da dissertação do mesmo título, apresenta considerações sobre relação estabelecida entre as práticas sociais dos Sem Terra de Quedas do Iguaçu e o Estado. Quedas do Iguaçu é uma pequena cidade no interior do estado do Paraná, dos 30 mil habitantes, que residem no município atualmente (2017), há aproximadamente dez mil Sem Terras. Busca-se perceber como essas relações configuraram-se em Quedas do Iguaçu, que práticas foram desenvolvidas e ainda, que transformações foram conquistadas pelo MST, durante esses quinze anos no município (1999 – 2014). Para tanto, algumas categorias e discussões tornaram-se fundamentais, destacamos: práticas sociais, políticas públicas e educação. O assentamento Celso Furtado é fruto dos acampamentos construídos em 1999 e 2003 e no processo de sua concretização se formaram os Sem Terra de Quedas do Iguaçu. Neste texto, aponta-se algumas considerações sobre a luta por educação do e no campo, algumas peculiaridades da escola Itinerante em Quedas do Iguaçu, buscando relacionar através de entrevistas e da vivência na escola, o entendimento da prática formativa, identitária, que é a Educação.

**Palavras-chave:** MST; Prática Social; Educação.

### O MST e a Luta por Educação do/no Campo<sup>2</sup>

Em relação à particularidade da demanda educacional do campo brasileiro destaca-se a importância da edificação de uma educação oposta ao modelo rural. Para diferenciar os conceitos de rural e campo, (PINHEIRO, 2008) afirma que é necessário considerar que a expressão “educação rural” está relacionada a uma postura de concepção positivista, mercadológica, competitiva, capitalista, na qual a política de educação direciona para uma formação pragmática, a qual instrui o indivíduo para desenvolver atividades no mundo do trabalho. Transforma a força de trabalho humana em objeto, coisa, mercadoria. É a “coisificação” e desumanização do sujeito.

A expressão educação rural foi empregada durante governo Vargas para delimitar tanto o espaço urbano como o rural e definir políticas públicas de ação para esses espaços geográficos específicos. No entanto, as práticas educativas implementadas para ambas as situações se constituíam em um único paradigma: o urbano.

Em termos educacionais, a Constituição de 1967 e a Emenda Constitucional de 1969 afirmam a obrigatoriedade das empresas agrícolas e industriais com o ensino primário gratuito para empregados e seus filhos menores de 14 anos. Isso explica porque no Brasil, até a década de 1970, a educação para o meio rural esteve sob o gerenciamento das iniciativas privadas (PI-

<sup>1</sup> Mestre em História, UEPG.

<sup>2</sup> A inserção desse subtítulo explica-se a partir do vínculo estabelecido com o MST, que resultou no interesse pelo tema desta pesquisa, ter se originado do trabalho realizado no Colégio Estadual do Campo Chico Mendes, no Assentamento Celso Furtado, em Quedas do Iguaçu. As discussões sobre a educação têm um aprofundamento de informações e o histórico de sua construção pois é compreendida no MST como formadora, emancipadora e é produzida de forma autêntica. O que se traduz em ganhos concretos, tanto pedagógicos como em políticas públicas, sendo, portanto, constituinte de importante base formativa e consequentemente identitária dentro do MST, recorrente nas entrevistas, nas memórias e nas lutas.



NHEIRO, 2008). Seguindo essa lógica, aponta-se que ao rural delegaram-se políticas compensatórias e paliativas, nas quais projetos econômicos e políticos da cultura capitalista se instauraram, demarcando o território do agronegócio, das empresas exploradoras de madeira, minério, entre outros.

Na história da política educacional brasileira, a atenção por parte do Estado com as populações e as escolas do campo inicia-se a partir do final da década 1980, mormente com a aprovação da Constituição de 1988, que teve como foco a educação como direito de todos.

No decorrer da década 1990, as manifestações por uma política educacional no campo adquiriram um significado maior. Os sujeitos sociais do campo, pertencentes aos movimentos sociais populares, demarcaram sua atuação política em espaços públicos na luta pela educação.

No final dos anos de 1990, os sujeitos sociais do campo, em específico o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, intervieram e concretizaram a organização e a construção de processos educativos, entendidos como as práticas educativas, a formação política e a educação escolar. Com o acúmulo de experiência proporcionada por esses processos, transcorreram-se e ampliaram-se a luta e a conquista por políticas públicas de educação.

Diversos autores como Roseli Caldart (2004) Miguel Arroyo e Bernardo Mançano Fernandes (1999), Mônica Molina (2006), entre outros, percebem o I Encontro Nacional de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária (ENERA), organizado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), realizado no Distrito Federal em julho de 1997, como sendo um dos marcos iniciais da organização das discussões em âmbito nacional para uma Educação do Campo. Participaram do I ENERA representantes de instituições como a Universidade de Brasília, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

As discussões sobre o processo educacional nos assentamentos com a participação de representantes de Universidades contribuíram para criação do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA, efetivado por meio da Portaria Nº. 10/98 no dia 16 de abril de 1998, pelo Ministério Extraordinário de Política Fundiária. O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) definiu a missão do PRONERA como a ampliação dos níveis de escolarização formal dos trabalhadores rurais assentados, devendo atuar como instrumento de democratização do conhecimento no campo, ao propor e apoiar projetos de educação que utilizam metodologias voltadas ao desenvolvimento das áreas de reforma agrária.

Este movimento deve ser analisado a partir de suas relações com os movimentos políticos. Ao perceber entre o Estado e o MST uma ligação efetivada na política social, entende-se que além de ganhos e avanços para os movimentos sociais, isto representa que as políticas sociais servem ideologicamente para amparar e minimizar o papel do Estado em relação à equidade social. Mesmo sem sair do papel, ou seja, sem ter sido realmente aplicada, a aprovação da política social representa que o Estado negocia e está cumprindo sua função social.

No estudo de Faleiros (1980) encontram-se definições e considerações necessárias a respeito da constituição, dos objetivos e do papel de reprodução e manutenção ideológica que as políticas sociais proporcionam. Não se deve, no entanto, considerá-las apenas como uma distorção, ou mais uma estratégia do capital, sem levar-se em conta que a própria realidade e as lutas sociais impõem limites e demandam conquistas.

Ao pensar-se em políticas sociais, a exemplo o Assentamento, deve-se ressaltar que estas “(...) *constituem campos de tensão seja na sua formulação, onde se embatem projetos de concepção e objetivos distintos, seja na sua implementação. Não pensemos que a formulação de uma política social determinada esgote a sua tencionalidade*” (NETTO, 1998).

Assim o Estado mantém a ordem social através da concessão, da manipulação de um pacto social que seja aceito. Porém, nesse mesmo movimento, de conflito social, têm-se as



conquistas por parte dos Sem Terra que passam a construir uma memória de emancipação baseadas na luta social.

Dentre as lutas sociais e as conquistas advindas dessas lutas, destaca-se a luta pela Educação do Campo, que começou a delinear-se, vindo a favorecer o desencadeamento de diversas conferências tanto estaduais quanto nacionais, a partir da década de 1990. Segundo Vendramini, a Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, realizada em 1998, impôs uma nova análise sobre a visão da Educação do Campo: “*não mais educação rural ou educação para o meio rural, ao reafirmar a legitimidade da luta por políticas públicas específicas e por um projeto educativo próprio*” (VENDRAMINI, 2007).

O ano de 1998 se constitui então como marco histórico, pois definiu um novo jeito de lutar e pensar a educação para a população brasileira que produz a vida no campo. Conforme Caldart (2004), o debate e a mobilização popular passam a dar/conferir uma materialidade ao conceito de Educação do Campo. O sujeito social inserido neste processo “(...) reafirma que o campo é espaço de vida digna e que é legítima a luta por políticas públicas específicas e por um projeto educativo próprio para seus sujeitos” (CALDART, 2004).

Em termos de avanços na direção de se construir políticas públicas específicas para os povos do campo, ocorreu a formulação das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (Parecer n. 36/2001 e Resolução n. 1/2002 do Conselho Nacional de Educação). De acordo com Vendramini, é a partir das diretrizes que é definida a identidade da escola do campo, isto é,

(...) pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no País. (Diretrizes operacionais para a educação básica do campo, 2002, p. 37). Neste sentido, em 2003, o Ministério da Educação instituiu um Grupo Permanente de Trabalho Educação do Campo e, no ano seguinte, criou-se a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), contemplando em sua estrutura a Coordenação Geral de Educação do Campo (VENDRAMINI, 2007).

Devido aos embates decorridos das Diretrizes, houve a construção de uma política para a Educação do Campo que levou à aprovação do decreto Nº 7.352, de 04 de novembro de 2010, que se refere à política de Educação do Campo, assinado pelo então presidente da República Luís Inácio Lula Da Silva. Esse decreto é direcionado à população que reside no campo. Estão compreendidos no documento os agricultores familiares, os extrativistas, os pescadores artesanais, os ribeirinhos, os assentados e acampados da reforma agrária, os trabalhadores assalariados rurais, os quilombolas, os caiçaras, os povos da floresta, os caboclos e outros que produzam suas condições materiais de existência a partir do seu trabalho no meio rural.

Ainda nesse decreto, tem-se a legitimação da Política de Educação do Campo que por meio das definições “população do campo” e “escola do campo” amplia a discussão e as potencialidades de sua implementação. Nele concretizam-se oficialmente a relação entre trabalho e educação, pois o trabalho no campo é uma das condicionantes para se utilizar a nomenclatura de escola do campo.

Nos termos do decreto delega-se ao governo federal a responsabilidade de criar e implementar mecanismos que assegurem a manutenção e o desenvolvimento da educação na área rural, a fim de superar a defasagem histórica de acesso à uma escola representativa do campo. Da perspectiva das populações do campo, trata-se de contrapor ao modelo ruralista e empresarial e atender à singularidade de cada população. Portanto, compreendemos a Educação do Campo como política pública construída, como sendo uma resposta à divisão social do trabalho em nível nacional (latifúndio) e internacional (agro exportação). Entender a educação do campo





como uma política de Estado não a desvincula de sua origem no movimento social e, no limite, na luta de classes.

Sobre essas proposições, Caldart (2007) ao estudar a tríade política pública/campo/educação, a partir dos seus vínculos sociais de origem, percebe que isso implica na formação dos trabalhadores para lutas anticapitalistas, necessárias à sua própria sobrevivência, tanto na qualidade de classe, mas também como humanidade. A formação que inclui a afirmação de novos protagonistas para pensar/construir essa política implica considerar os próprios trabalhadores do campo como sujeitos construtores de seu projeto de formação.

Percebe-se, portanto, que a política para a Educação do Campo é o resultado da luta dos sujeitos históricos do campo. Compreende-se ainda que existem limites para a concretização dessas políticas, as quais nem sempre são convergentes com a lógica da estrutura do modo de produção vigente nessa circunstância histórica.

Na medida em que se estrutura e se constrói esse processo da política de educação do campo, no campo mesmo, é que veio a ser instituída pelo MST a Escola Itinerante que se contrapõe ao material, a ideologia e espacialmente os referenciais educacionais vinculados ao método tradicional, formal e urbano.

O MST em si é produtor de uma consciência social que, ao interrogar as estruturas sociais, também interroga a estrutura escolar, lugar por excelência de formação da cidadania. A educação formal, dada em escolas públicas, apresenta uma concepção pedagógica que não prioriza a igualdade social, a coletividade, a cooperação e o histórico de luta dos movimentos sociais. Prioriza uma educação voltada para o trabalho, em que o modelo tecnicista ainda é dominante.

Educação do Campo vem se consolidando como uma categoria, ou, como apontam os documentos educacionais, uma modalidade educativa no interior do sistema. É mais apropriado falar em categoria, pois o conteúdo, o significado e o movimento que a envolve produzem novas práticas e compreensões sobre um determinado fenômeno educativo no Brasil (MARTINS, 2008).

Na trajetória de luta por uma educação do campo surgem práticas escolares alternativas ao sistema de ensino oficial. Entre essas práticas situa-se a Escola Itinerante do MST. A Escola Itinerante nasce diante da necessidade das comunidades acampadas em garantir a educação para os sujeitos e seus filhos, e que, com muita força e mobilização, conquistam seu reconhecimento e se legitimam perante o Estado e a sociedade em que estão inseridas.

A Escola Itinerante do MST configura-se pelo movimento dos sujeitos sociais que integram o acampamento. Não é apenas estrutura física de paredes de lona, essa escola se estrutura sobre a luta e a força dos acampados que defendem uma educação efetivamente própria a sua realidade.

Por isso, em 1988, o MST estabeleceu um Setor específico para discutir e repensar os desafios ligados ao direito à educação dos Sem Terra. Esse setor foi criado por ocasião de uma reestruturação interna dos setores do movimento (MST, 2005). Apenas três anos após a sua constituição, o movimento já estava organizado, devido à demanda dos acampamentos, para se pensar/construir uma escola. A escola de acampamento concretiza a luta travada pelas famílias militantes que incluem em seus projetos o direito à educação.

Nos anos de 1989 e 1990, o setor de educação do MST priorizou a habilitação de professores que atuavam em escolas no campo. Em 1991 e 1992, evidenciou-se a campanha de alfabetização de adultos e implantou-se o curso supletivo de 1º grau, com ênfase na formação agropecuária, contemplando jovens que trabalham nas cooperativas dos assentamentos. Em 1993, deu-se início à formação de professores em oficinas de capacitação pedagógica (NETO, 1998)



Percebe-se nesses dados a clara e constante preocupação do MST com a educação, porém, não com qualquer modelo de educação, mas sim uma que se desenha para povos do campo em suas necessidades primárias, que se posiciona a partir da demanda de conhecimento agrário.

### Escola Itinerante

O processo que desencadeou a possibilidade de um movimento social efetivar uma escola, gerida e gestada por eles, inova no sentido de construir uma escola que represente os trabalhadores do campo e suas vivências, além, obviamente, do importante papel político que a Escola Itinerante desempenha na vida dos acampados, pois sua construção é o resultado da luta efetivada por eles.

A Escola Itinerante surgiu em 1982, no Rio Grande do Sul, no acampamento denominado “Nova Ronda Alta Rumo a Terra Prometida”, localizado no município de Ronda Alta. A iniciativa partiu de duas professoras que, visando atender a demanda de 180 crianças em idade escolar, engajaram-se em conversas e audiências com a Secretaria de Educação, vindo a ser autorizada e construída a escola. Em muitos casos, as crianças não eram matriculadas em escolas urbanas em razão da distância, das péssimas condições de transporte e, em alguns casos, até mesmo por sofrerem preconceito e criminalização. É por isso que se deve garantir a afirmação da prática pedagógica da Escola Itinerante, pois ela é produto das necessidades dos povos do campo, além de a educação ser um direito constitucional a todos os brasileiros.

Caldart (2004) destaca cinco fatores do processo de ocupação da escola, são estes: o contexto de precarização educacional brasileiro, a preocupação das famílias com estudo dos filhos, a iniciativa de educar de mães e professoras, o caráter massivo e popular da prática educacional e a própria organicidade do MST que defende a educação como etapa fundamental da emancipação do sem-terra.

Na Escola Itinerante Chico Mendes, esses fatores foram identificados, pois mães e professoras do MST iniciaram aulas diante da apreensão das famílias quanto à continuidade do ensino. Outro aspecto importante que vale retomar é que a educação é entendida como prioritária na formação e organicidade do MST.

Por que surgiu a escola itinerante? Simplesmente por necessidade, porque na cidade, onde a gente não é reconhecido como cidadão quedense, então os jovens que iam pra cidade, **eles eram discriminados**, essa é a verdade, então surgiu essa necessidade de ter a escola itinerante, a escola dentro do próprio acampamento, **a primeira escola itinerante do Paraná**, em estágio de aprovação. Então, a gente passou por esse processo, depois fomos **educadores** de escola itinerante durante três anos, né. Quando surgiu a oportunidade de ser **coordenador da escola logo após assentamento, todos pelos pais, nunca fui indicado político, nada, nunca tive essa função de indicado político** (CESAR, 2016).

A fala de Ademir remete à discriminação a qual as crianças Sem Terra eram expostas na cidade, além do orgulho dele ao referir-se à obtenção de seu cargo de coordenador na escola por indicação dos pais dos estudantes e não por indicação política.

No Colégio Estadual do Campo Chico Mendes, localizado no Assentamento Celso Furtado, escutavam-se algumas falas nesse sentido: “que crianças sujas”, “olhe os calçados, pura terra”, “e os materiais? ”, “e aquelas sacolas? ”, “por que descem correndo desesperados do ônibus? ” E assim por diante. Os que discriminavam, separavam as práticas culturais de seu contexto e não compreendiam os costumes pois desconsideravam a vida diária no campo, a poeira, a inadequação do transporte e das estradas (ônibus em péssimo estado e estrada de chão, quando mais cascalhada) e, ainda, desconhecendo que vários desses estudantes vinham com uma roupa e traziam os uniformes em sacolas para se trocarem no colégio e por esse motivo desciam rapidamente do transporte procurando banheiros para higienização e a troca da roupa.



No MST uma grande bandeira é a educação, justamente por esse histórico de analfabetismo e de abandono da escola. Muitos Sem Terra não concluíram seus estudos e ainda se sentem inferiorizados em turmas normatizadas do Estado, onde são alvos do desconhecimento de seus costumes e conseqüente estigmatização. Ao longo dessas décadas o MST desenvolveu a Escola Itinerante, que foi pivô de conquistas como a política pública da Educação do Campo, da abertura da Universidade a demanda do campo (como os programas de alternância), dentre outros. Essas conquistas memoriam as práticas formadoras da identidade e possibilitam aos Sem Terra a continuidade dos estudos e a compreensão das conquistas advindas da militância,

Onde abriu minhas oportunidades de sair fazer curso pra fora, e aonde **que eu comecei a estudar novamente, retornei os estudos, que era o que eu tinha planejado, voltar a estudar um dia. Mas isso já havia passado alguns anos no acampamento, 2004 ainda que eu fui voltar, retornar o estudo.** Daí comecei a estudar novamente e dentro do **acampamento aprendemos muito com essa questão da militância, da pertença ao movimento Sem Terra, não como a pessoa que não tem nada, não tem terra, e sim, uma pertença, identidade, de uma pessoa que se sente parte daquela organização, porque você vai aprender a lutar pelo direito das pessoas que necessitam, né.** Então, depois que você tem **esse espírito de militância,** você não consegue mais ver a elite como algo bom, pra pobreza, você consegue ver aquilo como o risco a pobreza, porque eles só vão existir se tiver a pobreza ali. Então você vai **começar a pensar mais nos pobres,** temos que chegar lá também, não podemos ficar só aqui (SILVA, 2016).

Esse “*espírito da militância*”, que surgiu no acampamento e se legitima no pertencimento, no “*ser*” parte da organização, é traduzido em “*começar a pensar nos mais pobres*” e representa aqui a construção da identidade Sem Terra, em sua faceta mais genuína e social. Diante das dificuldades, se firma um compromisso coletivo, nas memórias das conquistas – o empoderamento frente a estigmatização e, então, o projeto social: “*não podemos ficar só aqui*”. A partir do retorno ao estudo, das práticas no acampamento Adecir vai aprendendo a “*lutar pelo direito das pessoas que necessitam*”.

Parte considerável dos Sem Terra não frequentou a escola no período convencional e desde o começo, em 1984, essa tem sido uma das grandes bandeiras do movimento. Há grande valorização da cultura escrita, seja na academia ou em qualquer meio de comunicação contemporâneo, mas entre os Sem Terra haviam dificuldades na apropriação da escrita (mudanças frequentes, ausência de escolas) e predomina a oralidade. Esse costume se representa nas músicas, cantos, discursos e uma série de tradições orais que permanecem existindo ao lado da escrita que é desenvolvida (maioritariamente) por um coletivo.

Com uma variedade de construções práticas, a escrita passou a ser coletiva. Quando não é escrita a várias mãos, é inegavelmente ouvida, discutida, pensada por um coletivo. Enquanto lecionei nas escolas do Assentamento, constatei por diversas vezes essa prática. Quando lhes era pedido produção de texto ou que escrevessem algum relato sobre o MST, os estudantes pediam para fazê-lo coletivamente, argumentavam que haviam passado por esse processo juntos e que juntos lembram mais coisas. Boa parte da literatura Sem Terra é produzida dessa forma.<sup>3</sup>

Outro diferencial que se evidencia em relação à escola pública e a itinerante é que a concepção de educação do MST pauta-se em diversas relações educativas e, ao referir-se aos docentes, utiliza o termo educador, mostrando assim a complexidade da prática educacional do movimento. Essa prática se efetua desde a construção do espaço físico da escola,

<sup>3</sup> Quando convidei alguns Sem Terra para a entrevista, vários deles trouxeram outros ou ainda, em entrevista na Praça (centro da cidade), ao passar Sem Terras que estavam desde a ocupação, o entrevistado chamou um companheiro que estava passando e pediu para ele dar-me entrevista.



E daí nós chegamos lá no acampamento, então já fomos organizando o barracão, já organizamos o local, lá já era tudo aberto, fomos mais pra frente desmanchemo as casa velha que tinha as madeira muito velha, nós mesmos, educadores, se reunimos com os pais, no chão, e nós mesmos construindo e chovendo, chovendo e nós construindo. Nós conseguimos dividir em quatro, cinco salas, no qual eu era o coordenador dessa escola, né (SILVA, 2016).

Nesse processo, acopladas às experiências e às novas demandas educacionais, delineia-se uma Pedagogia própria, inspirada, crescida e fomentada na luta pela terra. A Pedagogia da terra é o nome do processo educacional formativo que se faz no Movimento Sem Terra.

Para Caldart (2007), podem-se distinguir cinco processos de educação básicos que formam as matrizes pedagógicas do MST, são eles: Pedagogia da luta social; Pedagogia da organização coletiva; Pedagogia da terra; Pedagogia da cultura e Pedagogia da história.

Com a Pedagogia da luta social, os Sem Terra desenvolvem a aprendizagem de lutar para transformar. Com a Pedagogia da organização coletiva, eles entendem o fazer parte de uma coletividade, o que lhes confere força e emancipação na esfera social. A Pedagogia da terra critica a relação terra-homem em uma perspectiva mercadológica e relaciona educação e vida produtiva. A Pedagogia da cultura utiliza das experiências históricas e das práticas do MST para construir um referencial de vivências comum ao momento atual. Por fim, a Pedagogia da história que demonstra a continuidade de lutas pela terra ao longo do tempo.

As Escolas Itinerantes fazem uso das pedagogias descritas acima e recorrente na entrevista como: dividir em tarefas, ajudar a construir a estrutura e a questão pedagógica, o “jeito” de trabalhar Sem Terra, e tem como missão a produção do conhecimento, tendo suas bases nos processos educacionais desenvolvidos no MST.

A educação ocorre em todas as etapas, mas percebe-se diferenças no Acampamento, situação temporária que dura até a expulsão das famílias, no caso de perderem judicialmente, ou até conquistar-se a terra e no assentamento, caso seja reconhecido pelo INCRA como terra para Reforma Agrária.

Com o Assentamento as transformações se intensificam, as famílias vão para seus lotes e a vida passa a se organizar mediante as opções variadas tanto no plantio quanto na associação ou formação de cooperativas. Há mudanças significativas, mas existem permanências em função das práticas desenvolvidas na construção de identidade formada na memória das lutas e conquistas coletivas.

Nesse contexto das memórias coletivas, a escola se torna um espaço privilegiado para se tentar compreender a lógica de organização escolhida pelo grupo, é partir dela que as transformações são problematizadas e as noções de identidade individual e coletiva são trabalhadas e postas em prática. Para pontuar as continuidades que o assentamento mantém em relação ao acampamento, parte-se em primeiro lugar da estrutura material e física da escola, onde ainda se percebe uma situação de precariedade com insuficientes, mal iluminadas e pouco arejadas salas de aula, condições existentes durante todo o percurso da itinerância e presente atualmente. Por outro lado, durante a Escola Itinerante não se utilizava ônibus para ir às aulas. Este fato é alterado visto que ao obterem a terra e ao residirem distante do colégio os estudantes dependem do transporte e de estradas que nem sempre existem ou contemplam a demanda. Assim, percebe-se que há demanda de políticas específicas para os moradores, ou ainda trabalhadores do campo que em relação ao urbano/industrial foram marginalizados, donde advém a luta por terra, educação e condições de permanência no campo.

Para Roseli Caldart (2003) ao construírem material e pedagogicamente esta escola os acampados realizaram a prática de educar-se e representar-se nesse espaço que adquire a função de perpetuar as lutas e a memória. Memória da luta por uma escola do campo, da luta por terra, cidadania e dignidade.





Ao propor e implementar a escola dentro dos acampamentos e assentamentos, o MST produz um novo sujeito social e cultural enraizado na história das lutas sociais, amparado pela coletividade do movimento e criador de alternativas educacionais complexas e inovadoras. Complexas porque compreendem a educação de uma forma mais ampla do que só restrita ao saber técnico ou, ainda, não atrelada ao modelo educacional burguês que apenas legitima ideologicamente as relações de dominação e confere à educação caráter de mercadoria. Inovadoras, pois se percebe que as práticas pedagógicas existentes na educação do MST são comuns aos espaços educacionais dos mesmos, enquanto que adquirem caráter de singularidade em relação à sociedade atual.

### Referências Bibliográficas

CALDART, Roseli Salette. *Pedagogia do Movimento Sem Terra*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

\_\_\_\_\_. *Sobre Educação do Campo*. III Seminário Nacional do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea), Luziânia: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2007.

FALEIROS, Vicente de Paula. *A política social do Estado capitalista: as funções da previdência e da assistência social*. São Paulo: Cortez, 1980.

GADEA, C. A; WARREN, I. Scherer. *A Contribuição de Alain Tourane para o debate sobre o sujeito e a democracia latino-americana*. In: Revista de Sociologia e Política, nº25, UFPR, Curitiba, 2005, p.39-45.

MARTINS, Fernando José. *Educação do Campo: processo de ocupação social e escolar*. In: II CONGRESSO INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA SOCIAL, 2008, São Paulo. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.

MOLINA, Mônica Castagna. Brasil. Ministério do Desenvolvimento Agrário. *Educação do Campo e Pesquisa: questões para reflexão*. – Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.

MST. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. *Escola Itinerante em acampamentos do MST*. In: \_\_\_\_\_. Caderno de Educação. Nº. 13 – Edição Especial: Dossiê MST Escola: Documentos e Estudos 1990-2001. São Paulo: Expressão Popular, 2005, p. 185-198.

\_\_\_\_\_. *Pedagogia do Movimento Sem Terra: acompanhamento às escolas*. In: Caderno de Educação. Nº. 13 – Edição Especial: Dossiê MST Escola: Documentos e Estudos 1990-2001. São Paulo: Expressão Popular, 2005d, p. 235-263.

NETO, Luis, Bezerra. *Sem terra aprende e ensina: um estudo sobre as práticas educativas e formativas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST - 1979-1998*. Dissertação de Mestrado. UNICAMP, 1998.

NETO, José Paulo. *O Materialismo Histórico como instrumento de análise das políticas sociais*. In: NOGUEIRA, Francis Mary Guimarães (Org.). Estado e Políticas Sociais no Brasil. – Cascavel: EDUNIOESTE, 2003. P.11-28.





PINHEIRO, M. D. S. D. *A concepção de educação do campo no cenário das políticas públicas da sociedade brasileira*. UFPA, 2008. In: [www.anpae.org.br/congressos\\_antigos/simpósio2007/289.pdf](http://www.anpae.org.br/congressos_antigos/simpósio2007/289.pdf).

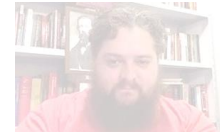
VENDRAMINI, Célia Regina. *A escola diante do multifacetado espaço rural. Perspectiva*, Florianópolis, v. 21, n.1, p. 145-166, jan.-jun. 2004.

\_\_\_\_\_. *Caderno Cedes*, Campinas, vol. 27, n. 72, p. 121-135, maio/ago. 2007.

### **Entrevistas:**

CESAR, Ademir. Entrevista realizada em agosto de 2016. Entrevistadora: Barbara Nagae. Quedas do Iguaçu, 2016. 1 arquivo. Mp3 (19,18 minutos). Esta e as demais entrevistas utilizadas nesta pesquisa encontram-se transcrita na íntegra no apêndice dessa dissertação.

SILVA, Adecir Rodrigues. Entrevista realizada em agosto de 2016. Entrevistadora: Barbara Nagae. Quedas do Iguaçu, 2016. 1 arquivo. Mp3 (15,35 minutos). Esta e as demais entrevistas utilizadas nesta pesquisa encontram-se transcrita na íntegra no apêndice dessa dissertação.



## ENTRE O LEGAL/ILEGAL E O FORMAL/INFORMAL: CAPITAL E TRABALHO NO COMÉRCIO VAREJISTA NO PARAGUAI

Cíntia Fiorotti<sup>1</sup>

**Resumo:** Neste texto apresento as disputas pela organização e exploração do trabalho na fronteira Brasil-Paraguai, em específico em Salto Del Guairá/PY entre os anos de 1990 e 2015. Para tanto, busco relacionar como o processo de reprodução do capitalismo neste lugar, também se articula a presença maciça de trabalhadores oriundos de diferentes nacionalidades em busca pela sobrevivência. Para compreender estas relações, foram realizadas entrevistas com empresários e trabalhadores de diferentes nacionalidades e realizada a pesquisa com outros documentos sobre o tema.

**Palavras-chave:** trabalhadores; comércio; fronteira.

### Introdução

Em Salto del Guairá<sup>2</sup>, há inúmeros trabalhadores com diferentes trajetórias de vida, vivenciando experiências comuns de exploração da força de trabalho no comércio varejista. Os contratos de trabalho dos vendedores em lojas de produtos importados, oscilam entre acordos informais/formais, havendo muitos trabalhadores atuando em lojas em situação de imigrante irregular. Em meio a esta pluralidade de situações na fronteira, também há uma disputa constante neste mercado entre proprietários de lojas com diferentes poderes aquisitivos e nacionalidades buscando acumulação de capital. Ainda, fazem-se presentes os conflitos em torno da concorrência entre trabalhadores de diferentes nacionalidades ao buscarem meios para sobreviver neste fluxo comercial.

Estas relações sociais envolvendo o trabalho na fronteira não conseguem ser compreendidas se apenas visualizadas como um lugar comercial onde o capitalismo se reproduz. Isto não implica dizer que a importância das teorias a respeito do processo de acumulação e reprodução do capital não seja significativa para refletirmos sobre as relações sociais presentes nesta fronteira. A vasta produção bibliográfica sobre o tema tem contribuído e muito para este estudo quando refletimos sobre a relação entre capital e trabalho. Contudo, consideramos relevante estudarmos a realidade destes trabalhadores para compreendermos como eles se fazem e se percebem em meio a este processo de acumulação e reprodução do capital. Desta forma, trago algumas reflexões sobre as condições de trabalho vivenciadas por vendedores de nacionalidade

<sup>1</sup> Professora de história na educação básica pública SEED-PR/BR. Graduada e mestre em história pela UNIOESTE-PR/BR. Doutorado em História pela UFU-MG/BR. E-mail: cintiafiorotti@hotmail.com. Este texto é parte da discussão presente no terceiro capítulo da tese FIOROTTI, Cíntia. *História de trabalhadores e do trabalho na fronteira Brasil-Paraguai (1960-2015)*. Tese (Doutorado em História). Uberlândia: UFU, 2015. Todos os nomes dos entrevistados foram substituídos por pseudônimos.

<sup>2</sup> Em 1997, Salto Del Guairá, sua população era de 12.000 habitantes. A região a qual pertence Salto Del Guairá, é conhecida por departamento de Canindeyu e conta com aproximadamente 145.841 habitantes, estando 83% destes, também localizados nas áreas rurais. DGEE/STP, dados referentes ao ano de 2007. Disponível em: <<http://www.dgeec.gov.py>>. Acesso em 04 de outubro de 2010. Na década de 2000 a prática crescente de atividades comerciais em Salto del Guairá relacionadas à venda de produtos importados pelo Paraguai de países como China, Coreia e Indonésia aumentou significativamente o número de lojas (no ano de 2006 haviam 200 lojas, passando em 2010 a 1.300 lojas) e, trabalhadores em Salto del Guairá e o fluxo comercial com as cidades brasileiras Guairá e Mundo Novo. O número de habitantes em Salto del Guairá chegou a triplicar nesta década.



brasileira em Salto del Guairá, buscando compreender os conflitos e disputas em torno da organização e exploração do trabalho nesta fronteira e as percepções dos trabalhadores sobre estas relações sociais.

### Entre o legal/ilegal e o formal/informal

Em meio às relações de trabalho envolvendo o comércio de mercadorias na fronteira Paraguai-Brasil, encontramos a articulação de diversas ocupações para a circulação de mercadorias neste espaço. É exemplo o trabalho de “cotistas” ou laranjas.<sup>3</sup> Muitos dos entrevistados envolvidos com o transporte diário de mercadorias atuam como laranjas e se reconhecem como “cotistas” por estarem ocupados como vendedores no mercado de trabalho formal e/ou informal em estabelecimentos comerciais em Salto del Guairá.

No caso dos brasileiros que trabalham em Salto del Guairá/PY, são comuns acordos de trabalho informais e verbais que excedem a legislação trabalhista paraguaia. Isto até mesmo quando os trabalhadores possuem a documentação referente à regulamentação da sua presença e trabalho em outro país e estão registrados formalmente em lojas. Identificamos os motivos que levam estes trabalhadores a terem ou não esta regulamentação, bem como aceitarem estes acordos de trabalho que extrapolam as leis trabalhistas do país onde atuam. Neste contexto, analisamos como os trabalhadores de nacionalidade paraguaia lidam com a presença de muitos trabalhadores imigrantes e com a pressão para cumprir jornadas de trabalho que excedem as permitidas pela legislação em seu país.

Nas descrições trazidas pelos vendedores sobre contratos formais ou informais e/ou verbais de trabalho, foram relatados alguns aspectos diferentes entre estes acordos que variavam conforme a nacionalidade do empregador e do trabalhador<sup>4</sup>. Algumas das especificidades dos contratos informais com empresários estrangeiros em Salto del Guairá, estão presentes na entrevista com o vendedor Roberto, ao falar sobre suas condições de trabalho em uma loja de venda de eletrônicos, informática e perfumes de proprietário libanês:

[...] Lá a gente tem no mês, quatro folgas, sendo que, algumas lojas deixam você folgar no domingo e algumas não. Por exemplo, na loja que eu trabalho hoje eu não posso folgar no domingo, se eu folgar no domingo eu tomo uma multa de cem reais. É então, eu posso folgar de terça a quinta, sexta-feira não porque dá movimento e dia de segunda é dia de fazermos limpeza. Então é batidão, não tem descanso assim. Almoço na loja que eu tô agora é quarenta minutos, então é uma coisa boa. É bem puxado assim, apesar de que é só atendimento de balcão, né? Só que você tem que se esforçar porque seu salário só vem de venda comissionada. [...] Não há salário-base não. Salário base é geralmente, é só pra pacoteiro, pessoas que trabalham no pacote entregando mercadoria, eles têm um salário fixo e a gente que é vendedor é só comissionado, mas só que ganha mais. Ah, tem a questão das férias também. Férias lá é assim, são só quatorze dias e mais seus quatro dias de folga. E o período que você está de férias

<sup>3</sup> Em síntese, cabe lembrar que cotista é o termo empregado por vendedores que trabalham em lojas de produtos importados em Salto del Guairá e atravessam diariamente a fronteira Paraguai-Brasil; na maioria das vezes transportando mercadorias dentro da cota atual de U\$300,00. Fazem isto em troca de um determinado pagamento pelo serviço ou em troca de transporte (carona) para deslocar-se de Guaíra (PR) ou de Mundo Novo (MS) até as lojas onde trabalham em Salto del Guairá (PY). Na prática, exercem uma atividade muito semelhante ao dos laranjas. Estes últimos são trabalhadores ocupados no transporte de mercadorias entre o Paraguai e o Brasil, na maioria das vezes dentro do valor da cota permitida, passando uma ou várias vezes ao dia ou da semana, atuando com ou sem vínculo com um ou mais sacoleiros. Já estes são os compradores das mercadorias e, às vezes, também transportam as mesmas na fronteira Paraguai-Brasil a fim de revender as mercadorias neste último país. Podem ser vendedores ambulantes, fornecedores de mercadorias para outros estabelecimentos de venda de importados ou proprietários de lojas no Brasil.

<sup>4</sup> Durante a pesquisa não tivemos acesso a contratos escritos de trabalho formal e nem informal.



“você não ganha, tá?! Nem o salário-mínimo paraguaio, tem algumas lojas que pagam o décimo terceiro e outras nem falam sobre isso [...]”<sup>5</sup>

Na entrevista, Roberto justifica com base no trabalho e nos tipos de contratos a diferenciação salarial entre vendedores (brasileiros) e “pacoteiros”. Estes últimos, identificados como “eles”, são de nacionalidade paraguaia. Ele usa a descrição de seu acordo de trabalho para chamar atenção para como a composição do seu salário é transferida a ele, independente da jornada e do desgaste físico despendidos. Em conjunto, as multas atuam como mecanismos de coerção e disciplinarização aos trabalhadores na tentativa dos empresários estenderem a jornada de trabalho sem o pagamento de horas extras em busca do aumento da extração do sobretrabalho.

Para este entrevistado, estar no “balcão”, significa a internalização de metas que requeiram uso de seus conhecimentos profissionais e pessoais no trabalho. Isto representa um tipo de conhecimento entendido por ele como dispensável àqueles que ocupam os postos de empacotador. Na hierarquia dos postos de trabalho da loja, ele se vê ocupando um lugar diferenciado dos demais trabalhadores naturais de Salto del Guairá. Assim justifica uma possível diferença salarial, como retribuição ao conhecimento, esforço e qualidades individuais. Este é um dos elementos que contribuem para o vendedor brasileiro identificar-se com uma condição social diferente de seus pares de nacionalidade paraguaia<sup>6</sup>.

Esta divisão do trabalho é comum em lojas nas cidades paraguaias fronteiriças com o Brasil. A contratação informal da força de trabalho dos vendedores brasileiros representa alguns benefícios ao empregador, tais como o não pagamento de encargos e não cumprimento dos direitos trabalhistas paraguaios<sup>7</sup>. Por exemplo, um dos entrevistados relatou: “*Se você fica doente, você tá enrolado. Se for uma empresa grande, e for um caso grave de saúde, eles te dão uma licença, mas nesses dias que você não está trabalhando você não vai ganhar, porque você não está dando lucro*”<sup>8</sup>. A remuneração baseada apenas na produção e não na jornada, expressa as condições de trabalho impostas e comuns em muitas lojas. Entre elas, Dario manifesta esta compreensão dizendo que “dar lucro” é receber apenas pela produção diária e adoecer ao ponto de comprometer a presença no trabalho é correr o risco de demissão<sup>9</sup>.

Nas entrevistas com os empresários, foi relatado que a redução dos custos trabalhistas com a informalidade nem sempre representa menores gastos para eles, pois, conforme os empresários, o pagamento da composição salarial dos vendedores brasileiros (com comissões e metas de vendas) tornara-se maior do que a dos trabalhadores paraguaios formalizados e com

<sup>5</sup> Roberto, 20 anos, nacionalidade brasileira e residente em Guaíra. Entrevista gravada em maio de 2012 em Guaíra.

<sup>6</sup> Nessa pesquisa, não foi possível levantar dados estatísticos sobre a proporção de trabalhadores brasileiros e paraguaios ocupados nas lojas em Salto del Guairá, devido à grande quantidade de contratos informais. Entre os 13 vendedores em lojas de importados entrevistados, apenas cinco possuíam registro em carteira de trabalho, sendo dois de nacionalidade paraguaia e três de nacionalidade brasileira.

<sup>7</sup> Em meio as estipulações da Ley nº 213/93, Código del Trabajo del Paraguay, destacamos: Jornada de trabalho de 8 horas diárias e 48 horas semanais; Horário de intervalo para refeições mínimo de 30 minutos; Descanso mínimo de 10 horas após a jornada de um dia de trabalho; Horas extras com máximo de três horas diárias, sem exceder 57 horas semanais, respeitando as exceções previstas em lei; 50% sobre a hora normal para as horas extras e 100% nos feriados; Adicional de 30% para trabalho noturno; Adicional de periculosidade e insalubridade; Direito a 1 dia de descanso semanal; 13º salário proporcional ao tempo trabalhado, incluindo a média do salário, horas extras e comissões; Férias remuneradas de 12 dias úteis entre 1 ano a 5 anos de trabalho, 18 dias entre 5 a 10 anos de trabalho e 30 dias úteis após 10 anos de trabalho; Salário mínimo nacional; Pagamento de imposto ao Instituto de Previdência Social; Licença maternidade de seis semanas após o parto, podendo ter seis semanas antes do parto, caso o médico solicite; Entre os quinze e dezoito anos, é permitida jornada de 6 horas diárias e 36 horas semanais, sem permissão para horas extras. Empregados estrangeiros para cada empregador não podem exceder 25%.

<sup>8</sup> Dario, 26 anos, natural de Guaíra. Trabalha há 10 anos em lojas no comércio em Salto del Guairá-Paraguai e já trabalhou de laranja. Entrevista gravada em maio de 2013 em Guaíra.

<sup>9</sup> Em Salto del Guairá há um Consulado brasileiro. Isto deveria facilitar o encaminhamento das queixas formais dos trabalhadores brasileiros ao não acesso aos direitos sociais no Paraguai. Porém, isto não é a realidade descrita nas entrevistas.



salário-mínimo. Ao ser questionada, uma das empresárias entrevistadas justificou desta forma composição do salário:

Olha a carga horária, quem combina certinho é o contador, que dá todas as leis deles. [...] Não tem pagamento de horas extras não. Tem como é que diz assim, é eles ganham por porcentagem. Olha os nossos funcionários, tem sempre assim que ganhar em torno de R\$ 3.000,00 reais por mês, ainda com comida. Então, eles trabalham feliz, porque não importa pra eles se estão trabalhando até sete horas da noite, porque eles estão ganhando lucro, ganhando a comissão deles. Não é como aqui, por exemplo, que se passa eles vão ganhar R\$ 1.000,00, mas cinco e meia vai embora. Mas, se passa a hora e eu pago a mais, não dá isso.<sup>10</sup>

Os acordos estabelecidos entre empresários e vendedores seguem uma conduta moral estabelecida nos acordos informais. Afirmar o estado de ânimo do vendedor como aquele que “trabalha feliz” é um recurso utilizado pela proprietária de loja entrevistada para legitimar o descumprimento das leis trabalhistas em troca de comissões por produtividade.

Na medida em que há exigência de metas de vendas aos vendedores e a necessidade do trabalhador tentar aumentar as comissões para compensar o deslocamento para este local de trabalho, também há o aumento da acumulação de seus empregadores. Trata-se de uma estratégia de acumulação por parte dos proprietários de lojas que organizam esta forma de contratação da força de trabalho. Ainda, a contratação informal de vendedores permite ao empregador ter um número maior de funcionários brasileiros do que os 25% permitidos por lei.

Esta procura por contratar trabalhadores brasileiros, sejam eles regularizados ou não e contratados formalmente ou informalmente, também se justifica pelo público consumidor ser majoritariamente da mesma nacionalidade destes vendedores. Nesta escolha, pesam as diferenças do idioma e o comportamento cultural dos trabalhadores e consumidores dos dois países. Isto influencia os vendedores brasileiros conseguirem certa proximidade e credibilidade com os consumidores de mesma nacionalidade que estão comprando em outro país. Atualmente, há predominância de consumidores brasileiros nestas lojas.

No caso de Roberto, ele possui sua regularização para trabalhar no Paraguai. Retirou-a mediante exigência de uma das lojas que trabalhou informalmente e, posteriormente, formalmente no Paraguai, o que ocorre devido à fiscalização acompanhada de multas a lojas que contratam informalmente trabalhadores brasileiros não regularizados. A fiscalização é realizada no comércio em Salto Del Guairá por representantes do Ministério do Trabalho com sede em Asunción. O valor da multa varia conforme a reincidência do empresário<sup>11</sup>. Conforme as entrevistas

<sup>10</sup> Nara, 73 anos, nacionalidade brasileira, residente em Guaíra (PR), proprietária de loja em Salto del Guairá e em Guaíra. Entrevista gravada em agosto de 2013 em Guaíra.

<sup>11</sup> De acordo com o Ministério do Trabalho e Emprego, 2010, no Guia Dirigido dos Estados Partes (Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai, neste período ainda não estava incluso a Venezuela) do Mercado Comum do Sul - MERCOSUL, qualquer pessoa com nacionalidade em um destes países, com residência legal em outro país deste bloco e com sua devida regularização, pode trabalhar e estudar neste último tendo acesso as seguridades sociais deste lugar. Este acordo de residência começa a funcionar em 2009, com o Programa de Regularização Migratória Brasil-Paraguai. Ainda, sobre a regularização de trabalhadores de Foz do Iguazu/BR no comércio em Ciudad del Este/PY, a pesquisa de mestrado em ciências sociais de Oberty Coronel (2013) analisa que “[...] As categorias de admissão prevista na Lei de Migração nº 978/96 (Paraguay) compreendem estrangeiros “residentes” e “não residentes”. É considerado “residente” o estrangeiro que em razão da atividade que desenvolve fixe a sua residência no Paraguai e tem a vontade de permanecer de forma permanente ou temporária. Considera-se “não residente” o estrangeiro que ingressa no Paraguai sem intenção de radicar-se naquele país. Categoria que, a princípio, seria a que compreenderia os brasileiros, especialmente pelo que está disposto no artigo 29, inciso 6, que admite a recepção de trabalhadores migrantes fronteiriços contratados de forma individual ou coletiva. Há ainda a possibilidade de utilizar-se de parentesco paraguaio, [...] que está prevista na Constituição Paraguaia em seu artigo 146, onde filhos de paraguaios são admitidos como paraguaios natos (como se fossem nascidos no Paraguay – *ius sanguinis*) desde que radicados naquele país de maneira permanente. [...]”. CORONEL, Oberty. *Práticas sociais e trajetórias dos trabalhadores brasileiros nas empresas de Ciudad del Este-Paraguai*. 2013. Dissertação (Mestrado em Ciências





com os vendedores brasileiros, essa fiscalização se restringe a controlar quem está regularizado ou não para trabalhar no país. Já o cumprimento das leis trabalhistas por parte dos empresários a estes trabalhadores não é fiscalizado.

Ao descrever como fez seu “permiso” e sua “migración”, Roberto expressou a desconfiança sobre os abusos nos valores descontados em seu salário para pagar os custos destas regularizações. Assim, descreve:

[...] Eu já estava meio esperto, meio desconfiado aí eu falei vou fazer por conta própria (o documento de migración), aí ela falou pra mim assim: “Por quê por conta própria?” a contadora né?! Ela queria ganhar o dela, aí chegou até conversar com o Ali falar que eu tava desconfiando dela e querer me demitir, entendeu? Falei assim “Então faz, pode fazer então” que naquele tempo não dava pra largar o serviço assim, Falei então você pode fazer então! Aí ela fez, aí depois de cinco meses chegou. Aí com o tempo eu peguei e saí daquela loja, entendeu? [...] Porque é absurdo! Eu faltei um dia porque eu tinha auto escola, aí me deram uma multa de 200 reais. Aí eu cheguei pra contadora e falei: “Eu não ganho 200 reais pra você me dar um desconto de 200 reais”. É por dia né?! “Não ganho 200 reais pra você me dar isso de desconto” aí ela falou assim: “Foi mando do patrão” aí eu falei: “Então tudo bem, mas você assina aqui esse papel que você tá me dando uma multa de 200 reais”. Aí ela falou: “Não eu não vou assinar”, por que ela sabia que eu ia lá no consulado e eu ia pra cima deles. Aí nenhum deles assinaram. Aí eu peguei, recebi, descii e fui embora. Até hoje eu não voltei lá na loja pra dar satisfação, eles não me deram satisfação o dia que eles foram me dar multa também [...]<sup>12</sup>.

Resistências às práticas de abuso moral e exploração do trabalho praticadas pelos empresários são expressas nas ameaças por parte dos vendedores de buscarem pelo cumprimento dos seus direitos trabalhistas ou no abandono do emprego. Tais ações dos vendedores são avaliadas dentro de um contexto econômico e cultural experimentado por muitos dos trabalhadores em Salto del Guairá. Como observado na entrevista com Roberto, ele vive em seu atual acordo informal de trabalho as mesmas cobranças de multas vividas em um de seus primeiros empregos formais em lojas de Salto del Guairá. A recusa à permanência no emprego, feita por ele no primeiro ano de trabalho neste comércio, não é a mesma vivida atualmente.

Relaciona-se a esse processo a ampliação do número de lojas em Salto del Guairá nos últimos anos, combinada à ampliação da concorrência entre os lojistas que oferecem praticamente as mesmas mercadorias, o que dificulta aos vendedores conseguirem postos de trabalhos

---

Sociais) – UNIOESTE, Toledo, 2013. Em Salto del Guairá Esta regularização é feita por meio da Dirección General de Migraciones, exigindo vários documentos do solicitante, tais como comprovante de residência no Paraguai, antecedentes criminais do país de origem e atestado médico. Após a regularização o trabalhador imigrante recebe um dos dois documentos: o primeiro é chamado popularmente de “permiso”, (radicación temporaria para ciudadanos del MERCOSUR) e o segundo de “migración” (radicación permanente para ciudadanos del MERCOSUR). Disponível em: PARAGUAY, República del. *Dirección General de Migraciones*. In.: <<http://www.migraciones.gov.py/>>. Acesso em: 05 fev. 2015.

<sup>12</sup> Roberto, 20 anos. Entrevista gravada em maio de 2012 em Guairá. Algumas lojas costumam pagar pela regularização do trabalhador e emissão dos documentos “permiso”, que garante a regularização temporária do trabalho, podendo ser renovada por duas vezes e do documento “migración”, para a regularização permanente, e depois descontar parcelado da remuneração dos trabalhadores. Nas entrevistas foram informados valores cobrados pelas empresas aos trabalhadores para a retirada deste primeiro documento, que variam de R\$ 60,00 a R\$ 450,00 e, para o segundo, de R\$ 600,00 a R\$ 2.000,00. Há por parte dos entrevistados a desconfiança de contadores e advogados cobrarem uma porcentagem em cima do valor para fazerem estes documentos. Além da referência ao pagamento de propina por parte destes intermediários para conseguir documentações falsas, tais como comprovantes de residência no Paraguai e atestado médico e, ainda, para o documento ser feito em um prazo menor do que de outras pessoas que aguardam pela emissão do mesmo. As entrevistas indicam que a retirada da “migración” por estes caminhos conta com trâmites legais, articulados a esquemas de corrupção e fraude de documentos. Por vezes, a recusa a regularização da cidadania por parte do vendedor brasileiro está relacionado às expensas com a mesma e a discordância quanto ao pagamento de propina para obtê-la burlando alguns dos requisitos exigidos.



com possibilidades de aumentar a renda com vendas em lojas maiores que possuem algum diferencial nos preços e qualidade dos produtos. Junto a estas mudanças, também houve a fixação de um padrão de comportamento por parte dos empresários na imposição de contratos ou acordos verbais informais com os trabalhadores contratados formalmente ou informalmente, extrapolando leis trabalhistas.

Momentos com queda nas vendas alargam os números de vendedores que são dispensados de suas ocupações. Logo, junto a este excedente de força de trabalho, também aumentam os abusos morais por parte dos empregadores. Esta condição é uma condição comum vivida por muitos destes vendedores que buscam sobrevivência neste comércio na fronteira.

Cabe chamar à atenção o fato de que mesmo o dólar estando, no período desta entrevista, com valores acima do observado nos últimos três anos e, conseqüentemente, os vendedores tendo a comissão com vendas reduzida, muitos dos entrevistados continuam tentando manter-se nesta forma de trabalho. Com ganhos menores, estes vendedores procuram realizar cada vez mais o trabalho de “cotistas”. A manutenção como vendedores em lojas foi sustentada pela necessidade de sobrevivência e pela possibilidade de complementação de renda com o transporte não regulamentado de mercadorias na fronteira. Além disso, muitos destes trabalhadores avaliam a posição que teriam no mercado de trabalho no lado brasileiro, caso saíssem ou perdessem o emprego.

O convívio com a queda de rendimentos é uma situação constante vivida pelos trabalhadores envolvidos com as ocupações oriundas das relações comerciais que ocorrem na fronteira. Os entrevistados destacam que o período correspondente aos anos de 1998 a 2001 se caracterizou pela demissão de vendedores ocupados nas lojas no comércio local<sup>13</sup>. A esse respeito, uma das trabalhadoras relatou:

[...] É assim, agora tem movimento e tudo, cresceu mais. Só que eu também acompanhei aquela época da crise de 1998, em que o dólar subiu bastante, teve muitas lojas que foram fechadas. Muita gente perdeu o emprego, foi só loja grande que conseguiu se manter, porque as pequenas mesmo, fecharam quase tudo. Aí, nessa época já tinham construído o Shopping e tinham conseguido inaugurar, porque aqui mesmo (no Shopping), só ficou a Casa Maeda, a Acácia, a Bless, a Infinite, a Casa Maringá, essa Atlética Esporte, e a Casa Simón. Nessa época de crise, foi quando eu perdi o emprego, que eu trabalhava lá no centro, e por isso que eu comecei a trabalhar em Guaíra, fiquei 1 mês lá, e depois já comecei a trabalhar lá na Acácia (em Salto del Guairá). [...] na Acácia, foi ela quem foi atrás de mim pra eu trabalhar com ela, que também era só pro final do ano que ela precisava, e acabei ficando por 6 anos ali. E aqui, também foi a mesma coisa, era pra eu trabalhar só no final do ano e acabei ficando, fazendo os cursos da loja sobre roupa e tênis.<sup>14</sup>

A relação estabelecida com o trabalho pela entrevistada fixa-se também em identificar-se com o conhecimento referente à ocupação que desenvolve há mais de 16 anos na cidade de Salto del Guairá, lugar onde ela conhece as relações e comportamentos em que está envolvida.

<sup>13</sup> O salário-mínimo brasileiro em 29/07/1998 era de R\$ 130,00 ou U\$ 113,00 e, o valor do dólar comparado ao real era de R\$ 1,14. Já em dezembro de 2001 o dólar custava R\$ 2,46 e o salário-mínimo brasileiro era de R\$ 180,00 ou \$ 83,00. A redução da quantidade de vendas a consumidores oriundos do Brasil relaciona-se a capacidade de consumo destes últimos. Em outros momentos de aumento das vendas, articula-se ao crescimento do número de novas lojas abertas em Salto del Guairá. Ainda, cabe enfatizar que o impacto sobre as vendas também torna-se expressivo quando a alta do dólar ocorre com uma porcentagem expressiva independente dele estar com um valor considerado baixo ou alto em relação a moeda brasileira. Histórico do dólar. Disponível em: <<http://financeone.com.br/moedas/cotacoes-do-dolar/>>; Evolução do salário-mínimo 1940 a 2014. Disponível em: <[http://portal.mte.gov.br/sal\\_min/salario-minimo.htm](http://portal.mte.gov.br/sal_min/salario-minimo.htm)>. Acesso em: 22 abr. 2015.

<sup>14</sup> Silvia, 31 anos, nacionalidade brasileira e residente em Guaíra. Entrevista gravada em maio de 2012 em Salto del Guairá. (Entrevista gravada nos fundos da loja).



Esta entrevistada se identifica com o trabalho de vendedora em lojas e, mesmo com as oscilações deste mercado de trabalho, o avalia como melhor para sua vida quando comparado ao que ela consegue no mercado de trabalho da cidade de Guaíra, onde reside. Silvia cria uma identidade do trabalho, afirmando-se como vendedora, seja vendendo perfumes, tapetes, utensílios domésticos ou vendendo roupas e tênis importados.

Nas entrevistas com os vendedores de ambas as nacionalidades, são comuns denúncias referentes aos abusos nas relações de trabalho por parte do empresariado. Nestas situações, a possibilidade de o vendedor buscar seus direitos trabalhistas parece não coagir o empresariado de Salto del Guairá. Os empresários se reconhecem em uma situação privilegiada quando comparado aos vendedores, porque sabem da possibilidade real de corromper fiscais locais e da demora da fiscalização de Asunción vir a Salto del Guairá após as queixas chegarem ao Ministério do Trabalho. Até a fiscalização chegar à loja, o vendedor provavelmente já foi forçado por abusos morais a procurar outro emprego<sup>15</sup>. Diana, uma das vendedoras brasileiras entrevistadas que fez sua regularização para trabalhar no Paraguai quando seus pais moravam e trabalhavam numa cidade próxima a Salto del Guairá, relatou sua procura ao sindicato comerciário para denunciar abusos do empregador:

[...] Faltou mercadoria, mas sobrou igual outras [...] Era nós três que ele tava com birra assim, aí ele pegou colocou eu numa sessão, a outra na outra e a outra na outra, daí e tinha um outro menino que ele colocou o menino na outra sessão, daí ele fechou as portas. Aí ele chamou a policia, falou que a gente era ladrão, que era ladrona que não sei o quê, que tinha sumido aquelas câmeras e que tínhamos que pagar, que não podíamos sair dali sem pagar. Mas isso foi num final de ano, tínhamos vendido muito, tinha uma boa comissão pra receber, aí ele inventou isso, pra poder descontar e não pagar a comissão. Esses árabes é sem vergonha mesmo! Aí ele fez isso, pra pegar e não pagar. Aí fomos no sindicato do trabalho pra denunciar que ele tinha feito tudo isso, mas no final daí, pra ele pagar o que ele devia pra gente, uma funcionária teve que fazer um acordo com ele, que ia voltar a trabalhar pra ele não ficar na mão e pra ele pagar os outros que tava saindo, aí nenhuma das outras três voltou a trabalhar lá, nunca mais. A outra tá lá ainda, até hoje, tinha saído, mas voltou de novo. [...] Procurar o sindicato, num resolveu nada. Porque lá é tudo comprado. Como ele tinha dinheiro ele foi e falou com eles lá, ofereceu dinheiro pra eles, preferiu pagar pra eles, do que ele pagar pra gente. Aí não adiantou nada, tivemos que conversar mesmo e entrar em um acordo entre nós mesmo. Lá não tem lei nenhuma trabalhista, não tem direito nenhum. Lá num tem registro, alguns paraguaio que são registrado [...] <sup>16</sup>.

Neste momento, os trabalhadores desta loja não reivindicavam diretamente o cumprimento dos direitos trabalhistas estabelecidos no Paraguai, como horas extras ou férias, mas o pagamento estabelecido em acordos de trabalho informais e, principalmente, a defesa de seus valores morais às acusações de furto. Diana, tendo em vista a pressão para o cumprimento dos pagamentos, não recebeu do sindicato o auxílio esperado pelos vendedores.

O fato de o empresário ter que subornar os fiscais procurados pelos três vendedores, permitiu a estes últimos acordarem informalmente com o empregador o recebimento de seus salários/comissões e a suspensão da acusação de furto das mercadorias. Mesmo a permanência da vendedora sendo barganhada, a recusa a manter-se neste ambiente ocorreu quando, para além dos abusos, também foram rompidos laços morais e éticos por parte do contratante. O pedido de demissão dos trabalhadores não se baseia somente na necessidade de se manterem no emprego, mas também em estabelecer um limite até onde o respeito aos valores morais trazidos por eles consegue ser rompido.

<sup>15</sup> Estas constatações levantadas durante as entrevistas vão ao encontro dos resultados das pesquisas dos já citados MASUZAKI (2013) e CORONEL (2013).

<sup>16</sup> Diana, 24 anos, nacionalidade brasileira e residente no Paraguai. Entrevista gravada em julho de 2012 em Guaíra.



A expressão de Diana, “árabes são sem vergonha mesmo!”, busca denunciar um padrão de comportamento entre muitos dos empregadores de uma mesma nacionalidade. Ela recorre à nacionalidade para diferenciar o comportamento do outro e não apenas à relação de exploração que é estabelecida entre empresários e vendedores. Estes empresários normalmente se fortalecem por se organizarem em associações entre aqueles que possuem proximidades étnicas e atuam num mesmo setor. Críticas ao comportamento do empregador são feitas com base nos comportamentos que fogem a um tipo de padrão “moral” da forma como empresários em Salto del Guairá lidam com os trabalhadores contratados informalmente. Conhecem um padrão comportamental, pelas experiências do dia a dia com outros trabalhadores e por compartilharem com seus afins as características da realidade de trabalho em lojas<sup>17</sup>.

Embora as entrevistas indiquem que as diferenças culturais e étnicas dos empresários tragam algumas peculiaridades no comportamento dos mesmos, os acordos verbais descritos pelos vendedores sobrepõem aos estabelecidos formalmente e apresentam alguns padrões comuns na organização da exploração desta força de trabalho<sup>18</sup>. Diferentemente da nacionalidade do empregador, estes acordos ocorrem numa relação de disputa entre empresários e trabalhadores, e entre membros de uma mesma classe social.

Diana ainda explicou sobre as diferenças entre os trabalhadores formais nacionais e os informais estrangeiros ou não:

[...] Só pros paraguaios mesmos, que daí eles tem medo. Os paraguaios eles têm mais voz lá, porque se eles quiserem levar eles na justiça, eles tem que fazer indenização. Então, daí os paraguaios que são registrados, eles cumprem a lei, eles fazem os quinze dias (férias), mas daí recebem a mesma coisa do salário, já com os brasileiros não. Em cada loja tem um jeito de trabalhar<sup>19</sup>.

Este comportamento, expresso na fala de Diana, implica em entender a condição de trabalho informal vivida por ela em outro país, mesmo estando regularizada para trabalhar nele. Entre outros motivos, a recusa por parte dos vendedores brasileiros aos acordos formais, muitas vezes é por não perceberem vantagens nesta relação, decorrente da forma como os acordos informais são apresentados pelos empresários como aqueles que proporcionam a possibilidade do trabalhador obter uma renda maior do que a dos formalizados.

Por mais que estes trabalhadores sejam pressionados a aceitarem as condições impostas nestes acordos informais de trabalho, há tentativas individuais de negociação. Nesta situação estão aqueles vendedores que possuem um conhecimento diferenciado sobre determinados produtos vendidos e uma clientela já formada. É comum trabalhadores que se destacam com as vendas de determinados bens receberem a proposta para ingressarem em outra loja acompanhada de uma gratificação para aceitá-la:

[...] Se a pessoa vê que você vende bem, que você tem cliente, eles querem que você trabalhe na loja, se eles não vê que nada acontece, não rola [...] Funciona através do meio que é deles mesmo, né?! Ah! Tal fulano vende bem, ou tem cliente, ou atende bem, você vai, eles te ligam ou... geralmente eles conseguem seu telefone e te ligam [...]”<sup>20</sup>.

<sup>17</sup> Por exemplo, esta sociabilidade pode ocorrer quando estão numa mesma mesa de almoço, quando estão em carros que os transportam para o trabalho, quando tem outros membros da família que também trabalham em lojas em Salto del Guairá, e, em alguns casos, quando frequentam espaços de lazer comum.

<sup>18</sup> Por exemplo, alguns vendedores relataram que entre empregadores de origem Libanesa, é comum surgirem acordos com trabalhadores brasileiros onde o salário é composto somente com o pagamento de determinada porcentagem sobre a quantidade das mercadorias vendidas individualmente. Já entre os empregadores brasileiros e paraguaios, muitos vendedores relataram acordos onde recebiam apenas o salário-mínimo estabelecido no Paraguai ou o salário mais uma comissão sobre as vendas e as metas da loja.

<sup>19</sup> Diana, 24 anos. Entrevista gravada em julho de 2012 em Guaíra.

<sup>20</sup> Roberto, 20 anos. Entrevista gravada em maio de 2012 em Guaíra.





Dizer que a oferta de emprego “funciona através do meio que é deles mesmo”, expressa o entendimento de que a imagem dele enquanto trabalhador naquele meio, não depende apenas de um esforço individual, mas do julgamento de quem contrata e de seu círculo social. Este “meio” afirmado pelo trabalhador expressa os vínculos entre empresários concorrentes, que ora se aproximam na defesa de seus interesses e ora se distanciam em meio à disputa neste mercado. Os trabalhadores lidam com estas condições de trabalho, buscando retirar alguns benefícios individuais dela, como a formação e fidelização de uma cadeia de clientes para negociar seus “salários”.

Além disso, construir uma referência como uma pessoa a quem o patrão possa confiar as responsabilidades sobre o estabelecimento comercial que possui, também são um dos valores destacados pelos trabalhadores ao receberem propostas de trabalho melhores que a do último empregador. O conhecimento adquirido em suas experiências de trabalho anteriores, fez com que suas escolhas sobre as vagas que lhe foram ofertadas não se baseassem apenas no salário dentro da loja, mas em outros benefícios que estes poderiam trazer, como a possibilidade de ampliação da cadeia de clientes para atuar como “cotista” ou mesmo o aumento do tempo de horário de almoço.

Nestas relações, o trabalhador entende que mesmo ele sendo um vendedor formal ou informal, legalizado ou não em outro país, suas condições de trabalho e salário não são garantidas pela legislação trabalhista ou reivindicadas com êxito pelo sindicato da categoria em Salto del Guairá. Estas dependem de uma lógica local de organização construída em meio ao conflito de classes.

Por mais que ocorram tentativas por parte dos empresários em ditar normas, ritmo e rotinas de trabalho, nem sempre estas são seguidas da forma como estes desejam. Nestas relações de trabalho percebemos as ações individualizadas de muitos dos vendedores contra a exploração do seu trabalho. Não há uma organização sindical e associação formada pela iniciativa coletiva destes vendedores, visando impor limites aos abusos da exploração da força de trabalho praticada pelos empresários. Estas ações individualizadas fazem-se em meio a negociações informais com os patrões, com a recusa aos abusos e com o enfrentamento do medo do desemprego com os pedidos de demissão. Neste contexto, manter-se nesta forma de trabalho permite exercer a atividade de complementação de renda como “cotista” que, em alguns casos, será maior a que a renda principal obtida no emprego de vendedor.

Tendo em vista esta avaliação, muitos dos vendedores entrevistados costumam trabalhar em horários para além da jornada fixada nestas lojas. Por exemplo, quando a entrevistada Ana relatou:

[...] Tinha muito cliente fixo de Maringá e Londrina, que eles já iam pegando confiança em você. Até mesmo, era o pessoal que ligava no celular e pedia pra você pegar e depois pegavam na sua casa. Você conseguia cliente porque atendia bem, e dizia que era comissionada, pedia pra voltar e comprar com você, deixava contato e dava liberdade pra eles ligarem. Então com esse atendimento, por celular, mensagem pela internet, pois era uma forma de fazer cliente, ligavam a noite, fora de horário [...] <sup>21</sup>.

O envolvimento do trabalhador com as vendas está relacionado à forma como a composição salarial não é organizada pela jornada ou quantidade de trabalho, mas pelo aumento da lucratividade dos proprietários. Não se trata de um envolvimento do trabalho que está associado unicamente à ideologia de esforço em prol da empresa, mas de garantir a composição de sua própria renda e a manutenção neste circuito. Além disso, é uma tentativa do vendedor em criar mecanismos para conseguir manter-se neste mercado de trabalho com alguma credibilidade para negociar a composição de sua renda. Entre os entrevistados, alguns relataram a retirada de

<sup>21</sup> Ana, 27 anos. Entrevista gravada em maio de 2013 em Guaíra.





mercadorias em crédito na loja, fosse em seu próprio nome ou no de clientes cadastrados, para somente na hora da entrega receberem o valor da mesma com a cobranças do trabalho de “cotista”. A esse respeito, Roberto descreve o perfil de alguns clientes com crédito na loja que trabalha:

[...] Eles compram geralmente para revenda, venda no ML (Mercado Livre). Maioria de compras no Paraguai são feitas pelo mercado livre, tem alguns que tem loja em Maringá, Londrina, mas a maioria é clientes de mercado livre. [...] Eles anunciam, alguns deles, esses fortes que compram tem a mercadoria, anunciam e vendendo já manda coloca lá, despacha manda por sedex ou pac e fala ah tantos dias vai estar aí, sempre mantendo contato com o cliente. Aí alguns também vem pega, só colocam na página do mercado livre. Ah tem 10 produtos a venda, só que ele não tem nenhum. Ele vendeu, ele corre no Paraguai ou ele manda algum freteiro trazer, ah traga tal peça aqui em Maringá. O freteiro vai lá cobra 18 a 20% e entrega a mercadoria lá, ele paga tudo em mãos, mas ele só vai pagar quando chegar na mão dele, paga e paga mais os 18% daí ele paga e manda no outro dia para o cliente<sup>22</sup>.

Para os trabalhadores brasileiros, a informalidade nos contratos de trabalho tem significado a realização de acordos que garantem uma suposta possibilidade de tentarem maiores ganhos. Manter-se empregado em determinadas lojas garante contatos para o vendedor atuar como “cotista” e obter uma renda para além da recebida em seu “balcão”. Inserir-se neste mercado de trabalho como funcionário de determinadas lojas, garante para muitos deles, terem um ponto fixo para fazer clientes e negociar diretamente com o proprietário da loja os descontos sobre determinadas mercadorias e o acesso às mesmas sem o investimento de algum capital monetário.

Quando o trabalho de “freteiro” é realizado pelo próprio vendedor que também atua como “cotista” após o horário de trabalho ou em dias de descanso, ocorre uma extensão da jornada de trabalho deste vendedor ainda articulada ao trabalho como empregado da loja. No entanto, quando ele combina seu trabalho de vendedor com mais duas ocupações, o de “cotista” e o de “freteiro”, indica como o salário obtido em seu emprego não lhe é suficiente as suas necessidades. Ele desenvolve mais duas funções, onde sua força de trabalho é contratada por outro empresário ou por um consumidor. O prolongamento do tempo de trabalho diário e nos dias de descanso relaciona-se com as tentativas do capitalismo em se reproduzir criando uma falsa autonomia de que o trabalhador age independentemente das relações de exploração. A presença destas ocupações em tempo parcial não é percebida aqui como formas de libertar ao máximo o trabalhador do tempo despendido em suas jornadas de trabalho, mas de intensificar e prolongar a exploração do trabalhador.

Neste circuito do transporte não regulamentado e/ou ilegal de mercadorias na fronteira, o capitalismo se expande e reproduz, plasmando a percepção de empresários que estimulam a especificidade de algumas ocupações, bem como de alguns trabalhadores que irão envolver-se e definir algumas funções, buscando obter meios de sobrevivência e/ou acumular algum capital. Não se trata de uma nova ocupação, mas de uma redefinição de um tipo de trabalho, voltado para desempenhar especificamente uma função dentre o conjunto de práticas que envolvem o circuito do contrabando. Neste mercado, o “freteiro” concorre com outros trabalhadores que também buscam socorrer-se nisto.<sup>23</sup>

<sup>22</sup> Roberto, 20 anos. Entrevista gravada em maio de 2012 em Guaíra.

<sup>23</sup> Cientes das práticas dos vendedores em comercializar com compradores e cobrarem pelo transporte das mercadorias, há empresários que estabelecem contratos proibindo os trabalhadores de atuarem como “cotistas” ou “laranjas” e também como “intermediários” comissionados entre os clientes da loja e outros “freteiros”. Este comportamento se deve ao fato de que algumas lojas já possuem um setor da empresa responsável pelo transporte ou já possuem acordo com alguém especializado em realizar e organizar este transporte ilegal (“patrão” ou “atravesador”)



Entre as funções deste circuito, o trabalho de “freteiro” é como uma ocupação reconhecida neste meio e vivenciada por muitos trabalhadores como única fonte de renda. Não é algo específico apenas desta fronteira, mas está presente em outras regiões onde a prática do “contrabando” faz presente no cotidiano de alguns trabalhadores. A especificidade no caso relatado por Eduardo em Salto del Guairá está na maneira com a qual sua força de trabalho é recrutada para esse fim, como parte da composição da sua renda como um trabalhador na fronteira. Esta é composta desde o trabalho formalizado em lojas, com o trabalho informal e “ilegal”. Além disso, seu trabalho neste circuito contribui para uma forma de revenda *on-line*, pouco comum até a década de 2000.

Há um padrão específico de conduta moral e ética entre os trabalhadores (freteiros, vendedores e “cotistas”), os proprietários de lojas e os compradores envolvidos em cada uma destas funções dentro deste circuito de circulação da mercadoria. Entre as formas de pagamento, também foi relatada a existência de uma espécie de crediário até a presença física dos compradores “*acertando as contas de compras*”, em que a venda informal a prazo e o transporte são fixados com base nos laços de confiança entre eles. Contudo, estes laços possuem limites, pois há necessidade de cumprimento de todas as partes para esta circulação da mercadoria se concretizar, como, quando Roberto diz sobre o comprador, “mas ele só vai pagar quando chegar na mão dele”.

Nas entrevistas realizadas nesta pesquisa com gerentes e atravessadores, parte das formas de efetivação dos pagamentos das mercadorias era desconversada. A pesquisa de Oberty Coronel é uma das poucas que coletou entrevistas descrevendo como parte da transação monetária e transporte é realizada. Em síntese, ele analisou que:

Trata-se de um sistema de pagamento onde os clientes depositam a quantia necessária à transação numa conta bancária brasileira, esta conta é controlada por casas de câmbio instaladas em Ciudad del Este que se responsabilizam por repassar o dinheiro aos destinatários, sejam eles os *Freteiros* ou as empresas.<sup>24</sup>

Os trâmites do comércio de mercadorias na fronteira passam tanto por relações consideradas legais como ilegais, dependendo do país e da situação a qual ela é analisada. Partes dos trâmites realizados no Paraguai são legalizadas. Da mesma forma, são utilizadas as brechas legais em bancos brasileiros para, posteriormente, serem utilizados meios ilegais. No caso dos correios, a não declaração das mercadorias que, por vezes, não são exigidas notas fiscais de regularidade das mesmas no ato do despacho, burlam também as regulamentações da empresa que realiza o transporte. São estratégias criadas por aqueles que estão fazendo uso das diferenças legais, fiscais e econômicas entre os dois países para tentar usufruir das brechas da chamada “globalização” ou do processo de reprodução capitalista no trabalho na fronteira.

Roberto, que foi citado anteriormente, assim como outros vendedores entrevistados, possui a regulamentação de imigrante no país, mas não está trabalhando registrado formalmente. Os vendedores evidenciaram que percebem no dia a dia, como o cumprimento das leis

<sup>24</sup> O autor traz a entrevista de Jonas: “Ele (comprador) fechando o pedido, dificilmente é essa mesma pessoa que vai retirar comigo ali em Ciudad del Este. Então ela tem uma pessoa que vai buscar a mercadoria comigo ali. Então ele deposita adiantado o valor. Ele deposita em contas de bancos brasileiros que tem um acordo ilegal com casas de câmbios em Ciudad del Este, onde ele deposita em real aqui e a casa me paga em dólar lá...essa conta é em nome de terceiros, de laranja ou de empresas grandes no Brasil, que tem a movimentação financeira muito alta que não serão fiscalizadas. É autorizado em determinada casa de câmbio a retirada desse dinheiro no meu nome. Funciona igual banco e até melhor, porque a burocracia é bem menos. No Brasil você não pode sacar quantias acima de...sei lá...5 mil reais...porque tem que comunicar o banco antes. Ali eu consigo se quiser amanhã mesmo receber 100 mil dólares, levando apenas a minha identidade pra uma pessoa que eu nunca vi na vida.” In.: CORONEL, Oberty. *Práticas sociais e trajetórias dos trabalhadores brasileiros nas empresas de Ciudad del Este-Paraguai*. 2013. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – UNIOESTE, Toledo, 2013.



trabalhistas não costumam ocorrer em Salto del Guairá até mesmo para os trabalhadores registrados formalmente. O trabalhador brasileiro também avalia como a regularização da sua força de trabalho deixaria o trabalho mais caro para o proprietário da loja, o que influenciaria na distinção da renda que ele poderia obter com os acordos salariais informais e as comissões diferenciadas de vendas. Além disso, as despesas com a formalização dos brasileiros e a computação formal do excedente de empregados estrangeiros além do permitidos por Lei a cada empresa teriam impactos nas inserções dos brasileiros neste mercado de trabalho.

### Considerações finais

Entre os entrevistados, houve aqueles em que relataram a perspectiva em fazer desta ocupação algo temporário e que garantisse a possibilidade de mudanças das condições de vida por meio do acesso ao ensino superior privado. Contudo, isto não é algo vivido concretamente por muitos destes vendedores. Um dos motivos é porque o tempo de trabalho consome boa parte do tempo de vida deles, sendo comuns os relatos de abandono ao ensino médio e superior. Para além destas formas de lidar com este trabalho, a maior parte dos entrevistados relatou o envolvimento neste meio como fundamental para suprir suas necessidades de sobrevivência e manutenção da família.

Além disso, a poupança com as rendas proporcionadas pelo trabalho de vendedor, “cotista” e “freteiro”, muitas vezes, é investida na sua cidade de origem com a abertura de um ponto comercial. Por exemplo, os entrevistados Dario, Ana e Diana que tentaram primeiro prosseguir com a escolarização, mas não obtiveram o sucesso desejado, posteriormente tentaram abrir restaurantes não tendo novamente o retorno esperado neste meio, desistindo ou perdendo o investimento. Situação comum relatada por trabalhadores de nacionalidade paraguaia oriundos de cidades próximas que migram para Salto del Guairá tentando guardar algum capital para depois investir na sua cidade de origem. De certa forma, esta movimentação contribui para a distribuição de uma pequena parte do capital gerado pelo comércio de mercadorias na fronteira em Salto del Guairá para outros municípios próximos.

Estes relatos indicam trabalhadores vivendo sobre uma realidade específica de trabalho, com expectativas e interpretações que, por vezes, se diferem e, por vezes, também se aproximam. Contudo, há em comum entre os vendedores em lojas de importados e cotistas de ambas as nacionalidades um perfil de trabalhadores jovens, pensando sua vivência nesta ocupação como temporária, mesmo estando nela há vários anos. Muitos criam expectativas de aumentar sua capacidade de consumo ou juntar algum capital por meio dela e, conseqüentemente, buscar outros meios de sobrevivência que os experimentados atualmente. Com este desenho, identificamos uma situação de classe comum experimentada por muitos destes trabalhadores entrevistados, em que o pertencimento à sua categoria encontra-se nas condições comuns de trabalho vividas por eles e na relação e expectativa que estabelecem com este trabalho.

### Referências Bibliográficas

CARDOSO, Heloísa Helena P. Nos caminhos da história social: os desafios das fontes orais no trabalho do historiador. In.: Dossiê fontes orais: perspectivas de investigação. *História e perspectiva*, Uberlândia, n. 23, v. 42. jan. e jun./2010, p. 31-47.

CORONEL, Oberty. *Práticas sociais e trajetórias dos trabalhadores brasileiros nas empresas de Ciudad del Este-Paraguai*. 2013. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – UNIOESTE, Toledo, 2013.



FIOROTTI, Cíntia. *História de trabalhadores e do trabalho na fronteira Brasil-Paraguai (1960-2015)*. Tese (Doutorado em História). Uberlândia: UFU, 2015.

MASUZAKI, Teresa Itsumi. *Mobilidade territorial do trabalho dos brasileiros no comércio em Salto del Guairá – Paraguai*. 2013. Dissertação (Mestrado em História) – UNIOESTE, Marechal Cândido Rondon, 2013.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana. China-Paraguai-Brasil: uma rota para pensar a economia informal. *RBCS*, v. 23, n. 67, jun. 2008, p. 117-133.

PORTELLI, Alessandro. Forma e significado na história oral: a pesquisa como um experimento de igualdade. *Revista Projeto História*, São Paulo, PUC/SP, n. 14, p. 7-23, fev. 1997.

RABOSSI, Fernando. *Nas ruas de Ciudad del Este: Vidas e vendas num mercado de fronteira*. Rio de Janeiro. 2004. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Rio de Janeiro, 2004.

THOMPSON, Edward P. *A formação da classe operária inglesa. A árvore da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

### Fontes Orais

Ana, 27, natural de Marechal Cândido Rondon. Entrevista gravada em maio de 2013 em Guaíra.

Dario, 26 anos, natural de Guaíra. Trabalha há 10 anos em lojas no comércio em Salto del Guairá-Paraguai e já trabalhou de laranja. Entrevista gravada em maio de 2013 em Guaíra.

Diana, 24 anos, nacionalidade brasileira e residente no Paraguai. Entrevista gravada em julho de 2012 em Guaíra

Nara, 73 anos, nacionalidade brasileira, residente em Guaíra-PR, proprietária de loja em Salto del Guairá e em Guaíra. Entrevista gravada em agosto de 2013.

Roberto, 20 anos, nacionalidade brasileira e residente em Guaíra. Entrevista gravada em maio de 2012, realizada pela autora em conjunto à João Ricardo Mendes Gonçalves.

Sílvia, 31 anos, nacionalidade brasileira e residente em Guaíra. Entrevista gravada em maio de 2012 em Salto del Guairá.



## O DISCURSO DA MÍDIA BRASILEIRA ACERCA DA CORRUPÇÃO: O CASO LAVA JATO

Débora Canguçu Rey<sup>1</sup>

**Resumo:** O objetivo desse trabalho foi analisar como três diferentes veículos jornalísticos da mídia brasileira noticiaram um mesmo fato, o caso de corrupção intitulado Lava-Jato, durante a última semana do mês de julho de 2015. Uma vez que cada uma dessas publicações se diferencia, não apenas em seus editoriais, como também no público alvo. O *Correio da Cidadania*, a revista *Carta Capital* e a revista *Veja*. Os três veículos apontam que essa operação foi o maior escândalo de corrupção do Brasil, mas o que difere uma da outra é como elas trataram de noticiar esse “escândalo”. O *Correio da Cidadania*, aponta que houve corrupção no governo do PT, mas que também o desdobramento dessa investigação só foi possível justamente pelo avanço e autonomia que a Polícia Federal e do Ministério público possuíram nos governos petistas. Já a *Carta Capital*, foi descritiva, não omite uma opinião e trata o assunto com um tom de “imparcialidade”. Já os editores da revista *Veja*, por sua vez, constroem as matérias com o intuito de selecionar apenas os indivíduos pertencentes ao PT e a base de apoio do governo petista, tendo o objetivo claro de colocar que todas as mazelas da corrupção do Brasil é culpa do PT.

**Palavras-chave:** Mídia; corrupção; lava-jato.

A iniciativa de pesquisar o modo como a mídia brasileira vem tratando a *Operação Lava Jato*, surgiu a partir de um projeto de Iniciação Científica ao qual fui convidada a participar pela professora Carla Silva. Este projeto consistia em analisar a maneira como a mídia alternativa e a grande mídia tratavam de assuntos ligados ao *Partido dos Trabalhadores*, assuntos estes que se resumiam aos escândalos de corrupção que surgiram durante o primeiro mandato do presidente Luís Inácio Lula da Silva.

Portanto essa pesquisa teve o objetivo de analisar a maneira como a grande mídia e a mídia alternativa noticiam os fatos ocorridos durante as investigações da operação *Lava Jato*. Por ser um assunto que continua se renovando durante a produção desse trabalho, surgindo novas provas, novas delações, novos culpados e, principalmente, gerando mudanças no cenário político brasileiro, optamos por um recorte temporal bastante curto, e nos limitamos a analisar as matérias que foram publicadas pelos veículos de comunicação selecionados como fontes, durante a última semana do mês de julho do ano de 2015. Os veículos selecionados foram: O *Correio da Cidadania*, *Carta Capital* e *Veja*. Para termos acesso as matérias, buscamos nos portais digitais de cada uma dessas revistas as publicações do mês de julho/2015.

A metodologia utilizada foi a leitura atenta das fontes e a análise de cada uma delas, baseado em nosso referencial bibliográfico. Nosso referencial bibliográfico consiste principalmente em artigos publicados em dois portais da internet o *Blog Junho* e *Le Monde Diplomatique Brasil*. Optamos por artigos, devido ao fato desse trabalho caracterizar-se como um trabalho de história imediata, o que torna um pouco mais difícil encontrar bibliografias já publicadas a respeito do tema.

É importante que fique claro, que este trabalho não tem como objetivo analisar a *Operação Lava Jato* em si, evidenciar suas contradições e discutir seus desdobramentos, isso certamente nos oferece um rico material para pesquisas futuras, mas o que nos propomos a realizar

<sup>1</sup>Graduada em História pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná





nesse trabalho é a análise de como meios de comunicação correspondentes à grande mídia e à mídia alternativa, possuem abordagens tão distintas do mesmo tema em um mesmo espaço de tempo.

Este trabalho tem como pano de fundo a *Operação Lava Jato*, que segundo o Ministério Público Federal é a maior investigação de corrupção e lavagem de dinheiro realizada no país. A operação recebeu este nome devido ao uso de uma rede de postos de combustíveis e lava a jato de automóveis, que era utilizada para movimentar dinheiro ilegal proveniente das organizações criminosas. Estas foram investigadas no primeiro momento da operação, posteriormente outras organizações criminosas foram investigadas, mas o nome *Lava Jato* foi mantido.

O início das investigações ocorreu em março de 2014, momento em que quatro organizações criminosas, conduzidas por doleiros, foram investigadas e processadas. Durante essas investigações o Ministério Público Federal coletou provas de crimes de corrupção envolvendo a Petrobras.

O esquema de corrupção ligado à petrolífera, ainda segundo o Ministério Público Federal, durou cerca de dez anos e consistia no pagamento de propina (oferecida por empreiteiras organizadas em cartel) para executivos e agentes públicos da estatal. Isso para que contratos superfaturados fossem aprovados e essas empreiteiras contratadas. Este esquema envolveu diversas pessoas entre funcionários da Petrobras, operadores financeiros e agentes públicos, além das empreiteiras que se beneficiavam dessas ações, sendo elas Engevix, Mendes Júnior Trading Engenharia, Grupos OAS, Camargo Correia, Galvão Engenharia, UTC Engenharia, IESA Engenharia, Construtora Queiroz Galvão e Odebrecht Planta Industriais.

É corriqueiro ao se tratar de corrupção, sermos bombardeados com o senso comum, que busca justificar sua causa e existência. Por exemplo, o patrimonialismo deixado como herança pela colonização portuguesa, o que já nos remete ao "jeitinho brasileiro", ou então, a imoralidade de determinados grupos políticos. Tal imoralidade é apontada pela mídia de forma muito seletiva, que busca levar a população a crer que a corrupção é presente apenas em determinados grupos políticos e que com a saída desses grupos do poder o problema está totalmente resolvido.

Essas não são as únicas justificativas para a corrupção, mas são certamente as que norteiam muitas discussões a respeito do tema, são tão difundidas no senso comum, que se faz demasiado importante entender o porquê isso ocorre, como escreve o historiador Francisco Fonseca num artigo publicado no *Le Monde Diplomatique Brasil*:

Todas essas versões tendem a negligenciar que a corrupção, em graus variados, existe em todos os países e é, de certa forma, também um fenômeno sociológico. Reitere-se que tais versões, com suas variações, são disseminadas na sociedade brasileira, tanto entre as elites quanto entre o senso comum - aliás, as chamadas elites tendem a comungar dos valores do senso comum quando o assunto é corrupção (FONSECA, 2016).

Enxergar a corrupção dessa forma tão rasteira, faz com que não consigamos focar no que de fato permite que a corrupção aconteça, a organização do sistema político brasileiro:

Urge analisarmos a corrupção como um fenômeno intrinsecamente político, que se refere, portanto, à maneira como o sistema político brasileiro está organizado. A lógica do sistema político brasileiro é marcada pela privatização da vida pública, não em termos moralistas, e sim quanto às estruturas que o sustentam. (...) O sistema partidário é fluído e altamente flexível, o que é uma realidade desde a redemocratização, constituindo a vida partidária, para grande parte dos atuais 28 partidos existentes atualmente, num grande balcão de negócios. (...) O próprio imperativo de governar por meio de amplas coalizões, em razão da fragmentação dos sistemas partidário e eleitoral, tem como resultado tanto a construção de alianças sem qualquer confluência programática, como a necessidade de o Estado, nos três níveis da federação, alocar tais



grupos. (...) Essas características produzem cálculos políticos nos partidos que os induzem a "jogar o jogo" das regras estabelecidas, não tendo, dessa forma, interesse em alterá-las: trata-se de um ciclo vicioso (FONSECA, 2016).

Visualizando a corrupção desta forma, muito mais ampla e complexa de como ela é justificada a partir do senso comum, entendemos que a corrupção não é algo cultural, ou de exclusividade de alguns grupos políticos, mas que ela está entrelaçada nas estruturas políticas do Estado, e que essa organização ou desorganização do sistema político brasileiro, sustenta a corrupção e por ela é sustentada. Deste modo, apenas uma profunda reforma política seria capaz de acabar, ou pelo menos minimizar a corrupção no Brasil. Porém, não nos cabe aqui um prolongamento na discussão de como seria essa reforma política, continuemos analisando as problemáticas da corrupção em si.

O ato de corromper-se não é exclusivo de representantes políticos, escolhidos de forma democrática pela população, a corrupção permeia diversos setores da sociedade, como bem diz o sociólogo e editor chefe do *Le Monde Diplomatique Brasil*, Silvio Caccia Bava:

Isso é verdade tanto para os banqueiros que sonham impostos e as empresas que trabalham com caixa dois ou dão propinas para ganhar licitação como para o funcionário público que vende facilidades, o policial que extorque o narcotráfico e lhe dá proteção, o juiz que vende uma sentença ou uma ONG que desvia recursos. A rigor, todos deveriam ser processados e, caso se verifique o crime, cumprir pena (BAVA, 2013).

Claro que os níveis de corrupção diferem, mas a grande maioria deles se faz possível graças à forma como se encontra nosso sistema político, como já foi dito antes. Mas o questionamento que fazemos a partir de agora é o mesmo questionamento que Bava faz ao longo de seu texto: "Por que então há casos de corrupção que se destacam mais que os outros?" (BAVA, 2013).

Quando se trata de casos de corrupção ligados ao Partido *dos Trabalhadores*, a grande mídia trata do assunto de forma quase que inesgotável, fazendo com que a população tenha a impressão de que apenas esse grupo político pratica atos de corrupção, como se o único problema do sistema político brasileiro fosse um só partido político.

Isso serve em grande parte, para tirar o enfoque de outros problemas, de outros casos de corrupção cometidos por outros grupos políticos, e isso só se faz possível devido ao excelente trabalho que a grande mídia realiza em disseminar ideais que correspondem aos interesses de alguns setores dominantes na sociedade e/ou grupos políticos. Isto para que pareçam praticamente inquestionável, inviabilizando a leitura crítica da população que consome essas informações.

No entanto, os casos de corrupção só vêm à tona, porque alguém ou algum grupo os denuncia. Visualizar os autores das denúncias e o momento em que são feitas, nos diz muito sobre elas. Combater a corrupção é algo de grande importância, e não estamos aqui discordando disso, porém no cenário político atual vemos denúncias de corrupção sendo realizadas por grupos tão corruptos quanto os acusados. Isso nos mostra que o objetivo não é combater a corrupção, mas, sim, desqualificar um determinado grupo, criminalizar e julgar para acabar com a imagem de determinados partidos e seus líderes, e não com a corrupção em si.

Nesse ponto, nos cabe outra citação de Silvio Caccia Bava, que apesar de ser de 2013 (se refere às acusações de corrupção sofridas pelo PT durante a campanha eleitoral de 2012) se faz mais do que nunca muito atual:

As acusações de corrupção estão sendo usadas para atacar um campo político. (...) No campo dos partidos políticos, o PT está sob fogo cerrado. E quem são os acusadores? A linha de frente desses ataques, se podemos dizer assim, é composta dos grandes



jornais, sendo suas "informações" depois repassadas, de forma mais simplificada, pelos telejornais. De forma menos evidente, vemos o PSDB e outros partidos conversadores aturarem nesse sentido e tomarem iniciativas (todas elas sempre legítimas). (...) Mais do que o combate à corrupção, o grande objetivo desses setores conservadores parece ser desqualificar e criminalizar seus opositores, criando uma imagem pública do conjunto de entidades (BAVA, 2013).

É este casamento entre acusadores e grande mídia que proporciona um tremendo des-serviço à população e à política brasileira. A mídia possui um poder gigantesco de mobilizar massas, de formar opinião e tirar o foco da população de assuntos realmente importantes na sociedade.

O lugar ocupado pelos sucessivos escândalos no noticiário jornalístico e no processo político desloca, diminui ou mesmo apaga problemas mais profundos para a sociedade brasileira, como as contradições do modelo de desenvolvimento econômico - que eventualmente costumam também ser explicadas como efeitos da corrupção - além do debate que urge sobre o sistema da dívida pública (MELO, 2015).

O que vemos hoje no cenário atual do nosso país não é algo inédito, em outros momentos da nossa história, as camadas médias urbanas foram mobilizadas a lutar contra a corrupção, a partir daquilo que a mídia diz que é corrupção. A *Agenda anti-corrupção* esteve presente em contextos de tentativa de depor presidentes - em 1954 com Getúlio Vargas, em 1964 com João Goulart, em 1992 com Fernando Collor de Mello, e em 2016 com Dilma Rouseff - e também inserir reformas neoliberais.

Claro que cada um desses episódios guarda suas peculiaridades e diferenças, exemplo disso é o longo e terrível regime militar. O que pretendemos sinalizar aqui é que gerar o descontentamento da população, escancarar casos de corrupção de forma seletiva, mobilizar as massas populares e inserir esse debate na agenda do dia. Isto geralmente precede transformações significativas no Estado como mudança de líderes de forma não democrática, aprovação de leis que ferem os direitos conquistados pelos trabalhadores, que passam despercebidas, enquanto o enfoque maior está sendo dado aos escândalos de corrupção. Além do mais, isso tudo serve para legitimar tais transformações, "é o clamor popular" dizem vários jornais, enquanto na verdade, é o clamor popular, de uma parcela muito específica da população - classes médias - induzido pela grande mídia e alguns grupos políticos.

Nosso objetivo nesse trabalho não é discutir a fundo tais transformações citadas acima e sim discutir a maneira como grande mídia e a mídia alternativa lidam com os casos de corrupção, como faremos a seguir. Mas é importante ressaltar este ponto, de que a grande mídia serve aos interesses das classes dominantes e de alguns grupos políticos nesses processos.

As fontes que selecionamos para analisarmos neste trabalho são publicações de três veículos de comunicação, um deles é a revista semanal *Veja*, que é a maior revista de circulação nacional, com tiragem superior a um milhão de cópias. A *Veja* foi fundada em 1968 pelo grupo *Abril* e desde então, traz em suas páginas assuntos diversos, que tratam de questões políticas, econômicas e sociais, sempre buscando disseminar uma determinada visão da sociedade bastante conservadora, que corresponde aos interesses dos donos da editora, de quem a apóia e por ela é apoiada. Essa visão de mundo/sociedade, que a revista procura sempre disseminar, passa todas suas matérias e editoriais, tornando-a uma revista muito parcial e manipuladora.

O segundo veículo de comunicação que utilizaremos é o *Correio da Cidadania*, um jornal fundado em 1996, editado pela Sociedade para o Progresso da Comunicação Democrática. O propósito desse jornal é oferecer uma visão crítica dos assuntos que são tratados na sociedade, como política e economia, de modo que contraponha o que é disseminado pela grande mídia. Tanto com *Veja*, quanto com o *Correio da Cidadania*, utilizaremos suas versões



digitais, que são oferecidas de forma gratuita em seus respectivos sites, para termos acesso às matérias que analisaremos.

O terceiro e último veículo de comunicação que utilizaremos é a revista *Carta Capital*, que foi fundada em 1994, pelo mesmo criador de outras grandes revistas de circulação nacional (*Veja e Istoé*), o jornalista Mino Carta. A revista se define como uma revista progressista, alternativa ao pensamento único da imprensa brasileira, defensora da diversidade humana. A versão online da revista, que é a qual tivemos acesso para a realização desse trabalho, foi criada em 1999, mas somente em 2013, cresceu e se consolidou como um portal de notícias.

Cada um desses veículos de comunicação carrega características únicas, que correspondem ao meio em que estão inseridos, sendo eles o meio da grande mídia ou mídia alternativa. *O Correio da Cidadania*, por exemplo, corresponde à mídia alternativa, que surgiu e ganhou força no cenário midiático nacional por volta dos anos 1960/1970 para, como seu próprio nome sugere, ser uma alternativa à grande mídia, unindo dessa forma intelectuais e jornalistas, que militavam contra a ordem vigente e conseqüentemente, contra aquilo que era disseminado na grande mídia na época.

*Carta Capital* se intitula como uma revista alternativa a grande mídia, devido a sua linha editorial, que busca ser progressista e transparente, abrindo espaço para discussões acerca dos direitos humanos e discussões que dificilmente são contempladas pelas grandes revistas brasileiras.

Já a revista *Veja*<sup>2</sup> está inserida no cenário da grande mídia, que segue a lógica de que os fatos da sociedade devem ser explicados, sem necessariamente haver uma reflexão crítica, ou pelo menos uma abertura para tal reflexão. A forma como a grande mídia lida com os acontecimentos e os noticia, tem seu enfoque maior nos sujeitos das ações do que na conjuntura total que promoveram tais ações, a discussão geralmente é rasteira. E quando se trata de veículos manipuladores, atrelados a setores conservadores da sociedade, que buscam reafirmar e legitimar a ordem vigente, a grande mídia cria heróis e bandidos, além de narrativas que buscam levar o consumidor de suas informações, a tomar um partido, preestabelecido pela grande mídia, sem criticar ou questionar o que está sendo posto.

As três matérias que selecionamos para este trabalho foram escolhidas devido à proximidade que possuem entre as datas de suas publicações, todas elas foram publicadas com intervalo de um dia. Sendo elas "A Lava Jato faz avançar a luta contra a impunidade" publicada pelo *Correio da Cidadania*; "Segredos Devastadores" publicada pela revista *Veja* e, "Lava Jato: a investigação chega à Eletronuclear" publicada pela *Carta Capital*.

Dessa forma foi possível identificar como três veículos de comunicação pode ter abordagens tão diferentes acerca do mesmo tema em praticamente o mesmo espaço de tempo. A forma como as matérias foram construídas, já evidencia as diferenças entre os veículos de comunicação, sendo que o *Correio da Cidadania* busca fomentar o pensamento crítico a cerca dos acontecimentos na sociedade, buscando fazer com que o leitor reflita sobre o que está sendo dito. Enquanto *Veja* tem como objetivo desmoralizar um determinado grupo político, e para isso constrói seu texto de forma que convença o leitor a crer no que está sendo dito, sem questionar. Já a *Carta Capital*, mesmo se identificando como uma mídia alternativa, em seu texto ela apenas relata os fatos, não levanta questionamentos, nem busca acentuar as contradições contidas no contexto que aborda, mas também não é tendenciosa como a matéria da *Veja*.

O texto de *Veja* tem um tom mais especulativo, a forma como o texto é construído envolve o leitor e o faz tomar partido, sem refletir sobre o que está sendo dito, pois não há em momento algum do texto elementos que promovam o pensamento crítico do leitor. *Veja* se apropria das informações que Léo Pinheiro diz possuir e diz que irá delatar, como se fossem verdades absolutas, sem antes mesmo que a delação fosse realizada e as informações fossem

<sup>2</sup> Recomendação de leitura para maiores informações a respeito da revista *Veja*: SIVA, Carla L. *Veja: o indispensável partido neoliberal (1989-2002)*. Cascavel-Pr: Edunioeste, 2009. Coleção tempos históricos.





apuradas pelos investigadores da Lava Jato. É como se *Veja* já condenasse o ex presidente Lula a partir de informações que ainda seriam levantadas e analisadas pelo Ministério Público Federal. Um leitor menos atento e sem um pensamento crítico, tende a tomar como verdade o que está sendo dito, sem questionar.

Outro ponto que é interessante analisar no texto publicado em *Veja*, são informações que ela apresenta e oculta totalmente a fonte, informações inclusive, que são difíceis de imaginar como *Veja* teria tido acesso, como por exemplo o teor de discussões familiares na casa de Léo Pinheiro, ou então falas do ex presidente Lula a amigos em encontros privados. Baseando-se por essa matéria, é como se a *Operação Lava Jato* teria como único objetivo condenar o ex presidente Lula e desmoralizar o *Partido dos Trabalhadores*, enquanto há outros personagens políticos de outros grupos políticos citados em delações e condenados pelo Ministério Público

Já *O Correio da Cidadania* vai em direção contrária a *Veja*, seu texto é mais informativo e crítico, lança questões para que o leitor reflita, apesar de ser um texto muito otimista em relação à *Operação Lava Jato*, tem teor crítico e oferece ao seu leitor pontos de reflexão sobre o tema. O texto é construído trazendo elementos para que o leitor compreenda minimamente a *Operação Lava Jato*. Aponta até mesmo as críticas que a investigação vem recebendo durante seu desenvolvimento. Após isso, a matéria é dividida em partes, pelas quais os assuntos são direcionados. Após a introdução, a primeira parte apresenta elementos do passado, referentes às investigações semelhantes à *Lava Jato*, que não deram em nada, não prenderam culpados e nem serviram como combate à corrupção. Isto, para mostrar como o histórico de investigações que não tiveram um desfecho e nem condenou nenhum dos acusados tirou a credibilidade dos órgãos competentes. Que também serviu como aprendizado para aqueles que comandam a *Operação Lava Jato*.

A segunda parte mostra estratégias utilizadas para que as investigações obtivessem sucesso e prendessem parte dos responsáveis. Como foi dito anteriormente, por mais que essa matéria do *Correio da Cidadania*, seja bastante otimista em relação à operação, percebe-se que há uma preocupação em transmitir para o leitor uma visão crítica e imparcial dos fatos, e promover também o pensamento crítico daquele que lê a matéria.

Ao se referir a personagens específicos que estão sendo investigados, como o ex presidente Lula, a então presidente Dilma Rousseff e o também então presidente Eduardo Cunha. *O Correio da Cidadania* apenas realiza observações acerca do comportamento de cada um deles mediante as investigações, não julga ou "condena" nenhum deles, como é de costume da revista *Veja* fazer, mesmo antes das investigações serem totalmente realizadas e os resultados apresentados.

Por fim, a matéria publicada em *Carta Capital*, vai num sentido totalmente diferente das duas outras matérias, ela é altamente informativa, refere-se a uma investigação que segue paralela à investigação Lava Jato, mas que possui ligação direta com as empreiteiras que são investigadas na Lava Jato. A matéria refere-se a esquemas de corrupção semelhantes aos que foram realizados na Petrobras, envolvendo empreiteiras como Odebrecht, Andrade Gutierrez, Camargo Corrêa, UTC, Queiroz Galvão e Techint e órgãos públicos como Eletronuclear e a Eletrobras.

No decorrer de todo texto da matéria é informado ao leitor o que é essa operação que segue paralela a Lava Jato, a operação Radioatividade, e qual a ligação uma possui com a outra. Além disso, também são apresentadas informações a respeito de como era organizado o esquema de corrupção na Eletronuclear e como ele se assemelhava ao esquema de corrupção organizado na Petrobras.

A matéria refere-se apenas as empreiteiras, a estatal e ao presidente licenciado investigado e posteriormente preso. A única voz de fala que a *Carta Capital* apresenta é a de Sérgio Moro, colocando uma citação dele no desfecho do texto. Não é como se *Carta Capital* quisesse fazer o leitor tomar um partido ou julgasse alguém, como *VEJA* faz, tão pouco ela busca levar





o leitor a uma interpretação crítica dos fatos. Carta Capital apenas relata os fatos, faz um compilado de informações, que poderiam ser encontradas no site do MPF sobre as investigações ligadas a *Lava Jato*.

O que podemos concluir com a realização desse trabalho é que cada veículo de comunicação possui características que correspondem ao público que querem atingir, ao público consumidor de duas produções, e aos projetos nos quais estão inseridos. Há uma tentativa na mídia alternativa, em levar o leitor a uma visão crítica dos fatos, mais do que informar, é como se buscassem implantar questionamentos no leitor e levá-lo a atentar-se para as contradições contidas na sociedade, e nesse caso, nas contradições contidas nessa investigação, que é considerada a maior já realizada no Brasil.

Em contrapartida, há uma tentativa da grande mídia em disseminar sua ideologia a partir de suas matérias. Não há uma preocupação para que o leitor pense a respeito do que está sendo dito, mas que apenas acredite no que está sendo dito e reproduza tais informações em seu cotidiano aderindo assim ao discurso da grande mídia. Para que isso seja possível apresenta-se ao leitor explicações sobre os fatos, explicações prontas e acabadas, sem abrir margem em suas páginas para que o leitor tenha sua própria interpretação dos fatos e chegue sozinho às conclusões e principalmente, questione o que está sendo dito e o que está acontecendo.

Nosso papel enquanto historiadores é levantar reflexões acerca da mídia, a forma como ela se apresenta à sociedade e também a forma como ela retrata a sociedade em que vivemos. Qual impacto a grande mídia causa nos dias atuais, e a importância em fomentar a mídia alternativa e o pensamento crítico. Este trabalho possui relevância para o ensino de história, pois demonstra como a grande mídia e mídia alternativa nos oferecem visões diferentes dos mesmos assuntos e dessa maneira, podemos evidenciar as contradições com as quais nos deparamos ao buscarmos nos informar.

### Fontes utilizadas

BONIN, Robson. *Segredos devastadores*. Artigo publicado na revista *Veja* em julho de 2015. Link para acesso: <https://acervo.veja.abril.com.br/index.html#/edition/32035?page=50&section=1> Último acesso: 26/01/2017.

CARTA CAPITAL. *Lava jato, a investigação chega a Eletronuclear*. Artigo publicado na revista *Carta capital* em julho de 2015. Link para acesso: <http://www.cartacapital.com.br/blogs/parlatorio/lava-jato-a-investigacao-chega-a-eletronuclear-6751.html>. Último acesso em: 26/01/2017.

SOUZA, Hamilton Octavio de. *Lava jato faz avançar a luta contra a impunidade*. Artigo publicado no jornal *O correio da cidadania* em 30/07/2015. Link para acesso: <http://www.correio-cidadania.com.br/politica/10997-30-07-2015-lava-jato-faz-avancar-a-luta-contra-a-impunidade#comment-12127>. Último acesso em: 26/01/2017.

### Referências Bibliográficas

BAVA, Silvio Caccia. *Mais além da corrupção*. Artigo publicado em *Le Monde Diplomatique Brasil* em 08/08/2016. Link para acesso: <http://diplomatie.org.br/mais-alem-da-corrupcao/>. Último acesso em: 26/01/2017.

CAMARGOS, Regina. *Muito além da corrupção*. Artigo publicado no *Blog Juno* em 08/08/2016. Link para acesso: <http://diplomatie.org.br/muito-alem-da-corrupcao/>. Último acesso em: 26/01/2017.



FONSECA, Franciso. *A corrupção como fenômeno político*. Artigo publicado no portal digital *Le Monde Diplomatique Brasil* em 08/08/2016. Link para acesso: <http://diplomatique.org.br/a-corrupcao-como-fenomeno-politico/>. Último acesso: 26/01/2017.

FONTES, Virgínia. *Inquietações sobre a Lava Jato e o medo*. Artigo publicado no Blog Junho em 21/03/2016. Link para acesso: <http://blogjunho.com.br/inquietacoes-sobre-a-lava-jato-e-o-medo/>. Último acesso em: 26/01/2017

MELO, Demian. *Corrupção e pequena política*. Artigo publicado no Blog Junho em 12/08/2015. Link para acesso: <http://blogjunho.com.br/corrupcao-e-pequena-politica/>. Último acesso em: 26/01/2017.

PINTO, João Roberto Lopes. *A conjuntura brasileira em dez pontos*. Artigo publicado no Blog Junho em 08/04/2016. Link para acesso: <http://blogjunho.com.br/a-conjuntura-brasileira-em-dez-pontos/>. Último acesso em: 26/01/2017.

SILVA, Carla L. *Veja: o indispensável partido neoliberal (1989-2002)*. Cascavel-Pr: Edunioeste, 2009. Coleção tempos históricos.



## BREVE BALANÇO HISTORIOGRÁFICO SOBRE A REVOLTA DOS POSSEIROS DE 1957

Ederson Fernando Milan dos Santos<sup>1</sup>

**Resumo:** O objetivo deste trabalho é apresentar um levantamento bibliográfico sobre a Revolta dos Posseiros em 1957, buscando com isso compreender o movimento a partir de algumas de suas interpretações. O movimento completou 60 anos em 2017, sendo que a temática vem ganhando campo ao longo do tempo, com a publicação de livros, artigos, dissertações e teses, que tem o intuito de problematizar o movimento a partir de fontes variadas. Um elemento importante a ser apontado é que a Revolta dos Posseiros de 1957 não foi um movimento isolado, mas fez parte de um conjunto de lutas pela posse da terra, que ocorreram em várias regiões do Brasil, além de estarem inseridas em um processo histórico de lutas envolvendo a própria legislação sobre a posse da terra no Brasil. Essa é uma pesquisa que vem sendo desenvolvida para minha tese de doutorado, que tem como um dos objetivos analisar a questão de terras no Paraná, entre as décadas de 50 e 60.

**Palavras-chave:** Movimentos Sociais; Revolta dos Posseiros; História do Paraná.

Para este artigo, foi realizado um breve levantamento historiográfico sobre o processo conhecido como a “Revolta dos Posseiros do Sudoeste”, ocorrido em 1957. Esta é uma temática que vem sendo problematizada com mais frequência nos últimos anos, a partir da publicação de trabalhos que têm como intuito abordar historicamente esse processo. Dessa forma, esta pesquisa visa entender o movimento de 1957 a partir de algumas de suas interpretações.

Minha pesquisa de doutorado tem como objetivo problematizar a questão de terras no Paraná, durante as décadas de 1940 a 1960, sendo que dentro do recorte temporal está inserido o movimento da Revolta dos Posseiros do Sudoeste, dessa forma, diretamente relacionado com a temática da pesquisa.

Um dos suportes para contextualizar e compreender o período em questão, a partir das suas temporalidades e das relações de poder presentes no conflito é o livro *História do Paraná: séculos XIX e XX*, organizado por Ângelo Priori. Além disso, são utilizadas como referência as obras *1957: A Revolta dos Posseiros*, de autoria de Iria Zanoni Gomes e *Análise Histórica da Posse de Terra no Sudoeste Paranaense*, de autoria de Hermógenes Lazier. Dentre as diversas dissertações produzidas sobre o tema, a mais relevante para este trabalho é a de autoria de Silvia Maria Amâncio, intitulada *Ontem, luta pela terra; hoje, monumento histórico: a revolta dos posseiros no Sudoeste do Paraná em suas variadas versões*. Para complementar a discussão, uma bibliografia de apoio debate os pormenores que envolvem a legislação agrária, um fator decisivo para se compreender o processo ocorrido no Sudoeste em 1957.

A partir destas e de outras obras elencadas ou citadas durante o texto, busca-se realizar um debate sobre o processo, bem como auxiliar a compreensão de meu objeto de estudo, a partir da discussão de algumas interpretações realizadas sobre esse movimento.

É necessário salientar que a Revolta dos Posseiros do Sudoeste, embora tenha iniciado e permanecido durante seu curto espaço de existência, em uma região delimitada do Estado do

---

<sup>1</sup> Doutorado em andamento em História pela Universidade Estadual de Maringá (UEM), Mestrado em História pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Graduação em História pela Universidade Estadual do Paraná (UNIOESTE).



Paraná, não foi um movimento isolado. Esse processo está inserido dentro de um grande conjunto de lutas e conflitos pela posse da terra, ocorridos em diversas regiões do Brasil. Esses movimentos estão historicamente ligados a um longo processo de lutas, que envolvem a própria legislação que regulamenta a posse e propriedade da terra, desencadeadas no Brasil a partir de 1850, com a promulgação da Lei de Terras.

Sobre o assunto, cabem alguns apontamentos. Na obra intitulada *Da monarquia a república: momentos decisivos*, de autoria de Emília Viotti da Costa, é realizada uma discussão sobre a relação entre terra e trabalho. Sobre a Lei de Terras de 1850, a autora afirma que, enquanto dispositivo legal, “proibia a aquisição de terras públicas através de qualquer outro meio que não fosse a compra, colocando um fim às formas tradicionais de adquirir terra mediante posses e mediante doações da Coroa” (COSTA, 1999, p. 171). De acordo com Emília Viotti da Costa, a Lei de Terras no Brasil representou uma disputa entre duas visões distintas sobre a relação entre a terra e o trabalho, em um processo de transição em que a terra era doada pela Coroa e passa a ser acessível apenas àqueles com condições financeiras de adquiri-la, tornando-se mercadoria. Esse é um processo que alterou a concepção de significado da terra, de onde era o elemento que garantia prestígio social para uma concepção onde representa poder econômico, onde o trabalho escravo passa a ser gradualmente substituído pelo trabalho livre (COSTA, 1999, p. 172).

A Lei de Terras foi uma tentativa de regularizar a situação da propriedade rural no Brasil. Nessa época, a propriedade da terra era definida com base na posse da mesma, sem que existisse uma legislação específica que mediasse as relações de compra e venda dessas propriedades. Segundo Lígia Osório Silva no livro *Terras devolutas e latifúndios: efeitos da Lei de 1850*, “no período de 1822 e 1850 a posse tornou-se a única forma de aquisição de domínio sobre as terras, ainda que apenas de fato” (SILVA, 1996, p. 90). Emília Viotti da Costa afirma a partir desta data o governo atuaria como mediador entre as terras de domínio público e o possível comprador. (COSTA, 1999, p. 172).

A Lei Eusébio de Queirós, também de 1850, proibiu o tráfico negreiro, sendo que a solução para suprir a mão-de-obra foi a imigração. A legislação sobre a propriedade agrária teve a intenção de criar obstáculos ao acesso às terras livres e dessa forma, vincular a mão-de-obra imigrante para as fazendas que precisavam de braços para o trabalho. Com o fácil acesso à terra, os imigrantes teriam a possibilidade de iniciar suas próprias fazendas e não ter que trabalhar nas fazendas que necessitavam de mão-de-obra. A compra, sendo a partir dessa data a única forma de acesso à terra, fez com que esses imigrantes trabalhassem nas fazendas, pois muitos não possuíam os meios financeiros necessários para a aquisição logo ao desembarcar no Brasil. A Lei de Terras de 1850 faz com que a terra passe a ser “trancada”, juridicamente eliminando a posse como forma de obtenção da terra e assim, favorecendo os proprietários que já possuíam recursos suficientes para sua aquisição.

O governo brasileiro, com o dinheiro obtido pela venda das terras devolutas, pôde subsidiar a imigração de europeus no Brasil. Também utilizou o dinheiro adquirido para o pagamento de empresas privadas responsáveis pela construção de estradas de ferro e rodovias. Além disso, como forma de pagamento, foram utilizadas as terras devolutas pertencentes ao governo.

Essa situação no Paraná, em especial na região Sudoeste, ocasionou que as terras pertencentes às Glebas Missões e parte da Gleba Chopim, fossem utilizadas para o pagamento da Companhia de Estradas de Ferro São Paulo - Rio Grande, a CEFSPRG. No período, essas terras eram equivalentes a quase toda a região Sudoeste do Paraná.

Na obra *Análise Histórica da Posse de Terra no Sudoeste Paranaense*, afirma Hermógenes Lazier que a região Sudoeste do Paraná é uma área muito disputada, o que ocasionou uma série de conflitos jurídicos, políticos e sociais. De acordo com o autor, a região corresponde a, aproximadamente, 7% do território do Estado do Paraná.



A Questão de Palmas foi um dos primeiros conflitos que ocorreram na região. Este se deu entre o Brasil e a Argentina, ocasionado por disputas diplomáticas das fronteiras territoriais brasileiras. Recebeu esse nome por se tratar de uma reivindicação argentina em relação a posse da zona de Palmas, região situada entre os Estados do Paraná e de Santa Catarina. A Argentina justificava a reivindicação ao levar em consideração a interpretação sobre os cursos e nomenclaturas de alguns rios.

Uma das primeiras tentativas para resolver essa questão foi realizada pelo Ministro das Relações Exteriores na época, Quintino Bocaiúva. O ministro sugeriu que a área em conflito fosse dividida entre as duas nações. Essa tentativa não encontrou a repercussão desejada. O caso foi então encaminhado para a arbitragem de governo de país amigo, ficando a responsabilidade a cargo do presidente do Estados Unidos na época, Grover Cleveland. Os direitos do Brasil sobre a questão foram defendidos pelo historiador e geógrafo José Maria da Silva Paranhos Júnior, o Barão do Rio Branco, que redigiu a Exposição, peça que acompanhou numerosos documentos e mapas. A sentença foi promulgada em favor do Brasil em 1895, sendo definidos os limites territoriais pelos rios Pepirí-Guaçu e Santo Antônio (VIANA, 1948, p. 190).

Fica claro que na região Sudoeste do Paraná havia um prolongado conflito em relação à propriedade dessas terras. No começo do século XX, o governo de Santa Catarina concedeu a José Rupp a permissão para a exploração dessas terras. Essas terras, conforme aponta Priori, eram terras devolutas, sendo que esse território foi cedido a CEFSPRG pelo governo do Paraná, devido ao pagamento pela construção das estradas de ferro (PRIORI, 2012, p. 145). Diante da situação, ocorreu um processo na Justiça, onde a Companhia consegue a posse das terras na região. Essa decisão foi recorrida por José Rupp, sendo que em 1925 consegue parecer favorável em reconhecimento da propriedade da terra. A Companhia recorre ao STF, que no ano de 1938 confirma a sentença a favor de José Rupp (PRIORI, 2012, p. 146).

Essa disputa judicial, que durou aproximadamente 13 anos, trouxe severos prejuízos econômicos para José Rupp, que acionou um processo de indenização contra a CEFSPRG. Conforme Lazier, em 11 de novembro de 1945, a Companhia foi condenada a pagar o valor de CR\$ 4.720.000,00, além dos juros de mora e custo, calculados desde 1938, como indenização (LAZIER, 1986, p. 40).

De acordo com Lazier, durante o processo entre José Rupp e a CEFSPRG, no ano de 1930, o interventor Mário Tourinho, nomeado por Getúlio Vargas para o governo do Paraná, observou irregularidades no contrato com a Companhia. Devido a essas irregularidades, as concessões sobre as Glebas Missões e Chopim foram anuladas (LAZIER, 1986, p. 37). Segundo Priori, “a Companhia não aceitou tal decisão e iniciou uma disputa jurídica para a manutenção da propriedade das terras no Sudoeste paranaense” (PRIORI, 2012, p. 144).

No ano de 1940, Getúlio Vargas incorpora os bens da *Brazil Railway Company* ao patrimônio nacional, com o objetivo de proteger os interesses do Governo Federal. A CEFSPRG era subsidiária dessa companhia. Assim, o problema jurídico que a CEFSPRG tinha com o Estado do Paraná devido a anulação das concessões realizada por Mário Tourinho, passou a representar uma disputa entre o Estado do Paraná e o Governo Federal pelos direitos das terras das Glebas Missões e Chopim (PRIORI, 2012, p. 145). Uma das consequências dessa incorporação foi a transferência do pagamento da indenização de José Rupp para a responsabilidade do Governo Federal.

Silvia Maria Amâncio, em sua dissertação intitulada *Ontem, luta pela terra; hoje, monumento histórico: a revolta dos posseiros ano Sudoeste do Paraná, em suas variadas versões*, afirma que além dessas disputas, em meados do século XX, o Sudoeste do Paraná era ocupado por posseiros que se instalaram na região sem titulação de posse, pois essas terras estavam em processo de litígio. Esses posseiros se deslocaram para a região devido ao movimento conhecido como *Marcha para o Oeste*, do governo Getúlio Vargas. Em 1943, alheio a situação jurídica da região, Vargas criou a CANGO, a Colônia Agrícola General Osório, através do decreto





nº 12417, com o objetivo de ocupar e integralizar a região ao restante do Estado (AMÂNCIO, 2009, p. 37).

Em sua obra intitulada *1957: A Revolta dos Posseiros*, Iria Zanoni Gomes aponta que a CANGO foi de fundamental importância para a colonização do Sudoeste do Paraná, sendo que a criação dessa Colônia foi uma resposta do governo aos pedidos por terra de ex-agricultores, sendo que também atendeu a interesses políticos, ao assentar pequenos proprietários sem terra. Além disso, também visava uma questão estratégica, ao povoar essa região considerada como fronteira, pois nessa época não haviam limites de fato entre Brasil, Argentina e Paraguai (GOMES, 1986, p. 17).

O trabalho desenvolvido pela CANGO permitiu que milhares de posseiros, principalmente originários do Rio Grande do Sul, tivessem condições de buscar melhores condições de vida. Porém, houveram casos de posseiros que se deslocavam para o local de forma independente e se instalavam nessas terras. Acontece, porém, que essas terras estavam disponíveis apenas aos que pudessem pagar por elas, sendo que Gomes afirma que foi uma política de reforço à propriedade privada (GOMES, 1986, p. 17). São entendidos enquanto posseiros, pois ocorreu que, devido à situação de litígio jurídico na região sudoeste, em nenhuma situação eram emitidos documentos de posse, o que fez com a situação desses posseiros fossem incertas, alguns anos mais tarde.

Claramente, a situação nessa região se complicava. Diante de todo o impasse jurídico, além da transferência de bens da *Brazil Railway Company* ao patrimônio nacional, entre os anos de 1945 e 1950, José Rupp encaminhou na justiça diversas propostas e acordos. Uma dessas propostas solicitava a Gleba Missões como pagamento pela indenização que lhe era devida. Porém, como aponta Lazier, todas as propostas foram indeferidas (LAZIER, 1985, p. 41).

Devido a esses indeferimentos, não sendo possível resolver a situação na justiça, José Rupp transfere seus créditos à CITLA, Clevelândia Industrial e Territorial Ltda, em 26 de junho de 1950 (GOMES, 1986, p. 34). Em alguns meses, a CITLA conseguiu a titulação sobre a área de terras da Gleba Missões, algo que José Rupp não havia conseguido em anos de batalhas judiciais. A SEINP, Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional concedeu a titulação das Glebas Missões e parte da Chopim para a Clevelândia Industrial. Esse acordo ocorreu em 17 de novembro de 1950 (PRIORI, 2012, p. 147).

De acordo com Amâncio, é durante o processo de efetiva ocupação das terras do Sudoeste que ocorre a valorização dos lotes dessa região, atraindo interesses diversos para essa área. Se desdobra um processo de expansão das fronteiras econômicas e demográficas nesse local, sendo que a partir de 1950, a CITLA aparece como a mais recente proprietária das Glebas Missões e Chopim, além de toda a situação judicial entre posseiros, o Governo Estadual e o Governo Federal.

A transação de titulação das Glebas Missões e Chopim, realizadas em nome da CITLA pela SEINP é, dentro da questão jurídica, permeado por ilegalidades e imoralidades, além das diversas inconsistências do ponto de vista constitucional. Segundo Amâncio, a Constituição Federal vigente no período proibia a comercialização de terras em faixas de fronteira sem a devida autorização do Conselho de Segurança Nacional. Além disso, dentro da Constituição se exigia que para a concessão de terras públicas, com área superior a 10.000 hectares, houvesse autorização do Senado Federal. A SEINP, além da necessidade de obedecer aos regulamentos citados, só poderia realizar a venda de terras no Paraná e Santa Catarina através de concorrência pública (AMÂNCIO, 2009, p. 40).

A agilidade na transação da titulação de terras entre a CITLA e SEINP foi também ocasionada pela atuação de Moysés Lupion, ex-governador do Estado do Paraná por dois mandatos, de 1947 a 1951 e 1956 a 1960. Dentro da historiografia, não há uma certeza sobre a relação do ex-governador e a CITLA, porém há uma consonância em se apontar que Moysés Lupion fosse



sócio da Clevelândia Industrial, um elemento importante que teria facilitado a titulação do território à empresa. Com essa titulação garantida pela SEINP, a CITLA passava a ser proprietária de praticamente todo o Sudoeste Paranaense, onde se instalou em 1951 e iniciou o processo de venda de terras aos estabelecidos na região. Essa situação, segundo Priori, gerou uma grande inquietação social entre os moradores (PRIORI, 2012, p. 147).

De acordo com Amâncio, a CITLA conseguiu se instalar na região devido a ligação que possuía com o ex-governador Moysés Lupion, dando início a comercialização das terras. As irregularidades no processo de transação entre a CITLA e a SEINP fizeram com que o Tribunal de Contas da União negasse o registro à escritura (AMÂNCIO, 2009, p. 40).

Mesmo que impedida judicialmente, a CITLA continua a atuar no processo de comercialização das terras, graças a inexistência de medidas que pudessem coagir essas atividades e o apoio político recebido diretamente pelo Governo Estadual, enquanto Moysés Lupion era governador do Estado. Além disso, recebeu apoio político em âmbito federal, através dos políticos ligados ao PSD, partido do ex-governador Moysés Lupion, no sentido de impedir as resoluções do Tribunal de Contas, evitando que a questão fosse para o Congresso Nacional, que iria se pronunciar apenas após o conflito dos posseiros no Sudoeste Paranaense (AMÂNCIO, 2009, p. 41).

Segundo Priori, em setembro de 1951 ocorreu uma assembleia geral dos colonos, comerciantes e profissionais liberais, que tinham o intuito de reagir à situação ocasionada pela presença da CITLA na região. Dessa reunião foi constituída uma comissão permanente para a defesa de seus direitos em relação ao conflito de interesses em torno da questão da titulação das terras. Essa ação foi ineficiente e não conseguiu mover nenhuma ação contra a companhia, pois “a atuação dessa empresa estava intrinsecamente relacionada à ligação que ela mantinha com o governador do Estado. Quando as terras foram tituladas, quem estava no poder era Lupion, algo que facilitou a comercialização das terras pela CITLA” (PRIORI, 2012, p. 148).

Em 1951 termina a primeira gestão do ex-governador Moysés Lupion. Entre os anos de 1951 e 1955, Bento Munhoz da Rocha Neto, do PTB, governou o Estado do Paraná. Entre o PTB e o PSD havia uma rivalidade política. No ano de 1952, Bento Munhoz assina um decreto que proibia o recolhimento das SISAS, o Imposto de Transmissão e Propriedade, na comercialização das terras e imóveis das Glebas Missões e Chopim, medida que se opunha diretamente às práticas da CITLA na região (GOMES, 1986, p. 38).

Iria Zanoni Gomes afirma que durante o governo Bento Munhoz, o Governo Federal, inconformado com as irregularidades que envolviam os acordos envolvendo a CITLA na região, move ações jurídicas em defesa dos interesses nacionais, a partir de pedidos de cancelamento de registro e transcrição imobiliária da escritura. De acordo com Gomes, no ano de 1953 o Tribunal Federal de Recursos dá ganho de causa para a União, sendo que a escritura é anulada no Registro de Imóveis de Palmas e Clevelândia (GOMES, 1986, p. 37).

O detalhe é que essas ações ocorrem após a CITLA se instalar na região e iniciar o processo de venda das terras aos colonos ali estabelecidos, independente da situação jurídica que estava em andamento. Mesmo com a proibição de recolhimento das SISAS no governo Bento Munhoz, foram utilizadas algumas estratégias pela CITLA para continuar a comercialização das terras, convencendo os colonos e posseiros que era a legítima proprietária dessas terras.

Uma dessas estratégias, segundo Gomes, mostra que a CITLA, através de seus representantes, organizava reuniões periódicas e grandes churrascadas, as quais os moradores eram convidados a participar. Nessas reuniões eram realizados discursos para apresentar os planos da empresa para a região, que incluíam a construção de hidrelétricas, reforma agrária com distribuição gratuita de terras, além da construção de escolas, estradas e outras benfeitorias. Nesses eventos eram disparados foguetes, que tinham por objetivo anunciar a vitória da CITLA na



questão litigiosa na Justiça (GOMES, 1986, p. 39). De acordo com Ângelo Priori, muita propaganda foi feita, visando convencer os posseiros e colonos a assinar os contratos de compra e venda das terras, nos escritórios da companhia (PRIORI, 2012, p. 148).

Nesse contexto de indefinição jurídica, acumulam-se tensões, cresce o inquietamento social e as contradições de interesses de classes se tornam nítidos. O conflito pelos direitos e garantia do domínio sobre a terra, entre os posseiros e pequenos proprietários é iminente e começa a tomar forma (GOMES, 1986, p. 37). Uma das primeiras medidas tomadas por Moysés Lupion após sua reeleição foi revogar o decreto de Bento Munhoz que proibia o recolhimento das SISAS, em 1956. Nesse ano, tanto a CITLA quanto as companhias Comercial e Apucarana, concessionárias da primeira, conseguiram liberdade para atuar na comercialização das terras do Sudoeste Paranaense.

A Revolta dos Posseiros, segundo Iria Zanoni Gomes, é originária dessas tensões e conflitos de interesses, ocorridos em 1951. As reuniões e assembleias que foram realizadas, bem como as tentativas de organização de grupos em torno de um problema comum e a elaboração de interesses coletivos da população, foram as formas de integração dos colonos e posseiros no processo político, com o objetivo de buscar uma resolução para a situação do problema na região (GOMES, 1986, p. 38).

Conforme Amâncio, foi a indefinição de propriedade dessas terras do Sudoeste Paranaense que ocasionou a Revolta dos Posseiros de 1957 (AMÂNCIO, 2009, p. 42). A CITLA, amparada pelas esferas estaduais e federais, na figura do ex-governador Moysés Lupion e do PSD, conseguiu que o processo de anulação e impedimento da comercialização das terras fosse anulado na Justiça, permitindo à empresa se instalar na região e comercializar terras das Glebas Missões e Chopim, mesmo que o processo de disputa territorial dos terrenos não estivesse definido judicialmente.

Segundo Priori, essa situação se agravou em 1956, quando a CITLA e as companhias Comercial e Apucarana, iniciaram medições de vários lotes da região. As propagandas realizadas pelas companhias visavam convencer os posseiros e colonos a se dirigirem aos escritórios para assinarem os contratos de compra e venda das terras (PRIORI, 2012, p. 148).

Decorre que dessa situação muitos colonos e posseiros não aceitaram terem de assinar os contratos, mesmo que a CITLA estivesse empenhada em convencê-los da legalidade do processo. Além disso, uma situação presente era a oposição política ao PSD, realizada pelos políticos da UDN e do PTB. As companhias de terras, para garantir sua vantagem na situação, buscaram a ação de jagunços, sendo que a violência exercida foi uma forma eficiente de conseguir seus objetivos. A indefinição jurídica da questão, somada ao terreno repleto de interesses conflituosos, fez com que uma resolução pacífica não fosse vista como alternativa, pois nem as autoridades policiais e nem as autoridades políticas estavam interessadas em resolver a situação (PRIORI, 2012, p. 148).

Segundo Amâncio, as ações legais não encontraram solução e por isso se transformaram em um violento processo pelos dois lados do conflito (AMÂNCIO, 2009, p. 48). Conforme Gomes, o primeiro confronto entre os jagunços e posseiros ocorreu no dia 02 de agosto de 1957, no distrito de Verê. Um grupo de colonos armados segue em direção ao escritório da companhia Comercial. À frente, um colono envolvido com a bandeira do Brasil, conhecido como Alemão, buscava mostrar o caráter pacífico da marcha. Os jagunços o alvejaram, matando-o a tiros (GOMES, 1986, p. 71).

São narrados inúmeros casos de violência durante o conflito. Não eram apenas os colonos e posseiros que ficaram perturbados com a situação, mas as cidades próximas também foram afetadas, principalmente pela paralisação das lavouras durante o período conflituoso. Além dos agricultores, muitos comerciantes e profissionais liberais endossaram seu posicionamento contra as companhias (PRIORI, 2012, p. 152).



O conflito durou pouco tempo, sendo que as situações mais intensas se concentraram durante o mês de outubro de 1957. A situação jurídica, social e política, por outro lado, durou anos, décadas de batalhas na Justiça e conflito de interesses. Priori afirma que a luta foi o resultado de experiências construídas coletivamente pelos posseiros e colonos da região Sudoeste do Paraná, que diante da violência dos jagunços e descaso das autoridades públicas, se uniram contra as companhias de terras (PRIORI. 2012, p. 155).

### **Referências Bibliográficas**

AMÂNCIO, Silvia Maria. *Ontem, luta pela terra; hoje, monumento histórico: a revolta dos posseiros no Sudoeste do Paraná em suas variadas versões*. 2009. 178 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2009.

COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

GOMES, Iria Zanoni. *1957: A Revolta dos Posseiros*. Curitiba: Criar Edições, 1986.

LAZIER, Hermógenes. *Análise Histórica da Posse de Terra no Sudoeste Paranaense*. Curitiba: SECE/BPP, 1986.

PRIORI, Ângelo (et all). *História do Paraná: séculos XIX e XX*. Maringá: Eduem, 2012.

SILVA, Lúcia Osorio. *Terras devolutas e latifúndios: efeitos da Lei de 1850*. Campinas: São Paulo, 1996.



## O FAZER-SE ESTADO NAS FRONTEIRAS: UM ESTUDO DAS RELAÇÕES ENTRE TRABALHADORES FRONTEIRIÇOS E AGENTES ESTATAIS NOS LIMITES DO BRASIL

Eric Gustavo Cardin<sup>1</sup>

**Resumo:** As fronteiras são marcadas por serem lugares de construção e reconstrução constante de práticas e relações durante os encontros e conflitos que marcam o cotidiano daqueles que as habitam e daqueles que apenas por elas transitam. Entre fixos e fluxos, entre acordos e conflitos, os dispositivos do estado e os mais diferentes sujeitos sociais estabelecem contatos que descaracterizam as definições do suposto estado ideal, abstrato e utópico; do estado que possuiria o uso legítimo e exclusivo da força; do estado gestor da coisa pública. Neste contexto, o objetivo é problematizar qual o Estado que se faz presente na vida daqueles trabalhadores que atravessam diariamente a fronteira do Brasil com o Paraguai. Por meio de entrevistas qualitativas e de observação direta, analisamos as múltiplas faces que o estado adquire na interação entre os agentes estatais que atuam na fronteira e os trabalhadores que lá atuam. O intuito é contribuir com a construção de um entendimento do Estado que parta da margem para o centro, destacando suas idiossincrasias e suas complexas relações com a realidade local. Neste sentido, as informações coletadas indicam para diferentes usos e instrumentalizações dos dispositivos do estado e de suas normatizações, visualizadas em arranjos sociais marcados por constantes modificações na forma em que os sujeitos sociais se colocam nas relações de poder experimentadas na fronteira.

**Palavras-chave:** estado; fronteiras; trabalhadores.

Os estudos das relações estabelecidas entre agentes do Estado e os diferentes trabalhadores que atravessam cotidianamente as fronteiras no intuito de garantir alguma renda possuem um conjunto muito amplo de possibilidades temáticas e analíticas. Trajetórias ocupacionais, histórias de vida, relações de gênero, estratégias de trabalho e resistências, correspondem a alguns dos caminhos investigativos oriundos das ricas relações que ocorrem nas regiões fronteiriças. Entretanto, em todos eles, de maneira direta ou indireta, o Estado se faz presente. Há até o esforço por parte de alguns pesquisadores em recusá-lo, mas de maneira silenciosa ele se apresenta e se coloca de maneira influente e, muitas vezes, determinante.

A existência de uma compreensão comum e, ao mesmo tempo, utópica do que seria o Estado faz com que ocorram duas situações distintas e excludentes no movimento de aproximação e entendimento das fronteiras. Partindo do pressuposto que o Estado é um tipo ideal, absoluto e abstrato, um semideus que deveria, por seus objetivos, ser onipresente, onisciente e onipotente, a influência desta entidade nas regiões fronteiriças é destacada e forçada. Assim, categorias de limite, fronteira jurídica e soberania se sobrepõem a todas as outras, fazendo com que o cotidiano dos habitantes destas raias fique preso por correntes invisíveis que determinam o idioma, a moeda, os valores e a identidade nacional.

A fé na existência de um Estado abstrato e isolado da sociedade, que possui a finalidade prática e neutra de administrar as relações sociais, estabelecendo e garantindo o exercício dos direitos e deveres dos cidadãos, ao mesmo tempo em que fomenta a manutenção da brasilidade promove o enraizamento de discursos que se fazem presentes em toda sociedade, inclusive no

---

<sup>1</sup> Doutor em Sociologia. Pós-doutor em Antropologia Social. Professor do curso de Ciências Sociais da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE).





interior da academia. Neste sentido, observam-se pesquisas onde o objeto de estudo não se encontra nas relações e nas redes sociais, na formação humana ou na ontologia, nas práticas e representações dos indivíduos, mas nas ações e políticas do Estado, como se este fosse a personificação de um conjunto de interesses homogêneos. Assim, deixam de observar que a ação não é do Estado, mas dos diferentes grupos que ocupam e disputam espaço no seu interior.

Em muitos casos, o interesse está na valoração do Estado que combate de maneira rigorosa às práticas de descaminho, de contrabando e de tráfico. Está na exaltação das políticas de seguranças, nas estratégias militares, na fiscalização, nas câmaras de vídeo monitoramento. Nos índices de apreensão de mercadorias contrabandeadas, de drogas e de armas. Está no interesse em explicitar o prejuízo financeiro do Estado com a evasão fiscal e com a suposta insegurança pública promovida pelos fluxos fronteiriços de difícil organização. É dentro desta perspectiva que se plasma a ideologia do controle e do medo. É dentro desta perspectiva que se difunde a ideia de fronteira sem lei e caótica e, como consequência, é em seu interior que fortalece o anseio popular por maior repressão e disciplina.

A produção vinculada ao Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social das Fronteiras (IDESF) possui estas características. Tendo entre suas parceiras a empresa Souza Cruz, o organismo vem se apresentando como o difusor de uma perspectiva restritiva de fronteira, que é entendida aqui como um sinônimo de limite jurídico. Neste sentido, dentro dos cursos promovidos, como é o caso da pós-graduação em “Gestão em Ciência Política, Estratégia e Planejamento com Ênfase em Fronteiras”, encontram-se discussões vinculadas às estratégias de desenvolvimento e de segurança nacional transpassada pelo viés ideológico do nacionalismo e do patriotismo. Não suficiente, em alguns relatórios, como, por exemplo, “Rotas do Crime” ou “Características das Sociedades de Fronteiras”, se visualiza uma espécie de fotografia de momentos e movimentos, que não apreende os processos históricos e os aspectos relacionados à cultura de fronteira (DORFMAN, 2009).

Por outro lado, há também o esforço oposto, concentrado em uma matriz garantidora de algumas perspectivas que acreditam que o Estado se coloca de maneira forçosa sobre relações sociais próprias dos habitantes fronteiriços, exigindo a adequação das fronteiras étnicas e de determinadas práticas sociais a um modelo social que seria supostamente alienígena. No intuito de fugir do processo de estatização das experiências, busca pensar as regiões de fronteiras por meio da valorização de categorias locais, superestimando a cultura de fronteira, o saber passar, ou seja, as experiências anteriores a presença mais efetiva dos aparelhos estatais. Enfim, enquanto o primeiro grupo acredita na necessidade do fortalecimento do Estado para organizar a fronteira nacional, o segundo pensa que a suposta desorganização da fronteira é derivada da própria presença do Estado e pelo desrespeito aos modos de viver dos moradores da região.

Em outro momento, analisamos a movimentação circular promovida por habitantes fronteiriços nos limites do Brasil e Paraguai e explicitamos a existência de redes transnacionais e os usos estratégicos das supostas identidades nacionais. Em síntese, constatamos que para tal população a fronteira é invisível e que ela apenas se faz presente quando cobrada por terceiros – em situações onde a documentação é requisitada – ou quando, por necessidades objetivas, o Estado precisa ser acionado para a obtenção de algum direito social – acesso à saúde, educação e previdência, por exemplo. Os modos de viver dos sujeitos que foram entrevistados são construídos durante suas trajetórias transfronteiriças, onde o Estado se apresenta de maneira distante e, muitas vezes, de forma ignorada. No contexto estudado, quando ele é evocado ou quando ele se impõe, explicitam-se situações conflitivas e desajustadas, onde normatizações legais, dispositivos estatais e os sujeitos transfronteiriços vivenciam experiências de negociação que sinalizam para os limites das definições do Estado e das próprias identidades (FIOROTTI & CARDIN, 2016).

Diante destes dois possíveis caminhos analíticos, nos interessa pensar efetivamente no Estado que se faz representar e se faz entender pelas ações de seus próprios agentes. Partimos



da hipótese de que as duas posições contraditórias apresentadas anteriormente são oriundas de posições teóricas e político-ideológicas que impõe uma definição *a priori* do que se espera do Estado, que, por sua vez, está vinculada a uma cisão imposta historicamente nas relações entre Estado e Sociedade. Acreditamos que qualquer definição conceitual deva ser originada da análise das práticas e das relações materiais, ou seja, do estudo das relações onde os agentes se fazem Estado. De outro modo, nos apropriando de definições clássicas preconcebidas tenderemos a enquadrar as práticas dos agentes e dos trabalhadores em modelos abstratos anteriormente existentes, baseadas na ruptura Estado/Sociedade.

Assim, no intuito de refletir sobre os contornos que o Estado vai adquirindo nas relações cotidianas dos seus agentes com os trabalhadores transfronteiriços e, conseqüentemente, sobre a própria definição do que seria o Estado, exploraremos algumas situações comuns nas fronteiras para pensarmos a sua própria composição, observando e analisando o entrelaçamento entre as práticas políticas e sociais. Por fim, buscamos aprofundar o entendimento da relação Estado e Fronteira e, desta forma, contribuir com o desenvolvimento de estudos que busquem pensar as relações de *socialidade* nestas regiões, valorizando os processos de construção e desconstrução diários, processos que fomentam um movimento dinâmico e de difícil apreensão. A adoção do termo *socialidade* é proposital, pois por meio dele se expressam relações de poder e ontológicas horizontalizadas e não impostas através da determinação de padrões sociais institucionalizados e hierarquizados.

Embora a forma de atuação dos agentes de fiscalização e repressão na fronteira seja plástica e dependa diretamente do vínculo ou das relações dos interesses das frações da classe dominante com a construção de políticas de intervenção, do cotidiano dos habitantes raianos e das experiências dos trabalhadores inseridos nos diferentes circuitos existentes nas fronteiras, é possível pensarmos em algumas tipologias e, por meio delas, entendermos que Estado existe nestas localidades. Tais tipologias são oriundas de pesquisa de campo, de informações obtidas por meio de entrevistas e de observação direta em diferentes pontos da faixa de fronteira brasileira. O intuito não é promover generalizações, mas construir meios para que possamos problematizar a efetivação do Estado e a sua própria definição. Acreditamos que a forma mais adequada de entendermos algo, não é exclusivamente por meio do estudo da imagem que temos sobre, mas através da análise da sua manifestação concreta, ou seja, de suas “práticas” e “ações”.

Neste sentido, nos apropriamos da lógica interna de construção dos *tipos ideais weberianos* para tentarmos apreender aspectos da realidade observada, construindo alguns modelos que possibilitem a organização, a comparação e a análise. A adoção desta metodologia nos permite destacar algumas características das ações de sujeitos que personificam o Estado nas fronteiras, que, posteriormente, precisam ser organizadas e relacionadas de modo racional para explicitar os aspectos mais exclusivos ou unilaterais de cada ação. Desta forma, como é público, o tipo ideal é utópico e não pretende ser um reflexo exato da realidade, mas um constructo, oriundo dela, que tem como finalidade se tornar uma ferramenta que possibilite a explicação de traços que podem ser considerados essenciais do contexto estudado.

Compreender as ações sociais do Estado por meio da observação da atuação dos agentes de fiscalização e repressão que atuam nas fronteiras, corresponde a um movimento de “apreensão interpretativa do sentido ou da conexão de sentido” de tipos puros de fenômenos frequentes (WEBER, 2000, p. 6). Assim, nos cabe explicitar que as ações sociais estudadas correspondem a ações que, “quanto a seu sentido visado pelo agente ou os agentes, se refere ao comportamento de outros, orientando-se por este em seu curso” (WEBER, 2000, p. 3). Ainda nos apropriando das contribuições de Max Weber (2000), observamos que:

A ação social, como toda ação, pode ser determinada: 1) de modo racional referente a fins: por expectativas quanto ao comportamento de objetos do mundo exterior e de outras pessoas, utilizando essas expectativas como “condições” ou “meios” para alcançar fins próprios,



ponderados e perseguidos racionalmente, como sucesso; 2) de modo racional referente a valores: pela crença consciente no valor – ético, estético, religioso ou qualquer seja sua interpretação – absoluto ou inerente a determinado comportamento como tal, independentemente do resultado; 3) de modo afetivo, especialmente emocional: por afetos ou estados emocionais atuais; 4) de modo tradicional: por costumes arraigados (WEBER, 2000, p. 15).

Desta forma, indicamos que a ação do Estado não é homogenia e nem coerente a uma única matriz política e ideológica, suas ações possuem sentidos múltiplos, marcadas por uma alta capilaridade derivada da complexidade que sua estrutura adquire no mundo contemporâneo. Embora o norte das políticas desenvolvidas possa refletir os interesses derivados dos acordos das frações das classes dominantes, o corpo do Estado é composto por relações sociais estabelecidas por sujeitos de diferentes trajetórias, que não se limitam aos espectros políticos e ideológicos. Tal situação alimenta a existência de um Estado fragmentado, múltiplo, que se define por meio de um emaranhado de relações estabelecidas na vida cotidiana.

Neste sentido, torna-se expressivo afirmar que a *ação social tradicional* corresponde a uma prática muito visível na atuação dos agentes estatais lotados nas fronteiras brasileiras e internacionais. Em grande medida, isso é derivado da aproximação existente entre estes agentes e as comunidades fronteiriças, apontando para a impossibilidade de compreensão dos sentidos do Estado sem a observação de sua íntima relação com a sociedade. Entendendo que a ideia de comunhão ou de compartilhamento marca a relação Estado/Sociedade, definimos as práticas dos agentes que denunciam esta tendência de *ação complacente*.

Em síntese, afirmamos que ela é resultante da observação da existência de uma cultura de fronteira anterior à presença do estado burocrático e repressivo, sendo carregada pelos valores tradicionais da comunidade fronteiriça e por relações de solidariedade locais. Durante as entrevistas que realizamos com sujeitos inseridos nos circuitos de contrabando de cigarro são comuns narrativas onde se observa a existência de complacência dos agentes que deveriam coibir a travessia de mercadorias ilegais na fronteira do Brasil com o Paraguai. Tal complacência é derivada do reconhecimento histórico da importância do contrabando no cotidiano destas localidades e da forte interação social existente entre os supostos contrabandistas e os agentes estatais que deveriam reprimi-los.

O caso narrado por Zé Maria, um dos nossos interlocutores no município brasileiro de Guaíra, possibilita exemplificar aspectos que marcam a *ação complacente*. Entrevistado no ano de 2015, o interlocutor possuía uma função estratégica no circuito que comporta o contrabando de cigarro na fronteira do Brasil com o Paraguai. De maneira minuciosa, historiciza sua inserção na atividade e ressalta a existência de uma *inteligência social* determinante na escolha das rotas e, principalmente, na determinação dos portos utilizados para a passagem das mercadorias ilegais. Tal inteligência se expressa pelo reconhecimento das diferentes reações que as comunidades lindeiras ao Rio Paraná possuem em relação aos *ilegalismos* que ocorrem na região. Escolher por onde passar o contrabando exige saber os níveis de envolvimento e de tolerância das comunidades locais em relação as práticas ilegais desenvolvidas.

Contudo, trata-se do reconhecimento da existência de uma noção de *comunidade ampliada*, que engloba, inclusive, políticos e os próprios agentes estatais. Zé Maria detalha situações ilustrativas, como o fato de utilizar um porto próximo ao posto da polícia militar, que, segundo ele, impediria que o espaço fosse utilizado para o tráfico de armas e drogas, garantindo uma segurança mínima para circulação de outras mercadorias. Quando questionado sobre a relação existente com os dispositivos de segurança, responde:

(Eles) sabem que ali é contrabando, que não é tráfico de drogas. Tô falando de como era a minha região, estou falando de lá, porque lá ainda tem policial, tem posto da polícia militar e a turma ainda respeita com droga, arma, cabrito. Porque ali hoje o contrabando é a fonte de renda de muita família.



Em outro momento, relata uma ocasião em que estava com um conjunto de trabalhadores descarregando mercadorias no porto quando foram interceptados por policiais militares. Estes, diante da situação, começaram a atirar para o céu e a gritar para os supostos “criminosos” irem embora e voltarem para dentro do rio. Segundo Zé Maria, a atitude dos policiais se deve a um conjunto de fatores, como a impossibilidade de prender um número tão grande de pessoas, o medo de uma reação coletiva e o fato da comunidade ser muito pequena e todos os envolvidos se conhecerem. Histórias como estas não são raras e permitem problematizar a dificuldade do Estado cumprir sua função de fiscalização e repressão quando os seus agentes, que deveriam personificar e cumprir com os objetivos estatais, reconhecem a importância dos *illegalismos* na realidade local.

Luciano, interlocutor que residia no município brasileiro de Terra Roxa e também envolvido com o circuito de cigarros, expôs elementos muito parecidos com aqueles que foram narrados por Zé Maria. Destaca a importância da confiança das pessoas envolvidas no circuito, o que justificaria a construção de uma rede de colaboradores formadas fundamentalmente por pessoas da mesma comunidade, “*que cresceram juntas*”. Para além disso, aponta formas diferentes de relação com os dispositivos de fiscalização e repressão, os agentes lotados na região a mais tempo possuem uma maior tolerância em relação ao contrabando do que a apresentada pelos agentes que chegam na localidade por tempo determinado durante as operações especiais. Estes não possuem vínculos locais e são mais agressivos em suas abordagens, enquanto “os mais velhos de casa são mais tranquilos, apreendem o mínimo”. Na opinião do interlocutor, o fato dos agentes mais antigos viverem na mesma comunidade inibe a possibilidade de conflitos diretos com os trabalhadores inseridos no circuito.

Não suficiente, a *ação complacente* pode ser visualizada ou encontrada nas pesquisas realizadas por Brígida Renoldi (2013), na fronteira da Argentina com o Paraguai, e por Paula Godinho (2009), na fronteira do conselho de Chaves no distrito de Vila Real, em Portugal, e Vilardevós, Verín, Oimbra e Cualedro, conselhos galegos da província de Ourense. Em ambos os casos, o interesse passa pela compreensão dos vínculos existentes entre os moradores fronteiriços com os seus respectivos agentes aduaneiros. Godinho, por exemplo, destaca que “o contrabando integra um conjunto de actividades quotidianas que geram solidariedades de grupos e cumplicidades colectivas que protegem face às ameaças exteriores” e afirma ainda que a criminalização de tais práticas pelos dispositivos de fiscalização “significaria importunar conhecidos, amigos, vizinhos e familiares” (GODINHO, 2009, p. 32).

Uma segunda forma de atuação dos agentes estatais nas fronteiras brasileiras pode ser sintetizada pela compreensão da *ação condicente*. Por meio desta tipologia, buscamos destacar as práticas desenvolvidas de maneira racional para cumprir as metas estabelecidas pelos dispositivos estatais. A adoção do termo *condicente* visa explicitar que esta ação possui uma dinâmica relacional que acompanha objetivos mais amplos, muitas vezes vinculados à política nacional de segurança pública, que, por sua vez, tende a ser modificada conforme ocorre alterações nos arranjos e nas formas de gestão implementadas pelas frações das classes dominantes que se encontram no controle dos dispositivos estatais.

Neste sentido, a *ação condicente* corresponde ao cumprimento objetivo de metas pré-determinadas por parte dos agentes, metas que são formuladas no interior de uma estrutura estatal que se encontra constantemente em disputa. A ciência desta definição é importante para garantirmos a clareza de que a *ação condicente* não existe apenas quando os agentes são rigorosos na fiscalização e estabelecem uma política de controle absoluto da aduana, ela também pode estar presente nas situações em que os dispositivos estatais conscientemente deixam de fiscalizar baseando-se em pressupostos do livre mercado, por exemplo. Desta forma, o estudo da *ação condicente* sinaliza para pontos elementares da relação Estado/Economia, pois





explicita o grau de intervenção e os aspectos ideológicos que sustentam o trabalho cotidiano dos dispositivos de fiscalização e repressão.

A gestão federal imposta pelo Partido dos Trabalhadores na faixa de fronteira brasileira desde o começo do Século XIX foi marcada por um conjunto de políticas que visaram disciplinar os fluxos de pessoas e capitais, onde se destacam as melhorias de infraestrutura aduaneira, o aumento no número de agentes, a maior fiscalização dos trabalhadores fronteiriços (seja na aduana ou nas rodovias de escoamento das mercadorias), a criação da lei do microempreendedor (conhecida como a lei do sacoleiro) e um conjunto de investimentos em planejamento urbano com o intuito de dificultar o acesso e a utilização dos portos irregulares. Em linhas gerais, os objetivos foram aumentar o controle da fronteira por parte do Estado e diminuir a evasão fiscal. Neste contexto, se manifestam *ações condicentes* por partes dos agentes estatais de fiscalização e repressão, como, por exemplo, o estabelecimento de políticas de cota zero, marcadas por práticas sistemáticas de vistorias onde não há tolerância em relação aos trabalhadores que transportam valores superiores aqueles permitidos por lei (CARDIN, 2015).

Não bastando a estrutura permanente de controle e fiscalização existente nas aduanas brasileiras, frequentemente são promovidas operações especiais por parte de diferentes dispositivos estatais para auxiliar o combate aos *ilegalismos* típicos das regiões fronteiriças. A Operação Muralha, por exemplo, em 54 dias de funcionamento na Rodovia 277, estrada que dá acesso a Ciudad del Este/Paraguai, realizou 36 prisões em flagrante de pessoas transportando armas e drogas, além de apreender R\$ 11,4 milhões de reais em mercadorias contrabandeadas, 114% a mais do que foi obtido pela mesma operação no ano anterior. Inserida no âmbito do Programa de Proteção Integrada de Fronteiras, a operação envolve agentes da Receita Federal, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Exército, Marinha, Polícia Militar do Paraná, Polícia Civil e Departamento de Inteligência do Paraná, e configura-se, por meio de *ações condicentes*, uma *performance* de, supostamente, um estado forte e presente.

Eduarda Rovisco (2009), estudando as práticas de contrabando na fronteira Portugal/Espanha, também observou que as atuações dos agentes aduaneiros transitam entre *ações complacentes* e *ações condicentes*. Neste sentido, destaca os vínculos comunitários daqueles que deveriam coibir o contrabando, mas, principalmente as variações nas formas de atuação conforme se modificava os interesses governamentais. Enquanto os espanhóis apresentavam maior dificuldade em suas práticas de contrabando devido ao rígido controle imposto pela ditadura franquista, os agentes portugueses eram muito mais tolerantes, principalmente no que diz respeito ao contrabando de café. Tal tolerância corresponde a uma *ação condicante* dos aduaneiros, pois é sustentada pelo interesse, por parte do governo central, em fazer circular uma mercadoria de baixo consumo no país, gerando uma renda não prevista.

Charles Tilly (2006) nos faz pensar sobre a causalidade entre o Estado e o exercício da fiscalização, da tributação e da repressão. De maneira direta, os argumentos que apresenta nos permite afirmar que a existência do Estado é condicionada historicamente à sua capacidade de extorquir, de trocar o oferecimento de proteção e direitos pela obediência e pelo pagamento de impostos. Indo em uma direção oposta aos contratualistas, o Estado não seria originado de um livre acordo entre as pessoas, mas da extorsão realizada por determinados sujeitos, que na busca da ampliação do seu próprio poder buscavam ampliar o domínio sobre outras pessoas por meio da violência, do roubo e da venda de serviços de proteção. Neste sentido, a *ação condicante* desenvolvida pelos agentes estatais corresponderia a um movimento primário para a manutenção do próprio Estado.

Um terceiro tipo de conduta observado durante as pesquisas de campo realizadas e também presentes em estudos publicados por outros autores diz respeito ao comportamento de determinados agentes que utilizam de sua posição profissional para tirar vantagens pessoais ou para um grupo privado em específico, denominamos esta prática ou comportamento de *ação*





*prevaricante*. O termo adotado pode ser entendido como uma espécie de neologismos que visa destacar a característica daquele que haje de má-fé com a coisa pública, aproximando-se do termo jurídico *prevaricação*, que, de maneira resumida, tem o objetivo de tipificar o crime de abuso de poder realizado por funcionários públicos, crimes que trazem prejuízos ao próprio Estado. Enfim, esta ação se refere as situações onde o agente aproveita de sua situação funcional para obter alguma vantagem pessoal ilícita.

Conversando com Caballo sobre sua atuação na administração de um porto irregular em Ciudad del Este/Paraguai que era utilizado para embarcar mercadorias ilegais com destino ao Brasil, constata-se a presença de *ilegalismos* no interior de sua narrativa, principalmente nas relações que o interlocutor estabelecia com os agentes de fiscalização paraguaios, relações que somente são possíveis quando os sujeitos envolvidos promovem *ações prevaricantes*, ou seja, quando a função estatal do agente é utilizada irregularmente para a obtenção de ganhos particulares. Caballo, ao explicar suas práticas, salienta que “normalmente pega a mercadoria fechada na galeria e assim a entrega”, raramente vistoria as mercadorias que está passando, faz isso somente quando é uma quantidade fora do comum, pois “normalmente nós paga tudo, por isso passa qualquer coisa”. O “paga tudo” é uma referência direta a propina fornecida aos policiais paraguaios que deveriam coibir a travessia ilegal de mercadorias na fronteira.

História semelhante obtivemos na conversa com Mario, interlocutor inserido no circuito sacoleiro, sendo o responsável por uma grande rede de distribuição de games e derivados há mais de 20 anos. Segundo ele, a possibilidade de manutenção e fortalecimento no interior do circuito, o que permite que ele ainda seja lucrativo diante das dificuldades econômicas do país, passa pela construção de fortes redes de apoio que garantam a tranquilidade no transporte das mercadorias contrabandeadas, envolvendo olheiros, batedores, laranjas e agentes federais. Neste sentido, o interlocutor chamou atenção para a propina semanal paga a agentes municipais no intuito de obter proteção dos portos utilizados e também dos valores gastos durante as viagens para “molhar a mão” de alguns policiais rodoviários que estariam envolvidos no esquema. É interessante destacar, que na narrativa de Mario há um cuidado, pois ele sempre expressava a necessidade de vistoriar se o agente que estará nos postos de fiscalização é alguém de “confiança” ou alguém “que aceitaria negociar”.

Akhil Gupta (2015) descreve uma situação observada em suas pesquisas na Índia que também corresponde a uma manifestação da *ação prevaricante*. Entre tantos casos narrados pelo autor, encontra-se um caso observado durante a atuação de Shamarji e Verna, funcionários públicos que trabalhavam em um departamento responsável pelo controle e regulamentação fundiária. Naquela ocasião ambos os agentes atuavam de maneira estratégica, aproveitando do posto que ocupavam, para tirar vantagens de dos jovens de origem rural que necessitavam modificar o título de propriedade da área onde viviam e produziam. Gupta (2015) chama a atenção que os agentes utilizavam do *domínio burocrático* para controlar a situação e conseguir mais recursos de duas pessoas que não possuíam o conhecimento suficiente para fugir das armadilhas feitas.

A observação de como os agentes estatais personificam e representam o Estado em suas práticas cotidianas explicita a inexistência da possibilidade efetiva do Estado se apresentar de uma maneira única, coerente e coesa. Ele é múltiplo, fragmentado, cheio de tentáculos que criam as formas possíveis ou permitidas pelas ações daqueles que o instrumentalizam. Como destaca Mitchell (2015), se ao longo da história é possível visualizarmos um esforço estratégico em separar o entendimento do Estado da Sociedade, como se ambos conceitos fossem relacionados a dimensões estanques e não articuladas, vivemos um momento onde é urgente a construção de novas definições em que tal separação não seja aceitável. É preciso, como nos lembra Renoldi (2015), pensarmos nos Estados Possíveis.



## Referências Bibliográficas

CARDIN, Eric Gustavo. *A expansão do capital e as dinâmicas das fronteiras*. Jundiaí: Paco, 2015.

CHILLY, Charles. Guerra y construcción del estado como crimen organizado. *Revista Académica de Relaciones Internacionales*, n. 05, 2006. Pp. 01-26.

DORFMAN, Adriana. A cultura do contrabando e a fronteira como um lugar de memória. *Estudios Historicos*, n. 01, 2009.

FIOROTTI, Cíntia; CARDIN, Eric Gustavo. Migrações paraguaias na faixa de fronteira do Brasil: identidades, circularidades e redes transnacionais. *Século XXI: Revista de Relações Internacionais*, v.7, p.53-71, 2016.

GODINHO, Paula. Desde a idade de seis anos, fui muito contrabandista: o conselho de Chaves e a comarca de Verín, entre velhos e novas modalidades emblematizantes. In: FREIRE, Dulce; ROVISCO, Eduarda; FONSECA, Inês. *Contrabando na Fronteira Luso-Espanhola: práticas, memórias e patrimônios*. Lisboa: Edições Nelson de Matos, 2009. Pp. 29-56.

GUPTA, Akhil. Fronteras borrosas: el discurso de la corrupción, la cultura de la política y el estado imaginado. In: ABRAMS, Philip; GRUPTA, Akhil; MITCHELL, Timothy. *Antropología del Estado*. México: Fondo de Cultura Económica, 2015. Pp. 47-91.

MITCHELL, Timothy. Sociedad, economía y el efecto del Estado. In: ABRAMS, Philip; GRUPTA, Akhil; MITCHELL, Timothy. *Antropología del Estado*. México: Fondo de Cultura Económica, 2015. Pp. 92-131.

RENOLDI, Brígida. Seus amigos são meus amigos: agentes e estado em um ponto argentino de passagem fronteiriça. In: CARDIN, Eric Gustavo. *As múltiplas faces das fronteiras*. Curitiba: Editora CRV, 2013. Pp. 65-87.

RENOLDI, Brígida. *Estados Posibles: travesías, ilegalismos y controles em la triple frontera*. *Revista Etnográfica*, 19(3), 2015. Pp. 417-440.

ROVISCO, Eduarda. La empresa más grande que tenía el gobierno portugués el español era el contrabando: prácticas e discursos sobre contrabando na raia do conselho de Idanha-a-Nova. In: FREIRE, Dulce; ROVISCO, Eduarda; FONSECA, Inês. *Contrabando na Fronteira Luso-Espanhola: práticas, memórias e patrimônios*. Lisboa: Edições Nelson de Matos, 2009. Pp. 89-129.

WEBER, Max. *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Trad. Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.



## UMA ANÁLISE DA TRAJETÓRIA DE GERNOTE KIRINUS NA REGIÃO OESTE DO PARANÁ (1970/1984)

Fabiana Stahl Chaparini<sup>1</sup>

**Resumo:** Esse resumo tem por objetivo analisar, a partir da trajetória de um militante social, o contexto sócio histórico do Oeste paranaense, durante o período de 1970 a 1984. Como ponto de partida a atuação de Gernote Kirinus, busco compreender as lutas sociais que marcaram a região Oeste do Paraná na época. Além disso, o tema da relação entre política e religião, também será objeto de análise, uma vez que Kirinus era pastor vinculado a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB). Sendo assim, neste trabalho a intenção foi de apresentar parte da pesquisa que venho desenvolvendo e que posteriormente será um capítulo da minha dissertação. É importante deixar claro, que inicialmente a atuação de Kirinus tinha um sentido religioso, mas, na medida em que os conflitos na região ganham grandes proporções, ele passa a romper com as fronteiras do campo religioso e a atuar mais diretamente no campo político.

**Palavras-chave:** Luta pela terra; Expropriados pela Itaipu; Gernote Kirinus.

Este artigo é resultado de uma pesquisa que ainda está em andamento sobre a atuação de Gernote Kirinus na região Oeste do Paraná. Sendo assim, a intenção é apresentar a estrutura do que posteriormente se tornará um capítulo de dissertação. Para realizar esta proposta analisei uma entrevista realizada em janeiro de 2017 em visita que fiz a Kirinus, a qual tem cerca de cinco horas de duração. Para a realização, foi feito um roteiro de questões, abarcando os diversos períodos da vida de Kirinus. Estas questões estavam ligadas desde como foi a inserção de Gernote no meio religioso; como ocorreu a vontade de se tornar pastor; como foi a sua inserção em movimentos considerados clandestinos pelo sistema ditatorial; qual motivo de ir morar no Peru; como foi a volta para o Brasil; atuação na região Oeste do Paraná enquanto pastor; oportunidade de se candidatar deputado estadual e se eleger por três vezes. O roteiro estava embasado em grande medida nessas perguntas, as quais eram aprofundadas de acordo com o que Kirinus narrava.

Gernote Gilberto Kirinus, nasceu no dia 15 de setembro de 1948, natural de Carazinho, Rio Grande do Sul. Entretanto viveu na cidade de Não Me Toque durante sua infância e adolescência. Filho de Edith Kirinus e Helmuth Kirinus. Seus pais eram descendentes de alemães. Gernote possuía mais quatro irmãos, três irmãs e um irmão (Lilian, Orlando (irmão já falecido) Schirlei e Mirna).

Em 1968, Gernote terminou o ensino médio especial, ingressando ao seminário FAC-TEOL (Faculdade de Teologia) em 1969. O chamado seminário FACTEOL, é onde membros da IECLB pretendem estudar Teologia para se tornarem pastores. Esse seminário até hoje está localizado em São Leopoldo no Rio Grande do Sul. A decisão de Kirinus de ir para o seminário e se tornar pastor foi inspirada em sua convivência com o pastor Germano Burger. Esse pastor que inspirou Kirinus, até hoje é reconhecido na IECLB, obteve, inclusive, uma matéria especial sobre a sua atuação na instituição<sup>2</sup>, o que muito influenciou Kirinus a optar pela Teologia.

<sup>1</sup> Mestranda em História pela UNIOESTE.

<sup>2</sup> Retirado em <http://www.luteranos.com.br/textos/tributo-a-germano-burger> (site da própria IECLB). Acessado em 31 de julho de 2017.



A chegada de Kirinus na região Oeste do Paraná, se deu por conta dos contatos com seus ex colegas de seminário. Gernote Kirinus se formou em 1974. Em 1975, Kirinus foi chamado para atuar na comunidade de Entre Rios do Oeste. Mudaram-se para o Oeste paranaense: ele, sua esposa e seu filho Dante.

O recorte temporal selecionado visa abordar o período entre 1976 a 1984. A escolha do período está relacionada com a atuação de Gernote com os agricultores neste momento na região, tanto pelo conflito entre jagunços e posseiros quanto pelo movimento dos expropriados pela Itaipu Binacional. Destacamos que esse capítulo não foi finalizado e, posteriormente a banca de qualificação, será melhorado.

As fontes utilizadas são: Fontes orais (duas entrevistas, sendo uma com Gernote Kirinus e a outra com a sua esposa Gloria Kirinus em 2017), arquivos do DOPS, fundo Gernote Kirinus (doado pelo próprio ao CEPEDAL<sup>3</sup>, localizado em Marechal Cândido Rondon, no ano de 2014), Jornal Nosso Tempo e um livro produzido com seus discursos, enquanto ele era deputado pela editora Beija Flor, detalhe que não consta o ano que ele foi publicado no livro).

As fontes agora serão apresentadas de forma mais detalhada. A primeira fonte selecionada para ser apresentada são os documentos das pastas do DOPS/PR e do Fundo Gernote Kirinus. As pastas do DOPS/PR<sup>4</sup>. Esse arquivo conta com um número exacerbado de pastas, referente a diversos assuntos do Paraná, quanto de outros locais. As pastas selecionadas, estão todas digitalizadas e encontram-se no Laboratório de Pesquisa Estado e Poder<sup>5</sup>. Em relação aos arquivos escolhidos para compor este capítulo são referentes a Comissão Pastoral da Terra, Itaipu Binacional e por último referente a cidade de Santa Helena.

De acordo com a pesquisa realizada de levantamento de documentos nessas pastas, percebemos alguns problemas. As pastas referentes a CPT e a ITAIPU Binacional, não deram suporte de documentos para trabalhar nessa pesquisa, apenas informaram em um panorama geral. A pasta da Comissão Pastoral da Terra, possui documentos ao âmbito nacional e não regional, como era intencionado pela discente. Entretanto eles possibilitaram compreender de forma mais ampla como a CPT estava atuando e de que maneira.

A participação de Kirinus na CPT possibilitou a ele compreender que a região oeste, sempre foi marcada pelos conflitos em torno da terra. Quando Kirinus chega ao Paraná em 1975, ele aos poucos, vai se deparando com esse problema. A medida que ele toma conhecimento sobre, passa a tomar contato com os posseiros na região, especificamente nas comunidades de São Clemente e Sub Sede, localizadas no município de Santa Helena, ele se vê frente a um problema que perpassa o meio rural, mas também o religioso.

Muitos posseiros eram membros da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil. Com esse bojo, Kirinus se vê na situação de estar ao lado deles. Sendo assim, passa a fazer parte da Comissão Pastoral da Terra (CPT) do Paraná, atuando como secretário. O primeiro escritório da CPT do Paraná foi criado em 1976 e estava localizado na cidade de Marechal Cândido Rondon. Nesse momento, Kirinus ainda era pastor na comunidade de Entre Rios do Oeste e desempenhava o papel de secretário por meio período. Como a comunidade que Kirinus exercia o pastorado tinha um grande número de trabalhadores rurais que estavam sofrendo com as injustiças no campo, pede apoio a paróquia da comunidade.

Porém, outro elemento surge para compor a mesa de luta da Comissão Pastoral da Terra no Paraná: a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu em Foz do Iguaçu. Até esse momento, Gernote ainda era pastor atuante na comunidade de Entre Rios do Oeste. Porém, com esse novo

<sup>3</sup> Núcleo de Pesquisa e Documentação sobre o Oeste do Paraná.

<sup>4</sup> Dops: *Departamento de Ordem Política e Social*. O acesso das pastas referentes ao DOPS, se deu por meio da professora Carla Silva, do Curso de História, vinculada a linha de pesquisa Estado e Poder, do campus de Marechal Cândido Rondon.

<sup>5</sup> Esse laboratório se encontra na Universidade Estadual do Oeste do Paraná, no campus de Marechal Cândido Rondon.





fator, Kirinus se desliga da IECLB como pastor para atuar de forma integral como secretário da CPT.

A atuação de Gernote na CPT foi intensa durante os anos de 1976 até início de 1978. Nesse período que Kirinus atuou na CPT foi criado o boletim Poeira, pela própria CPT. Ele visava informar as CEBs, sobre o trabalho que vinha sendo desempenhado pela CPT. Mascarenhas, em seu trabalho dialoga com o periódico Poeira em que,

O primeiro número do Boletim Poeira foi publicado em março de 1978 e iniciou com uma tiragem de 120 unidades. A capa do informativo era produzida manualmente desde o nome do Boletim até os desenhos ou charges. A parte interna era escrita com máquina de escrever na matriz e depois de pronto era reproduzido num mimeógrafo à tinta e distribuído gratuitamente. O boletim era impresso em papel sulfite tamanho ofício, por vezes frente e outras, frente e verso. A periodicidade, em geral, ocorria bimensalmente, porém há alguns números sequenciais que ficaram quase sete meses sem ter publicação (MASCARENHAS, 2011, p. 80).

De acordo com leituras realizadas sobre Kirinus, o nome do boletim foi sugerido pelo próprio. Isso é resultado da sua experiência e contato com o cenário da região, em que havia terras produtivas, de origem vermelha e que tem como uma das características a poeira. Isso indica de que modo, Kirinus vai se inserindo dentro de contextos diferentes dos quais ele veio para atuar. A partir do momento em que ele entra em contato com diferentes situações, que vão além da sua atuação religiosa, enquanto pastor, ele vai criando outros laços que moldam sua personalidade enquanto um sujeito ativo na sociedade.

Na pasta da Itaipu Binacional encontramos documentos referentes aos trabalhadores, operários da construção da usina. O intuito de analisar essa pasta era de encontrar documentos referentes ao movimento dos expropriados pela Itaipu Binacional. Em relação a esse assunto, não encontramos evidências na pasta.

Frente a isso, fizemos outras buscas e encontramos documentos que dariam conta de analisar as duas formas de conflito agrário que esse capítulo visa desenvolver nas pastas referentes a cidade de Santa Helena. Detalhamos que no acervo do DOPS/PR, existem duas pastas referentes a cidade de Santa Helena. Neste sentido elas foram utilizadas, por darem conta de parte da discussão que visamos trazer nessa primeira parte do capítulo. Os números de documentos encontrados nessas duas pastas passam de oitenta. Desses oitenta documentos, encontramos muitos referentes a participação religiosa e política de Kirinus. Outra coisa que devemos destacar, é que nem todos os documentos utilizados mencionam Kirinus, mas sabemos que a sua atuação está presente, devido as narrativas conhecidas.

Em relação ao Fundo Gernote Kirinus, salientamos que ainda está sendo realizada uma pesquisa nas pastas que compõe o fundo. Este fundo é formado por um acervo documental que abrange o período que se estende entre 1970 e 1999, sendo que na generalidade os documentos tratam do período em que Kirinus foi deputado estadual e também abordam temas relativos a questão agrária no Oeste paranaense. Atualmente, o fundo conta aproximadamente com 9 mil documentos. Diante desse grande número de fontes, optei por trabalhar mais diretamente com a documentação produzida entre os anos de 1970 e 1990. Frente a isso, os materiais que serão utilizados nessa primeira parte desse capítulo, também são encontrados na pasta do DOPS/PR. Entretanto, destacamos que, na segunda metade do capítulo abordaremos as fontes encontradas no fundo para finalizar o capítulo e mediar com a terceira parte dessa pesquisa.

A fonte oral, também foi utilizada na constituição dessa pesquisa. Foram duas entrevistas, uma cedida por Gernote e já utilizada também no primeiro capítulo dessa dissertação, e a outra cedida pela sua esposa Gloria Kirinus. A entrevista com Gloria aconteceu no mesmo dia que foi realizada a de Kirinus, em doze de janeiro de 2017. A importância de analisar a narrativa





de Gloria, é para compreendermos a partir de outra experiência como ocorreu esse processo na vida de Gernote. Gloria relata sua experiência enquanto uma estrangeira, vivendo em uma região totalmente diferente que ela vivia no Peru. Além disso, narra toda a participação de Kirinus no movimento dos expropriados da Itaipu. Porém, ela foca muito na candidatura dele, que posteriormente ele se tornou deputado estadual.

O Jornal Nosso Tempo<sup>6</sup> é outra fonte utilizada. Esse periódico surgiu no ano de 1980, na cidade de Foz do Iguaçu e aparece nesse cenário com um posicionamento crítico a ditadura militar. Frente a isso, um tema que ganhou grande repercussão em várias edições do Jornal Nosso Tempo, foi sobre a construção da Itaipu e suas consequências. Sendo assim, selecionei algumas reportagens sobre o assunto do movimento dos expropriados pela Itaipu. É importante deixar claro, que por mais que a apresentação do periódico é de um posicionamento crítico, é necessário analisar o periódico de acordo, levantando uma série de questões.

A última fonte utilizada é o livro produzido pela Editora Beija Flor, na década de 1980, em que foram editados os pronunciamentos de Gernote no parlamento. De acordo com Kirinus, o livro não foi publicado por ele. A editora, pretendia escrever um livro sobre algum deputado. Procurado então pelos editores, ele autorizou a publicação do livro. Nele foram editados e publicados discursos do seu primeiro mandato.

A estrutura do texto está dividida em três tópicos. O primeiro trata de como ocorreu o convite para Kirinus a atuar na região Oeste do Paraná e a sua instalação em Entre Rios do Oeste. Nele são trabalhados elementos que dialogam com a sua vivência no seminário de Teologia no Rio Grande do Sul. Muito do que foi trabalhado no primeiro capítulo, reaparece nesse item, pois entendemos que as experiências que Gernote teve naquele processo moldam a sua atuação na região Oeste.

Analisar primeiramente a chegada de Kirinus e a sua atuação enquanto pastor da IELCB, possibilita compreendermos a sua atuação na CPT. Frente a isso, o segundo tópico, dialoga com a trajetória de Kirinus dentro da Comissão Pastoral da Terra, no Paraná. Não é intenção desse trabalho, focar na CPT, até mesmo porque existem outras pesquisas que analisam apenas a CPT, porém precisamos apresentá-la, pois ela fez parte da constituição e da trajetória de Kirinus. Pautamos, que em relação as datas de criação da CPT, no Paraná, indicamos que a partir da narrativa de Kirinus, ela foi criada em 1976, diferentemente do que em alguns trabalhos como de Judite Veranisa Schmitt apresenta que a secretaria da CPT no Paraná, apenas surgiu em 1978. Frente a isso, sua participação dentro da Comissão, perpetuou da sua criação até início de 1978, quando assume o cargo de deputado estadual.

A sua participação na CPT, possibilitou Kirinus conhecer a realidade da região Oeste, para além da igreja e dos seus sermões. Diante disso, começou a se envolver com os camponeses que estavam sofrendo injustiças. Esses camponeses eram desde posseiros que eram ameaçados por jagunços, contratados a mando de grandes fazendeiros, além de atuar fortemente no movimento dos expropriados pela Itaipu Binacional.

Muitos posseiros eram membros da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil. Com esse bojo, Kirinus se vê na situação de estar ao lado deles. Sendo assim, passa a fazer parte da Comissão Pastoral da Terra (CPT) do Paraná, atuando como secretário. O primeiro escritório da CPT do Paraná foi criado em 1976 e estava localizado na cidade de Marechal Cândido Rondon. Nesse momento, Kirinus ainda era pastor na comunidade de Entre Rios do Oeste e desempenhava o papel de secretário por meio período. Como a comunidade que Kirinus exercia o pastorado tinha um grande número de trabalhadores rurais que estavam sofrendo com as injustiças no campo, pede apoio a paróquia da comunidade.

<sup>6</sup> As edições do Jornal Nosso Tempo, encontra-se disponível em edições PDF no sítio eletrônico <http://www.nos-sotempodigital.com.br>.



Além de Kirinus atuar como pastor, agora era secretário da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e precisava residir em Marechal Cândido Rondon, por conta do seu trabalho com a comissão. Frente a isto, a paróquia da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) de Entre Rios do Oeste, cedeu uma casa no município para ele residir com a sua família.

Outro elemento que se visa apresentar e analisar são os conflitos pela terra na região, partindo da atuação e participação de Gernote Kirinus. Muitos documentos apresentados, não contém o nome de Gernote, entretanto, sabemos da sua participação em determinados eventos, por conta da sua narrativa cedida. Por questões de fonte, o foco maior da sua atuação está no movimento Justiça e Terra dos expropriados pela Itaipu, sendo assim, a maior parte da análise estará focada nesse recorte.

## Referências Bibliográficas

ABRAMOVAY, Ricardo. *Paradigmas do capitalismo agrários em questão*. São Paulo: Edusp, 2007.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2015.

\_\_\_\_\_; *Esboço de Autoanálise*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

CASTELANO, Maria José. *Conflitos na fronteira: a atuação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) junto aos trabalhadores rurais e a Itaipu nas décadas de 1970-1980, no oeste do Paraná*. VII Congresso Brasileiro de Geógrafos. Anais do VII CBG. Vitória ES, 2014.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

MASCARENHAS, Milena Costa. *Poeira x Unicon: confrontos e contrapontos entre expropriados e Itaipu*. 151 fls. Dissertação (Mestrado em História). Marechal Cândido Rondon: UNIOESTE, 2011.

MENDONÇA, Sonia Regina. *A questão agrária no Brasil: a classe dominante agrária- natureza e comportamento 1964-1990/ Sonia Regina de Mendonça; João Pedro Stedile (org) / 2. Ed.*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

NETTO, Wenceslau Gonçalves. *Estados e Agricultura no Brasil: política agrícola e modernização econômica brasileira*. São Paulo: HUCITEC, 1997.

SCHMITT, Judite Veranissa. *Os atingidos por Itaipu: história e memória*. Oeste do Paraná, décadas de 1970 a 2000. Dissertação (Mestrado em História). UNIOESTE: Marechal Cândido Rondon, 2008.



## OS LIVRES POBRES E AS ESTRATÉGIAS DE POSSE E USO DA TERRA EM GUARAPUAVA/PR (1840-1889)

Fabio Pontarolo<sup>1</sup>

**Resumo:** O trabalho discute o estabelecimento das populações livres pobres migradas ou nascidas na Vila de Guarapuava, povoação localizada a oeste na Província de São Paulo, e depois do Paraná, no período 1840-1889. A ocupação da região se iniciou em 1810, porém, a partir de 1840 a povoação começou a fazer o papel de ponta de lança para novas expedições a Sul e a Oeste. Com essa peculiaridade de se tornar um ponto de fixação e também de transitoriedade, a região atraía migrantes livres pobres que estavam atrás de terras, os quais passaram a conviver com indígenas e escravos africanos na luta por sobrevivência frente à elite agrária de estancieiros. A partir de 1850, uma série de ações tomadas pelas elites econômicas passa a tentar empurrar os livres pobres estabelecidos em Guarapuava para outras áreas. O problema investigado está nas evidências de que, com a abertura do caminho das tropas de gado vindas do Sul em 1840, assim como a mudança nos planos dos aldeamentos dos indígenas Kaingang da região, o interesse das elites locais no uso da mão de obra dos livres pobres migrados para Guarapuava passou a ser diferente dos planos inicialmente traçados pelas autoridades imperiais responsáveis pelos planos iniciais de povoamento do início do século XIX. Essas relações, cada vez mais tensas, também foram impactadas pela lei de terras de 1850. A partir de documentos diversos, percebemos algumas formas de resistência nas especificidades do estabelecimento dessas populações livres pobres em Guarapuava.

**Palavras-chave:** resistência; livres pobres; Guarapuava.

O foco desse artigo está na discussão do contexto que motivou o aumento vigoroso no estabelecimento das populações livres pobres migradas ou nascidas na Vila de Guarapuava no período 1840-1889. Uma série de documentos diversos demonstra que a região atraiu, a partir dos anos 1840, grande quantidade de migrantes livres pobres, principalmente não-brancos. Como veremos, com o avançar do século XIX, Guarapuava assumiu, mesmo após a Lei de Terras da década de 1850, características de uma área de fronteira agrícola, cuja definição está posicionada na contramão do conceito de fronteira fechada, a qual, segundo Motta (2005, p.233), “implica a destruição da possibilidade de uma trajetória social ascendente do camponato e o fortalecimento de uma subordinação estrita e imediata”. No período em questão, a fronteira agrícola de Guarapuava contava com produção agropecuária voltada ao abastecimento interno, ligada à rota do comércio de gado que ligava o Rio Grande do Sul aos centros da agricultura de exportação em São Paulo, Minas Gerais e no Rio de Janeiro.

Os dados investigados se unem às evidências de que, com a abertura do caminho de Missões em meados do século XIX, assim como a mudança nos planos dos aldeamentos dos indígenas Kaingang da região, os interesses das elites locais em torno das terras ocupadas e do tipo de ocupação realizada pelos livres pobres migrados para os campos de Guarapuava passaram a divergir das diretrizes criadas pelas autoridades imperiais e coloniais responsáveis pelos planos iniciais de povoamento do início do século XIX.

Essas relações, cada vez mais tensas, foram fortemente impactadas pela lei de terras de 1850 e seus desdobramentos. A partir das listas paroquiais e imperiais de habitantes, além de

<sup>1</sup> Doutorando em História pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Câmpus Marechal Cândido Rondon, docente na Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, Câmpus Laranjeiras do Sul.



correspondências e documentos oficiais da região, no período de 1840 a 1889, percebemos formas de interdependência e resistência nas especificidades do estabelecimento dessas populações livres pobres em Guarapuava, em desconforto com os interesses das elites agrárias regionais.

Os livres pobres migrantes na segunda metade do século XIX têm sido observados de maneira diferente das interpretações tradicionais da historiografia. A questão da luta pela terra realizada pelas populações livres pobres na segunda metade do oitocentos vem sendo renovada pela historiografia brasileira, principalmente a partir da década de 1980. Os trabalhos resultantes das novas abordagens partiram de fontes variadas, com especial atenção para os processos judiciais, inventários e documentos cartorários, além dos regulamentos e relatórios imperiais e das províncias referentes à Lei de Terras de 1850 e seus desdobramentos em torno da propriedade da terra no Brasil Imperial.<sup>2</sup>

Nesses estudos, a análise tem focado principalmente nas estratégias e lutas travadas por esses homens e mulheres livres pobres, muitos deles não-brancos forros e libertos da escravidão ou descendentes indígenas, em torno da manutenção das formas de vida tradicionais ou, no caso dos povos nativos, da reconquista de seus territórios tradicionais, fundamentais para a sobrevivência de suas famílias. Como denominador comum, encontramos a sociedade escravista e patrimonial brasileira em que os latifundiários e grandes negociantes estiveram estabelecidos, ancorada em regulamentos e leis que dificultavam o acesso à terra aos livres pobres, os quais enfrentaram litígios ou tinham que desenvolver diferentes estratégias de ocupação e defesa para a manutenção do uso de áreas já antigas, em posse dessas populações há séculos, ou mesmo a migração para conseguir o acesso a novas frentes de ocupação. Nesses casos, como descreve Hebe Mattos sobre a província fluminense,

(...) os objetivos econômicos dos lavradores de roça deslocavam-se, na segunda metade do século, da propriedade escrava para a propriedade da terra. Isso implica uma valorização cultural do trabalho familiar independente, mantendo-se relações entre liberdade e propriedade, mas enfraquecendo suas conotações de não-trabalho (MAT-TOS, 1998, p.85).

Nesse sentido, os novos estudos sobre o tema vêm buscando compreender como estes homens e mulheres livres migravam para se estabelecer afastados das relações de dependência junto aos grandes proprietários senhoriais. A historiografia tradicional sobre o tema, até os anos 1970, enraizou seus estudos sobre os livres pobres do final do período colonial e o início do Império em torno da concepção de marginalização, de sua “desnecessidade econômica” e de sua instrumentalização. De acordo com Franco (1974, p. 91-106), sem acesso à propriedade na economia agroexportadora, a única coisa que o livre pobre poderia disponibilizar ao mercado seria sua instrumentalização política. Sempre propenso à violência em meio à sociedade, nada mais lhe restava que a marginalidade e a submissão ao grande latifundiário.

No caminho contrário ao da marginalidade proposta pela análise de Franco (1974), uma das noções importantes vinculadas aos livres pobres em nosso trabalho é a de camponato. Embora repleta de variações na historiografia, podemos caracterizar o camponês a partir de três elementos propostos por Mario Gyszpan:

O primeiro deles é que camponês é aquele que tem acesso a uma parcela de terra para produzir. O segundo é que essa produção se faz, fundamentalmente, a partir da força de trabalho familiar. O terceiro é que, sendo familiar, a unidade camponesa é, a um só tempo, unidade de produção e de consumo (GRYSZPAN, 2005, p.73).

<sup>2</sup> Alguns trabalhos dessa renovação historiográfica são os de MOTTA (1998); SILVA (2016b); CHRISTILLINO (2010) e MATTOS (1998).





Nesse ponto, torna-se possível definir o que entendemos por autonomia no mundo do trabalho dos livres pobres de Guarapuava, principalmente aos não-brancos livres. Relacionada diretamente à escravidão e suas marcas, a autonomia tinha suas bases maiores no trabalho familiar e na produção para subsistência. Entretanto, sendo a unidade camponesa, simultaneamente, lavoura de produção e de consumo, a interdependência com outros setores da economia se torna imprescindível para a manutenção da autonomia familiar frente ao trabalho escravo.

Por relações de interdependência não estamos sugerindo a compreensão das relações entre livres pobres, proprietários estancieiros, indígenas e escravos como igualitárias, muito pelo contrário. Baseando-se em Elias (1994) no nível teórico, o conceito de interdependência se relaciona com a busca do equilíbrio das tensões na desigualdade, em sociedades repletas de processos de estigmatização, tal como observamos as relações socialmente desiguais na sociedade escravista brasileira.

Na fronteira agrícola de Guarapuava, a possibilidade de encontrar terras disponíveis para se instalar e garantir a sobrevivência pode ter constituído o principal motivo da migração das famílias livres pobres para a região naquele período. Essa onda migratória, baseada na busca por terras para o desenvolvimento de formas de campesinato autônomo, fica mais evidente em Guarapuava a partir da década de 1840, quando transformações importantes alteram a fronteira agrária, deixando-a com novos arranjos sociais, acompanhados de um maior fluxo e transitoriedade de pessoas e animais pela região.

O crescimento populacional de Guarapuava, a partir dos recenseamentos realizados entre 1835 e 1890, apresenta a seguinte distribuição:

**Tabela 1: População total de Guarapuava (1835-1890)**

ANO	1835	1842	1853	1863	1872	1890
<b>Livres</b>	691	1.479	2.063	3.883	4.585	8.913
<b>%</b>	(79,5%)	(85,6%)	(84,7%)	(86,5%)	(88,8%)	
<b>Escravos</b>	101	215	371	604	576	—
<b>%</b>	(11,6%)	(12,4%)	(15,2%)	(13,5%)	(11,2%)	
<b>Indígenas aldeados</b>	77	33	—	—	—	—
<b>%</b>	(8,9%)	(1,9%)				
<b>Total</b>	<b>869</b>	<b>1.727</b>	<b>2.434</b>	<b>4.487</b>	<b>5.161</b>	<b>8.913</b>
<b>Crescimento</b>		<b>(98,7%)</b>	<b>(40,9%)</b>	<b>(84,3%)</b>	<b>(15%)</b>	<b>(72,7%)</b>
<b>%</b>						

Fontes: ARAÚJO (1835), ARAÚJO (1842; 1853; 1863) e BRASIL (1876; 1891).

Como podemos observar, houve um expressivo crescimento da população, em termos gerais, principalmente entre 1835 e 1863. Em outras palavras, em menos de três décadas a totalidade dos moradores estabelecidos se tornou cinco vezes maior. Se considerarmos que a ocupação iniciada em 1810 teve como ponto crucial a subjugação da população indígena, o ritmo de crescimento a partir de fins da década de 1840 denota a alteração das condições internas e externas de migração em Guarapuava. A extinção do aldeamento indígena em 1840 pode ser notada pela rápida diminuição dos aldeados e a dispersão dos Kaingang em meio à população livre pobre nos bairros que se avolumavam ocorreu no mesmo ritmo em que os outros Kaingang *outsiders*<sup>3</sup> se recomparam em grupos e se rebelavam contra a usurpação de suas terras, com

<sup>3</sup> Conceito de Norbert Elias e John Scotson (2000), aqui aplicado aos indígenas como os não-incluídos ou incluídos de forma muito desigual ou estigmatizada nas relações de interdependência socialmente construídas em uma sociedade, nesse caso, na Vila de Guarapuava. O contraditório de Guarapuava, assim como de todos os processos de estigmatização e normatização da sociedade indígena está no fato dos indígenas serem os mais antigos moradores da região (ELIAS; SCOTSON, 2000, p.19-60).



ênfase nas porções que lhes foram reservadas no início do processo de povoamento, ainda sob o jugo da coroa portuguesa.

Também é possível perceber as pequenas variações da participação escrava na formação dos braços de trabalho entre 1835 e 1872. Os cativos somavam 11,2% da população em 1835, antes do grande incremento populacional nos anos 1840 e 1850, chegando ao ápice da participação na população total com 15,2% no início da década de 1850, com uma lenta queda nos plantéis escravos no início da década de 1870, momento de crise da pecuária em todo o Sul. No Paraná, os levantamentos populacionais da província recém-criada apresentam a média de 16,3% de escravos em 1854 (VASCONCELOS, 1854, p.145) e 8,3% em 1872 (BRASIL, 1872, p.70). Esses números demonstram que, sendo integrante de uma grande área de produção voltada para o mercado interno, Guarapuava mantinha uma interdependência recíproca com os grandes centros exportadores de café, mantendo um escravismo menos numeroso, porém estável por quase 50 anos, mesmo com o fim do tráfico de escravos africanos em 1850 e o grande mercado interno de escravos para o Sudeste cafeeiro formado a partir daí.

Hebe Mattos, pesquisando padrões diferenciados daqueles visualizados na *plantation* escravista, aponta para os efeitos que o incremento do mercado interno no Centro-Sul, após a chegada da família real portuguesa ao Rio de Janeiro em 1808 e o avanço das exportações de café em meados do século XIX, o que teria gerado o incremento no fornecimento de escravos nas áreas interioranas interligadas a esses mercados. Esse incremento, no entanto, não teria vínculo apenas com a demanda por braços para o trabalho, mas com um tipo de investimento dos lucros gerados pelos negócios com os centros agroexportadores: “A agroexportação pode ter constituído o centro dinâmico da economia [...] mas gerou efeitos multiplicadores diversos no tempo e no espaço, engendrando outras possibilidades de investimento também baseadas na força de trabalho cativa” (MATTOS, 1988, p. 36-38).

Esse entendimento vem de encontro com a perspectiva de observarmos a agricultura de subsistência, realizada pelos livres pobres estabelecidos em Guarapuava, como uma das atividades fundamentais para o funcionamento do latifúndio monocultor escravista, voltado para a exportação. No que se refere à produção de alimentos através do conhecimento acumulado pelo campesinato dos pequenos produtores da região das tropas no século XIX, de acordo com Marcio Antonio Both da Silva (2016a):

Pode-se argumentar que são quatro os pilares da economia no período, uma vez que o excelente funcionamento do latifúndio exportador estava atrelado ao ótimo desempenho da economia de subsistência. Logo, a dependência é recíproca, portanto mais bem definida como interdependência. (...) Em outras palavras, essa economia subsidiária e de pouca monta, quando analisada por outro olhar que não aquele que parte do latifúndio para ela, em termos da “formação do Brasil”, econômica e socialmente falando, tem uma importância igual ou maior àquela que é atribuída à agricultura de exportação (SILVA, 2016a, p. 19-20).

Nesse sentido, ao investigar os livres pobres que formavam pequenas lavouras nos campos de Guarapuava, torna-se imprescindível a alteração na lente de observação dos dados demográficos baseados aqui levantados, os quais, esmiuçados, permitem a elucidação de condições peculiares e de novos questionamentos a respeito da autonomia e interdependência dos livres pobres na região. As listas de habitantes da Vila de Guarapuava possuem divisões por “Quarteirão”. Na época, essas áreas correspondem a bairros e distritos existentes com os mesmos nomes até a atualidade. Cada domicílio e seus moradores são denominados “fogo”, o que não significa que em cada “fogo” havia uma única casa.

Com a lista nominativa de 1835 e os róis de paroquianos de 1842, 1853 e 1863 poderemos verificar o ritmo de chegada dos livres pobres, estancieiros e escravos dentro de quarteirões e fogos que formavam configurações sociais muito diversas entre si. Para alguns quarteirões, como os do Pinhão, Candoy e Sepultura, a escravidão estava tão presente quanto nos cafezais



paulistas, chegando entre 30% e 35% a participação de escravos na população. Em outros bairros, principalmente naqueles que cresceram em espaços adjacentes ao rocio da Vila, marcados a seguir no Mapa 1 de 1821 como “pequenas sortes de terras aplicadas aos portugueses pobres”, tal como os bairros do Boqueirão, Morro Alto, Jordão e Charquinho, podemos encontrar dados nas décadas de 1850 e 1860 que só se tornaram frequentes em outras regiões escravistas na década de 1880, como a ausência total de escravos, ou a presença cativa em números irrisórios, somando menos de 1% da população desses quarteirões.

Para compreender melhor o crescimento dos quarteirões e o estabelecimento dos livres pobres nessas áreas, precisamos nos deter um pouco na fase inicial de demarcação das terras na região. Marcando o início da ocupação das terras, as primeiras sesmarias foram distribuídas nos primeiros anos da ocupação em 1816, quando também foram estabelecidos os fundamentos da Freguesia, com o estabelecimento da sede da povoação junto do primeiro quarteirão a receber povoadores, nas terras do que se denominaria a partir de então como o rocio de Guarapuava. Consideramos importante, nos determos sobre as terras do rocio e do primeiro quarteirão, pois os desdobramentos da ocupação dessas terras reverberam em todos os outros espaços ocupados pelos livres pobres posteriormente. Naquele ano de 1816, cumprindo a Carta Régia de 1809, que concedia sesmarias e ordenava “[...] repartir os terrenos devolutos em proporções pequenas pelos povoadores pobres, pois que estes não têm forças para obterem sesmarias, e que reserve sempre uma légua de campo e mattos ao redor das povoações que for estabelecendo para *commum logradouro*” (SIMÕES, 1891, p.36). O comandante interino Antonio da Rocha Loures, seguindo orientações do padre Francisco das Chagas Lima, realizou a “partição” das terras. Repartindo as melhores terras como sesmarias aos fazendeiros, aos livres pobres foram reservados, inicialmente, os terrenos que compunham o rocio de Guarapuava, correspondentes à sede da povoação. Como esclarece o padre Chagas, em 1816 os primeiros moradores foram se instalando,

huns estabelecendo suas fazendas de gado e outros mais pobres a fixarem seus domicílios em Guarapuava; e tendo o comandante interino confinado à aqueles [fazendeiros dos Campos Gerais de Curitiba] os campos competentes: onde estabeleceria a estes pobres, senão no lugar anunciado para a primeira Povoação Portuguesa? (LIMA, 1823, p. 3).

Dessa forma, o quarteirão mais populoso nas primeiras décadas foi o da Freguesia e Rocio, assim descrito no recenseamento de 1835, e depois nomeado apenas como Freguesia em 1842 e já como Villa nos recenseamentos de 1853 e 1863. Por compor a sede da povoação, nele também estava estabelecida a Paróquia de Nossa Senhora do Belém e as casas dos potentados locais.

Pudemos descobrir que, embora sendo parte das primeiras terras direcionadas aos povoadores pobres, o primeiro quarteirão da Freguesia não tinha terras adequadas ao campesinato, imprescindível a esses moradores. Dessa forma, a solução para a realização das roças de subsistência teria que ser outro. Como descreve Chagas Lima, 1818 já se levantavam algumas casas na sede da povoação, e os logradouros eram demarcados, porém:

antes deste lugar [demarcado] só ficaram de fora alguns retalhos de campo, cingidos da outra parte pelo sertão de mattos, onde todos os moradores de Guarapuava deveriam fazer suas plantações [...] porque o meio do campo é destituído de terras e matos lavrados; já porque com receio do gentio selvagem, nem hum só povoador se poderia alongar dos recintos da Freguesia (LIMA, 1823, p. 3).

Nesse sentido, as roças dos livres pobres estabelecidos no primeiro quarteirão da Freguesia ficavam reservadas aos “retalhos de campo” do Rocio, no entremeio entre a sede da povoação e as matas fechadas, ocupadas pelos indígenas não-aldeados, conforme aponta o mapa



a seguir, onde os terrenos reservados às roças dos livres pobres em 1816 estão marcados apenas com o algarismo 3 (três), enquanto as sesmarias próximas apresentam um “N” à frente do número correspondente na tabela, e a sede da povoação está marcada com o número 1 (um) sem a letra N à frente.

**Mapa 1: Sesmarias e terrenos reservados aos livres pobres em 1816**



Fonte: LIMA, Francisco das Chagas. *Mapa do Campo de Guarapuava, com a divisão dos terrenos applicados à Freguesia de Belém, Aldea de Atalaya e Povoadores Portuguezes: pelo Pe. Francisco das Chagas Lima em 1821*. In: Arquivo do Estado de São Paulo – AESP. São Paulo: Caixa 38, documento 43, 1821.

Com o passar do tempo e a abertura do caminho de Missões na década de 1840, a passagem de tropas fez do primeiro quarteirão a sede de comerciantes que vendiam os produtos do campesinato realizado pelos livres pobres do bairro e de regiões mais distantes, além de velas, fumo de corda e querosene (GUARAPUAVA, 1869). Com essa transformação do primeiro quarteirão em ponto de comércio de todos os roceiros e comerciantes da região, a grande migração e estabelecimento em pequenos terrenos nessa área fez com que se formasse, no início da década de 1850, o segundo quarteirão da região central da vila, com ambos passando à denominação de quarteirões da vila, embora já existissem outros oito bairros no recenseamento de 1853.

Assim, após a ocupação da área central do rocio pelo quarteirão da vila e seu bairro contíguo de mesmo nome, formou-se a partir da ocupação dos já citados “retalhos de campo”, um cinturão campesino de bairros próximos, ocupados por mais de 80% de povoadores livres pobres (Morro Alto; Boqueirão; Charquinho; Jordão e Esperança e Taboãozinho) conforme os dados das listas de habitantes já citadas. Enquanto isso, nos mais afastados pontos de povoamento, onde as estâncias de gado eram mais numerosas e portadoras de traços maiores do escravismo, os espaços eram menores para os livres pobres. É o caso dos quarteirões do Pinhão; Cavernoso e Laranjeiras; Campo Real e Candoy; Três Capões e Atalaya e Entre Rios. Mesmo





assim, a presença de livres pobres sem propriedade de escravos nesses quarteirões era, em todos os recenseamentos, próxima ou superior a 50% da população livre.

Dessa forma, podemos considerar que os povoadores pobres conseguiam se estabelecer e se manter em Guarapuava, embora sob críticas proferidas pelos grandes estancieiros de gado junto aos governos provinciais a partir da década de 1850 pelo tipo de agricultura que praticavam. Os habitantes pobres tinham ocupado diversos quarteirões no cinturão do rocio da vila quase que integralmente por roças de subsistência e criações de animais para o próprio consumo. Como sinais dessa forma de resistência, nos registros de terras realizados nos anos de 1855 a 1857, dos 396 declarantes de posses em Guarapuava, 207 declararam pequenas e médias propriedades dentro do rocio da vila (DALLA VECCHIA, 2017), cuja origem era descrita, na maioria dos registros, como posse primária pela realização de cultivos, compondo 31,3% da extensão das terras declaradas (ABREU, 1986, p.49).

Nesse sentido, concluímos que, na tentativa de manterem a autonomia nas produções agrícolas típicas do campesinato, os livres pobres migrados para Guarapuava migravam e se estabeleciam nos quarteirões que compunham o entorno da sede da Vila, provavelmente na tentativa de evitarem o estabelecimento sob o julgo dos grandes estancieiros. Essas possibilidades de ocupações nos “quarteirões dos pobres”<sup>4</sup>, os quais se tornaram cada vez mais incômodos às elites na segunda metade do século XIX, permitiu que fossem criadas redes de interdependência para a sobrevivência baseada na produção camponesa, praticada entre livres pobres instalados em pequenos pedaços de terra nos quarteirões formados ao redor da sede da povoação.

### Fontes e Referências Bibliográficas

ABREU, Alcioly Therezinha Gruber de. *A Posse e o uso da Terra: Modernização Agropecuária de Guarapuava*. Curitiba: Biblioteca Pública do Paraná – Secretaria do Estado da Cultura e do Esporte, 1986.

ARAÚJO, Francisco Aires de. *População do Districto da Freguezia de Belém, pertencente ao Município da Villa de Castro, 1835*. Guarapuava: Arquivo Histórico Benjamin Teixeira, 1835.

ARAÚJO, Antonio Braga de. *Rol dos Parochianos da Freguesia de Belém de Guarapuava, durante o Parochiato do P. Antonio Braga de Araújo, 1842*. Arquivo da Catedral Nossa Senhora de Belém: Guarapuava, 1842.

ARAÚJO, Antonio Braga de. *Rol de habitantes da Paróchia de Guarapuava, que se desobrigarão pela Quaresma de 1853*. Arquivo Arquivo Benjamim Teixeira: Guarapuava, 1853.

ARAÚJO, Antonio Braga de. *Rol de Parochianos de Guarapuava, 1863*. Arquivo da Catedral Nossa Senhora de Belém: Guarapuava, 1863.

BRASIL. Diretoria Geral de Estatísticas. *Recenseamento Geral do Império de 1872*. Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger / Typ. Commercial, 1876.

BRASIL. Diretoria Geral de Estatísticas. *Recenseamento Geral da República, 1890*. Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger / Typ. Commercial, 1891.

CHRISTILLINO, Cristiano Luís. *Litígios ao sul do Império: a Lei de Terras e a consolidação política da Coroa no Rio Grande do Sul (1850-1880)*. Tese de Doutorado em História. Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2010.

<sup>4</sup> A denominação “quarteirão dos pobres”, segundo a autora, se referia ao bairro do Morro Alto no século XIX, em Guarapuava (ABREU, 1986, p.42).



DALLA VECCHIA, Zilma Haick (org.). *Registro do Vigário da Vila de Nossa Senhora de Belém de Guarapuava*. Guarapuava: Editora da Unicentro, 2017.

ELIAS, Norbert. & SCOTSON, John L. *Os Estabelecidos e os Outsiders: Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2000.

ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1994.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens Livres na Ordem Escravocrata*. São Paulo: Editora Ática, 1974.

GRYSZPAN, Mario. Campesinato. In: MOTTA, Marcia (org). *Dicionário da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

GUARAPUAVA, Câmara Municipal de. *Licença para o funcionamento de casinhas no Rocio*. Guarapuava: Arquivo da Câmara Municipal de Guarapuava, livro II, registro 359, 1869.

LIMA, Francisco das Chagas. Carta ao Presidente da Província de São Paulo, 1º de maio de 1823. In: *Série Manuscritos. Ofícios Diversos de Guarapuava (1824-1853)*. Arquivo do Estado de São Paulo – AESP. São Paulo: Ordem 987, caixa 192, 1823.

LIMA, Francisco das Chagas. *Mapa do Campo de Guarapuava, com a divisão dos terrenos aplicados à Freguesia de Belém, Aldea de Atalaya e Povoadores Portugueses: pelo Pe. Francisco das Chagas Lima em 1821*. In: Arquivo do Estado de São Paulo – AESP. São Paulo: Caixa 38, documento 43, 1821.

MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista - Brasil, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

MATTOS, H. M. A escravidão fora das grandes unidades agroexportadoras. In: CARDOSO, C. F. (org.) *Escravidão e abolição no Brasil: novas perspectivas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. *Nas Fronteiras do Poder. Conflito e Direito à Terra no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro/Vício de Leitura, 1998.

SILVA, Marcio Antônio Both da. O agrário, o moderno e o Império: modernização da agricultura no Brasil do século XIX (1850-1889). In: *XIII Encontro Estadual de História Anpuh-RS: ensino, direitos e democracia*. v.1. São Leopoldo: Oikos, 2016a.

SILVA, Marcio Antonio Both da. *Caboclos e Colonos: encontros, ocupação e conflitos nas matas do Rio Grande do Sul (1850-1889)*. Curitiba: Editora Prismas, 2016b.

SIMÕES, Joaquim Isidoro. *Coleção das Leis do Brazil de 1809*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891.

VASCONCELLOS, Zacarias de Góes e. *Relatório apresentado à Assembléa Legislativa Provincial do Paraná: no dia 15 de julho de 1854*. Curitiba: Typ. Paranaense de Candido Martins Lopes, 1854.



## OS LIMITES DA DEMOCRACIA NO PENSAMENTO POLÍTICO DA ANARQUISTA EMMA GOLDMAN

Francioli Bagatin<sup>1</sup>

**Resumo:** Uma análise do pensamento político da anarquista Emma Goldman permite compreender os limites da democracia no sistema capitalista. A opção por essa pensadora anarquista e feminista se justifica porque embora tenha publicado textos fundamentais a respeito da relação entre indivíduo, Estado e sociedade, não costuma figurar no *mainstream* da ciência política. Emma Goldman pode ser considerada uma pensadora política – que deveria figurar ao lado dos considerados “clássicos” da política? Quais motivos explicam por que suas obras não costumam ser consideradas como relevantes para entender a “política”? Em que medida o fato de ter sido mulher, feminista e anarquista permite explicar sua ausência do *cânone*? Visando compreender como Goldman pensa a democracia a proposta é iniciar uma contextualização social do seu pensamento político através da aplicação do método do “contextualismo social” elaborado por Neal Wood e Ellen Meiksins Wood. Tal metodologia permite “inserir” uma teoria ou pensamento político no seu contexto social – econômico, político, cultural e ideológico – pois parte do pressuposto de que as teorias – ou pensamento político – possuem uma ligação orgânica com o contexto social em sentido amplo.

**Palavras-chave:** Emma Goldman; Pensamento político; Democracia.

Compreender como a democracia moderna, que se desenvolveu sob o sistema capitalista, assumiu os contornos que tem hoje, compreendendo suas possibilidades e limites reais, é uma tarefa importante para que seja possível a construção de um novo conceito de democracia ou para pensar uma possível democracia socialista que inclua a igualdade ao lado da liberdade e da participação política. Para isso, faz-se necessária a investigação das origens históricas do conceito de democracia, desde a antiguidade clássica, baseada no modelo ateniense, até sua modificação na modernidade, a partir do século XVIII, quando um maior número de pessoas passou a ter a possibilidade de participar da política, mas o alcance das decisões foi visivelmente reduzido (NERES, DOMBROWSKI, SILVA, 2016).<sup>2</sup>

Inúmeros textos foram escritos, na forma de cartas pessoais, manifestos públicos, artigos de jornal, livros, entre outros, abordando, sob os mais diversos posicionamentos teórico-políticos, a questão da democracia: seu advento, sua consolidação e seus limites, quer fosse para justificá-la, incentivá-la ou criticá-la. Dentre os mais destacados pensamentos teórico-políticos sobre a democracia podemos mencionar os teórico-políticos clássicos, como Platão e Aristóteles; Rousseau, Locke e Montesquieu; Marx e Gramsci; até os teórico-políticos contemporâneos como Dahl, Bobbio e Schumpeter. E ao analisar o pensamento teórico-político dos últimos séculos observa-se que o pensamento aceito e divulgado sobre a democracia, considerado *clássico*, é majoritariamente o pensamento de uma categoria específica: homens, brancos, europeus e heterossexuais. Por que as pensadoras acabaram excluídas dos estudos de teoria política? Será

<sup>1</sup> Mestranda em Ciências Sociais na UNIOESTE desde 2016. Graduada em Ciências Sociais (Bacharelado) pela UNIOESTE/2016. Graduada em Ciências Sociais (Licenciatura) pela UNIOESTE/2015. Especialista em Planejamento, Gestão e Avaliação de Políticas Públicas pela UNIOESTE/2013. Graduada em Direito pela Universidade Paranaense UNIPAR/1998. Especialista em Direito Processual Civil pela UFPR/2001. [franbng@hotmail.com](mailto:franbng@hotmail.com).

<sup>2</sup> Este artigo é parte da pesquisa coletiva realizada pelo GPDD – Grupo de Pesquisa Democracia e Desenvolvimento, composto por docentes e discentes (graduação e mestrado) do Curso de Ciências Sociais da Unioeste.



que poderíamos incluir teóricas políticas como Rosa Luxemburgo, Hannah Arendt e a anarquista Emma Goldman no *cânone*?

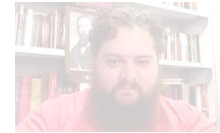
A opção por Emma Goldman para este trabalho se dá por sua posição política – anarquista – e por ser mulher, pois a pretensão é mostrar justamente o fato de que seu pensamento político deve ser considerado relevante para a teoria política no que diz respeito à questão da democracia: como seu pensamento político acerca da *democracia* contribui para a compreensão dos limites da democracia moderna consolidada sob o sistema capitalista. Porque então suas obras não receberam a devida atenção da Ciência Política? Para responder tal pergunta surgem outros questionamentos: seria pelo fato de ser mulher, feminista e, sobretudo, anarquista? Desta forma, para responder tais questões, e mostrar a relevância do pensamento político de Goldman para a compreensão dos limites da democracia moderna faz-se necessário entender suas obras e em que contexto foram escritas. Para isso, o que se pretende é aplicar o método do *contextualismo social*, desenvolvido a partir da proposta teórico-metodológica para o estudo dos clássicos da política elaborada por Neal Wood e Ellen Meiksins Wood, intitulada por eles de “*história social da teoria política*”. A escolha deste método se dá, porquanto, a construção do pensamento Emma Goldman e a fundamentação de seu pensamento político seriam fruto de suas experiências pessoais, somadas à atuação como militante na defesa das mais diversas causas como o anarquismo e a defesa dos direitos das mulheres à igualdade substancial e não apenas formal.

Segundo Neal e Ellen Wood é impossível que qualquer autora ou autor, ao escrever, o faça desvinculando-se de suas experiências, dos ideais políticos e intelectuais a que estão engajados, visto que suas reflexões são fruto da realidade em que vivem. Logo, para o *contextualismo social*, o que importa e deve ser considerado é o conjunto: autor e obra dentro do contexto social em que é produzida. Assim, Goldman escreveu o que escreveu justamente pelo fato de ser mulher, judia, e anarquista, por ter vivido sua vida da maneira que escolheu, de modo que nenhum outro autor, sem ter passado por suas experiências, teria percebido a necessidade de mudanças na sociedade da forma que ela percebeu, especialmente no que se refere aos limites da democracia moderna. A metodologia que chamamos de *contextualismo social* se configura como uma proposta diferente do *textualismo* (de Leo Strauss) e também do *contextualismo linguístico* (de Quentin Skinner), pois, de acordo com Neal e Ellen Wood, a compreensão das teorias políticas dos clássicos exige uma análise contextual cuidadosa, visando compreender como as ‘ideias’ estão ‘relacionadas’ com o contexto social (SILVA, 2016c, p. 88).

Emma Goldman, portanto, pode ser considerada uma teórica da política porque possui um pensamento político relevante tanto para a Ciência Política em geral, como para a “teoria” da democracia em particular, embora suas ideias tenham sido ignoradas, ficando no esquecimento até serem resgatadas pelas feministas da década de 1960/70 e que as razões para esse esquecimento podem relacionar-se a sua “condição” de mulher, feminista e anarquista.

Qual o problema de Emma Goldman ser “anarquista”? Segundo Woodcock (2014a, p. 8), “a palavra anarquia pode ser usada tanto para expressar a condição negativa de ausência de governo quanto a condição positiva de não haver governo por ele ser desnecessário à preservação da ordem”. Para a teoria anarquista, interessa a segunda condição. Uma sociedade sem governo significa uma sociedade na qual o indivíduo viva naturalmente, onde não haja representantes; uma sociedade onde a liberdade seja exercida sem restrições, rejeitada toda a forma de autoridade e de poder que limite e coaja os homens, condenada toda e qualquer forma de Estado, opondo-se a todo tipo de hierarquia e dominação, seja ela política, econômica, social ou cultural (WOODCOCK, 2014a, p. 7). Nos EUA o anarquismo teve seu momento de protagonismo no final do século XIX e início do século XX, tendo maior expressividade e influência em Chicago, devido principalmente aos violentos conflitos industriais e a notória brutalidade das forças policiais da cidade (WOODCOCK, 2014b, p. 250), e é ali que ocorre o incidente





mais significativo para o movimento anarquista e que representa a relevância da luta dos trabalhadores e a truculência do governo: o massacre de Haymarket Square<sup>3</sup>, incidente que tem como consequência o enforcamento dos líderes do movimento anarquista e que seria determinante para o ingresso de Goldman nesse movimento (GOLDMAN, 2015, p.10).

Situar Emma Goldman como teórica dentro do movimento anarquista pode não ser tão simples, e isso não pode ser feito de forma taxativa devido à complexidade de sua trajetória. Não se pode falar em um anarquismo, mas em diversas formas de anarquismo, e não se questiona o objetivo comum de todas as teorias anarquistas, mas reconhece-se que há várias teorias cujos meios para atingir o fim é que diferem como o anarquismo coletivista de Bakunin e o anarco-comunismo de Kropotkin. Se no início de sua trajetória como anarquista/militante Goldman teve uma grande aproximação com Bakunin e seu coletivismo, relata que, ao longo da vida e com base em suas experiências, como o caso do atentado de Homestead e o fato de ter conhecido Kropotkin, representam uma mudança em sua afiliação teórica, passando a ter maior aproximação com a teoria anarco-comunista, referindo-se à Kropotkin como “meu grande professor” (GOLDMAN, 2015, p.123). Emma Goldman viria a se tornar uma das anarquistas mais atuantes no movimento, sendo considerada uma das anarquistas mais perigosas devido ao alcance de suas ideias: sua militância pela causa anarquista, a defesa do direito das mulheres, controle da natalidade e do amor livre, entre outras, que resultarão em sua deportação para a Rússia em 1919.

### Contextualização social de Emma Goldman

Segundo o contextualismo social é impossível que uma autora ou autor, ao escrever, o faça desvinculando-se de suas experiências, dos ideais políticos e intelectuais a que estão engajados, uma vez que suas reflexões são fruto da realidade em que vivem, o que se aplica também ao pensamento político de Goldman. O que importa e deve ser considerado é o conjunto, Goldman e sua obra dentro do contexto social em que foi produzida: somente ela poderia ter escrito o que escreveu.

Para realizar a contextualização social de Goldman utiliza-se sua autobiografia (“*Vivendo minha vida*”, 1931), da qual se pode inferir seu pensamento acerca dos problemas que enfrentou, em especial acerca dos limites da democracia. Mas deve-se analisar com cautela os fatos narrados pela autora, pois para alguns autores, muitas vezes quem escreve uma biografia ou faz um relato autobiográfico pode utilizar-se do viés da coerência, na tentativa de dar coerência aos fatos ocorridos durante sua vida. Validar e reconhecer a importância do uso de material biográfico em pesquisas, método que é utilizado de forma mais efetiva pela sociologia, vem ao encontro do método de pesquisa do contextualismo social, em que o sujeito não é parte de algo, é um todo, é o produto do meio em que vive, não sendo possível desconectar-se do que viveu e das impressões adquiridas ao longo de sua trajetória. Como parte da contextualização social de Goldman, apresentamos aqui os aspectos relacionados em sua autobiografia que permitem situá-la na sociedade em que viveu, respondendo basicamente a três perguntas: Quem foi? Para quem escreveu? e Qual era seu objetivo?

Emma Goldman nasceu em 1869, em Kovno (Lituânia), parte do Império Russo. Filha de judeus ortodoxos, uma família tradicional, sofre desde a infância com a pobreza e com o fato de ser mulher. A rebeldia de Goldman contra a autoridade pode ser percebida desde cedo, em seus confrontos com o pai e também na escola, sendo frequentemente punida por suas ações. O fato de sua família não possuir conexões familiares que fossem relevantes politicamente ou

<sup>3</sup> Após uma manifestação pacífica pela jornada de 8 horas de trabalho, explode uma bomba em Haymarket Square. Em consequência, a polícia abra fogo contra a multidão que se retirava pacificamente. A autoria do atentado jamais seria comprovada, embora oito líderes locais tenham sido julgados pelo crime (WOODCOCK, 2014b, p. 252).



economicamente vai ser determinante em toda sua vida, sendo obrigada a abandonar os estudos e a trabalhar desde cedo, ainda na Rússia, e depois nos EUA.

O assassinato do czar Alexandre II em 1881 teria influência direta na vida de Emma, pois dá início a uma repressão que atinge duramente os judeus, situação de opressão que vai favorecer o surgimento do anarquismo na Rússia, fruto da revolta de estudantes, operários e camponeses contra o despotismo dos czares, representando o primeiro encontro de Goldman com o pensamento niilista (GOLDMAN, 2015, p. 22-23). Emigra para os EUA em 1889, quando passa a viver sob um regime democrático.

Sua realidade em terras americanas está muito longe do que sonhara, passando a viver a realidade de um trabalhador em uma democracia: trabalho em condições insalubres, mal remunerados e demasiadamente explorados, pois o salário que recebe é insuficiente para suas despesas (GOLDMAN, 2015, p. 14-15), e durante sua vida sua situação econômica oscila, variando entre a estabilidade e a precariedade (GOLDMAN, 2015, p. 121). Essas condições somadas a seu desejo de liberdade e justiça a impelem para o movimento anarquista, na busca por uma sociedade mais justa. Em 1893 Goldman é presa e condenada pelo crime de incitação à violência, cumprindo sua pena na penitenciária da ilha de Blackwell. Ali sob a supervisão do Dr. White aprende o ofício da enfermagem, para ter melhores condições de vida (GOLDMAN, 2015, p. 101). Tornar-se enfermeira não melhora automaticamente sua situação econômica, encontrando dificuldades para o exercício da profissão, e mesmo após sua formação profissional em Viena teria dificuldade em conseguir trabalho por ser anarquista, sofrendo rejeição por parte dos médicos que não queriam ter seus nomes vinculados ao anarquismo, e especialmente à Emma Goldman (GOLDMAN, 2015, p. 127). Paralelamente, torna-se uma grande oradora, viajando por todo o país, falando sobre o anarquismo.

As atividades de costureira, enfermeira e palestrante garantiam sua sobrevivência, porém o aspecto mais importante que se depreende de tais fatos é que isso a colocava diretamente em contato com a realidade dos trabalhadores, dos estrangeiros e das mulheres nos EUA, o que só fortalecia suas convicções acerca da importância do anarquismo e dos limites que a democracia apresentava. Em seus relatos percebe-se sua inquietação perante as desigualdades que observava na sociedade em que vivia, fosse nos EUA, frente a uma sociedade capitalista; ou na Rússia, numa sociedade czarista; bem como sua insatisfação pessoal, enquanto mulher, dentro das relações estabelecidas em sua própria família e fora dela.

Mas o que significa ser uma anarquista? Embora tivesse noções acerca do anarquismo e sentisse uma ligação com a causa, o incidente em Haymarket seria decisivo para seu ingresso no movimento anarquista, tornando-se não apenas uma simpatizante, mas uma anarquista no verdadeiro sentido da palavra (GOLDMAN, 2015, p. 11). Para ela o anarquismo representa a existência de uma nova ordem social, sem autoridade, sem hierarquia, baseada na liberdade, em indivíduos livres e conscientes que podem se autogerir: “o anarquismo é o grande libertador do homem frente aos fantasmas que deteve-lhes preso: a religião, a propriedade e o Governo” (GOLDMAN, 2011, p.3).

Goldman, nesse contexto, é mulher, branca, casada e heterossexual, além de estrangeira, portanto sempre vista como uma *outsider*, ainda que tivesse a cidadania americana (GOLDMAN, 2015, p. 18). E apesar do peso que representa esse estatuto legal, ela não deixa de viver como quer: uma vida sem regras e livre de qualquer forma de autoridade – livre da religião (apesar de nascida em uma família de judeus ortodoxos é atea (GOLDMAN, 2015, p. 407)); livre das conveniências sociais e em luta constante com a opressão e controle das liberdades individuais pelo Estado, sempre colocando a causa anarquista diante de seus interesses pessoais: abdica da maternidade e do casamento por acreditar que aprisionam a mulher e determinam sua submissão; defende o amor livre (o indivíduo deve ser livre para amar quem quiser e quantos quiser independente do casamento e do gênero); defende a necessidade do trabalho em condições justas, sem exploração do trabalhador e sem riscos à sua integridade, livre das opressões



econômicas e do controle do Estado; defende o controle de natalidade para permitir a liberdade das mulheres e uma vida mais digna para elas e seus filhos; e era contra o alistamento militar obrigatório – mais uma das formas do governo de controlar a vida dos indivíduos em nome de seus interesses. A defesa desses ideais está presente em suas obras, como a questão do casamento e da maternidade nos artigos “*Woman Suffrage*”, “*Marriage and Love*” e “*The Tragedy of Woman’s Emacipation*” compilados na obra “*Anarchism and Others Essays*” (1910), e a questão do alistamento militar obrigatório e da guerra, nos artigos “*A preparação militar nos conduz direto ao massacre universal*” e “*O patriotismo, uma ameaça à liberdade*”, compilados na obra “*O indivíduo, a sociedade e o Estado e outros ensaios*” (1940).

O anarquismo era o meio para a construção de uma sociedade melhor, sem governo ou autoridade, onde indivíduos autoconscientes seriam capazes de se autogerir e, em busca dessa sociedade Goldman participava ativamente de manifestações, greves, promovia palestras e escrevia artigos sobre as causas que considerava justas ou injustas que deviam ser denunciadas a todos, tendo grande importância na divulgação da filosofia política antiautoritária do anarquismo. Suas palestras ao longo dos 30 anos que vive nos EUA tem grande apelo aos trabalhadores e são, em sua grande maioria, dirigidas para essa classe. Sua importância para o movimento anarquista é percebida, pois na mesma proporção em que é requisitada e é ouvida por milhares de pessoas, é também perseguida e execrada pelo governo americano, considerada uma das maiores inimigas dos EUA no início do século XX, sofrendo uma feroz perseguição política, vigiada constantemente pela polícia, impedida de falar publicamente e expressar suas ideias, presa, humilhada, e por fim, expulsa dos EUA, país que considera como sua pátria (GOLDMAN, 2015).

Seu objetivo ia além da conscientização das massas, o que a faz expandir suas palestras à classe média, pois para ela, para que haja a mudança da sociedade todos devem ter consciência do verdadeiro significado de anarquismo (GOLDMAN, 2015, p. 405), e se o anarquismo significa uma filosofia a qual importa a soberania do indivíduo, também fica claro que para que uma nova sociedade possa se erigir há necessidade de minar o velho e todos os valores já superados. E se significa como afirma “um ideal libertador” (GOLDMAN, 2015, p. 288), todos deveriam compreender seu significado, e que uma nova ordem social deve ser baseada na liberdade sem restrição, devolvendo ao homem a consciência de si mesmo, pois não pode haver uma nova sociedade enquanto os indivíduos não sejam totalmente livres (GOLDMAN, 2011, p. 5).

## A democracia para Emma Goldman

Da autobiografia de Goldman e de seus escritos políticos depreende-se que, embora não tenha produzido uma teoria sobre a democracia, é possível perceber o que significava para ela e extrair daí os limites da democracia moderna, vigente sob o sistema capitalista. A crítica feroz que faz à democracia permite compreender os limites às liberdades individuais, como a liberdade de expressão e de pensamento, e mostra que a democracia podia ser qualquer coisa, menos a expressão de um governo democrático, que prima pela garantia efetiva das liberdades individuais, tendo vivenciado durante toda sua vida as limitações de um governo “democrático”.

Em “*O indivíduo, a sociedade e o Estado*” (1940), afirma que a democracia sofria uma crise, que suas instituições não inspiravam mais confiança e que o mundo não sabia sair dessa situação (GOLDMAN, 2007, p. 5). Faz uma crítica à democracia no sentido de que, da forma que estava constituída, essa forma de governo interfere diretamente na individualidade dos homens, entendendo-se a individualidade como “a consciência do indivíduo de ser o que é, e de viver esta diferença”, uma vez que a sociedade que analisa prima pela uniformização de pensamento, que é uma garantia da autoridade do governo (GOLDMAN, 2007, p. 14). Democracia seria uma forma de governo criada para legitimar o domínio de uma minoria sobre a maioria, forjada sob a lógica do governo do povo, que só pode ocorrer mediante a representação política:



o povo consente, pois é convencido da necessidade de ser governado, e que não é capaz de se autogerir ante a ideia de que a natureza humana é ser mau (GOLDMAN, 2007, p. 10). Assim, de tempos em tempos, as pessoas “ficam suficientemente tontas para confiar, crer e apoiar até o seu último centavo, os aspirantes políticos, para ver-se, ao final, traídas e enganadas”, pois na democracia, até mesmo os melhores homens acabariam por serem corrompidos, uma vez que a arena política somente lhes permite ou serem burros ou trapaceiros: pois ainda que ainda que existissem homens bons, os mesmos só poderiam permanecer fiéis a sua fé política e perder seu suporte econômico, ou “se agarrariam a seus mestres econômicos e seriam completamente incapazes de fazer o menor bem” (GOLDMAN, 2011, p. 9). Já em “*Anarquismo: o que realmente significa?*” (1910) a limitação à democracia está explícita quando Goldman, com base no pensamento de Emerson, para quem todo o governo é tirania, afirma que “não importa se é um governo por direito divino ou regra da maioria” (GOLDMAN, 2011, p. 5), em qualquer dos casos, há sempre a subordinação absoluta do indivíduo, e isto é incompatível com a ideia de liberdade absoluta pregada pela teoria anarquista, para a qual só com a destruição dos governos é possível resgatar o indivíduo de toda e qualquer forma de autoridade e dominação (GOLDMAN, 2011, p. 7).

É inquestionável a crítica expressiva que Goldman faz a democracia americana, que antes de proteger e incentivar a garantia das liberdades e da diversidade produzia a xenofobia, a condenação de pensamentos políticos diversos do pensamento liberal e a intolerância religiosa, entre outros, em desacordo com o que pregava sua Constituição. Essa crítica está expressa, tanto nos relatos de suas experiências pessoais quanto em seus textos políticos, e nada mais elucidativo da opressão e da intransigência da democracia americana do que os relatos da perseguição política que sofreu durante toda a vida de militância, descrita em diversas passagens de sua autobiografia (GOLDMAN, 2015, p. 158), ou a supressão da liberdade de expressão, tendo sido presa diversas vezes por expressar publicamente seu posicionamento político acerca de questões trabalhistas, do controle de natalidade e da conscrição obrigatória.

A liberdade de expressão, talvez tenha sido o objeto de maior relevância na crítica que faz à democracia. Proibir os indivíduos de se expressarem, controlar os pensamentos políticos e conseqüentemente os atos dos indivíduos é uma das maiores afrontas para que a liberdade humana possa ser completa. A liberdade de expressão representava a possibilidade de expor suas teorias, de ampliar o alcance das causas que defendia, podendo ser a base para a mudança social; sem a liberdade de expressão isso se torna quase impossível. E o objetivo do governo (democrático) americano se cumpriu: silenciar toda e qualquer forma de pensamento que fosse contra sua lógica econômica e política. Talvez por isso os anarquistas tenham sido os que mais sofreram com a perseguição e condenação do governo e da sociedade americana em geral: sua ideia era a de uma nova sociedade, incompatível com os valores que eram mais caros à democracia americana – uma sociedade onde o povo estava excluído das esferas de decisão políticas e econômicas, não tendo qualquer influência em tais assuntos, e que não questionava a realidade de desigualdade social em que vivia e as possíveis formas de alterar essa realidade.

### Considerações finais

O anarquismo prega o fim de toda e qualquer forma de autoridade e opressão aos indivíduos e que uma nova sociedade deve ser baseada na liberdade irrestrita dos homens. Goldman também defende em suas obras e na forma em que vive tais ideais. O anarquismo para ela representa não apenas uma mera teoria para o futuro, mas uma influência viva que serve para libertar a todos os homens das inibições, sejam internas ou externas, e de todas as barreiras destrutivas que separam o homem de si mesmo (GOLDMAN, 2015, p. 404). Desta forma, o anarquismo e a livre associação seriam as respostas para o fim do controle governamental e capitalista, pois favorecem a “liberação da mente humana da dominação da religião, a liberação





do corpo humano da dominação da propriedade, a liberação das cadeias e proibições do governo” (GOLDMAN, 2011, p. 8). Para atingir esse objetivo o movimento anarquista, em busca da liberdade humana, precisava ser levado adiante por indivíduos libertos, e a democracia, como toda forma de governo, limita a liberdade dos indivíduos.

Sua trajetória de vida, enquanto mulher, judia, feminista e anarquista permitiu-lhe perceber as limitações da democracia, pois sofreu durante toda a vida tais limites: pressão social no que se refere ao casamento, maternidade e fidelidade em seus relacionamentos; violência por ser mulher; repressão física e psicológica pela exposição de seus ideais, e finalmente, a deportação do país que considerava sua pátria. Para Goldman, citada por Azevedo (2007), a democracia nos EUA apresentava-se corrompida, o que pode ser percebido em seu discurso de defesa perante a justiça de New York (1917), em seu julgamento após sua prisão em uma manifestação contra o alistamento militar. No referido discurso aponta o “flagrante desrespeito às regras processuais vigentes, mencionando mais uma vez que atentava-se contra os direitos inscritos na *Constituição* e na *Declaração de Independência*” (AZEVEDO, 2007, p. 362):

(...). Nós dizemos que se a América estivesse entrando na guerra para salvar o mundo para a democracia, ela deveria primeiro salvar a democracia na América. **Como o mundo pode levar a América a sério se a democracia aqui é diariamente ultrajada, a liberdade de expressão suprimida e as assembleias pacíficas reprimidas por gangsters brutais usando uniforme; quando a liberdade de imprensa é limitada e cortada a independência de opinião.** Certamente, pobres como somos em termos de democracia, como podemos nós dá-la ao mundo? Nós demonstramos que a democracia concebida da servidão militar das massas, na escravidão econômica e nutrida em suas lágrimas e sangue, não é absolutamente democracia. É despotismo – o resultado acumulado de uma cadeia de abusos, que de acordo com um documento muito perigoso – a Declaração de Independência – o povo tem o direito de derrubar. (...) A história do desenvolvimento da humanidade equivale ao anúncio por novas ideias de um novo alvorecer, que é sempre considerado ilegal, fora da lei (AZEVEDO, 2007, p. 362).

Embora longa, a fala de Goldman merece ser transcrita, pois nada mais elucidativo dos limites à democracia que ela percebeu, do que as elencadas em seu discurso de defesa, entre outras já mencionadas.

### Referências Bibliográficas

AZEVEDO, Cecília. *Amando de olhos abertos: Emma Goldman e o dissenso político nos EUA*. Varia História, Belo Horizonte, vol. 23, nº 38: p.350-367, Jul/Dez 2007.

BOURDIEU, Pierre. *A ilusão biográfica*. In AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes. Usos & abusos da história oral. 8ª edição. Rio de Janeiro. Ed. FGV. 2006.

GOLDMAN, Emma. *Anarchism and Others Essays (1910)*. The Anarchist Library. Disponível em <<https://theanarchistlibrary.org/library/emma-goldman-anarchism-and-other-essays>>. Acesso em 11/07/2017.

\_\_\_\_\_. *Anarquismo: o que realmente significa?* Disponível em <<https://dispor.files.wordpress.com/2011/10/emma-goldman-anarquismo-o-que-realmente-significa.pdf>>. Acesso em 06/2017).

\_\_\_\_\_. *O indivíduo, a sociedade e o Estado*. In: O indivíduo, a sociedade e o Estado e outros ensaios. São Paulo: Hedra, 2007, p. 29-45.



- \_\_\_\_\_. *Vivendo minha vida*. Tradução Nils Skare. L-Dopa Publicações. Curitiba. 2015.
- NERES, Geraldo; DOMBROWSKI, Osmir; e SILVA, Vania Sandeléia Vaz da. A construção do conceito moderno de democracia: versão inicial de um projeto de pesquisa. *Revista Tempo da Ciência*. Vol. 23. nº 45. p. 116-134. 2016. Disponível em <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/tempodaciencia/article/view/14441/9813>>. Acesso em 22/08/2017.
- OLIVEIRA, Patrícia; SANTOS, Hermílio e SUSIN, Priscila. Narrativas e pesquisa biográfica na sociologia brasileira. Revisão e perspectivas. Dossiê: Narrativas. In *Civitas*, Porto Alegre, v. 14, n. 2, p. 359-382, maio-ago. 2014. Disponível em <[http://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/8911/2/Narrativas\\_e\\_pesquisa\\_biografica\\_na\\_sociologia\\_brasileira.pdf](http://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/8911/2/Narrativas_e_pesquisa_biografica_na_sociologia_brasileira.pdf)>. Acesso em 05/07/2017.
- PIOZZI, Patrícia. Os arquitetos da ordem anárquica. De Rousseau a Proudhon e Bakunin. Ed. UNESP. São Paulo. 2006.
- SILVA, Vania Sandeléia Vaz da. O contextualismo social de Neal Wood e Ellen Meiksins Wood: uma introdução. In *Anais do V Simpósio Paranaense de Ciências Sociais – Conectando mundos, Repensando Relações* – ISSN 2526-0952. 2016. Disponível em <[http://200.201.88.178/simposiocienciasocias/arquivos\\_anais/ANAIS%20SIMPOSIO%20final.pdf](http://200.201.88.178/simposiocienciasocias/arquivos_anais/ANAIS%20SIMPOSIO%20final.pdf)>. Acesso em 05/04/2017
- WOOD, Ellen Meiksins. *Democracia contra Capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. Ed. Boitempo. São Paulo. 2003.
- WOODCOCK, George. *História das Ideias e Movimentos Anarquistas*. Vol. 1. A Ideia. Tradução de Júlia Tettamanzy. Ed. L&PM Pocket. Porto Alegre. 2014.
- \_\_\_\_\_. *História das Ideias e Movimentos Anarquistas*. Vol. 2. O Movimento. Tradução de Júlia Tettamanzy. Ed. L&PM Pocket. Porto Alegre. 2014.



## POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL NO BRASIL: UMA ANÁLISE DO REFORMISMO FRENTE ÀS CONCEPÇÕES TEÓRICAS DE ROSA LUXEMBURGO

Gabriel Pancera Aver<sup>1</sup>

**Resumo:** Este artigo tem como objetivo analisar as relações das frações da classe burguesa com a agenda da política econômica brasileira após o período do Estado desenvolvimentista através de autores clássicos e contemporâneos da teoria política marxista, como, por exemplo, Rosa Luxemburgo, Nicos Poulantzas e Armando Boito Junior. Durante o texto torna-se explícita a relação entre as frações da classe burguesa e a agenda da economia política nacional, assim como, a relação destas frações com a ascensão do governo Lula e Dilma e das políticas de desenvolvimento social, traçando também uma análise desta relação com a crise política atual, sendo esta, analisada dentro da chave teórica de crise de hegemonia do bloco no poder. Pretende-se assim, analisar a intrínseca relação da classe burguesa com a conservação e manutenção das estruturas de reprodução do sistema capitalista no Brasil.

**Palavras-chave:** Frações de classe; Política Econômica; Marxismo.

### Introdução

Este artigo tem como objetivo analisar as relações entre as frações da classe burguesa no Brasil no período pós-desenvolvimentista, isto é, no período de desenvolvimento econômico capitalista neoliberal, até o golpe de impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff, à luz das teorias de relação e conflito de classe de Armando Boito Junior<sup>2</sup>, das concepções teóricas de Estado de Nicos Poulantzas<sup>3</sup> e de alguns aspectos centrais da obra de Rosa Luxemburgo<sup>4</sup> e Karl Marx<sup>5</sup>. Analisando assim a relação de apoio e oposição das frações da classe burguesa ao governo de Fernando Henrique Cardoso e ao governo de Luis Inácio Lula da Silva e analisando também a posição destas frações no processo de golpe do impeachment da ex-presidente.

Através de uma análise política e histórica desde o governo de Fernando Henrique até o governo atual do presidente Michel Temer, propõem-se uma observação ao comportamento, isto é, aos conflitos e às uniões das frações da classe burguesa no cenário político brasileiro. Sendo assim, pretende-se traçar uma análise à demonstrar o apoio político da fração da burguesia interna agrária e industrial ao governo Lula e a ruptura desta com o governo Dilma e as suas razões e finalidades, analisando assim, a crise política atual através da perspectiva de uma crise na hegemonia dentro da classe no poder.

Pretende-se discutir também, através dos fatos expostos ao longo do artigo, o debate entre a perspectiva revolucionária e reformista que permeia e orienta tanto o discurso quanto a

<sup>1</sup> Graduando do curso de Ciência Política e Sociologia da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA),

<sup>2</sup> Professor Titular de Ciência Política da Unicamp e editor da revista *Crítica Marxista* e um dos fundadores do Centro de Estudos Marxistas (Cemarx) do IFCH-Unicamp.

<sup>3</sup> Nicos Poulantzas (1936-1979), foi um filósofo e sociólogo grego da corrente marxista e membro do Partido Comunista da Grécia.

<sup>4</sup> LUXEMBURGO, Rosa. *Reforma social ou revolução?* São Paulo: Global, 1990.

<sup>5</sup> MARX, Karl. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2011. E MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto comunista*. São Paulo: Boitempo, 2010.



ação dos partidos de esquerda desde 1848 quando, segundo Marx, a burguesia abandona seu caráter revolucionário.

Deste modo, pretendemos analisar as relações de classe, a hegemonia do poder e a explicitação das características capitalistas do Estado à luz das teorias políticas marxista contrapondo estas ao discurso de autonomia e representatividade das massas no Estado estrutural e objetivamente capitalista.

### **Pressupostos teóricos de análise**

Para compreendermos as alterações da relação entre o Estado e as frações da classe burguesa como pretende este artigo devemos primeiramente relembrar alguns conceitos chaves desta interpretação. Entre estes conceitos destaca-se o de “bloco no poder” que opera em dois aspectos básicos. Primeiro, designa a união contraditória da burguesia organizada como classe dominante e, um segundo aspecto, refere-se o papel ativo que o Estado desempenha na organização da dominação da classe burguesa e da hegemonia de uma de suas frações sobre as outras. A união da classe burguesa é definida como uma união contraditória pois, ao mesmo tempo que esta classe se mantém unida em prol da manutenção das condições gerais de reprodução capitalista, ela se divide em função de que os capitalistas estão distribuídos de acordo com a posição particular que ocupam no processo de produção em um momento e espaço definidos. A fase do ciclo de reprodução do capital, o poderio econômico das empresas e a relação destas com a economia internacional são, segundo Boito, alguns dos elementos de divisão interior da classe burguesa.

A concepção do Estado burguês de Poulantzas é fundamental para a compreensão desta análise. Para ele, o Estado é estrutural e objetivamente capitalista e a autonomia relativa do Estado ajuda a promover o mito de que este representa o interesse das massas. Segundo o autor, o Estado burguês organiza também a hegemonia de uma determinada fração da burguesia sobre as outras de modo que, a disputa da política econômica pode ser definida como a disputa política entre interesses de frações burguesas antagônicas.

O conceito de “burguesia interna” desenvolvido por Poulantzas também é central para a análise proposta. Este conceito indica a fração da burguesia que ocupa uma “posição intermediária” entre a burguesia compradora, que para ele, é uma mera extensão dos interesses imperialistas no interior dos países coloniais e dependentes, e a burguesia nacional, que em alguns movimentos de libertação nacional do século XX chegou a assumir posições anti-imperialistas.

### **A política econômica neoliberal**

Pretendemos aqui, a partir das concepções de Perry Anderson<sup>6</sup>, traçar uma análise histórica, ainda que introdutória, tendo em vista que este não é o aspecto central proposto por este artigo, da consolidação das políticas econômicas neoliberais após a crise do Estado desenvolvimentista, a fim de situar historicamente o debate central do artigo em questão.

A partir de 1982, com a crise da dívida e, atrelado a presença de “partidos de direita” no poder e a democratização passa-se a instaurar-se um discurso liberal. Após o Estado desenvolvimentista, com políticas de desenvolvimento econômico e social, o discurso de igualdade passa a ser questionado. Este discurso questionador, que punha em cheque a questão da igualdade, afirmando a existência de uma diferença crucial entre tratar pessoas igualmente e em elas serem realmente iguais, é o que designados de discurso liberal. Pretendemos aqui analisar como este discurso liberal assume lugar nas políticas econômicas do Estado.

<sup>6</sup> Ver: ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. IN: BORÓN, Atilio; SADER, Emir, GENTILI, Pablo. *Pós-Neoliberalismo: as Políticas Sociais e o Estado Democrático*. Paz & Terra, 1995.





O liberalismo, segundo Anderson, é a precursora natural do livre mercado e a sua grandeza reside nesta ideia. Esta perspectiva “acusa” ou caracteriza a perspectiva econômica desenvolvimentista, ao tentar nivelar o desenvolvimento como tentativa de igualar pessoas desiguais, de uma economia autoritária. Deste modo, propõe-se uma economia que não interfira na vida e na conduta privada dos indivíduos.

Destaca-se neste grupo de pensadores liberais a sociedade de Mont-Peleryn<sup>7</sup> que criticavam ferozmente o intervencionismo do Estado do Estado de bem-estar e também o poder sindical. Para eles, não deveria haver interferência na “ordem natural” desigual e, em relação a crise de 1973, acusam o sindicalismo de atacar os lucros dos empresários impedindo e reduzindo investimentos externos. Este grupo propõe a estabilidade monetária, uma taxa natural de desemprego com objetivo de baixar a base dos salários e um conjunto de reformas fiscais.

Neste sentido, devemos ressaltar, para fins de exemplificação da consolidação do liberalismo na economia política, o papel de Margaret Thatcher<sup>8</sup>. Ela, sendo a primeira líder de uma país central que adota o Estado mínimo, baixou os juros, reduziu os controles de capital financeiro, aumentou a repressão aos trabalhadores, estabeleceu uma legislação antissindicalista, aumentou a privatização e diminuiu exponencialmente os gastos sociais. Deste modo, podemos dizer que, ao adotar estas medidas e promover um discurso que prometia a diminuição de gastos sociais e o crescimento econômico do Estado, Thatcher abre as portas do Reino Unido ao liberalismo. E de fato, a agenda neoliberal se concretizou parcialmente neste período. A inflação foi contida, houve um aumento do desemprego, a desigualdade cresceu exponencialmente a partir da diminuição de impostos aos ricos, porém, o aspecto fundamental da argumentação liberal, a saber, o crescimento econômico, não se consolidou. Deste modo, ocorre o processo de financeirização, ou seja, as finanças com maior grau de importância do que os investimentos reais.

Neste sentido, podemos destacar três ondas neoliberais. A primeira, nos países centrais, como acima exemplificado, após a crise do petróleo. A segunda, a dos países ex-socialistas e a terceira, a onda neoliberal na América Latina, destacando-se o México, Argentina e o Brasil. Neste período, no Brasil, por exemplo, torna-se comum discursos políticos que afirmavam o fim da era Vargas. Na América Latina, neste período, são eleitos presidentes como Fernando Affonso Collor de Mello (1990-1992) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), ambos de partidos liberais, a saber, respectivamente, Partido Trabalhista Cristão e Partido da Social Democracia Brasileira e adotam políticas neoliberais como a privatização e a retração da indústria.

Após a consolidação da política neoliberal, Perry Anderson afirma que o neoliberalismo triunfa socialmente, mas fracassa para a população. Esta afirmação vem fundamentada no aumento de protestos e mobilização sociais e também do aumento de comunidades epistêmicas em defesa do Estado. Deste modo, durante o segundo mandato de FHC, o “resgate” do Estado é proposto, não apenas pela esquerda brasileira, a exemplo do banco social. Este resgate do Estado propõe o repensar do desenvolvimentismo.

A partir deste momento histórico podemos desenvolver nossa análise. Prosseguiremos levando a perspectiva de insatisfação da agenda econômica neoliberal por parte da população como fator de ascensão de governos “neodesenvolvimentistas”, a saber, o governo Lula em 2002, paralelamente a perspectiva dos conflitos das frações da classe burguesa e a mudança da posição do Estado frente a estas frações, conforme proposto a seguir.

<sup>7</sup> Organização internacional fundada em 1947, composta por notáveis e respeitados intelectuais, filósofos, economistas e políticos de diversos países, reunidos em torno da promoção do liberalismo e de seus valores e princípios.

<sup>8</sup> Margaret Hilda Thatcher (1925-2013), foi uma política britânica, primeira ministra do Reino Unido de 1979 a 1990.



## A política econômica neoliberal: o cenário político brasileiro

Boito, partindo destes pressupostos teóricos, afirma que Lula alterou a relação do Estado com a burguesia ao melhorar a posição da grande burguesia interna industrial e agrária no interior do bloco no poder. Para compreendermos esta afirmação é necessário analisarmos os interesses burgueses centrais dentro do capitalismo neoliberal e a relação de unidade e desunião que estes geram dentro da classe burguesa no Brasil.

Segundo Boito, no sistema econômico capitalista neoliberal brasileiro a fração do grande capital financeiro tem hegemonia frente as demais frações da burguesia. As características deste sistema unem, conforme mencionado anteriormente, em alguns aspectos a totalidade da classe burguesa em prol da manutenção da reprodução do capitalismo, porém, se analisarmos alguns aspectos específicos dos conflitos internos da burguesia no Brasil, este sistema também a divide.

A característica fundamental deste sistema que, como veremos ao longo deste artigo, mantém, apesar da inconstância de posição política das frações desta classe dentro da história econômica e política nacional, unida a classe burguesa é a desarticulação e o desmonte dos direitos sociais e trabalhistas conquistados no período desenvolvimentista atrelado a mercantilização de direitos e serviços, como por exemplo, a previdência social, a saúde e a educação.

De outro modo, a privatização de grandes empresas estatais e de serviços extrativistas, por exemplo, é uma característica que, ao atender ao interesse do grande capital nacional, estrangeiro, industrial e financeiro, como demonstra Boito, exclui a fração burguesa média, criando assim, um desencontro de interesses dentro da própria classe burguesa.

Outra política econômica que gera conflito de interesses entre as frações da burguesia é a abertura comercial e a desregulamentação financeira. Esta política prejudica a burguesia nacional pois, ao manter o câmbio estável e, deste modo, integrar o mercado nacional ao internacional e ao regular o pagamento da dívida interna e externa com juro real elevado, o Estado acaba beneficiando a fração burguesa hegemônica e gerando prejuízos à fração industrial, pois esta acaba perdendo o mercado cativo para seus produtos e acaba pagando mais pelo capital que empresta do capital financeiro.

Conhecendo estas características econômicas, para compreendermos a afirmação de Boito sobre a alteração da relação entre burguesia e Estado no governo Lula, nos falta compreender o contexto histórico o qual analisamos.

## Transição FHC - LULA: uma análise do bloco no poder

Em 1996, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB) ampliou a abertura comercial, promovendo mais uma rodada de suspensão de barreiras alfandegárias e não alfandegárias às importações, ampliou a desregulamentação do ingresso e saída de capitais, manteve o câmbio valorizado, aumentou a taxa de juros e a dívida pública, aumentou déficits crescentes na balança comercial e fez um ajuste fiscal duro beneficiando, deste modo, a fração do capital financeiro. Estas políticas econômicas estabelecidas pelo governo de FHC geraram uma enorme insatisfação por parte da burguesia interna brasileira e esta, segundo Boito, sem ameaçar a hegemonia do capital financeiro, resistiu principalmente às políticas de aumento de juros e da abertura comercial.

Neste período, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e a Confederação Nacional das Indústrias (CNI) unem-se aos protestos da Central Única dos Trabalhadores (CUT) contra as políticas econômicas do governo vigente. Percebendo tal insatisfação, o Partido dos Trabalhadores (PT) lança Lula para as eleições de 2002 com um discurso de um projeto de governo de produção contra a especulação financeira. Deste modo, a fração da burguesia interna industrial e agrária, segundo Boito, passa a apoiar a candidatura de Lula.



Quando eleito, o petista radicalizou a exportação de produtos do agronegócio, de matéria-prima e de produtos de baixa densidade tecnológica e implementou medidas cambiais e creditárias que mantivessem a política de exportação funcionando. Deste modo, possibilitou a ascensão política da grande burguesia interna voltada para a exportação, sem quebrar ou ameaçar a hegemonia do capital financeiro. Sendo assim, a afirmação de Boito inicialmente apresentada neste artigo sobre a transformação da relação entre o Estado e a burguesia no governo Lula fundamenta-se. Podemos perceber então que a burguesia interna industrial e agrária melhorou sua posição política e econômica, ocupando assim a segunda posição dentro do bloco no poder.

Como justificativa da manutenção da hegemonia do capital financeiro no bloco de poder, Boito apresenta a perspectiva que, mesmo com o estímulo à produção e à exportação, estas políticas econômicas foram aplicadas dentro dos limites estabelecidos pelos interesses do grande capital financeiro. Deste modo, a fração hegemônica mantinha sua posição dentro do bloco de poder e a fração da burguesia interna industrial e agrária ao melhorar sua posição, dentro de uma perspectiva política de *rational choice*, não ameaçava a hegemonia da fração do capital financeiro pois, ao ameaça-la tinha mais a perder do que a ganhar.

### **O governo Lula: as frações de classe burguesa**

Como analisado anteriormente, podemos afirmar que Lula amplia e dá uma nova dimensão ao que foi iniciado no segundo mandato do FHC. O governo Lula estava comprometido inteiramente com o grande capital e quem ascendeu politicamente sob esse governo foi a grande burguesia interna industrial e agrária.

Boito, para demonstrar na prática política o apoio da burguesia ao governo Lula e consolidar a percepção de que a unidade da classe burguesa em torno do neoliberalismo foi reforçada neste governo, cita o exemplo de corrupção do mensalão onde, segundo ele, indo contra toda a lógica e contra todas as evidências, a grande mídia e os partidos burgueses esforçaram-se para preservar o presidente Lula no governo.

Podemos perceber claramente como o Estado agenciou a hegemonia do capital financeiro dentro do bloco de poder ao desenvolver e incentivar a produção e a exportação no governo Lula, seguindo os limites estipulados pelo interesse do capital financeiro e, também, de como as imposições feitas sobre a burguesia interna em prol do desenvolvimento social beneficiaram, de mesmo modo, o grande capital financeiro, tendo em vista que este lucrou oito vezes mais<sup>9</sup> no governo Lula do que no governo de FHC, ao financiar e investir em serviços básicos como saúde, infraestrutura (PAC, etc) e educação (FIES, PROUNI).

Tendo em vista o contexto histórico e as relações entre as frações da burguesia e o Estado podemos afirmar que o Partido dos Trabalhadores representava, em última instância, a fração da burguesia interna industrial e agrária. Porém, ao mesmo tempo, impunha sobre estas frações alguns sacrifícios em prol do desenvolvimento e consolidação de programas sociais, ganhando assim, segundo Boito, o apoio popular. Para ele, o apoio da população foi o que permitiu que os interesses maiores da burguesia interna prevalecessem frente ao capital internacional e, deste modo, Boito afirma que encerrasse a hegemonia exercida pelo capital financeiro internacional.

Enquanto havia um cenário de crescimento econômico e estava fresco na memória da burguesia interna a estagnação e a abertura comercial do governo FHC, a burguesia interna aceitou os sacrifícios impostos com fins de benefícios sociais à população. Porém, a partir de 2012, com o baixo crescimento econômico, com o ajuste fiscal proposto pelo governo (2015) e

<sup>9</sup> Na era Lula, bancos tiveram lucro recorde de R\$199 bilhões. **O globo**. [online] Aguinaldo Novo. Novembro, 2011. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/na-era-lula-bancos-tiveram-lucro-recorde-de-199-bilhoes-2818232>.



com a ofensiva ideológica do capital internacional contra a nova matriz de política econômica do segundo mandato de Dilma Rousseff (PT), houve uma nova alteração da posição das frações burguesas frente ao Estado.

### **O governo Dilma: a instabilidade política como reflexo da crise de hegemonia no bloco no poder**

Para Boito, o golpe contra Dilma foi dirigido, justamente, pelo capital internacional apoiado pela classe média. Com a crise, a fração da burguesia interna apresenta duas principais reivindicações. A primeira, contra os interesses do capital internacional e financeiro e, a segunda, contra os trabalhadores. Dentro das primeiras reivindicações destacam-se o juro baixo, o câmbio depreciado e o investimento com juro subsidiado e, no segundo bloco, as reformas da previdência, trabalhista e o ajuste fiscal (2015) baseado na redução de gastos sociais. Segundo o autor, o segundo bloco de reivindicações ganha proeminência à medida que o baixo crescimento e a crise econômica se prolongam.

Sendo assim, ao orquestrar o golpe, o capital financeiro internacional acabou por gerar fissuras dentro da fração da burguesia interna. Parte dela manteve-se neutra frente ao processo de impeachment, a saber, a indústria de construção naval que, após a consolidação deste processo jurídico, se mantém em campanha contra o desmonte da política local proposta por Temer. Outra parte foi, segundo Boito, perseguida judicialmente, graças ao fato das forças articuladas do imperialismo, da burguesia associada e da alta classe média terem utilizado a corrupção como arma para isolar e mesmo destruir as empresas nacionais de construção e engenharia pesada. E outra parte ainda, aderiu ativamente ao golpe; entre as que mais se destacam estão a CNI e a FIESP.

Sendo assim, podemos perceber que o discurso de corrupção que, no caso do governo Lula foi suprimido e abafado pela classe burguesa, em 2016, com Dilma, foi usado para articular e concretizar o processo de impeachment e que, em última instância, gerou uma crise de representatividade da classe burguesa, isto é, a fração da burguesia interna não se via mais representada no governo Dilma. E então, conseqüentemente, segundo Boito, a ofensiva restauradora do grande capital internacional e da fração da burguesia brasileira a ele associada, apoiados na mobilização da alta classe média, encontrou, então, caminho livre para avançar no processo do golpe.

### **O governo Temer: a tentativa de reestabelecimento da hegemonia do capital financeiro no bloco no poder**

Com a concretização do processo de impeachment, o novo projeto de restauração e aceleração do crescimento econômico do presidente Michel Temer, baseia-se justamente no reestabelecimento da hegemonia nas mãos da fração do capital financeiro com políticas econômicas como a desnacionalização do pré-sal, a desnacionalização da cadeia de produção de óleo e gás desnacionalização da terra, dos aeroportos, do Aquífero Guarani, etc e na retirada e na desarticulação dos direitos sociais e trabalhista adquiridos no período desenvolvimentista, através da reforma trabalhista, da reforma da previdência e do congelamento dos gastos públicos pelos próximos vinte anos PEC 55, explicitando assim, o interesse da classe burguesa em sua totalidade da preservação dos mecanismos de reprodução do capital e na manutenção do capital financeiro como fração hegemônica dentro do bloco de poder.

Mesmo tendo por objetivo a reestruturação da hegemonia do capital financeiro internacional e da burguesia a ele associada no bloco de poder, segundo Boito, o governo vigente tem encontrado profundas dificuldades em reestabelecer esta hegemonia e ao mesmo tempo cumprir





a agenda de reestruturação e aceleração do crescimento econômico, a saber, a agenda da reforma trabalhista, previdenciária, etc. Segundo Boito, o governo de Temer não tem logrado êxito algum no reestabelecimento de hegemonia alguma tendo em vista que, para isso, deveria haver uma mínima estabilidade do governo. Para ele, esta falha no reestabelecimento da hegemonia é fruto de dois fatores atrelados, sendo eles, a falta de legitimidade atrelado aos protestos frequentes que o governo vem enfrentando e, de forma mais fundamental, a ação do sistema de justiça contra os integrantes do Executivo Federal e de sua base aliada no Congresso Nacional.

Segundo Boito, ainda que este sistema de justiça tenha sido, em grande parte, treinado nos Estados Unidos e tenha estimulado a dar um combate sem tréguas à grande burguesia interna e ao PT, não fez isso como instrumento passivo nas mãos do imperialismo. Para ele, este sistema tem uma base social própria na alta classe média, base que se reconhece nele, sai às ruas quando é por ele interpelada. Deste modo, podemos afirmar que a base dirigente do impeachment perdeu o controle de sua base de massa, ou seja, a frente golpista, segundo o autor, rachou e o estabelecimento de uma hegemonia ficou comprometido.

Deste modo, a crise de hegemonia reflete e gera a instabilidade política. Para Boito, o que temos de concreto é que, a briga entre o sistema de justiça e o executivo federal e as forças majoritárias no Congresso Nacional é, como ele denomina, uma “briga de brancos”, ou seja, nenhum dos lados têm propostas progressistas, tendo em vista que um representa a alta classe média nacional e o outro o capital financeiro internacional. Contudo, “esse conflito pode favorecer o movimento popular já que desgasta ambas as partes e abre brechas para o movimento operário e popular fazerem passar, com mobilização nas ruas, a bandeiras do “Fora, Temer” e das “Diretas Já”” (BOITO, 2017). Na perspectiva do autor, enquanto os dois brigam, o terceiro pode sair ganhando.

### **A política neoliberal no estado brasileiro: uma análise marxista**

A partir desta análise histórica e política desenvolvida por Boito podemos perceber alguns aspectos fundamentais da obra de Marx e de alguns autores fundamentais da teoria política marxista como, por exemplo, Rosa Luxemburgo e Poulantzas.

### **O estado em Marx e Poulantzas**

Em 1848, no Manifesto do Partido Comunista, Marx e Engels afirmaram o Estado burguês como uma junta que organiza e administra os assuntos de toda a classe burguesa. Neste sentido, devemos chamar a atenção, dentro da definição de Estado proposta, à concepção de agenciamento dos interesses da totalidade da classe burguesa e não apenas à uma fração específica desta. Contrapondo também a perspectiva teórica sobre a burocracia estatal postulada por Hegel, no manifesto, Marx define-a como a correia de transmissão dos interesses e das necessidades da classe burguesa. Segundo ele, esta estrutura não tem nenhuma permeabilidade que possa construir-se fora da concepção central de Estado acima mencionada.

Outra característica importante que engloba a concepção de Estado dentro do Manifesto Comunista é a relação entre Estado e comunidade civil. Marx constrói uma identidade absoluta de classe- Estado. Esta totalidade interfere diretamente na construção da agenda proletária para a tomada do poder do Estado e na destruição do mesmo. Lenin, ao perceber a dificuldade de a economia russa em uma economia socialista percebe a insuficiência deste pensamento sobre o Estado de Marx e afirma o atraso cultural como um empecilho para o estabelecimento do comunismo.



Ora, se a própria potência política do Estado depende, para ser exercitada, da "civilização", a identidade classe-Estado sofre um abalo estrutural. Ele - o Estado -, como conseqüência, deve fazer movimentos que não são determinados exclusivamente pelos interesses da classe que lhe "ocupa" (ou lhe forma). Deve, assim, recorrentemente, reconciliar-se com a "civilização", ou seja, com o estágio civilizatório em que se encontra a sociedade e, melhor ainda, com tudo o que existe "fora do Estado", ou seja, a sociedade e seus movimentos reais. E estes movimentos são tanto tipicamente de "classe", como se originam de vários outros fatores, nem sempre de natureza econômica, como por exemplo aqueles orientados pelos costumes nacionais, pela cultura, pela religião e pela própria forma com que os homens se relacionam com a própria natureza. (GENRO. T, 1997).

Posteriormente, a apropriação de certos meios de produção pelo Estado foi apontada como um modo de operar do próprio Estado, adquirindo assim, um caráter, segundo Tarso Genro<sup>10</sup>, capitalista- monopolista. Esta nova característica do Estado representa viabiliza tanto uma nova reorganização econômica do capitalismo, como também a emergência de uma forte classe operária moderna, uma classe que, a partir de um certo atenuar das contradições do sistema capitalista, abandona, de certo modo, a perspectiva socialista.

Este certo afastamento do Estado das relações diretas do poder, ou como define Poulantzas, a relativa autonomia do Estado, possibilita a reprodução social e a acumulação do capital e também, disseminam a perspectiva da consolidação de "direitos" à classe operária por parte do Estado, ofuscando assim, de certo modo, seu caráter essencial e estruturalmente capitalista.

No que tange a perspectiva estrutural do Estado, devemos analisar a concepção de Estado para Nicos Poulantzas. O autor, em sua obra "As classes sociais no capitalismo hoje", apresenta sua concepção de Estado como uma relação e, em "O Estado, o Poder e o Socialismo", discute o Estado como a expressão das relações de classe e rompe, de certo modo, com o determinismo do estruturalismo postulado por Althusser.

Neste sentido, Poulantzas nega a relação de direito exclusivo de apenas uma classe do Estado, isto é, este não se caracteriza como um instrumento a serviço dos interesses apenas da classe burguesa. Para o autor, o Estado, dentro da perspectiva capitalista- monopolista acima citada, assume a característica de uma condensação material e específica de uma relação de forças entre classes e frações de classes.

Neste sentido, é fundamental para a compreensão deste artigo, como já citado anteriormente nos pressupostos de análise, que o Estado não tem como finalidade ajustar e organizar a unidade das frações de classe no poder. Ao contrário, para ele, é o jogo dessas contradições na materialidade do Estado que torna possível, por mais paradoxal que possa parecer, a função de organização do Estado. Deste modo, as contradições de classe constituem o Estado e fornecem elementos para a sua compreensão material.

Outro aspecto fundamental da obra de Poulantzas é a concepção de aparelhos de reprodução do Estado. Segundo o autor, "os aparelhos de Estado consagram e reproduzem a hegemonia ao estabelecer um jogo (variável) de compromisso provisório entre o bloco no poder e fração de determinadas classes dominadas" (POULANTZAS, 1975). Dentro das modalidades dos aparelhos podemos destacar os aparelhos repressivos como, por exemplo, o exército, a polícia, prisões, etc. Como aparelhos ideológicos podemos destacar a educação, a religião, os aparelhos de informação – rádio, Tv, internet -, etc. E, por fim, como aparelhos de reprodução econômica podemos citar, no sentido mais estrito, as empresas e as fábricas, pois, ambas, materializam as relações econômicas com as relações políticas-ideológicas.

Poulantzas também apresenta a perspectiva de um relativo favorecimento do Estado à classe operária, apesar de demonstrar em toda sua obra a preeminência da classe burguesa sobre

<sup>10</sup> GENRO, T. *O Estado e o Manifesto*. São Paulo, 1997. Teoria e Debate, 36ª edição.



a classe operária. Para o autor, a política, a economia e a ideologia são imprescindíveis para o estabelecimento da hegemonia hierárquica entre burgueses e operários.

### **As características capitalistas no estado brasileiro**

Como apontou Boito, durante o período econômico e político neoliberal no Brasil, independente de qual fração ocupava a hegemonia no bloco de poder, as frações burguesas sempre se uniram em alguns pontos centrais e fundamentais para a conservação e manutenção dos mecanismos de reprodução do capitalismo. Esta união, na análise proposta neste ensaio, torna-se evidente em torno da desarticulação e do desmonte dos direitos sociais e trabalhistas conquistados no período desenvolvimentista atrelado a mercantilização de direitos e serviços, como, por exemplo, a previdência social, a saúde e a educação. Deste modo, podemos perceber as características fundamentais burguesas do Estado agenciando os interesses da classe burguesa mesmo durante o governo Lula e Dilma que se autoproclamavam governos populares.

Em relação aos autodenominados “governos populares” entre 2002-2015, torna-se evidente que o Estado é, como bem apontou Poulantzas, estruturalmente capitalista e que estas estruturas reproduzem o capital. Sendo assim, podemos perceber que, mesmo com a imposição de alguns sacrifícios por parte do Governo sobre a fração da burguesia nacional em prol da consolidação e do estabelecimento de políticas sociais, o Estado ainda manteve sua estrutura essencialmente capitalista. A realização e concretização destas políticas só foi possível enquanto a classe burguesa estava, ainda que não em sua totalidade, favorável e contemplada, financeiramente e politicamente, por estas políticas. Quando a crise econômica perdurou por um período de tempo longo no Brasil, o Estado torna evidente a sua essência capitalista e, em nome do interesse da totalidade da classe burguesa, instaura e concretiza o processo de impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff de forma explicitamente questionável e truculenta, retomando a agenda de desarticulação dos direitos trabalhistas e da mercantilização de direitos e serviços básicos.

Em 2002, com o apoio da fração da burguesia interna industrial e agrária à candidatura do ex-presidente Lula e, posteriormente, com o melhoramento da posição desta dentro do bloco no poder, ainda que sem ameaçar diretamente a hegemonia do grande capital financeiro, podemos perceber outra característica fundamental do Estado postulada por Poulantzas, a saber, a finalidade deste na organização da hegemonia de uma fração da classe burguesa sobre as outras dentro do bloco no poder e a característica aparente de autonomia do Estado com o objetivo de disseminar o mito de que este representa o interesse das massas.

Outra análise passível da realidade da política brasileira à luz da concepção de Estado de Poulantzas é o discurso da corrupção como aparelho de construção ideológica para a concretização do golpe de impeachment. De maneira alguma propomos a minimização da problemática da corrupção no Estado capitalista, porém, como já anteriormente apresentado neste artigo, podemos perceber que, quando o governo Lula, em seu primeiro mandato, envolveu-se em um grande escândalo de corrupção, a saber, o mensalão, por ser benéfico às frações da classe burguesa, a grande mídia e os partidos políticos liberais, mesmo com todos os fatos apontando à responsabilidade do ex-presidente, livraram Lula da culpa. Já em 2015, mesmo sem provas concretas da participação ativa da ex-presidente Dilma em atos de corrupção, criou-se, através da grande mídia e do discurso dos partidos liberais, uma massiva estrutura de discurso quando a problemática da corrupção dentro do Partido dos Trabalhadores gerando assim, de forma contrária ao que ocorreu com Lula, uma enorme reprovação e insatisfação por parte da população com o governo Dilma ao ponto de tornar-se insustentável. O golpe de impeachment, com argumentos falsos e sustentado essencialmente pelo discurso contra-corrupção levou-se a cabo, mesmo sem provas concretas contra a ex-presidente. Este argumento torna-se explícito pois, após determinaram a saída efetiva da ex-presidente, o Congresso Nacional decide não caçar



seus direitos políticos. Deste modo, podemos perceber o uso de aparelhos de informação para a construção de uma ideologia contra- corrupção na sociedade civil brasileira que hoje, como apontamos anteriormente à luz da concepção de Boito, a própria classe política que representou o capital financeiro no golpe de 2015 perdeu o controle.

### **O reformismo: uma análise à luz de Rosa Luxemburgo**

Em sua obra “Reforma ou Revolução?”, ao dialogar criticamente com Bernstein<sup>11</sup>, Rosa Luxemburgo traça uma análise crítica ao conformismo e ao abandono da revolução por parte da social- democracia Alemã.

A autora critica a posição e as afirmações de Bernstein dentro da social- democracia na Alemanha ao afirmar as reformas dentro do Estado como um caminho à revolução socialista. Para ele, o reformismo ou o revisionismo seriam um caminho de modificação das forças de luta contra o capital. Porém, segundo a autora, estas reformas, ao serem estabelecidas, estabilizavam o sistema e perdiam o sentido de “progresso” à revolução. Deste modo, ela defende o retorno da social- democracia alemã à seu posto ideológico de fundação, a saber, o revolucionário, afirmando que, ao postularem o reformismo, acabam defendendo o país de suas burguesias, abandona seu caráter anticapitalista e torna-se o agente do pensamento neoliberal do capitalismo globalizado.

Para ela, a perspectiva de adaptação do capital postuladas por Bernstein, a qual concentra-se em três pontos centrais, a saber, o crédito, as organizações patronais e a melhoria dos meios de comunicação, eram errôneas e, ao longo da sua obra, demonstra como estes três fatores acabam apenas acentuando as contradições do sistema vigente.

A partir da perspectiva da autora na obra em questão pretendemos analisar a consolidação de políticas sociais no governo Lula e Dilma. Porém, ao realizarmos esta análise, não pretendemos ater-nos apenas ao debate revolução ou reforma como “solução” ou como “caminho a ser trilhado” pela classe operária à revolução, temos como objetivo, expor os fatos explicados e descritos na análise feita neste artigo às concepções teóricas da autora e, após isso, consolidarmos algumas análises possíveis.

Com a análise histórica e política descrita neste artigo à luz de Boito, podemos perceber que a reforma e a realização do socialismo pelas reformas sociais tornam-se inconsistentes e, frente aos fatos, perdem seu fundamento. Neste aspecto, podemos perceber à luz de Rosa Luxemburgo diversos aspectos fundamentais a serem analisados. O primeiro, como anteriormente citado, é a questão do reformismo. Como postulado pela autora, as reformas sociais geram o desenvolvimento objetivo tanto do Estado como do capitalismo e, frente a capacidade de adaptação do Estado burguês tornam-se insuficientes para a socialização deste. Deste modo, o argumento de Marx sobre a tomada do poder do Estado e, logo após, a destruição deste, fundamenta-se frente a perspectiva revolucionária, isto é, o reformismo como caminho ao socialismo demonstra-se insuficiente.

Um segundo aspecto fundamental é a perspectiva de Luxemburgo quanto ao vanguardismo. Para a autora, a revolução não partiria de um comitê central com característica de vanguarda e/ou de líderes revolucionários que guiarão a classe proletária à tomada do poder do Estado. Como analisado e descrito neste ensaio, podemos perceber que, dentro do próprio Partido dos Trabalhadores, que se autodenominava um partido do povo e para o povo, houve um processo de distanciamento excessivo entre as bases do partido e suas elites, tendo em vista que esta flertou com a classe burguesa e à burguesia interna representou. Deste modo, a preocupação da autora quanto a burocratização que se desenvolvia dentro da social-democracia alemã torna-se uma preocupação recorrente ao nosso tempo. Sendo assim, frente ao objetivo de socialização

<sup>11</sup> Eduard Bernstein (1850-1932) foi um político e teórico político alemão. Foi o primeiro grande revisionista da teoria marxista e um dos principais teóricos da socialdemocracia alemã.





dos meios de produção, assim como postulado por Marx, a autora mostra-se, através da história, coerente em seus argumentos sobre a necessidade da unificação da classe proletária e da revolução socialista como fruto desta unificação e não da imposição de um comitê central vanguardista.

### Considerações finais

Deste modo, podemos perceber, através da análise histórico e política desenvolvida neste ensaio à luz da obra de Boito, fundamentada na concepção de fração da classe burguesa e da organização da hegemonia de uma fração desta dentro do bloco no poder, como postulado por Poulantzas, algumas características fundamentais do pensamento político marxista. Torna-se evidente a característica estrutural capitalista do Estado burguês e da finalidade deste no agenciamento dos assuntos da totalidade da classe burguesa, assim como torna-se explícito, a ineficiência do reformismo frente a uma socialização concreta dos meios de produção e de como este, apesar de ter atenuado as contradições entre a classe burguesa e a classe operária e ter, com o governo Lula e Dilma, criado, projetado e estabelecido programas de políticas sociais, tem em sua essência o caráter de manutenção e conservação do sistema burguês capitalista.

Sendo assim, se o mérito da discussão se centra no debate do reformismo como solução possível à socialização concreta dos meios de produção, temos na história a comprovação da inconsistência desta argumentação. O Estado capitalista, com toda a sua estrutura estruturada estruturante<sup>12</sup> de manutenção dos meios de reprodução do capitalismo e a classe burguesa em sua totalidade, ao verem-se prejudicadas ou não mais beneficiadas pelas reformas sociais estabelecidas no governo Lula e Dilma, explicitam seu caráter burguês no estabelecimento e concretização do golpe de Impeachment da ex-presidente Dilma, estabelecendo um governo não eleito democraticamente que, com o discurso de “colocar o Brasil nos trilhos”, estabeleça e, a todo custo, cumpra uma agenda política de manutenção do sistema capitalista em sua essência. Deste modo, se o mérito do debate se centra em socialização e real democratização dos meios de produção o discurso revolucionário, ainda que esteja fora até mesmo dos debates políticos da “esquerda” brasileira, mostra-se ainda, como o único discurso historicamente coerente.

A partir das análises realizadas ao longo do texto podemos perceber também uma nova perspectiva de justificativa de ascensão dos governos neodesenvolvimentistas no Brasil, a saber, o governo Lula e, posteriormente, Dilma, retomando, em certo momento, ainda que de forma reduzida, a posição do Estado dentro da política econômica nacional. O antigo e gasto discurso de insatisfação popular ao governo de Fernando Henrique Cardoso, a pesar de não poder ser, de modo algum, ignorado, adquire uma maior e mais profunda significação após a compreensão da ruptura das frações da classe burguesa no Brasil e do reposicionamento, através da insatisfação da fração burguesa interna agrária e industrial com o governo de FHC, proposta pelo ex-presidente Lula.

### Referências Bibliográficas

BOITO JR, A.; GALVÃO, A. *Política e Classes Sociais no Brasil dos Anos 2000*. São Paulo: Alameda, 2012. P 67-103.

BOITO Jr., A. A burguesia no Governo Lula. *Crítica Marxista*, São Paulo, Ed. Revan, v.1, n.21, 2005, p.52-76

<sup>12</sup> Ver: BOURDIEU, P. *Campo de Poder e Campo Intelectual*. Buenos Aires, 2002. Montessor Jungla Simbólica.



BOITO JR. A. A burguesia Brasileira no golpe do Impeachment. *Brasil de Fato*, São Paulo. Janeiro de 2017. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2017/01/06/a-burguesia-brasileira-no-golpe-do-impeachment/>

BOITO JR. A. Quais são as divisões no campo golpista? In: *Brasil de Fato*, São Paulo. Junho de 2017. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2017/06/05/quais-sao-as-divisoes-no-campo-golpista/>

LUXEMBURGO, Rosa. *Reforma social ou revolução?* São Paulo: Global, 1990.

MARX, Karl. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto comunista*. São Paulo: Boitempo, 2010.



## O SEXISMO NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA: UMA ANÁLISE HISTÓRICA

Gabrieli de Oliveira Prates<sup>1</sup>

**Resumo:** O presente artigo buscar explicar acerca do papel concedido à mulher pela legislação brasileira no concernente aos direitos da vida civil, através de uma retomada histórica. Por meio de pesquisa bibliográfica, consulta à legislação e jurisprudência inicia-se uma análise de como o sexismo teve papel influenciador na elaboração das leis brasileiras, em um recorte a partir do século XX até a hodiernidade, especialmente até a elaboração da Carta Magna de 1988, bem como tecer considerações de como tais normas refletiram, por muitos anos, a ideologia patriarcal dominante na sociedade, colocando um gênero em detrimento do outro. O trabalho ainda se desdobra de modo a discorrer brevemente acerca da luta feminista contra o sexismo na era moderna, lembrando sua participação ativa na Constituinte. Observado isso, propõe-se a analisar, o papel que as normas jurídicas, tanto constitucionais, como infraconstitucionais, têm na legitimação de determinados costumes como corretos e socialmente aceitos, bem como o fato de a legislação nunca estar imune às relações sociais e padrões culturais de uma sociedade. Quando as normas são analisadas pela perspectiva de gênero, é incontestável a existência de tratamentos completamente diversos entre homens e mulheres, sendo que os primeiros foram historicamente privilegiados. Refletir acerca dos pressupostos de igualdade entre sexos contidos na Constituição Federal de 1988, bem como analisar a atual situação social da mulher em consoante com a história da legislação pátria, sobrepesando a carga histórica da desigualdade entre sexos e valorizando a luta feminina na conquista por equidade, é o objetivo desse trabalho.

**Palavras-chave:** Sexismo; Legislação; Feminismo.

### Introdução

Na história da humanidade, as relações que envolveram mulheres estiveram sempre pautadas em costumes patriarcalistas, os quais colocam o sexo feminino em uma posição inferior àquela concedida ao masculino. O papel da mulher na sociedade sempre foi definido e reforçado por todas as instituições sociais, sendo a família e o Estado as mais veementes. Por séculos, a esfera da qual a mulher poderia fazer parte se limitava aos cuidados domésticos, cabendo a elas a coesão familiar e a educação dos filhos, bem como a submissão ao marido – e, antes dele, ao pai –, o qual detinha o título de “chefe da família”, possuidor de todos os poderes. Tal situação, de modo abrangente, se prolongou até o tardar do século XX. Para Hespanha (2010), o feminino é geralmente considerado irrelevante, notável quando a própria instituição jurídica explicita pelas leis suas pré-compreensões da mulher, “traços que o próprio saber jurídico amplifica e projeta socialmente em instituições, regras, brocardos e exemplos - fraqueza, debilidade intelectual, olvido, indignidade”. O sexismo que permeou a legislação pátria por séculos, bem como a luta feminina por direitos iguais, é tema presentemente abordado.

O presente artigo presta-se a realizar uma retomada histórica da legislação brasileira, pela perspectiva da igualdade de gênero, a partir da legislação produzida na era moderna, de forma a resgatar qual foi, com o passar das décadas, o papel histórico e jurídico do sexo feminino. Essa análise dá-se até o advento da Constituição Federal de 1988, a qual transformou

<sup>1</sup> Acadêmica do curso de Direito na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), câmpus de Marechal Cândido Rondon/PR. gabi\_prates@hotmail.com.



radicalmente a perspectiva do feminino na lei brasileira. Embora tal igualdade normativa seja de suma importância, é perceptível, quando analisada a realidade social, que os valores culturais reforçam a desigualdade entre sexos, pois a realidade ainda impõe um sexo – o feminino – sob o julgo de outro – o masculino. Observado isso, propõe-se a analisar, ainda, o papel que as normas jurídicas, tanto constitucionais, como infraconstitucionais, têm na legitimação de determinados costumes como corretos e socialmente aceitos, bem como o fato de a legislação nunca estar imune às relações sociais e padrões culturais de uma sociedade. Quando as normas são analisadas pela perspectiva de gênero, é incontestável a existência de tratamentos completamente diversos entre homens e mulheres, sendo que os primeiros foram historicamente privilegiados – afinal, as leis foram, por séculos, feitas por homens e para homens.

### O sexismo na história da legislação brasileira

A mulher, na história das relações sociais, foi perpetuamente subjugada por costumes, normas e relações essencialmente patriarcalistas – o sexo feminino foi reduzido como inferior e seu papel de submissão foi precisamente definido, cerceado pela responsabilização pelos filhos, afazeres domésticos e por uma vida que deveria girar em torno de seu marido. Nas palavras de Grossi (1996, p. 133), “ao destinar para a mulher um papel submisso e passivo, a sociedade cria espaço para a dominação masculina, onde o processo de mutilação feminina é lento, gradual e considerado legítimo”. Essas amplas formas de mutilação são socialmente aceitas, abalizadas como costumeiras, inquestionáveis, e reproduzidas por gerações – uma delas é, assim, o sexismo.

Para Ferreira (2004, p.119), o sexismo pode ser definido como um tipo de preconceito que compreende avaliações negativas e atos discriminatórios dirigidos às mulheres. A autora ainda complementa no sentido de que o sexismo seria resquício da cultura patriarcal, na qual o homem se apoiou por séculos para aprofundar as diferenças entre gêneros que ele mesmo impôs, sempre legitimado por, além de atitudes de desvalorização do sexo feminino, instrumentos legais, sociais, e médicos que normatizaram seu comportamento. O sexismo, então, é passível de manifestação duas formas: a forma institucional e a interpessoal, conquanto a primeira acaba por propiciar o contexto cultural adequado à segunda (FERREIRA, 2004). É a primeira forma objeto do presente estudo.

Toda sociedade possui uma estrutura de poder – político, econômico e social – responsável por sua organização, bem como pelo controle dos grupos nela formados. O controle social pode ser difuso, encoberto por relações coletivas, como os familiares, escolares e religiosas, mas também pode se apresentar de maneira institucionalizada, de forma explícita e estatal (ZAFFARONI, 2015) – essas são tanto as leis, como as normas genéricas editadas pelo Estado. A vida social é regida por leis, e são elas que ditam os comportamentos admissíveis ou não dentro de um contexto, ao mesmo tempo que sua estrutura, como um todo, define os papéis dos grupos sociais. Pelo ensinamento de Zaffaroni e Pierangeli (2015), esse poder de controle ainda cria e instrumentaliza ideologias, sendo, inclusive, criadoras e estimuladores de conceitos e realidades, dado que o poder condiciona o saber.

As leis atuam como manipuladoras dos valores coletivos uma sociedade, legitimando e, diretamente ou não, incentivando determinados comportamentos; é por essa perspectiva que se torna imprescindível analisar qual foi o papel da legislação infraconstitucional brasileira no incentivo e anuência à discriminação de gênero ao longo dos anos, ainda que de forma sutil. Tanto as normas no geral, como o próprio Direito em si, são estruturadas a partir de uma perspectiva masculina – foram feitas, historicamente, por homens e para homens, com o feminino e seu acesso à justiça desconsiderados. Opta-se no presente trabalho por uma análise histórica da legislação brasileira no concernente ao *status* da mulher, bem como a conjuntura





dos direitos femininos, estabelecendo como *corpus* de pesquisa a produção de normas infraconstitucionais a partir do século XX.

É em 1916 que o sexo feminino vislumbra os primeiros traços de independência e dignidade concedidos pela legislação pátria, ainda que estivesse deveras longe da igualdade jurídica. Promulga-se, neste ano, o novo Código Civil, que, ainda tendo mantido muitos dos princípios conservadores e patriarcais presentes anteriores, foi, também, um marco para o direito brasileiro, para sua época, um exemplo de legislação moderna; possivelmente por constituir a primeira legislação civil brasileira elaborada no próprio país. Por conseguinte, ainda que trouxesse conquistas importantes para o sexo feminino, usou de um extremo contraditório quando tratava das relações de família. Consolidando a ideologia patriarcal conservadora, submetia quase todos os atos da mulher casada ao aval do marido, aceitava a anulação do casamento em face da não-virgindade da mulher, assim como retirava o direito de herança de filhas mulheres consideradas possuidoras de “comportamento desonesto”, não prevendo, por óbvio, punição semelhante a um filho homem.

Ao unir-se em casamento, a legislação previa a transformação da mulher em patrimônio do homem, legalizando a hierarquia de gênero e o papel subalterno na mulher dentro do casamento civil. Isso iniciava-se com a transformação da mulher solteira de cidadã capaz dos atos da vida civil para relativamente incapaz, enquanto subsistisse a sociedade conjugal, e seus atos, a partir de tal momento, dependeriam da vontade do homem a quem se uniu. Pelo regulado no código, cabia ao homem, também, decidir sob o domicílio do casal, conseqüentemente, da mulher, sob a administração tanto dos bens comuns ao casal, quanto os particulares da mulher, representar legalmente a família e os filhos. O ordenamento jurídico inclusive fazia claro que o homem, “chefe da família”, era o responsável legal pelos filhos do casal e o único exercente do poder pátrio, podendo a mulher receber tais direitos somente na ausência ou impedimento do marido. Em adição a isso, o direito da mulher de decidir sobre vida dos filhos anteriores ao casamento era, inclusive, retirado dela assim que casada, já que o artigo 393 do Código Civil de 1916 regulava que “a mãe, que contrai novas núpcias, perde, quanto aos filhos do leito anterior, os direitos do pátrio poder; mas, enviuvando, os recupera” (BRASIL, 1916).

A mulher solteira e maior de idade, por sua vez, tornava-se mais equiparada ao homem em termos de capacidade civil plena do que a casada, já que à primeira ainda eram concedidos certos direitos. Ainda assim, eram eles muito menos abrangentes do que os masculinos, já que até o momento não havia um real nivelamento legal entre sexos e, tanto na legislação como no convívio social, o feminino ocupava um lugar secundário. Essa mesma capacidade civil da solteira, como já explicitado, dava-se por cessada no momento em que ela se desposava; o artigo 242 de referida legislação, assim, determinava que a mulher não poderia, sem o consentimento do marido, alienar bens, exercer profissão e aceitar mandato ou herança, entre outros. Mentalidade, essa, que exemplifica a preocupação na manutenção do tradicionalismo familiar, sempre historicamente a favor do domínio masculino. Estipulando o marido como o “provedor”, chefe da família, de quem todos necessitavam da autorização para seus mais simples atos, enquanto a mulher era subordinada a ele, zelando só pela maternidade e domesticidade, a ideia tradicional-hierárquica de gênero foi continuamente mantida pelo Direito brasileiro.

Em relação ao exercício de direitos inerentes da cidadania, acrescenta-se a respeito do direito de voto feminino. Mais de vinte anos depois da tímida vida civil das mulheres estar legislada, com as crescentes transformações sociais, ainda que sem plena força, é no final de 1931 que a União libera um Código Eleitoral provisório. Tal código contemplava, pela primeira vez na história brasileira, a mulher apta a eleger seus representantes políticos – ainda que se trata de um evento extremamente significativo, contudo, há de se verificar a realidade social e as limitações deste. Estabelecendo como aptas ao voto somente uma determinada parcela do sexo feminino – as mulheres solteiras ou viúvas com renda própria, ou casadas que obtivessem



o aval do marido – e excluindo a maioria restante, esse código foi amplamente protestado, em especial pelos grupos feministas. Tais grupos promoveram uma campanha para que essas restrições fossem removidas da legislação antes mesma desta entrar em vigor, e conquistaram a primeira de suas vitórias históricas no contexto legislativo brasileiro.

Foi assim que, no ano seguinte, foi promulgado o Código Eleitoral de 1932, cuja aprovação deu-se por meio do Decreto nº 21.076, durante o Governo Provisório de Getúlio Vargas. Finalmente, as mulheres alcançavam o direito de votar e serem votadas para cargos do Executivo e Legislativo, já que o Código, em seu artigo segundo, estipulava quem era o eleitor: o cidadão maior de 21 anos, sem distinção de sexo. A conquista, ainda que de suma importância, acaba sendo, todavia, diminuída ao mesmo tempo que logo atinge a significância constitucional. Com o advento da Constituição da República de 1934, esses direitos políticos eleitorais foram restringidos somente a mulheres que exercessem uma função pública remunerada, ainda que a partir dos 18 anos e agora protegidas pela confidencialidade do voto secreto, o que acabou por excluir, mais uma vez, significativa parcela social. Isso só foi modificado mais de doze anos depois, com a implantação da Constituição Federal de 1946, a qual ampliou a todas as mulheres o direito civil do voto, estabelecendo, em seu artigo 131, eleitores como “os brasileiros maiores de 18 anos que se alistarem na forma da lei” (BRASIL, 1946).

Durante toda a década de 50 foi debatida a possibilidade de uma legislação que não promovesse tamanha desigualdade entre sexos, mesmo que tal demanda fosse mais antiga que isso. Foi somente em 1962 que uma das mais importantes conquistas do sexo feminino na legislação pátria se concretizou: a elaboração e promulgação do Estatuto Civil da Mulher Casada, a Lei 4.121/62. Essa lei modificou e aprimorou a posição da mulher no contexto legal brasileiro, devolvendo a ela sua plena capacidade civil – já que, até então, ela era normativamente nivelada ao menor de idade e às pessoas com deficiência intelectual –, a reconhecendo como auxiliar na administração da família e abrindo possibilidades para uma evolução das normais brasileiras. Salienta-se que, ainda que um importante passo no caminho para a equiparação de sexos, o texto ainda mantinha o homem como chefe da sociedade conjugal, cabendo à mulher somente o título de “colaboradora do marido” no âmbito familiar.

De forma a alterar diversos artigos do Código Civil vigente, o estatuto representara, para a mulher, inúmeros direitos que poderiam ser exercidos sem a necessidade de autorização de seu esposo. Dessarte, foi possível a ela, por si só, ser profissionalmente ativa, requisitar a guarda dos filhos em caso de separação – já que, até então, em caso de desquite, os filhos maiores de seis anos ficavam sob a guarda do pai e administrar os próprios bens. Ainda, foi instituído pelo novo estatuto o denominado “bem reservado”, que eram os bens adquiridos pela mulher, durante o casamento, devido ao fruto de seu trabalho. Esses bens eram, de forma inovadora, exclusivamente dela, não podendo ser objeto de partilha com cônjuge. Ainda que tal instituto tenha sido tacitamente extinto pela Constituição Federal de 1988, que estabeleceu direitos e deveres iguais para ambos sexos, inclusive dentro do casamento, foi um marco na história do direito feminino, afinal, pela primeira vez, a mulher teve real controle sob suas posses.

Já na década de 70, por sua vez, a mulher começa a ganhar espaço na sociedade, nas relações familiares e, quanto a mulher de classe média e alta, no mercado de trabalho, já que as mulheres de classe baixa sempre fizeram parte da força de trabalho. Com essas conquistas sociais, é em 1977 que se dá a promulgação de outra lei extravagante, que viria a modificar significativamente a vida das mulheres brasileiras: a Lei nº 6.515/77, conhecida como a Lei do Divórcio. Em adição a dar a opção de encerrar a união matrimonial aos cônjuges, algo não regulado até então, tal legislação contribuiu ativamente na equiparação da mulher como um ser de direitos. Possibilitando ao sexo feminino a escolha de adotar ou não o sobrenome do marido, e, depois de separada, possuindo o direito de retirá-lo, a legislação também estipula normais mais flexíveis para reconhecimento de filhos fora da sociedade conjugal, amplia a igualdade



dos direitos dos filhos na sucessão hereditária e estabelece ambos cônjuges como responsáveis pelo sustento dos filhos. Entretanto, pode ser adicionado que:

Mesmo com o advento da Lei do Divórcio, manteve-se no instituto da separação a necessidade da identificação de um culpado pelo fim do amor. O que tem um evidente caráter punitivo, pois somente o cônjuge "inocente" tem legitimidade para propor a demanda, devendo comprovar a "culpa" do réu pelo rompimento do vínculo matrimonial decorrente do inadimplemento das obrigações elencadas na lei. Ainda quando há o consenso do casal, necessário se faz que aguardem o decurso de prazos, quer para a obtenção da separação, quer para a concessão do divórcio. (DIAS apud CABRAL, 2006).

Enfim, foi somente em 1988, mais de setenta anos depois da primeira legislação civil brasileira entrar em vigor, que a mulher foi, finalmente, considerada igual ao homem para todos os fins da vida social. Tal fator não se trata de um direito isolado, mas sim uma conquista a duras penas, a qual envolveu tanto tempo, quanto as mais diversas camadas sociais – desse modo, torna-se válido dignificar a luta de mulheres para que tal equidade fosse celebrada por lei.

### **A Constituição Federal de 1988 e a conquista da igualdade**

Foi através da luta e reivindicações dos movimentos feministas que o Brasil se atentou aos direitos das mulheres, que tiveram importante atividade na Constituinte. O feminismo pode ser definido como um movimento social e político que defende a igualdade de direitos e deveres entre homens e mulheres, o qual se materializou num longo processo social e histórico. Consoante ao que expõe Descarries (2002), tal movimento visa a abolição – ou, ao menos, uma significativa transformação – da ordem patriarcal que rege a sociedade, bem como sua constante imposição de normas e desigualdades, visando a equiparação de gêneros através da luta feminina, em prol da igualdade, equidade e justiça social.

Em uma breve síntese acerca do movimento, coloca-se que nasceu no Brasil nos anos 30, inspirado pelos movimentos sufragistas americanos. Bertha Lutz lidera as *sufragetes* e funda, em 1927, a Federação Brasileira pelo progresso feminino, responsável ainda por levar um abaixo-assinado até o Senado, exigindo a aprovação do voto feminino. É assim que em 24 de fevereiro de 1932, o movimento feminista conquistou sua primeira vitória: o direito de voto da mulher no Brasil, sancionado através do Código Eleitoral Brasileiro desse ano. A história do movimento feminista sofre a partir de então um lapso, causado junto com a repressão pela Ditadura Militar de 1964. Volta a ganhar força após a redemocratização, retornando ao lado dos ideais de defesa dos direitos humanos e novas normas jurídicas. Pelo entendimento de Ana Alice Alcantara Costa (2005), essas mulheres trouxeram a público diversos eixos temáticos das dificuldades femininas, com campanhas pelos direitos legais das mulheres, pelos direitos de proteção da violência de gênero, ao aborto, contra o assédio e o estupro.

Desse modo, foco da presente exposição, concernente à luta pela igualdade de gênero e contra o sexismo no âmbito nacional-legislativo, o movimento feminista e de mulheres consegue, em meados dos anos 70, espaço para a incorporação de suas temáticas junto ao Estado, participando, inclusive, de diversas conferências internacionais de programa criado pela Organização das Nações Unidas – ONU para debater os obstáculos ao avanço das mulheres no mundo. Com o objetivo de propiciar uma conscientização do Estado às prementes demandas femininas, seu diálogo foi o responsável pela conquista de ambientes institucionais e políticas públicas para garantir os direitos femininos (VALENTE, 2000), tudo isso através do lema do “fazer político”.

A primeira experiência de institucionalização das reivindicações feministas deu-se como o resultado do Seminário Mulher e Política, realizado em São Paulo em 1984, com a



criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher – CNDM, junto ao Conselho Nacional da Justiça, em 1985. É importante destacar, assim que tais ideais igualitários presentes na Constituição Federal de 1988 foram mérito especialmente do movimento de mulheres na Assembleia Constituinte. Foi dessa maneira que o movimento feminista, apoiado pelo CNDM, reúne com sucesso diversas entidades de defesa da mulher, bem como intelectuais e ativistas da época. Através da campanha nacional “constituinte para valer tem que ter palavra de mulher”, o movimento se unificou ao realizar diversos debates e discussões por meses, ao longo de todo o Brasil, alcançando a elaboração de suas propostas e reivindicações em um documento que foi nomeado de Carta das Mulheres à Assembleia Constituinte, o mais completo e abrangente documento da época (PINTO, 2003). É nesse sentido que:

Diferentemente do que ocorrera no passado, na Assembleia Nacional Constituinte de 1987, já não era uma luta de uma única guerreira. A bancada feminina, alcunhada do “Lobby do Batom”, contava com 26 parlamentares que atuaram incessantemente na defesa dos direitos da mulher, tais como licença maternidade de 120 dias, direito à posse da terra ao homem e à mulher, igualdade de direitos e de salários entre homem e mulher e garantia de mecanismos que coibissem a violência doméstica, entre outros. O resultado do trabalho dessas parlamentares pode ser observado na Constituição de 1988, que assegurou vários mecanismos de defesa dos direitos da mulher para que ela pudesse alcançar com dignidade o pleno exercício da cidadania (SOW, 2010, p. 79).

Defenderam, deste modo, que diversos direitos até então omitidos se fizessem presente na lei, como o a igualdade da mulher no âmbito familiar e no trabalhista, a licença maternidade, o direito à creche, o direito ao controle de natalidade, entre outros. O gradual aumento de mulheres no mercado de trabalho – ainda que necessitando enfrentar salários severamente abaixo do piso da época e grande discriminação –, na atividade econômica e política – mesmo que num número ínfimo comparado a quantidade de homens – é um dos avanços mais significativos da época, ainda que muito ainda necessitava ser realizado. O “Lobby do Batom” trabalhou diretamente com parlamentares, conquistando o incrível número de ter 80% de suas reivindicações atendidas, do total das 3,218 emendas apresentadas. Conforme exposto por Valente (2004), a organização do movimento feminista e de mulheres e sua ruptura paradigmática com uma cultura política profundamente autoritária e excludente para as mulheres servem para abrir o questionamento aos pensamentos únicos sobre as relações humanas e os contextos sociopolíticos, econômicos, culturais e sexuais.

A grande vitória que a Constituição Federal de 1988 representou ao sexo feminino se dava pelo advento do artigo 5º dessa nova legislação, o qual estabelecia que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza [...]” (BRASIL, 1988) o que eliminava a sustentação jurídica de quaisquer institutos que distinguiam homens e mulheres por seu sexo, muitos deles, inclusive, presentes no próprio Código Civil de 1916, o qual teve vários de seus artigos anulados. Pode-se exprimir, inclusive, que o capítulo relativo à família da legislação de 1916 foi contradito em quase sua totalidade, já que nova Lei Maior consolidou o reconhecimento da igualdade jurídica plena entre o homem e a mulher. Dita igualdade se torna, ainda, presente tanto nos direitos, quanto nos deveres, sendo eles desde os sociais quanto os dentro da sociedade conjugal, no reconhecimento das diversas entidades familiares e da vontade de cada cidadão.

Posto que a recente Lex Mater estabelecesse uma ordem constitucional mais igualitária, o legislador pecou em não adequar os demais textos da lei ao novo sistema jurídico. Desse modo, diversas legislações infraconstitucionais, em especial, artigos do Código Civil então vigente, ainda que fossem, em tese, letra morta, continuavam presentes e sendo aplicadas em decisões judiciais, mesmo com sua declarada inconstitucionalidade. Desse modo, ainda que, pela lei superior brasileira, a igualdade entre sexos existisse, a necessidade de uma reforma na legislação infraconstitucional era gritante, já que ela não aludia nem as mais diferentes e





significativas mudanças sociais e tecnológicas, nem a luta pela equiparação dos sexos perante a lei – afinal, o Código de Bevilacqua já datava quase 100 anos de sua promulgação –, ao mesmo tempo que contradizia as novas ordens sociais e legislativas. Mais perto do que nunca de uma plena igualdade – ao menos sob o ponto de vista jurídico – a luta das mulheres não chegou a seu fim, sendo plausível adicionar, ainda, que possui um longo e árduo caminho afrente.

Conclui-se, de tal maneira, que sendo o sexismo um fenômeno próprio de sociedades patriarcais, que se utilizam dessa subordinação a qual as mulheres estão impostas, as normas jurídicas de um Estado é uma forma de legitimação dessa forma de violência. A desigualdade de gênero, assim, torna-se um dos eixos que sustentam e estruturam essa formação, a qual se propaga através dos anos e da cultura de determinado povo, sendo que o único modo de se libertar delas é através de conscientização e do levante daqueles que são oprimidos; para alcançar uma real igualdade, assim, essa estrutura patriarcal necessita ser superada. O sistema jurídico vigente, ao mesmo tempo, não pode estar organizado de forma a salvaguardar tais desigualdades, pois, assim, toda luta que não vise modificá-lo, de forma a torná-lo equitativo, não conseguirá ser totalmente frutífera. Logo, concretizar os direitos das mulheres, bem como promover a igualdade entre sexos pela luta contra o sexismo, é necessária uma plena conscientização. Se mostra claro que não pode existir, por fim, um Direito que não atenda às demandas da sociedade, bem como de seus costumes, economia e política, e, por isso, a luta pelos direitos deve sempre vir acompanhada pela evolução legal.

### Referências Bibliográficas

ALVAREZ, Sônia E. *Cultura e Política nos Movimentos Sociais Latino Americanos: novas leituras*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

ARENDDT, H. *As Origens do totalitarismo*. Rio de Janeiro: Documentário, 1979.

BANDEIRA, Lourdes. Brasil: *Fortalecimento da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres avançar na transversalidade da perspectiva de Gênero nas Políticas Públicas*. Convênio Comissão Econômica para América Latina e Caribe – CEPAL, Secretaria Especial de Política para as Mulheres – SPM. Brasília: 2005.

BRASIL. *Código Civil de 1916*. Disponível em:  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L3071.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L3071.htm)>. Acesso em: 09 ago. 2017.

BRASIL. *Código Civil de 2002*. Disponível em:  
<[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/L10406.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm)>. Acesso em: 09 ago. 2017.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Disponível em:  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)> Acesso em: 09 ago. 2017.

CABRAL, Karina Melissa. *Direito da mulher de acordo com o Novo Código Civil*. São Paulo: De Direito, 2004.

COSTA, Ana Alice Alcantara. *O movimento feminista no Brasil: Dinâmicas de uma intervenção Política*. Revista Gênero. Rio de Janeiro: 2005.

DESCARRIES, Francine. *Um feminismo em múltiplas vozes, um movimento em atos: os feminismos no Québec*. In: Labrys, estudos feministas. Brasília: UnB, número 1-2, 2002.

DIAS, Maria Berenice. *Manual de direito das famílias*. São Paulo: RT, 2006.



FERREIRA, M. C. *Sexismo hostil e benevolente: inter-relações e diferenças de gênero*. São Paulo: v. 12, n. 2, p. 119-126, 2004.

GROSSI, K. *Violência contra a mulher: implicações para os profissionais de saúde*. In: LOPES, M. J. M.; MEYER, D. E.; WALDOW, V. R. (Orgs.). *Gênero e Saúde*. Porto Alegre: Artes Médicas, p. 133- 149, 1996.

HESPANHA, Antonio Manuel. *Imbecillitas: as bem-aventuranças da inferioridade nas sociedades de Antigo Regime*. São Paulo: Annablume, 2010.

HUNGRIA, Nelson; LACERDA, Romão Cortes de. *Comentários ao Código Penal*. Rio de Janeiro: Forense, 1980.

LAGE, Lana; NADER, Maria Beatriz. *Violência contra a mulher: Da legitimação à condenação social*. In: *Nova História das Mulheres*. Org. Carla Bassanezi e Joana Pedro. São Paulo: Contexto, 2012.

MARTINI, Thiara. *Lei Maria da Penha e as medidas de proteção à mulher*. Disponível em: <<http://siaibib01.univali.br/pdf/Thiara%20Martini.pdf>>. Acesso em: 05 ago. 2017.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. *Marxismo e feminismo: afinidades e diferenças*. In: *Revista Crítica Marxista*. São Paulo: Boitempo, 2000.

PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

PIOVESAN, Flávia. *A Proteção Internacional dos Direitos Humanos das Mulheres*. *Revista EMERJ*. Rio de Janeiro: v. 15, n. 57, p. 70-89, 2012.

PIOVESAN, Flávia. *Discriminação*. In *Fórum Internacional sobre Direitos Humanos e Direitos Sociais*. Org. Tribunal Superior do Trabalho. São Paulo: LTr, p. 336, 2004.

GITAHY, Rosan Christino; MATOS, Lessa M. *A evolução dos direitos da mulher*. America do Norte: Colloquium Humanarum, 2008.

ROXIN, Claus; ARZT, Gunter; Tiedemann. *Introdução ao direito penal e ao direito processual penal*. Trad. Gercélia Mendes. Belo Horizonte: Del Rey, 2007.

SOW, Marilene Mendes. *A Participação Feminina na Construção de um Parlamento Democrático*. E-legis. Brasília: n. 5, p. 79-94, 2010.

TELES, Maria Amélia de Almeida. *Breve história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1999.

VALENTE, Virginia Vargas. *Presupuestos sensibles al género: las experiencias en América Latina*. Quito: 2000.

VENOSA, Silvio de Salvo. *Direito Civil: Direito de Família*. 14ª edição. São Paulo: Editora Atlas, 2014.



## ELEMENTOS TEÓRICOS BÁSICOS PARA UMA ANÁLISE DA INDUSTRIALIZAÇÃO LATINO-AMERICANA PELA PERSPECTIVA DA TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA<sup>1</sup>

Geraldo Augusto Pinto<sup>2</sup>

**Resumo:** O objetivo desta comunicação é apresentar elementos teóricos básicos para uma análise da industrialização latino-americana, do ponto de vista da teoria marxista da dependência. Não se pretende discutir, no campo da história do pensamento social, toda a diversidade de perspectivas dessa corrente sobre o tema, tampouco elaborar uma exposição historiográfica ou sociológica da industrialização latino-americana em um sentido mais tradicional, trazendo à luz datas, fatos e o tecido das estruturas sociais, políticas e culturais que permearam e ainda permeiam esse longo processo. A ideia é partir de alguns textos selecionados de Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra, Theotonio dos Santos, Jaime Osório e outros/as intérpretes importantes dessa corrente de pensamento para, a partir desse material, desenhar uma exposição teórica, calcada na crítica marxista da economia política, de algumas das principais particularidades da industrialização na América Latina. O objetivo é destacar elementos considerados fundamentais nesse processo por esses/as autores/as, entre os quais, o perfil de economia exportadora, a superexploração do trabalho e o subimperialismo. Entre os “resultados” dessa tarefa de recorte teórico-bibliográfico, conclui-se que o perfil de economia exportadora e a superexploração do trabalho estão, ambos, presentes desde o início das experiências de industrialização dos países latino-americanos, não tendo sido, com o passar do tempo, superados. O subimperialismo, por sua vez, emergiu como uma das consequências socioeconômicas desses dois elementos anteriores, configurando com eles um conjunto de particularidades importantes a serem levadas em conta num estudo aprofundado dos países nos quais a industrialização mais avançou na América Latina.

**Palavras-chave:** Industrialização; América Latina; Teoria marxista da dependência.

### Introdução

Ao se tratar de industrialização, é comum partir-se do princípio de que tal processo teve seu berço na Inglaterra em fins do século XVIII, com o advento dos galpões de manufatura empregando força de trabalho assalariada, o declínio das organizações corporativas artesanais urbanas, o advento da máquina a vapor e do uso dos primeiros teares de funcionamento automático. Processo que tomou vulto e novos contornos na Inglaterra ao longo do século XIX, expandindo-se a outras localidades, com o advento das técnicas de propulsão por eletricidade e combustíveis fósseis e, com elas, da organização fabril em que enormes sistemas de máquinas-ferramentas interligadas passaram a sobrepujar o trabalho humano. Pouco se diz, em análises com esse perfil, a respeito dos impactos de tais processos em regiões onde essas dinâmicas não se desenvolveram pioneiramente. Elas são geralmente estudadas, quanto à industrialização, somente quando adentram períodos mais recentes da história, em que passam a engendrar internamente tais processos.

<sup>1</sup> Trabalho produzido como parte das atividades de estágio pós-doutoral do autor no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, com financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior.

<sup>2</sup> Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR).



É possível que esse recorte se deva ao fato de que muitos/as historiadores/as tenham dado mais ênfases nas rupturas do que nas continuidades da assim chamada Revolução Industrial no desenrolar mais amplo da expansão mundial do capitalismo. Perde-se, contudo, por esse viés, a própria totalidade do processo histórico. Mesmo Hobsbawm (2008), Dobb (1977) ou Marglin (1996), apesar de situarem-se no campo do materialismo histórico e manterem-se vigilantes sobre a perspectiva da totalidade em suas investigações, centraram suas análises bem mais nas economias em que a industrialização avançou pioneiramente, que nas demais.

É fato conhecido que o próprio Marx (2013) deu grande atenção às transformações tecnológicas e centrou a maior parte da análise empírica de sua última obra, “O capital”, nas condições em que se encontrava a Inglaterra até meados do século XIX. Ainda assim, jamais Marx ou Engels desprezaram as intensas transformações sofridas pelas demais regiões do globo mediante o avanço do capitalismo e, com este, da industrialização. É mais que expressiva, entre tantas outras, a passagem de “O capital”, no capítulo intitulado “Maquinaria e grande indústria”, em que Marx afirma:

Ao arruinar o produto artesanal desses mercados, a indústria mecanizada os transforma compulsoriamente em campos de produção da sua matéria-prima [...]. A constante “transformação em supranumerários” dos trabalhadores nos países da grande indústria estimula de modo artificial a emigração e a colonização de países estrangeiros, transformando-os em celeiros de matérias-primas para a metrópole [...]. Cria-se, assim, uma nova divisão internacional do trabalho, adequada às principais sedes da indústria mecanizada, divisão que transforma uma parte do globo terrestre em campo de produção preferencialmente agrícola voltado a suprir as necessidades de outro campo, preferencialmente industrial (MARX, 2013, p. 523).

É exatamente dessa perspectiva da totalidade na análise do modo de produção capitalista que partem os/as autores/as da teoria marxista da dependência, surgida na América Latina na década de 1960. Ruy Mauro Marini, intelectual brasileiro e um de seus destacados fundadores, comenta num texto que se tornou basal, “Dialética da dependência” (de 1972), que, entre muitas análises sobre o evoluir do capitalismo na América Latina, predomina a visão de que tal sistema guarda, nos países da região, “insuficiências” ou “distorções” com relação às experiências ditas clássicas dos países centrais. E adverte:

[...] aun cuando se trate realmente de un desarrollo insuficiente de las relaciones capitalistas, esa noción se refiere a aspectos de una realidad que nunca podrá desarrollarse, por su estructura global y su funcionamiento, de la misma forma como se han desarrollado las economías capitalistas llamadas avanzadas. Por lo tanto lo que se tiene, más que un *precapitalismo*, es un capitalismo *sui generis* que sólo cobra sentido si lo contemplamos en la perspectiva del sistema en su conjunto, tanto a nivel nacional como, y principalmente, a nivel internacional (MARINI, 2008, p. 108).

Ao afirmar que se trata de conceber o capitalismo latino-americano como *sui generis*, Marini reafirma a necessidade de conceber as particularidades desse processo como parte da reprodução de uma totalidade maior: a expansão mundial do modo de produção capitalista. Enfrentará, assim, o tema da dependência como parte de uma disputa intelectual e política acerca das trajetórias impostas à América Latina pela expansão do capitalismo.

Marini nunca esteve sozinho nessa empreitada, mas rodeado de um grupo mais amplo de intelectuais, parte dos/as quais recém expulsos do Brasil pela autocracia civil-militar instaurada pelo golpe de 1964 (como André Gunder Frank, Theotonio dos Santos, Vânia Bambirra). Posteriormente, outros membros agregaram-se a esse grupo (como o mexicano Jaime Osório).

O resultado foi nada menos que um conjunto de teses que superaram dois dos principais paradigmas na literatura sobre a dependência. O primeiro, partilhado por intelectuais do Partido Comunista Brasileiro, de que o período colonial latino-americano fora feudal ou, no máximo,





um compósito de feudalismo e capitalismo mercantil, deixando resíduos do feudalismo que deveriam ser banidos pela implantação definitiva do capitalismo como estratégia de aplainar o terreno para a revolução socialista. O segundo era a perspectiva dualista, que contrapunha “desenvolvimento” *versus* “subdesenvolvimento”, como um binômio que manifestava a luta entre setores atrasados e modernos. Esse segundo paradigma era partilhado pela ala progressista liberal – em parte ligada à Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) – e propugnava, para a superação do subdesenvolvimento, a industrialização dos países da região (DOS SANTOS, 2015).

A esquerda tradicional incrivelmente comungava, nesse ponto, com a ala liberal, ainda que esta não vislumbrasse nada próximo ao socialismo, senão o aprofundamento do próprio capitalismo na América Latina. É dessa relação de forças ideológicas e materiais contraditórias que emergirá o nacional-desenvolvimentismo na região, caracterizado por ações como as políticas de substituição de importações e toda uma gama de incentivos à industrialização local, num longo período que se desenrolou (com diferenças entre os países) entre as décadas de 1930 e 1970.

Frente a este cenário de conciliação entre frações da classe proprietária e destas com parte da classe trabalhadora, a teoria marxista da dependência emergirá como importante contrapeso. Para seus/suas autores/as, a industrialização – que teve por berço a Europa e depois os Estados Unidos da América (EUA) – consolidava um duplo processo: primeiramente, a reprodução ampliada em nível global do modo de produção capitalista e, com ela, a submissão da classe trabalhadora mediante a expansão do assalariamento; em segundo lugar, a industrialização, oriunda no centro do capitalismo, engendrava dois movimentos complementares – a formação de um mercado efetivamente mundial e de uma divisão internacional desigual do trabalho e da tecnologia.

Os/as autores/as da teoria marxista na dependência encararam, pois, a industrialização não como salto do capitalismo em direção a tempos mais democráticos, mas como decorrência necessária do estabelecimento da própria lei do valor e, com ela, da aceleração de contradições inerentes a esse modo de produção. O fato, apontam, é que a industrialização deriva do acirramento da concorrência entre os capitais por taxas crescentes de lucro, levando a formas de exploração maiores da natureza e da classe trabalhadora, onde quer que se instale.

Por outro lado, revelam esses/as autores/as, a América Latina não teve um papel marginal no nascimento e sustentação da industrialização no centro: dentro de uma divisão internacional desigual do trabalho e da tecnologia, os países latino-americanos formaram uma plataforma de fornecimento de bens-salários e de matérias-primas a baixos preços às nações pioneiramente industrializadas, auxiliando os capitais ali investidos a debelar as crises que tal processo engendrava internamente.

## **O papel de economias exportadoras**

A busca incessante pelo aumento da produtividade do trabalho – visando reduzir custos de produção, ampliar mercados e bloquear a luta dos/as trabalhadores/as – sempre foi o motor principal da aplicação de técnicas no seio da produção capitalista. Esse movimento teve uma aceleração brutal a partir de fins do século XVIII, com o advento da Revolução Industrial. Com o aumento da produtividade do trabalho, ampliou-se a exploração da natureza e da própria força de trabalho (vez que fora acompanhado por maior intensidade no consumo do trabalho pelo capital na produção), resultando em taxas extraordinárias de mais-valor e, por conseguinte, lucros extraordinários.

Mas, como chama a atenção Marini (2008), baseando-se n’O capital de Marx, a difusão das técnicas que em certo momento permitiram a um grupo particular de capitalistas auferirem lucros extraordinários, leva a que, com o passar do tempo, caíam as taxas de lucros no sistema



como um todo. Primeiramente porque na esfera da circulação, a concorrência pelas fatias de mercado (assim como a conquista de novos mercados) implica que, inevitavelmente, os preços finais praticados pelos capitais se nivelem e, ao mesmo tempo, se aproximem dos custos reais produção – caminha-se, pois, para uma queda do valor das mercadorias. Em segundo lugar, a crescente produtividade do trabalho trazida pela industrialização é seguida por um aumento da composição orgânica do capital: a quantidade de capital constante (instrumentos de trabalho e matérias-primas) adiantada a cada ciclo se torna, proporcional e crescentemente, muito maior do que a quantidade de capital variável, ocasionando uma queda na massa total de mais-valor extraída.

A industrialização, portanto, embora seja um movimento que advenha da própria luta concorrencial entre os capitais, acaba por desencadear crises latentes do modo de produção capitalista, como a superacumulação de capital (excesso de meios de produção, de mercadorias ou mesmo de dinheiro) e a queda tendencial da taxa de lucro (dado o estrangulamento dos mercados de consumo e o aumento da composição orgânica do capital). As saídas a esses dilemas propostas pelas classes proprietárias, como sempre, restringem-se à negação e à postergação das crises. Nesse caso, a expansão a novos mercados mundo afora e a consolidação de uma divisão internacional desigual do trabalho e da tecnologia, apareceram como medidas imediatas e possíveis à reprodução ampliada do capital.

Conformou-se, então, uma estrutura de produção e circulação internacional na qual as nações ainda não industrializadas se tornaram consumidoras dos produtos e serviços das nações pioneiramente industrializadas. E o que é mais importante: converteram-se, as primeiras, em fornecedoras de bens-salário e de matérias-primas às últimas. Não é acaso, aponta-nos Marini (2008), que a independência formal das coroas ibéricas ocorreu, na maioria dos países da América Latina, em paralelo ao avanço da Revolução Industrial na Europa.

Fora necessário, portanto, estabelecer na América Latina nações “formalmente” livres, embora fragmentadas e submissas no mercado mundial como fornecedoras de bens-salários e de matérias-primas, contratadoras de empréstimos e compradoras de produtos e serviços junto às nações pioneiramente industrializadas.

Eis, pois, o papel de economias exportadoras, assumido pelas recém-nascidas nações latino-americanas após a sua independência formal. E, ao mesmo tempo, o início e a base ainda insuperável da dependência desses países, a qual se mantém até os dias atuais. Mas, não é só: ao especializarem-se em fornecer bens-salários e matérias-primas ao mercado mundial, os países latino-americanos o fizeram (e o fazem) subjugando-se a preços muito menores se comparados às possibilidades de produção desses bens pelas economias pioneiramente industrializadas dentro do seu próprio território.

Com isso, os capitais investidos na industrialização nas economias centrais puderam contar com um mecanismo de rebaixamento do valor tanto da sua força de trabalho, quanto das matérias-primas que ingressavam em sua promoção. Mecanismo que permitiu – como, ademais, permite até hoje – contrabalançar os efeitos do aumento da composição orgânica do capital e, por conseguinte, da queda tendencial das taxas de lucros.

### **A superexploração da força de trabalho**

O fornecimento de produtos primários no mercado mundial em quantidade crescente e a preços cada vez menores em relação aos produtos e serviços industrializados, era um fenômeno já diagnosticado pela própria ala liberal progressista em estudos como o de Prebisch (1998) na CEPAL, que deu o nome de “deterioração dos índices de relações e troca (IRT)” a tal processo. Entre as causas estariam as posições monopolistas dos capitais investidos em cada nação, gerando uma disparidade de condições concorrenciais na qual as nações industrializadas tornaram-se as principais consumidoras dos produtos primários, embora o inverso não fosse



verdadeiro. Apontava-se ainda que a especialização dos países latino-americanos na produção primária (agropecuária ou extrativista/mineradora) não lhes permitia ampliar a produtividade do trabalho de modo a contrabalançar a deterioração do IRT. Encaminhavam esses estudos, como já mencionado, à necessidade de industrializar os países da América Latina.

O que não mostravam, entretanto, é que a deterioração do IRT é bem mais complexa do que um mecanismo de preços, implicando uma transferência de valor dos países dependentes aos países industrializados. Transferência que aparece aos capitais individuais investidos na América Latina como queda das suas taxas de lucro. Ora, não dispendo de desenvolvimento tecnológico autônomo e tendo de compensar tal queda (na verdade, o escoamento de valor) para o exterior, esses capitais acabam lançando mão de uma superexploração da força de trabalho (MARINI, 2008).

Partindo de uma estrutura social e política de repressão da classe trabalhadora, assim como de uma oferta abundante de força de trabalho<sup>3</sup>, os capitais (nacionais ou não) investidos nas economias dependentes lançaram mão de meios espúrios para extrair maiores massas de mais-valor sem ter de elevar a capacidade produtiva do trabalho. Três mecanismos passaram a ser usados conjugadamente: a extensão das jornadas; a intensificação do trabalho; e, sobretudo, o pagamento de salários abaixo do valor da força de trabalho (MARINI, 2008). Como resultado, tem-se um desgaste prematuro da força de trabalho, a qual não se reproduz ao longo do tempo – fenômeno que é mascarado pela rotatividade de quadros nas empresas, mas transparece nos altos índices de acidentes e adoecimentos no trabalho, assim como na menor expectativa de vida e na imensa desigualdade social vivenciada pela população desses países (OSÓRIO, 2012).

A superexploração da força de trabalho torna-se crônica nas economias periféricas por ser um mecanismo compensatório, travestido de solução, à queda das taxas de lucros dos capitais aí investidos, decorrente da deterioração do IRT. Processo este que, como citado, corresponde na verdade a uma transferência de valor para as economias centrais, que, por sua vez, acabam por contrabalançar os efeitos da queda tendencial das taxas de lucros de seus capitais decorrente da saturação dos mercados e do aumento da composição orgânica nesses países pioneiramente industrializados.

Nesse nível de profundidade da análise, torna-se absolutamente perceptível a intensa participação da América Latina na expansão do capital industrial nos países centrais, vez que os/as trabalhadores/as dos países dependentes pagaram (e ainda pagam) literalmente com a vida na conformação de um mecanismo de exploração internacional, que, deslocando massas de valor às economias pioneiramente industrializadas, permite aos capitais nelas investidos mover produtos e serviços, até então suntuários, para o nível de consumo popular, ampliando seus mercados internos e contrabalançando os efeitos das crises já citadas.

A superexploração da força de trabalho, portanto, embora constitua um elemento central da dependência (e, por tal motivo, seja uma das particularidades do capitalismo *sui generis* da América Latina), opera como um elemento imprescindível da reprodução ampliada do capital em nível global.

## O subimperialismo

Nas condições da superexploração da força de trabalho, cria-se nos países dependentes uma situação de brutal desigualdade social, polarizando, de um lado, uma esfera alta e restrita de consumo, e de outro, uma esfera de baixo poder aquisitivo representada pela grande maioria da população. Enquanto o consumo da esfera alta, somado às necessidades de captação de tecnologia externa, pressionam as importações, o consumo miserável das amplas massas da esfera

<sup>3</sup> Herdadas do passado colonial e escravista, além do fato de que a própria abolição da escravatura em muitos casos foi seguida pela intensa imigração europeia – fruto do desemprego causado pela expropriação dos camponeses e pela industrialização nas cidades das economias centrais.



baixa engendra um mercado interno frágil, inviabilizando o desenvolvimento de um processo de industrialização efetivamente nacional (MARINI, 2008).

As pressões na balança comercial, as dificuldades de importação entre as duas Grandes Guerras (1914-1919 e 1939-1945) e o cenário de recessão mundial após 1929, constituíram, no entanto, condições para o início de uma industrialização em alguns países latino-americanos. Segundo Bambirra (2013), Argentina, México, Brasil, Chile, Uruguai e Colômbia foram os países que desenvolveram uma industrialização incipiente na primeira metade do século XX<sup>4</sup>, com capitais em grande parte oriundos dos setores primário-exportadores e com incentivo das políticas de substituição de importações (DOS SANTOS, 2015).

Essas políticas, de modo geral, se traduziram em contenção das importações de produtos industrializados, direcionamento de divisas geradas pela atividade primário-exportadora ao estímulo à indústria nascente e, inclusive, como ilustra o caso brasileiro, atuação do Estado como agente empresarial em setores cuja amortização era demasiado longa para atrair a iniciativa privada, mas que constituíam bases importantes para a atração das indústrias de bens duráveis (casos como energia, comunicações e infraestrutura terrestre e portuária, petróleo, química e siderurgia) (BAMBIRRA, 2013, DOS SANTOS, 2015, MARINI, 2013).

No pós-1945, tal processo obteve ainda uma motivação externa dada pela necessidade de exportação de capitais dos países imperialistas (EUA à frente), visto a industrialização dessas economias centrais – sobretudo durante todo o esforço de guerra – avançara profundamente o desenvolvimento das forças produtivas, urgindo renovar-se a maquinaria da sua indústria de bens de capital, assim como expandir mundo afora a oferta de sua pujante indústria de bens de consumo duráveis (MARINI, 2008).

Com uma série de incentivos fiscais dos governos locais (empréstimos a juros abaixo do mercado, tarifas protetivas contra importações, coberturas cambiais na importação de equipamentos, concessão de infraestrutura e, acima de tudo, contenção e repressão direta e violenta da classe trabalhadora), a industrialização latino-americana teve um novo impulso entre 1950 e 1970. Vale frisar, no entanto, que, diferentemente do período anterior, a presença do capital externo a partir de então foi cada vez maior (BAMBIRRA, 2013), sobretudo nos setores com maior agregação tecnológica e cujos bens e serviços voltavam-se para o consumo das camadas médias e das classes proprietárias (MARINI, 2008).

A dependência tecnológica, portanto (inclusive porque os equipamentos trazidos já se encontravam defasados nos países centrais), aprofundou-se. Como também se aprofundou a superexploração da força de trabalho, vez que a mecanização (tanto na cidade, como no campo), ainda que antiquada, intensificou o trabalho e aumentou ainda mais o exército industrial de reserva (MARINI, 2008).

O mercado interno frágil e a formação de preços monopólicos, com a permissão do Estado (que não somente protegia o capital industrial, como em nada alterou a estrutura latifundiária e pouco produtiva das lavouras), acabaram por aprofundar, por fim, a imensa desigualdade social nos países da região, tendo o consumo de bens industrializados se concentrado, nos países em que a industrialização mais avançou, num grupo social circunscrito pelas classes proprietárias e por frações médias do assalariado e de profissionais liberais. Mesmo as contínuas ações governamentais (tributações regressivas; oscilações entre inflação e recessão, política salarial e sindical repressiva etc.) visando o incremento do consumo dessas camadas médias não foi o suficiente para fazê-las absorver a crescente oferta de produtos industrializados (MARINI, 2008).

Revigorou-se, portanto, em pleno processo de industrialização, a dependência na América Latina. Primeiro, pelo aprofundamento das disparidades impostas à posição que ocupam

<sup>4</sup> Bambirra (2013) os caracteriza como países de “Tipo A”, diferenciando-os do conjunto de países de “Tipo B”, os quais, no contexto do imediato pós-1945, não possuíam uma estrutura social e econômica interna diferenciada por um processo de industrialização prévio (mesmo incipiente).





tais países na divisão internacional desigual do trabalho e da tecnologia, visto terem caminhado – “queimando etapas” – para uma dependência maior de tecnologias que não dominam. Em segundo lugar, pela manutenção das condições de superexploração da força de trabalho, agora como forma de atração de investimentos externos ou, no caso dos capitais locais, como meio de compensar suas decrescentes taxas de lucros diante da concorrência interna e externa. Em terceiro lugar, pelo crônico estrangulamento dos mercados de consumo internos, obrigando a que parte da produção industrial se dirigisse para fora e que, simultaneamente, mantivessem-se intactas as estruturas de propriedade monocultura e exportadora da terra, visto a necessidade de arrecadação de divisas por parte do Estado e de conservação de um relativo consumo interno dessas frações da classe proprietária ligadas à agricultura, pecuária, mineração e extrativismo.

Constituiu-se, assim, um determinado ciclo do capital nos países da América Latina que os tornam dependentes do mercado mundial. Um ciclo do capital que necessariamente deve se realizar em grande parte fora desses países – e que se aprofunda à medida que as economias latino-americanas vão agregando porções maiores de investimentos externos e se tornando centros produtores de capital (MARINI, 2008, 2012).

Os incentivos públicos ao capital (seja industrial ou primário-exportador), a importação de tecnologias e a intensa repressão à classe trabalhadora, possibilitaram, por outro lado, ao longo de décadas, uma intensa concentração e centralização do capital nessas economias. As limitações preexistentes dos mercados internos, intensificadas com a crise do endividamento desses países após a década de 1970, acabou por exigir uma expansão ainda maior do ciclo de acumulação do capital para fora dessas economias.

Eis que surge o fenômeno definido por Marini (2008, 2013) como subimperialismo – referindo-se ao caso brasileiro –, que é a exploração, por parte de capitais investidos em uma economia dependente, de países também dependentes situados num nível de desenvolvimento ainda mais precário. Nesse caso, empresas de capital nacional (inclusive estatais) dirigem sua produção e seus serviços a tais países, realizando investimentos em seus territórios visando açambarcar seus mercados de consumo, explorar os recursos naturais e, evidentemente, a força de trabalho local, engendrando, assim, uma transferência de valor entre os próprios países dependentes.

Cabe observar que esse “desenvolvimento monstruoso” (MARINI, 2013, p. 157), o subimperialismo, não revoga o imperialismo, senão constitui parte deste, à medida que é um movimento que surge em meio à integração global de capitais que se aprofunda no pós-1945. Numa perspectiva geral, o subimperialismo é um momento da dinâmica reprodutiva da dependência – que, por sua vez, é parte da reprodução ampliada em nível global do modo de produção capitalista.

### **Considerações finais: o atual padrão exportador de especialização produtiva**

Embora a industrialização na América Latina (sobretudo nos países acima considerados) retomasse sua força nos anos 1990 e, nesse período, emergissem tentativas de superação da dependência da região do mercado externo (como a formação dos blocos regionais), os mesmos elementos discutidos ao longo deste texto se repuseram. Primeiro, a aplicação do Consenso de Washington (abertura comercial, financeira e desnacionalização; privatizações e enxugamento dos Estados) deu aso à definitiva entrada do capital externo na região, esmagando o que restava de iniciativa local em setores de bens duráveis e de capital com maior agregação tecnológica.

Por outro lado, a importância das exportações na realização do capital local tornou-se crescente e as pautas exportadoras voltaram a se concentrar nos produtos primários, seguidos também por itens industrializados – embora parte significativa destes, na forma de “montagens” de subconjuntos importados prontos e seu repasse final ao país importador (as maquiladoras).



Isso pôs fim ao projeto de situar a industrialização como eixo central da acumulação nesses países e mesmo naqueles onde tal projeto mais avançou, as indústrias quedaram submetidas a esse novo padrão exportador, cujos segmentos constituem parcelas de cadeias globais de valor dirigidas por grandes grupos transnacionais (OSÓRIO, 2012).

Não apenas as exportações aumentaram significativamente (em valor e em percentual ao produto interno bruto – PIB – desses países) na América Latina entre as décadas de 1980 e 2000, como foram seguidas de somas crescentes de investimentos externos diretos (maiores até do que na Ásia, tendo o Brasil e o México – por suas conexões com blocos regionais – figurado como os maiores receptores). Tais investimentos foram massivamente dirigidos às privatizações e a segmentos ligados às cadeias globais de valor. Quanto à pauta exportadora:

A saída de produtos como o café e a chegada de outros produtos do agronegócio, como a soja, são significativas. A região permanece um grande abastecedor de matérias-primas e alimentos para o mercado mundial. Por fim, é notório o peso, entre os principais bens de exportação, dos produtos com vantagens naturais, como petróleo, minérios e bens agrícolas, aos quais se agregam bens provenientes das atividades da montagem [maquiladoras] da produção de automóveis e eletrônica, todas com uma débil incorporação tecnológica (OSÓRIO, 2012, p. 112).

Não obstante essa elevação de investimentos externos e de exportações (cujos produtos tiveram, aliás, seus preços acrescidos no mercado mundial), as condições de vida da população local pioraram. Grassaram formas de precarização do trabalho, os níveis salariais caíram na maior parte dos países com relação à década “perdida” de 1980, o mesmo tendo ocorrido na participação dos salários no PIB. O resultado foi uma ampliação brutal da concentração de renda, tendo os 10% mais pobres da população reduzido ainda mais a sua já miserável participação na renda total da Argentina, Brasil, Chile e México, enquanto os 10% mais ricos a ampliaram, conforme diversos dados da própria CEPAL expostos por Osório (2012).

Isso demonstra, enfim, não somente uma ofensiva do capital sobre o fundo de consumo da classe trabalhadora, mas que nesse novo padrão exportador de especialização produtiva, grande parte dos produtos continuam não passando pela cesta da classe trabalhadora local, repondo, novamente, os elementos da dependência e suas nefastas consequências.

### Referências Bibliográficas

BAMBIRRA, Vânia. *O capitalismo dependente latino-americano*. Florianópolis: Insular, 2013.

DOBB, Maurice. *A evolução do capitalismo*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.

HOBBSBAWN, Eric J. *A era das revoluções: Europa 1789-1848*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

MARGLIN, Stephen. Origem e funções do parcelamento das tarefas (Para que servem os patrões?). In: GORZ, André (Org.). *Crítica da divisão do trabalho*. São Paulo: Martins Fontes, 1996. p. 39-77.

MARINI, Ruy Mauro. A dialética do desenvolvimento capitalista no Brasil. In: \_\_\_\_\_. *Subdesenvolvimento e revolução*. Florianópolis: Insular, 2013. p. 73-161.

MARINI, Ruy Mauro. Dialéctica de la dependencia. In: \_\_\_\_\_. *América Latina, dependencia y globalización: fundamentos conceptuales – Ruy Mauro Marini*. Antología y presentación: Carlos Eduardo Martins. Bogotá: Siglo del Hombre - CLACSO, 2008. p. 107-150.



MARINI, Ruy Mauro. O ciclo do capital na economia dependente. In: FERREIRA, Carla; OSÓRIO, Jaime; LUCE, Mathias (Orgs.). *Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012. p. 21-35.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Livro 1: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

OSÓRIO, Jaime. América Latina: o novo padrão exportador de especialização produtiva – estudo de cinco economias da região. In: FERREIRA, Carla; OSÓRIO, Jaime; LUCE, Mathias (Orgs.). *Op. cit.* p. 103-133.

PREBISCH, Raúl. El desarrollo económico de la América Latina y algunos de sus principales problemas. In: CEPAL – Comisión Económica para América Latina y el Caribe. *Cincuenta años de pensamiento en la CEPAL: textos seleccionados*. Santiago, Chile: Fondo de Cultura Económica, 1998. v. 1. p. 63-129.

SANTOS, Theotônio dos. Segunda parte: desenvolvimento e dependência no pensamento social latino-americano. In: \_\_\_\_\_. *Teoria da dependência: balanço e perspectivas*. Florianópolis: Insular, 2015. p. 65-100.



## ESTADO E TRANSIÇÃO SOCIALISTA

Helder Gomes<sup>1</sup>

**Resumo:** O artigo está centrado em indicar uma forma possível de interpretação, que possa contribuir para o entendimento do caráter do Estado nas décadas iniciais de uma transição ao socialismo, tendo por base de apoio o acúmulo de conhecimentos dialéticos sobre o tema e alguns elementos históricos da experiência soviética. Ficou evidente nos primeiros anos da Revolução Russa que, apesar da concepção de um projeto estratégico, de longo prazo, as circunstâncias internas e a pressão imperialista externa, a cada momento, exigiram reorientações táticas que, muitas vezes, foram alterando o ritmo de implantação dos planos iniciais, prolongando as perspectivas quanto à duração da transição ao socialismo. Nessa perspectiva, são abordados criticamente temas como a proposição do socialismo num só país, a revolução em países fora do centro dinâmico do capitalismo, bem como o da necessidade de um longo e penoso processo de revolução permanente até a consolidação de um novo modo de produção. Está pressuposto no texto que o Estado socialista só pode ser concebido, como tal, quando reunidas as condições para um longo processo de sua autodestruição, ou de seu definhamento.

**Palavras-chave:** Estado. Transição. Socialismo.

### Introdução

As principais referências científicas a respeito da transição socialista se acumulam a partir das elaborações pioneiras de Karl Marx e Friedrich Engels. O objetivo deste texto é buscar uma síntese, que reúna as contribuições desses clássicos do materialismo dialético e relatos analíticos da experiência concreta de realização do projeto soviético de transição ao socialismo, no sentido de compreender as dificuldades de se avançar na revolução permanente requerida, diante das forças do imperialismo organizado em nível mundial.

Na primeira parte, são abordados aspectos ligados à compreensão do processo de transitar, a partir das condições em vigor, para uma situação projetada como completamente diferente e superior. Não se trata aqui de conceber alterações isoladas, em situações locais, mas das mais abrangentes modificações nas formas de produção e de reprodução da vida humana no planeta.

Na segunda parte do artigo, são recuperados elementos de confrontação histórica, extraídos do debate sobre a revolução Russa de 1917, tendo como parâmetros as relações de Estado, em especial as formas de intervenção estatal nos primeiros momentos após a tomada do poder pelas vanguardas revolucionárias.

### As contribuições de Marx e Engels

A crítica dialética às primeiras formulações socialistas se referiam à sua projeção idealizada e à difusão ideológica de modelos de cidades autogestionadas, nas quais não existiriam empregados nem patrões, sem, contudo, apresentar um plano para sua realização. Numa fase mais madura da expansão capitalista em nível mundial, com as contribuições de

<sup>1</sup> Helder Gomes é economista, doutor em Política Social e está em estágio de pós-doutorado no Programa de Pós-Graduação em Política Social da Ufes.





Marx e Engels, as formulações ganharam outro patamar: a organicidade submetida a um plano, pressupondo certo nível de consciência das classes oprimidas que, como sujeito revolucionário, estariam passíveis do autoconceito como produtoras na história e de agir na derrubada do poder constituído.

Trata-se de um plano elaborado num nível bastante elevado de abstração. No entanto, esse amadurecimento intelectual, já no final do século XIX, não se produziu de forma linear e sistematizada. O que nos deixaram esses autores foi uma série de fragmentos, composta por manifestos, panfletos, prefácios, trechos de livros, textos publicados em jornais, cartas e mensagens aos membros das organizações políticas internacionais das quais faziam parte.

Os vários fragmentos políticos herdados de Marx e Engels carregam uma reflexão teórica, a qual transbordava de um esforço intelectual muito mais amplo, isto é, da sua dedicação à construção dialética de uma perspectiva de elucidação das leis que regem o funcionamento da sociedade capitalista. Para explicar as leis gerais da acumulação capitalista, os autores sentiram necessidade de recorrer ao estudo das sociedades precedentes, com o objetivo de entender o capitalismo como um modo de produção e, mais que isso, descobrir os movimentos que levam à transição de um *modo de produção* a outro.

Como produtores, os seres humanos fazem sua própria história, mas não a fazem em condições por eles escolhidas e sim sob aquelas herdadas do passado (MARX, 1978). No entanto, o modo de produção não seria apenas a forma de organização técnica das forças produtivas, mas o conjunto generalizado das relações econômicas, jurídicas, políticas e socioculturais, que se estabelecem por um determinado período em certas partes do mundo, incluindo a difusão de formas de pensar, de acreditar e de se comportar, requisitos para a sua reprodução de maneira generalizada ou predominante.

Com isso, esses autores passaram a observar um diversificado processo de separação do sujeito que trabalha das condições objetivas de produção de sua própria existência, o qual se completou com a formação e consolidação das sociedades capitalistas.

No famoso *Prefácio à Contribuição à Crítica da Economia Política*, de 1859, lê-se que “[...] a anatomia da sociedade burguesa deve ser procurada na Economia Política” (MARX, 2008, p. 45). Com isso, o autor revela de forma resumida suas principais conclusões sobre as raízes das relações de Estado.

O resultado geral a que cheguei e que, uma vez obtido, serviu-me de guia para meus estudos, pode ser formulado, resumidamente, assim: na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência. Em uma certa etapa de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes, ou, o que não é mais que sua expressão jurídica, com as relações de propriedade no seio das quais elas se haviam desenvolvido até então. De formas evolutivas das forças produtivas que eram, essas relações convertem-se em entraves. Abre-se, então, uma época de revolução social.

[...]

Uma sociedade jamais desaparece antes que estejam desenvolvidas todas as forças produtivas que possa conter, e as relações de produção novas e superiores não tomam jamais seu lugar antes que as condições materiais de existência dessas relações tenham sido incubadas no próprio seio da velha sociedade. Eis porque a humanidade não se propõe nunca senão os problemas que ela pode resolver, pois, aprofundando a análise,



ver-se-á sempre que o próprio problema só se apresenta quando as condições materiais para resolvê-lo existem ou estão em vias de existir (MARX, 2008, p. 45-46).

Também cabe recuperar o trecho da seção 4 do primeiro capítulo d'*O Capital*, sobre o *fetichismo da mercadoria*:

[...] imaginemos uma associação de homens livres, que trabalham com meios de produção coletivos e que conscientemente despendem suas forças de trabalho individuais como uma única força social de trabalho. [...] O produto total da associação é um produto social, e parte desse produto serve, por sua vez, como meio de produção. Ela permanece social, mas outra parte é consumida como meios de subsistência pelos membros da associação, o que faz com que tenha de ser distribuída entre eles. O modo dessa distribuição será diferente de acordo com o tipo peculiar do próprio organismo social de produção e o correspondente grau histórico de desenvolvimento dos produtores (MARX, 2013, p. 153).

O processo de superação das amarras *fetichizadas* que contribuem para a reprodução das sociedades de classe requer um longo e penoso processo de revolução na base material.

O reflexo religioso [*fetichizado*] do mundo real só pode desaparecer quando as relações cotidianas da vida prática se apresentam diariamente para os próprios homens como relações transparentes e racionais que eles estabelecem entre si e com a natureza. A figura do processo social de vida, isto é, do processo material de produção, só se livra de seu místico véu de névoa quando, como produto de homens livremente socializados, encontra-se sob seu controle consciente e planejado. Para isso, requer-se uma base material da sociedade ou uma série de condições materiais de existência que, por sua vez, são elas próprias o produto natural-espontâneo de uma longa e excruciante história de desenvolvimento (MARX, 2013, p. 154).

Os apontamentos destacados acima, antes de repositórios da verdade, são considerados aqui como contribuições importantes para o que segue neste texto. Para os clássicos do socialismo científico, a nova forma de sociabilidade que se projeta nasceria do seio da sociedade corrente, portanto carregada de suas marcas fundamentais. No entanto, como os modos de produção não se constituem como estruturas estanques, a transição socialista não ocorreria de acordo com a mera vontade política de uma *vanguarda consciente*. Assim como nas transições que precederam o capitalismo, a destruição da superestrutura jurídica e política presentes nas relações do capital pressupõe um *longo e penoso* processo histórico, que envolve desde a saturação das forças produtivas correntes até a maturação em seu interior das condições objetivas de construção de uma nova estrutura econômica e social, a partir da qual seria possível erigir relações superestruturais superiores às existentes.

Como dito acima, a combinação de duas frentes de elaboração, os estudos num nível bastante elevado de abstração e a necessidade de dar respostas para situações concretas bastante específicas e localizadas (no tempo e no espaço), levou Marx e Engels a perceber a necessidade de uma *suprassunção* permanente dos conhecimentos acumulados. No Prefácio à edição alemã de 1872 do *Manifesto Comunista*, os autores fazem um alerta importante, muitas vezes esquecido:

Por mais que tenham mudado as condições nos últimos 25 anos, os princípios gerais expressados nesse *Manifesto* conservam, em seu conjunto, toda a sua exatidão. Em algumas partes certos detalhes devem ser melhorados. Segundo o próprio *Manifesto*, a aplicação prática dos princípios dependerá, em todos os lugares e em todas as épocas, das condições históricas vigentes e por isso não se deve atribuir importância demasiada a medidas revolucionárias propostas no final da seção II. Hoje em dia, esse trecho seria redigido de maneira diferente em muitos aspectos. Em certos pormenores, esse programa está antiquado, levando-se em conta o desenvolvimento colossal da



indústria moderna desde 1948, os progressos correspondentes da organização da classe operária e a experiência prática adquirida, primeiramente na revolução de fevereiro e, mais ainda, na Comuna de Paris, onde coube ao proletariado, pela primeira vez, a posse do poder político, durante quase dois meses (MARX; ENGELS, 2010, p. 71-72).

De forma mais explícita, outro exemplo da necessidade de um amadurecimento permanente do conhecimento acumulado foi dado pelos autores no Prefácio à edição russa de 1882 do *Manifesto Comunista*. Ao considerar as grandes alterações nas estruturas produtivas e nas relações internacionais, a partir da industrialização de países que passaram a concorrer com a Inglaterra no mercado mundial, Marx e Engels colocaram um problema que pareceria fora de propósito em 1848:

E a Rússia? Durante a revolução de 1848-49, os príncipes e a burguesia europeus viam na intervenção russa a única maneira de escapar do proletariado que despertava. O czar foi proclamado chefe da reação europeia. Hoje ele é, em Gatchina, prisioneiro de guerra da revolução e a Rússia forma a vanguarda da ação revolucionária na Europa. O *Manifesto Comunista* tinha como tarefa a proclamação do desaparecimento próximo e inevitável da moderna propriedade burguesa. Mas na Rússia vemos que, ao lado do florescimento acelerado da velhacaria capitalista e da propriedade burguesa, que começa a desenvolver-se, mais da metade das terras é possuída em comum pelos camponeses. O problema agora é: poderia a *obshchina* [comunidade rural] russa – forma já muito deteriorada da antiga posse em comum da terra – transformar-se diretamente na propriedade comunista? Ou, ao contrário, deveria primeiramente passar pelo mesmo processo de dissolução que constitui a evolução histórica do Ocidente?

Hoje em dia, a única resposta possível é a seguinte: se a revolução russa constituir-se no sinal para a revolução proletária no Ocidente, de modo que uma complemente a outra, a atual propriedade comum da terra na Rússia poderá servir de ponto de partida para uma revolução comunista (MARX; ENGELS, 2010, p. 73).

Outro exemplo dessa posição está numa carta de Marx à comunista russa Vera Ivanovna Zaslitch, escrita em 1881. Ali, o autor afirma que a comuna rural existente na Rússia poderia ser a base de um processo revolucionário de *regeneração social*, desde que fossem criadas as condições para seu *desenvolvimento espontâneo* (MARX, 2013).

Com o Prefácio de 1882 (MARX; ENGELS, 2010), parece ficar mais nítido que seus autores não tinham em mente a possibilidade do *socialismo em um só país*. A proposição envolve a consolidação de um novo modo de produção, o que requer certo alastramento de processos revolucionários em várias regiões do globo, pressuposto para garantir uma cooperação internacional contra a reação imperialista. Isso estava de alguma forma grafado desde a primeira versão do *Manifesto* de 1948: “Proletários de todos os países, uni-vos!” (MARX; ELGELS, 2010, p. 69).

### **A etapa após a tomada do poder e a via socialista**

A dialética de Marx e Engels não permitia aos autores uma projeção passo a passo do processo de transição socialista até a consolidação das sociedades comunistas. O objeto de maior preocupação seria a fase inicial da transição. No auge das repercussões dos procedimentos após a tomada da cidade de Paris, Marx escreveu a Kugelmann em pleno 12 de abril de 1871:

Se você olhar o último capítulo de meu *Dezoito Brumário* [publicado no início de 1952] verá que digo que a próxima tentativa da revolução francesa não será mais, como antes, de transferir a máquina burocrática militar de uma mão para outra, e sim



de esmagá-la, e isso é essencial para qualquer revolução popular no Continente (MARX, 1978, p. 291, grifos no original).

Logo depois, em 30 de maio de 1871, após o massacre dos *comunares*, Marx analisa o manifesto do levante de 18 de março, reafirmando:

Mas a classe operária não pode simplesmente se apossar da máquina do Estado tal como ela se apresenta e dela servir-se para seus próprios fins (MARX, 2011a, p. 54).

Destruir e substituir a máquina do Estado capitalista, entretanto, não significa concebê-lo como um mero instrumento. Parece sugestiva a posição de Bianchi (2007) sobre o uso da expressão *máquina do Estado* por Marx, não como instrumento, mas como uma metáfora, considerando sua definição de máquina industrial (conforme pode ser vista no Capítulo XIII, do livro I, d'*O Capital*). Aceita essa proposição, uma interpretação possível poderia ser formulada, afastando-se da crítica sobre uma suposta visão instrumental do Estado por Marx, nos seguintes termos: a dialética de destruição revolucionária da superestrutura que emergiu da formação e da consolidação das relações sociais de exploração burguesa envolve, fundamentalmente, a eliminação das forças motrizes estruturais que marcam a acumulação de riquezas nessa forma específica da luta de classes. Somente assim seria possível dar cabo dos elementos de ligação (ou de transmissão) dessas forças propulsoras à superestrutura política e jurídica, pondo no chão concomitantemente suas ferramentas assistenciais, ideológicas e coercitivas de intervenção concreta, cujo conjunto também cuida de legitimar todo o processo de acumulação privada de capital.

Feita essa observação, segue-se com a delimitação do principal objeto de preocupação de Engels e Marx nesses fragmentos políticos, conforme também pode ser lida nas indicações da *Crítica do Programa de Gotha* (MARX, 2012).

Nosso objeto aqui é uma sociedade comunista, não como ela se *desenvolveu* a partir de suas próprias bases, mas, ao contrário, como ela acaba de *sair* da sociedade capitalista, portanto trazendo de nascença as marcas econômicas, morais e espirituais herdadas da velha sociedade de cujo ventre ela saiu (MARX, 2012, p. 29).

O conteúdo do debate sobre essa primeira fase da transição socialista, nesse mesmo texto de 1875, acompanha aquela abordagem de trechos, já assinalados acima, que compõem a Seção 4, do primeiro capítulo d'*O Capital* (MARX, 2013), publicado oito anos antes.

Aqui impera, é evidente, o mesmo princípio que regula a troca de mercadorias, na medida em que esta é troca de equivalentes. Conteúdo e forma são alterados, porque, sob novas condições, ninguém pode dar nada além de seu trabalho e, por outro lado, nada pode ser apropriado pelos indivíduos fora dos meios individuais de consumo.

[...]

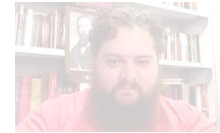
Por isso, aqui, o *igual direito* é ainda, de acordo com seu princípio, o *direito burguês*, embora princípio e prática deixem de se engalfinhar, enquanto na troca de mercadorias a troca de equivalentes existe apenas *em média*, não para o caso individual.

Apesar desse progresso, esse igual direito continua marcado por uma limitação burguesa. O direito dos produtores é *proporcional* a seus fornecimentos de trabalho; a igualdade consiste, aqui, em medir de acordo com um *padrão igual de medida: o trabalho*.

[As distorções derivadas de se ter o trabalho como padrão igual de medida] são inevitáveis na primeira fase da sociedade comunista, tal como ela surge, depois de um longo trabalho de parto, da sociedade capitalista. O direito nunca pode ultrapassar a forma econômica e o desenvolvimento cultural, por ela condicionado, da sociedade.

[...]





Numa fase superior da sociedade comunista, (...) o estreito horizonte jurídico burguês poderá ser plenamente superado e a sociedade poderá escrever em sua bandeira: ‘De cada um segundo suas capacidades, a cada um segundo suas necessidades’.

[...]

A distribuição dos meios de consumo é, em cada época, apenas a consequência da distribuição das próprias condições de produção; contudo, esta última é uma característica do próprio modo de produção [...]. O socialismo vulgar [que sonha com uma distribuição mais justa da produção, sem relacioná-la adequadamente com as relações de produção a cada tempo] herdou da economia burguesa o procedimento de considerar e tratar a distribuição como algo independente do modo de produção e, por conseguinte, de expor o socialismo como uma doutrina que gira principalmente em torno da distribuição (MARX, 2012, p. 29-33, grifos no original).

Assim, não haveria modelos unilineares a seguir, tampouco processos contínuos de transição socialista. A cada uma das diferentes formas que podem assumir as estruturas socioeconômicas (especialmente as formas de propriedade, se puramente estatal, coletivizada, ou formas combinadas etc.), de cuja interação resultariam determinadas formas de distribuição, corresponderiam formas superestruturais específicas (mais centralizadas, ou mais descentralizadas), condicionadas pela dimensão estrutural de cada momento ou de cada espaço geográfico considerado durante um período de transição ao socialismo.

## O debate socialista no início do século XX

A revolução russa pode ser considerada grande laboratório para essa produção coletiva do conhecimento revolucionário. Ali ficaram ainda mais nítidos a descontinuidade da revolução, os avanços e os recuos colocados em prática, com todos os interesses internos e externos colocados em jogo naquele momento.

Lênin compreendia que, uma vez promovida a tomada do poder, seria necessário implantar na Rússia uma forma diferenciada de estrutura socioeconômica como base para a transição. A *Nova Política Econômica (NEP)* seria uma forma de intervenção concreta com o objetivo de implantar o *capitalismo de Estado*, como uma etapa necessária para se avançar na construção do socialismo. Na sua defesa, de 1922, do *imposto em espécie*, Lênin (1987) cita alguns documentos escritos por ele anteriormente e procura explicar a situação concreta da URSS naquela etapa:

[Dizia, no folheto de 1918, que se], ‘dentro de uns seis meses o capitalismo de Estado fosse implantado em nosso país, isto seria um imenso êxito e a mais sólida garantia de que, ao fim de um ano, o socialismo se afirmaria entre nós definitivamente e se tornaria invencível.

[...]

Segundo penso, não se conhece uma única pessoa que, ao ocupar-se da economia da Rússia, tenha negado o seu caráter de transição. Tampouco nenhum comunista negou, a meu ver, que a expressão ‘República Socialista Soviética’ significa a decisão do poder dos soviets em levar até o fim a transição para o socialismo, mas de modo nenhum significa o reconhecimento do novo regime econômico como socialista.

Contudo, o que significa a palavra transição? Aplicada à economia, não significará que no atual regime existem elementos, fragmentos, partículas, tanto de capitalismo como de socialismo? Todos o reconhecem. Mas nem todos, ao reconhecerem isso, param para pensar que elementos dos diversos tipos de economia social existem na Rússia. Aqui está o cerne da questão.

[...]

Por acaso não está claro que *quanto mais* alto nos elevarmos na escala política, *quanto mais plenamente* encarnamos nos soviets o Estado socialista e a ditadura do proletariado, *menos* nos é permitido temer o ‘capitalismo de Estado’? Não está claro que, neste sentido, *material*, econômico, da produção, não nos encontramos ainda na



'ante-sala' do socialismo? E que não se pode entrar pela porta do socialismo a não ser atravessando esta 'ante-sala', ainda não alcançada por nós?'

[...]

[Agora, é possível observar que os] raciocínios citados, que datam de 1918, contêm uma série de erros quanto aos prazos. Estes se revelaram mais longos do que se supunha então (LÊNIN, 1987, p. 144-154, grifos no original).

Nesse mesmo texto, Lênin (1987) apontava as marcas estruturais da sociedade russa naquele momento,<sup>2</sup> as quais justificariam a promoção da *NEP* nos termos por ele defendidos. De um lado, a urgência de integração econômica nacional encontrava barreiras no (re)fracionamento das classes sociais e na descontinuidade da divisão social do trabalho, em especial no que se refere às relações campo-cidade. Para o líder soviético, o nível de pobreza e de destruição era tão avassalador, que não haveria condições imediatas para colocar em marcha uma economia socialista. Mesmo sob o risco de permitir algum fortalecimento das frações de classe consideradas como *pequena burguesia*, o poder soviético procurava, de imediato, promover uma política de abastecimento que substituísse o *sistema de confisco* em vigor no período da *guerra comunista* por um *imposto em espécie*, liberando parcialmente e sob vigilância a *pequena economia*, especialmente, a comercialização local de alimentos e combustível (lenha etc.). Por essas justificativas, parece que o problema estaria mesmo nas dificuldades em avançar de imediato na planificação socialista.

Após a morte de Lênin, em 1924, a *NEP* já apresentava resultados mais visíveis. Do debate que seguiu, podem-se destacar pelo menos quatro elementos: a) as dificuldades internas resultantes dos entraves ao progresso revolucionário nos outros países e, portanto, do isolamento internacional; b) as concessões às frações da burguesia e às pressões imperialistas (externas); c) as repercussões administrativas e políticas dessas concessões no interior das instituições públicas e das organizações políticas e socioeconômicas do proletariado engajadas na revolução; d) as interpretações sobre a reversão capitalista e as proposições de caminhos revolucionários a seguir.

### A recuperação da proposta de revolução permanente

Diante dos desafios iniciais e dos entraves em avançar na reestruturação interna da sociedade russa, tanto o acordo que resultou na saída da Rússia da Primeira Grande Guerra (Brest-Litovsk, em 1918) como a promoção da *NEP* se apresentaram como recuos estratégicos no processo revolucionário.

Uma ditadura de pureza química só poderia existir em meio imaterial. O proletariado dirigente é obrigado a contar com as outras classes e, segundo a relação de forças no interior do país ou na arena internacional, a fazer concessões às outras classes para manter a sua dominação. Toda a questão está em saber quais os limites dados a essas concessões e qual o grau de consciência com que são feitas.

[...]

Ante à paralisação do desenvolvimento revolucionário nos outros países, a *NEP*, representando um recuo profundo e duradouro, era inevitável. Aplicamo-la, sob a direção de Lênin, com plena unanimidade. Este recuo foi reconhecido como tal, com pleno conhecimento de todos [...]. A pequena burguesia adquiriu, até certo ponto, a

<sup>2</sup>Cabe lembrar que, na sequência da derrubada do czarismo, em 1917, a Rússia experimentou uma sangrenta e destrutiva guerra civil, a qual arruinou a produção de alimentos, provocando a fome, a morte de milhões de pessoas e a migração das cidades para o campo, retardando a reestruturação de suas forças produtivas. Além da reação latifundiária nacional e dos conflitos gerados pela disputa interna em torno da direção do movimento revolucionário, a guerra civil foi marcada pela ocupação de várias regiões da Rússia por forças estrangeiras, as quais procuravam evitar o avanço da revolução socialista na Europa, continente que ressentia a destruição da Primeira Guerra Mundial.



possibilidade de acumular. Mas, o poder e, por consequência, o direito de determinar os limites dessa acumulação continuaram, como antes, nas mãos do proletariado.

[...]

[Agora, diante da dualidade de poder, a] questão que se põe então é a de saber se a dita direção é capaz de compreender a necessidade de uma mudança de política e se, na prática, está em condições de a realizar. Voltamos assim ao problema de saber em que medida o poder de Estado se encontra ainda nas mãos do proletariado e do seu partido, isto é, em que medida continua a ser o poder da Revolução de Outubro (TROTSKY, 1981, p. 8-10).

As interpretações sobre aquele momento, no calor do debate após a morte de Lênin, colocavam a visão oficial na defesa de que sua política estava voltada para a *edificação do socialismo nacional*, enquanto a crítica anarquista se associava aos reformistas na perspectiva de que o poder soviético estaria promovendo a restauração do capitalismo na Rússia. Nesse sentido, buscava-se uma alternativa a esses dois extremos, propondo-se a interpretação sobre a *dualidade do poder*.

Ir mais longe do que o reconhecimento de elementos de dualidade de poder [afirmando, por exemplo, tratar-se já de um país burguês] seria teoricamente falso, politicamente perigoso; seria mesmo um ato suicida. O problema da dualidade do poder consiste, portanto, neste momento, em saber em que medida as classes burguesas se enraizaram no aparelho de Estado [...] e em que medida as ideias e as tendências burguesas se enraizaram no aparelho do partido do proletariado. Porque deste grau depende a liberdade de manobra do partido e a possibilidade da classe operária tomar as medidas necessárias de defesa e de ataque.

[...]

[Na verdade,] o principal crime da política posterior a Lênin, e antileninista, foi o de apresentar graves concessões como êxitos do proletariado, os recuos como progressos, o de interpretar o aumento das dificuldades internas como um avanço vitorioso para uma sociedade socialista nacional (TROTSKY, 1981, p. 10-11).

O risco iminente do regime dual de concessões confundir a promoção revolucionária com a defesa de interesses burgueses, além das ameaças externas promovidas pela pressão imperialista remetem a recuperar a proposição de Marx e Engels da *revolução em permanência*, tal como destacada na Carta à Liga dos Comunistas, de 1850:

Ao passo que os pequeno-burgueses democratas querem pôr fim à revolução o mais depressa possível, realizando, quando muito, as exigências atrás referidas, o nosso interesse e a nossa tarefa são tornar permanente a revolução até que todas as classes mais ou menos possidentes estejam afastadas da dominação, até que o poder de Estado tenha sido conquistado pelo proletariado, que a associação dos proletários, não só num país, mas em todos os países dominantes do mundo inteiro, tenha avançado a tal ponto que tenha cessado a concorrência dos proletários nesses países e que, pelo menos, estejam concentradas nas mãos dos proletários as forças produtivas decisivas (MARX; ENGELS, 1982).

Tal mensagem foi captada por Trotsky (1985, p. 22) nos seguintes termos:

A revolução permanente, na concepção de Marx, significa uma revolução que não transige com nenhuma forma de dominação de classe, que não se detém no estágio democrático e, sim, passa para as medidas socialistas e a guerra contra a reação exterior, uma revolução na qual cada etapa está contida em germe na etapa precedente, e só termina com a liquidação total da sociedade de classes.

Marx e Engels (2007), que consideravam a existência do proletariado pressupondo a *história universal* como realidade prática e, da mesma forma, o comunismo existindo apenas



no plano histórico mundial, parecem também inspirar a crítica daquele momento à proposição do *socialismo em um só país* (uma ideia que se constituiu como tese fundamental na orientação não somente das forças revolucionárias internas à Rússia, mas de todas as organizações filiadas à III Internacional Socialista na maioria dos países do mundo, após a morte de Lênin). O seu equívoco, segundo Trotsky, exigia uma projeção alternativa para as lutas revolucionárias.

O internacionalismo não é um princípio abstrato: ele não é senão o reflexo político e teórico do caráter mundial da economia, do desenvolvimento mundial das forças produtivas e do ímpeto mundial da luta de classes. A revolução socialista começa no âmbito nacional mas nele não pode permanecer. A revolução proletária não pode ser mantida em limites nacionais senão sob a forma de um regime transitório, mesmo que este dure muito tempo, como o demonstra o exemplo da União Soviética. No caso de existir uma ditadura proletária isolada, as contradições internas e externas aumentam inevitavelmente e ao mesmo passo que os êxitos. Se o Estado proletário continuar isolado, ele, ao cabo, sucumbirá vítima dessas contradições. Sua salvação reside unicamente na vitória do proletariado dos países avançados. Deste ponto de vista, a revolução nacional não constitui um fim em si, apenas representa um elo da cadeia internacional. A revolução internacional, a despeito de seus recuos e refluxos provisórios, representa um processo permanente (TROTSKY, 1985, p. 24-25).

Como visto, os clássicos do socialismo científico já assinalavam uma preocupação com essas questões. Na medida em que o capitalismo se consolidou por vastas regiões do planeta, intensificando as interações próprias do mercado mundial, as experiências isoladas que pretenderam avançar na construção revolucionária foram continuamente ameaçadas a um retrocesso. Tal situação se tornou ainda mais evidente com a consolidação do imperialismo como fase superior das relações capitalistas (LÊNIN, 1979).

### **O imperialismo e os desafios à transição ao socialismo**

Na etapa superior capitalista se aprofundou a fusão do capital bancário com o capital produtivo, movimento que promoveu a generalização das sociedades por ações nos vários ramos da atividade econômica, a instauração do crédito como *arma* fundamental na concorrência e na centralização do capital, bem como as novas oportunidades para a especulação e para a acumulação fictícia de capital em larga escala (LÊNIN, 1979).

O protecionismo e a exportação de capitais se tornaram instrumentos essenciais na concorrência internacional. Grandes conglomerados de empresas dirigidas por *holdings* partilharam o mercado mundial, num movimento de cartelização e de trustificação, sem precedentes. Os Estados nacionais, em cada uma das grandes potências, passaram a oferecer o aporte militar para o controle das fontes de matérias-primas e da produção de alimentos e insumos industriais na periferia (LÊNIN, 1979).

Foi criada, assim, uma rede de abrangência global, controlada por grandes *holdings* sediadas nas grandes potências imperialistas. Elas reproduzem, com apoio de seus respectivos Estados nacionais, uma hierarquia de subordinações sobre as decisões de produção e de investimento em nível internacional, tendo o monopólio da produção, dos processos de inovação e das linhas de financiamento como o principal mecanismo de gestão centralizadora do processo de acumulação em escala mundial.

Dessa rede de cooperação econômica hierarquizada nasceu também todo o aparato geopolítico repressor, invasor e de difusão ideológica. É nesse sentido que fica descartada a perspectiva de se projetar uma transição como um processo *unilinear* rumo ao comunismo. A resistente *anarquia da produção*, organizada em nível mundial, contraria o caminho da superação das relações do capital mais arraigadas, requerido para o horizonte da planificação econômica mais generalizada. Em particular, o isolamento de projetos societários socialistas





impede o acesso à produção mundial de conhecimentos científicos e tecnológicos, condição para a internalização de processos de inovação, de cuja difusão depende a evolução das forças produtivas endogenamente. O mesmo entendimento poderia ser feito em relação às restrições imperialistas à integração aos circuitos internacionais de comercialização de meios de produção (máquinas, equipamentos, matérias-primas, algumas fontes energéticas de alta tecnologia), assim como de alguns meios de consumo estratégicos, como alimentos, energia, medicamentos etc.

Nessa perspectiva, avançar na transição socialista e atingir o modo de produção comunista seria, portanto, resultado do alastramento (do avanço espacial) pelo mundo de experiências concretas e exitosas de tomada do poder pelas forças populares, num processo permanente de cooperação revolucionária em nível internacional.

### Últimas considerações

Como visto, da base socioeconômica resultante da *guerra revolucionária* não pode emergir imediatamente uma superestrutura jurídica e política nitidamente definida. Parece interessante pensar que, num nível mais elevado de abstração, o Estado possui uma natureza instável, especialmente perceptível nas primeiras fases dos processos de transição, que se manifesta mais concretamente em formas de intervenção provisionais e muitas vezes improvisadas, determinadas pelas *condições objetivas* em que elas se realizam.

A natureza instável do Estado, numa transição ao socialismo, derivaria dos traços herdados da fragmentação na estrutura de classes constituída no período anterior à crise estrutural e à *guerra revolucionária* (nos casos em que esta for exigida). A esse fracionamento originário se agregariam dois outros fatores fundantes: os estratos sociais emergentes, que se formam a partir das novas formas de propriedade e de organização da produção; a pressão externa imperialista, cujas modalidades (intervenções militares, bloqueio econômico, apoio à sabotagem e à promoção de dissidências internas etc.) corroborariam para a desintegração social. A combinação desses movimentos fragmentados, motivados por interesses difusos, internos e externos, dificultaria a formação de uma nova estratificação social. Resultariam daí as condições para certa autonomia do comando estatal, mas, ao mesmo tempo, o prolongamento do período requerido para a estabilização de uma nova superestrutura política e jurídica, ou seja, para a consolidação da *ditadura do proletariado*, condição para se avançar rumo ao comunismo.

O prolongamento desse processo inicial, por anos ou décadas, pode ensejar até grandes alterações na forma, proporcionando, inclusive, algum controle maior, ou alguma melhoria na capacidade de intervenção dos governantes. Porém, as transformações de fundo pressupõem a submissão dos interesses burgueses internos e externos a um regime cada vez mais rigoroso de controle no caminho de sua eliminação e da consolidação da transição socialista. Do contrário, ocorreria o recrudescimento do regime de concessões internas e externas até a perda total do controle da vanguarda no poder sobre a *anarquia da produção*.

Ante a desestruturação produtiva e as pressões imperialistas, a vanguarda no poder normalmente se vê obrigada a abrir concessões à acumulação privada, procurando ganhar forças estruturais e construir formas alternativas de legitimação. Essa situação não deriva da vontade da vanguarda no poder pós-revolucionário, ela é fruto das condições objetivas em que se desenvolvem as relações do capital e de como elas se perpetuam por muito tempo, por estarem organizadas em nível mundial.

Dessa forma, a ditadura do proletariado só emerge com a consolidação das condições estruturais de amadurecimento das frações trabalhadoras como classe em permanente revolução. Além disso, o Estado socialista só pode ser concebido, como tal, quando reunidas as condições para um longo processo de sua autodestruição, ou de seu definhamento.



## Referências Bibliográficas

BIANCHI, Álvaro. Uma teoria marxista do político? O debate Bobbio trent'anni dopo. *Lua Nova*, São Paulo: Cedec, n. 70, p. 39-82, 2007.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. *Imperialismo: fase superior do capitalismo*. São Paulo: Global, 1979.

\_\_\_\_\_. Sobre o imposto em espécie: o significado da Nova Política Econômica e suas condições. In: BERTELLI, Antonio Roberto (Org.). *A Nova Política Econômica (NEP): capitalismo de Estado, transição e socialismo*. São Paulo: Global, 1987.

\_\_\_\_\_. *O Estado e a revolução*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

MARX, Karl. *O 18 brumário e cartas a Kugelmann*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

\_\_\_\_\_. *Contribuição à crítica da economia política*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

\_\_\_\_\_. *A guerra civil na França*. São Paulo: Boitempo, 2011a.

\_\_\_\_\_. *Crítica do Programa de Gotha*. São Paulo: Boitempo, 2012.

\_\_\_\_\_. *O Capital: crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo, 2013. 1. 1.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Mensagem da Direção Central à Liga dos Comunistas. In: MARX, K.; ENGELS, F. *Obras escolhidas*. Lisboa: Avante!, Moscou: Edições Progresso, 1982. Disponível em <<http://www.marxists.org/portugues/marx/1850/03/mensagem-liga.htm>>. Acesso em: jan. 2015.

\_\_\_\_\_. *Manifesto comunista*. São Paulo: Boitempo, 2010.

\_\_\_\_\_. *A revolução desfigurada*. São Paulo: Global Editora, 1981.

\_\_\_\_\_. *A revolução permanente*. 2. ed. São Paulo: Kairós, 1985.



## A REOCUPAÇÃO DE CASCAVEL E A CRIAÇÃO DA COOPAVEL COMO ESPAÇO DE ORGANIZAÇÃO DA CLASSE PROPRIETÁRIA E DE VIABILIZAÇÃO DAS POLÍTICAS DE ESTADO PARA O CAMPO REGIONAL

Irene Spies Adamy<sup>1</sup>

**Resumo:** Desde o início da reocupação da terra no Oeste do Paraná, a partir da metade do século XX, a agropecuária foi atividade econômica de significativa importância. Em Cascavel não foi diferente. Neste processo, a partir da década de 1970, as cooperativas têm se consolidado como espaços difusores de novas tecnologias de produção, de acesso aos insumos, ao crédito, ao armazenamento e comercialização da produção além de promover a integração da agropecuária regional nas relações capitalistas de produção. A COOPAVEL exerce papel importante também na introdução da agroindústria regional, constituindo-se como espaço de organização e atuação de uma importante fração agro empresarial no Oeste do Paraná. A cooperativa, neste sentido, organiza, direciona e permite realizar o modelo de produção agroindustrial, voltado para o mercado nacional e internacional. O vínculo com a terra e o domínio sobre a produção agropecuária tornou possível o surgimento de uma fração de classe agrária, com forte capacidade de organização e intervenção social, econômica e política na região, haja vista a sua atuação na política institucional, na defesa de seus interesses em diferentes entidades e organizações, bem como na construção de uma cultura voltada à valorização da propriedade privada, do agronegócio e do “homem do campo” ou do “empreendedor rural”.

**Palavras-chave:** Cascavel; terra e poder; Coopavel.

A historiografia oficial<sup>2</sup> acerca do processo de colonização e de titulação da terra em Cascavel, no Oeste do Paraná, afirma que este foi um processo conturbado, marcado por conflitos e pelo uso da violência privada, onde a ação de jagunços, contratados por grileiros particulares – quando não as próprias agências ou os agentes da Ordem Pública do Estado – garantiriam a “limpeza do terreno” e o afastamento de possíveis posseiros que poderiam vir a reivindicar determinada área. Estes conflitos teriam origem na ausência do Estado e da não aplicação da lei e que estes seriam problemas do passado, visto que a regularização fundiária teria resolvido todos os impasses.

Porém, ao contrário do que se afirma nesta historiografia e também nos discursos que tentam legitimar, de modo incontestado, a propriedade privada da terra nos dias atuais, o Estado esteve direta e indiretamente presente no processo acima citado. Tanto o governo do Estado, quanto o governo federal, principalmente através do INCRA, não estiveram ausentes, mas, sim, representaram os interesses de um determinado grupo em detrimento de outros.

A titulação de propriedades foi realizada, principalmente, durante os períodos de governo de Moysés Lupion e Ney Braga. No seu primeiro mandato (1947-1951), conforme dados do Instituto de Terras Cartografia e Geociências do Paraná, o governador Moysés Lupion emitiu 9.564 títulos de propriedade no Estado. Em seu segundo mandato (1956-1961) o número foi muito maior, sendo um total de 26.084 títulos.

<sup>1</sup> Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE. Área de concentração: História, Poder e Práticas Sociais.

<sup>2</sup> Alceu Sperança tem sido apontado como o historiador oficial de Cascavel com destaque para as obras “Pequena História de Cascavel”, publicada em 1980, “Cascavel: a história”, “Cascavel – Livro Ouro: 50 Anos de História” além de publicações diversas em jornais e revistas de Cascavel.



Vale, aqui, lembrar, dos conflitos por sobreposição de títulos emitidos para uma mesma área tanto pelo governo do Estado, especialmente durante o Governo de Moysés Lupion, quanto pelo INCRA.

Nos últimos anos, a Superintendência Regional do INCRA, tem se empenhado em liquidar as pendências de titulação na região, sejam aquelas oriundas de ocupações irregulares ou ainda de áreas inseridas na faixa de fronteira, tituladas de modo irregular pelo governo do Estado, o que gerou uma série de processos de adequação documental e também de desapropriação, visto que o governo do Estado, nas décadas de 1940 e 1950, expediu títulos de propriedade sobre territórios de domínio da União.

Enquanto em grande parte da região Oeste do Estado predominou a formação de pequenas e médias propriedades rurais, em Cascavel, devido ao seu modo de ocupação, as grandes propriedades constituíram-se como elemento importante para sua organização econômica e política.

Atividade de importância temporária, visto que extrativa, a exploração madeireira abriu caminho para a efetiva ocupação da terra através da produção agropecuária, sendo o trabalho realizado pelos migrantes que para cá se dirigiam, vindos do Sul do Brasil, bem como por trabalhadores trazidos de outras regiões, como Minas Gerais, por exemplo. Estes eram trazidos nos caminhões que transportavam a madeira para São Paulo.

Segundo o IPARDES em “*os vários Paranás*”, desde o início da colonização da região que atualmente integra Cascavel, especialmente após a retirada da madeira, apesar da agricultura de subsistência, houve o desenvolvimento predominante de uma agricultura voltada ao mercado. “Não se trata, portanto, de produtores rurais de subsistência e, sim, de produtores inseridos e/ou conhecedores da lógica do mercado”. (IPARDES, 2008)

A formação do município, a partir de sua emancipação de Foz do Iguaçu, foi coordenada pela classe vinculada a propriedade da terra (grandes proprietários) o que favoreceu o surgimento de lideranças políticas oriundas desta fração de classe, marcando um discurso e uma prática de “modernidade”.

A partir da década de 1970, teve início o processo de tecnificação e mecanização da produção de soja, até então cultivada apenas para complementar a ração de suínos.

Se entre 1950 e 1970 a sociedade regional é marcadamente rural com 75% de sua população vivendo no campo, desenvolvendo uma agricultura de subsistência aliada a agricultura comercial e a criação de suínos alimentados com a ração produzida pelo produtor, a partir de 1970, as inovações técnicas introduzidas na agricultura brasileira são rapidamente absorvidas pelos produtores na região Oeste.

Dados publicados pelo IPARDES demonstram que após a retirada da madeira, o cultivo agrícola (cereais) tornou-se a atividade de maior expressão na economia regional, acompanhada pela pecuária.

A partir das décadas de 1960 e de 1970, houve alterações significativas no uso da terra, através da reorganização do modelo agrícola no país, o que influenciou a agropecuária desenvolvida no Oeste do Paraná. Iniciava-se a “modernização da produção no campo”.

Papel fundamental nesse processo de transferência tecnológica coube às cooperativas que mediarão esta relação com os proprietários rurais. “A soja atende às condições impostas na dinâmica da economia brasileira: Produzir para exportar”. (IPARDES, 2008)

A importância das cooperativas criadas neste processo de modernização da agricultura está na viabilização do acesso ao crédito rural por parte dos produtores diretos. Também por partir delas a assessoria e orientação técnica sobre a produção em larga escala, através da “Extensão Rural”. Deste modo, elas constituíram-se em importantes espaços de direção na implantação de um novo modelo para a agricultura bem como de implantação das políticas do Estado brasileiro.





Na região Oeste do Paraná podemos perceber que o cooperativismo rural é, hoje, a forma predominante de gerenciamento empresarial da produção agrícola. As cooperativas LAR, Coamo, Copacol, Copagrill, CVale, Primato, Coopavel e Frimesa/Sudecoop, entre outras, atuando na região, dão o direcionamento para a produção agropecuária e agroindustrial, tanto nos ramos de produção de grãos (principalmente de soja, trigo e milho), quanto na criação e abate de animais (principalmente de suínos, frangos, gado de corte e peixes, além da produção de leite e seus derivados) destinados ao mercado interno e exportados para vários países do mundo.

O cooperativismo teve origem em 1844 em Manchester onde buscava-se um “modelo alternativo” a produção capitalista, expandindo –se pelo mundo organizado em empresas coletivas e de gestão democrática, defendendo a supremacia do interesse geral sobre a vontade dos indivíduos.

Entre os pesquisadores que tem se dedicado a compreender o processo de organização e construção da representação política da classe patronal rural através do sistema cooperativo destaca-se Sonia Mendonça. Sua atenção volta-se principalmente para as entidades de classe do patronato rural com ênfase para a Organização das Cooperativas do Brasil (OCB) e a Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG).

Sonia Mendonça em “A hegemonia do agronegócio no Brasil: uma construção em disputa” afirma que outro pilar do cooperativismo era a contraposição da intervenção do Estado na economia e a defesa de que a iniciativa privada é o motor da organização social. Concepção essa que é abandonada ao longo da história.

No Brasil, o cooperativismo surge com as Caixas Cooperativas no Rio Grande do Sul, em 1889, marcado por duas vertentes fundamentais que divergiam entre si quanto a finalidade, ou seja, combater os intermediários comerciais e financeiros, ou buscar a superação das desigualdades sociais que permeavam as relações no campo através de políticas e do controle do Estado.

Entre 1930 e 1945, as divergências que marcavam o cooperativismo brasileiro se davam entre o “cooperativismo livre” e o “cooperativismo sindicalista”, vertente essa derrotada em 1938.

Segundo Mendonça, em 1944, através do Decreto 6.277/1944, o cooperativismo passa a receber a atenção do Ministério da Agricultura que desenvolveu políticas públicas para sua valorização e expansão atribuindo as cooperativas a condição de “entidade apta a adotar qualquer atividade com fins econômicos e sociais” (MENDONÇA, 2011).

Apesar desta conquista no espaço restrito do Estado, as cooperativas ainda não contavam com uma entidade que as representasse politicamente.

Então em 1966 foram criadas a Associação Brasileira das Cooperativas (ABCOOP) e a UNASCO, que foram unificadas no final do governo Médici, quando as cooperativas começam a se destacar como “importantes polos de produção agropecuária” e passa a ser de fundamental importância a existência de “porta vozes legítimos” para dialogar com o governo. (MENDONÇA, 2011)

Essa organização de classe por parte das cooperativas é indicativo de que a partir das décadas de 1960-70 houve alterações significativas no uso da terra através da reorganização do modelo agrícola no país. Isto influenciou significativamente a agricultura desenvolvida no Oeste do Paraná onde o cultivo da terra tornou-se a atividade de maior expressão na economia regional, acompanhada pela pecuária.

Neste contexto começava a ser consolidado no Brasil um novo modelo para a agricultura, o agronegócio. Assim, a partir de disputas internas entre as entidades que até ali representavam politicamente os interesses deste setor, surge uma nova entidade, de representatividade nacional das cooperativas agropecuárias.

Sonia Mendonça em “A hegemonia do agronegócio no Brasil: uma construção em disputa” afirma que ocorreu, a partir de 1970:



a modernização da agricultura brasileira respaldada por políticas públicas lastreadas na farta distribuição de créditos e subsídios estatais destinados a capitalização do campo e que promoveu a especialização da produção agroindustrial. Especialização essa que fez surgir uma intensificação das disputas entre as inúmeras entidades patronais existentes pela definição de um porta voz único de todos os setores do agronegócio, excluindo os representantes do chamado “setor agrário” uma vez que se pretende construir uma “identidade empresarial” dos grandes proprietários (MENDONÇA, 2011).

Conforme apresenta Sonia Mendonça em seu artigo “A construção de uma nova hegemonia patronal rural: o caso da Organização das Cooperativas Brasileiras”, a OCB, “entre as décadas de 1970 e 1990, disputou a hegemonia junto às demais entidades patronais da agricultura brasileira, visando impor-se como a liderança legítima sobre todo o conjunto” (MENDONÇA, 2006).

A autora afirma que durante a década de 1980, período da chamada modernização da agricultura brasileira, as entidades patronais da agricultura vivenciaram uma “profunda crise de representatividade política”, crise esta originada no investimento de recursos estatais de modo desigual entre os diversos segmentos da produção no campo. Nesta disputa interna do patronato rural desponta uma entidade, a OCB, Organização das Cooperativas Brasileiras, criada ainda em 1960, que gradativamente passa a ocupar espaços na sociedade civil e no Estado Restrito e construindo consenso em torno de um modelo hegemônico para o campo brasileiro.

Portanto, segundo Mendonça, até a década de 1980 a representação política do setor agrário patronal era realizada em dois níveis:

no plano formal-legal, através das Federações Rurais (nos Estados) e da Confederação Nacional da Agricultura e no plano da representação real, através de agremiações especificamente organizadas em torno a grupos tais como fazendeiros do café, usineiros, pecuaristas e outros, materializados em associações civis de produtores, dentre elas a *Sociedade Nacional da Agricultura*, a *Sociedade rural Brasileira* e a *Organização das Cooperativas Brasileiras*, dentre inúmeras outras (MENDONÇA, 2011).

Em 1985, quatro entidades disputavam a hegemonia patronal, ou seja: a Sociedade Nacional de Agricultura (SNA), a Sociedade Rural Brasileira (SRB), a Organização das cooperativas do Brasil (OCB) e a Confederação Nacional da Agricultura (CNA). Devido a forte articulação política, a implantação de um novo modelo para a agricultura e o enfrentamento à União Democrática Ruralista (UDR), a OCB é vitoriosa nesse processo.

Já em 1993 foi criada a Associação Brasileira do Agronegócio - ABAG e sua criação foi o resultado da necessidade de associação de todas as atividades relacionadas ao agrário brasileiro em uma mesma entidade representativa do patronato rural.

Na ABAG predominam as grandes empresas nacionais e multinacionais do agronegócio, inclusive cooperativas, a exemplo da Cooperativa Agroindustrial de Cascavel - Coopavel.

Para Mendonça, a OCB e a ABAG expressam a recriação de uma nova noção de agricultura subordinada aos interesses do capital financeiro e das grandes empresas do agronegócio, o que aprofundou a desigualdade no campo e reforçou a concepção de moderno/produtivo e atrasado/improdutivo. (MENDONÇA, 2011)

O primeiro movimento cooperativo no Oeste do Paraná ocorreu em Palotina, no ano de 1963 com a criação da Cooperativa Agrícola Mista de Palotina, a CAMPAL. Encontrando dificuldades para a sua administração, em 1969, a ACARPA assumiu a coordenação de um projeto de reorganização da cooperativa. Um dos encaminhamentos realizados foi o incentivo a



produção e comercialização da soja. Para tanto, realizou-se em 23 de maio de 1971, a “1ª Festa da Soja<sup>3</sup>” no município.

Em 1970, foi criada em Marechal Cândido Rondon, a Cooperativa Agrícola Mista Rondon Ltda – COPAGRIL, com o objetivo de organizar a produção e facilitar o armazenamento e a comercialização dos produtos agrícolas de seus associados. No dia 23 de novembro de 2005, foi realizada a reforma do Estatuto Social, com alteração da razão social para Cooperativa Agroindustrial Copagril.

No município de Cascavel e no seu entorno, a Cooperativa Agropecuária de Cascavel quando fundada em 1970 e atual Cooperativa Agroindustrial de Cascavel - COOPAVEL exerceu e exerce papel importante, tanto na organização, expansão e viabilização da produção agropecuária voltada para o mercado, quanto na introdução da agroindústria, constituindo-se como espaço de organização e atuação de uma importante fração agrária na região, vinculada diretamente ao que hoje se denomina de agronegócio.

Os estudos que compreendem o agronegócio como projeto hegemônico no campo brasileiro, tem se ampliado nos últimos anos, bem como tem merecido atenção dos pesquisadores, o papel desempenhado pelas classes proprietárias, através das cooperativas, tanto na sua atuação regional quanto seu vínculo com entidades nacionais e estaduais de classe como a OCB e a ABAG, e no caso do Estado do Paraná a OCEPAR.

A Cooperativa Agropecuária de Cascavel Limitada – COOPAVEL - foi fundada em dezembro de 1970 com o lema: “De hoje para o futuro”.

Ao se considerar o estatuto da cooperativa, os seus 45 sócios fundadores, esperavam, através dela, realizar a defesa de seus interesses econômicos e sociais (Art. 2º - Estatuto Copavel).

As finalidades para as quais foi criada a cooperativa, prescritas no seu Estatuto, vinham de encontro com as necessidades apresentadas pela classe proprietária naquele contexto histórico, ou seja: “operar basicamente nas vendas em comum dos produtos que lhe forem entregues pelos associados e na aquisição de gêneros e artigos para o seu abastecimento”. (Art 2º - Estatuto Copavel)

Os serviços a serem oferecidos pela cooperativa aos seus associados iriam desde a aquisição, transporte e beneficiamento ou industrialização da produção e o adiantamento em dinheiro sobre o valor dos produtos recebidos. A educação cooperativista, o aprimoramento técnico-profissional e o fomento agrícola traziam como expectativa a “modernização dos meios de produção”. (Art 2º - Estatuto Copavel)

Desde a sua criação, os dirigentes da Copavel entendiam que o caminho da viabilidade econômica da agropecuária regional passava pela industrialização da produção.

Portanto, a Copavel foi criada para atender à necessidade dos produtores rurais, de armazenagem, transporte e comercialização da produção sem a interferência de “atravessadores”, de ter acesso a insumos para produção e ao crédito, além da assistência técnica que a mecanização agrícola vinha impondo à produção de grãos no Oeste e Sudoeste.

Conforme consta na ata de nº 01, de criação da cooperativa, em 15 de dezembro de 1970, a reunião de fundação da Cooperativa Agropecuária de Cascavel Limitada (COOPAVEL) foi presidida por Silvio Caldino de Carvalho Lima e secretariada por Luiz Picoli, tendo seu estatuto aprovado sem nenhuma objeção.

Entre os 42 sócios fundadores estavam 41 agricultores e uma empresa de empreendimentos agronômicos e florestais que adquiriram quotas de capital a Cr\$ 10,00 cada.

<sup>3</sup> A “festa da soja” passou por modificações e atualmente é organizada como “Expo Palotina”. Visando ampliar sua abrangência, a partir de 2017, a Associação Comercial e Empresarial de Palotina (ACIPA), em conjunto com a Sociedade Rural, a Prefeitura, a Câmara de vereadores e outras entidades do município, assumem a organização e execução do evento.



Quando criada em 1970, a sua área de atuação para efeito de admissão de associados era os municípios de Cascavel, Corbélia, Catanduvas, Céu Azul, Nova Aurora e Capitão Leônidas Marques.

Em 1972, a Copavel já contava com 144 associados. Sua sede administrativa foi instalada em um terreno de 40.000 m<sup>2</sup>, doado pela Prefeitura Municipal de Cascavel.

Conforme consta na ata de nº 01, de criação da cooperativa, em 15 de dezembro de 1970, a reunião de fundação da Cooperativa Agropecuária de Cascavel Limitada (COPAVEL) foi presidida por Silvio Caldino de Carvalho Lima e secretariada por Luiz Picoli, tendo seu estatuto aprovado sem nenhuma objeção.

Em 1980, quando a cooperativa já contava com 3.600 associados, o presidente reeleito para mais um mandato de 3 anos, na Assembleia Geral da cooperativa, defendia que a industrialização se apresentava como “o rumo da Coopavel”. Nesta assembleia foi aprovada a aquisição do Frigorífico Iguaçu – FRIGUAÇU.

Na década de 1980 a economia, de modo geral, e também a agricultura, sofreram os efeitos da crise mundial. Neste contexto se manifestou a maior crise financeira da Coopavel, com alto endividamento e dificuldades administrativas, com possibilidades de decretação de falência, impondo uma reestruturação administrativa e do processo produtivo.

Segundo matéria de capa da revista Coopavel, em sua edição comemorativa dos 45 anos, as gestões anteriores não compreendiam o processo histórico em curso e perderam a oportunidade de crescimento da cooperativa.

Neste momento a Coopavel, perdeu a oportunidade de crescimento por falta de planejamento certo para o crescimento e sustentação econômica, gerando a falta de recursos financeiros e escassez de caixa para honrar seus compromissos com os associados, bancos e fornecedores (Revista Coopavel, dezembro 2015).

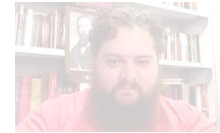
De acordo com a narrativa apresentada na revista Coopavel de fevereiro de 2016, diante da crise financeira, e pelo fato de que não houve interesse por parte de outras cooperativas em assumir a Coopavel, a alternativa adotada pelos seus cooperados foi a sua reestruturação, o que significaria um marco divisório que encerraria uma época de ingerência política e daria início a uma gestão empresarial:

As condições eram de extremas dificuldades e sem apoio de outras cooperativas, a única alternativa possível que restava era a renovação do conselho de administração e fiscal, com pessoas que tivessem espírito de associativismo, cooperação e gestão e juntamente com os produtores que acreditassem no sistema cooperativista e tivessem comprometimento com esta causa, na época eram 693, para iniciar um novo modelo de gestão, mais integrado e ágil para recuperar a Coopavel financeiramente (Revista Coopavel, fevereiro 2016).

Após a crise da cooperativa, no mesmo momento da reestruturação da agricultura brasileira impôs-se à classe proprietária um novo posicionamento. Era fundamental que não apenas a gestão da cooperativa se “profissionalizasse” como também o processo produtivo fosse ajustado às novas determinações do modelo produtivo, agora diversificado e tecnológico, produzindo para exportação. E para tanto, as classes dirigentes em muito se empenharam em difundir uma nova cultura no campo: “Tecnologia é produtividade”. Para Ibrahim Fayad, um dos ex-diretores da cooperativa, o Show Rural é o momento anual em que essa cultura se renova, se reproduz e se dissemina.

Uma coisa que vi e que tínhamos de mudar e rápido foi a atuação da cooperativa. Ela tinha de deixar de ser apenas receptora, para ser também processadora de alimentos produzidos no campo. Isso iria dar fôlego e valorizar a produção agrícola (Boletim informativo do sistema FAEP, maio de 2012).





Em dezembro de 2016, a Cooperativa Agroindustrial de Cascavel – COOPAVEL - completou 46 anos.

A COOPAVEL, hoje cooperativa agroindustrial de Cascavel, quando de sua fundação em 15 de dezembro de 1970, denominava-se Cooperativa Agro-pecuária Cascavel LTDA – COPAVEL e em 1975, quando da alteração de seu Estatuto, passou a denominar-se COOPAVEL.

Atualmente, segundo dados publicados pela cooperativa no Show Rural Coopavel, são 4.751 associados (pequenos, médios e grandes proprietários) e 5.426 funcionários que atuam nas diferentes atividades desenvolvidas pela cooperativa, sendo a empresa com o maior número de funcionários no município de Cascavel, que conta com aproximadamente 300.000 habitantes.

Seu faturamento em 2016 foi de R\$ 2.12 bilhões de reais, o maior de sua história, tendo recebido investimentos no valor de R\$ 298 milhões no triênio 2014 – 2015 e 2016 e o patrimônio da cooperativa está avaliado em R\$ 2 bilhões tendo um crescimento de 500% no seu faturamento nos últimos 15 anos.

A sede administrativa está instalada no Km 591 da BR 277, no Parque São Paulo, Cascavel, PR. “A cooperativa possui 10 agroindústrias e 26 filiais de atendimento para distribuição de insumos, recebimento de grãos e dezenas de estruturas de desenvolvimento, logística e controle interno” (Revista Coopavel, Nov/dez 2016). Estas unidades estão distribuídas em vários municípios da região Oeste e Sudoeste do Estado.

Em Cascavel estão os seus frigoríficos de aves, de bovinos e de suínos, as duas unidades produtoras de fertilizantes, o moinho, a unidade de moagem de resíduos vegetais, de produção de óleos vegetais, de produção e comércio de sementes e rações, todas localizadas no Distrito Industrial Domiciano Theobaldo Bresolin.

Anualmente a COOPAVEL realiza o Show Rural Coopavel, no bairro Centralito. O Show Rural tem sua estrutura montada em uma área de 72 hectares e em 2016 contou com 520 expositores e 235.465 visitantes.

Sua origem está na realização do “Dia de Campo”, entre os anos de 1989 e 1992, sendo destinado até essa data, exclusivamente aos associados.

Entre 1992 e 1994, o dia de campo destinava-se e atingia produtores de toda a região.

Em 1995 foi lançada a primeira edição do Show Rural Coopavel, com 5 dias de atividades, recebendo 160.000 visitantes de diversas regiões do Brasil.

A partir de 1997 o evento foi internacionalizado e passou a receber visitantes de países vizinhos e de outras regiões do mundo, ultrapassando os 200 mil visitantes, entre produtores, associados, estudantes, pesquisadores e curiosos.

A capa do jornal da Coopavel apresenta o evento como o “show de tecnologia da agropecuária brasileira. O agronegócio sob os olhos do mundo”. (COOPAVEL, 2011)

No seu Anuário, o jornal “a Gazeta do Paraná” com apoio da Prefeitura Municipal de Cascavel publicou a matéria sob o título: “Show Rural: a história, a inovação e a grandiosidade do maior evento do agronegócio brasileiro” onde coloca em destaque a tecnologia, o crédito e a produtividade, como oportunidades oferecidas no evento. “O Show rural Coopavel é uma vitrine tecnológica que facilita o acesso de produtores rurais a equipamentos e técnicas que auxiliam a produzir mais e melhor, mesmo com severas dificuldades climáticas, uma nova constante imposta pelo aquecimento global”. (Anuário CGN, 2014)

O evento, portanto, é apresentado como referência mundial onde as empresas de pesquisa, de insumos, de equipamentos e de instituições financeiras lançam novos produtos e tecnologias e serviços de crédito, além de divulgar a marca dos produtos da Coopavel.

O vínculo com a terra e o domínio sobre a produção agropecuária tornou possível o surgimento de uma fração de classe de origem agrária com forte capacidade de organização e



intervenção social, econômica (atuando em diferentes segmentos da economia) e política na região, haja vista a sua participação direta e indireta, na defesa de seus interesses em diferentes entidades e organizações, bem como na construção de uma cultura voltada à valorização do “homem do campo” ou do “empreendedor rural”.

Ocupar os espaços diretivos da Coopavel é um destes campos de ação, visto que, apesar de a grande maioria dos associados serem pequenos e médios proprietários, a sua direção esteve a cargo de grandes proprietários.

### 1- Quadro diretivo da Coopavel e sua atuação em outras entidades

Período	Diretor presidente e Diretor vice-presidente	Atividade profissional	Outras atividades desempenhadas pelo diretor presidente
15/12/1970 a 08/03/1974	Adolfo Cortese e Haroldo da Cruz	Madeireiro e agropecuarista	-
09/03/1974 a 27/03/1976	Roberto Wypych Adolfo Cortese	- Agropecuarista e contador - Colaborou na criação de 13 cooperativas nas regiões Oeste e Sudoeste do Estado, entre as quais a Coopavel, presidida por ele por três mandatos.	- Deputado Estadual (1967-1970) pela ARENA. - Autor da lei que autorizou a criação das faculdades de Educação, Agronomia, Filosofia, Ciências e Letras em Cascavel - FECIVEL (atual Unioeste) - Em 1975 presidiu a Cooperativa Cotriguaçu, de Cascavel. - Foi Senador da República pelo PMDB, em 1985 e 1986 defendendo a criação de escolas técnicas agrícolas para o Oeste do Paraná e atuou em favor de políticas de juros agrícolas favoráveis e pelo protelamento da dívida deste setor junto aos bancos. - Presidente do Rotary Club de Cascavel - Presidente da Sociedade Rural do Oeste entre 1980 e 1982. - Doou recursos para a entidade.
28/03/1976 a 11/03/1978	Roberto Wypych Milton P. Lago	-	-
12/03/1978 a 31/12/1978	Roberto Wypych Luiz Boschirolli	-	-



01/01/1979 a 22/02/1985	Luiz Boschi- rolli Olívio Barzotto	-	-
23/02/1985 a 23/01/1986	Salazar Bar- reiros Joa- quim Felipe Laginski	- Advogado e agropecu- arista	- Presidente da Coopavel na reestru- turação financeira - Prefeito de Cascavel (1989 – 1992) e (1997 – 2000) pelo Partido Pro- gressista.
24/01/1986 a 16/05/1986	Joaquim Fe- lipse Laginski	- Médico Veteri- nário e agropecu- arista	- Presidente da Associação Parana- ense de Suinocultores entre 1971 e 1973 - Diretor do Sicredi e da Cotriguaçu - - Vice-Presidente da Sociedade Rural do Oeste
17/05/1986 a 17/03/1989	Salazar Bar- reiros Ibra- him Fayad	-	-
18/03/1989 a 10/03/1992	Ibrahim Fa- yad Dilvo Grolli	-Agropecu- arista -Junto com Sala- zar Barreiros e Dilvo Grolli co- ordenou a recu- peração finan- ceira da Coop- avel após a crise - Idealizador do primeiro show rural	-Auxiliou na instalação do Bamerin- dus no interior do PR - Em 1998 foi chefe de gabinete do governador Jaime Lerner -Secretaria de Política Agrícola, do Ministério da Agricultura e do Abas- tecimento (Mapa), dos ministros Francisco Turra e Pratini de Moraes - Em 2012 o Curso de Agronomia da FAG o homenageou como referência mundial em gestão agropecuária. 2012 – ACIC - Título de Cidadão – Recebeu título de Cidadão Honorário de Cascavel e de Cidadão Benemé- rito do Paraná. -Ocupou cargo administrativo na OCEPAR
11/03/1992 a 09/03/1995	Ibrahim Fa- yad Dilvo Grolli	-	-
10/03/1995 a 15/01/1998	Dilvo Grolli e Ibrahym Faiad	- Engenheiro Agrônomo	- Secretário de planejamento do pre- feito Scanagatta em 1980 - Vice-presidente para Assuntos de Agronegócios na ACIC - Ocupou cargos administrativos na Cotriguaçu e na OCEPAR. -Diretor presidente da Coopavel eleito para o cargo desde 1995.



16/01/1998 a 2002	Dilvo Grolli Ibrahym Faiad	-	-
A partir de 2003	Dilvo Grolli e Rudinei Carlos Grigoletto	-	-

A Coopavel, através da atuação de suas lideranças e da sua importância na economia regional, tem se constituído como importante espaço de organização da classe proprietária e de organização em torno de um modelo produtivo que vem, gradativamente, ocupando uma posição hegemônica na economia regional e nacional: o agronegócio.

### Referências Bibliográficas

SPERANÇA, Alceu. *Cascavel 50 – Livro Ouro*. Cascavel: Gráfica Tuicial, 2002.

\_\_\_\_\_; *Cascavel: A História*. Curitiba: Lagarto Editores, 1992.

SPERANÇA, Alceu e SPERANÇA, Carlos. *Pequena História de Cascavel*. Cascavel: J.S. Impressora Ltda, 1980.

IPARDES. *Os vários Paranás. O Oeste Paranaense: o 3º espaço relevante*. Curitiba, 2008.

### Fontes em meio eletrônico

<http://www.itcg.pr.gov.br/arquivos/File/RelacaoGovernantesDITER2.pdf>

<http://www.incra.gov.br/incra-executa-plano-de-regularizacao-fundiaria-em-guaraniacu-pr>

<http://www.incra.gov.br/noticias/incra-entrega-titulos-e-inicia-regularizacao-fundiaria-em-faixa-de-fronteira>

### Fontes Primárias

Estatuto da Copavel. Dezembro de 1970.

Ata de nº 01 da Copavel de 15 de dezembro de 1970.

### Fontes De Imprensa

Revista Coopavel, dezembro de 2015, P.14.

Revista Coopavel, fevereiro 2016.

Boletim informativo do sistema FAEP Ano XXVI | nº 1177 - 21 a 27 de maio de 2012.

Jornal da Coopavel. Jan/fev 2011; Ed 350.

Anuário Gazeta do Paraná. 2014

### Trabalhos Acadêmicos

MENDONÇA, Sonia. *A hegemonia do agronegócio no Brasil: uma construção em disputa*. Espaço Plural. Ano XII, nº 24. 1º semestre, 2011. ISSN 1518-4196.





\_\_\_\_\_ ; *A nova hegemonia patronal agrário brasileiro: da organização das cooperativas brasileiras à Associação brasileira de agribusiness*. In: *Antítese – marxismo e cultura socialista*, nº2, maio de 2006, p. 11 – 29.

\_\_\_\_\_ ; *Mundo rural, intelectuais e organização da cultura no Brasil: o caso da Sociedade Nacional de Agricultura*. In: *Estudios rurales*, nº1, 2000.

\_\_\_\_\_ ; *Origens históricas e consolidação hegemônica*. Novos cadernos NAEA. Vol.18, nº 2, p.169 – 184. Jun/set 2015. ISSN 1516 – 6481.



## A AUTONOMIA DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES DE GOIÁS ENTRE 1978 E 1985

Isabella de Faria Bretas<sup>1</sup>

**Resumo:** O Movimento dos Trabalhadores (MT) foi uma organização baseada nas concepções leninistas que avançou na formulação a respeito da independência dos trabalhadores. Fundado no final do ano de 1978 por Augusto de Franco e Alberto Gomes de Oliveira (Bacurau), entre outros, o MT valorizava, sobretudo, o autonomismo que nega, na prática, a necessidade de intervenção organizada no Movimento. Nega a subordinação do movimento à instâncias exteriores a ele, como o Estado, partidos e outras organizações. O projeto autonomista, segundo documentos oficiais da própria organização (1983) revela a crença na possibilidade de as massas organizarem-se espontaneamente em função da transformação revolucionária da sociedade. Evidentemente, a questão da autonomia é a questão do poder. O Movimento tem autonomia na medida em que tem poder de se organizar e de se administrar por si mesmo, e é tanto menos autônomo, quanto mais recebe de instâncias externas, as normas as quais se submete. O ápice para seu surgimento se dá quando há um rompimento entre grupos de oposição sindical (ligados a CPT) e outros grupos de oposição sindical que defendiam uma maior autonomia nas lutas dos trabalhadores em relação à própria CPT (Comissão Pastoral da Terra). Também defendiam maior aprofundamento da organização de base, ao contrário daqueles que defendiam o centro da ação na tomada de diretorias de Sindicatos e da Federação.

**Palavras-chave:** Movimento; Autonomia; Trabalhadores.

### Justificativa

O Movimento dos Trabalhadores, conhecido por MT, surge a partir da tentativa de autonomia das massas, da articulação global de todas as organizações, sem a interferência direta do partido. Os membros do Movimento já não acreditavam na luta a partir de um centro organizando as ações revolucionárias.

A peculiaridade desse estudo provém dessa tentativa em busca da autonomia e de ter sido um dos movimentos que mais aglutinou forças na formação de um partido de massas no campo popular e que se concretizou no Partido dos Trabalhadores. Em um primeiro momento, o Partido dos Trabalhadores incorporou não só bandeiras populares mas as formas organizacionais dos movimentos populares no Brasil, como por exemplo a formação de núcleos por local de trabalho e moradia, representação desses mecanismos nos instrumentos de direção, etc. O PT foi possivelmente o único partido que se aproximava de uma tipologia de “partido de massa”, nos moldes das organizações socialistas cujas tentativas de implantação já haviam sido realizadas em outros países.

Os partidos políticos são instituições de extrema relevância em um sistema democrático representativo, pois são responsáveis pela organização das disputas eleitorais, estruturação dos governos e vocalização dos anseios dos cidadãos no sistema político (SARTORI, 1983). Por este e outros motivos o presente estudo viabiliza a compreensão da realidade social brasileira desde quando ela começou com a atual configuração, ou seja, a o Partido dos Trabalhadores enquanto governo brasileiro.

<sup>1</sup> Aluna de doutorado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás (UFG)



No “Quadro de Objetivos e Propostas do MT” aprovado na data de 2 de julho de 1983 é possível identificar a relação de proximidade entre o movimento e o Partido dos Trabalhadores:

PT:

- 1 – Lutar para que o PT seja um verdadeiro Partido de Luta e de Massas.
- 2 – Lutar para que o PT sirva para a organização independente dos trabalhadores.
- 3 – Lutar para garantir que o PT respeite e contribua para a AUTONOMIA das organizações dos trabalhadores.

RECOMENDAÇÃO: Recomendar aos militantes do MT que participem do PT através da Articulação PT DE LUTAS E DE MASSAS.

ESCLARECIMENTO DE POSIÇÃO: O MT, como MT, formula propostas para o PT, porém não encaminha como tendência essas propostas dentro do partido, mas sim através da Articulação, não fazendo das instâncias do MT espaços de organização da nossa intervenção no partido.

A ideia era a de consolidar as articulações horizontais dos movimentos de trabalhadores promovendo fóruns para encontro dos movimentos com organizações de vanguarda. Dentre as raízes objetivas tradicionalmente apontadas para justificar a organização de vanguarda, talvez a principal seja o caráter descontínuo da atividade política das massas. Pode-se falar, com mais propriedade, em caráter ondulatório do movimento de massas, o qual não se desenvolve linearmente, mas intercala períodos de descenso e ascenso. O objetivo era superar o intervencionismo que caracterizou a atuação dos partidos herdeiros da tradição politicista da III Internacional.

O MT era, então, uma organização política revolucionária cujo objetivo era, simultaneamente, a destruição do estado burguês e a construção das bases da nova hegemonia e do novo poder político do proletariado rumo a uma sociedade sem classes sociais e sem estado (Regimento Interno, 1980). Os integrantes do movimento deveriam formar e manter em funcionamento as organizações independentes e autônomas dos trabalhadores, cuja sigla é OIAT. Consequentemente haveria a construção de “estruturas de autonomia” no interior do movimento capazes de possibilitar as lutas não lineares.

Por meio dessas iniciativas de organizações e reivindicações populares, o MT buscava organizar os trabalhadores no sentido de disputar o poder com as classes dominantes. Na obra de Lênin a tomada do poder é objeto de uma reflexão detalhada e sistemática, sendo que o eixo central gira em torno do problema da organização da ação revolucionária e da autonomia ou ausência desta. Maciel (2004, s/n) discorre sobre o assunto:

Após a tomada do poder, a dinâmica de uma revolução cercada, envolta em contradições políticas e sociais de enorme envergadura, aliadas às tarefas do exercício cotidiano do governo revolucionário afastaram Lênin do tratamento sistemático da segunda questão [do poder proletário] mesmo tendo diante de si a experiência do poder soviético. A ausência de sistematização desta questão produziu uma lacuna fundamental na obra de Lênin e por consequência na própria trajetória intelectual do marxismo no século XX: o problema da autonomia.

O referido problema foi, possivelmente, um dos motivos pelos quais o Movimento dos Trabalhadores não conseguiu prosseguir para além do ano de 1985. O objetivo das lutas de massas sem uma centralidade política que as organizasse e/ou até governasse contribuiu para que a força dos trabalhadores não fosse suficiente na disputa pelo poder contra a classe dominante. Nos dias atuais o problema da autonomia das lutas das massas é decisivo para aqueles que se preocupam com uma ação social transformadora, ou seja, a discussão ainda é atual e relevante no contexto político brasileiro.

A questão da autonomia está diretamente associada ao poder sendo que este último é sempre relacional, no sentido de que diz respeito às relações entre dois ou mais atores sociais



e/ou grupos, nos quais o comportamento de um é afetado pelo outro. Hall (1984, p. 93-94) contribui com essa perspectiva: “Em virtude da dependência mútua, é mais ou menos imperativo para cada uma das partes que ela seja capaz de controlar ou influenciar a conduta da outra”. A definição mais comumente aceita de poder é aquela dada por Weber (1991, p. 33) de que “poder significa toda probabilidade de impor a própria vontade numa relação social contra resistências, seja qual for o fundamento desta probabilidade”. Nesse sentido o conceito de poder pode estar associado ao de identidade uma vez que esta é mutável e a todo o momento, dependendo do grupo ou situação ao qual está inserido, o ator social possui identidades múltiplas.

A historiadora Bresciani (1984) penetrou nos meandros da nova sensibilidade experimentada pelos trabalhadores que cada vez mais perderam a identidade e experienciaram as contradições do mundo moderno. As perdas acarretadas pelas relações de trabalho indiferentes às necessidades reais das massas sempre produziram mudanças significativas na realidade social seja por meio de organizações surgidas como o MT, com o objetivo da disputa pelo poder, seja no que se refere à identidade do sujeito moderno.

### Entrevistas e contextualização

Em 1964, com o golpe militar, houve a ofensiva contra todos os movimentos sociais no Brasil, um combate significativo às Ligas Camponesas no nordeste, ao movimento operário, ao movimento estudantil, à luta de Trombas e Formoso em Goiás, ao nascimento dos sindicatos sob a influência do Partido Comunista do Brasil na região de Inhumas, Itauçu, Vale do São Patrícia, etc. A ofensiva do Estado para controlar as organizações sindicais da classe trabalhadora ocorreu, drasticamente, como aponta Maciel (2004):

Na primeira frente de ação, aprofundou-se o processo de subordinação de trabalho ao capital, pela política extremamente repressiva desencadeada sobre o movimento dos trabalhadores, particularmente o movimento operário e pela contenção salarial (MACIEL, 2004, p. 38).

Devido a esses e outros fatores, em 1967, cresceu no país a reação ao regime militar, mobilizando diversos setores sociais e políticos e cujas expressões podem ser vistas em variados protestos, como por exemplo, a Passeata dos Cem Mil, entre outros. Setores radicais de esquerda começaram a atacar o governo com ações clandestinas armadas, como assaltos a bancos, sequestro de diplomatas e atentados contra autoridades e unidades militares.

Diante da crescente movimentação, principalmente, por parte dos estudantes e da classe operária, entre os anos 1968 e 1970 o próprio governo toma a iniciativa de fundar sindicatos de trabalhadores rurais e, em Goiás, isso ocorre em Catalão, Anápolis, Nova Veneza e Bela Vista. A Federação de Trabalhadores no mesmo estado é fundada e os Sindicatos de Trabalhadores rurais nesse período também foram organizados por iniciativa do governo e, na maioria das situações, em parceria com a Igreja Católica. Ambos queriam ficar livres do “fantasma do comunismo” que influenciou os movimentos camponeses.

Concomitantemente a essas ocorrências, o Estado de Goiás passava por um período de transição, as iniciativas de modo de produção capitalista no campo estavam se fortalecendo com as construções de usinas de açúcar e álcool, plantação de soja, milho, algodão, entre outras culturas de forma mecanizada. Houve uma grande transformação no modo de produção rural e consequentemente da propriedade da terra, uma vez que meeiros e pequenos proprietários passaram a ser assalariados rurais residentes nas periferias da cidade. Em relação aos centros urbanos, os movimentos sociais também passaram por um controle estatal, seja por meio da repressão ou pela cooptação. Programas como a “Aliança para o Progresso” eram, teoricamente, destinados a acelerar o desenvolvimento econômico e social, mas ao mesmo tempo visavam frear



o avanço das correntes socialistas e comunistas. O governo possuía, entre outros objetivos, o de conter as massas “revolucionárias”.

“Naquele momento, parte dos integrantes do movimento esquerdista tinha sido exilada, a outra parte estava presa nos porões da ditadura e alguma resistência de grupos armados que ainda houvesse, fazia uma autocrítica de sua política e prática” (Alberto Gomes Bacurau, entrevista concedida em 9 de julho de 2016). Entre os anos 1970 e 1975 alguns grupos e raras diretorias de sindicato, influenciados pelas reflexões críticas promovidas pelas comunidades eclesiais de base da Diocese de Goiás, iniciam uma análise da política Sindical dos Trabalhadores rurais e também da estrutura fundiária do Brasil. Este e outros acontecimentos marcaram o início de novas iniciativas nos movimentos de Trabalhadores Rurais em Goiás e, a partir de 1974, trabalhadores rurais de diversos municípios iniciam a formação de grupos de oposição sindical.

Nesse contexto nasce o Movimento dos Trabalhadores com as seguintes bases como elementos fundadores: Movimento de luta dos moradores de Ceilândia – DF, Movimento de luta do Jardim Nova Esperança (ocupação em Goiânia), Oposição Sindical dos Trabalhadores na construção civil de Goiânia, outras lutas populares na mesma cidade, diversos movimentos de trabalhadores rurais do interior de Goiás. Toda a conjuntura nacional influenciou nesses movimentos e, inclusive, no surgimento do MT e o entrevistado e ex-líder do movimento complementa:

O certo é que a ditadura militar influenciou toda a esquerda brasileira, provocando uma profunda autocrítica quanto aos seus projetos e propiciando o nascimento de novas formas de organização dos trabalhadores em todo o Brasil de Norte a Sul. No interior do campo popular se estabelecia uma consciência generalizada da necessidade de uma autocrítica pois avaliava-se o isolamento da esquerda durante a ditadura militar, mas também as antigas convenções principalmente em relação a Partido e Movimentos Sociais. Discutia-se a necessidade de lutar pela independência e autonomia dos movimentos sociais não só em relação ao Estado, mas também em relação aos partidos, e outras coisas. É inserido nesse contexto que nasce o Movimento dos Trabalhadores (Alberto Gomes Bacurau, entrevista concedida em 9 de julho de 2016)

O projeto autonomista, segundo documentos oficiais da própria organização (1983) revela a crença na possibilidade das massas organizarem-se, de maneira espontânea, em função da transformação revolucionária da sociedade. Evidentemente, a questão da autonomia é a questão do poder. O Movimento tem autonomia na medida em que tem poder de se organizar e de se administrar por si mesmo, e é tanto menos autônomo, quanto mais recebe de instâncias externas, as normais as quais se submete. Os membros do Movimento já não acreditavam na luta a partir de um centro organizando as ações revolucionárias.

O MT era, então, uma organização política revolucionária cujo objetivo era, simultaneamente, a destruição do estado burguês e a construção das bases da nova hegemonia e do novo poder político do proletariado rumo a uma sociedade sem classes sociais e sem estado (Regimento Interno, 1980). Os integrantes do movimento deveriam formar e manter em funcionamento as organizações independentes e autônomas dos trabalhadores, cuja sigla é OIAT. Consequentemente, haveria a construção de “estruturas de autonomia” no interior do movimento capazes de possibilitar as lutas não lineares.

O seu declínio ocorreu devido ao fato dos próprios integrantes descobrirem a impossibilidade de uma ação significativa sem que houvesse uma efetiva organização que centralizasse as discussões e norteasse as lutas das massas de trabalhadores. A proposta inicial do Movimento, de conquista da autonomia foi, possivelmente, o que contribuiu para que sua existência se desfizesse anos após o seu surgimento.

### **Referências Bibliográficas**





ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964 – 1984)*. 5 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1989.

ANDRADE, Daniel. Os “novos movimentos sociais” e os paradigmas das classes: é possível conciliá-los? In: *Estudos de Sociologia. Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE*. V. 13, nº 12. 2009, p. 139-151.

BRESCIANI, Maria Stela. *Metrópoles: as faces do monstro urbano (as cidades no século XIX)*. V. 5, nº 8. Revista Brasileira de História, São Paulo, 1984.

DENCKER, Ada de Freitas Maneti. *Métodos e técnicas de pesquisa em turismo*. 5 ed. São Paulo: Futura, 2001.

FRANCO, Augusto de. *Autonomia e partido revolucionário*. Goiânia: Ferramenta, 1985.

FREDERICO, Celso (Org.). *A esquerda e o movimento operário 1964/1984*. V. 1. São Paulo: Novos Rumos, 1987.

GOHN, Maria da Glória. Classes Sociais e Movimentos Sociais. In: *Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo 2: Crise Contemporânea, Questão Social e Serviço Social*. Brasília: CEAD, 1999.

GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do Cárcere*. V. 5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

\_\_\_\_\_. Antônio. *Quaderni del cárcere*. V. 3. 8 ed. Torino: Einaudi, 2004.

GREEN, James Naylon. *Apesar de vocês: oposição à ditadura brasileira nos Estados Unidos, 1964 – 1985*. Tradução S. Duarte. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

HALL, Richard. *Organizações: Estrutura e Processos*. Prentice Hall do Brasil. Rio de Janeiro, 1984.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

IOKOI, Zilda Márcia Gricoli. *Descaminhos da Modernidade: Identidade e Movimentos Sociais no Brasil*. Revista Catarinense de História, nº 3. Florianópolis: 1995.

LENIN, Vladimir Ilich Ulianov. *Que fazer?* São Paulo: Hucitec, 1986.

LOPEZ, André Porto Ancona. *Tipologia documental de partidos e associações políticas*. São Paulo: Loyola, 1999.

MACIEL, David. *Argamassa da Ordem: da ditadura militar à Nova República (1974 - 1985)*. São Paulo: Xamã, 2004.

\_\_\_\_\_; *Lênin, Partido e Revolução: Notas Curtíssimas*. Humanidades em foco. Revista Ciência, Educação e Cultura, nº 4. Out/Nov/Dez, 2004.

\_\_\_\_\_; *Melhor impossível: a nova etapa da hegemonia neoliberal sob o governo Lula*. Universidade e Sociedade, nº 46. Brasília, DF: Andes-SN, 2010, p. 120-133.



MIRZA, Christian Adel. *Movimientos sociales y sistemas políticos em América Latina*. Buenos Aires: CLACSO, 2006.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lucia. Classe Social, consciência de classe e luta de classes. In: *Estado, Classe e Movimento Social*. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

OLIVEIRA, Alberto Gomes de. *Entrevistas concedidas a autora em julho*, 2016.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Relatos orais: do “indizível ao dizível”. In: *Experimentos com história de vida*. Itália-Brasil. SIMSON, O. M. de (Org.). São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1988.

SARTORI, Giovanni. *Partidos e Sistemas Partidários*. Universidade de Brasília. Brasília, DF: UNB, 1983.

SCHERER – WARREN, Ilse. *Movimentos Sociais: um ensaio de interpretação sociológica*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1987.

SCHMIDLI, William Michael. *The Fate of Freedom Elsewhere, Human Rights and U.S. Cold War Policy toward Argentina*. Cornell University Press, Ithaca, 2013.

SILVA, Maria Ozanira Silva e. *Política habitacional brasileira: frente e verso*. São Paulo: Cortez, 1989.

STREY, Marlene Neves. *Psicologia Social Contemporânea*. Petrópolis: Vozes, 1998.

TROMPSON, Paul. *A voz do Passado História Oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TOURAINÉ, Alain. *Palavra e Sangue: Política e Sociedade na América Latina*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1989.

WEBER, Max. *Economia e Sociedade: Fundamentos da Sociologia Compreensiva*. V. 1. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1991.

WOOD, Ellen Meiksins. *Democracia contra Capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2010.



## TRABALHADORES HAITIANOS NA CIDADE DE CASCAVEL- PR (2010-2016)

Joselene Ieda dos Santos Lopes de Carvalho<sup>1</sup>

**Resumo:** O presente artigo visa discutir alguns dos embates narrados pelos trabalhadores imigrantes haitianos que vivem na cidade de Cascavel-Pr. Compreendendo que suas escolhas foram difíceis desde o momento em que optaram por sair de seu país de origem, Haiti, e encararem o árduo processo de imigração, viso neste artigo caracterizar alguns de seus anseios e experiências no processo de migração e lutas diárias no contexto da cidade de Cascavel-Pr. Mediante tais acontecimentos, quais os objetivos destes haitianos em deixar seu país de origem e vir para o Brasil? Tal questão compõe esta pesquisa que visa investigar as experiências no processo de suas trajetórias. A escolha pela cidade de Cascavel caracteriza-se entre demais fatores pela intensa presença de haitianos (segundo fontes da Polícia Federal cerca de quatro mil haitianos vivem hoje em Cascavel), portanto, aspectos narrados em entrevistas como o desemprego ou a execução de trabalhos precários são cotidianos nas experiências de vida destes trabalhadores pesquisados. Deste modo, a utilização de fontes como as narrativas orais e informações de jornais são imprescindíveis para a problematização do objetivo principal desta pesquisa que é compreender as relações de trabalho presentes nas demais esferas da vida social destes trabalhadores haitianos.

**Palavras-chave:** Trabalhadores; Imigração; Cascavel-PR.

### Introdução

Na manchete intitulada “Após suspeita de ebola, haitianos enfrentam preconceito em Cascavel” publicada no dia 14 de outubro de 2014 no site do G1, diversas hipóteses tornaram-se evidências ao destacar aquilo que já era óbvio para estes trabalhadores - faltava apenas uma oportunidade para que notícias como estas se tornassem destaque nas trajetórias destes migrantes.

Mediante tais acontecimentos, quais os objetivos destes haitianos em deixar seu país de origem e vir para o Brasil? Tal questão fez parte da construção deste artigo que visa investigar as experiências no processo de suas trajetórias.

Nas leituras realizadas sobre aqueles que estão debruçando olhares para tais trabalhadores estrangeiros, entre os principais motivos da escolha do Brasil para a migração, destaca-se o terremoto que abalou significativamente o Haiti em 2010. Em 12 de janeiro de 2012, com a Resolução CNIg no. 97/2012 foi regulamentado a concessão de visto humanitário aos haitianos o que implicou em um motivo específico da vinda ao Brasil.

### Quem são os outros?

É um árduo caminho até chegar a uma cidade brasileira, o valor da passagem que normalmente custaria mil e quinhentos dólares estadunidenses, chega a duplicar ou triplicar, pois, vários destes trabalhadores emprestam dinheiro dos raketê (agiotas) que aproveitam da situação exigindo o triplo do valor. Quais são as situações que estes trabalhadores se encontram quando

<sup>1</sup> Doutoranda em História pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste). Vinculada à Linha de Pesquisa de Trabalho e Movimentos Sociais. Sob a orientação de Rinaldo José Varussa. Email: [jooihieda@hotmail.com](mailto:jooihieda@hotmail.com).



chegam ao Brasil? O trabalho é garantido imediatamente? Conseguem em poucos meses liquidar a conta com os raketê? Jeann responde que:

Eu ainda estou aqui no Brasil, mas, só por essa semana. Se eu não arrumar trabalho eu vou voltar pro Haiti. Eu trouxe minha filha, minha esposa e só ela está trabalhando. Estou aqui há cinco anos e já tem seis meses que estou sem emprego. Eles não querem empregar haitiano e eu não sei o porque (JEANN, 2016)<sup>2</sup>.

Jeann é um rapaz de vinte e sete anos, veio para o Brasil com sua família na esperança de encontrar um trabalho que os fizesse melhorar de vida. No Haiti conta que “passava necessidade, não tinha o que dar de comer pra minha filha, isso era o verdadeiro desespero”. Se tornar imigrante não fez parte dos sonhos da vida de Jeann, mas a opção tornou-se cada dia que passava mais mencionada em sua casa quando amigos encaravam a viagem até o Brasil e se comunicavam por celular dizendo que haviam conseguido arrumar trabalho e que em vista de como sobreviviam no Haiti, por aqui estava melhor.

No entanto, na narrativa de Jeann acima consta uma dificuldade que se tornou comum ao processo de imigrantes à cidade de Cascavel – a falta de trabalho. Um dos mecanismos discutido e que está sendo construído por estes trabalhadores estrangeiros são reuniões para a formação de uma Associação, devido a necessidade de regulamentar o trabalho que exercem. Analisando a narrativa de Jeann o que se pode constatar é que não há perspectiva em permanecer no Brasil se não conseguir trabalho, pois, se sente responsável por sua família e sem trabalho, não consegue encontrar maiores perspectivas na vida no Brasil.

Jeann é um dos trabalhadores que trouxe sua esposa e filha para enfrentar o processo de migração, no entanto, a maioria dos imigrantes haitianos que residem na cidade de Cascavel deixaram suas famílias no Haiti e o trabalho não é apenas para a sobrevivência nesta cidade, mas para sustentar seus familiares que permanecem em seu país de origem.

Além de Jeann há diversos outros trabalhadores haitianos dos quais a maioria se destacam jovens trabalhadores de 21 a 30 anos que buscaram na migração a tentativa de solucionar os problemas encontrados no Haiti. Interessante notar que as mulheres que estão em Cascavel das quais pude conhecer, são poucas e grande parte das que eu conheci disseram ter vindo com seus maridos. Falam pouco sobre o processo de migração e ainda menos sobre a vida no Haiti, até mesmo na reunião de organização da Associação manifestavam sua opinião e seu voto somente após seus maridos terem se manifestado. Compreendo que somente esta problemática daria um artigo sobre o papel das mulheres no contexto de migração, porém, neste momento não é o meu objetivo, mas, considero importante destacar essas observações que realizei com o intuito de demonstrar que ao lidar com processos de migração a contribuição de outras áreas tornam-se imprescindíveis. Utilizando-me da etnografia – conceito de análise fundamental da Antropologia – consegui atribuir alguns significados que são diferentes no contexto da migração para as mulheres.

Relacionando com os dois sujeitos que escolhi para trabalhar neste artigo, caracterizo que o papel do homem nas relações familiares haitianas é o de protetor e responsável pela casa, portanto, se há decepções a respeito da migração em que o trabalhador haitiano sujeitou a trabalhadora sua esposa, sente-se envergonhado e atribui ao processo de migração um aspecto insatisfatório a tal ponto de querer voltar para o Haiti mesmo que sua esposa esteja conseguindo com seu trabalho sustentar o lar. Assim como, o caso narrado por Jeann.

Mike é outro trabalhador haitiano da cidade de Cascavel, mas, diferentemente de Jeann, veio sozinho e trabalha de segunda à sábado na Coopavel para juntar dinheiro e enviar para sua família. Mike tem apenas vinte e dois anos e sua vinda para o Brasil significou muito para toda

<sup>2</sup> Jeann tem 27 anos, está no Brasil desde 2011 e trabalhava na linha de produção da Copavel.



sua família que é composta de oito pessoas. Seus pais juntamente com seus irmãos economizaram durante um ano para que conseguissem pagar a passagem de Mike. Portanto, sobre os ombros de Mike há uma responsabilidade gigantesca, não é somente a sua sobrevivência, mas, através de seu trabalho conseguir ajudar sua família que espera resultados positivos de sua vinda para o Brasil. O entrevistado narra na reunião de organização da Associação de trabalhadores haitianos que,

Na Coopavel eles mandam todos nós, haitianos, embora. Fazem a gente trabalhar duro e depois, obrigam a gente assinar o documento de justa-causa. É muito injusto com todos nós que temos que trabalhar. O que vamos fazer se não tivermos mais trabalho? Eu tive muita dificuldade de encontrar trabalho, ia de lugar em lugar e não dava. Até que achei lá emprego. Só que meus colegas haitianos assim como eu, gente da gente, estão perdendo a fonte de sustento sem ter feito nada de errado, só trabalhado muito! (...) Por isso a gente tem que mudar isso tudo, a gente tem que conversar e construir essa associação (MIKE, 2016, p. 2).

Assim como Mike, há diversos outros trabalhadores haitianos que estão na cidade de Cascavel desde 2011 e que numa tentativa de encontrar trabalho se organizaram e se dividiram em regiões: leste, oeste, norte e sul. Deste modo, um casal de haitianos fica responsável por cada região, facilitando assim a comunicação entre os vários grupos e com o objetivo principal de que todos os imigrantes haitianos em Cascavel consigam encontrar trabalho na região em que estão divididos sem ocupar a região do outro. As situações narradas por Mike revelam que não é somente dificultoso o processo de migração, mas a chegada até Cascavel não é garantia de que conseguirão conquistar aquilo que vieram almejando desde o Haiti – um trabalho capaz de sustentar a família.

Em embates vivenciados como o que Mike narra, podemos citar a própria experiência de identidade que estes imigrantes compartilham. Interessante notar que não se trata apenas de imigrantes, mas sim, de imigrantes negros e isso tem uma implicância significativa no cotidiano destes trabalhadores.

No mês de maio de 2016 um trabalhador haitiano da cidade de Foz do Iguaçu se encaminhava até o ponto de ônibus para ir até Cascavel visitar sua família e foi espancado por um grupo de pessoas que enquanto o batiam expressavam discursos de ódio, tais como as descritas abaixo e gestos ofensivos. Conforme notícia abaixo

Às 5h25 da manhã, Getho caminhava até o ponto de moto taxi. Seu plano era chegar à rodoviária para tomar o ônibus da 6h da manhã, com destino a Cascavel, onde passaria o final de semana com seu filho de oito meses. O grupo de agressores estava sentado numa mesa de bar, na Avenida Brasil, no centro da cidade. - Macaco, você só está aqui por causa da Dilma, mas agora você vai ter que voltar - foram as palavras dos agressores. Getho não reagiu e apesar do pouco domínio da língua portuguesa, tentou iniciar um diálogo com o grupo. A reação deles foi chama-lo de macaco repetidas vezes e partir para a série de golpes com garrafas de cerveja. Ainda no chão, Getho continuou sofrendo agressões. Ao escapar, correu até um ponto de taxi, onde foi reconhecido por um dos taxistas. O homem prestou os primeiros socorros, chamou a polícia e Getho foi encaminhado ao Pronto Socorro da cidade (Coletivo MídiaLivre).

Este trabalhador haitiano é estudante da Unila e estava indo visitar sua família que mora em Cascavel. O que fica notório ao ler reportagens como esta é de que a Associação que pretendem organizar não é somente para não ganharem as contas, mas para conseguir aspectos legais de proteção de suas vidas. Os discursos de ódio se tornaram confundidos com liberdade de expressão. Portanto, estudar estes trabalhadores imigrantes é compreender que se trata de sujeitos que lutam arduamente pela permanência em seus trabalhos, mas também, lutam para sobreviver todos os dias na cidade de Cascavel.





No que se refere a respeito das atividades exercidas por estes trabalhadores, na reunião para a construção da Associação cada trabalhador se apresentou e disse sua profissão, entre elas só havia três diferenciações: trabalhadores da linha de produção da Copavel e da Sadia; trabalhadores da construção civil; e operadores de máquina da Mascarelo. O que já evidencia a precariedade em que vivem na cidade de Cascavel, visto que as tarefas que executam são extenuantes e exploram de modo significativo estes imigrantes.

Além de experiências em comum relacionadas ao trabalho, a própria vinda até Cascavel foi proporcionadora de viagens e situações semelhantes entre estes trabalhadores. Cotinguiba realizou uma pesquisa interessante com trabalhadores estrangeiros que permanecem em Rondônia e destacou que:

A principal rota ou percurso percorrido pela entrada no Brasil compreende o seguinte trajeto: de Porto Príncipe, capital do país, muitos fazem a rota partindo diretamente de avião até o Panamá, enquanto outros ainda saem do país de ônibus ou de avião até a República Dominicana, para a cidade de Santo Domingo e, desta cidade, seguem para uma escala no Panamá e, desta de avião até o Equador, na cidade de Quito. De Quito até Lima, capital do Peru, de ônibus e de Lima até o Brasil, mais uma vez de ônibus. Devido a vários fatores, o período dessa viagem, segundo relatos dos nossos entrevistados, dura de uma semana a até quatro meses (COTINGUIBA, 2014, p. 34).

Desde a decisão em sair do Haiti para se deslocar até o Brasil, estes trabalhadores já sabem que será um caminho dificultoso. Portanto, é necessário compreender quais são os anseios e circunstâncias que os movem, Jeann e Mike constatam os mesmos fins, enfrentaram o processo de migração para melhorar a condição financeira de suas famílias. “As migrações são, na sua essência, a consequência de situações extremadas nas quais o indivíduo só tem como escapatória partir para um destino desconhecido” (ANDREANI, 2000, p. 17).

É necessário compreender que pensar a questão da migração haitiana para o Brasil implica em refletir sobre um processo que além de complexo envolve inúmeras perspectivas como a política internacional, os projetos de vida destes trabalhadores dos quais deixam suas famílias no Haiti e partem com a esperança de enviar dinheiro para mantê-los durante os meses ou anos que aqui permanecem; o lugar que o Haiti ocupa na História, a trajetória de um povo que desde os primórdios viveu em intensa luta devido as injustiças sociais; entre demais contextos que são analisados com o intuito de compreender o que fez da migração suas escolhas.

No ano de 2014 houve um surto nacional referente aos trabalhadores estrangeiros pela suspeita de que um destes trabalhadores possuía o vírus Ebola que tanto aparecia na mídia como derivado dos países africanos. Nas filas do mercado, nas esquinas, na Universidade, nas escolas, diversos foram os comentários pejorativos referentes a estes trabalhadores. Pensamentos que já existiam tornaram-se proclamados e estes trabalhadores migrantes chegaram a ser xingados e maltratados em ruas públicas, como o caso acontecido em Santa Catarina, do qual um trabalhador foi chamado de macaco.

Nosso passado foi construído com a África e é inegável as dívidas que possuímos com tal continente até hoje. Porém, mesmo sendo evidenciado atualmente o modo de escravidão que nos apropriamos dos africanos, os brasileiros julgam como positiva somente uma migração europeia de modo que a vinda dos haitianos tenha provocado diversas situações de xenofobia, legitimando assim, a estigmatização dos trabalhadores haitianos.

Portanto, quando Jeann diz que

A vida aqui em Cascavel está muito difícil também. Estou pensando em voltar pro Haiti porque lá tenho minha família, aqui os outros acham que a gente é ladrão. A gente trabalha, trabalha e ganha as contas sem poder falar nada. *No Haiti a gente ainda é gente* (2016, p. 3 - grifo meu).



Trechos como este destacado acima evidenciam a condição precária de sobrevivência destes trabalhadores imigrantes haitianos. As dificuldades expostas por Jeann não são referentes apenas sobre as péssimas condições de trabalho ou sobre a falta de perspectiva em conseguir trabalho, mas, está relacionado com a escassez do que é básico para sobreviver como moradia, saúde, tranquilidade em sair na rua e não ser agredido como tantos casos que a mídia tem anunciado de intolerância com imigrantes haitianos. Se levarmos em consideração a frase em negrito em destaque na narrativa de Jeann é possível de constatar que a primeira dificuldade que estes trabalhadores encaram é a luta em demonstrar que são gente.

Nos trabalhos de Assis, Campos, Cotinguiba e Handerson, a temática relacionada ao trabalho não é a principal, mas, estes autores consideraram que o trabalho preponderante destes migrantes é nos setores de produção industrial e de pedreiros nas construções civis. Porém, tais autores centralizaram suas pesquisas nas experiências das trajetórias de vinda até o Brasil, destacando assim, situações vivenciadas neste processo. A temática de trabalho aparece como secundária, no entanto, compreendo como um dos principais motivos da vinda de tais migrantes, conforme já pontuado nas entrevistas utilizadas.

Essa pesquisa surge do real interesse de compreendê-los como sujeitos históricos atuantes desde o momento em que mediante suas experiências em seu país de origem, decidem vir para o Brasil. Nos últimos meses através de comentários, manifestações públicas, o que tem ficado notório é que há uma “onda” fascista assombrando grande parte da população brasileira. Discursos que caracterizam a intolerância e a dificuldade em lidar com aquilo que é diferente tem se destacado como motivo cabível para atos de violência. Além de ofensas morais, atos físicos de violência tornaram-se comuns na vida dos trabalhadores haitianos.

Jeann narra que um dos principais problemas encontrados por ele e os demais trabalhadores imigrantes é o espaço que ocupam na cidade. Alguns vivem sobre a caridade de igrejas, que dispõe de um lugar para ficarem, mas, que exige que trabalhem para ter o seu sustento. Não há uma casa do migrante como há em Brasileia, porém, mesmo em cidades que existem esses locais de acolhimento, já estão escassos pelo alto índice de migrantes.

Há uma estimativa de que 10% da população do Haiti imigrou desde 2011, segundo o livro “Migrações e trabalho” elaborado pelo Ministério Público do Trabalho. Consta nesta obra que “no início de 2014, os números da migração haitiana para o Brasil indicavam um total de, aproximadamente, 32000 imigrantes” (PRADO; COELHO; 2015, p.31). Estas informações são importantes, pois, auxiliam a reafirmar o título deste artigo que destaca o estudo de 2010 à 2015, considerando que houve um aumento significativo da migração haitiana para o Brasil.

Em pesquisas como a de Assis, “A “diáspora” Haitiana rumo ao Brasil e os desafios à política migratória brasileira: migrantes indesejados?”, o Brasil foi tido como um caminho para a migração graças a ajuda humanitária de 2010 depois do terremoto que devastou o país. Para o autor, até então o Brasil não era tido como uma área bem quista pelos migrantes. Estabelecendo assim, um marco que iniciou o processo intensificado da migração haitiana para o Brasil.

Além de Assis, Campos em sua obra “Dois séculos de imigração no Brasil: a construção da imagem e o papel social dos estrangeiros pela imprensa entre 1808 e 2015” discute a intensidade da migração também após o terremoto de 2010. Os autores que li e que discutem o tema da migração haitiana são consensuais ao afirmarem que o marco da migração foi o terremoto de 2010. No entanto, falta historicizar os motivos que estes trabalhadores detalham sobre suas vindas. Nas conversas prévias que tive com estes trabalhadores, ao perguntarem seus motivos, me narravam que era porque um amigo, um conhecido ou até mesmo um familiar já havia vindo para o Brasil e que aqui era um bom país para se viver. O terremoto não é mencionado nas narrativas que realizei, portanto, durante as entrevistas analisei as informações dos trabalhadores que tive a oportunidade de conversar, visando discutir quais foram os seus motivos, seus anseios e suas lutas neste processo de migração que não termina apenas quando chegam ao Brasil.



A História é processual, é necessário compreender que não há uma situação da vida destas pessoas de modo isolado, pois, mesmo sem a certeza de que conseguiriam trabalho, moradia, entre demais condições básicas, houve algo superior há tais medos que fez com que essas pessoas deixassem seus familiares e partissem rumo à um país que contém em sua História um passado de escravidão africana.

A gente veio com o propósito de melhorar a vida, não tinha vida no Haiti. A gente passava fome e via nossos próprios filhos passarem fome também. Quando a gente decidiu vim é porque um outro primo nosso já tinha vindo e tinha arrumado emprego né? Ele veio quando vinha menos gente do Haiti, foi em 2010. Aí a gente chegou aqui e acho que porque veio muito haitiano o povo assustou (risos) começaram a achar que a gente quer roubar o país deles e não é isso. Eu amo o Haiti, eu quero voltar pra lá um dia, só que eu preciso ter dinheiro pra viver. Não posso voltar pior do que vim né? (PAULIN, 2016, p. 5).

Trajatórias narradas como do trabalhador acima identifica que a concepção de que são vistos pejorativamente já é encarada como um fato cotidiano por estes trabalhadores. Embora Cotinguiba realize entrevistas com trabalhadores haitianos, privilegiou aqueles que vivem em Rondônia, destacando as trajetórias da viagem. Mas, identifica que “neste caso, o trabalho é, a seu tempo, o dinamizador do processo migratório e, ao mesmo tempo, aquilo que cessa esse processo” (COTINGUIBA, 2014, p.53). O trabalho é uma das problemáticas que move estes trabalhadores. E o processo de migração só pode ser compreendido se compreendermos o local que o trabalho ocupa na vida destes sujeitos. E a narrativa acima evidencia esse fator.

No livro elaborado pelo Ministério Público do Trabalho, intitulado “Migrações e trabalho”, consta “nesse contexto, os imigrantes, ainda que sem serem vistos com antipatia, naturalmente incomodam, de algum modo, a quem está perto”, o que evidencio neste artigo através das narrativas já realizadas, afirma a frase destacada no livro acima. Outro aspecto discutido neste livro é que a migração de trabalhadores de países europeus não causa o mesmo espanto que a migração de países africanos. O Brasil recebe migrantes desde o século XIX, porém, essa visão negativa sobre a migração é revestida de modo preconceituoso quando se trata dos haitianos.

Embora os trabalhos lidos para a construção deste artigo não dizem respeito a cidade de Cascavel, considero a necessidade do estudo desta cidade, pois, conforme mencionado há uma estimativa segundo a secretaria de Direitos Humanos de Cascavel de 4.000 mil haitianos na cidade. Suas histórias, suas memórias, contribuirão para a historiografia que se preocupa em discutir as relações no mundo do trabalho. “A gente é gente também né? Ou será que não?”, diz Jeann ao convencer os demais companheiros haitianos a organizarem uma associação para reivindicar melhores condições nos trabalhos que executam, em especial nas indústrias. São narrativas como a de Jeann que destacam a importância que estes sujeitos comuns possuem para a História que se faz no dia-a-dia. A tentativa da criação da Associação deve ser compreendida como a procura por um mecanismo de luta que seja eficiente em trata-los como “gente”, como destacou Jeann.

Não é uma decisão fácil seguir rumo à um país em que não terá certeza de como serão as oportunidades. Mas como narrou Paulin a vida é tão precária no Haiti que a necessidade de procurar algo que tenha expectativa de ser melhor já é o suficiente para que se torne objetivado por estes trabalhadores. Segundo Telemaque “São pelo menos três meses de peregrinação pela América antes de chegar pela fronteira do Norte. (...) No Haiti, muitos deles são aliciados por coiotes que prometem uma vida próspera em terras brasileiras, especialmente no polo de Manaus” (TELEMAQUE, 2012, p.55). Portanto, tais trabalhadores necessitam de planejamento até encararem a migração como saída. E a viagem que são expostos compreende em um período que necessita de estudos, pois, é o momento de escolhas- para onde ir? Aonde encontrarão



trabalho? Conseguirão um lar? Comida? E em alguns casos há ainda mais preocupações, pois, trazem a família junto.

Em 2015 havia um suspeito de Ebola na cidade de Cascavel e os comentários pejorativos foram repletos da intenção de que estes trabalhadores fossem expulsos e voltassem para o Haiti. Mediante notícias dos jornais da região o preconceito já aparece inclusive de modo à negação de trabalho para os haitianos, conforme abaixo:

Maristela Becker Miranda, gerente da Agência do Trabalhador em Cascavel, confirma que está encontrando dificuldades para encaminhar os haitianos para o mercado de trabalho e diz estar preocupada com a situação. Algumas empresas são claras e dizem que não querem a mão de obra haitiana, às vezes a agência insiste, mas poucas vagas aparecem. Até a construção civil que empregou muitos haitianos hoje se recusa a receber os trabalhadores. “Eu estou bastante apreensiva de uns tempos para cá essa rejeição aumentou”, diz (CGN, 12 de junho de 2015)<sup>3</sup>.

Além das entrevistas, considero que os jornais da região são construtores de opinião pública que visa interesses burgueses no que diz respeito a vinda dos haitianos para Cascavel. Não somente os jornais impressos, mas, como na cidade de Cascavel há uma sede da RPC TV avalio como de extrema importância relacionar as informações noticiadas com a realidade vivenciada por estes trabalhadores. Não somente como contraponto, mas, para compreender como tais situações divulgadas influenciam em suas vidas e em muitos casos, dificultam a vida destes trabalhadores em Cascavel.

O trecho acima destaca a constatação feita pela responsável da Agência de trabalho da cidade de Cascavel de que há dificuldades reais das empresas contratarem os haitianos. Mediante tal informação o que está sendo feito? Infelizmente por parte dos órgãos municipais, nada. A Associação surgiu como interesse justamente por este propósito, tais trabalhadores perceberam que mesmo trabalhando arduamente como trabalham, os empregadores viam motivos para dar as contas, o que os deixavam em desespero não somente em ganhar as contas, mas em produzir cada vez mais justamente para que não fossem despedidos.

## Conclusão

Portanto, é necessário compreender que não há uma “ordem natural” dos fatos. Há uma sociedade em que tem demonstrado cada dia mais aspectos difundidos de ódio, interessante notar que normalmente esses atos violentos são difundidos por uma classe dominante que busca com tais atitudes ampliar a supremacia sobre aqueles que são minoria.

Neste artigo, escolhi trabalhar com os trabalhadores haitianos da cidade de Cascavel, mas poderia ter escolhido trabalhar com a questão indígena que envolve o Oeste do Paraná ou até mesmo o Mato Grosso do Sul dos quais dezenas de indígenas são mortos ou tiram suas próprias vidas pelo modo como são vistos e tratados na sociedade atualmente. Poderia ter escolhido discutir a luta LGBT e as dificuldades encontradas por essas pessoas em poder andar nas ruas sem medo de que sejam ofendidos, agredidos ou até mortos. Poderia ter discutido a luta das mulheres pelo fim da cultura do estupro, pelo fim dos comentários machistas e das piadinhas preconceituosas. Enfim, poderia listar uma série de minorias que merecem destaque nas discussões historiográficas, mas, o que gostaria de evidenciar é que independente da escolha da identidade do grupo, independente das lutas que são diferenciadas, o propósito é o de que tenham o direito de lutar por suas vidas independentes da cor da pele que possuam, da opção sexual, do gênero ou da classe social. E a História deve ser contribuinte à luta dessas pessoas.

<sup>3</sup> Disponível em <http://cgn.uol.com.br/noticia/139725/500-haitianos-estao-desempregados-em-cascavel>.





## Entrevistas

Entrevista realizada com Jeann na cidade de Cascavel-Pr no dia 01 de Maio de 2016.

Entrevista realizada com Paulin na cidade de Cascavel-Pr no dia 01 de Maio de 2016.

Entrevista realizada com Mike na cidade de Cascavel-Pr no dia 01 de Maio de 2016.

## Referências Bibliográficas

ASSIS, Gláucia de Oliveira. *A “diáspora” Haitiana rumo ao Brasil e os desafios à política migratória brasileira: migrantes indesejados?*. Santa Catarina: UDESC, 2012.

CAMPOS, Gustavo Barreto de. *Dois séculos de imigração no Brasil: a construção da imagem e o papel social dos estrangeiros pela imprensa entre 1808 e 2015*. Tese de Doutorado em Comunicação Social. Rio de Janeiro: UFRJ, 2015.

COTINGUIBA, Geraldo Castro. *Imigração haitiana para o Brasil: a relação entre trabalho e processo migratórios*. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-graduação em História e Estudos Culturais da Universidade Federal de Rondônia- UNIR: Porto Velho, 2014.

CHESNEAUX, Jean. *Devemos fazer tabula rasa do passado?* São Paulo: Ática, 1995.

CRUZ, Heloísa de Faria. *São Paulo em papel e tinta: periodismo e vida urbana 1890-1915*. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2013.

ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo, SP: Global, 1988.

FENELON, Déa e KHOURY, Yara (org). *Muitas memórias, outras histórias*. São Paulo: Olho d'água, 2005.

HANDERSON, Joseph. Diáspora. Sentidos sociais e mobilidades haitianas. In: *Horizontes antropológicos*. Porto Alegre, ano 21, n.43, p.51-78, jan./jun., 2015.

HOBBSBAWM, Eric. *Sobre história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos. In: *Tempo*. Rio de Janeiro, vol.1, n°2, 1996, p. 59-72.

PRADO, Erlan José P., COELHO, Renata (org.). *Migrações e trabalho*. Brasília: Ministério Público do Trabalho, 2015.

TÉLÉMAQUE, Jenny. *Imigração haitiana na mídia brasileira: entre e representações*. Trabalho de Conclusão de Curso em Comunicação Social. Rio de Janeiro: UFRJ, 2012.

THOMPSON, Edward P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1998.





TRUZZI, Oswaldo. Redes em processos migratórios. In: *Tempo Social- Revista de Sociologia da USP*. São Paulo: USP, junho de 2008.

VERAN, Jean-François; NOAL, Débora da Silva; FAINSTAT, Tyler. Nem refugiados, nem migrantes: a chegada dos Haitianos à cidade de Tabatinga (Amazonas). In: *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol.57, n° 4, 2014, pp.1007-1041.



## ROUSSEAU E HOBBS NO CONTEXTO DOS DIREITOS HUMANOS

Juliana Elis dos Santos Hoffmann<sup>1</sup>

Marli Renate von Borstel Roesler<sup>2</sup>

**Resumo:** Enquanto mecanismo adotado para controlar os desejos ilimitados, ao qual todos são iguais na condição de buscar a realização dos interesses pessoais, da guerra de todos contra todos - do estado de natureza, o contrato social passa a estabelecer leis, criadas pelos próprios homens, estabelecendo um poder soberano, o Estado, para que pudessem essas leis serem efetivadas e aperfeiçoadas. Em Estado de Sociedade então o povo passa a transferir o poder ao Estado, de forma a garantir segurança, proteção e estabilidade – com poder absoluto para efetivá-los, sendo adotados a partir do século XVIII nos projetos de sociedade, na caracterização da tradição contratualista, pactuando a existência coletiva. Nesse viés, do contrato social, pretendemos com este trabalho explanar sobre o conceito de dignidade humana, adotado internacionalmente em 1948, após amostras de perversidades acometidas na Segunda Guerra Mundial, trazendo-nos a lembrança daquilo que Hobbes e Rousseau nos trazem como estado de natureza. Para tanto, traremos as noções individuais dos pensadores Hobbes e Rousseau sobre o estado de natureza e a constituição do Estado, relacionando as temáticas ao conceito de dignidade humana. Este trabalho tem como objetivo apresentar as concepções de estado de natureza até estabelecer o pacto para a consolidação do Estado, relacionando os pressupostos ao conceito de Direitos Humanos e a garantia de liberdades às minorias de nossa sociedade. Para tanto, se faz necessário explanar sobre os temas, regatando-os para os dias atuais.

**Palavras-chave:** Hobbes; Rousseau; Direitos Humanos.

### O Leviatã de Hobbes

Com base na leitura de Hobbes (2012), traremos algumas observações sobre o estado de natureza até a instituição do Leviatã. O consenso dos homens está atrelado ao estado de natureza. De acordo com Hobbes, no estado de natureza não há justiça, não há propriedade, não há ofício produtivo. Há o estado de medo, onde todo o momento um pode fazer mal para o outro. Não há parâmetros comuns de justiça ou injustiça ou saber o que o outro vai fazer. Mas também, há a esperança de uma situação melhor.

Refere que as pessoas não são boas por natureza, desta forma, no estado de natureza as pessoas seriam competidoras, sendo análogo ao estado de guerra. Estando os homens constantemente em tensão e, diante do medo sobretudo da morte violenta, do descontrole, chega o momento o qual o homem passa abdicar de sua liberdade, dando poder ao Estado, que chama de Leviatã.

Dessa forma, quanto mais se enfraquece o soberano, mais próximo do estado de guerra vamos estar. Hobbes cita que qualquer coisa é melhor que o estado de natureza. O estado de

<sup>1</sup> Mestranda do Programa de Pós Graduação em Serviço Social, Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE. Pesquisadora do Grupo de Estudo e Pesquisa em Políticas Ambientais e Sustentabilidade – GEPPAS/UNIOESTE/CNPq, julianaeshoffmann@hotmail.com, (45) 99919-1241.

<sup>2</sup> Professora Associada do Curso de Graduação em Serviço Social e dos Programas de Mestrado em Serviço Social, Desenvolvimento Rural Sustentável e de Ciências Ambientais da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE. Doutora em Serviço Social pela PUC/SP, Pós-Doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento pela UFPR. Pesquisadora/Líder do Grupo de Estudo e Pesquisa em Políticas Ambientais e Sustentabilidade – GEPPAS/CNPq. E-mail: marliroesler@hotmail.com, (45) 999721937.



natureza é uma hipótese teórica e plausível quando enfraquecer o leviatã. Ocorre a guerra civil, condição que a nossa natureza humana tende a se afastar.

Havendo os homens criado racionalmente o Estado, este teria que ter força o suficiente para reduzir esses conflitos. Através da abdicação de suas liberdades do estado de natureza, transferindo-a para o controle e poder do Estado, para que se torne tão poderoso que passe a regular e defender os interesses coletivos.

Após o pacto, cria-se o Leviatã e somente a posteriori, decide-se o tipo de governo (aristocracia, monarquia ou republica) pretende ser adotado. Pela decisão ser fruto do voto da maioria (forma democrática), não poderia haver retorno ou questionamentos, ao menos que houvesse renúncia.

As leis que regem são as leis naturais, não são direitos instituídos, são leis dadas pela razão humana, sendo uma dessas leis: buscar a paz. Sendo assim, o Estado seria um produto da razão humana, não uma obra de Deus ou obra da natureza humana - como diria Aristóteles. Seria produto da razão, uma vez que são iguais: iguais na cobiça, na inveja. Igualdade e liberdade são dados iguais. Fazer tudo que for necessário para preservar a vida. Ser social é uma condição vantajosa para o homem, não acontece por conduta natural, mas por razão. Se existe hierarquia, é artificial. As relações se estabelecem por meio do utilitarismo, o homem faz o que é útil para ele.

Hobbes é defensor de um estado soberano. Ideia de liberdade enquanto ausência de restrição. Lei é igual a negação da liberdade e os conceitos de ética e moral se referem com o que os homens farão com sua liberdade. Nesta relação, o autor refere que as paixões fazem com que os homens desobedeçam às leis de natureza. Sem elas, não haveria o estado de natureza, assim como não necessitaria ser subordinado ao poder superior. O Leviatã então servirá para controlar as paixões humanas, não as razões. Para ser humana, precisa ter razão e paixão. A maturidade traz a razão. A sociedade também tem suas paixões, por isso precisa ser tutelada pelo Estado.

Logo, se o Leviatã controla paixões, o Estado que eles postulam deve ser racional. Deve ter a burocracia (a máquina) para ter racionalidade e impede o uso de paixões individuais nas decisões públicas.

## O Contrato Social de Rosseau

No “O Contrato Social”, Rosseau (1995) olhava com pessimismo o processo civilizatório, que relacionava com o processo de degeneração. Refere que nesse processo, o homem deixa de ser livre, se tornando assim fraco, incapaz de sobreviver sem as comodidades da civilização.

O homem nasce livre, mas é controlado pelo Estado. No entanto, este Estado só seria legítimo se fosse fruto de convenções feitas pelos homens. Desta forma, nos contratos feitos pelos ricos para submeter os pobres, esse tipo de Estado seria ilegítimo. Como exemplo, a escravidão, através do domínio pela força não é algo de direito. Ou seja, os homens inventam a autoridade. Enquanto não reconhece como autoridade, é mantido pela força. A autoridade só é praticada (sem força) quando a sociedade aceita. Se não é aceita, não é legítimo. Nem tudo que é lei, é legítimo. Política é a arte de fazer o novo à partir da realidade.

Fica evidente o lado utópico de Rousseau, da vontade de fazer o novo, o ideal, mas com base em elementos da realidade, não há legitimidade pela força.

Ceder à escravidão é abrir mão da liberdade, perde a qualidade de homem do estado de natureza. A escravidão nunca foi aceita pelos escravos. Se mantém pela repressão. No momento que acabar a repressão, acaba a escravidão. Dessa forma, não é legítimo. Locke (2011) já dizia que o Estado de natureza pertence ao homem, a sua força lhe pertence, dessa forma, o que é construído com sua força de trabalho, lhe pertence.

Para Rousseau, no momento que faz o pacto, o contrato, os homens estão fazendo uma associação. O pacto social é uma associação onde a força de todos que se associam será usada



para a manutenção de bens e propriedades. Todo, criado pela associação é chamado de corpo político, que é igual a Estado ou Soberano. Estado quando passivo e Soberano quando ativo.

O cidadão é chamado de cidadão quando é ativo. Quando é passivo, é chamado de súdito. Desta forma, num local onde a população é cidadã, ela tem um Estado, pois seria a união da força de todos.

O corpo político se expressa pela vontade geral do que é comum. A deliberação pública parte da vontade de cada um. Isso faz com que haja dificuldade de se identificar com a vontade geral, eliminando a vontade das minorias.

Nesta relação, existe um limite do que pode ou não pode ser deliberado pela vontade geral, não podendo convencionar sobre coisas privadas e da intimidade. Dessa forma, o autor defende que o Estado deve ser laico, uma vez que o pacto serve para evitar que um oprima o outro, referindo que ser livre é obedecer às leis que você mesmo faz.

### Conceito de dignidade humana

Foi durante o período do renascimento que despertou a reflexão com relação o sentido da vida humana, aflorando a noção de dignidade humana. Júnior (2002) refere que o conceito de Direitos Humanos começa a ser utilizado no pós Segunda Guerra Mundial, momento em destacado pelo desrespeito à vida, pelas milhões de mortes nos campos de batalha, por consequência da fome e miserabilidade que gerou, das crueldades cometidas pelo nazismo e o fascismo nos campos de concentração; pelos Estado americano ter acometido com duas bombas atômicas o Japão, matando e devastando uma nação, como também pela guerra fria.

A partir desses fatos históricos, surgiram diversas organizações internacionais que objetivavam promover a defesa dos direitos humanos e estimular a cooperação internacional. Dentre estas, destaca-se a Organização das Nações Unidas- ONU/1945, sendo reconhecida como a principal representante dos Movimentos dos Direitos Humanos internacionalmente, constituída por governos da maioria dos países do mundo, cujo objetivo principal seria a pactuação e efetivação de mecanismos que garantam a segurança internacional, desenvolvimento econômico, pactos de leis internacionais, respeito aos direitos humanos e o progresso social. Como fruto deste empenho, em 1948 foi redigida e adotada a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), que objetivam proteger grupos e indivíduos de ação e omissão dos Estados em atos contra a dignidade humana.

De acordo com a definição de Ricardo Castilho (2011), a dignidade humana

Está fundada no conjunto de direitos inerentes à personalidade da pessoa (liberdade e igualdade) e também no conjunto de direitos estabelecidos para a coletividade (sociais, econômicos e culturais). Por isso mesmo, a dignidade da pessoa não admite discriminação, seja de nascimento, sexo, idade, opiniões ou crenças, classe social e outras. (p.137)

Desta forma, de acordo com Carolina de Mattos Ricardo apud PIOVESAN; IKAWA (2008),

A dignidade humana só é garantida, portanto, se todos os direitos, civis, políticos, econômicos, sociais e culturais forem garantidos conjuntamente. A discussão sobre a importância relativa entre direitos, como a prevalência de direitos civis e políticos sobre os sociais, por exemplo, perdeu a razão de ser diante dessa nova concepção. Para que todo o ser humano se efetive com tal e por completo, é necessário que lhes sejam garantidos todos esses direitos, que são indivisíveis, interdependentes e universais. (p. 40)

A partir de 1993 entra em pauta a noção do direito ao desenvolvimento, enquanto um direito humano, garantindo aos indivíduos a liberdade de participação e desfrute dos cursos



econômicos, sociais, culturais e políticos – possibilitando a ascensão do sujeito enquanto participante ativo. De acordo com Sen apud Piovesan; Fachin (2012), “a visão de liberdade aqui adotada envolve tanto os processos que permitem a liberdade de ações e decisões como as oportunidades reais que as pessoas têm dadas as suas circunstâncias pessoais e sociais”.

Esse processo de construção contribui para que o conceito de dignidade humana seja inerente e inalienável à pessoa humana. O indivíduo, estando ele assumido enquanto centro da questão, relativiza o papel do Estado impondo-os enquanto sujeitos individuais e coletivos.

### Os direitos humanos em Hobbes e Rousseau

De acordo com o Ricardo Castilho (2011), a Declaração Universal dos Direitos Humanos tornou o conceito contemporâneo de liberdade como aquele referente à livre escolha, de praticar ou realizar alguma coisa, similar a lógica atribuída ao direito natural de Hobbes e Rousseau. No estado de natureza, o homem não teria qualquer limitação, o qual Hobbes defende que este momento seria um eterno conflito.

[...] E dado que a condição do homem é uma condição de guerra de todos contra todos, sendo neste caso cada um governado pela sua própria razão, e nada havendo de que possa lançar mão que não lhe ajude na preservação da sua vida contra os seus inimigos, segue-se que numa tal condição todo homem tem direito a todas as coisas, até mesmo aos corpos uns dos outros. Portanto, enquanto perdurar este direito natural de cada homem a todas as coisas, não poderá haver para nenhum homem a segurança de viver todo o tempo que geralmente a natureza permite aos homens vive. (Hobbes apud CASTILHO, 2011, p. 111)

De acordo com o pensador, o direito natural seria não haver limites na satisfação das suas vontades, alimentadas pelas paixões individuais, sem a existência de parâmetros morais ou valores como forma de qualificar suas atitudes. Sendo assim, a paz somente poderia ser constituída através do estabelecimento do Estado, através de um pacto entre os homens. Somente assim poderia permitir a existência de uma sociedade civil. Definindo “conferir toda a sua força e poder a um homem, ou a uma assembleia de homens, que possa reduzir todas as suas vontades, por pluralidade de votos, a uma só vontade” (HOBBES, p.139).

Conforme citado anteriormente, racionalmente idealizado, a abdicação de suas liberdades, torna o Estado forte o suficiente para regular a paixões, reduzir conflitos e assim defender os interesses coletivos. Estabelecem-se hierarquias artificiais e relações através do utilitarismo. No entanto, nessa lógica dos interesses coletivos, geralmente estão relacionados às vontades da grande maioria, sendo assim, mantendo uma minoria às margens.

Nesse contexto, a noção moderna de Direitos Humanos traz a ideia que a sociedade é capaz de garantir justiça – por meio de leis e do Estado, de luta contra a desigualdade, vitimização, exclusão, exploração. Ou seja, de uma construção histórica que busca condições efetivas de dignidade humana.

Dessa forma, o Estado enquanto regulador de interesses coletivos tem-se reinventado. Através de convenções entre os Estados, as minorias estão tendo visibilidade, ultrapassando a vontade da maioria. Como Hobbes afirmava, se a coletividade humana foi criada artificialmente, por vontade humana, ela também pode ser modelada. Contudo, o princípio do pluralismo perpassa a vontade da maioria, havendo a necessidade de ser efetivado através da ação estatal, intervindo de forma a legitimar o direito às liberdades de grupos de minorias da sociedade, controlando as paixões da maioria.

Ainda, conforme fatos ocorridos em ditaduras, apesar do poder e, conforme Rousseau, além de ilegítimo devido ao uso da força para permanecer no poder, pouco se percebe de condutas com racionalidade, mais muito de paixões - de interesses de pequenos grupos. Se nos concentrarmos apenas absolutismo das decisões, foram os períodos de mais desrespeito aos





direitos humanos, menos se executou aquilo que seria o objetivo primordial na consagração do Estado: a inibição dos elementos que aproximam o homem do Estado de natureza e a busca da paz.

### Considerações finais

Os Direitos Humanos tornaram-se pauta de diálogo diante de fatos históricos caracterizados pelo desrespeito contra a vida, nas quais possibilitam fazer analogia com o estado de natureza expressa pelos contratualistas Hobbes e Rousseau.

Os fatos históricos possibilitaram reinventar conceitos sociais firmemente consolidados, permitindo inserir novas concepções, reconhecendo a heterogeneidade social, garantindo a ascensão das minorias no campo do direito.

Dessa forma, faz-se necessário observar a dignidade humana enquanto princípio constitucional que deve ser garantido por todos, podendo assim limitar o poder Estatal e resguardá-lo, juntamente com a cidadania, de forma a atingir a igualdade entre os indivíduos e garantir em nossa realidade brasileira, o Estado Democrático de Direito.

### Referências Bibliográficas

CASTILHO, Ricardo. *Direitos Humanos*. São Paulo: Saraiva, 2011. Disponível em: [http://unesav.com.br/ckfinder/userfiles/files/%5BD\\_\\_Constitucional%5D\\_Direitos\\_Humanos\\_-\\_Sinopses\\_Jur%C3-dicas\\_Vol\\_\\_30\\_\(2011\)\\_-\\_Ricardo\\_Castilho%5B1%5D.pdf](http://unesav.com.br/ckfinder/userfiles/files/%5BD__Constitucional%5D_Direitos_Humanos_-_Sinopses_Jur%C3-dicas_Vol__30_(2011)_-_Ricardo_Castilho%5B1%5D.pdf). Acesso em: 10 ago 2017.

CRUZ, Alvaro Ricardo de Souza. *O direito à diferença*. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2009.

HOBBS, Thomas. *Leviatã*. Tradução Rosina D'Angina. São Paulo: Martin Claret, 2012.

JUNIOR, Jayme Benvenuto Lima. *Manual de Direitos Humanos Internacionais: acesso aos sistemas global e regional de proteção dos direitos humanos*. 2002. Disponível em: [https://www.gajop.org.br/arquivos/publicacoes/Manual\\_de\\_Direitos\\_Acesso aos\\_Sistemas\\_global\\_e\\_Regional.pdf](https://www.gajop.org.br/arquivos/publicacoes/Manual_de_Direitos_Acesso aos_Sistemas_global_e_Regional.pdf). Acesso em 04 jul 2017.

LOCKE, JOHN. *Segundo tratado sobre o Governo*. Tradução Alex Marins. São Paulo-SP: Martin Claret, 2011.

RICARDO, Carolina de Mattos. *Reflexões Kantianas na construção histórica dos Direitos Humanos*. In PIOVESAN, Flavia; IKAWA, Daniela. *Direitos Humanos, fundamento, proteção e implementação*. vII. Curitiba, Juruá, 2008.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *O contrato Social e outros escritos*. São Paulo: Cultrix. 14 ed, 1995.

SANTANA, Andriel; SANTORO, Bernardo. *Direitos humanos: história, fundamentos e críticas*. Publicado em 10 de setembro de 2014. Disponível em: <http://www.libertarianismo.org/index.php/artigos/direitos-humanos-historia-fundamentos-criticas/>. Acesso 30 de outubro de 2016.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como Liberdade*. São Paulo: Paz e terra, 1999. In: PIOVESA, Flavia; FACHIN, Melina Girardi. *Importância, sentido e alcance do direito humano ao desenvolvimento na conjuntura social contemporânea*. In *Direitos humanos na ordem contemporânea*. v. 5. Curitiba, Juruá, 2012.



## ENSAIO DA RESISTÊNCIA: JORNAL O COMBATE, A VOZ SOLITÁRIA<sup>1</sup>

Layse Pereira Soares do Nascimento<sup>2</sup>

**Resumo:** Este artigo tem o objetivo de discutir a trajetória do jornal londrinense *O Combate*, a voz solitária que se ergueu contra a ditadura de 1964. A primeira edição do jornal tablóide, *O Combate*, circulou em fins de 1949, em Londrina, com a manchete: “*Baderneiros da COMAP pintam o diabo na zona do meretrício*”. O diretor do jornal, Marinósio Trigueiros Filho, foi avisado por integrantes do exército e da Comap – Comissão de Abastecimento de Preços, de que o impresso não deveria circular mais. Essa seria a tônica do jornal durante seus tumultuados anos de vida. Marcado pela impetuosidade ficou caracterizado como um jornal de opinião, que utilizava linguagem agressiva para se referir aos seus adversários. O slogan, “Um jornal que só aparece na hora da Justiça” era uma forma de justificar a falta de periodicidade, conforme explicou seu fundador. Muitos amigos jornalistas colaboravam com o diretor que, ao mesmo tempo, era responsável pela redação e programação do jornal. Logo o slogan é substituído, no alto da página: “Ombro a ombro com o povo”. No golpe de 1964 se posicionou contra os militares, reclamou do aumento dos seus salários, promoveu o concurso do Dedo Duro, tal o número de delatores que surgiram para tirar vantagem do terror instaurado pelo regime. Antes mesmo da ditadura, a polícia era um alvo constante, denúncias de abusos iam logo parar nas páginas do jornal. Foram analisadas as edições do jornal *O Combate*, de dezembro de 1962, janeiro e março de 1963, 1964 e 1965, embasadas pela revisão bibliográfica que prioriza em suas discussões o papel da imprensa alternativa, enquanto voz dissonante e contra-hegemônica.

**Palavras-chave:** O Combate; Imprensa Alternativa; Tablóide.

### Introdução

O golpe militar de 1964 contou com o apoio de amplos setores da sociedade, como imprensa, igreja, OAB, empresariado, industriais, intelectuais, entre outros. Dreifuss (2008) demonstra, detalhadamente, como civis e militares articularam-se para derrubar o presidente João Goulart. “A mídia disse sim antes, durante e depois do golpe”, aponta Machado (2014, p. 88), ao destacar a atuação da mídia na preparação e legitimação do golpe. A imprensa usa seu prestígio para convencer parte da população, especialmente as classes médias, “a aderir aos propósitos das elites econômicas vinculadas aos interesses do capital internacional”. Cabia à imprensa, “desqualificar as “reformas de base” de Jango como sendo antimodernas, retrógradas, inexequíveis, demagógicas, populistas e, suprema chantagem da época, comunistas” (idem, p.11-12).

O autoritarismo foi oficialmente implantado em 1964 e, durante 21 anos, os generais não apenas demarcaram rigorosamente seu poder, como também fizeram uso da tortura e outros meios de violência para oprimir seus opositores. Unidades da polícia

<sup>1</sup> Ensaio de resistência – jornal *O Combate*, é um subtítulo do capítulo 4 da tese, A imprensa paranaense e a ditadura militar: 1964-1974. Entretanto, o presente artigo, traz uma discussão ampliada da imprensa alternativa e suas vertentes.

<sup>2</sup> Professora Doutora do Departamento de Comunicação Social da Universidade Estadual do Centro-Oeste - União, Guarapuava, Pr.



política passaram a ter como missão espionar população e perseguir aqueles indivíduos que eram suspeitos de atividades subversivas (UMBACH; CALEGARI; OURIQUE 2012, p. 56-57).

Paolo Marconi (1980) enumera alguns jornais que deixaram de circular por causa das violentas e absurdas pressões da censura: revista *Debate e Crítica*, revista *Argumento*, semanário *Polítika*, semanário *Opinião*, e mais o *Ex.Bondinho*, *Mais 1* e *Extra Realidade Brasileira*". Kucinski (1998) chama a atenção para o fato de a grande imprensa, mais do que apoiar a política econômica do regime militar, foi complacente com as violações de direitos humanos, inclusive seu direito de informar.

Paradoxalmente, foi durante a implantação do regime militar, até meados de 1969, que os jornalistas brasileiros se manifestaram de forma mais crítica e criativa e que conquistaram o maior grau de autonomia em relação aos proprietários dos jornais, e em que se deu a absorção de quadros oriundos de vários campos do conhecimento e sua convivência fraterna com os veteranos do jornalismo (UMBACH; CALEGARI; OURIQUE 2012, p. 57).

Para Marconi (1980), a imprensa alternativa veio desmistificar, provar que era possível, mesmo sem suporte econômico, competir com a grande imprensa, porque a informação passava a ser seu maior valor. O autor destaca que a imprensa alternativa usou a informação para contestar o regime, ao mesmo tempo em que mostrou aos empresários que aquele era seu papel.

Afirma Bruno Brasil:

A mídia impressa alternativa, em sua grande maioria, não tinha metas e administração fundadas em visão empresarial. Quase todos os jornalistas que se aventuravam a editar um periódico alternativo queriam apenas produzir o material jornalístico e opinativo que formava o recheio dessas publicações, em geral sem esperar um retorno financeiro (BRASIL, 2004, p. 12).

O jornal londrinense *O Combate* reúne as características dos jornais de opinião e da imprensa panfletária dos pasquins. Polêmico, não invariavelmente faz uso de linguagem agressiva para se referir aos seus adversários. Ao percorrer a trajetória do jornal e de seu diretor, evidencia-se a opção editorial pelos marginalizados, que não encontram espaço na imprensa londrinense comercial.

## A imprensa em Londrina

O primeiro jornal que circulou em Londrina foi o Paraná-Norte. O número de páginas de cada edição dependia do número de matérias que apareciam. Fundado em 9 de outubro de 1934, o Paraná-Norte era editado pelo jornalista Humberto Puiggari Coutinho. O jornalista enfrentou barreiras que pareciam intransponíveis, conforme relata Marinósio Filho (1991, p. 23), tais como “falta de dinheiro, as dificuldades da própria comunicação e transporte para a circulação”, isso sem contar o acúmulo de “funções de repórter, editor e redator”.

O Paraná-Norte mantinha vínculos financeiros com a Companhia de Terras Norte do Paraná, o que se evidenciava pelo uso de material publicado no livreto comercial da Companhia e na não abordagem de assuntos considerados negativos, como destaca Marinósio (*apud* JOFFILY, 1984, p.31): “tais como o extermínio dos “Coroados” e o desmatamento predatório que deixou as terras mais férteis do mundo corroídas pela erosão”. Em 1944 o jornal foi vendido e Coutinho fundou a Gazeta de Londrina.



Edson Maschio (2010) conta que vários jornais surgiram e desapareceram da cidade por questões econômicas ou políticas. É o caso do primeiro jornal humorístico de Londrina, *A Carapuça*, de 1949, “que serviu de embrião para gerar a “Gazeta do Norte”, vespertino que marcou presença na cidade no período de 1956-60” (MASCHIO, 2010, p. 30). Também da década de 50, o diário “Paraná-Jornal” era bastante conhecido, mas durou apenas dois anos. O periódico apoiava o antigo PSD, do grupo de Moysés Lupion. Vários jornais alternativos circulavam em Londrina neste período. “Produziram um jornalismo independente, sem disfarces ou artifícios”.

Em novembro de 1947 circulou o primeiro número do jornal *Folha de Londrina*, um ano depois, passou a circular com duas edições semanais. Como semanário, a *Folha* chegou à tiragem de 4.500 exemplares, sendo três mil para assinantes. Se, de um lado faltava experiência no ramo da imprensa, ao fundador da *Folha*, João Milanez, por outro, sobrava visão comercial. O novo empresário “selou de imediato um casamento com os interesses políticos das classes dominantes”.

Diretor da *Folha de Londrina* por três décadas, Walmor Macarini, em entrevista à revista *Ensaio* (UEL, 1991) corrobora essa visão: “Os jornais (da imprensa alternativa) não tinham projeto para evoluir e pecavam pela intenção de denunciar os fatos e criticar exageradamente os pioneiros”. O papel conservador da *Folha*, enquanto porta-voz da elite é destacado pelo diretor:

Folha firmou-se como um jornal eminentemente conservador, qual um porta-voz autêntico das camadas que decidem o rumo dos acontecimentos coletivos: os governantes, os empresários, os industriais, os líderes religiosos e sindicais, enfim, a camada vanguardista da chamada nata intelectual.

Vários estudos apontam que os direitos das classes marginalizadas, no mínimo, eram desconsiderados pelo jornal, “omitia-se ou defendia os poderosos”, diz Maschio (2010). Houve a preocupação em criar um distanciamento entre os jornalistas da *Folha de Londrina* e os profissionais que trabalhavam na imprensa alternativa. Procurava-se destacar que “havia uma enorme diferença entre eles”, afirma o autor, vendia-se a ideia de que os jornalistas da *Folha* eram superiores, faziam um jornalismo de alto padrão e deviam evitar qualquer contato com os colegas da imprensa alternativa, nem ao menos cumprimentar na rua. Propagava-se “a visão de que os jornais alternativos eram focos de chantagistas e extorsionários, que comprometiam a credencial moral da imprensa”, entretanto, Maschio (2010, p. 32) assegura que esse comportamento era um equívoco que fraudava a verdade.

A *Folha de Londrina*, no seu início, tinha um fazer jornalístico amador, improvisado, desarticulado, sem planejamento e recursos, afirmam Filho e Neto (1991). Forjava situações em que comerciantes eram intimidados, enganados com a intenção de conseguir vender anúncios, uma vez que a compra se efetivasse seria tema da notícia, mais uma vez falsa. Apesar dos tropeços iniciais o jornal se estrutura e se firma como órgão representante da elite londrinense. Ao mesmo, tempo tratou de investir na “montagem das instalações gráficas, correndo atrás de novas máquinas, até atingir o estágio superior da tecnologia de última geração ao introduzir o sistema *off-set* na imprensa do Paraná” (MASCHIO, 2010, p. 31).

## **Imprensa Alternativa**

Os jornais que ficaram conhecidos como imprensa alternativa ou imprensa nanica, surgidos durante a ditadura militar instaurada em 1964, “tinham como traço comum a oposição intransigente ao regime militar” (KUCINSKI, 1991, p.5). O termo imprensa nanica logo passou a ser utilizado como sinônimo de imprensa alternativa inspirado no formato tablóide adotado pela maioria destes periódicos.



Enquanto a grande imprensa nacional estampava em suas páginas manchetes e notícias em apoio ao regime militar, “os jornais alternativos cobravam com veemência a restauração da democracia e do respeito aos direitos humanos e faziam a crítica do modelo econômico” (idem). O discurso alternativo, afirma Kucinski, opunha-se “por princípio ao discurso oficial”. Em seu conjunto, a imprensa alternativa representou a criação de um espaço público contra-hegemônico. Barros (2005, p. 79) avança nas reflexões sobre a palavra alternativa:

Significa algo que se contrapõe a interesses ou tendências dominantes. Corresponde também a algo que não está ligado à política dominante, a uma opção entre duas coisas reciprocamente excludentes, à única saída para uma situação difícil e, finalmente, ao desejo das gerações dos anos 60 e 70 de protagonizarem as transformações sociais que pregavam.

A autora avalia que a imprensa alternativa surge do “desejo das esquerdas de protagonizarem as transformações institucionais que propunham e a busca, por jornalistas e intelectuais, de espaços alternativos à grande imprensa” (idem). Os jornais alternativos, de forma geral, se apresentam em duas classes: os predominantemente políticos, como *Politika*, *Opinião Movimento*, *Em Tempo* e *Coojornal*, e aqueles criados por jornalistas inspirados nos movimentos de contracultura norte-americanos, e aí de destacam *Versus*, *Bondinho*, *Ex*, e *O Pasquim*. Estes últimos, concentraram-se nos grandes centros urbanos.

Esse tipo de jornalismo brasileiro do final dos anos 60 e início dos 70 recebeu influências da contracultura norte-americana e do new journalism ao abordar questões comportamentais e sociais com um “novo olhar”, aberto às transformações ocorridas no mundo em todas as instâncias. Surgem não apenas novos conteúdos abordados da forma advinda da “nova visão”, mas também no seu formato, na sua estética. Contrapunha-se aos padrões de objetividade do jornalismo tradicional americano e permitia o exercício da subjetividade e vivência das situações durante a própria reportagem (BARROS, 2005, p. 79).

Editado pelo jornalista e humorista, Millôr Fernandes, o *Pif Paf*, durou apenas oito edições. O jornal circulou logo após o golpe de 1964, inaugurando a imprensa alternativa deste período. No oitavo e último número, o jornal trouxe em sua última página a seguinte advertência:

Quem avisa, amigo é: se o governo continuar deixando que certos jornalistas falem em eleições; se o governo continuar deixando que determinados jornais façam restrições à sua política financeira; se o governo continuar deixando que alguns políticos teimem em manter suas candidaturas; se o governo continuar deixando que algumas pessoas pensem por sua própria cabeça; e sobretudo, se o governo continuar deixando que circule esta revista, com toda sua irreverência e crítica, dentre em breve estaremos caindo numa democracia (PifPaf, 1964, n° 8).

*O Pasquim* foi criado em julho de 1969 com a proposta de ser um jornal de humor, sem posição política. Em 1970 atingiu a marca de 200 mil exemplares vendidos. De novembro até fevereiro de 1971, a sátira do grito de independência de Dom Pedro I – Eu quero é mocotó!, com charge de Ziraldo, levou grande parte da equipe para a cadeia.

Zuenir Ventura (2008) conta que “O Pasquim surge como um jornal antijornal”, uma vez que assume um título depreciativo, “Não é um jornal, é um pasquim”. Pasquim significa jornal ou panfleto difamador, “chega às bancas com uma fórmula simples: humor, ironia, uma entrevista como carro chefe, bastante ilustração, textos curtos, frases de vários sentidos<sup>3</sup>”.

<sup>3</sup> Documentário: História do Jornal *O Pasquim*.





O jornal rompe com a objetividade e transforma as linguagens do jornalismo e da publicidade. *O Pasquim* passa a publicar entrevistas com escritores, artistas, cantores sem edição, tudo era incorporado ao texto, as repetições, o gaguejar, as divagações. No lugar de palavras eram inseridos asteriscos e sinais. Gírias, jargões, abreviações, falta de pontuação, engrossavam o texto. Criou os neologismos como “duca”, “sifu”, entre outros, e abriu caminho para o uso da linguagem coloquial e de palavras no jornalismo (KUCINSKI, 1998, p. 181).

Cerca de 160 jornais foram criados entre 1964 e 1980, destes, apenas 25 sobreviveram até cinco anos, a maioria não ultrapassou três edições. Explica Kucinski:

O modelo ético-político da imprensa alternativa que tinha como componente básico o repúdio ao lucro e, em alguns jornais, até mesmo o desprezo por questões de administração, organização e comercialização, era intrinsecamente debilitante. A insistência numa distribuição nacional antieconômica, a incapacidade de formar bases grandes de leitores-assinantes, certo triunfalismo em relação aos efeitos da censura, debilitavam ainda mais os jornais, fazendo deles coisas provisórias, frágeis, vulneráveis não só nos ataques de fora como às suas próprias contradições (KUCINSKY, 1998, p. 193).

Os principais jornais alternativos eram apoiados com dinheiro e matérias escritas por jornalistas que trabalhavam na imprensa convencional. A maioria procurava “montar um conselho editorial composto por personalidades de prestígio com finalidades de legitimar a linha editorial, ampliar a base de sustentação dos jornais diante das investidas da repressão e identifica-los com correntes expressivas de opinião (KUCINSKI, 1998, p. 188).

### ***O Combate***

Jornal tablóide, *O Combate*, circulou em fins de 1949, até 1965, em Londrina, norte do Paraná. Até 1963 era mensal, depois, tornou-se semanário. Em sua primeira edição estampou a manchete: “*Baderneiros da COMAP pintam o diabo na zona do meretrício*”. O diretor do jornal, Marinósio Trigueiros Filho, foi avisado por integrantes do exército e da Comap – Comissão de Abastecimento de Preços, de que o impresso não deveria circular mais.

Essa seria a tônica do jornal durante seus tumultuados anos de vida. Marcado pela impetuosidade ficou caracterizado como um jornal diferente, de opinião. O slogan, “Um jornal que só aparece na hora da Justiça” era uma forma de justificar a falta de periodicidade (TRIGUEIROS FILHO, 1991, p. 73). Muitos amigos jornalistas colaboravam com o diretor que, ao mesmo tempo, era responsável pela redação e programação do jornal. Logo o slogan é substituído, no alto da página, ao lado do cabeçalho: “Ombro a ombro com o povo”.

Marinósio Trigueiros Filho era baiano, cantor, músico, compositor e jornalista. Foi autor de marchinhas de carnaval bastante conhecidas, como *Cachaça*, composta em um bar de Salvador no início dos anos de 1940. Pouco depois foi morar em Londrina, era o ano de 1947.

Em 22 de agosto de 1929, Londrina foi oficialmente fundada, conta Marionósio Filho. Junto com o progresso, chegaram os problemas. Jardineira, charrete e trem se misturavam nas ruas ora empoeiradas, ora barrentas. Em 1940 foi inaugurado o Aéreo Clube da cidade, o “Avião virou moda”. O aeroporto era considerado o terceiro do Brasil, casas de madeira começaram a proliferar. Na época do “ouro verde”, a cidade enfrentou desordens de vários tipos, assaltos, pistoleiros, homicídios, e a instalação da primeira zona do meretrício, na rua Rio Grande do Sul. A casa era muito frequentada, figurões, fazendeiros, cafeicultores, “capitães e coronéis”. Ponto de reunião, o Bar Líder era o local onde grandes negócios do café se realizavam. Todas as classes frequentavam o estabelecimento, mas até às 16 horas, a partir daí, o movimento diminuía.



Hora de chegada dos aviões. Real, Aerovias, Vasp, procedentes de São Paulo. Nesses vôos chegavam mulheres contratadas para os cabarés da cidade. O horário ficou conhecido e comentado porque os figurões seguiam ao aeroporto para esperá-las e serem apresentados pelas cafetinas. Cada qual queria ser o primeiro amor. A disputa era grande (FILHO, 1979, p. 7).

A zona do meretrício fazia parte do contexto social de Londrina, como um cartão de visita da cidade. No auge da produção cafeeira, Londrina era conhecida como a Capital Mundial do Café, e abrigava a “maior colônia de prostitutas do interior do país” (MASCHIO, 2010, p. 12). Segundo o autor, Londrina contava com “uma constelação de bordéis de luxo”, abastecidos com “material sexual de primeira linha”, revestida pela fachada de boates:

Mulheres vistosas, traquejadas na arte de fazer amor. Chegavam aos montes, às vezes em aviões fretados pelas próprias caftinas (*sic*). Muitas vezes vendiam-se a preço de ouro, para uma clientela formada por fazendeiros abastados, novos ricos e empresários em trânsito pela cidade (MASCHIO, 2010, p. 13).

Atrações famosas passavam por lá, como o saxofonista Booker Pittman e a dançarina Luz Del Fuego, que se apresentou no auge da carreira. A zona do meretrício funcionava como uma espécie de termômetro da situação financeira: “Quando estava lotada de “habitués” logo se aferia que o dinheiro irrigava a economia, os negócios andavam bem, afastava o fantasma de crises” (MASCHIO, 2010, p.12).

Muitas histórias do cenário de Londrina, dos bastidores das delegacias, violência e crimes foram reunidas por Marinósio Filho, no livro *Dos porões da delegacia de polícia*, lançado em 1979. Nas páginas iniciais a recomendação: “desaconselhável para menores de 14 anos”. Marinósio era, acima de tudo, repórter policial. Circulava pelas delegacias, tinha intimidade com o meio policial, nem por isso deixa de denunciar abusos cometidos por policiais, delegados ou, por outro lado, colocar o jornal à disposição para auxiliar nas investigações. Este, por exemplo, é o caso do delegado Walfrido de Miranda Assay que depois de permanecer em Curitiba de 1948 a 1951, foi transferido para Londrina. Marinósio Filho diz que o delegado era cruel, mas competente. Uma denúncia publicada no jornal *O Combate*, afirmando que o delegado Miranda comercializava armas 45 dos Exércitos Nacional e Paraguai, desencadeou uma investigação e um inquérito foi instaurado. Diz um trecho da notícia:

A propalada honestidade do indivíduo, era uma farsa para enganar bebês, e um rótulo para facilitar o seu “trabalho” de exímio malandro. Miranda Assay, na realidade, ao nú, é um marginal da pior espécie, que envergonha, desmoraliza e desonra a briosa Polícia Civil do Estado, que a bem do serviço público, não pode e não deve permanecer no seu quadro (FILHO, 1979, p. 19).

Logo a seguir, com intertítulo: *Para o governo do chefe de polícia*, o jornalista afirma: “O Combate”, está à disposição dessa chefatura, para colaborar nas diligências, pois temos conhecimentos de pormenores importantíssimos, para a completa elucidação do escabroso caso, tão comentado e do domínio público” (*idem*). Inúmeras armas foram apreendidas, inclusive em poder do delegado Walfrido Miranda. O inquérito, que era sigiloso, desapareceu. “Ninguém mais deu notícia” (FILHO, 1979, p. 20).

Luiz Amaral (1978) considera que poucos assuntos se enquadram tão bem no conceito de notícias quanto o fato policial, pela simples razão deste reunir ingredientes que falam diretamente ao leitor: crime, sexo, sangue, dinheiro. O autor avalia que a atividade do repórter policial é sempre difícil, primeiro, para conseguir informação. No caso de um crime, ou uma investigação, por exemplo, a informação não é repassada ao repórter para não prejudicar as diligências em andamento. Segundo que, qualquer equívoco ou erro na divulgação da notícia,



pode causar prejuízos ao repórter. Sem contar que a autoridade policial, por vários motivos, pode se negar a passar informação para o repórter.

Quando Moysés Lupion assumiu o governo do Estado, o jornal firmou-se como um órgão de apoio ao Partido Social Democrático. Em entrevista concedida ao Jornal *Bom Domingo*<sup>4</sup>, Ano1, nº5, de setembro de 1979, o jornalista afirmou que *O Combate* recebia verba do governo de Estado. “Esta verba que o governo dá não significa comprar o jornal. É uma subvenção na acepção exata do termo e não a compra da opinião do jornal”, declarou. Quando questionado se seu jornal recebia, afirma positivamente e explica que a subvenção não implicava em escrever a favor do governo. “Não, você tem que ter opinião”.

Ana Paula Goulart Ribeiro relata que o favorecimento do governo à imprensa era norma: “No Brasil, a maior parte dos jornais possuía um equilíbrio econômico precário e, por isso, dependia de favores, subsídios, subvenções para assegurar a sua existência” (2007, p. 42).

Pelo teor das publicações o diretor e jornalista de *O Combate*, Marinósio Filho, era chamado na delegacia e orientado a não fazer determinadas publicações para evitar aborrecimentos. No golpe de 1964 se posicionou contra os militares, reclamou do aumento dos seus salários, afinal, deveriam dar exemplo. Fez o concurso do Dedo Duro, tal o número de delatores que surgiram para tirar vantagem do terror inspirado pelo regime. A polícia era um alvo constante muito antes da ditadura, denúncias de abusos iam logo parar nas páginas do jornal.

Em junho de 1963<sup>5</sup>, *O Combate* publica na manchete da primeira página o nome de três delegados de Londrina: “Delfino, Ivo e Michel”, ainda no título as informações: se o “delegado Bukowski não assumisse”, os três homens citados – “mudariam a delegacia para a zona do meretrício”. No texto de apresentação, o excesso de adjetivos procura dimensionar a gravidade do problema: “*Nunca a polícia civil de Londrina esteve tão desmoralizada quanto nos últimos tempos. São designados para servir em nossa cidade, o que há de pior na polícia civil do Estado: elementos da mais baixa estirpe, indivíduos desclassificados, verdadeiros marginais*”. Os três delegados são apresentados como “achacadores, viciados e imorais”.

A matéria com os delegados rende dores de cabeça ao jornalista. As edições foram retiradas das bancas, os vendedores foram ameaçados, caso vendessem o jornal. Marinósio Filho foi procurado pela polícia e denunciou tudo de novo na edição seguinte. Declarou o ocorrido e afirmou que se algo acontecesse a ele, seria responsabilidade de “Delfino, Ivo e Michel”, os três delegados que novamente vão parar nas páginas do jornal.

Na mesma edição, é noticiada também na capa, outra chamada envolvendo o mesmo assunto, intitulada *Silêncio Tumular*. O jornal quer saber os motivos do “silêncio” do presidente da Câmara Municipal, Sadao Masuko, que após grande campanha para mudar a zona do meretrício, calou-se. Uma foto do vereador acompanha o texto da notícia.

Embora adote um tom muitas vezes intimidador, o jornalista faz questionamentos desconcertantes aos envolvidos nas pendengas e que nenhum outro jornal ousaria fazer, não com os termos empregados por ele. Os primeiros questionamentos sobre o golpe, ainda que chamado de ‘revolução’, surgem nas páginas de *O Combate*. Na edição de junho de 1964, são várias as indagações e críticas dirigidas aos militares.

Na edição 1/7/1964, jornal publica a manchete: *Até onde senhores da Revolução?* O jornalista sai em defesa de um médico que foi para a prisão. “Foi uma prisão sumária, sem direito a defesa prévia, sem permissão a qualquer gesto de socorro, sem poder usar o que confere a constituição”. O jornalista associa a prisão do médico à prática da delação. No editorial Bicho Papão, descreve o terror que vive a sociedade, o clima de intranquilidade, pessoas sendo presas, vítimas de acusações vagas, normalmente, “subversão e improbidade”.

<sup>4</sup> Disponível para pesquisa no Centro de Documentação e Pesquisa Histórica da Universidade Estadual de Londrina.

<sup>5</sup> Idem.



O jornal instituiu o “singular concurso de ‘o combate’ comenda do dedo de ferro”. A intenção era premiar o delator, figura comum em tempos de ditadura. A *Última Hora* de Samuel Wainer também promoveu a premiação. No dia 7 de maio de 1964, o jornal publicou em primeira página a prisão de um repórter da sua equipe, em Brasília, o exílio de Samuel Wainer e, também, instituiu o dia do Dedo Duro.

O concurso “comenda do dedo de ferro” fez com que Marinósio Trigueiros Filho fosse novamente “convidado” a comparecer à delegacia. Até mesmo quando reproduzia notícias de outros jornais, registrando a fonte, era chamado para se explicar. A notícia sobre o aumento dos salários dos militares tem sua origem em outro jornal, mas o jornalista frisa que ela foi recebida como atitude antipatriótica.

Sodré (1986, p. 54) afirma que o golpe militar instituiu o “culto de Judas”. Ele explica que a delação sempre foi considerada um horror, entretanto, o golpe de abril passou a promover “o culto de Judas, e gerando um tipo que se tornou popular, o dedo-duro”. A delação chegou a ser institucionalizada. Primeiro em Recife, onde a publicação de um edital anunciava que a “Comissão Geral de Investigação Sumária do Município do Recife, estava aceitando delação “oral” ou por “escrito” dos funcionários municipais” (idem).

Essa prática diz Sodré foi não somente aceita, mas, incentivada e premiada. O autor enfatiza que a “defesa dos interesses nacionais” se tornou um crime, “passível da delação e passível de violência punitiva” (SODRÉ, 1986, p. 55).

## Considerações

O humor e a ironia presentes em *O Pasquim* – e outros nanicos, são características do novo formato de jornalismo, inaugurado com a ditadura, e que surge inspirado pelo movimento de contracultura norte-americano. Se nos textos, na apresentação das entrevistas, o jornal não segue o padrão de tratamento jornalístico, na utilização dos espaços, na diagramação segue-se a lógica dos manuais, de organização, visibilidade, valorização e priorização dos temas.

Distante destes modelos, *O Combate*, muitas vezes improvisado, desorganizado em sua apresentação (textos, fotos, legendas, manchetes) representa e ao mesmo tempo se alinha, com as definições de imprensa alternativa, que surge a partir do golpe de 1964, com a recusa de se submeter aos padrões definidos pela grande imprensa. *O Combate*, desde a sua fundação, abre suas páginas para a voz marginal e atendendo a vocação de seu diretor, adota o jornalismo policial. Circular pelas delegacias em busca de notícias, apurar maus tratos, injustiças, crimes, abusos da ditadura, fiscalizar o poder público, fizeram parte da rotina de *O Combate*.

Amaral (1979, p.95) destaca que, “O tipo de trabalho desenvolvido pela seção de polícia – contato diário com criminosos, ladrões, bicheiros, prostitutas, tôda a representação do chamado baixo mundo, visitas a distritos policiais, xadrêzes, morros, internadas – torna-a um setor considerado inferior (...). O autor também demonstra preocupação com abusos graves cometidos em nome do trabalho jornalístico, como a exposição de pessoas humildes, representantes das classes sociais menos favorecidas, ou a apresentação de um suspeito em processo de investigação, como criminoso nas manchetes.

*Autoridades apreenderam edição do “O Combate” e caçam o diretor do jornal.* A notícia foi publicada pela *Folha de Londrina* e começa dizendo que *A polícia está caçando o diretor do periódico.* O jornal teve as portas lacradas, a edição que deveria circular nos próximos dias fora apreendida, e a solicitação de prisão do jornalista deveria ocorrer em breve. Segundo o texto, o diretor já havia sido advertido por nota, por “procedimento leviano de formular denúncias que não pode provar”, contra dois jornalistas dos Diários Associados de São Paulo. O tratamento dispensado pelo jornal *Folha de Londrina* em relação à imprensa alternativa, reforça, junto à sociedade de que se trata de anarquismo e falta de seriedade e não de jornalismo. Várias pesquisas apontam esse comportamento padrão na grande imprensa durante a ditadura:





pouco ou nenhum empenho na defesa corporativa dos jornais submetidos à censura prévia, ou dos jornalistas presos e perseguidos. Kucinski (1998) afirma que este comportamento demonstra que a grande imprensa não se identifica com estes problemas.

### Referências Bibliográficas

BARROS, Patrícia Marcondes de. *A Imprensa Alternativa da Contracultura no Brasil (1968-1974): Alcances e Desafios*. UNESP – FCLAs – CEDAP, V.1, n.1, p. 78-85, 2005.

BRASIL, Bruno. *Por um mundo livre e menos “careta”*: a imprensa alternativa durante o regime militar. IN: Anais da Biblioteca Nacional, v. 124, 2004, p.7-20. Rio de Janeiro, 2007.

DREIFUSS, René Armand. *1964 – A Conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2008.

FILHO, Marinósio Trigueiros; NETO, Marinósio Trigueiros. *História da Imprensa de Londrina: do baú do jornalista*. Londrina: UEL, 1991.

FILHO, Marinósio Trigueiros. *Dos porões da delegacia de polícia*. Londrina: 1979.

KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e Revolucionários – Nos tempos da imprensa alternativa*. Editoração Digital: EccentricDuo, 1991.

\_\_\_\_\_. *A síndrome da antena parabólica, ética no jornalismo brasileiro*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.

LONGO, Isaura Maria; PEREIRA Cleide Ane Comper. *Algumas estratégias lingüísticas utilizadas em O Pasquim para driblar a censura*. Trabalho apresentado no Congresso - Intercom Nacional 2006. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2006/resumos/R1254-1.pdf>.

MARCONI, Paolo. *A censura política na imprensa brasileira: 1968-1978*. São Paulo: 1980, Global Editora.

MASCHIO, Edison. *Histórias Ocultas*. Londrina: Edição do Autor, 2010.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. *Imprensa e História no Rio de Janeiro dos anos 50*. Rio de Janeiro: E-papers, 2007.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

UMBACH, Rosani, Ketzer; CALEGARI, Lizandro Carlos; OURIQUE, João Luis Pereira. *Violência e memória na produção cultural: o autoritarismo na Alemanha e no Brasil*. Santa Maria: Editora PPGL/UFSM, 2012.

VENTURA, Zuenir. *Centro de Cultura e Memória do Jornalismo*. Entrevistadores: Carla Siqueira e Caio Barretto Briso. Data da entrevista: 24/10/2008, p. 24. Disponível em: [http://www.ccmj.org.br/sites/default/files/pdf/5/Arquivo%20para%20download\\_7.pdf](http://www.ccmj.org.br/sites/default/files/pdf/5/Arquivo%20para%20download_7.pdf)  
História do Jornal O Pasquim. Documentário. Disponível em: <http://livrespensadores.net/o-pasquim-um-jornal-feito-por-livres-pensadores/> - Acesso em 08/09/17.  
<http://memorialdademocracia.com.br/card/pif-paf-de-millor-renova-o-humor-e-a-critica>





## OS GRUPOS DOS ONZE NO PARANÁ: UMA CONTEXTUALIZAÇÃO DO GOLPE MILITAR

Luana Milani Pradela<sup>1</sup>

**Resumo:** Os Grupos dos Onze ou Comandos Nacionalistas, foram convocados publicamente por Leonel Brizola – político vinculado ao PTB (Partido Trabalhista Brasileiro – no contexto que antecede o golpe militar de 1964, com três objetivos principais, segundo o Manual de Organização dos grupos, sendo eles: 1) Defesa das conquistas democráticas; 2) Implantação imediata das reformas de base; 3) Libertação nacional da espoliação internacional. Essa convocação era feita através dos discursos calorosos de Brizola na rádio Mayrink Veiga, no extinto estado da Guanabara, pelo qual Brizola foi deputado. Organizados por todo o país, especialmente na região Sul, os grupos foram severamente reprimidos após a instauração do golpe militar, sob a justificativa de estarem atuando contra a democracia e a ordem estabelecida, de serem “revolucionários”, “comunistas”, “subversivos”. Mas quem eram esses sujeitos que se vincularam aos grupos dos onze? Quais eram seus objetivos? No Paraná, é possível verificar a atuação destes grupos a partir dos documentos produzidos e apreendidos pela DOPS/PR (Delegacia de Ordem Política e Social do Paraná). Entre eles, encontram-se cartas direcionadas à Brizola, apreendidas pela repressão, que apresentam os interesses de diferentes sujeitos em se vincular aos grupos, destacando-se a defesa das reformas e a luta por melhores condições de vida, devido às condições precárias vivenciadas por eles na época, permitindo-nos uma maior compreensão sobre a formação dos comandos nacionalistas.

**Palavras-chave:** Golpe militar; Grupos dos Onze; Leonel Brizola.

Os Grupos dos Onze ou Comandos Nacionalistas, formados em todo o Brasil sob a convocação do político petebista Leonel sofreram diversas interpretações ao longo do tempo. Desde que convocados a se formarem em 1963, geraram inquietações na sociedade, acentuadas pelo contexto de instabilidade política e econômica que o país vivia na década de 1960. No entanto, para compreender melhor a organização destes grupos, é preciso refletir sobre o processo histórico e nos debruçarmos sobre o período em questão.

A segunda metade do século XX é marcada pelo recente fim da Segunda Guerra Mundial e início da Guerra Fria, em que as potências União Soviética e Estados Unidos disputavam em um conflito de ordem política, militar, tecnológico e principalmente, ideológico, buscando por aliados nos diversos espaços do mundo e difundindo seus ideais capitalistas e socialistas. O Brasil, um dos países de interesse nessa disputa, passa a ser foco de atuação intensa dos Estados Unidos, provocando influência direta em sua estrutura, principalmente após a Revolução Cubana em janeiro de 1959 que firmou o caráter anticapitalista do país.

Os Estados Unidos, em defesa de uma política expansionista do capital monopolista, buscando a abertura ao capital estrangeiro sobre os demais países pautados nos interesses multinacionais e associados, tiveram um grande avanço no Brasil durante o governo Kubitschek, na década 50, como aponta o historiador David Maciel:

A partir de meados dos anos 50, a economia brasileira passa a desenvolver um movimento de expansão que combina abertura econômica, fortalecimento das empresas

<sup>1</sup> Mestranda no programa de Pós-graduação em História na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)



estatais e generalização das relações capitalistas, com vistas ao aprofundamento do processo de industrialização por substituição de importações e à superação dos obstáculos políticos, tecnológicos e financeiros que dificultavam seu desenvolvimento desde o final da Segunda Guerra Mundial. Este movimento desencadeia o estabelecimento de um novo padrão de acumulação capitalista dirigido pelas empresas estrangeiras situadas no departamento III da indústria (bens de consumo duráveis) que submete a economia brasileira aos ritmos de reprodução e lucratividade específicos do capital monopolista, estabelecendo uma nova dinâmica econômico-social; ao mesmo tempo em que reforça a dependência ao capital externo, colocando-a em novas bases (MACIEL, 2014, p. 65).

Porém, esse avanço sofre restrições na década de 1960. Mesmo com a eleição de Jânio Quadros, político que satisfazia as forças sócio-econômicas modernizante-conservadoras, vinculados aos interesses multinacionais associados, cujos membros tiveram grande respaldo na formação de seus Ministérios (DREIFUSS, p. 126, 1981), ele renuncia sete meses depois, abrindo espaço para a ascensão do vice-presidente João Goulart, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e herdeiro de uma política nacionalista e trabalhista varguista, considerado ameaça aos interesses dos setores multinacionais e associados.

É importante salientar que nesse processo de abertura ao capital externo, constituía-se um bloco de poder, um conjunto de “agentes sócio-políticos”, que surgia na economia e na política brasileiras, (DREIFUSS, 1981, P. 71), os quais são entendidos aqui como intelectuais orgânicos no sentido gramsciano, intrinsicamente ligados à sua classe social de origem com uma função essencial de orientá-la na busca do consenso sobre um determinado modo de vida, atuando como um “porta-voz” de sua ideologia e dos interesses de sua classe. Dessa forma, Dreifus apresenta como intelectuais orgânicos do bloco em formação:

- a) Diretores de corporações multinacionais e diretores e proprietários de interesses associados, muitos deles com qualificação profissional;
- b) Administradores de empresas privadas, técnicos e executivos estatais que faziam parte da tecnoburocracia;
- c) Oficiais militares (DREIFUSS, 1981, P. 71).

Este bloco no poder, vinculado a setores empresariais e militares, atuam no sentido de impedir a ascensão de Goulart ao governo, na tentativa de um golpe, conforme expõe Dreifuss:

Com a ascensão de João Goulart ao governo, o bloco multinacional e associado, que estava na iminência de perder sua posição econômica privilegiada, preparou-se para restringir as demandas populares e reprimir os interesses tradicionais pela imposição de meios extrapolíticos. Os interesses multinacionais e associados começaram a articular um bloco civil-militar de tendências cesaristas que, no fim, tanto subverteria a ordem política populista quanto conteria as aspirações nacional-reformistas (DREIFUSS, p. 130, 1981).

No entanto, as tentativas foram frustradas, devido a uma intensa atuação popular. Neste momento, destaca-se a Campanha da Legalidade, um dos mais intensos movimentos desencadeados, liderada pelo então governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola. Este, em seu governo, atuou no sentido de satisfazer interesses populares, com a criação de escolas, desapropriação de poderosas corporações norte-americanas (o que definitivamente, não ia ao encontro dos interesses do capital monopolista), liberdade para movimentos reivindicatórios, incentivo de movimentos de agricultores sem terra, visando a Reforma Agrária, ações que chocavam os círculos mais conservadores, que o acusavam de “patrocinar a agitação” (BANEDIRA, 1979, p. 72).

Brizola, diante da renúncia de Quadros, agiu rapidamente enquanto os Ministros da Guerra Odyllo Denys, da Aeronáutica Grum Moss, e da Marinha, Sílvio Heck, divulgavam nota



contra João Goulart assumir a presidência, acusando-o de ligações com o comunismo internacional (Idem, p. 77)

Assim, Brizola também sofria tentativas de limitar sua atuação contra o golpe em andamento, porém,

enquanto a população se armava, Brizola começou a falar pelos microfones da Rádio Guaíba, nos porões do Palácio, onde se concentravam os correspondentes estrangeiros que chegavam a Porto Alegre, via Montevideu. O Rio Grande do Sul estava inteiramente isolado do resto do País e do Mundo. Os militares golpistas haviam cortado todos os canais telefônicos do Estado, só restando uma linha de ligação com Montevideu, inaugurada pelo próprio Brizola quando Secretário de Obras Públicas. Mas a Rádio Guaíba furou o bloqueio. Entrou em cadeia com outras emissoras e o povo brasileiro pôde escutar as palavras de Brizola. O Governador fez um rápido relato à população sobre os últimos acontecimentos. Depois de revelar a ordem expedida pelo Ministério da Guerra para atacar o Palácio do Governo, inclusive bombardeá-lo, Brizola solicitou que as famílias, especialmente as crianças se afastassem do centro da cidade. Apelou para que viessem até o Palácio os que estavam dispostos a lutar. Exortou o povo para que se mobilizasse nos municípios do interior em defesa da legalidade democrática. Ao final, emocionado, Brizola enfatizou que, se os golpistas viessem, encontrariam escombros naquele Palácio, como símbolo da resistência. E despediu-se do “Rio Grande querido”: ‘Fiz uma proclamação de poucos minutos, mas com o coração na boca. Uma emoção imensa<sup>2</sup> (Idem).

Seus apelos à legalidade levaram à grandes manifestações populares e o apoio de setores do Exército, permitindo que Goulart assumisse a presidência, mesmo que com um regime parlamentarista. O fato é que a Campanha da Legalidade (1961) deu à Brizola destaque nacional e inserção entre as camadas populares, principalmente devido aos seus discursos calorosos via rádio.

No entanto, os setores multinacionais e associados não se deram por vencidos. A formação e atuação do complexo IPES/IBAD se deu na tentativa de agir contra o governo nacional-reformista de João Goulart e contra o alinhamento de forças sociais que o apoiavam em sua administração na busca de implementar uma melhor distribuição de renda, o que ameaçava os interesses empresariais. (DREIFUSS, 1981, p.181)

Vindos de diferentes “*backgrounds* ideológicos”, os membros do complexo IPES/IBAD unificavam-se a partir de suas relações econômicas multinacionais e associadas e um posicionamento anticomunista (Idem, p. 163) com um objetivo de estudar as reformas de base propostas por Goulart e a esquerda “sob um ponto de vista tecno-empresário liberal”, coordenando uma “sofisticada e multifacética campanha política, ideológica e militar”, dedicados a “manipulação de opiniões e guerra psicológica” (Idem, 1981, p. 163-164).

Através de divulgação de publicações, palestras, simpósios, conferências de personalidades famosas por meio da imprensa, debates públicos, filmes, peças teatrais, desenhos animados, entrevistas e propaganda no rádio e na televisão, publicação de livros, panfletos, periódicos, jornais, revistas e folhetos (DREIFUSS, 1981, p. 232), os intelectuais do complexo difundiam uma imagem do governo como ineficiente e vinculava Goulart e seus apoiadores ao comunismo, dentro de uma lógica que constituía o comunismo como “inimigo interno”, fortalecida por setores militares vinculados à ESG (Escola Superior de Guerra), que buscava convencer a população de que tudo o que se contrapunha ao capitalismo fazia parte do inimigo.

Mesmo com a atuação dos setores empresariais, vinculados à grande mídia, ao complexo IPES/IBAD, na busca da construção de um consenso sobre a oposição ao governo Goulart e controlar a classe trabalhadora, a ascensão de movimentos populares pela defesa da democracia e de condições melhores de vida, tornou-se inevitável.

<sup>2</sup> Entrevista de Brizola ao autor.



Brizola, constantemente vinculado ao comunismo e a formas de atuação não democráticas pelos setores opositores – particularmente devido às suas ações consideradas “radicais” enquanto governador do Rio Grande do Sul – assume a posição de deputado federal do antigo estado da Guanabara. É neste contexto que, diante do clima de tensão política, Brizola convoca a formação dos Grupos de Onze Companheiros<sup>3</sup> em 1963, a partir de pronunciamentos na Rádio Mayrink Veiga. Após dois anos de governo Goulart, Brizola

(...) julgava que o Governo Federal atuava de forma pouco definida, sem princípios muito claros, negociando e se comprometendo, sem tomar medidas adequadas de defesa, para evitar o desgaste e romper o cerco que as forças conservadoras promoviam, em aliança com os interesses estrangeiros (BANDEIRA, 1979, p. 88).

Assim, convocava os grupos de modo a pressionar a atuação de Goulart e do Congresso, bem como conscientizar a população sobre a possibilidade de golpe.

Os grupos, segundo o Manual de Organização<sup>4</sup>, denunciavam a aproximação de um “desfecho”, ao qual relacionava com um golpe e uma ditadura, e que diante deste “desfecho”, deveria-se fazer uma escolha “Ou estaremos com o povo ou com o anti-povo. Para Brizola, o “anti-povo” era uma “minoridade de brasileiros e vendilhões da Pátria, minoridade poderosa e dominante sobre a vida nacional”, vinculado ao latifúndio, a economia e a finança, a grande empresa, aos controladores da política até aos negócios internacionais, associados ao processo de exploração do povo brasileiro. (MANUAL DE ORGANIZAÇÃO DOS “GRUPOS DE ONZE COMPANHEIROS” OU “COMANDOS NACIONALISTAS”, 1963).

A intenção dos grupos, portanto, apresentada no manual, era canalizar as forças inconformadas dos milhões de brasileiros, que, segundo Brizola, estavam prontos para agir mas sofriam com a inexistência de uma organização. Os objetivos apresentados eram:

Atuação organizada em defesa das conquistas democráticas de nosso povo (luta e resistência contra qualquer tentativa de golpe, venha donde vier), pela instituição de uma democracia autêntica e nacionalista, pela imediata concretização das reformas, em especial da reforma agrária e urbana, e sagrada determinação de luta pela libertação de nossa pátria da espoliação internacional. (Idem, p. 8)

Os grupos, organizados com 11 elementos, tinha por objetivo se assemelhar com a organização de um time de futebol, para que estivessem ao alcance da “compreensão e possibilidades de nossa gente” (Idem), já que o futebol era (e é) um esporte bastante difundido no país e entre as camadas mais populares. Para tanto, o grupo deveria ter um líder (capitão da equipe) e agir conjuntamente, pois uma “equipe pouco significa se cada um de seus integrantes age por si, isoladamente” no enfrentamento do adversário organizado. (Idem, p. 7)

Assim se formaram os grupos por todo o país, pautados numa identificação com os discursos de Brizola, que “traduziam os anseios e necessidades da população para uma linguagem acessível” (RIGHI, 2015, p. 29), e por tanto, angariava inúmeros seguidores. Muitos grupos se formaram na região Sul do país, especialmente no Rio Grande do Sul, onde Brizola nasceu e construiu grande parte de sua carreira política. Mas no Paraná, para onde vieram muitos migrantes gaúchos, não foi muito diferente.

A partir dos documentos da Delegacia de Ordem Política e Social, arquivados no Acervo Público do Paraná, em Curitiba, foi possível encontrar diversos registros relacionados aos Grupos dos Onze no estado. Encontram-se entre os arquivos, relatórios, informes, ofícios expedidos

<sup>3</sup> Também denominados de “Grupos dos Onze”, “Comandos Nacionalistas”, “Grupos de Onze”, variando de acordo com a região. Optaremos pela denominação “Grupo dos Onze”, utilizada pelos arquivos da DOPS/PR.

<sup>4</sup> O Manual se encontra entre os documentos referente aos Grupos dos Onze encontrados no acervo da DOPS/PR (Delegacia de Ordem Política e Social do Paraná), localizada em Curitiba-PR.





e recebidos, radiogramas, telegramas, fichas de identificação criminal, pedidos de busca e apreensão e inquéritos, bem como documentos elaborados e apreendidos pelos grupos, como cartas, atas e listas com os nomes dos membros.

Seguindo o aconselhamento pronunciado por Brizola, os grupos se organizavam e enviavam seus nomes em uma lista de acordo com o modelo encaminhado junto ao Manual de Organização, identificando de onde eram os grupos e quem eram seus membros, bem como o “capitão” escolhido. Além do envio das listas, muitos membros enviavam cartas solicitando instruções de como agir e expondo seus objetivos.

Os indivíduos que inseriam seus nomes nas listas no Paraná estão entre os mais variados tipos. De acordo com as cartas e listas analisadas até o momento, são trabalhadores urbanos, rurais, membros de sindicatos, vinculados ao movimento sem terra, sujeitos identificados com o trabalhismo, outros que não apresentam um vínculo político institucional. Mas a maioria se aproxima em um ponto: os objetivos expressados na carta se encontram dentro das propostas apresentadas por Brizola, não buscando romper com a ordem democrática como difundiam os grandes meios de comunicação, com vínculos com os setores oposicionistas ao governo de Goulart e articulados num processo golpista, que buscavam relacionar os grupos à células comunistas ou focos de guerrilha (RIGHI, 2015, p. 28), assim como caracterizar Brizola como um representante do comunismo internacional. Afinal, a busca de um consenso sobre o golpe que se pretendia, precisava ver em Goulart, Brizola e demais apoiadores, a representação do inimigo interno, que romperia com a ordem democrática.

Como podemos observar nos trechos da carta a seguir, os objetivos dos membros dos grupos iam ao encontro das propostas brizolistas difundidas via rádio ou presentes nos manuais de organização, dentro de uma lógica democrática:

Presado companheiro, temos a honra e respeito que o faz jús. Hipotecar-nos inteira solidariedade na campanha em favor das **Reformas de Base**, da qual V. Excia. Tem baluarte de projeção nacional. **Já não podendo mais o povo brasileiro, espoliado e explorado até onde o termo alcança**, ficar surdos aos gritos de alerta de V. Excia e tantos nacionalistas autênticos, que desejam realmente o engrandecimento de nossa Pátria, quase a beira do caos.

E que, para mostrar bem claro nosso protesto, **contra os demolidores e monopolizadores dos direitos que nos confere à Democracia (...)** (ARQUIVO DOPS/PR – PT 1084-131, grifos nossos).

A carta acima é enviada da cidade de Umuarama, no noroeste paranaense. Outra carta de destaque, enviada de Cambé (Bairro Agua do Jaborandi), aponta a formação de um grupo e os objetivos pretendidos:

Escolhemos para líder e comandante o companheiro Adalberto Alves Barboza e, nesta data estamos também comunicando nossa *desisão* ao líder nacionalista Leonel de Moura Brizola de nossos objetivos: **Defeza das conquistas democráticas de nosso povo, realização imediata das Reformas de Base (principalmente a reforma Agrária) e a libertação de nossa Pátria da espoliação de nos a Pátria internacional conforme a denúncia que está na Carta-Testamento do Presidente Getúlio Vargas.**

Agua do Jaborandi, 24 de março de 1964 (Idem).

A carta reforça a defesa dos itens apresentados no Manual de Organização do grupo, organizado a partir do discurso de convocação de Brizola na Rádio Mayrink Veiga. A carta aponta, entre as reformas de base, “principalmente a Reforma Agrária”, item bastante presente nos objetivos revelados nas cartas, que os leva a refletir sobre a condição precária do trabalhador rural e a presença de grandes latifúndios no Paraná (e no Brasil) da década de 1960.





Como última evidência, trazemos uma carta de 22 de março de 1964, enviada por um grupo de Umuarama:

“Nesta data, na cidade de Umuarama, Norte do Paraná, reuniram-se os abaixo assinados, todos brasileiro, conscientes do dever patriótico **de lutarem pelas reformas de base e por todas as reformas nacionalistas que a Pátria reclama para dar ao povo um padrão mais elevado de vida, e dentro dos princípios democráticos e nacionalistas**, na luta diária pela emancipação econômica do Brasil, dando ao problema social um cunho cada *ves* mais popular, na eliminação de castas e privilégios. (...)”<sup>5</sup>

Apesar dos objetivos democráticos expressos, e de uma ação nunca ter sido efetivada com a instalação do golpe, os grupos foram intensamente reprimidos no pós-golpe. Sequestros, prisões, torturas e processos fizeram parte da vida de muitos membros dos Grupos dos Onze, enquadrados na lógica do inimigo interno, taxados de comunistas, subversivos, inimigos da democracia.

É preciso pensar também que os grupos foram convocados abertamente via rádio, bem como os nomes eram divulgados em rede nacional, o que permite questionar as possibilidades de Brizola estar organizando um grupo para atuar contra a democracia, pois seriam facilmente identificados, além de produzir inúmeras provas documentais com as listas, cartas, etc.. Autores como Tânia Tavares (2015), Bradalise e Harres (2015), apontam a possibilidade de Brizola pretender com os grupos o episódio da Campanha da Legalidade, e a presença maciça da população nas ruas em defesa da democracia.

Pouco ou nada se provou referente aos membros dos Grupos dos Onze em relação à vinculação com o comunismo ou tentativas de subverter a ordem democrática. As cartas apontam para pessoas que buscavam melhores condições de vida, e que se identificavam com elementos dos discursos de Brizola e viam neles uma possibilidade de luta. Brizola, por sua vez, foi exilado após a instauração do golpe. O que ficou foram as marcas de um processo repressor, desencadeado a partir de interesses políticos e financeiros de frações da classe dominante e setores militares.

## Referências Bibliográficas

- BANDEIRA, Moniz. *Brizola e o Trabalhismo*. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 1979.
- BRANDALISE, Carla; HARRES, Marluza Marques. “*O povo nas ruas*”: Brizola chama à organização dos Comandos Nacionalistas. A propósito da militância. *Revista Antíteses*, v.8. p. 178-2002, nov. 2015.
- DREIFUSS, René A. *1964: A conquista do Estado. Ação Política, Poder e Golpe de Classe*. 3º Ed. Vozes, Petrópolis, Rio de Janeiro, 1981.
- MACIEL, David; *Ditadura militar e capital monopolista: estruturação, dinâmica e legado*. In: *Lutas Sociais*, São Paulo, vol.18 n.32, p.64-78, jan./jun. 2014.
- RIGHI, Graziane Ortiz. *Leonel Brizola: O deputado federal da Guanabara e o Golpe civil militar (1962-1964)*

<sup>5</sup> As cartas geralmente são seguidas de listas com os nomes dos membros do grupo formado. A transcrição das cartas pela autora em questão visa manter a forma original da escrita, incluindo erros gramaticais.



TAVARES, Tânia dos Santos. *Leonel Brizola e os nacional-revolucionários: Grupo dos Onze em Duque de Caxias, Rio de Janeiro (1963 -1964)*. Anais do XXVII Simpósio Nacional de História. Florianópolis –SC, 2015.

MANUAL DE ORGANIZAÇÃO DOS GRUPOS DE ONZE COMPANHEIROS OU COMANDOS NACIONALISTAS. Arquivo da DOPS/PR, Protocolo 1084-131. Curitiba, Paraná.

### **Fontes**

Arquivo da Delegacia de Ordem Política e Social do Paraná (DOPS/PR), Acervo Público Estadual do Paraná. Curitiba-PR.



## O SENTIDO DO TRABALHO SOB O CAPITALISMO MONOPOLISTA: SHERWOOD ANDERSON NOS ESTADOS UNIDOS DO INÍCIO DO SÉCULO XX

Lucas André Berno Kölln<sup>1</sup>

**Resumo:** O limiar do século XIX e as primeiras décadas do século XX são um momento-chave no processo de consolidação do capitalismo nos Estados Unidos, pois tanto desenvolve-se um industrialismo acentuado quanto concentra-se a propriedade formando os monopólios, e, ainda, forma-se uma classe trabalhadora com traços mais bem definidos. A experiência histórica pregressa daquela sociedade havia criado um conjunto de expectativas e práticas cuja adaptação ao novo modo de produção não se mostrou fácil, uma vez que envolveu a expropriação de grandes contingentes de pequenos proprietários assim como esmoreceu pouco a pouco seus antigos modos de viver. Sherwood Anderson, por ter vivido naquele momento crepuscular de transição entre dois regimes econômicos e sociais, tornou-se um cronista privilegiado de seus desencantos. Uma das questões em que mais intensamente o descompasso de transição aparece é no seu tratamento do trabalho, do sentido que ele possuía desde fins do século XVIII até meados do XIX, e a maneira como esse sentido foi transformado no final desse mesmo século e início do seguinte. A literatura produzida por esse escritor exprime as dificuldades de compreender e de lidar com a crescente alienação causada por esse trabalho, uma vez que de um a outro regime econômico ele perdera seu potencial de garantir segurança e anseios existenciais profundos. Menos sobre a materialidade prática do trabalho e mais no seu sentido ontológico, a literatura de Sherwood Anderson permite perceber dimensões mais subjetivas do processo histórico, mas que participaram intensamente de sua constituição.

**Palavras-chave:** História dos Estados Unidos; Trabalho; Sherwood Anderson.

Dentro da tradição de estudos da chamada História Social do Trabalho um conjunto grande de discussões vem sendo travado com relação aos problemas da consciência social diante da existência social, e o papel desempenhado, nesse ínterim, pela subjetividade e pela experiência dos sujeitos. Foi em grande medida a partir dessa já caudalosa tradição que se colocaram problemas e enfoques novos acerca das possibilidades de investigação dentro da história do trabalho, dos trabalhadores e do mundo do trabalho, e, também, dentro do marxismo, um fôlego para a discussão sobre questões acerca da dominação, da hegemonia e da resistência.

Como parte constituinte das propostas investigativas abertas por esse conjunto de discussões, a exploração de dimensões pouco focalizadas do processo histórico foi uma das conquistas mais interessantes. No que tange à exploração da literatura como possível fonte histórica, a análise dessas dimensões tornou muito mais fecundo o olhar historiográfico sobre as obras literárias, pois elas passaram a poder dar relevo a questões doutro modo vistas em segundo plano. A discussão sobre as concepções e sentidos subjetivos investidos no trabalho é um dos pontos em que a História Social do Trabalho, pensada numa perspectiva de análise fundada em fontes literárias, pôde alçar vôos muito mais provocativos e ricos.

A proposta do presente texto é propor uma discussão historiográfica que possa lançar luz sobre o sentido e as metamorfoses históricas do trabalho nos Estados Unidos da virada do século XIX a partir de um conjunto de fontes literárias, a obra de Sherwood Anderson dos anos 1910.

<sup>1</sup> Doutorando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História Econômica da Universidade de São Paulo. Professor assistente do colegiado de História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná.



Uma vez que trabalho, como categoria analítica, vincula-se tanto a uma dimensão material que constitui de modo fundamental o modo de produção e suas relações sociais determinantes, quanto também uma dimensão ontológica que participa privilegiadamente da constituição da subjetividade e da consciência social, buscamos tomá-lo num sentido que pudesse contemplar tal complexidade dialética. Isso se torna ainda mais necessário se se tomar em conta o fato de que nossas fontes são literárias e que, como tal, estão particularmente preocupadas em traduzir experiências subjetivas, sentimentos, emoções e valores que não podem ser simplesmente reduzidos à sua materialidade. Afiançamo-nos no conselho de Thompson quando este diz que

O problema é passar de dos circuitos do capital para o capitalismo; de um modo de produção altamente conceptualizado e abstrato, dentro do qual o determinismo surge como absoluto, para as determinações históricas, como o exercício de pressões, como uma lógica do processo dentro de um processo maior (e por vezes contrabalançador) (THOMPSON, 1981, p. 181).

Para refletir sobre trabalho e capitalismo monopolista a partir de experiência e literatura é preciso construir sensibilidades e metodologia de trabalho afinadas e calibradas o suficiente para contemplar a complexidade própria do processo em questão.

Como nem o processo histórico em questão é auto-evidente, nem o escritor do qual se fala é amplamente conhecido, cabem explicações acerca de cada um deles, de modo a clarificar as interpretações que aqui se propõe.

O escritor Sherwood Anderson nasceu em 1876, na chamada "Era da Reconstrução", pós-Guerra de Secessão, quando se começam a sentir de mais robusta os efeitos da vitória do projeto social e econômico dos estados do Norte sobre os reclames e projeto sulistas. A infância de Sherwood se passara no interior de Ohio, no *Midwest*, mudando de cidade em cidade na busca do anonimato que a pobreza exigira como condição de sobrevivência para ele e sua família. O negócio familiar que era administrado pelo seu pai, uma fábrica de arreios, fora levado à falência pela circunstância de uma mudança de marcha da economia, aliada às instabilidades próprias da gerência que os hábitos alcoólatras do pai ocasionaram.

A família do escritor constituía, anos antes dessa peregrinação inglória, um exemplo contumaz daquilo que Wright Mills havia chamado de "antigas classes médias" (MILLS, 1979), que imperaram durante a maior parte do século XIX naquela região dos Estados Unidos. Fundada nas pequenas propriedades e nos pequenos estabelecimentos comerciais e fabris, surgira uma relativamente próspera classe de pequenos proprietários que continuaram por longo a servir como referência de uma espécie de "era de ouro" na história daquela sociedade. Ancorado ali surgira todo um modo de vida que se constituiu em experiência social e cultural que tinha uma determinada dinâmica de organização do trabalho como uma de suas dimensões fundamentais.

Preservados ainda de um advento fulminante da tecnologia que destruísse com a lógica produtiva e comercial ali estabelecida, e sem que uma "acumulação primitiva" assomasse o horizonte econômico daquela realidade, o trabalho foi gerido e praticado de forma bastante autônoma durante muito tempo. Os produtores diretos possuíam grau bastante acentuado de controle sobre os meios de produção e sobre o conjunto das rotinas produtivas e, talvez especialmente, sobre o produto de seu trabalho. A inexistência de uma unidade financeira ou de uma concentração econômica realmente robustos ou de envergadura nacional permitiam uma intimidade muito grande entre trabalho e produtores diretos, de modo que a identificação do sucesso da labuta muitas vezes repousava na astúcia, engenhosidade ou obstinação do produtor direto - mais do que sobre as condições econômicas gerais.



Nos parece, acerca desse arranjo socio-histórico, que não se tratava de uma sociedade igualitária nem que, por conta desses caracteres peculiares, deixasse de ser capitalista - ainda que alguns historiadores tenham insistido em ressaltar o que chamam de "as origens anti-capitalistas dos Estados Unidos" (MERRILL, 1990). Contudo, reconhecemos que a lógica de organização social e produtiva alcançara certo grau de coesão, e certa dinâmica de articulação e sustentação, que alimentaram experiências sociais que se distinguiam consideravelmente de outras europeias ou latino-americanas - às quais a simples aplicação do conceito "capitalista" soa, *se per se*, incômoda. Por esse motivo, aliás, Sherwood Anderson se oferece como uma fonte instigante.

Uma vez que essa estrutura material perdurou desde pelo menos fins do século XVIII até meados do século XIX, o passar de algumas gerações e a manutenção de algumas experiências históricas conseguiu sedimentar um determinado sentido de trabalho que organizou as expectativas e as concepções sociais sobre o trabalho e o trabalhar - verdadeira "estrutura de sentimento", como diria Raymond Williams -, a qual muito custaria a deixar-se vencer pela alienação monopolista do trabalho no século XX.

O escritor em questão estava inserido nesse universo histórico. A perda da fábrica de arreios familiar pode ser tomada como a evidência inicial de um processo de proletarização que o levou (e à sua família) a se lançarem a uma sucessiva estratégia de migração pelo interior de Ohio, o que atesta sua condição social precária de trabalhador. No entanto, a inserção do escritor num mundo do trabalho regido pelos valores das "antigas classes médias" o fez, curiosamente, tornar-se um de seus entusiásticos apologetas: assim como a mentalidade dominante, edulcorada de tintas liberais, associava a prosperidade material à capacidade e à engenhosidade pessoal ao trabalho, também Sherwood Anderson passou a cultivar essa associação.

Suas obras, em especial seu primeiro romance, profundamente autobiográfico, carregam as marcas da escalada típica da figura mitológica do *self-made man*. *Windy McPherson's son* (O filho de Windy McPherson, em tradução livre), romance de 1916, acompanha a trajetória de um jovem, Sam, desde o prosaico trabalho de vendedor de jornais até sua chegada ao topo do business world. A escalada de um a outro ponto (o esporte nacional do "credo Americano", segundo MENCKEN e NATHAN, 1920), aparece contada como uma espécie de romance de formação que vai coroando o protagonista, conforme a farmacopeia ideológica norte-americana, com os louros que cabem àqueles que se dedicam com fervor ao trabalho e ao enriquecimento.

Dentro dessa noção, Sherwood Anderson continuava operando com os valores que herdara de sua formação histórica, com os princípios que organizavam o modo de vida dos pequenos proprietários do *Midwest*. Entre estes talvez um que teve especial importância na construção de um dos ramos formadores do operariado norte-americano no início do século XX (por sua teimosa sobrevivência): a de que o trabalho era uma espécie de índice moral, um atestado de probidade dos sujeitos, e que, como tal, deveria ser praticado com toda a dedicação a ele devida.

Posto nesses termos, e considerando a realidade de grande parte do trabalho cuja tradição de assentamento no *Midwest* havia tornado comum, existia uma ligação forte, sustentada social e culturalmente, entre a forma física e a valoração moral. Algumas passagens presentes na literatura de Sherwood Anderson expressam justamente essa curiosa ligação, como o orgulho subjacente na transformação que se opera no protagonista de *Marching men* quando este passa a trabalhar como padeiro: "Amolgando a massa, seus braços e suas mãos tornaram-se fortes como as de um urso" (ANDERSON, 1917, p. 25).





Algo similar encontra-se no romance *Windy McPherson's son* quando, depois de uma série de desilusões, o protagonista busca no trabalho a capacidade de reconstruir seus valores e suas certezas:

Ele disse que queria trabalhar à céu aberto, não pelo dinheiro que ganharia, mas porque sua barriga estava grande e suas mãos tremiam pela manhã. (...) 'Eu quero trabalhar duro dia após dia para que meus músculos fiquem firmes e para que o sono venha a mim à noite' (ANDERSON, 1916, p. 260).

Há qualquer coisa como um poder de purgar no trabalho, uma valoração dele como elemento de restauração, ponto de segurança que opera, a um tempo, num compasso social e subjetivo, sem com isso encontrar grandes discrepâncias. O trabalho fora resposta eficaz às "antigas classes médias" diante de suas necessidades ou ambições sociais e culturais, razão pela qual, nos parece, que Sherwood continuou a projetá-lo como algo dotado desse mesmo potencial em relação aos dilemas particulares de seu personagem (quicá de si próprio).

A passagem abaixo, numa direção muito similar à anterior, complementa o sentido que existia entre a forma física escultural (subproduto do trabalho obstinado) e solidez moral (também subproduto do trabalho):

(...) ele queria paz e algo como a felicidade, mas mais do que tudo, ele queria trabalho, trabalho real, trabalho que lhe demandasse, dia após dia, o melhor de si, de modo que ele precisasse constantemente renovar os melhores impulsos de sua mente. Ele estava no topo de sua vida, as poucas semanas de duro esforço físico pregando e carregando madeira haviam começado a restaurar em seu corpo a esculturalidade e a força (...) (ANDERSON, 1916, p. 278).

O grande drama desse pressuposto moral encampado pelo escritor talvez esteja no fato de que ele alcançava a limpidez de princípio granítico em sua mente e literatura no momento mesmo em que as bases materiais que o sustentavam estavam sendo sistematicamente destruídas pelo avanço da lógica monopolista. A literatura produzida pelo escritor ao longo dos anos 1910 é o testemunho de como ele foi sendo confrontado com o descompasso entre o sentido do trabalho que ele cultivava e a lógica material que o torna crescentemente alienante.

*Windy McPherson's son* já incorporava esse dilema, pois conforme o protagonista avançara na sua escalada social e econômica, ia pouco a pouco constatando que a dedicação obstinada ao trabalho gerava cada vez menos a satisfação e o senso de plenitude que ele almejava. *Marching men* (Homens em marcha, em tradução livre), publicada em 1917, pode ser considerada uma resposta raivosa a essa perda do sentido tradicional, Oitocentista, do trabalho, pois o protagonista, desolado com a perda da "fibra" dos homens, que se tornaram "indolentes" (ANDERSON, 1917, p. 91), busca recuperar o sentido numa atividade física, muscular e ordeira: uma marcha. Sob essa metafórica vestimenta de marcha marcial encontrava-se o trabalho, aquilo que havia sido a resposta material e cultural das "antigas classes médias" a situações de incerteza ou de instabilidade.

É possível notar isso na seguinte passagem do romance de 1916, em que o protagonista deixa entrever sua estratégia de sobrevivência e, com sorte, de desenvolvimento:

Ele [*Sam McPherson*] acreditava que a resposta lógica à sua situação era dinheiro no banco, e com todo o ardor de seu coração, o garoto empenhou-se em alcançar essa resposta. Ele queria tornar-se um 'ganhador de dinheiro' [*money-maker*], e os números que constavam no rodapé das páginas amareladas de sua caderneta passaram a ser marcos do progresso que ele já havia alcançado. Esses números diziam-no que (...) as longas marchas pelas ruas de Caxton (...), bem como as infundáveis noites de sábado,



quando Sam andava incansável entre as multidões que tomavam conta das ruas, das lojas e dos bares, não eram infrutíferas (ANDERSON, 1916, p. 22).

Histórica e socialmente falando, a resposta que Sam dava, individualmente, à sua condição e às situações que o acoassavam era muito similar àquela resposta que as "antigas classes médias" vinham dando às situações que a eles ocorriam. A condição de prosperidade na visão dessas classes era indissociável do afincamento, da astúcia, da obstinação e da destreza com que eles próprios, os produtores diretos, pudessem ou estivessem dispostos a trabalhar. A resposta histórica que eles ofereciam aos dilemas econômicos era "simples" e passava pela característica fortemente individualista e pragmática da cultura norte-americana: era preciso dedicar-se mais aferradamente ao trabalho.

Como a vitória do projeto histórico do Norte manufatureiro se impôs ao conjunto da economia e da sociedade dos Estados Unidos na segunda metade do século XIX e início do XX, um conjunto de mudanças na lógica de organização e gerência do trabalho se consolidou em seu encaixe. Esse foi o momento em que as investidas do modelo fordista e taylorista se constituíram em pauta do dia, e foi nesse momento que a concentração econômica, a financeirização do capitalismo e a expansão de um modo de produção amplamente industrial assomaram no horizonte norte-americano. Ao mundo do trabalho, isso significou em grande medida o crescimento de uma nova divisão do trabalho, a criação de inúmeros postos no setor de burocracia, funcionalismo e serviços, e também a criação efetiva de contingentes operários, já que uma "economia programática", como disse Gramsci, estabeleceu-se nesse mesmo momento.

Atestar as transformações históricas que recaíam sobre o trabalho implica reconhecer que um dos aspectos que mais destaque merece foi precisamente a intensificação da alienação dos trabalhadores em relação ao processo de trabalho e em relação ao produto de seu trabalho. O arranjo socio-histórico que até então sustentara a pequena propriedade como baluarte do modo de vida do *Midwest* começou a ruir, tendo sido gradativamente atraído para a órbita econômica de Chicago, metrópole-chave da consolidação do regime monopólico. Assim, também o trabalho que ali estivera ancorado foi sendo alterado, tirado das mãos e do controle dos produtores diretos e, juntamente com a onda imigratória do início do XX, consolidando outras relações sociais de produção naquele meio.

Ou seja, Sherwood Anderson passou a celebrar o trabalho engrandecedor dos Oitocentos e recomendá-lo como exercício de calibração moral e fonte de segurança no preciso momento em que ele ia sendo despido de todas essas características ao longo do processo de sua submissão à lógica monopólica. É por isso que existem traços conservadores em suas proposições espirituais e aproximações morais, como quando em *Marching men*, na perturbadora lição da força física que o percorre, o escritor recomenda uma marcha militar como purgação da indolência dos homens. É por isso que a chamada "Era Progressista", que no final do XIX e início do XX juntava elementos dos mais retrógrados ao lado dos mais progressistas contra essas mudanças, deu ao historiador Gabriel Kolko a impressão de se tratar, na verdade, de um "triunfo do conservadorismo" (KOLKO, 1977). É por isso que o escritor norte-americano, Nobel de Literatura de 1930, temia que o fascismo se alastrasse pelos Estados Unidos (LEWIS, 1935).

Como Sherwood Anderson era filho daquele modo de vida que se constituía ao longo dos séculos XVIII e XIX e, como tal, herdeiro de seus valores e de sua concepção de trabalho, foi somente a muito custo que se apercebeu das mudanças instituídas pelo capitalismo monopolista em relação ao trabalho. Essa foi a situação que o levou a proclamar alguns valores e visões que continham forte ângulo conservador, e que compunham o conjunto de expectativas, a "estrutura de sentimentos" do período em relação ao trabalho.

Nos parece que em se tratando de um capitalismo muito particular se posto diante do europeu, o norte-americano carregou marcas históricas que constituíram uma dialética histórica bastante complexa em seu devir, e Sherwood Anderson ajuda a compreender algumas delas. O



significado político e cultural que sua obra permite entender que no rescaldo da consolidação dos monopólios e de seu império houveram vozes diletantes e projetos nostalgistas e conservadores que, cada qual a seu modo e dentro de sua peculiaridade histórica, compuseram o panorama e a dinâmica histórica do processo. Como tal, cumprem ser sabatinados na conjunção das devassas de Clio e de Calíope.

### Referências Bibliográficas

ANDERSON, Sherwood. *Marching men*. New York: John Lane Company, 1917.

\_\_\_\_\_. *Windy McPherson's son*. New York: B.W.Huebsch, 1916.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere - Volume IV*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

KOLKO, Gabriel. *The triumph of conservatism - A reinterpretation of American History (1900-1916)*. New York: Free Press, 1977.

LEWIS, Sinclair. *It can't happen here*. Garden City, New York: Sun Dial Press, 1935.

MENCKEN, H.L.; NATHAN, G.J. *The American Credo*. New York: Alfred A. Knopf Press, 1920.

MERRILL, Michael. *The anti-capitalist origins of the U.S. (1990)* Disponível em <[http://www.academia.edu/8987018/The\\_Anticapitalist\\_Origins\\_of\\_The\\_United\\_States\\_1990\\_](http://www.academia.edu/8987018/The_Anticapitalist_Origins_of_The_United_States_1990_)> Acesso em 28 set 2017.

MILLS, C. Wright. *A nova classe média*. Tradução de Vera Borda. 3ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

THOMPSON, E.P. *Miséria da teoria ou Um planetário de erros*. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1981.



## A OMISSÃO DO ESTADO: A VULNERABILIDADE DAS PESSOAS TRANSGÊNERAS

Luiz Augusto Mugnai Vieira Júnior<sup>1</sup>

**Resumo:** No Brasil, as pessoas transgêneras se ressentem da falta de uma legislação que lhes garantam direitos básicos como, por exemplo, de não serem censuradas socialmente por indivíduos transfóbicos ao expressarem a identidade de gênero que possuem. Das poucas iniciativas estatais que existem mediante um decreto federal, está a autorização do uso do nome social em determinadas circunstâncias e a determinação por meio de uma portaria da oferta pelo Sistema Único de Saúde - SUS do processo de redesignificação que consiste em um conjunto de procedimentos para conciliar o corpo à identidade de gênero. Existe uma visão ideal de Estado que zela por todos inclusive por uma minoria. Entretanto, existe o Estado real comandado pelos interesses mais diversos, entre eles, o de poder hegemônico binário de gênero heteronormativo. O foco dessa pesquisa é analisar, a partir da problemática de Estado e poder, como as pessoas transgêneras não são percebidas como cidadãs plenas de direitos por não vivenciarem efetivamente os espaços públicos. Segundo os dados da Organização Não Governamental (ONG) Transgender Europe – TGEU (2014) o Brasil é o país que mais mata pessoas transexuais e travestis no mundo, porém mesmo diante desse cenário de violência não existe uma criminalização da transfobia. Para tal, o presente estudo reportará a dados e fatos cotidianos que mostram o quanto as pessoas transgêneras devido à fragilidade de leis e uma falta de presença maior do Estado as tornam mais vulneráveis ao preconceito, a violação de seus direitos e a violência.

**Palavras-chave:** pessoas transgêneras; poder; Estado.

### Introdução

É assombroso perceber que não obstante as minorias sociais conseguirem com muito esforço e luta política aliada ao apoio por parte da população alguns direitos, as pessoas transgêneras têm sido sistematicamente privada de direitos que todos os outros cidadãos gozam o direito à identidade de gênero no qual se reconhecem e se identificam. Mesmo os direitos das pessoas transgêneras serem assegurados pelo Direito, nota-se, no entanto, que esse acesso é amplamente prejudicado seja pela burocracia, pela má vontade seja pelo preconceito de maneira que o primeiro passo para o acesso ao um direito é a sua posituação, ou seja, transforma-se em ordenamento jurídico e depois de conquistado o *status* legal de determinado direito busca-se facilitar a acessibilidade a ele. Essa postura de primeiro garantir o legal para depois garantir o acesso é chamada pelos teóricos do direito alternativo de positivismo de combate, no sentido que vai haver ainda uma luta para conseguir acessar o direito uma vez que a lei não garante sozinha o direito (ARRUDA JR, 2000). Até mesmo o eminente representante da chamada Escola Normativista do Direito, ramo da Escola Positivista, Hans Kelsen (2000) admitia que a lei para ter eficácia vai precisar de um mínimo de aprovação social.

Mesmo a lei existindo isso não garante de forma alguma que os direitos das transgêneras serão efetivamente respeitados, mesmo que algum dia talvez não muito distante a transfobia

---

<sup>1</sup> Doutorando em Ciências Sociais - UNESP/Marília-SP e Docente da UNIPAR/ Cascavel-PR. E-mail: gutomugnai@prof.unipar.br.



seja considerada crime o que não vai impedir de que a transfobia exista, mais que isso, a lei contra a transfobia somente tem sentido a partir do momento da existência da transfobia, se não houvesse transfóbicos a lei seria absolutamente desnecessária, seria como promulgar a lei da gravidade.

Mas, enfim, o que seria uma pessoa transgênera?<sup>2</sup> Segundo Letícia Lanz (9999, p.) é a que está inserida na transgeneridade que consiste em um fenômeno sociológico que hoje se encontra em um “grande - guarda-chuva que tenta abrigar todas as inúmeras manifestações de identidade de gênero que ocorrem fora do binômio masculino-feminino.” São elas: transexuais femininas, transexuais masculinos, travestis, *crossdressers*, *dragqueens*, andróginos, incluindo também homens femininos e mulheres masculinas, enfim, todas aquelas pessoas que por algum motivo ou outro rompem com as normas binárias de gênero.

A resistência de se discutir gênero e por tabela sexualidade como tem observado nas escolas por imposição de projetos de lei como “proibição da ideologia de gênero” e “escola sem partido” faz com que em parte colabore mais para a árdua luta enfrentada pelas pessoas transgêneras para que possam viver a sua identidade sem preconceito e isso vem mostrar que essa difícil jornada se deve em grande parcela pela falta de informação e esclarecimento da sociedade sobre tais questões.<sup>3</sup>

Existe uma dificuldade e uma resistência social de compreender sobre as identidades que envolvem as questões de gênero e sexualidade. Para Jaqueline Gomes de Jesus (2012, p.24) a identidade de gênero consiste no:

Gênero com o qual uma pessoa se identifica que pode ou não concordar com o gênero que lhe foi atribuído quando de seu nascimento. Diferente da sexualidade da pessoa. Identidade de gênero e orientação sexual são dimensões diferentes e que não se confundem. Pessoas transexuais podem ser heterossexuais, lésbicas, gays ou bissexuais, tanto quanto as pessoas cisgênero.<sup>4</sup>

Por conseguinte, além dessa farda batalha as pessoas transgêneras estão em constante vulnerabilidade de serem vítimas de violência e até mesmo de serem mortas, uma vez que “de acordo com a pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE de 2013, a expectativa de vida desse grupo social não passa dos 35 anos, menos da metade da média nacional de 74,9 anos da população em geral” segundo o *Dossiê: A Geografia dos Corpos das Pessoas Trans* da Rede Trans (2017, p.56).

<sup>2</sup> É interessante destacar que alguns gramáticos afirmam que segundo as normas gramaticais o correto é pessoa transgênero, assim seria um absurdo flexionar o segundo elemento do composto em concordância com o primeiro, mesmo tendo em conta o seu valor adjetivo. Apesar da palavra transgênera a rigor não existir na língua portuguesa, chamar as transexuais femininas ou as travestis de transgênero seria uma violência injustificada, seria mais que isso uma enorme inversão de valores, manter a correção de uma norma gramatical ao custo do sofrimento alheio. Assim, opta-se em usar a expressão pessoa transgênera, uma vez que se entende como foi dito a primazia da dignidade humana sobre a gramática.

<sup>3</sup> O projeto “proibição de ideologia de gênero” e “escola sem partido” carregam diversos equívocos, entre eles, as suas próprias expressões, o primeiro no uso da palavra ideologia no lugar de teoria e o segundo em acreditar que “sem partido” é não ter partido. Observa-se que tanto num projeto como noutro há uma presença marcante da censura e por conseguinte, o enfraquecimento do viés científico que estigmatiza as questões de gênero e sexualidade colocando-as como doutrinações de grupos feministas, lgbtistas e comunistas.

<sup>4</sup> “O termo “cisgênero” ou “cisgeneridade” emerge no discurso como uma forma de marcar a diferença diante o termo “transgênero” ou “transgeneridade” de acordo com Beatriz Pagliarini Bagagli (2016). Desta forma, segundo Bagagli (2016) a palavra cisgênero é usada como antônimo da palavra transgênero, uma vez que a “pessoa cisgênera” é aquela que não possui conflito entre o seu corpo biológico com a sua identidade de gênero imposta socialmente diferente da “pessoa transgênera” que há esse conflito entre o seu corpo biológico com a sua identidade de gênero.





No Brasil, as pessoas transgêneras se ressentem da falta de uma legislação que lhes garantam direitos básicos como foi mencionado, por exemplo, de não serem censuradas socialmente por indivíduos transfóbicos ao expressarem a identidade de gênero que elas possuem ou desejam. Das poucas iniciativas estatais que existem mediante um decreto federal, está a autorização do uso do nome social em determinadas circunstâncias e a determinação por meio de uma portaria da oferta pelo Sistema Único de Saúde - SUS do processo de redesignificação que consiste em um conjunto de procedimentos para conciliar o corpo à identidade de gênero. Entretanto, para a socióloga Berenice Bento (2017) tanto uma iniciativa como outra expressam uma cidadania precarizada e uma gambiarra legal. Uma vez que o uso do nome social não é uma garantia efetiva em todos os espaços públicos e assim este “improviso legal” impede das pessoas *trans* terem o direito pleno sobre a sua própria identidade, ou seja, de serem chamadas e identificadas da forma que desejam, uma vez que para a mudança definitiva do nome na certidão de nascimento dependerá que as leis tocantes sobre os direitos das pessoas *trans* mudem de acordo com a compreensão que o legislador vai ter a respeito de gênero. E mais, além do caráter autorizativo dos legisladores como dos juízes há também o poder médico que atua sobre os corpos *trans* e que frequentemente provido de “uma visão biologizante de gênero, maiores serão as exigências para as cirurgias de transgenitalização” (outro termo usado por alguns autores/as para chamar a cirurgia de redesignificação) e posteriormente para as mudanças nos documentos. (BENTO, 2017, p.9).<sup>5</sup>

Se dispondo de uma cidadania precarizada as transexuais não contam assim com uma legislação que as proteja e compreenda integralmente as dimensões da vida *trans* e como resultado as pessoas *trans* são excluídas do mercado de trabalho formal, têm maiores dificuldades para acessar serviços de saúde, além de serem frequentemente hostilizadas e violentadas nas escolas e incompreendidas constantemente com a rejeição familiar.

Diante de tal cenário, as transexuais e as travestis marginalizadas no mercado de trabalho muitas vezes têm que recorrer a “bicos” ou até mesmo enveredar pelo submundo da prostituição, no qual a droga ilícita assim como o álcool são ingredientes quase sempre presentes. Isso posto, e é empírico, as transexuais/travestis vivem muitas vezes num mundo decadente e de degradação moral. Não pretendo de modo algum estabelecer um nexo causal entre travesti/transsexual e prostituição e outros males, mas devido os dados da realidade, não poderia me furtar de ao menos estabelecer uma correlação que infelizmente existe.

Todavia o fato de algumas transexuais/travestis se encaminharem por essas veredas não se deve a nenhum apetite maligno, mas é apenas as respostas que elas podem dar a uma sociedade que “fecha e bate a porta na cara” delas. Além disso, deve-se lembrar de que nem toda travesti/transsexual vive essa realidade, muitas trabalham e têm emprego fixo, são aquilo que o direitista radical chamaria a contra gosto de “pessoa de bem.” No tribunal da vida, elas já estão condenadas pouco importa a sua postura em relação ao mundo, suas ideias, sua honestidade, o fato que havia uma lei, talvez das poucas leis que realmente de direito natural, a proibição da homossexualidade e da transexualidade, e elas a infringi-las pagam caro por sua audácia.

Com efeito, pretende-se aqui apresentar brevemente a configuração da problemática da vulnerabilidade das pessoas transgêneras aos espaços públicos. O quanto que a resistência e o preconceito impedem delas vivenciarem os espaços sociais e terem o direito (a acessibilidade) da identidade de gênero que se identificam? Como o Estado nos sentido real diferente do ideal se mostra omissos em relação às pessoas *trans*? E quanto isso faz das pessoas transgêneras uma cidadã de segunda categoria ou até mesmo uma não cidadã-plena? E assim as colocam vulneráveis à violência como evidenciam dados de pesquisas aqui mencionados.

<sup>5</sup> A expressão *trans* é a abreviação da palavra transgênera ou transgênero.



## O Estado ideal e o Estado real: uma questão que atende uma minoria?

O homem na organização da atividade estatal sempre se viu perante duas atitudes: a primeira de estabelecer uma burocracia que desse cabo da administração do Estado no seu cotidiano e em segundo lugar como o primeiro apresenta uma série de deficiências que marcam tudo que é real, surgiram desde a antiguidade estudos falando de um Estado que nunca existiu, não existe e provavelmente nunca vai existir, são os estudos a cerca do Estado ideal, ou seja, aquele que é idealizado e perfeito, no qual todos os seus órgãos e autarquias bem como os poderes funcionam harmonicamente. O Estado ideal nasce de uma tendência antinaturalista humana. O que não é o Direito, senão a punição da própria natureza. Isso significa dizer que um assassinato é um exemplo plenamente natural (o que quer dizer essencialmente do ser humano apesar de brutal), de maneira que o ser humano por ser um ser deôntico e antinaturalista na sua essência cria uma regra para punir o assassino que a rigor não fez nada de errado do ponto de vista natural. Mas, o ser humano é um ser cultural e diferentemente dos seus pares biológicos o que explica porque não veremos um tribunal de gorilas ou um Estado das formigas.

Por outro lado, tem-se que admitir que mesmo a punição dada ao assassino não é totalmente antinatural, melhor dizendo, se diria: é exclusivamente humana.

Entre os autores que se dedicaram mais ao Estado ideal temos: Platão, Aristóteles, São Tomás de Aquino, Sanit-Simon, François Marie Charles Fourier, já entre os que fizeram abordagem do Estado real destacam-se Nicolau Maquiavel, Karl Marx, Friedrich Engels, Friedrich Nietzsche e a Escola de Frankfurt. É interessante notar que as primeiras tentativas de falar sobre o Estado invariavelmente se debruçaram sobre o Estado ideal, enquanto que a partir de Maquiavel na Renascença a atitude mudou, e se deu privilégio para o Estado real. Isso mostra também o desprestígio crescente da metafísica e assunção de uma teoria científica organizada. (CASSIRER, 2003).

O Estado real, por outro lado, representa o esforço ou a preguiça de atores políticos, que apesar de terem conquistado o seu poder nas urnas logo se desvencilham das obrigações com o seu eleitorado agindo assim liberado para executar uma política honesta com certos arranhões ou se furtar entre os velhos porcos da eterna política. Enfim, o Estado ideal acaba sendo necessário até mesmo para que o Estado real funcione mesmo que o segundo seja diferente de uma concepção utópica de estabilidade social e política pensada coletivamente sem desigualdade social como relata Thomas More (2014).

A utopia é a mola propulsora da história. Se não houvesse uma expectativa ainda que infame desse Estado ideal se materializar-se o curso da história ocidental entraria em colapso ou anomia. Pois, é a utopia que como garante em antemão a participação de certas camadas excluídas da sociedade pelo simples fato delas poderem se exprimir, falar e criticar o governo vigente. Uma vez que ela segundo Marilena Chauí (2008, p.7) “é a narrativa sobre uma sociedade perfeita e feliz— e um discurso político é a exposição sobre a cidade justa” que atende a todos. Isso quer dizer que cada eleição rostos novos e velhos da velha ou da nova política procurando vender um Estado possível a título de Estado ideal.

Em outras palavras, o ato de poder falar cria uma falsa sensação de participação política que atende o Estado ideal, mas que na realidade é apenas o vetusto velho conhecido Estado real.

Os próprios filósofos e cientistas políticos se deram conta disso, longe de querer propor uma visão evolucionista da ciência política, mas o fato de que não se pode negar é que por tentativa e erro se aprende muita coisa como se pode notar nas primeiras formulações a respeito do Estado, creio que inicialmente totalmente idealista, mas com o passar do tempo e com a revolucionária obra *O príncipe* de Maquiavel (2007) a situação começou se inverter, não era mais o Estado perfeito o objeto de estudo por parte desses filósofos, mas o estudo do Estado possível, do Estado que efetivamente existe, deixando questões deônticas para segundo plano.

Como vimos é devido ao fato da democracia dar voz ao povo que daí o grande prestígio



dela nos nossos dias, pois esta parte do pressuposto que se estou falando do governo, criticando o governo ou protestando o governo, estou de certa forma interferindo no processo político. Uma ilusão quase total, salvo casos raros como as revoluções e convulsões históricas. A democracia é tentadora para os oprimidos, pois podem dar vazão as suas críticas ao governo, mas também é muito atraente aos poderosos que sabendo que as críticas do povo, salvo, grande convulsão social, não vão fazer nem cócegas no poder mantendo assim a população iludida que está participando do processo político que na realidade é decidido tendo em vista o poder econômico nos bastidores escusos da política, sem a participação do povo, mas senão fosse os poderosos venderem ainda que preço de bananas a ideia de Estado ideal não haveria uma só autocracia nesse mundo.

Entretanto, recentemente outro movimento tem ganhado cada vez mais força, o perigoso desprestígio da democracia, principalmente quando o poder hegemônico disfarçado ou tentando ser democrático se vê ameaçado por outros grupos sociais não hegemônicos e não conseguindo mais assim ver a democracia como uma via segura para manter o seu poder coloca em xeque o Estado de Direito. Isso também se deve em parte de acordo com a filósofa Judith Butler (2003) a própria ideia de democracia longe de ser pura e despida de preconceitos embebede-se na tirania da maioria que consiste no fato notório de que havendo uma maior votação por parte de uma categoria da sociedade ela terá os seus interesses protegidos pela classe política que esta elegeu, ao passo que minorias e classes discriminadas como as transgêneras dificilmente vão conseguir eleger mais que alguma dezena de deputados e senadores que mesmo empenhados em garantir o direito dessas minorias serão engolidos por um sistema que transforma as políticas públicas em uma espécie de ábaco ditatorial.

Contudo, mesmo sendo fruto das intenções de votos da maioria, grande parte dos candidatos ofertados no “mercado político” não acompanham as diferenças e nuances sutis existentes nas várias parcelas da população de modo que o/a eleitor/a em sua singularidade não encontra entre os candidatos/as disponíveis um/a que defenda suas crenças e seus direitos. Isso significa dizer que a classe política brasileira salvo raro algumas exceções é monolítica de maneira que não resta opção ao eleitor senão eleger os mesmos candidatos de sempre, o do monólito, que não corresponde aos seus anseios, e que governam para uma minoria principalmente de poder hegemônico econômico cultural que aqui no caso atende a matriz heterossexual. Assim, a transexual se vê diante de uma ausência política de outras *trans* como candidata ou alguém que a represente efetivamente. O que torna quase fato em dizer que a transexual depende mais da piedade das classes majoritárias para ter os seus direitos garantidos do que propriamente de uma luta política organizada própria. Para Butler (2003) a democracia falha em ter em seu seio a vontade de uma maioria. E somente a ideia de uma democracia radical e plural poderia se questionar como fica a vontade da minoria? Ela sempre não terá vez? E será continuamente reprimida?

Que recursos devemos possuir para trazer para a comunidade humana aqueles humanos que não foram considerados parte do reconhecido humano? Essa é a tarefa duma teoria e prática democrática radical que procura estender as normas que suportam uma vida viável a comunidades previamente sem direitos (BUTLER, 2004, p.225).

Parece que não há somente um problema no fato da democracia ser utópica, mas a própria ideia de democracia consistir no governo da maioria que acaba oprimindo a minoria. O que leva em grande parte a uma democracia agonística que está em constante agonia segundo Butler (2003).



## Qual é o Estado real para as pessoas transgêneras?

Para compreender a vulnerabilidade das pessoas transgêneras foi preciso por meio de uma breve revisão bibliográfica da constituição histórica do feminino a possibilidade de verificar que assim como a transexual/travesti parece hoje não conseguir vivenciar os espaços sociais, a mulher *cis* estava e ainda em parte é destinada ao espaço privado visto como algo próprio da natureza feminina voltada para maternidade e obediência ao homem.<sup>6</sup> Ideia esta que foi constituída historicamente, como observada na visão de Rousseau (1992, p. 475) que afirma:

Essa a natureza amável de seu sexo antes de a depravarmos. A mulher é feita para ceder ao homem e até suportar a injustiça dele. Nunca levareis os jovens ao mesmo ponto; o sentimento inferior ergue-se e se revolta neles contra a injustiça; a natureza não os fez para que a tolerassem.

A mulher *cis* como reprodutora e maternal cabia como Rousseau (1992) e outros nomes da época pensavam ao espaço privado. Observa-se que de uma luta para vivenciar os espaços sociais públicos (e privados) pelas mulheres *cis* no passado e ainda muito forte no presente são muito próximas daquela vivenciadas pelas pessoas transgêneras que atualmente se veem impedidas de acessá-los plenamente, mas diferentemente das mulheres *cis*, elas são muitas vezes não bem vindas em nenhum espaço social, até mesmo em seus lares familiares. Portanto, entender a questão de gênero dentro de uma discussão sobre a transgeneridade faz pensar até que ponto a construção sobre as mulheres e os homens cisgêneros e a própria ideia construída do que é masculino e feminino influenciam no preconceito das travestis/transexuais, enfim das pessoas transgêneras em espaços públicos?<sup>7</sup> O espaço público e o espaço privado revelam as normatizações sociais entre elas, as de relações de gênero que foram criadas ao longo da história e que durante muito tempo associou, mas que ainda com menor intensidade associa que:

A esfera privada, feminina (natural) e a esfera pública, masculina (civil) são contrárias, mas uma adquire significado a partir da outra, e o sentido de liberdade civil da vida pública é ressaltado quando ele é contraposto à sujeição natural que caracteriza o domínio privado (PATEMAN, 1993, p.28).

Mesmo que tenha se observado que atualmente as mulheres conquistaram um espaço na sociedade, a igualdade com o mundo masculino é algo a se efetivar. Para Pateman (2011) o que ocorreu foi uma melhoria das mulheres em alguns aspectos da sociedade como a sua posição social e econômica como também a sua situação política, jurídica e cívica. Todavia, a autora levanta uma a seguinte questão “serão as mulheres hoje cidadãs de pleno direito em todos os países do mundo?” (PATEMAN, 2011, p.1).

Pateman (2011) responde afirmando que as mulheres não são cidadãs plenas como os homens e essa não prerrogativa está fundamentada naquilo que ela define como obstáculos e a indiferença em relação ao feminino na conquista da plenitude da cidadania. Entre os diversos obstáculos estão o trabalho em jornada dupla ou tripla, os salários mais inferiores, mesmo que cumpra a mesma função, além delas estarem mais sujeitas a pobreza, violência sexual, o não direito de decidir em abortar entre outros.

Em relação às travestis/transexuais, o direito de cidadania parece frequentemente negar-lhes não unicamente a plenitude que as mulheres até hoje lutam, mas qualquer acessibilidade de direito. Diante dessa situação fica a sensação que a travesti como a transexual, enfim, a pessoa transgênera é considerada uma não cidadã e, por conseguinte, desprovida de qualquer direito. No Brasil,

<sup>6</sup> A expressão *cis* é a abreviação da palavra cisgênera ou cisgênero.





o espaço reservado a homens e mulheres transexuais, e a travestis, é o da exclusão extrema, sem acesso a direitos civis básicos, sequer ao reconhecimento de sua identidade. São cidadãs e cidadãos que ainda têm de lutar muito para terem garantidos os seus direitos fundamentais, tais como o direito a vida, ameaçado cotidianamente (JESUS, 2012, p.11).

As pessoas *trans* parece hoje experimentar o que as mulheres *cis* provaram e ainda provam em relação ao preconceito, a violência e aos obstáculos para serem vistas como cidadãs plenas. Até mesmo o fato da patologização dos seus corpos por um saber médico que incapacitava as mulheres *cis* em participar da vida pública e ter os mesmos direitos como dos homens *cis*. O corpo da mulher *cis* dito como estranho e patologizado para a medicina no passado é hoje o corpo estranho e patologizado da mulher *trans* e do homem *trans* para a medicina atual. (STONE, 2007).

### **Como a fragilidade legislativa unida por um Estado real e não tão ideal acarreta numa violência contra as *trans*?**

De acordo com os dados da Organização Não Governamental (ONG) Transgender Europe – TGEU (2014) o Brasil é o país que mais mata pessoas transexuais e travestis no mundo, porém mesmo diante desse cenário de violência não existe uma criminalização da transfobia. Relatos que confirmam tal violência não faltam seja nos sites de notícias de portais seja nas redes sociais. Sites e *blogs* especializados sobre as identidades *trans* como o site NLUCON – conteúdo livre de preconceitos – traz diversos dados e fatos cotidianos que comprovam o quanto as pessoas transgêneras devido à fragilidade de leis e uma falta de presença maior do Estado as tornam mais vulneráveis ao preconceito, a violação de seus direitos e a violência. São casos como “Concurso para Rainha do Carnaval do RJ exige que candidatas *trans* provem que são mulheres” (NLUCON, 2017 a, s.p) ou “Universitária *trans* Ágatha Mont é alvo de transfobia em banheiro da faculdade em SP” (NLUCON, 2016, s.p) ou ainda “Acusado de matar Mirella Carlo não queria que família soubesse que ele se relacionava com travesti” (NLUCON, 2017 b, s.p) e também “Homem *trans* de 23 anos é espancado por sete agressores e obrigado a ficar nu após sair de clube em Campinas” (NLUCON, 2017 c, s.p) entre outros inúmeros acontecimentos.

É uma vulnerabilidade muitas vezes invisibilizada até mesmo porque algumas pessoas desacostumada com o convívio de uma pessoa transgênera tendem imaginar fantasiosamente que chega um belo dia e a menina, por exemplo, diz agora sou um menino, como se pudesse dar um salto quântico de um gênero ao outro. Obviamente a coisa não se dá assim, serão meses, anos de tratamento e muita luta até a *trans* perceber que seu corpo de homem está ganhando vulto; naturalmente as pessoas que conhecem a *trans* assistem a transformação assustadas e muitas vezes fazendo de tudo para removê-las disso. Enfim, o que se pretende dizer é que não se “transforma” em uma mulher transexual como Thalita Zampirolli (uma bela modelo famosa que namorou o ex-jogador e hoje senador da República Romário) de um dia para noite, no entanto, essas pessoas tem que sair de casa, trabalhar, estudar, ir ao banheiro e devido a androgenia (a transição) sua vida se torna um constante tormento. Quando se fala de transexual normalmente em programa de *tv* aparece o antes e o depois, enquanto o mais sofrido é o durante. E são principalmente nessa etapa chamada frequentemente de “transição” que todos parecem estar contra a pessoa transgênera seja principalmente na rejeição da família por falta de acolhimento e afeto seja o Estado na omissão por falta de melhor acessibilidade de direitos e leis que tornem essas pessoas não vulneráveis a violência.





## Fontes

NLUCON. *Concurso para Rainha do Carnaval do RJ exige que candidatas trans provem que são mulheres*. Disponível em: <<http://www.nlucon.com/2017/09/concurso-para-rainha-do-carnaval-do-rj.html>>. Acesso em: 22 set.2017. a

NLUCON. *Universitária trans Ágatha Mont é alvo de transfobia em banheiro da faculdade em SP*. Disponível em: <<http://www.nlucon.com/2016/11/universitaria-trans-agatha-mont-e-alvo.html>>. Acesso em: 08 nov. 2016.

NLUCON. *Acusado de matar Mirella Carlo não queria que família soubesse que ele se relacionava com travesti*. Disponível em: <http://www.nlucon.com/2017/09/acusado-de-matar-mirella-de-carlo-nao.html>. Acesso em: 26 set.2017. b

NLUCON. *Homem trans de 23 anos é espancado por sete agressores e obrigado a ficar nu após sair de clube em Campinas*. Disponível em: <<http://www.nlucon.com/2017/06/homem-trans-de-23-anos-e-espancado-por.html>>. Acesso em: 01 jun. 2017. c

REDE TRANS. *Sayonara Naidier Bonfin Nogueira, Tathiane Araújo Aquino e Euclides Afonso Cabral. Dossiê: A Geografia dos Corpos das Pessoas Trans*. Brasil, 2017.

TRANSGENDER EUROPE (TGEU). *Trans Murder Monitoring*. Berlim, 2014.

## Referências Bibliográficas

ARRUDA JR, Edmundo Lima de. Direito Alternativo: tópicos para superar (pré)conceitos e (pré)juízos. *Revista do TRF 1ª Região*, v. 9, n. 4, out./dez. 1997.

BAGALI, Beatriz Pagliarini. A diferença trans no gênero para além da patologização. *Periódicus*, Salvador, n. 5, v. 1, maio-out. 2016.

BENTO, Berenice. Nome social para pessoas trans: cidadania precária e gambiarra legal. Contemporânea – *Revista de Sociologia da UFSCar*, São Carlos, v. 4, n. 1, jan.-jun. 2014.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003.

BUTLER, Judith, *Undoing Gender*. New York: Routledge, 2004.

CASSIRER, Ernst. *O mito do Estado*. São Paulo: Cordex, 2003.

CHAUÍ, Marilena. Notas Sobre Utopia. *Cienc. Cult.* vol.60 no.spe1 São Paulo July 2008.

KELSEN, Hans. *Teoria Geral do Direito e do Estado*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

JESUS, Jaqueline Gomes de. *Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos* / Jaqueline Gomes de Jesus. Brasília, 2012.



LANZ, Leticia. *O corpo da roupa - A pessoa transgênero entre a conformidade e a transgressão das normas de gênero: Uma introdução aos Estudos de Gênero*. Curitiba: Transgente, 2015.

MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. São Paulo: Martin Claret, 2007.

MORE, Thomas. *A utopia*. São Paulo: Martin Claret, 2004.

PATEMAN, Carole. *Participação e teoria democrática*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PATEMAN, Carole. *O Contrato Sexual*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PATEMAN, Carole. Garantir a cidadania das mulheres: a indiferença e outros obstáculos. *Revista Crítica de Ciências Sociais – Eurozine*, 2011.

ROUSSEAU, Jean Jacques. *Emílio ou Da educação*. Rio de Janeiro: Bertrand-Brasil, 1992.

STONE, Sandy. (2007) *El império contrataca*. Um manifesto pos-transsexual. Disponível em: <<http://www.rqtr.org/web>>. Acesso em: 14 ago. 2014.



## NEODESENVOLVIMENTISMO, NEOLIBERALISMO E CRISE POLÍTICA

Marco Antonio Bestetti Paccola

**Resumo:** Esta pesquisa visa desnudar as disputas entre as frações de classe dentro do bloco no poder no Brasil ao longo do período em que o Partido dos Trabalhadores esteve à frente do governo Federal. Analisando como esta disputa resultou na consolidação do modelo político econômico lulista. Procuraremos relacionar a política econômica do governo, ao longo dos últimos anos, com os movimentos das frações da classe dominante brasileira e com a conjuntura internacional que tem influenciado diretamente estas políticas. Assim, busca-se demonstrar que, a política nacional foi determinada, neste período, pela disputa entre os setores financeiros e produtivistas da burguesia brasileira. Luta esta que se realizou devido à contestação da hegemonia neoliberal no Brasil, sustentada pela fração financeira e que passou a ser contrabalanceada por uma política neodesenvolvimentista, que buscou no governo federal e na cooptação das classes subalternas, romper com o domínio dos setores financeiros. Esta disputa teria exacerbado as ambiguidades da política econômica do modelo lulista e levado o país a uma crise política de grandes proporções, que culminariam na substituição do PT no governo federal, na erosão do modelo lulista e, conseqüentemente, a sobreposição da fração financeira no bloco no poder, reafirmando a hegemonia do neoliberalismo no país.

**Palavras chave:** Neodesenvolvimentismo; Lulismo; Neoliberalismo.

### Introdução

A ruptura do modelo desenvolvimentista em fins da década de 1980 e a emergência do neoliberalismo como modelo de desenvolvimento em substituição ao seu predecessor, a partir da década de 1990, estabeleceu uma nova conjuntura político-econômica para o Brasil. Durante o período seguinte, o modelo neoliberal foi edificando sua hegemonia sobre as classes no Brasil de modo a consolidar sua dominação (BOITO, 2003). Contudo, ao longo dos últimos anos, observou-se o acirramento da disputa, no seio da classe dominante brasileira, em relação à orientação da política-econômica do país. Estas disputas são polarizadas pelo que se denominou corrente neodesenvolvimentista, que estaria em conflito com a corrente neoliberal. O que levanta a indagação sobre a possibilidade de uma erosão da hegemonia neoliberal no país e uma reformulação do modelo de desenvolvimento nacional.

O acirramento da disputa se dá a partir da eleição de Luis Inácio Lula da Silva e do Partido dos Trabalhadores para o Governo Federal em 2002 (BRESSER-PEREIRA, 1999). Apesar do processo de cooptação que garantiu a adesão do partido às classes dominantes (BOITO, 2003), inclusive tornando possível sua vitória nas urnas, a eleição do PT significou um novo período para a política-econômica nacional. Sem romper com os alicerces do modelo neoliberal, durante os mais de 13 anos em que esteve no governo, o PT passou gradativamente a aglutinar as disputas entre as duas correntes. Isso porque, apesar do neoliberalismo permanecer hegemônico na política brasileira, as disputas levaram o governo a adotar políticas ambíguas em relação à economia, atendendo às demandas dos setores neodesenvolvimentistas, em alguns casos, em detrimento dos setores neoliberais.

De forma geral, o governo manteve o rumo da política-econômica que vinha sendo implementada no Brasil desde a década de 1990 e que faz parte das políticas neoliberais em ascensão no mundo nesse período. Assim, herdando a diretriz econômica consolidada com o



Plano Real de 1994 e mantida até 2002 pelos governos de Fernando Henrique Cardoso, o Partido dos trabalhadores moldou seu projeto político à esta herança, de modo a não realizar grandes alterações de conjuntura. Estas diretrizes neoliberais estão expressas em princípios que tornariam se objetivos declarados do partido a partir de então, como o Superávit primário, controle da inflação, autonomia do Banco Central, política cambial e de juros atreladas à estabilidade inflacionária, manutenção do pagamento da dívida pública, reforma da previdência, entre outros (BOITO, 2003).

Contudo, apesar da manutenção e até mesmo intensificação das políticas neoliberais, passariam a figurar no programa de governo, um conjunto de políticas econômicas que não constavam nos governos anteriores e que estão relacionadas à nova orientação que consolidava-se entre as classes dominantes brasileiras neste período, principalmente a burguesia produtivista (BOITO 2013). Dessa forma, caminhou-se no sentido da redução da taxa básica de juros, apesar dessa manter-se em níveis anacrônicos com a economia nacional, da depreciação cambial, da participação ativa do Estado na indução de investimentos, principalmente em setores de infraestrutura e da implantação de políticas protecionistas para o mercado interno. Caminho que foi aprofundado no primeiro mandato de Dilma Rousseff a partir de 2011, levando inclusive a uma redução do superávit primário e dos spreads bancários, pilares da política econômica neoliberal. O que se observou, portanto, nos governos do PT, foi o fortalecimento da orientação neodesenvolvimentista para a política nacional, que, contudo, não pressupõe a ruptura do ciclo neoliberal no país, mas condiciona a ela um conjunto de medidas que beneficiam outros setores da burguesia, além dos tradicionalmente atendidos pelas políticas neoliberais.

Essa ascensão do neodesenvolvimentismo mostra que a política de Estado sob os governos petistas tem direção clara e visa ao desenvolvimento capitalista sem, no entanto, romper com alguns pilares do modelo neoliberal – citemos a rolagem da dívida pública, que inibe a capacidade de investimento do Estado, e a abertura comercial, que mina a indústria interna (BOITO 2013, p. 174).

Este aspecto, por si já seria suficiente para estabelecer a separação entre os governos anteriores e os governos do PT, entretanto as divergências não param por aí. Essa orientação passaria a conviver também, num sentido antagônico, com políticas que contradizem ou não fazem parte do modelo neoliberal, entre elas: o aumento real do salário mínimo, a expansão do crédito consignado, além de políticas de assistência social com grande impacto econômico como o programa Bolsa Família (SINGER, 2012).

Para compreender como estes antagonismos se materializaram na política econômica e social do governo do PT, buscamos analisar a correlação de forças que se estabeleceu durante este período, principalmente no que tange às frações de classe dominante, presentes no Bloco no poder, relacionando as decisões políticas deste período a esta correlação, assim como as condicionantes externas que se fizeram presentes.

### **Lulismo e Neodesenvolvimentismo**

O modelo desenvolvido pelo PT como resultado das disputas entre as frações de classe do Bloco no poder, foi responsável, por um duplo redirecionamento da política nacional, primeiro por vincular ao programa neoliberal, uma rede de proteção social com intuito de reduzir os altos índices de miséria e pobreza enfrentados pelo país e uma política de expansão da renda que apesar do ritmo ameno, se mostrou constante. Assim, o partido logrou conciliar a herança macroeconômica do período anterior com características próprias a sua formação histórica (RESENDE 2013). E, segundo, ao incorporar o neodesenvolvimentismo à plataforma econômica do Estado, buscando conciliar este modelo ao projeto neoliberal brasileiro.



Este modelo, que se convencionou chamar de “lulismo”, apesar de constituir aspecto recente da política brasileira, vem sendo intensamente debatido e analisado (SINGER, 2012). Contudo, a iminência dos fatos torna difícil a tarefa de compreender e sintetizar objetivamente as características do mesmo. Ainda assim, é possível interpretar o modelo a partir de um conjunto de políticas, principalmente no âmbito econômico e social, que o caracterizaram ao longo de sua consolidação e que expressam, de forma latente, uma determinada conjuntura de classes do Bloco no poder brasileiro (BOITO, 2013).

Nesse sentido, é possível interpretar o lulismo como um modelo permeado por políticas antagônicas, uma vez que ele comporta a continuidade do núcleo do modelo econômico neoliberal, enquanto realiza um projeto de redistribuição e de elevação dos rendimentos das camadas mais pobres da população e busca a retomada do crescimento econômico a partir de políticas desenvolvimentistas. Esse antagonismo, expresso na política econômica, e que materializou-se no modelo lulista, é resultado da equação entre as disputas de classe no Bloco no poder da sociedade brasileira, as quais configuraram o modelo político dominante do período. Assim, a intensificação dos antagonismos na política econômica lulista, principalmente a partir de 2011, podem indicar as relações que se estabelecem entre as frações de classe presentes no bloco no poder no país.

Este conceito de bloco no poder, que não é utilizado expressamente por Marx ou Engels, indica assim a unidade contraditória particular das classes ou frações de classes politicamente dominantes, na sua relação com a forma particular do Estado capitalista. [...] Neste sentido, o conceito de bloco no poder relaciona-se ao nível político, recobre o campo das práticas políticas, na medida em que este campo concentra em si, e reflete, a articulação do conjunto das instâncias e dos níveis de luta de classe de um estágio determinado (POULANTZAS, 1977, p. 299).

Apesar da constatação de antagonismos entre as frações de classe no bloco no poder brasileiro, não podemos considerar o lulismo como um modelo de conciliação entre os interesses divergentes das classes dominantes e subalternas no capitalismo brasileiro, arbitradas pelo governo, como em alguns momentos faz parecer a análise de André Singer (SINGER, 2012). Apesar da ambiguidade, e da existência de políticas compensatórias e redistributivas no lulismo, estes governos permanecem como representantes da classe dominante. “*Os governos Lula e Dilma são governos burgueses, especificamente da grande burguesia interna. Não são árbitros entre as classes fundamentais e nem são governos do subproletariado*” (BOITO, 2013). Esta orientação torna-se evidente ao analisarmos o eixo estrutural da política econômica do governo durante seus treze anos de mandato, prevalecendo como dito anteriormente, as orientações neoliberais (PACCOLA, 2016).

O conceito de bloco no poder não pressupõe, portanto, a existência de um equilíbrio de forças entre as frações de classe e classes em uma determinada sociedade. O que ele estabelece, é a existência de um conjunto de frações dentro da classe dominante, dentre as quais, uma deve ocupar a posição hegemônica. E que, apesar das contradições entre estas frações, elas compartilham o interesse comum de preservação do modo de produção capitalista, sustentado na exploração econômica e na dominação política por parte da burguesia.

Ora, a noção de fusão não pode permitir pensar o fenômeno do bloco no poder. Este constitui de fato não uma totalidade expressiva com elementos equivalentes, mas uma unidade contraditória complexa com dominante. É aqui que o conceito de hegemonia pode ser aplicado a uma classe ou fração no interior do bloco no poder. Essa classe ou fração hegemônica constitui, com efeito, o elemento dominante da unidade contraditória das classes ou frações politicamente “dominantes”, que fazem parte do bloco no poder (POULANTZAS, 1977, p. 232).





Por isso mesmo, o modelo neoliberal permaneceu na posição hegemônica na sociedade brasileira durante o período, pois, apesar da intensificação das políticas neodesenvolvimentistas, a fração de classe que detém a hegemonia na política brasileira continua sendo a burguesia financeira. Nesse contexto, não são os interesses da classe dominante que estão sendo colocados em confronto pelos antagonismos da política econômica do governo, não são os interesses do subproletariado que opõem-se ao modelo neoliberal (SINGER, 2012), mas sim os pontos de divergência entre as frações presentes no bloco no poder, que tem levado à contradições no seio do Estado.

Apesar disso, é inegável que as classes subalternas, principalmente aquelas em situação de extrema precariedade na sociedade brasileira, obtiveram ganhos significativos com o governo do PT. Quais seriam, então, as razões para que um governo representante das classes dominantes, como dito anteriormente, fizesse concessões às classes subalternas, contrariando os interesses da classe dominante e aplicando um conjunto de políticas antagônicas?

A razão destes ganhos precisa ser ponderada de maneira mais detalhada, mas podemos apontar algumas interpretações divergentes; a que ela seria resultado das concessões realizadas pelo governo durante o arbítrio entre as classes, realizado pelo lulismo (SINGER, 2012), hipótese que descartamos. Ou que elas representam um conjunto de políticas compensatórias necessárias para cooptação das classes subalternas (BOITO, 2003). Dentro dessa hipótese é preciso analisar sobre quais condições as concessões foram realizadas e qual fração da classe dominante buscou a cooptação. Visto que, ao iniciarem-se os governos do PT a hegemonia política do neoliberalismo, consolidada pelos governos predecessores, passou a ser contrabalaneada por políticas neodesenvolvimentistas apoiadas na burguesia produtivista nacional, a qual passaria a buscar o apoio de setores das classes subalternas para a concretização de seu modelo (BRESSER-PEREIRA, 2009).

No Brasil, desde a eleição de Lula para a presidência da República, em 2002, vivemos um período de transição de uma ordem centrada no mercado para um modelo econômico com maior coordenação pelo Estado. Se há linhas de continuidade, predominam os pontos de descontinuidade. A manutenção da política macroeconômica do governo anterior indica que a coalizão financeira e internacional continua influente, mas desde a substituição do ministro da fazenda Antonio Palocci por Guido Mantega tivemos um reforço das idéias novo-desenvolvimentistas. Este fato se acentuou, no segundo governo Lula com a escolha de Luciano Coutinho para a presidência do BNDES (BRESSER-PEREIRA, 2009, p. 99).

Partindo desta interpretação, os ganhos das classes subalternas estariam relacionados às disputas no interior da classe dominante brasileira, que colocariam os setores neodesenvolvimentistas em disputa com os setores neoliberais, corrente hegemônica.

Na verdade a grande burguesia interna, nas suas disputas com a fração burguesa perfeitamente integrada ao grande capital financeiro internacional, converteu-se em força dirigente de uma ampla e heterogênea frente política que poderíamos denominar neodesenvolvimentista (BOITO, 2013, p. 178).

No desenrolar desta disputa, o lulismo teria garantido o consentimento passivo das classes subalternas através de políticas públicas de incremento dos salários e redistribuição de renda, de um lado, enquanto assegurava o apoio dos sindicatos e órgãos de classe, através da cooptação de suas lideranças para posições chave na burocracia estatal e a concessão do controle de importantes fundos de pensão (BRAGA, 2012). Através deste apoio, o governo foi capaz de sustentar uma política menos alinhada aos interesses financeiros e colocar em prática elementos da política neodesenvolvimentista.

Contudo, a partir de 2013, observou-se um gradativo realinhamento das frações de classe em torno do modelo, enquanto no período anterior, o neodesenvolvimentismo foi capaz



de aglutinar diversos setores da burguesia nacional como a burguesia industrial e o agronegócio e ainda setores das classes subalternas ao seu projeto político. No período seguinte, a frágil aliança neodesenvolvimentista viria a erodir, fazendo eclodir uma crise política que se tornaria latente a partir da segunda eleição de Dilma Rousseff (2013) (SINGER, 2015). O afastamento de setores antes fiéis ao governo, como a Federação das indústrias de São Paulo (FIESP) minou a capacidade do partido em manter a política ambígua que marcou o período lulista.

Dessa forma, o PT viu-se diante de um paradoxo ao qual não foi capaz de dar resposta. As propostas do governo não foram capazes de reverter a cisão de sua base de apoio nas classes dominantes. A crise política iniciada em 2013 levou o governo a retroceder a política neodesenvolvimentista, que havia se intensificado no início da década (SINGER, 2015), apontando para a ruptura do modelo e a reversão do quadro político nacional à hegemonia neoliberal.

A aparente reversão da conjuntura político-econômica nacional, coroada com o impeachment da presidente Dilma em 2016, parece indicar que o ensaio neodesenvolvimentista fracassou. Nesse sentido, a crise política seria reflexo do reordenamento das frações de classe no Bloco no poder, às quais deixaram de apoiar o governo, como ocorrera em períodos anteriores.

Embora ampla e contraditória na sua composição de classe, a frente política neodesenvolvimentista existe e atua como tal. [...] Foi assim em 2002 na eleição presidencial de Lula da Silva; em 2005, na crise política que ficou conhecida como “Crise do Mensalão” e chegou a ameaçar a continuidade do governo Lula; em 2006, na reeleição de Lula da Silva para a presidência da República, e novamente em 2010 na campanha eleitoral vitoriosa de Dilma Rousseff. Em todos os momentos críticos citados, a sobrevivência dos governos neodesenvolvimentistas esteve ameaçada e, em todos eles, importantes associações patronais, centrais sindicais, movimentos camponeses, movimentos populares por moradia bem como o eleitorado pobre e desorganizado apoiaram, com manifestações dos mais variados tipos ou simplesmente com o seu voto, os governos e as candidaturas Lula da Silva e Dilma Rousseff (BOITO, 2012, p. 11).

Como dito, a crise política não nos parece constituir a única causa de esgotamento do modelo, contudo ela acentuou o processo, ao minar o modelo político sobre o qual se estruturou o neodesenvolvimentismo neste período, o modelo lulista, de modo a ruir as bases sobre as quais o PT estruturou sua política nos últimos anos, deixando o partido sem condições de sustentar sua posição no governo.

Incapaz de atender integralmente aos interesses da fração financeira, sem minar diretamente sua base de apoio popular e, incapaz de atender aos interesses da fração produtivista sem erodir as alianças que tornaram possível sua sustentação política, o modelo lulista tornara-se insustentável na conjuntura econômica atual. Nessa incapacidade parece estar um dos elementos de ruptura do governo Rousseff, como veremos a seguir.

## Conclusões

Consideramos que os fatores determinantes para a ruptura do ensaio desenvolvimentista e do lulismo não estão dados apenas pela conjuntura política. As razões que levaram os setores antes comprometidos com o governo a romper com a plataforma neodesenvolvimentista precisam ser analisados de forma a apontar os limites e contradições que decretaram a erosão do modelo. Nesse sentido, podemos apontar algumas possíveis causas, sem esgotar as hipóteses.

Em primeiro lugar, podemos relacionar o esgotamento do neodesenvolvimentismo à conjuntura internacional. O boom das commodities, o crescimento econômico chinês e o cenário externo profundamente favorável, teriam gerado um redirecionamento no padrão de desenvolvimento nacional, tornado possível a aplicação de uma política voltada para os setores produtivistas. Com a reversão deste cenário, a partir da crise econômica de 2008, as condições para



a manutenção do modelo neodesenvolvimentista foram esvaindo-se, apesar dos esforços do governo, levando à sua ruptura.

Outra possível interpretação seria que os limites do neodesenvolvimentismo seriam dados pelas disputas no seio da classe dominante. A disputa entre estas frações de classe no bloco de poder no Brasil, a burguesia financeira aliada ao capital internacional e a burguesia nacional produtivista, que tem procurado cooptar os setores populares da sociedade. Essa disputa desestabiliza a hegemonia política do neoliberalismo no Brasil, colocando em cheque o domínio da burguesia financeira. A qual passaria a exigir de seus representantes no governo, uma maior observância para com os seus interesses, pressionando-os nesse sentido, a reduzir as ambiguidades da política econômica e a focalizar nos interesses deste setor. O que culminou na crise política que depôs o PT do governo e erodiu modelo neodesenvolvimentista.

O argumento que desejamos fixar é que a durabilidade do lulismo não depende exclusivamente das condições externas. [...] Em outras palavras, o sucesso do lulismo pode vir a depender do resultado da disputa entre as coalizões produtivista e rentista descrita no capítulo 3, e não da conjuntura internacional (SINGER, 2012 p. 152).

Ademais, a fragilidade do modelo neodesenvolvimentista estaria na própria composição de classes que o sustentou, a aliança entre setores, os mais diversos, contava com limitações estruturais. Em primeiro lugar, as contradições entre a fração de classe dominante e as classes subalternas que apoiavam o modelo levariam, cedo ou tarde, a um conflito interno no grupo. As políticas de aumento real do salário, redistribuição de renda e expansão do emprego empoderou a classe trabalhadora, dando melhores condições de participação na luta de classes, o que desagradou a fração dominante do grupo, levando ao seu gradativo afastamento (SINGER 2015). Em segundo lugar, a composição orgânica da fração produtivista coloca limites ao apoio desta classe ao modelo. Isso porque, ao mesmo tempo em que tem seu capital vinculado ao setor produtivo, esta fração possui capital investido no setor financeiro, de modo que, seus interesses estão ao mesmo tempo em contradição e sintonia com a fração financeira, já que ela mesma é, em parte, rentista.

A dupla condição dos industriais restringiria o grau de empenho na plataforma produtivista. Como capitão de indústria, deseja crédito barato, portanto, redução dos juros. Todavia, como proprietário de conglomerado que é também financeiro, aspira a juros altos, que remunerem o dinheiro aplicado (SINGER, 2015 p. 65).

Essa tese coaduna com argumento que relaciona a ruptura do neodesenvolvimentismo à conjuntura externa, visto que, durante o período em que os ganhos no setor produtivo puderam ser potencializados pelo cenário internacional, a fração da burguesia, que conserva capitais tanto no setor financeiro quanto no setor produtivo, defendeu o aprofundamento de seus ganhos através de políticas voltadas para este setor. Porém, dada a reversão da conjuntura externa, esta fração deixa de apoiar as políticas neodesenvolvimentistas, tendendo ao setor financeiro. Isso explica também, porque as contestações do setor produtivista concentraram-se em aspectos específicos da política-econômica, principalmente a taxa de juros, sem realizar um questionamento contundente acerca de questões estruturais do modelo neoliberal.

Por fim e seguindo as preposições já explicitadas, podemos questionar a dimensão e o potencial reformulador da plataforma neodesenvolvimentista brasileira, visto a indissociação entre as frações produtivista e financeira no capitalismo nacional, este modelo estaria mais relacionado a alterações pontuais dentro da hegemonia neoliberal, do que a propostas com potencial reformulador do padrão de acumulação nacional, como ocorreu com o desenvolvimentismo do século passado (SAMPAIO JR, 2012).



Na prática, a terceira via torna-se uma espécie de versão ultra light da estratégia de ajuste da economia brasileira aos imperativos do capital financeiro. O diferencial do neodesenvolvimentismo se resume ao esforço de atenuar os efeitos mais deletérios da ordem global sobre o crescimento, o parque industrial nacional e a desigualdade social (SAMPAIO JR, 2012 p. 680).

Neste sentido, os limites do neodesenvolvimentismo estariam circunscritos ao próprio modelo neoliberal e as possibilidades de alteração comportadas pela fração dominante do Bloco no poder.

### Referências Bibliográficas

ALVES, Ana Rodrigues Cavalcanti. O conceito de hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe. In. *Lua Nova*, São Paulo, 80: pp. 71-96. 2010.

BOITO JR., Armando. *A hegemonia neoliberal no governo Lula*. Crítica Marxista. Rio de Janeiro, v. 17, p. 9-35, 2003.

\_\_\_\_\_. *As bases políticas do neodesenvolvimentismo*. Trabalho apresentado na edição de 2012 do Fórum Econômico da FGV / São Paulo. disponível em: <http://sistema.bibliotecas.fgv.br/>.

\_\_\_\_\_. O lulismo é um tipo de bonapartismo? Uma crítica às teses de André Singer. In. *Crítica Marxista*. São Paulo, v. 37, pp. 171-181, 2013.

BRAGA, Ruy. *A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista*. São Paulo: Boitempo, 2012.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; DINIZ, Eli. *Empresariado industrial, democracia e poder político*. In. *Novos estud.* – CEBRAP. São Paulo, n. 84, 2009.

GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

MENDES, Gabriel. *Da frente popular à aliança capital/trabalho: as campanhas de Lula a presidente de 89 a 2002*. Dissertação de Mestrado em Ciência Política, IUPERJ, Rio de Janeiro, 2004.

OLIVEIRA, Francisco. BRAGA, Ruy. RIZEK, Cibele (orgs.). *Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira*. São Paulo: Boitempo, 2010.

PACCOLA, Marco Antonio Bestetti. *Política econômica e industrialização no Brasil*. Saarbrücken: Novas edições acadêmicas, 2016.

POULANTZAS, Nicos. *Poder político e classes sociais*. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o poder, o socialismo*. Rio de Janeiro: Graal, 2 ed. 1985.

RESENDE, André Lara. *O mal-estar contemporâneo*. In: Valor, 05/07/2013.

RICCI, Ruda. *Lulismo - Da era dos movimentos sociais à ascensão da nova classe média*. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira/Rio: Contraponto, 2013.



SAMPAIO JR, Plínio de Arruda. *Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa*. In. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 112, out./dez. 2012.

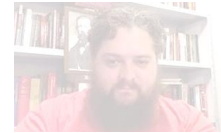
SINGER, André Vitor. *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

\_\_\_\_\_. *Classes e ideologias cruzadas*. In. Novos Estudos Cebrap. Novembro, 2013.

\_\_\_\_\_. *Cutucando onças com varas curtas: o ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014)*. In. Novos Estudos, n. 102, Julho 2015.

VEIGA, José Eli da. *Neodesenvolvimentismo quinze anos de gestação*. In São Paulo em Perspectiva, v. 20, n. 3, jul./set. 2006.





## MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA, CONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA E ÊXODO RURAL: CONTRADIÇÕES DE UMA MICRORREGIÃO NO OESTE DO PARANÁ

Marcos Alexandre Smaniotto<sup>1</sup>

**Resumo:** Este texto aborda questões relacionadas à inserção da modernização conservadora no campo, em especial na cidade de Marechal Cândido Rondon, localizada na microrregião Oeste do Paraná, durante as décadas de 1960 e 1970. A microrregião tem como características a colonização privada e previamente planejada, a pequena propriedade fundiária, a policultura e o trabalho familiar especialmente – mas não exclusivamente – de (i)migrantes alemães e italianos do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Essas características foram modificadas a partir da inserção da modernização conservadora, iniciada na segunda metade da década de 1960, implementando modificações indelévels à organização socioeconômica da microrregião. Concentração fundiária, êxodo rural, especulação imobiliária, entre outras, são modificações que se apresentaram naquele momento. Busca-se, com este texto, abordar alguns entendimentos que foram possíveis de serem investigados sobre este tema procurando indicar algumas especificidades que possam contribuir para os estudos do agrário, em especial sobre a modernização conservadora e as consequências de sua implementação no Brasil.

**Palavras-chave:** Concentração fundiária; Êxodo rural; Especulação imobiliária.

Este texto é composto de algumas análises que são resultado da pesquisa para doutoramento em História, realizado na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), intitulada “A Modernização Conservadora na Microrregião Oeste do Paraná – 1964-1979”, defendida em março de 2016. O objetivo foi analisar a formação, organização inicial e reorganização da microrregião Oeste do Paraná (por meio do estudo do município de Marechal Cândido Rondon<sup>2</sup>) entendidas a partir da modernização conservadora no campo. O recorte geográfico e temporal foi marcado por processos históricos que ocorrem durante aqueles anos, de âmbito internacional ao local, onde se destaca: a entrada e/ou intensificação do capital internacional na produção agrícola do Brasil, por meio da organização e do fomento à modernização conservadora no campo; a transformação do projeto inicial da MARIPÁ que se processou nestes anos, promovendo a intensificação na concentração de terra; as crises na produção agrícola da década de 1970, contribuindo à especulação imobiliária e para o êxodo rural; dentre outros.

A bibliografia que trata sobre a MARIPÁ e a colonização da microrregião Oeste do Paraná é abrangente, passando pelas produções memorialistas, encomendadas pelas prefeituras, bem como pelas famílias dos “pioneiros”,<sup>3</sup> que disputam a memória sobre a colonização da microrregião. Existem, ainda, relatos de jornalistas e as produções acadêmicas, decorrentes de pesquisas científicas. Esse conjunto bibliográfico aponta – por vezes de forma diversa e outras complementares – para o entendimento de parte do processo de colonização da microrregião

<sup>1</sup> Doutor em História e professor na rede estadual de ensino fundamental e médio do Paraná. E-mail: baraca13@gmail.com

<sup>2</sup> Deste município faziam parte os então distritos de Quatro Pontes, Entre Rios do Oeste, Pato Bragado e Mercedes. Todos estes quatro hoje municípios faziam parte de um único município, Marechal Cândido Rondon, sendo eles desmembrados e emancipados político-administrativamente em 1991.

<sup>3</sup> O “pioneiro” está entre aspas pois significa primeiro e, sendo assim, os imigrantes do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina que chegaram na microrregião na década de 1940 não foram os primeiros. Antes deles muitos já haviam habitado a região. Os autóctones, ou indígenas, podem ser considerados os pioneiros. Depois deles, os *obrageiros*, que exploravam economicamente a microrregião.



Oeste do Paraná. Neste contexto, buscou-se nos diferentes autores as bases nas quais a região foi estruturada socioeconomicamente, dando destaque às pretensões iniciais da empresa para, posteriormente, tratar das transformações ocorridas com a modernização conservadora. Além dessa bibliografia, dados da MARIPÁ, como o Relatório de Atividades, Mapas, IPARDES, Rádio Difusora do Paraná, Jornal Rondon Hoje, e outros, deram subsídios para formular a pesquisa.

Sobre o conceito de modernização conservadora, passou-se pela discussão organizada por Murilo José de Souza Pires e Pedro Ramos.<sup>4</sup> No entanto, não se abordará todo o histórico e os autores que o fizeram, dada a complexidade do tema e a amplitude que demanda esta discussão. Para o texto que segue, compreende-se modernização conservadora assim como José Graziano da Silva,<sup>5</sup> em que pese o entendimento que se tratou de uma modificação vinda de “cima para baixo”, ou seja, foi uma transformação na base produtiva agrícola disponibilizada e fomentada pelas grandes empresas internacionais e nacionais, financiada e impulsionada pelo Estado através dos bancos (principalmente o Banco do Brasil), do capital internacional – que abastecia em partes estes bancos –, e realizada sem que houvesse uma reestruturação na base fundiária.

## 1. A Microrregião Oeste do Paraná

Entende-se que a organização de uma região pode se dar na desorganização, dada que a racionalidade para o que é – ou não – organizado parte daqueles que usam o objeto em questão. No entanto, a microrregião que foi pesquisada possuía, a partir da década de 1940, uma organização superestrutural, devido a um planejamento de toda a área a ser colonizada pela MARIPÁ.<sup>6</sup> Desde as pessoas até a forma de produção já haviam sido prestabelecidas, dado que muito pouco restou das comunidades indígenas que habitavam a microrregião, bem como das *obrages*<sup>7</sup> que exploravam-na economicamente até o início do século XX. Apesar desta organização inicial, vê-se que as pessoas não se adaptam ou adequam-se a ela simplesmente pelo

<sup>4</sup> PIRES, Murilo José de Souza. & RAMOS, Pedro. **O Termo Modernização Conservadora: sua origem e utilização no Brasil.** Disponível em: [http://www.bnb.gov.br/projwebren/exec/artigoRenPDF.aspx?cd\\_artigo\\_ren=1140](http://www.bnb.gov.br/projwebren/exec/artigoRenPDF.aspx?cd_artigo_ren=1140) Acessado em 29.01.2014. Os autores são doutores pelo Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Murilo Pires também é pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) – Distrito Federal. Os autores utilizados para a análise da gênese e da utilização foram: AZEVÊDO, Fernando A. **As Ligas Camponesas.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982; GUIMARÃES, Alberto. P. *O Complexo Agroindustrial.* In: **Revista Reforma Agrária.** Ano 7, n. 6, nov./dez. 1977; \_\_\_\_\_. **A Crise Agrária.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982; \_\_\_\_\_. **Quatro Séculos de Latifúndio.** 6ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989; LÊNIN, Vladimir I. **O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia.** São Paulo: Brasiliense, 1982. \_\_\_\_\_. **O Programa Agrário da Social-Democracia na Primeira Revolução Russa de 1905-1907.** Goiânia: Alternativa, 2002. MORE JÚNIOR, Barrington. **As Origens Sociais da Ditadura e da Democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno.** São Paulo: Martins Fontes, 1975; POULANTZAS, Nicos. **Poder Político e Classes Sociais.** 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1986. Este texto traz uma análise do uso do conceito para entender a modernização conservadora no Japão e na Alemanha, onde, segundo eles, houve uma ruptura com a antiga ordem socioeconômica (feudal) para, posteriormente, contrapor a análise dos brasileiros sobre o tema. Para eles, “O processo de modernização conservadora conduziu, então, estes países para a formação de uma sociedade industrial moderna, mas com uma estrutura política conservadora, fato que as conduziu ao nazi-fascismo”. p. 415.

<sup>5</sup> Modernização conservadora é um termo debatido por diversos autores, com diversos entendimentos. Segue-se com José Graziano da Silva, especificamente em seu livro “Modernização Dolorosa”, quando indicou que a modernização foi dolorosa porque foi conservadora, e isso devido a ela mudar o volume da produção agrícola sem mudar as estruturas agrárias, o que gerou as “dolorosas” exclusão social e concentração de poder. SILVA, José Graziano da. **A Modernização Dolorosa.** Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

<sup>6</sup> Indústria Madeireira Colonizadora Rio Paraná S.A. Daqui em diante usar-se-á a sigla MARIPÁ para designá-la.

<sup>7</sup> Que era a denominação à exploração da erva-mate e da madeira em grandes extensões de terra por parte dos argentinos – e em menor quantidade por ingleses – com mão de obra sob o regime de trabalho compulsório dos indígenas paraguaios, chamados de *mensus* – do espanhol *mensú*, que designava o trabalhador rural.



fato de estar normatizado, disposto, mas reinterpretam e ressignificam a “organização” inicial da MARIPÁ, desorganizando-a.

O território onde hoje localiza-se a microrregião Oeste do Paraná era explorado pela “(...) obrage denominada Fazenda Britânia teve origem em 1905, quando o coronel do Exército Brasileiro, Jorge Schimmelpfeng, adquiriu 250 mil hectares de terras devolutas, na qualidade de ‘testa de ferro’ da companhia inglesa *The Alto Paraná Development Company Ltda.*, com sede em Buenos Aires”.<sup>8</sup> Devido a diversos fatores econômicos, mas com destaque para a Primeira e a Segunda Guerras Mundiais, que levaram a diminuição da importação de madeira, a Fazenda Britânia foi à venda. Ela foi adquirida em 1946, por um grupo de investidores gaúchos.

Ruy C. Wachowicz afirmou que

Alguns dos principais acionistas da MARIPÁ, entre os quais Alberto Dalcanale, Willy Barth, Alfredo P. Ruaro, os irmãos Egon Bercht e Kurt Bercht, Leonardo Julio Perna, já eram velhos conhecidos e sócios, da colonização realizada no Oeste de Santa Catarina. (...) os principais adquirentes da Fazenda Britânia, filhos ou netos de imigrantes localizados no Rio Grande do Sul já eram capitalistas, negociantes e velhos conhecidos, inclusive no serviço de colonização.<sup>9</sup>

Estes empresários foram aqueles que encabeçaram a negociação da Fazenda Britânia. O processo de colonização da região extremo Oeste do Paraná está ligado com a vontade de fazer render o capital já acumulado pelos empresários gaúchos na colonização do Oeste de Santa Catarina. Não se tratava de um empreendimento novo, mas de uma continuidade nos negócios de um grupo já experiente na especulação imobiliária de terra (pois haviam colonizado uma área do Oeste de Santa Catarina), com amizade e afinidade nos negócios de histórica relação.

O líder do grupo de empresários era Willy Barth, que se destacou pela sua capacidade de administrar a área explorada de forma a dar corpo a uma nova região – então atendendo aos seus interesses político-econômicos, com sua colocação na esfera política da região e com a venda de terras, madeiras, etc. Também, como “intelectual orgânico”, viu-se que ele possuiu grande capacidade para organizar a região para o seu “nascimento” e “crescimento” dentro dos marcos do capitalismo, criando o projeto de “colonização”, selecionando os mais “aptos”, determinando o que seria cultivado, a distribuição dos credos religiosos, a industrialização, entre outros e, principalmente, cooptando e dirigindo os interesses gerais da grande maioria da população para andar em consonância com os seus.<sup>10</sup> Assim, Willy Barth, que era protestante, empresário, político e muito rico, foi atuando política e economicamente para permanecer como líder político,<sup>11</sup> “amigo dos pobres”, mas que, no entanto, tinha a sua “amizade” justificada no bom desenvolvimento dos seus empreendimentos capitalistas.<sup>12</sup>

<sup>8</sup> GRONDIN, Marcelo. *O Alvorecer de Toledo na Colonização do Oeste do Paraná*. Marechal Cândido Rondon: Germânica, 2007. p. 56.

<sup>9</sup> WACHOWICZ, Rui C. *Obrageros, Mensus e Colonos: história do Oeste Paranaense*. Curitiba: Vicentina, 1982.p. 166.

<sup>10</sup> SCHMIDT, Róbi J. *Cenas da Constituição de um Mito Político: memórias de Willy Barth*. Cascavel: Edunioeste, 2001. É necessário atentar para o fato que alguns dos acionistas estabeleceram-se na região, como Willy Barth, e isso indica outro rumo, se comparado a algumas colonizadoras do Mato Grosso, nas quais os acionistas não viviam no lugar, apenas queriam ganhar com a comercialização dos lotes. Isso significa o interesse em outras instâncias, como a política, e outras formas de acumulação de capital, como a industrialização, mesmo que com predomínio de pequenas propriedades.

<sup>11</sup> Willy Barth era filiado ao PTB, e, sob sua influência, todos os prefeitos da região à época, também.

<sup>12</sup> Muitas pesquisas mostram, através de entrevistas com contemporâneos a Barth, a proximidade que ele tinha com os colonos, atuando diretamente com eles, resolvendo conflitos e participando de festas, e, assim, conquistando a confiança dos mesmos para continuar seu projeto político-econômico na região. Cf. SCHMIDT, op. cit. 2001; SCHMIDT, Róbi J. *A Política na “Época de Barth”: um aspecto mitificador*. In: LOPEZ, Marco A. *Espaços da Memória – Fronteiras*. Cascavel: Edunioeste, 2000; também cf. URNAU, Iraci Maria W. *Autoritarismo*,



Havia a possibilidade dos empresários gaúchos que compraram a Fazenda Britânia a dividirem em latifúndios e a venderem, de maneira rápida e com bons lucros em forma de fazendas, mas possivelmente os lucros seriam bem maiores se loteassem a área e vendessem pequenas porções de terra.

Em relação às medidas, falava-se em Perímetro Rural, que seriam várias colônias (lotes rurais) juntas. Uma colônia media aproximadamente 250.000 metros quadrados ou dez alqueires (110x220 metros ou 25 hectares).<sup>13</sup> A “espinha de peixe” fazia relação a uma metáfora, onde a espinha seria o rio, córrego ou sanga, que tinha como forma de suas espinhas as colônias de terra que se ligavam ao rio.

Seria mais lucrativo vender esta grande área em pequenas partes e com algumas especificidades. Conforme os dados do “Relatório das Atividades da MARIPÁ”,<sup>14</sup> as seguintes diretrizes sintetizam a proposta inicial da colonizadora:

- A) ELEMENTO HUMANO: a fim de ter êxito no empreendimento, povoar densamente a Fazenda Britânia, com agricultores que mais se adaptarem à região;
- B) PEQUENA PROPRIEDADE: proporcionar a todo agricultor que vier residir na “Fazenda Britânia” a faculdade de se tornar proprietário, livre e independente, das terras por ele cultivadas para si e sua família. Estas terras divididas em glebas de 10 alqueires ou 25 hectares trariam para a região maior quantidade de gente;
- C) POLICULTURA: garantir o perfeito equilíbrio econômico da região, dirigindo a produção agrícola, sempre que possível, no sentido da policultura;
- D) ESCOAMENTO DA PRODUÇÃO: na medida em que as terras forem vendidas e cultivadas, auxiliar os agricultores na colocação de seus produtos nos grandes mercados consumidores;
- E) INDUSTRIALIZAÇÃO: para industrializar a região na proporção do desenvolvimento do Brasil, evitando que o ritmo normal da produção agrícola depende de determinadas indústrias mantidas no litoral e evitando o desperdício de tempo e despesas de transporte e outros prejuízos com longas viagens.<sup>15</sup>

O destaque desta citação está na forma em que se planejava estruturar a área a ser colonizada, com “elemento humano” que se adaptasse a esta região (“italianos” e “alemães”), a pequena propriedade e a policultura, dado que a infraestrutura para o escoamento da produção e a industrialização somente foram possíveis décadas depois.

Um dos primeiros processos da MARIPÁ foi a seleção do “elemento humano” que poderia participar da colonização do Oeste do Paraná. Percebe-se que a MARIPÁ tinha a intenção de trazer pessoas para uma região, dando a ideia de que no Oeste do Paraná havia um vazio demográfico e que este poderia ser preenchido com trabalhadores de um tipo ideal específico: ascendentes de alemães e italianos. Assim, a escolha deste tipo de clientes deu-se através de um rigoroso processo de triagem étnico-cultural.<sup>16</sup> Os mais “aptos” ao projeto da MARIPÁ foram

---

**Rádio e a Idéia de Nação (1985-1992).** (Dissertação de Mestrado em História). Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2003.

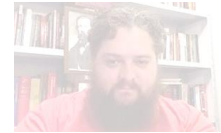
<sup>13</sup> Esta é a medida de um lote de terras que é popularmente chamado na região de “colônia de terra”, e foi o padrão de venda da MARIPÁ, como ver-se-á em quadros mais adiante no texto.

<sup>14</sup> NEIDERAUER, Hondy. **Relatório de Atividades da MARIPÁ.** Toledo: Museu Histórico Willy Barth, 1955. (mimeo). Este relatório está disponível no Museu Histórico Willy Barth, de Toledo, no Paraná. Trata-se de um material bastante rico em informações sobre as atividades iniciais da empresa.

<sup>15</sup> Idem. *Ibidem.* p. 03. Tem-se a necessidade de chamar a atenção para o fato de que a produção de relatórios, pela MARIPÁ, tinha duas funções bastante específicas: a) metas e prestação de contas; b) propaganda para a venda de mais lotes. Estes relatórios expressavam não somente o plano de ação da empresa, mas divulgavam o número de casas comerciais e industriais (principalmente ligados com a madeira), hospitais, escolas, etc.

<sup>16</sup> A venda de terras era realizada diretamente pelos corretores da MARIPÁ. O anúncio de terras se dava principalmente através de panfletos afixados em locais estratégicos, como bares/mercearias (chamados de “boliche” ou “bodega”) e/ou outros locais de grande aglomeração de pessoas (como igrejas, por exemplo) nos municípios em que se pretendia vender as terras. Os municípios mais visados na propaganda da MARIPÁ eram os do Rio Grande





escolhidos seguindo os critérios adotados pelos donos da empresa. Estas pessoas eram os colonos gaúchos e catarinenses, em sua grande maioria, descendentes de imigrantes alemães e de italianos. Estes já estavam acostumados às práticas de cultivo na região Sul (trigo, milho, mandioca, arroz, entre outras e, ainda, à criação de animais, como galinhas, gado e, principalmente, suínos):

De acordo com Ruy C. Wachowicz,

Da colonização das terras da antiga Fazenda Britânia, foram excluídos três tipos de elementos humanos:

- 1 – o colono, também descendente de europeus, que avançava em direção ao Oeste pela linha Sul paranaense. Em sua grande parte, era formado de descendentes de imigrantes poloneses e ucranianos;
- 2 – o caboclo paranaense, filho tradicional dos sertões brasileiros, que também encontrava-se na região em número nada desprezível;
- 3 – o *pêlo duro*, *nortista*,<sup>17</sup> que representava a frente cafeeira, que estava ocupando todo o norte do Paraná.<sup>18</sup>

Assim, grupos étnicos (ou “elementos humanos”) foram excluídos do processo de colonização feito pela MARIPÁ. Eram bem-vindas pessoas supostamente aptas e já adaptadas ao modelo colonizatório da empresa. Uma pesquisa de Keith Derald Muller<sup>19</sup> apresenta mais um indicativo desta seleção, quando informou que “A MARIPÁ selecionou, primeiramente, colonizadores de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, que eram da segunda, terceira geração de descendentes de alemães e italianos. A seleção foi um elemento importante nesta colonização pioneira”.<sup>20</sup>

Também utilizou-se do discurso do atraso nos métodos de produção, pois, segundo Wachowicz, “O *pêlo duro*<sup>21</sup> nortista, foi afastado da colonização, porque não entendia do tipo de agricultura praticada pelo sulista”.<sup>22</sup> Enfim, a colonização praticada pela MARIPÁ deu prioridade para os ascendentes de italianos e de alemães, preferencial e majoritariamente catarinenses e gaúchos. No sentido de não criar alarde e atrair os “elementos humanos” indesejáveis para a região, a MARIPÁ não fazia muita publicidade da colonização. Conforme Keith Derald Muller, “Não foi usada publicidade para atrair os colonos, e os aventureiros e especuladores de terras foram evitados. Mais precisamente, a Companhia recrutou os fazendeiros mais eminentes (...)”.<sup>23</sup>

do Sul: Porto Alegre, Ijuí, Santo Ângelo, Cruz Alta e Concórdia.

<sup>17</sup> A expressão “nortista” foi usada para diferenciar grupos sociais mau-quistos pela MARIPÁ, em virtude da sua origem étnica e social. A triagem era feita através do “sulista” era usado para identificar os gaúchos e catarinenses que eram bem-vindos à microrregião. No entanto, os “nortistas” (e paraguaios) não foram de todo excluídos, pois trabalhavam como mão de obra para serviços pesados e outros que os “sulistas” não queriam ou não dispunham de mão de obra suficiente. Cf. LAVERDI, Robson. **Tempos Diversos, Vidas Entrelaçadas** – trajetórias itinerantes de trabalhadores no Extremo-Oeste do Paraná. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2005.

<sup>18</sup> WACHOWICZ, op. cit. 1982. p. 174.

<sup>19</sup> MULLER, Keith Derald. *Colonização Pioneira no Sul do Brasil: o caso de Toledo, Paraná*. In: **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, v.43, n.1, p. 83-139, jan./mar. 1986. Este estudo se caracteriza por ter sido realizado com dados eminentemente empíricos, ou melhor, este pesquisador esteve na microrregião, buscando e produzindo dados *in loco*, naquele período. A pesquisa tende de ver os “alemães” como sendo os “portadores natos da modernidade”.

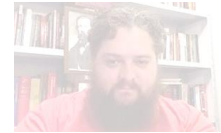
<sup>20</sup> Idem. Ibidem. p. 92.

<sup>21</sup> No Rio Grande do Sul, *pêlo duro* significava gado sem raça e sem grande valor.

<sup>22</sup> WACHOWICZ, op. cit. 1982.p. 175.

<sup>23</sup> MULLER, op. cit. 1986.p. 92. A propaganda era feita por corretores de imóveis em contato direto com os colonos no Rio Grande do Sul e Santa Catarina, ou com panfletos feitos justamente pensando nas características dos colonos gaúchos e catarinenses.





Sobre os aspectos culturais que formavam o colono que comprou terra da MARIPÁ e estabeleceu-se na microrregião Oeste no período anterior à modernização conservadora, pode-se dizer que ele tinha uma relação mais holística com a natureza. Segundo Valdir Gregory,

Os colonos, tradicionalmente, tinham, uma relação de respeito e de reverência para com a natureza. Usavam a queimada dentro do sistema de rotação de terras, afetando a fertilidade do solo, mas procuravam preservar parcela da colônia com vegetação nativa, evitando cultivá-la toda. Esta relação de reverência para com a natureza tinha uma conotação religiosa, uma vez que a vida rural cultivava uma relação da criatura com o criador, estabelecia gestos de admiração para com a obra divina, a natureza. Lançar a semente, acompanhar o desenvolvimento da planta, celebrar as chuvas e o sol nas medidas adequadas atribuíam à natureza o papel de contribuir na produção da subsistência e do excedente. A falta da chuva, a chuva em demasia, a fúria dos ventos e das águas sinalizavam respostas da natureza para com os homens. Chuvas, secas, tempestades, plantação, criação eram assuntos de preces e de orações nos cultos e nas missas.<sup>24</sup>

Religião, natureza, trabalho familiar alicerçado no modelo patriarcal de família, pequena propriedade, policultura, entre outras características formam os delineamentos iniciais da organização da microrregião Oeste, para um grupo majoritário de colonos. Com as informações formais de Valdir Gregory e informais sobre a relação do colono com a terra, percebe-se uma proximidade, valorizando-a para além da mera produção para acumulação capitalista, distinguindo o colono/camponês do “empresário do campo”. Além de sua condição de classe, trata-se, em linhas gerais, de uma representação identitária que tem na natureza elementos constituintes da sua própria identidade. As árvores, os rios, os peixes, os animais (de criação e silvestres), as plantas (medicinais, ornamentais ou de comércio), as estações do ano, entre outros, são partes integrantes desta cultura, diferentemente do empresário, que vê na produção/produktividade da terra a possibilidade de gerar mais lucro, desmatando, envenenando e promovendo qualquer ação que possa ser revertida em mais lucratividade para a área produtiva.

Estes dois grupos foram problematizados, mas aqui interessa perceber que se aborda os sujeitos sociais “pioneiros” da colonização do extremo Oeste de maneira distinta: os colonos e trabalhadores sem propriedade, de um lado, e os “empresários do campo”, os administradores e os profissionais liberais, de outro. São, em suma, dois grupos que por vezes são entendidos – por parte da historiografia sobre a microrregião – de maneira homogênea, como se todos tivessem as mesmas condições, ideias e ideais.

## **2. Modernização Conservadora, Concentração Fundiária e Êxodo Rural: contradições de uma microrregião do Oeste do Paraná**

Levando em conta o planejado à colonização do Oeste do Paraná pela MARIPÁ, e tendo preferência na venda de pequenas e médias propriedades agrícolas, em Marechal Cândido Rondon não havia um grande contingente de colonos que poderiam ser enquadrados como capitalistas do campo, ou como grandes produtores para o mercado monocultor soja/trigo/milho. Pode-se dizer que existia uma fração de produtores familiares já integrados no mercado capitalista de produção, do ponto de vista da mercantilização do excedente desta, que mesmo não tendo muitas condições de competir no mercado de grãos em nível nacional e internacional, estavam em vias de “modernizar-se”, ainda no final da década de 1960. Conforme o IPARDES,

<sup>24</sup> GREGORY, Valdir. Os **Eurobrasileiros e o Espaço Colonial** – migrações no Oeste do Paraná. Cascavel: Edunioeste, 2002. p. 111-112.



o Oeste do Paraná já era, no início da década de 1970, a região com maior porcentagem de propriedades utilizando-se da produção mecanizada (8,5%).<sup>25</sup>

Um estudo importante para entender a agricultura na sua fase modernizante (essencialmente a década de 1970) no Paraná foi desenvolvido por Vanessa Fleischfresser. Conforme a pesquisa,

Nos anos 70, as alterações na base produtiva da agricultura foram de tal forma expressivas que mudaram radicalmente o movimento que marcou a trajetória da população rural nas três décadas anteriores. Entre 1940 e 1970, a população rural cresceu a altas taxas, apresentando um saldo migratório positivo de aproximadamente 2.800 habitantes. Em apenas uma década, 1970-80, o saldo migratório foi negativo em cerca de 2.600 pessoas. Esse movimento, que eclodiu na década de 70, já se encontrava em estado latente na segunda metade do quinquênio dos anos 60, devido à erradicação dos cafezais. Só que nesse período, a população excedente dos cafezais localizados no Norte do Paraná se deslocava às ainda existentes “fronteiras agrícolas” no Estado. Entretanto, nos anos 70, quando gradativamente se esgotava a fronteira agrícola, concomitante ao processo de intensificação no uso da moderna tecnologia (caracteristicamente poupadora de mão de obra) e à substituição de culturas, agora não mais somente o café, mas também alimentares por soja e pecuária, verifica-se uma notável evasão da população residente no meio rural.<sup>26</sup>

Nota-se, portanto, que a modernização da agricultura atuava como seleção dos aptos a poderem modernizar-se, apesar da abundância de crédito que foi disponibilizado para a compra dos meios de produção “modernos”. Nesta perspectiva, conforme Valdir Gregory, na microrregião Oeste do Paraná,

Houve, através de diversos mecanismos de atuação, o incremento de uma camada de médios produtores tecnificados, sendo que os que possuíam entre 20 a 50 hectares foram os que melhores condições tinham de se ajustarem às mudanças, ao passo que os de menos de 20 hectares tinham limitações econômicas para suportarem os requisitos da tecnificação. Em contrapartida, 63% dos novos estabelecimentos criados entre 1970-80 estavam entre os de 50 a 200 hectares.<sup>27</sup>

No entanto, aconteceu uma grande diminuição nas pequenas propriedades e uma padronização daquelas que conseguiam atender aos requisitos da “modernização”, as com renda compatível para a compra do “pacote tecnológico” e, conseqüentemente, também com renda para o pagamento dos empréstimos oriundos desta empreitada. Especificamente em Marechal Cândido Rondon, a situação das propriedades rurais estava assim dividida:

<sup>25</sup> GREGORY, Valdir. Os **Eurobrasileiros e o Espaço Colonial** – migrações no Oeste do Paraná. Cascavel: Edunioeste, 2002.p. 215.

<sup>26</sup> FLEISCHFRESSER, Vanessa. **Modernização Tecnológica da Agricultura: contrastes regionais e diferenciação social no Paraná da década de 70**. Curitiba: Livraria do Chain; CONCITEC/IPARDES, 1988. p. 21.

<sup>27</sup> GREGORY, op. cit. 2002. p. 215.



### QUADRO 1: PROPRIEDADE DAS TERRAS EM MARECHAL CÂNDIDO RONDON

Período	Total		Individual		Condomínio ou sociedade de pessoas		Sociedade Anônima ou por cotas de responsabilidade		Cooperativas		Entidade Pública		Instituição Pia ou Religiosa		Sem Declaração de propriedade	
	Estab.	Área Ha)	Est	Ha	Est	Ha	Est	Ha	Est	Ha	Est	Ha	Est	Ha	Est	Há
1970	6.630	104.646	6.497	101.407	75	1.186	32	1.952	-	-	23	95	3	6	-	-
1975	6.515	116.300	6.365	111.882	87	3.798	11	352	5	32	23	156	2	1	22	77
1980	6.308	115.262	6.016	109.722	31	988	44	1.945	1	14	213	2.590	3	1	-	-

**FONTE:** Dados compilados pelo autor a partir dos Censos Agropecuários 1970, 1975 e 1980.<sup>28</sup>

Com o Quadro 1 percebe-se que o número total de propriedades privadas (estabelecimentos) foi diminuindo na proporção de 4,85% entre os censos dos anos de 1970 e 1980 (de 6.630 para 6.308), e a área total destas propriedades, neste mesmo período, aumentou em 10,14% (104.646 para 115.262), o que indica concentração de terra. Há a necessidade de levar em consideração que estes dados podem parecer tímidos, mas é a concentração de uma área de 10.616 hectares, ou 106.160.000 metros quadrados. Em aproximadamente 20 anos de cobertura dos censos agropecuários, forma-se a média de 530,8 hectares de área concentrada por ano. No sentido reforçar este processo, pode-se apontar que a propriedade individual decaiu 7,40%, de 6.497 para 6.016, indicando a existência de concentração de terras em Marechal Cândido Rondon no período analisado.

Uma indicação de Guiomar Inez Germano, com depoimento de um colono, mostra o processo por quem o viveu (tanto pesquisador quanto depoente) naquele momento histórico. Conforme Guiomar,

Se, num primeiro momento, a ocupação da região se deu no sentido de um fracionamento da terra em pequenas propriedades, a tal ponto que uma das características da estrutura fundiária da região é a predominância de pequenas propriedades, com a introdução da lavoura da soja e do trigo e com o ingresso da modernização, está havendo também uma mudança na estrutura fundiária, no sentido de provocar uma tendência à concentração de terras e um conseqüente processo de emigração. Os depoimentos colhidos na região dão mostra disso: *Quem tem 3 alqueires, não tem futuro, vende para o latifundiário; Quem tem 4 colônias,<sup>29</sup> tem ¾ das colônias mecanizadas, se ele tem boa safra de soja, tem condições de comprar as terras do vizinho e este vai embora (...); Depois que entrou a mecanização, as máquinas vieram para fazer as destocas, para organizar as lavouras, daí o pessoal foi embora, praticamente sumiram.<sup>30</sup>*

Seguindo com a reflexão indicada por Guiomar Inez Germano, a condição dos proprietários das terras na microrregião ajuda a compreender a situação de terras na região.

<sup>28</sup> CENSO AGROPECUÁRIO. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Rio de Janeiro: IBGE, 1979. Volume 1. Tomo 18. 1ª e 2ª partes.

<sup>29</sup> “Uma colônia, na região, equivale a 10 alqueires”.

<sup>30</sup> GERMANI, Guiomar Inez. **Expropriados Terra e Água: o conflito de Itaipu**. Salvador: Editora ULBRA, 2003. p. 26. Grifos no original. Esta geógrafa pesquisou e escreveu esta dissertação – hoje livro – em meio aos acontecimentos, e por isso suas citações constam quando a Itaipu ainda estava em fase de construção, e também utiliza o tempo verbal indicando processos que ainda estavam acontecendo. A dissertação foi defendida em 1982, na UFRGS, com o título “Os Expropriados de Itaipu”.



## QUADRO 2: CONDIÇÃO DOS TRABALHADORES DO CAMPO EM RELAÇÃO ÀS TERRAS EM MARECHAL CÂNDIDO RONDON

Período	Proprietário		Arrendatário		Parceiro		Ocupante	
	Estabelecimentos	Área (Ha)	Estabelecimentos	Área (Ha)	Estabelecimentos	Área (Ha)	Estabelecimentos	Área (Ha)
1960	1.289	40.830	859	20.076	-	-	-	-
1970	4.944	87.249	381	4.330	709	7.982	596	5.084
1975	5.303	104.070	422	4.182	565	6.370	225	1.678
1980	5.771	109.239	100	1.386	149	1.978	288	2.658

FONTE: Dados compilados pelo autor a partir dos Censos Agropecuários 1970, 1975 e 1980.<sup>31</sup>

Com o Quadro 2 pode-se notar que somente o número de estabelecimentos e de área que tiveram crescimento foi o dos proprietários, indicando concentração de terra. A condição dos trabalhadores arrendatários, parceiros e ocupantes, teve diminuição entre os censos de 1960 e 1980, período marcado pela inserção da modernização conservadora. Indica a expulsão do campo de trabalhadores que foram sendo substituídos pelas máquinas.

Esses dados são importantes para perceber que a propriedade privada agrícola, em termos de tamanho, não cresceu significativamente, mas deixou de destinar área para outros grupos, de forma temporária e apenas para produção (não titularidade), porque a titularidade continuava sob o grupo de particulares. Este processo está diretamente relacionado com a inserção da modernização conservadora no campo, dada à possibilidade de uma família, com a utilização dos recursos tecnológicos trazidos pela modernização (trator, colheitadeira, implementos agrícolas, herbicidas, fungicidas, sementes modificadas, etc.) poder cultivar a mesma área ou uma área maior sem a necessidade de contratação de outros trabalhadores.

Conforme o BESNOSIK, Roberto I. & CEZAR, Paulo B. & RIBEIRO, Ivan de O., em “Modernização e Diferenciação Social na Agricultura Brasileira: um estudo do extremo-oeste do Paraná”.

(...) concentração e modernização da produção foram responsáveis pela expropriação de um número significativo de produtores não-proprietários, revelando que, no caso estudado, o desenvolvimento capitalista, aplicou-se seletivamente, definindo um segmento social a ser marginalizado. Isto, contudo, não significa que o desenvolvimento capitalista por que passou a região Extremo-Oeste tenha suprimido a unidade familiar como elemento básico da organização da produção. Pelo contrário, com o processo de modernização consolida-se o papel da propriedade familiar na base da estrutura produtiva da região.<sup>32</sup>

Neste sentido, o segmento social a ser marginalizado foi o dos trabalhadores do campo sem a propriedade da terra. Na microrregião Oeste do Paraná, no período da colonização (do início do processo, na década de 1950, até o início da década de 1970), os trabalhadores do campo sem propriedade trabalhavam por meio de um regime de trabalho de parceria ou arrendamento, mas, conforme os autores, também existia outra denominação que não entrava nos censos, mas que era utilizada pelos colonos para designar aqueles que não tinham a propriedade da terra: eram os “agregados”.

Segundo o estudo “Modernização e Diferenciação Social na Agricultura Brasileira: um estudo do extremo-oeste do Paraná”,

<sup>31</sup> CENSO AGROPECUÁRIO. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. op. cit.

<sup>32</sup> BESNOSIK, Roberto I. & CEZAR, Paulo B. & RIBEIRO, Ivan de O. **Modernização e Diferenciação Social na Agricultura Brasileira**: um estudo do extremo-oeste do Paraná. Horto. 1981. p. 37.



Há referência frequente, menos na bibliografia e mais nas entrevistas realizadas na região, há contingentes de famílias sem terra que se dirigem, durante todo o período de colonização, para a região de fronteira. Pode-se identificar pelo menos dois fluxos de migrantes de que não dispõe da propriedade formal da terra, o primeiro vindo do sul, e o segundo vindo do norte. Junto com os colonos, ou imediatamente após o assentamento destes, chegam à região famílias das zonas de expulsão do Rio Grande do Sul e Santa Catarina que, provavelmente por não disporem da propriedade nos locais de origem ou de algum tipo de fundo prévio de acumulação, não adquiram lotes da Fazenda Britânia. Muitas vezes estes trabalhadores são da mesma família dos colonos (frequentemente filhos e cunhados, segundo entrevistas), ou então conhecidos, vizinhos ou *agregados* nas zonas de origem. (...) Um segundo fluxo migratório de agregados e trabalhadores sem-terra vem do norte, e parece ter sido particularmente importante durante os anos 60. Neste período, o norte do Paraná estava passando por importantes transformações nos seus sistemas de produção, com a modernização das lavouras de café e a multiplicação das áreas da pecuária e de agricultura mecanizada. Este processo libera e expulsa mão de obra, que vai procurar se estabelecer na nova zona de fronteira do Oeste do Estado. (...) A chegada do *nortista* ao Extremo-Oeste se dá em condições bastante diversas daquela encontrada pelos que vem do Sul, beneficiados como vimos pelo estilo de colonização e já “socializados” de certa maneira. O agregado que vem do Norte tem que enfrentar uma situação mais difícil, muitas vezes agravada por elementos de preconceito sócio-cultural praticado ainda hoje contra os colonos que não descendem de alemães e italianos<sup>33,34</sup>

No arrendamento, o proprietário da área dava uma parte da produção ao trabalhador, em troca do plantio de sua terra, com porcentagem previamente acordada, independentemente da quantidade produzida ou, em caso de frustração de safra, tolerâncias eram realizadas por meio de acordo em contrato. No caso dos agregados, era trocada a sua força de trabalho por parte da produção ou por um pagamento (em produto e/ou em dinheiro, mas que era normalmente feito por parte da produção, evitando assim ao colono o dispêndio de dinheiro e auxiliando na consolidação da sua área). Partilhavam, os “agregados”, dos riscos de frustrações na produção, e dependiam do quanto trabalhavam para receber. Ambos eram formas de trabalho permanentes e importantes no campo durante os anos iniciais da colonização, isso porque se deve considerar que antes da modernização com a introdução especialmente de máquinas agrícolas, exigia-se muita mão de obra para toda a atividade agrícola, desde o desmatamento e preparação da terra até a colheita, não somente nas áreas grandes, mas também na unidade padrão da MARIPÁ (de 24 hectares, por exemplo).<sup>35</sup>

<sup>33</sup> “Um exemplo desta discriminação é o nome dados pelos colonos já estabelecidos ao aglomerado urbano que se formou na periferia de Toledo: ‘Vila Brasil’, a favela dos brasileiros, dos não-proprietários. Mesmo entre as elites do município o fator ‘étnico’ é utilizado para justificar as diferenças de desempenho entre os colonos e os nortistas, estes últimos considerados ‘acomodados e pouco empreendedores’”. Idem. Ibidem. p. 13. Em Marechal Cândido Rondon, um processo análogo aconteceu, mas o preconceito e o racismo eram mais latentes, tendo o bairro com as mesmas características a denominação de “Planeta dos Macacos”, que era o “Bairro da Cooperativa”. Este processo foi estudado, dentre outros pesquisadores, por LAVERDI, Robson. **Tempos Diversos, Vidas Entrelaçadas** – trajetórias itinerantes de trabalhadores no Extremo-Oeste do Paraná. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2005. Como exemplo das condições de vida dos não-proprietários que eram moradores no “Bairro da Cooperativa”, os aqui também denominados de “nortistas”, indicar-se-á uma reportagem do jornal Rondon Hoje, intitulada *A Miséria Também Existe em Rondon*: “João trabalho no Serviço Autônomo de Pavimentação – SAPAM –, onde consegue um salário de Cr\$ 1.200 para sustentar 11 filhos e sua esposa. “Antes eu trabalhava de bóia-fria na cidade de Santa Rita d’Oeste, município de Terra Roxa. Agora já fazem sete meses que vim para Marechal Cândido Rondon”, afirmou João Antonio. Mas seu relato não termina por aí: “Eu cheguei até vender jornal. A vida é fogo, compadre, mas vai se fazer o quê? Agora, a SAPAM prometeu me aumentar o salário, e isso vai ser muito bom. Vamos aguardar, né, compadre”. **Jornal Rondon Hoje**. Marechal Cândido Rondon, de 14 a 21 de novembro de 1978.

<sup>34</sup> BESNOSIK, et. all. op. cit. 1981. p. 12-13. Grifos no original.

<sup>35</sup> Conforme os dados do estudo “Modernização e Diferenciação Social na Agricultura Brasileira: um estudo do extremo-oeste do Paraná”, além dos “agregados”, entendidos como trabalhadores do campo sem a propriedade da





No entanto, a modernização conservadora na agricultura diminuiu a importância e a utilização do trabalho dos “agregados”, como visto nas tabelas anteriores, demonstrando a expulsão destes do campo. Para os colonos proprietários de terras,

Ao contrário do trabalho temporário, o trabalho permanente parece não ter grande relevância para as unidades de produção familiar. Um caso de trabalho permanente do qual se teve informação é o associado à criação de suínos, tendo sido mencionado que quando o número de matrizes excede a um certo limite é comum a contratação de um trabalhador para tomar conta do plantel, efetuando-se a remuneração parte em dinheiro parte em porcentagem sobre a produção. Este trabalhador recebe na região a denominação de agregado, embora tudo indique que ele nada tem a ver com a categoria social característica das primeiras duas décadas da colonização, assemelhando-se muito mais a um trabalhador assalariado permanente.<sup>36</sup>

Estes trabalhadores, oriundos do campo, mas que foram expulsos dele devido à falta de propriedade e a inserção da modernização na agricultura, sendo muitos já expulsos de outras áreas rurais, que então viviam nas cidades, eram empregados, sazonalmente, nos períodos de pico na produção do campo (como se verá mais adiante no texto). Sobre o tema é interessante ainda perceber que,

(...) Mesmo quando estão empregados em ocupações urbanas, estes trabalhadores são mobilizados periodicamente para o trabalho sazonal na agricultura. Além disso, os próprios produtores-proprietários costumam assalariar-se temporariamente nas colônias dos vizinhos, o que é encarado no mais das vezes como uma modalidade de ajuda. Esta prática, agora remunerada em dinheiro, parece ser uma atualização da antiga prática da troca de dias, frequente nas regiões de origem dos colonos e mesmo na região de atração, nos primeiros anos da colonização. Neste caso, em que o trabalho temporário do vizinho complementa as necessidades sazonais da força de trabalho da unidade familiar, o assalariamento não define portanto uma relação de produção de tipo capitalista. (...) Da mesma forma que boa parte dos que se assalariam não o fazem como proletários, boa parte dos que empregam trabalho assalariado não o fazem como capitalistas. Não se trata de empregar capital variável para produzir mais-valia (e apropriação de lucro médio sobre o capital investido), mas de garantir a reprodução interna da unidade através da utilização de recursos externos disponíveis e necessários, no caso a força de trabalho de outros pequenos produtores familiares ou volantes da região. É importante reter aqui o caráter complementar do trabalho fora da família, que continua sendo responsável pela maior parte da força de trabalho dispendida no processo produtivo. E não se trata apenas de uma questão formal; a própria dinâmica de funcionamento e expansão da unidade familiar tem que levar em conta a limitação representada pela disponibilidade interna de força de trabalho, que só pode ser contornada à custa de gastos monetários relativamente elevados (em abril de 1981 a remuneração por dia de trabalho – a diária – girava em torno e Cr\$ 400,00).<sup>37</sup>

O salário-mínimo em maio de 1981 era de Cr\$ 8.464,80. A soma de 26 dias de trabalho de um “boia-fria” seria de Cr\$ 10.400, um pouco mais que um salário-mínimo para a época, e isso se ele conseguisse se empregar os 26 dias do mês, descansando somente aos domingos. Os gastos com o emprego de mão de obra assalariada podem ser considerados elevados dependendo do “porte” do produtor, se era um colono ou “empresário do campo”, de sua capacidade de endividamento na produção, capitalização, dentre outros. Portanto, o gasto “elevado” era

---

terra, mas que nela exerciam alguma atividade, também existiam outros sem-terra, os paraguaiois e os “caboclos”, sendo que ambos transitavam pela região antes da colonização da MARIPÁ. A estes era destinado preferencialmente o trabalho manual mais pesado, de derrubada da mata, por exemplo. Cf. p. 19-21.

<sup>36</sup> BESNOSIK *et. all.* op. cit. 1981. p. 44-45.

<sup>37</sup> Idem. *Ibidem.* p. 40-41. Os dados sobre os valores dos salários mínimos estão disponíveis em: [http://www.gazetadeitauna.com.br/valores\\_do\\_salario\\_minimo\\_desde\\_.htm](http://www.gazetadeitauna.com.br/valores_do_salario_minimo_desde_.htm) Acessado em: 09.08.2015.



relativo, dependendo de quem estava tendo que usar esta mão de obra. Para os trabalhadores, evidentemente, esta remuneração era rebaixada, considerando que o salário-mínimo tinha como base a “ração” diária necessária para a sobrevivência, e não levava em consideração outros gastos com qualidade de vida, medicamentos, etc., e, ainda havia para eles a informalidade, a ausência de legislação específica para os “temporários” do campo, dentre outros.

De outra parte, também é complexo entender as relações sociais de produção capitalista no campo fora do capitalismo. Mesmo sendo uma relação até então diferenciada na venda de mão de obra, onde um proprietário de meios de produção vende a sua própria força de trabalho para outro proprietário, e vice-versa, isso não implica em entender esta relação destoadada do “tipo de produção capitalista”. É, sem dúvida, uma prática inserida e identificada com aspectos do capitalismo, mas com mediações, como a da troca de jornadas, os mutirões, e ainda outros elementos que fogem a dimensão exclusiva do capital. São práticas capitalistas, mas configuradas em uma lógica que combina outros elementos, dentre eles a sociabilidade construída entre iguais, mesmo diante de remuneração.

Essa prática pode ser entendida como realizada para manter o capital entre os “vizinhos” – excluindo desta forma o trabalhador sazonal (futuro “boia-fria”) do trabalho no campo. Pode, ainda, ser encarado, além de uma forma de ajuda mútua entre vizinhos, como mais uma forma de opressão ao antigo trabalhador do campo que, há pouco, devido à modernização, já havia sido empurrado à cidade, e agora perde – mais uma vez – o local de trabalho (antes para a máquina, agora para o proprietário proletarizado sazonalmente).

Além disso, pode-se entender a preferência dos colonos para o não emprego de força de trabalho assalariada nos picos de produção, por meio de algumas informações e dados levantados em relatório, indicando que

Apesar de, para a maioria dos produtores da região pesquisada, o trabalho familiar ser predominante com relação ao trabalho externo, o perfil de utilização de mão de obra da família situa-se já distante do modelo clássico da exploração familiar camponesa, caracterizada pela utilização intensiva da força de trabalho marginal no seio da unidade produtiva (esposa, pai, mãe, filhos). Algumas características clássicas, ao contrário, não se alteraram, como é o caso da distribuição interna da renda que continua se dando de forma não-proporcional ao aporte de cada membro da família. **Não há remuneração direta em dinheiro pelo trabalho de membros da família;** os excedentes são reunidos sob o controle do chefe da unidade e distribuídos para os filhos que casam, ou então aplicados como investimento nas próprias explorações.<sup>38</sup>

Assim sendo, não havia necessidade de pagamento em dinheiro, assalariamento, aos membros da família. Não se gastava pelo trabalho extra necessário nas temporadas que exigiam mais força de trabalho, dado que este dinheiro ficava com o “chefe” da família. Era mais uma forma de manter uma fonte de renda na própria família do colono. Para entender este processo um pouco melhor, pode-se indicar Paul Singer, quando analisou sobre a renda no Brasil. Para ele,

A ciência econômica apresenta várias e conflitantes teorias sobre a repartição *funcional* da renda, ou seja, da repartição da renda entre “capital”, “trabalho” e “terra” ou, mais precisamente, entre as rendas do capital (lucros, juros), do trabalho (salários) e da terra (aluguéis, renda da terra). Mas, da renda pessoal disponível uma grande parte das rendas do capital já estão excluídas. Além disso, do rendimento de cada indivíduo pode haver várias espécies de rendas misturadas. Por exemplo, nos ganhos de um diretor de empresa há rendas de trabalho e de capital; nas de um agricultor que é proprietário das terras que cultiva, há elementos de lucro, juros, salário e renda da terra.

<sup>38</sup> Id. Ibid. p. 44. Grifos meus.



Portanto, as teorias da repartição da renda não podem ser aplicadas diretamente para entender como esta tem evoluído no Brasil.<sup>39</sup>

É, como indicado por Paul Singer, difícil entender o todo da composição da renda do conjunto de uma organização social específica, devido à complexidade das fontes e da imiscuidade delas (capital, trabalho e terra – associado ao poder patriarcal, concentrado na figura do pai sobre os demais membros da família, invisibilizados como trabalhadores, entre outras características). Singer estava preocupado em compreender o processo de concentração de renda no Brasil até a década de 1970. Criticava a visão oficial de que a centralização da renda estava ligada com o atraso do “capital humano” – sobretudo a educação – e, este peso recaía também sobre os colonos “desatualizados”. Estes, na visão oficial, segundo Singer, eram utilizados como bode-expiatório para justificar o desvio da renda para os mais “sábios”, “modernizados”, enquanto os mais “ignorantes” (do campo e da cidade) eram os responsáveis pelo atraso econômico que eles mesmos provocavam com suas “escolhas produtivas tradicionais”.

Especificamente em Marechal Cândido Rondon, o desenvolvimento do capitalismo no campo levou a modificação na estrutura da mão de obra, na proletarização de uma parcela dos colonos, mas este processo não foi tão linear, homogêneo e totalmente finalizado. Estas transformações, iniciadas com a modernização conservadora, tiveram acelerações e retrações, fases amenas e agudas de expropriação e expulsão do colono e do trabalhador do campo, ou mesmo, de proletarização sazonal dos colonos, como indicado pelo PERSAGRI II:

O fato de que o trabalho familiar mantém sua importância em comparação com o trabalho de não-membros da família reflete com bastante clareza o caráter do desenvolvimento da região estudada. O surgimento e a generalização do uso da máquina e dos insumos modernos potencializaram o trabalho da família, permitindo que uma mesma quantidade de força de trabalho disponível seja capaz de dar conta de uma quantidade maior de terra. Esta combinação de especialização produtiva em uma ou duas lavouras e mecanização do processo de trabalho, contudo, alterou significativamente os ciclos produtivos da unidade familiar. Os períodos de trabalho concentram-se em dois “picos” durante o ano, que geralmente incidem com as etapas das capinas, não mecanizáveis.<sup>40</sup> Nestes momentos, dificilmente as reservas de trabalho da própria família dão conta das necessidades impostas à lavoura. Este fenômeno explica o aumento da importância do trabalho assalariado temporário (...) paralelamente ao predomínio do trabalho familiar. **A importância reduzida da mão de obra permanente nas propriedades revela que a produção estritamente capitalista, embora em expansão, assume papel secundário na região pesquisada.**<sup>41</sup>

É interessante perceber que a microrregião em estudo passou por um processo de modificação nas relações de trabalho. Houve uma diminuição no número de dias que o emprego de grande quantidade de mão de obra na lavoura era necessário. A máquina, os insumos e os instrumentos voltados para a produção no campo moldaram relações sociais diversas das que existiam antes da introdução deste “pacote”. No entanto, destaca-se que, para os autores da pesquisa, a “produção estritamente capitalista” mede-se pela perenidade da mão de obra nas lavouras, e pelo suposto assalariamento dos trabalhadores. Se há pouca utilização de trabalhadores através da contratação por salário (diário, quinzenal, mensal, por safra, etc.), não há pro-

<sup>39</sup> SINGER, Paul. **Dominação e Desigualdade** – estrutura de classes e repartição da renda no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. p. 12.

<sup>40</sup> “A capina pode ser feita através do uso de herbicidas químicos, cujo uso é muito frequente no cultivo do trigo. Neste caso, a aplicação é em geral feita pelos próprios membros da família. Como a aplicação, contudo, exige a utilização de maquinário e implementos específicos, é comum a contratação de serviços de terceiros, como ocorre também no plantio e na colheita. Para a maioria das lavouras mais importantes da região – milho e soja – a capina ainda é majoritariamente manual”.

<sup>41</sup> BESNOSIK, *et. all.* op. cit. 1981. p. 39-40. Grifos meus.



dução estritamente capitalista. Esta visão foi criticada por Paul Singer, pois reduz o entendimento e a importância da introdução da mecanização conservadora no campo e seus efeitos aos colonos na década de 1970, objeto do estudo. Conforme Paul Singer, a renda no sistema capitalista tem diferentes origens, e no campo não ocorre o mesmo processo de expropriação de mão de obra que ocorre nas cidades, nas fábricas, indústrias e outros locais onde o lucro do capitalista é extraído do trabalhador na produção de mercadorias. No campo, a relação de expropriação é outra, por meio também de extração de sobretrabalho (salário), mas também de outros, do lucro da venda do produto, de juros e especulação, renda da terra, da parceria, do arrendamento, entre outros. No entanto, a crítica aqui se relaciona com o entendimento de que a ausência de mão de obra permanente no campo seria uma produção diferente da “essencialmente capitalista”. O uso estritamente da mão de obra familiar – na maioria dos meses do ano – não caracteriza a produção, mecanizada, inserida no processo de produção monocultor “moderno”, como algo diferente do capitalismo. Trata-se do entendimento do processo dialético e materialista, onde o “novo” não supera completamente o “velho”, ou seja, o modo de produção capitalista absorve formas e relações de trabalho que não fazem parte dele em si próprio como sistema socioeconômico, se isto for maximizar os lucros do capitalista. Neste sentido, o uso da mão de obra familiar no trabalho no campo não significa que se vive- no feudalismo, nem que o trabalho escravo tenha acabado.<sup>42</sup>

Valdir Gregory indicou que

A modernização da agricultura, no Oeste do Paraná, e seu processo seletivo provocou uma tendência geral de concentração da propriedade e de concentração de produção. As atividades relacionadas com a produção tiveram o aporte da mecanização, sendo que o tamanho ótimo da exploração familiar aumentou. Isto quer dizer que as áreas modernizadas sofreram modificações nas formas de realização das tarefas produtivas, interferindo na estrutura ocupacional, no uso de tecnologia e na capacidade produtiva. (...) Houve significativa redução do número de produtores não-proprietários e uma consolidação da unidade familiar enquanto elemento da organização da produção (...). O uso do maquinário e de insumos modernos potencializaram o trabalho familiar, possibilitando à unidade familiar o cultivo de lavouras mais amplas. No entanto, ocorreram alterações nos “ciclos produtivos da unidade familiar”, concentrando os períodos de trabalho durante o ano na colheita, no plantio, na capina. Esta alteração se deveu a vários fatores. Na medida em que as áreas de cultivo eram aumentadas e as inovações tecnológicas iam sendo adotadas, os cultivos se especializavam e se abandonava muitos cultivos de subsistência e cultivos comerciais de menor importância. A adoção de sementes selecionadas exigia períodos mais curtos de plantio (inclusive os financiamentos bancários eram condicionados a estes períodos de plantio). O uso de maquinário reduzia significativamente o tempo gasto em preparo do solo, plantio e colheita. As atividades fora dos períodos de trabalho dedicados diretamente ao estabelecimento, por outro lado, como já foi mostrado, permitiam ao colono realizar tarefas ligadas às suas atividades produtivas tais como negociações com os bancos, com as cooperativas, participação em cursos.<sup>43</sup>

Assim sendo, o volume da produção não estava mais ligado com a capacidade produtiva da unidade familiar, mas essencialmente com a quantidade e qualidade das tecnologias utilizadas, bem como da possibilidade de empregar sazonalmente mão de obra assalariada. Desta forma, em pouco tempo o colono com grande quantidade de terra deixou de ser colono

<sup>42</sup> Um exemplo é esta chamada de notícia de oito de agosto de 2015, relacionada com um município localizado a 50 quilômetros de Marechal Cândido Rondon: *Polícia Resgata Paraguios Trabalhando Como Escravos em Fazenda de Guaira*. Disponível em: [http://www.mcrfoco.com.br/noticias/16328-policia\\_resgata\\_paraguios\\_trabalhando\\_como\\_escravos\\_em\\_fazenda\\_de\\_guaira.html](http://www.mcrfoco.com.br/noticias/16328-policia_resgata_paraguios_trabalhando_como_escravos_em_fazenda_de_guaira.html) Acessado em 08.08.2015

<sup>43</sup> GREGORY, op. cit. 2002. p. 226-227.





para ser “empresário do campo”, membro ativo do mercado regional, estadual, nacional e internacional, imprimindo a ele uma nova visão de si mesmo, sobre sua importância no processo produtivo no campo, sobre sua identificação de classe.

Em suma, pode-se perceber que a média propriedade agrícola (25 a 50 hectares) foi importante no processo de modificação da base técnica na agricultura na microrregião Oeste do Paraná, dada que estas áreas davam possibilidade à ampliação/intensificação das práticas capitalistas de produção no campo por meio da modernização conservadora. No entanto, somente os médios e grandes proprietários de terra poderiam inserir-se no contexto tecnológico da modernização conservadora com certa segurança.

Uma forma de perceber a inserção da modernização conservadora em Marechal Cândido Rondon também pode ser feita através da investigação dos números relacionados com a residência dos proprietários das áreas rurais, conforme o Quadro 3, que segue:

**Quadro 3: FORMA DE ADMINISTRAÇÃO E RESIDÊNCIA DO PRODUTOR**

Período	Forma de Administração				Residência do produtor					
	Produtor		Administrador		No estabelecimento		Fora do Estabelecimento <sup>44</sup>			
	Estabelecimentos	Área (Ha)	Estabelecimentos	Área (Ha)	Estabelecimentos	Área (Ha)	Zona Urbana		Zona Rural	
							Estabelecimentos	Área (Ha)	Estabelecimentos	Área (Ha)
1970	6.554	101.391	76	3.255	5.596	92.110	1.034		12.535	
1975	6.342	110.510	41	3.932	5.768	101.248	735		14.943	
1980	6.230	110.449	78	4.812	4.810	86.658	654 (Urbano)	13.935	805 (Rural)	12.396

**FONTE:** Dados compilados pelo autor a partir dos Censos Agropecuários 1970, 1975 e 1980.<sup>45</sup>

Nota-se que houve uma redução no número de estabelecimentos onde havia a presença do proprietário, de 5.596, em 1970, para 4.810, em 1980 (redução de 14%). Ou seja, 786 estabelecimentos onde houve compra por parte de vizinhos ou por agentes urbanos que especulavam a terra. Também, percebe-se que em 1980, 1.459 “produtores” estabeleceram-se fora de suas propriedades, indicando não somente o êxodo rural dos não proprietários, expulsos do campo, mas também que os colonos e/ou empresários do campo estavam direcionando-se à cidade.

Conforme os dados do IBGE, pode-se entender que a compra da área pelo vizinho fez com que fossem anexadas áreas. Dessa forma, o proprietário das terras continuou no campo, mas com área maior. Aquele que vendeu e saiu, deixou de ser colono e por isso não pode ser computado como quem tem terra e passou a viver na cidade, porque, nos dados do IBGE, mudou de categoria. A transformação mais acentuada está entre os anos de 1975 e 1980 e, neste sentido, restaria saber se o percentual dessa migração está pela venda ou pela escolha em residir no meio urbano, mesmo que dependendo da renda do campo. Esta possibilidade interpretativa existe, mas não se conseguirá resposta para ela, devido ao fato de não se ter estes dados. Não há como indicar se a saída do campo foi maior procurando arrendar a terra e morar na cidade, ou se pela expulsão. Reforça-se que existem ambas as possibilidades. Assim, também há a possibilidade de interpretar a saída do campo como Afrânio Garcia Junior, no livro “O Sul: o caminho do roçado”,<sup>46</sup> onde analisa que houve uma mudança de concepção em relação à terra em si, passando de terra de trabalho, na qual se vive, para a noção de terra de negócio, do quanto de riqueza dela pode-se extrair.

<sup>44</sup> A divisão entre Zona Urbana e Zona Rural só consta no censo de 1980.

<sup>45</sup> CENSO AGROPECUÁRIO. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. op. cit.

<sup>46</sup> GARCIA JUNIOR. Afrânio. **O Sul: caminho do roçado**. Estratégias de reprodução camponesa e transformação social. Brasília: Editora Marco Zero e Editora UNB, 1990.





Estes dados podem ser interpretados como uma das formas (mas não a única) pelas quais a modernização conservadora criou as condições para que os colonos e/ou “empresários do campo” adentrassem no mundo da “pequena política”.<sup>47</sup> Participando mais do convívio com o meio urbano – pela necessidade de estarem em contato com bancos, cooperativas, sindicatos, etc., bem como cientes do que acontecia no mercado agrícola em âmbito nacional e internacional – entendendo que as políticas de fomento à agricultura, crédito, facilidades e outras “vantagens” são adquiridas por meio da política. Neste sentido,

(...) Ao que tudo indica ocorre, particularmente junto aos estabelecimentos médios que elevarem substancialmente a sua propriedade durante o processo de modernização, a ampliação dos períodos de ociosidade da força de trabalho familiar. Esta é, na verdade, a outra face dos “picos” de demanda de força de trabalho em determinados momentos do ciclo de produção. Este aumento do tempo “livre” da família resolveu-se, segundo a pesquisa realizada, de diversas maneiras. Antes de mais nada parece ter se efetivado uma alteração nos horários de trabalho (como levantar mais tarde, por exemplo) e um aumento no tempo de lazer – para o que o equipamento urbano de lazer, como o cinema, o futebol e a lanchonete, tem se expandido na sede do município. Igualmente parece ter sido reduzida a importância do trabalho feminino nos serviços agrícolas (exceto nos “picos” de trabalho), ao mesmo tempo em que eleva-se o nível de escolarização dos filhos dos produtores – na medida em que as tarefas agrícolas deixam de concorrer com a escola na organização do trabalho familiar. Os jovens ficam mais “urbanos”, mesmo quando continuam morando na zona rural, porque passam boa parte do dia na cidade estudando e, eventualmente, trabalhando. Esta alteração, possibilitada pela mecanização dos processos produtivos na agricultura, tem consequências importantíssimas no que diz respeito à assimilação de novos hábitos culturais e de novas mentalidades, principalmente por parte dos filhos dos agricultores.<sup>48</sup>

Dormir mais, divertir-se mais, estudar mais e menos trabalho para as mulheres. Estas modificações, na perspectiva do estudo “Modernização e Diferenciação Social na Agricultura Brasileira”, foram resultados da “modernização” da agricultura na década de 1970, na microrregião Oeste do Paraná. Certamente foram transformações que modificaram o âmago do *ser* colono, não somente no âmbito econômico, mas também cultural e político.

Pode-se elencar aqui mais uma diferenciação entre colono e “empresário do campo”. Estas transformações supostamente benéficas no campo, a proximidade com a cidade e tudo o que ela poderia oferecer, não foi um “direito” que a modernização levou a todos que dela participaram. É evidente que nem todos poderiam usufruir das características apontadas no relatório da Fundação Getúlio Vargas. A modernização conservadora é dá-se também porque conserva as estruturas de poder, de dominação, de expropriação e de dominação no campo. Para se ter acesso a estes benefícios, o colono deveria ultrapassar a limitação territorial que o segurava entre os pequenos e avançar ao terreno dos médios e grandes. Ao colono, detentor de uma pequena propriedade (entendida aqui até 12 hectares, ou meia colônia) dificilmente poderia usufruir plenamente destas características apontadas anteriormente.

No sentido de apontar para a organização de classe dos “antigos” colonos, pode-se citar o Jornal Rondon Comunicação, quando em uma de suas matérias divulgava que houve “Boa Participação no Curso Para Empresários Rurais”:

<sup>47</sup> Antonio Gramsci faz diferenciação entre pequena e grande política. De maneira geral, a “grande política” compreende as questões ligadas à fundação de novos Estados, à luta pela destruição, pela defesa, pela conservação de determinadas estruturas orgânicas econômico-sociais. A “pequena política” compreende as questões parciais e cotidianas que se apresentam no interior de uma estrutura já estabelecida em decorrência de lutas pela predominância entre as diversas frações de uma mesma política (política do dia-a-dia, política parlamentar, de corredor, de intrigas). GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. Vol. 3. p. 21-22.

<sup>48</sup> BESNOSIK, *et. all.* op Cit. 1981. p.45.



(...) o curso para **empresários rurais** em Marechal Cândido Rondon, nos dias 09 e 10 de maio, teve êxito total. A participação e o interesse demonstrado por parte dos agricultores vem mais uma vez coincidir com os **objetivos que o técnico espera o que são de um agricultor esclarecido, e ciente da necessidade de sua organização para representar a classe.** (...) **Precisamos de um agricultor organizado em todos os sentidos, sua união de classe, na administração de sua propriedade e na adoção das técnicas agropecuárias modernas, procurando diminuir os custos provocados por uma produtividade maior.** Mas, voltando ao assunto o Escritório local da ACARPA de Marechal Cândido Rondon espera que os agricultores continuem assim, com vontade de vencer e com isso prestando sua grande parcela de colaboração ao desenvolvimento social, técnico e econômico, para o município.<sup>49</sup>

A utilização do termo “empresários rurais” destoa da antiga autodenominação de colono ou agricultor. Aqueles que conseguiam se apropriar dos referenciais e das exigências do mercado, já não eram mais colonos ou agricultores, mas empresários rurais, voltados para o mercado externo de *commodities*, produzindo com base no mais alto nível de complexidade técnica, administrando “empresas rurais”. Chama a atenção para o indicativo da necessidade de “esclarecimento” do colono para a necessidade de representar-se enquanto “classe”. Este curso, mesmo sem saber dos temas tratados é, sem dúvida, um indicativo da organização dos colonos, mediado pelo Estado, em torno de grupos, associações, sindicatos e/ou outras formas de representação.

O teor do “Curso para Empresários Rurais” pode ser deduzido de outra reportagem do jornal Rondon Comunicação, o que revela a concepção daquilo que era importante naquele momento histórico para a fração capitalizada da agricultura. Segundo o Jornal Rondon Comunicação,

A associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná – ACARPA, tem sua ação orientada pela política governamental de desenvolvimento do meio rural, sendo entidade executora de um programa evolutivo em extensão rural, por delegação do Ministério e da Secretaria da Agricultura. O trabalho de Extensão realizado na região em 1974, teve como objetivo, no campo econômico: (...) melhor administração dos fatores de produção, eleva o Valor Bruto da Produção (VBP), **a maximização dos lucros**, através da **minimização dos custos de produção** e ou obtenção de maiores receitas totais. A introdução na agropecuária de práticas modernas para aumentar a produção e produtividade:

- **Maior qualificação e utilização da mão de obra.**
- **Maior e melhor emprego do fator capital por unidade produtiva.**
- **Atuação no mercado dos produtos agropecuários visando a melhor comercialização da produção através da ação cooperativista.**
- **Gerar excedentes de produtos agropecuários com possibilidade de exportação dentro do programa “Corredores de Exportação”.**<sup>50</sup>

Este conjunto de medidas, começando pela maximização dos lucros por meio da minimização dos custos da produção, é importante para perceber o aprofundamento qualitativo no entendimento dos preceitos da modernização conservadora junto aos “empresários do campo”. Esta ideologia da racionalização e da acumulação capitalista vai de encontro com as antigas formas de produzir do colono, pois exige, por exemplo, “maior qualificação da mão de obra” (possivelmente conhecimento das novas tecnologias e das novas técnicas agrícolas). Excluía-se desta qualificação os trabalhadores “diaristas” (como a Rádio Difusora chamava os “boias-frias”), bastante presentes naquele período, ou ainda os “agregados”, meeiros, arrendatários e

<sup>49</sup> **Jornal Rondon Comunicação.** *Boa Participação no Curso Para Empresários Rurais.* Marechal Cândido Rondon. 25.05.1974. Grifos meus.

<sup>50</sup> Idem. *ACARPA 1974.* Marechal Cândido Rondon. 08.02.1975. Grifos meus.



outros sem a propriedade privada da terra adequada e “modernizada”. Tratava-se, essencialmente, de qualificar a mão de obra familiar dos colonos e, em menor medida, a mão de obra presente na área urbana (oriunda do êxodo rural, provocado pela própria modernização conservadora, por exemplo) por meio de cursos voltados para a área.<sup>51</sup> Entende-se que este clima de modernização gera o contraste com a crise econômica dos anos posteriores, como se verá.

Um dos objetivos da ACARPA aos “empresários rurais” era o de proporcionar a educação necessária para a ampliação do investimento de capital no campo, bem como de sua gerência na “unidade produtiva”. Isso era necessário, numa ponta, ao governo, para manter e/ou aumentar a produção agrícola, mantendo as exportações e, na outra, para que o “empresário do campo” aplicasse corretamente este capital, não o desperdiçando ou agindo em desconformidade com a lógica capitalista de acumulação. Era, em suma, o equilíbrio de interesses entre o governo (capita/exportação), bancos (capital) e “empresários do campo” (produção/capital) que estava sendo buscado. Ensinar os “empresários do campo” a aplicar, administrar e aumentar o capital era necessário para que o crescimento econômico e a manutenção destes no campo, procurando sempre o aumento da taxa de lucro.

No que se refere a “melhor comercialização da produção através da ação cooperativista”, pode-se indicar outra reportagem, onde se demonstra uma das práticas das empresas cerealistas de Marechal Cândido Rondon na busca de maximizar os lucros. Conforme o *Jornal Rondon Comunicação*,

O colono que se cuida. Tem comprador de soja que vem com conversa mole de segurar o produto até o fim de junho e depois pagar o preço do dia, mas isso não passa de conversa fiada. Quando chega a hora de libertar o “tutu” eles descontam armazenagem, pesagem, secagem, frete, sutagem, despesas com pessoas e juros pelo adiantamento para a colheita. No fim quase não sobra nada para o inocente produtor. Se continuar o estado de coisas vamos começar a declinar os nomes de alguns cerealistas deste naípe.<sup>52</sup>

Assim, proprietários de empresas agrícolas – não mencionadas – agiam para aumentar a taxa de lucros e esta prática deveria ser entendida e combatida pelo “empresário do campo”. Ainda, mencionou-se o cooperativismo, também tratado na tese, dada a importância que se acredita ter para a formação do mercado agrícola – e da racionalidade/ideologia burguesa – de Marechal Cândido Rondon. Enfim, gerar excedentes de produtos agropecuários com possibilidade de exportação, maximizando os lucros – tanto de bancos como o de “empresários do campo” – foi um discurso amplamente divulgado naquele período.

## Referências Bibliografia e Fontes

AZEVÊDO, Fernando A. *As Ligas Camponesas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

BESNOSIK, Roberto I. & CEZAR, Paulo B. & RIBEIRO, Ivan de O. *Modernização e Diferenciação Social na Agricultura Brasileira: um estudo do extremo-oeste do Paraná*. Horto. 1981.

CENSO AGROPECUÁRIO. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Rio de Janeiro: IBGE, 1979. Volume 1, 2 e 3. 1<sup>a</sup> e 2<sup>a</sup> partes.

<sup>51</sup> Curso de tratoristas, por exemplo, eram oferecidos no CEMEP, bem como de mecânica diesel e outros relacionados com o trabalho no campo – direta ou indiretamente.

<sup>52</sup> *Jornal Rondon Comunicação*. *Chumbo Grosso*. Marechal Cândido Rondon. 29.06.1974. Grifos meus.



FLEISCHFRESSER, Vanessa. *Modernização Tecnológica da Agricultura: contrastes regionais e diferenciação social no Paraná da década de 70*. Curitiba: Livraria do Chain; CONCI-TEC/IPARDES, 1988.

GERMANI, Guiomar Inez. *Expropriados Terra e Água: o conflito de Itaipu*. Salvador: Editora ULBRA, 2003.

GREGORY, Valdir. *Os Eurobrasileiros e o Espaço Colonial – migrações no Oeste do Paraná*. Cascavel: EDUNIOESTE, 2002.

GRONDIN, Marcelo. *O Alvorecer de Toledo na Colonização do Oeste do Paraná*. Marechal Cândido Rondon: Germânica, 2007.

GUIMARÃES, Alberto. P. O Complexo Agroindustrial. In: *Revista Reforma Agrária*. Ano 7, n. 6, nov./dez. 1977.

\_\_\_\_\_. *A Crise Agrária*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

\_\_\_\_\_. *Quatro Séculos de Latifúndio*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

*Jornal Rondon Hoje*. Marechal Cândido Rondon. 1977-1979.

*Jornal Rondon Comunicação*. Boa Participação no Curso Para Empresários Rurais. Marechal Cândido Rondon. 25.05.1974.

LAVERDI, Robson. *Tempos Diversos, Vidas Entrelaçadas – trajetórias itinerantes de trabalhadores no Extremo-Oeste do Paraná*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2005.

LÊNIN, Vladimir I. *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

\_\_\_\_\_. *O Programa Agrário da Social-Democracia na Primeira Revolução Russa de 1905-1907*. Goiânia: Alternativa, 2002.

MOORE JÚNIOR, Barrington. *As Origens Sociais da Ditadura e da Democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno*. São Paulo: Martins Fontes, 1975.

MULLER, Keith Derald. Colonização Pioneira no Sul do Brasil: o caso de Toledo, Paraná. In: *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, v.43, n.1, p. 83-139, jan./mar. 1986.

NEIDERAUER, Hondy. *Relatório de Atividades da MARIPA*. Toledo: Museu Histórico Willy Barth, 1955.

PIRES, Murilo José de Souza. & RAMOS, Pedro. *O Termo Modernização Conservadora: sua origem e utilização no Brasil*. Disponível em: [http://www.bnb.gov.br/projwebren/exec/artigo-RenPDF.aspx?cd\\_artigo\\_ren=1140](http://www.bnb.gov.br/projwebren/exec/artigo-RenPDF.aspx?cd_artigo_ren=1140) Acessado em 29.01.2014.

POULANTZAS, Nicos. *Poder Político e Classes Sociais*. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1986.



SILVA, José Grazino da. *A Modernização Dolorosa*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

SCHMIDT, Róbi J. *Cenas da Constituição de um Mito Político: memórias de Willy Barth*. Cascavel: Edunioeste, 2001.

\_\_\_\_\_. A Política na “Época de Barth”: um aspecto mitificador. In: LOPEZ, Marco A. *Espaços da Memória – Fronteiras*. Cascavel: Edunioeste, 2000.

SINGER, Paul. *Dominação e Desigualdade – estrutura de classes e repartição da renda no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

URNAU, Iraci Maria W. *Autoritarismo, Rádio e a Idéia de Nação (1985-1992)*. (Dissertação de Mestrado em História). Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2003.

WACHOWICZ, Rui C. *Obrageiros, Mensus e Colonos: história do Oeste Paranaense*. Curitiba: Vicentina, 1982.





## CONSTRUCCIÓN Y DECONSTRUCCIÓN DE LA ALTERIDAD COMO ESTRATEGIA DE CONSOLIDACIÓN DEL PODER ESTATAL. “INDIOS MUERTOS, NEGROS INVISIBLES” EN SANTIAGO DEL ESTERO

Oscar Humberto Gallardo<sup>1</sup>

La constitución del poder del estado en Argentina, como en otros lugares de América, utilizó entre sus estrategias de consolidación, la construcción y deconstrucción permanente de la alteridad. En su tránsito histórico, se puede ir reconociendo, fundamentalmente, la organización sistemática de las políticas de totalización de la soberanía sobre el Territorio Argentino, a cargo de algunas elites criollas, elaboradas a partir de la aniquilación de los indígenas. Estas políticas tomaron, entre otras muchas, la forma de las Campañas del Desierto. La necesidad de configurar al “otro” se vio satisfecha en la conversión del indio como un enemigo aglutinador que homogeneizaba a guaraníes, montoneros, pampas, etcétera, en oposición a un poder centralizador. El indio tiene así un lugar paradójico en la construcción de la Nación Argentina: es excluido como subjetividad posible, pero frente a él consolidó el modelo de ciudadanía; él es el marco, en negativo, de la nueva subjetividad nacional (GROSSO, 2008). Mientras tanto, los movimientos ideológicos llevados a cabo por la hegemonía nacional fue el de simplificación y reducción de las identidades provinciales, presentándolas como imperfecciones del modelo porteño-céntrico. Esta operación de reducción incluyente fue reforzada por la historiografía del siglo XIX, estructuradora del discurso histórico, de la opinión pública y del marco ideológico del sistema educativo (SHUMWAY, 1993, p.208-217).

En los albores de la humanidad, el “otro”, siempre fue un correlato del “desconocido”. Ese desconocido era, en general, el enemigo que acosaba y acechaba en todos lados. Tomaba la forma de demonios, animales, dioses u hombres. Se lo presentía en la espesura de la selva, en los reveses de las montañas, en los sonidos de las tormentas, etc. Se configuraba en todo aquello que estaba más allá de lo conocido, fuera de todo lo que se dominaba.

El tránsito de la humanidad ha ido ampliando enormemente el espacio de todo lo conocido. El conocimiento se ha proyectado en todos los sentidos; las formas de las relaciones humanas son incontables. El hombre, finalmente, ha empezado a relacionarse con sus semejantes, a cruzar sus destinos y prácticas culturales.

Sin embargo, casi de forma contradictoria con esta marcada evolución humana, el “otro” continua siendo, en muchos casos, un desconocido que ante determinadas circunstancias se convierte en un enemigo en potencia. Aunque los motivos para negarlo o menospreciarlo no sean los mismos que hace miles de años, las líneas de identificación y de exclusión se siguen remarcando, casi como una necesidad humana ineludible. Se plantea una búsqueda de frontierizar los territorios, en donde el semejante convive y el extraño, la mayoría de las veces, debe ser expulsado.

América Latina es un espacio en el que los estados han ido utilizando múltiples formas de negación del otro, según los modelos de consolidación y definición priorizados.

Dice Raymond Williams acerca de los usos negativos de la palabra Raza:

*Se la ha utilizado contra grupos tan diferentes en términos de clasificación como los judíos (culturalmente europeos y norteamericanos característicos, en la mayoría de los contextos habituales), los negros americanos (una minoría mezclada dentro de la*

<sup>1</sup> Institución: Instituto Superior de Profesorados Provinciales N 2. Frías. Santiago del Estero.- Argentina. Instituto de Estudios Superiores. -Recreo. Catamarca- Argentina. Dirección de correo electrónico: kikigallardo@hotmail.com



*heterogénea población de los Estados Unidos), los “orientales” (como en la proyección del “peligro amarillo”), los “antillanos” (una población mezclada identificada por su origen geográfico, pero en la que el término persiste a pesar de haber perdido vigencia) y luego, de diferentes maneras, tanto los irlandeses como los pakistaníes, donde el supuesto “ario” se estira literalmente hasta sus límites, pero de forma excluyente. Las diferencias físicas, culturales y socioeconómicas se asumen, proyectan y generalizan, y se confunden a tal punto que se hace que diferentes tipos de variación se representen o se impliquen unos a otros. A continuación, el prejuicio y la crueldad a menudo resultantes no sólo son males en sí mismos, también complicaron profundamente, y en algunas áreas amenazaron, el lenguaje necesario del reconocimiento, (libre de prejuicios) de la diversidad humana y sus comunidades reales. (Williams, Raymond- 2.000)*

A pesar de que ya es posible precisar que el racismo en América Latina se asienta en variadas razones (desigualdad económica, exclusión, prejuicios sobre las etnias, etc.) no podemos negar que las formas de negación del otro se aprenden, y que este aprendizaje es consecuencia de un proceso de adquisición, esencialmente discursivo.

Es pretensión de este trabajo, analizar las formas en que el Estado Argentino, y en particular el estado de la provincia de Santiago del Estero de la cual provengo, viene sosteniendo algunas formas de ocultar y desocultar a “otros”, a manera de posicionar algunas elites sociales que acompañaron a la consolidación del estado en particulares contextos históricos.

Para ello se tiene como intención proponer un diálogo entre el texto de José Luis Grosso denominado **Indios Muertos, Negros Invisibles**, y otras experiencias que presentan relación con el tema a desarrollar.

En el tránsito que propone José Luis Grosso, se puede ir reconociendo, fundamentalmente, la organización sistemática de las políticas de totalización de la soberanía sobre el Territorio Argentino, a cargo de algunas elites criollas, elaboradas a partir de la aniquilación de los indígenas. Estas políticas tomaron, entre otras muchas, la forma de las Campañas del Desierto.

La necesidad de configurar al “otro” se vio satisfecha en la conversión del indio como un enemigo aglutinador que homogeneizaba a guaraníes, montoneros, pampas, etcétera, en oposición a un poder centralizador. *El indio tiene así un lugar paradójico en la construcción de la Nación Argentina: es excluido como subjetividad posible, pero frente a él consolidó el modelo de ciudadanía; él es el marco, en negativo, de la nueva subjetividad nacional.* (Grosso. 2.008).

La colonización a través de la Campaña del Desierto estuvo asociada a las políticas de ocupación de los espacios usurpados con diversos grupos de inmigrantes.

Mientras tanto, los movimientos ideológicos llevados a cabo por la hegemonía nacional fue el de simplificación y reducción de las identidades provinciales, presentándolas como imperfecciones del modelo porteño-céntrico. *Esta operación de reducción incluyente fue reforzada por la historiografía del siglo XIX, estructuradora del discurso histórico, de la opinión pública y del marco ideológico del sistema educativo.* (Shumway 1993 p.208-217)

Aunque los énfasis de las elites porteñas fueron los de anular las diferencias identitarias, Santiago del Estero sostuvo esas “diferencias”, esencialmente en las formaciones culturales. Sin embargo, el borramiento sistemático de algunos espectros sociales ejecutado por las políticas nacionales fue efectivo y potente. La dispersión demográfica, las muertes por epidemias y pestes, la anulación de identificaciones étnicas, y fundamentalmente el sistema educativo, fueron provocando la des-negrización, la des-cholización y la des-indianización.

*“El dispositivo geopolítico de la racionalización nacional del territorio fue correlativo al dispositivo identitario de la homogeneización social en términos de neutralización étnica y polarización europeizante; ambos en una dialéctica frenética que arrastraba motivos analógicos deslizados de uno a otro en un vaivén neocolonial de progreso y olvido.*



*Esta homogeneización “argentina” no se realizó en el Noroeste del país vía inmigración (como en las pampas del Sur y en el centro del país), sino a través de los ferrocarriles, de los nuevos circuitos del mercado laboral y del consumo de productos culturales que éstos intensificaron, del sistema educativo, y de la polarización sobre una forma de vida y un modelo único de ciudadanía, porteño-céntricos. Los santiagueños argentinizados, no obstante, han habitado el modelo santiagueñizándolo a su modo y confrontándolo con sus márgenes”.*

Este proceso de ocultamiento del “otro” también ha sido sostenido por la prohibición y los procesos de control sobre la lengua quichua.

Tzvetan Todorov, en su texto, “La Conquista de América. El Problema del otro”, intenta explicar, en cierta forma, las razones de la victoria de la conquista, y los fundamentos que sostienen la corta resistencia de los aborígenes americanos frente a las ambiciones colonizadoras de Cortés:

*...me veré obligado a llevar al pie de la letra una respuesta sobre las razones de la conquista-derrota que se encuentra en las crónicas indígenas, y que hasta ahora se ha descuidado en occidente, sin duda porque se la tomó como una mera fórmula poética. En efecto, la respuesta de los relatos indios, que es más una descripción que una explicación, consistiría en decir que todo ocurrió porque los mayas y los aztecas perdieron el dominio de la comunicación. La palabra de los Dioses se ha vuelto ininteligible, o bien esos dioses se han callado. “La comprensión se ha perdido, la sabiduría se ha perdido” (Chilam Balam, 22): “Ya no había un gran maestro, un gran orador, un sacerdote supremo, cuando cambiaron los soberanos, a su llegada” (ibid., 5). El libro maya del Chilam Balam está regularmente marcado por esta pregunta desgarradora, que se plantea incansablemente, pues ya no puede recibir respuesta: “Cuál será el profeta, cuál será el sacerdote que dé el sentido verdadero de la palabra de este libro?” (24) En cuanto a los Aztecas, describen el comienzo de su propio fin como un silencio que cae: los dioses ya no les hablan. “(Sacrificaban a los dioses) pidiéndoles favor y victoria contra los españoles y contra los demás sus enemigos. Pero ya era demás, porque aún respuesta de sus dioses en sus oráculos no tenían, teniéndoles ya por mudos y muertos” (Durán, III, 77).*

El lenguaje permite la configuración de la realidad. En el caso de Santiago del Estero, el Quichua, ha sido recolonizado por las políticas nacionales de la lengua, pues no solo supone un código lingüístico, sino un entramado semiótico, un modo ideológico diferente que alienta y hace presente lo indio, a través de la “negación” y la “ausencia”.

*“Cuando el quichua hablante niega saber “la quichua”, está cerrando la escena nacional, es el telón que dice: “no hay más de lo que usted vio y escuchó”. La prohibición ha sido codificada en “la castilla”, pero en “la quichua” circula un código errante, que no encuentra asidero en los enunciados de la lengua oficial. Los códigos quichuas conversan con un ausente, que ha sido “desaparecido” de la lengua oficial. Los quichua-hablantes conversan ciertamente entre sí, pero hablando entre sí, sostienen a la vez un diálogo con aquellos indios muertos.” (Grosso-2.008-Pág.132)*

En un mundo actual signado por las distancias y el silencio, se hace evidente la incapacidad del reconocimiento de la existencia del “otro”. En esa falta de reconocimiento del par, aparece la incomunicación y la anulación de la memoria social. Esta se disuelve y se disipa. El sostenimiento de esta memoria está a cargo de unos pocos que la usan según su conveniencia.

En el devenir del tiempo, en cierta forma, los procesos de colonización siguen impactando en la construcción de subjetividades, en los imaginarios colectivos e individuales, en la subyugación de la memoria. Se van legitimando como normales estados como la pobreza, el miedo, la democracia disfrazada, etc. Se generan entonces procesos de inmovilismo, fatalismo, silencio, miedo, imposibilidad de autodeterminación de los pueblos y de los hombres.

*“Este fatalismo posmoderno no existía antes, es una connotación fundamental del discurso neoliberal que debe ser combatida con la máxima firmeza [...] Nuestra lucha es por*



*cambiar esta realidade y no acomodarnos a ella*”, dice Paulo Freire.

Esta claridad de Paulo no siempre es posible. Los mecanismos de anulación de la memoria, de ocultamiento de la historia, hacen muy difícil comprender la realidad. Leer las coyunturas del continente, las de cada una de nuestros países, las de cada región, se torna cada vez más en una tarea sumamente compleja. Porque es necesario leer no solo las constantes y cambiantes propuestas de los que colonizan sino también lo que les ocurre a los colonizados.

Es evidente que a toda política etnocida le resulta sumamente complejo aniquilar las tradiciones simbólicas de los “otros” no deseados. En Santiago del Estero, la creciente aniquilación de lo “indio” y lo “negro” a cargo de los poderes hegemónicos, no pudo lograr la persistencia en la simbolización de los mismos.

*“Lo “indio” se oculta en los hilos implícitos que tejen la trama quichua-hablante de la vida cotidiana y se manifiesta en la alumbrada de los muertos, la ornamentación de las tumbas cristianas y la representación ritual de los “indios” y sus modos devocionales en las fiestas de los Santos, todas ellas prácticas rituales a la vez unidas y separadas de la práctica canónica católica. Lo “negro” se dispersa oscuramente en la creencia de las salamancaes, se hunde en lo diabólico y se manifiesta en la fluencia errática de la música. La identidad “santiagueña es escenario de oscuras luchas sociales que agencian “luchas simbólicas” (Bordieu 1998: 241-253; 1990: 281-309). La identidad “santiagueña” de las camadas populares, rurales y urbanas, habla un idioma pleno: vincula con los “indios muertos” explícitos y con los “negros” audibles pero siempre invisibles; la identidad “santiagueña” de las elites habla un idioma superficial: aparta de ella su fondo étnico, bloquea los diacríticos de sus densidades “india” y “negra”.*

*Como hemos visto, lo “indio” se oculta y se distancia en la identidad “santiagueña”, y esto aparece fuertemente vinculado a experiencias rituales liminares. Es allí que tiene lugar la operación simbólica estructural de “santiagueñización” del modelo “argentino” en la que los ausentes surcan subrepticamente el espacio identitario local y nacional” (Grosso 2008: 235-236).*

Ernest Cassirer define al hombre como animal simbólico. Los símbolos cambian constantemente pero la actividad simbólica permanece. El hombre santiagueño vive inmerso en un universo simbólico, en una red construida por el lenguaje, el arte, el mito y la religión. Tan inmerso está por dicha red que no puede ver ni conocer sino a través de la interposición de este medio artificial.

Adolfo Colombres afirma que cada sociedad teje su propia red, la que viene a erigirse como su cultura, razón por la cual el concepto de matriz simbólica, se usa casi como sinónimo de matriz cultural. Toda cultura no solo significa la realidad de un modo que le es propio, sino que sitúa a cada cosa en una escala de valores. Toda cultura adjudica a cada objeto una cantidad determinada de unidades semánticas. Estos elementos están, por lo común, ordenados de un modo jerárquico, y le da a ciertas unidades semánticas, la condición de dominantes o centrales, y a otras, de secundarias. Tal densidad de significados, es de gran relevancia para entender la actividad simbólica de cada sociedad, pues proporciona las claves de su interpretación, los códigos que hacen posible una comunicación real. De esta manera puedan quizá entenderse los procesos de ocultamiento de lo “indio” y lo “negro” en nuestra provincia.

Todo proceso de dominación cultural, provocó una confrontación en el plano de lo simbólico. La ideología de la cultura colonizadora apeló a lo imaginario para legitimar su opresión. Sus “mitos” y símbolos buscaron desestructurar a los del pueblo dominado reemplazándolos.

Sin embargo, debe decirse que en Santiago del Estero, como en muchas zonas americanas, a pesar de la fuerte dominación ideológica del cristianismo de la Edad Media, la conciencia mítica del proceso cultural anterior salvaguardó el ethos social asegurando la identificación social y la solidaridad de los pueblos.



### **Referências Bibliográficas**

BARON, D.: *Alfabetização Cultural*- São Paulo- Alfarrabio- 2004

FREIRE, Paulo:- “*El grito manso*”- Bs. As.- Siglo XXI..2003

GROSSO, José Luis: “*Indios Muertos, Negros Invisibles*”- Córdoba- Encuentro Grupo Editor- 2.008.

KRIUKOV, Mijail (1.982): *Los orígenes de las ideas racistas, en Razas y sociedad* - Editorial Inst. de Etnografía de la Academia de Ciencias de la URSS.- Moscú.

VAN DIJK, Teun (2.007): *Racismo y discurso en América Latina* - Editorial Gedisa- Barcelona.

WILLIAMS, Raymond (2.000): “*Racial*”, *Palabras clave, Un vocabulario de la cultura y la sociedad*. Editorial Nueva Visión- Buenos Aires.





## MUDANÇAS ORGANIZACIONAIS NO TRABALHO E SEUS IMPASSES NA ESFERA EDUCACIONAL

Paloma Mariana Caetano<sup>1</sup>

**Resumo:** Qual a relação entre as mudanças organizacionais ocorridas no mundo do trabalho, devido à industrialização capitalista, e os projetos educacionais que se desenvolveram ao longo do século XX? Partindo da necessidade da reflexão crítica do tempo presente, esta comunicação tem como objetivo problematizar como os sistemas tayloristas-fordistas-toyotistas influenciaram nos projetos educacionais destinados a classe trabalhadora. Refletir sobre a educação no contexto atual nos leva ao esforço de compreender como as mudanças ocorridas tanto na esfera econômica, política e social atuam sobre o campo educacional. Reconhecendo que este espaço tem uma expressiva função no desenvolvimento de projetos de sociedade, sua gestão é alvo de constantes alterações, que ocorrem de acordo aos interesses e projetos político-econômicos da classe dominante dos meios de produção. Para tal debate, o referencial teórico proposto é pautado nas leituras e discussões de Antonio Gramsci, Karl Marx, Ricardo Antunes, Geraldo Pinto e Acácia Zeneida Kuenzer. Pretende-se ainda, analisar como tal processo é vivenciado por jovens alunos trabalhadores do ensino médio noturno, com idades entre 15 a 26 anos, de escolas da rede pública de ensino de Marechal Cândido Rondon – Paraná.

**Palavras-chave:** mudanças do trabalho; educação; projetos políticos pedagógicos.

O presente artigo é resultado das discussões e reflexões da disciplina de Hegemonia e Projetos Sociais, do mestrado em História do Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). A partir das obras escolhidas para este texto, elencarei algumas questões de grande relevância para minha dissertação, principalmente no que tange aos impactos das mudanças organizacionais ocorridas no mundo do trabalho, devido à industrialização capitalista, e seus impasses na esfera educacional.

Inicialmente, é necessário compreender como os modos de controle e organização sobre a força de trabalho, foram (e ainda são) determinantes para a consolidação do sistema capitalista e seu constante crescimento. Desde o advento da maquinaria utilizada como capital, diversas estratégias foram implantadas para dominar e intervir na vida da classe trabalhadora. Tais propostas não se restringiram apenas ao ambiente laboral, elas ultrapassaram os limites das fábricas e influenciaram em projetos educacionais que vigoram ainda hoje.

Assim sendo, esta produção se dividirá em três momentos: o primeiro destinado a compreender quais são as características dos modelos taylorismo-fordismo-toyotismo, seu surgimento e consolidação. Posteriormente, abordarei sobre como essas mudanças resultaram em projetos políticos educacionais e por fim, num terceiro momento, como podemos observar esse processo nas escolas da rede pública de ensino de Marechal Cândido Rondon.

### Da especialização à flexibilização: mudanças organizacionais no trabalho

A forma como a sociedade está organizada atualmente, para conseguir satisfazer as suas necessidades materiais, interfere diretamente na vida dos sujeitos. O sistema capitalista, no que

<sup>1</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História, Poder e Práticas Sociais da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Campus de Marechal Cândido Rondon. Vinculada à linha de pesquisa de “Trabalho e Movimentos Sociais”. E-mail: palomacaetano07@hotmail.com.



diz respeito à produção de bens e riquezas, tem como objetivo o constante aumento e acumulação dessa produção. Nesse quadro, *o ser humano interessa, tão-somente, como instrumento que possa colaborar para a consecução das finalidades desse sistema* (LUZ, 2008, p. 09). Assim sendo, como já apontado anteriormente, alguns modelos organizacionais se sobressaíam por controlar o processo produtivo e ditar novas regras no ambiente laboral.

Iniciando pelos “avanços” de Frederick Winslow Taylor (1856-1915), conhecido mundialmente como o “pai da administração científica”, desenvolveu nas últimas décadas do século XIX, um sistema de gerência da produção que criou, através de métodos de experimentação das funções laborais, uma padronização na maneira de execução do trabalho, por meio da especialização em determinada função. Essas regras padrões seriam obtidas pela melhor equação possível entre tempo e movimento.

Como bem destaca Henry Braverman (1987), sempre existiram métodos experimentais aplicados ao trabalho, inclusive, os próprios trabalhadores nas oficinas buscavam, através da experimentação, a melhor maneira de realizar o seu ofício. O elemento diferencial e transformador é que o estudo do trabalho, na perspectiva de Taylor, deveria ser feito exclusivamente por aqueles que administram.

A formação de um sistema de administração que pudesse pré-planejar e pré-calcular todas as etapas do trabalho, cada movimento do trabalho, estava intimamente ligada a uma proposta de intenso controle do e sobre o trabalho. Apoiado em um discurso “científico”, Taylor idealizou a expropriação do saber do trabalhador e a divisão entre execução e concepção:

O uso prático dos dados científicos requer uma sala em que são guardados os livros, notações dos rendimentos máximos e uma mesa para o planejador das tarefas. Assim, todo o trabalho feito pelo operário no sistema antigo, como resultado de sua experiência pessoal, deve ser necessariamente aplicado pela direção no novo sistema, de acordo com as leis da ciência, porquanto o trabalhador, ainda que bem habilitado na organização e uso dos dados científico, estaria materialmente impossibilitado de trabalhar, ao mesmo tempo, na máquina e na mesa de planejamento. Está claro, então, na maioria dos casos, que um tipo de homem é necessário para planejar e outro tipo diferente para executar o trabalho (TAYLOR, 1987, p. 35).

Taylor constatou que o conhecimento que o trabalhador possuía sobre o processo de trabalho era maior que o da própria gerência. Nessa direção, tal conhecimento dava vantagens ao trabalhador, ao possibilitar formas de resistência e de diminuir o ritmo da produção, fazendo “cera”. Taylor ainda afirma que o ato de fazer cera é uma posição política dos trabalhadores que acreditam que trabalhando menos estarão preservando postos de trabalhos para a classe, bem como evitando uma exploração excessiva da força de trabalho.

Dessa constatação resulta a importância da gerência no sentido de planejar e calcular tempo-movimento como, também, de expropriar o saber-fazer do trabalhador, porque a expropriação desse conhecimento irá permitir um maior controle sobre o processo de trabalho, otimizando a produção e diminuindo as chances de barganha da classe trabalhadora. Nesse quadro, ao trabalhador é destinado apenas os atos mais simples de execução. Tendo em vista que

Tornar a execução e a concepção esferas separadas do trabalho e, para isso, reservar à gerência e obstar aos trabalhadores o estudo dos processos de trabalhos, tornando-os meros operadores de tarefas simplificadas, sem a compreensão dos raciocínios técnicos, é uma forma não só de assegurar o controle do processo de trabalho pela gerência como, também, de baratear a força de trabalho. (RIBEIRO, 2015, p.67)

O olhar de Taylor sobre a qualidade do trabalho está fortemente centrado na noção de tempo. Percebe-se ainda que seu interesse não é investigar a qualidade do trabalho em geral, mas a adaptação do trabalho às necessidades do capital. Nesse sentido, constata-se que o trabalho para Taylor é encarado com um instrumento para o crescimento capitalista. Isso inclusive



faz questionar o título de cientificidade que buscou estabelecer, tendo em vista que a gerência formulada por ele foi pensada para satisfazer os interesses da classe detentora dos meios de produção.

Da mesma maneira que os princípios do taylorismo caminhavam em direção ao controle do trabalho, o sistema desenvolvido por Henry Ford (1863-1947) tinha como premissa a mesma pretensão. Com o fordismo, um novo elemento técnico foi introduzido ao processo de produção: a esteira rolante. Tal dispositivo possibilitou que o trabalho chegasse ao trabalhador em uma posição fixa. Com essa inovação houve o aumento da produtividade, otimizando o tempo para o desenvolvimento do trabalho.

Vale destacar que a implementação do fordismo não significou apenas um novo modo de organização racional do trabalho e da produção, mas também a constituição de um novo modo de vida para a classe trabalhadora. Ele simboliza a intensificação do processo de controle da força de trabalho e, embora incorpore premissa do taylorismo, é possível identificar diferenças essenciais entre tais modelos de gestão laboral.

Evidentemente, tal método enfrentou resistência frente a atuação de sindicatos e de trabalhadores. Entre outras medidas de insatisfação, podemos apontar que a grande rotatividade entre os trabalhadores da indústria Ford é um indício de que muitos não se submetiam a esse sistema de produção. Foi necessário a criação de propostas para conquistar a adesão da classe trabalhadora e uma das medidas principais, implementadas por Ford, foi a elevação dos salários.

Para Gramsci (1976), a política dos altos salários é uma forma de combinar, sabiamente, a coerção com a persuasão e o consentimento, e isto pode ser obtido por uma maior retribuição que permita um determinado nível de vida a classe trabalhadora. Assim “a ideologia fordiana dos altos salários é um fenômeno derivado de uma necessidade objetiva da indústria moderna desenvolvida” (Gramsci, 1976, : 405), diante da resistência da classe trabalhadora que se expressava em greves, turn over e revoltas, e não um fenômeno primário. Gramsci faz uma pergunta relevante sobre os altos salários, ele diz: “O salário pago pela Ford só é alto em relação a média dos salários americanos, ou é alto como preço da força de trabalho que o empregado da Ford consome na produção utilizando os métodos da empresa?” (RIBEIRO, 2015, p. 70).

Ainda, com a elevação dos salários é possível o aumento do poder de consumo da classe trabalhadora e assim, conseqüentemente. A manutenção de altos padrões de consumo era fundamental para alimentar o crescimento da indústria de massa.

A principal diferença entre as propostas de Ford e o Taylor é que o sistema fordista almejava um projeto de hegemonia. Ele não queria apenas dominar a força de trabalho, mas conquistar sua adesão. Hegemonia não é só dominação e não surge “do nada”. Faz parte de um projeto político de sociedade e tem como um de seus aspectos a difusão da ideia de que há um projeto hegemônico constituído e que este por ser dominante, acaba com todos os outros, de forma como se não houvesse conflitos. É necessário o estudo da classe dominante, de seus mecanismos de dominação, mas também, é fundamental compreender as dinâmicas nas quais são vivenciados estes projetos de hegemonia na vida dos trabalhadores.

Como bem ressaltam Antunes e Pinto, *não há espaço aqui para tratarmos de todos os elementos sociais, econômicos e políticos que levaram à crise do taylorismo-fordismo* (2017, p. 63). Entretanto, de maneira breve, a crise desses modelos deve ser pensada dentro da própria crise estrutural do sistema de capital, que desencadeou um amplo processo de reestruturação produtiva e dominação política.

Dentre as propostas de processos produtivos lançados como alternativa à crise, o modelo japonês teve maior difusão. O Sistema Toyota de Produção (STP), também conhecido como toyotismo, foi fundado por Taiichi Ohno, engenheiro chefe da Toyota Motor Company. Entre seus princípios, qualquer desperdício é igual à perda de esforços, de materiais e de tempo. Assim sendo, a premissa do sistema é que tudo o que gerar custo e não produzir valor deve ser



eliminado do processo. Também por isto este modelo é conhecido pelo termo “produção enxuta”.

Buscando superar o modelo de produção em massa americano, as bases desse sistema se apoiam em dois pilares, sendo eles o “just-in-time” e a automação com um toque humano. O modo tradicional de fornecer materiais a partir do processo inicial para o processo final da produção foi transferido no sentido inverso, sendo interrompido em situações de irregularidades, eliminando o desperdício da produção em massa convencional e potencializando a força de trabalho na supervisão de várias máquinas ao mesmo tempo. Tais fundamentos desenvolveram a ideia do trabalho em equipe, dos círculos de controle da qualidade (CCQs), da multifuncionalidade, da flexibilidade e do estímulo à iniciativa do trabalhador, e que já estavam presentes no modelo fordista, ainda que de forma embrionária e não sistematizada (RIBEIRO, 2015, p.71).

A sistematização do “saber-fazer” do trabalhador também foi apropriada para padronizar o processo produtivo, e o princípio de combinar trabalho em equipe e habilidade individual proporcionou o desenvolvimento das aptidões individuais até a mais plena capacidade, mostrando uma descontinuidade com a proposta de especialização defendida por Taylor. Para tanto foi necessário o foco na iniciativa e no comprometimento dos trabalhadores, juntamente com o envolvimento da gerência na operacionalização das tarefas.

Essa nova estratégia forçou os operários a terem que incorporar ao trabalho repetitivo o trabalho multifuncional, intensificando ainda mais a atividade do trabalho ao passo que o “bom rendimento” passou a ser de responsabilidade do operador. O dispositivo de regulação desta gestão total se deu pela padronização das tarefas, que foram otimizadas através do método de kanban. Este viabilizou a sincronização do just-in-time e autonomização das operações, conferindo maior flexibilidade às operações.

É nesse novo universo produtivo que se (re) configura o fenômeno da alienação. No toyotismo, a alienação é mais interiorizada (e assim ainda mais complexa que nos sistemas tayloristas e fordista). O operário, com suas atividades cada vez mais fragmentadas e especializadas, não mais se reconhece em seu processo de trabalho, gerando assim um estranhamento, provocando a falta de identificação com o serviço que realiza.

Em geral, a questão de que o homem está estranhado do seu ser genérico quer dizer que um homem está estranhado do outro, assim como cada um deles [está estranhado] da essência humana. O estranhamento do homem, em geral toda a relação na qual o homem está diante de si mesmo, é primeiramente efetivado, se expressa, na relação em que o homem está para com outro homem. Na relação do trabalho estranhado cada homem considera, portanto, o outro segundo o critério e a relação na qual ele mesmo se encontra como trabalhador (MARX, 2004, p. 86).

Mais importante que constatar tal realidade, devemos questionar qual é o projeto educacional que o capital desenvolveu ao longo do século XX e vem sendo projetando para o século XXI.

### **Mudanças organizacionais no mundo do trabalho: repercussões no ambiente escolar**

As profundas modificações que ocorreram no mundo do trabalho geraram novos desafios para a educação, tendo em vista que este campo é marcado por diversas disputas e interesses, por ser um espaço de luta privilegiado no processo de conquista da hegemonia política e cultural na sociedade. A escola, na sociedade capitalista, tem como função fundamental a reprodução da divisão social do trabalho e dos valores ideológicos dominantes. É importante observar que a escola moderna surge ao mesmo passo que as fábricas, com a Revolução Industrial.





Do declínio da antiga produção artesanal a ascensão da produção fabril se produziu um espaço para a moderna instituição escolar pública.

Nessa direção, alterando-se o modo de produção, novas formas de relações sociais são estabelecidas. No campo educacional, o projeto pedagógico oriundo para atender as demandas da nova organização do trabalho (a partir dos sistemas de Taylor e Ford) é pautado em uma estrutura conservadora, que mesmo privilegiando o conhecimento formal em detrimento do conhecimento técnico, sempre acentuou a divisão entre o pensamento e a ação, entre o planejamento e a execução.

Esta pedagogia do trabalho taylorista/fordista foi dando origem, historicamente, a uma pedagogia escolar centrada ora nos conteúdos, ora nas atividades, mas nunca comprometida com o estabelecimento de uma relação entre o aluno e o conhecimento que verdadeiramente integrasse conteúdo e método, de modo a propiciar o domínio intelectual das práticas sociais e produtivas (KUENZER, 2011, p. 45).

O que se observa é que a própria seleção e organização dos conteúdos curriculares foi planejada dentro de uma ótica que estimula a fragmentação do conhecimento, sempre trabalhado de forma linear e cronológica. As ciências são divididas em suas especialidades e poucas são as tentativas de uma abordagem interdisciplinar, do estudo do “todo”. Os métodos educativos são baseados no modelo expositivo, sendo que o professor tem a incumbência de transmitir o conhecimento já formulado para aos alunos. A memorização é estimulada, com o intuito de uma padronização das respostas.

Esta proposta pedagógica foi, ao longo dos anos, reconhecidamente orgânica às demandas de uma sociedade cujo modo dominante de produção, a partir de uma rigorosa divisão entre as tarefas intelectuais (dirigentes) e as operacionais, caracterizava-se por tecnologia de base rígida, relativamente estável. A ciência e a tecnologia incorporadas que trazem em sua configuração um número restrito de possibilidades de operações diferenciadas, exigindo apenas a troca de uns poucos componentes, demandam comportamentos operacionais predeterminados e com pouca variação. Compreender os movimentos necessários a cada operação, memorizá-los e repeti-los ao longo do tempo não exige outra formação escolar e profissional a não ser o desenvolvimento da capacidade de memorizar conhecimentos de repetir procedimentos em uma determinada sequência (KUENZER, 2011, p. 45).

A partir disso, tal proposta educacional atende as necessidades do mundo do trabalho e da vida social, na medida em que impõe e condiciona os alunos aos parâmetros comportamentais definidos ao longo do tempo como aceitáveis. A estruturação desse modelo de escola, destinada à classe trabalhadora, é feita de maneira hierárquica e centralizada. Evidentemente, existe uma separação entre projetos educacionais destinados para aqueles que serão “dirigentes” e aqueles que serão “dirigidos”.

Vale indicar que, com a necessidade da flexibilização do toyotismo, não é apenas um novo referencial de trabalhador que surge, mas também um novo referencial de aluno. A necessidade de adaptar-se às demandas da produção estimulou projetos educacionais que visavam desenvolver a capacidade de comunicação, trabalho em equipe e de liderança. Nas entrelinhas, a proposta era de preparar os jovens a se comprometer com o trabalho, a ter responsabilidade e resolver os problemas de forma criativa. Nesse contexto, o conhecimento de línguas estrangeiras também foi incorporado na grade curricular.

O que ocorre é que, embora essas propostas sejam destinadas à formação da classe trabalhadora, ela não é assegurada a todos. Inúmeras pesquisas demonstram que cada vez mais ocorre uma polarização das competências, por meio da oferta de oportunidades de sólida educação científico-tecnológica para um número cada vez menor de trabalhadores incluídos, criando





estratificação, inclusive entre estes. Nessa lógica, cria-se uma nova casta de profissionais qualificados, a par de um grande contingente de trabalhadores precariamente educados, embora ainda incluídos, porquanto responsáveis por trabalhos também crescentemente precarizados.

Com o neoliberalismo, o projeto ideológico para a educação tem por finalidade a produção de um “sujeito performático”, descontextualizado e despolitizado. A responsabilidade da educação deixa de pertencer exclusivamente à esfera política, entendida como um espaço público para o debate, sendo resignificada como um bem de consumo, a ser inclusive, comercializada.

### **Entre vivências e experiências – a educação em Marechal Cândido Rondon – PR**

Como bolsista de um projeto de extensão tive a oportunidade de ter contato com o universo escolar desde meu segundo ano da graduação em História. Essa experiência me aproximou dos desafios da docência, do cotidiano da profissão que escolhi e de um novo grupo de sujeitos que passou a fazer parte de minha investigação e preocupação: “meus alunos”. Mais do que conhecer uma metodologia de ensino que orientasse minha prática em sala de aula, minha intenção desde então era de conhecer quem eram os jovens com os quais trabalhava.

Assim sendo, a proposta da minha pesquisa tem como intuito problematizar os sentidos atribuídos à educação e ao trabalho, por estudantes do período noturno da rede pública de Marechal Cândido Rondon - PR. Considerando que essas duas dimensões sociais se apresentam de forma contraditória, meu interesse é investigar os motivos pelo qual os alunos buscam conciliar esses dois mundos. Enfatizo a noção de dualidade, justamente porque estudar e trabalhar não aparece na vida destes jovens como atividades complementares, mas excludentes.

De modo geral, eles possuem uma faixa etária entre 15 a 22 anos, residem em Marechal Cândido Rondon e são trabalhadores. Um dos principais motivos para frequentarem a escola à noite é para ter disponibilidade para trabalhar durante o dia. Realizam funções laborais principalmente em empregos que possuem uma grande rotatividade de funcionários e que não é necessário conhecimentos específicos para desenvolver as atividades. Suas rotinas consistem, na maioria dos casos, em uma jornada de 40h semanais, recebendo pouco mais de um salário mínimo.

Ao adentrar no universo escolar, alguns elementos são característicos e chamam nossa atenção. Muitos representam continuidades heranças de propostas tayloristas-fordistas-toyotistas. Assim sendo, de imediato, temos que passar por um portão que (protege o espaço escolar e o separa do “lado de fora”), em muitas escolas da cidade em questão, permanecem trancados durante o horário das aulas, permitindo a entrada apenas de alunos e de funcionários vinculados à instituição. Mesmo sendo um espaço público, nem todos podem usufruir deste local.

Nos corredores, no pátio e ambientes coletivos (incluindo aqui as salas de aula), é comum e recorrente encontrar câmeras e grades. A intenção é de monitorar os alunos, mantê-los nessa estrutura, sob constante supervisão. Entretanto, tal intuito é mascarado sob o discurso de que tais mecanismos são para a proteção e segurança dos mesmos. Para poderem frequentar determinados espaços precisam de autorização e/ou acompanhamento de um “responsável”. Os intervalos (de 15 minutos) são os únicos momentos em que eles podem circular por alguns locais permitidos na escola.

Além disso, o que os estudantes podem e devem fazer está no regulamento escolar, bem como impresso na carteirinha que apresentam diariamente para entrar na escola. Esta carteirinha, aliás, é utilizada como meio de controlar a frequência e informar os pais sobre os eventos que estão ocorrendo na esfera escolar. Deste modo, em que medida esses instrumentos não são utilizados para o controle e disciplinação dos alunos?



No que tange às salas de aulas, são compostas por 40 carteiras e cadeiras, independentemente do número de alunos que a ocupam, quadro negro, ventiladores de teto (algumas, inclusive, possuem ar condicionado instalado), TV com entrada para pendrive e mural onde são afixados recados. Vale ressaltar que as carteiras são dispostas em sequência, uma atrás da outra, reforçando o individualismo.

A escola ganha um sentido diferente para os jovens que ingressam no mundo do trabalho (GUARALDO, 2009). Em primeiro lugar observamos que ela deixa de ser única preocupação dos estudantes. A partir do momento em que começa a trabalhar este jovem está tomado por questões de ordem materiais e simbólicas, cujas respostas estão na atividade remunerada do trabalho rotineiro. A escola e, portanto a educação já não representam o centro de sua vida.

Além disto, sua inserção no mercado de trabalho impõe-lhe a conciliação de duas jornadas: a escolar e a laboral, que começa por volta das 07h00 da manhã e termina por volta das 23h00. Afinal é assim que funciona, eles passam de 06 a 08hs diárias trabalhando e 04hs na escola. Excluído o tempo de deslocamento, a soma desta jornada pode alcançar até 12hs por dia. Para aqueles que trabalham 05 dias por semana esta soma alcança 60 horas e para aqueles que trabalham no sábado esta soma pode ser de até 66 horas por semana

Nessa direção, é possível notar que uma das principais razões dos alunos demonstrarem cansaço e desinteresse pela escola, e conseqüentemente pela educação, em sala de aula está relacionada ao trabalho que exercem. Cadernos e livros fechados, alunos debruçados sobre as carteiras, conversas paralelas, sinalizam as dificuldades em se dividir entre duas rotinas. Acordar cedo, trabalhar durante horas em pé, fazer tarefas repetitivas “consome” não só fisicamente como mentalmente os mesmos. Essa evidência é posta em supremacia das 28 entrevistas que realizei com alunos do ensino médio, ao longo de 2016 e 2017. Afinal,

Conciliar escola e trabalho tá bem difícil para mim, hoje mesmo eu estava conversado com uma amiga minha sobre isso, ontem a gente teve prova e eu só queria sentar e chorar, porque é difícil. A gente trabalha o dia inteiro, ai os professores também tem que passar seu conteúdo né, só que a gente tem várias matérias, às vezes a gente tem que virar a noite fazendo as coisas, e de manhã, a gente tem que acordar às 07h, tem vezes que eu começo 06h para trabalhar, então fica assim bem complicado para mim, bem difícil conciliar as duas coisas [...] (Estefani, 2017).

Educação e trabalho são duas dimensões sociais que fazem parte do cotidiano de milhares de jovens em seu processo de escolarização. Entre a sala de aula e o universo laboral, tais sujeitos traçam seus caminhos, a partir de condições historicamente herdadas. Esta tarefa não é fácil, como afirma Estefani, 17 anos, estudante do 3º ano noturno de um dos colégios do Estado da rede pública de ensino, de Marechal Cândido do Rondon.

Essa experiência é compartilhada por muitos estudantes do período noturno. Utilizando os resultados do questionário sócio-cultural aplicado no ano de 2016, com 116 estudantes desse turno, do Colégio Estadual Marechal Rondon e do Colégio Estadual Eron Domingues, ambos de Marechal Cândido Rondon-PR, constatou-se que 85% são trabalhadores.

Evidentemente, ter um emprego não é uma escolha para muitos alunos, mas uma necessidade para sua existência, tendo em vista a estruturação capitalista em que estamos inseridos. A partir do exposto, busquei evidenciar que, tanto os projetos pedagógicos como a própria vivência no ambiente laboral, determinam a relação que os alunos tem com a escola, com seu processo educacional.

Em síntese, esses jovens anseiam por concluir o ensino médio, na expectativa que esse certificado melhore sua condição de vida e de trabalho. Seus horizontes e escolhas serão maiores se permanecerem na escola, segundo eles. Mais que isso, depositam na educação o sonho



de conciliar esses mundos e ascenderem socialmente. Ingressar em uma faculdade é a oportunidade para trabalharem e fazerem algo que realmente gostam. Nesse caminho, buscam encontrar novos sentidos e resolver essa relação conflituosa.

O trabalho para muitos é sinônimo de salário. Esses jovens não se sentem identificados com os cargos que ocupam e não pretendem continuar trabalhando em tais empregos por muito tempo. Percebem que a condição de seu trabalho é alienante, aos moldes de Karl Marx. Deste modo, seus atuais cargos são visto como algo temporário em suas vidas, uma ocupação passageira. Mas, para eles é fundamental pois possibilita que os mesmos possam ter acesso a bens de consumo, a cultura, ao lazer e contribuir para as despesas da casa.

Levando-se em consideração esses aspectos apresentados, esses jovens procuram não ter que escolher entre estudar e trabalhar. Eles tentam se equilibrar dentro de uma equação social profundamente desigual, que lhes impõe o trabalho como forma de inserção social no mundo. Sem poder escolher o sistema educacional e o sistema organizacional de trabalho, são alvos de projetos institucionais hegemônicos que são formulados para eles e não por eles.

### Referências Bibliográficas

ANTUNES, Ricardo; PINTO, Geraldo Augusto. *A fábrica da educação: da especialização taylorista à flexibilização toyotista*. São Paulo: Cortez, 2017.

BRAVERMAN, Henry. *Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX*. Rio de Janeiro: Guanabara. 1987.

GRAMSCI, Antonio. Americanismo e Fordismo. In: *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*. São Paulo: Civilização Brasileira. 1976.

GUARALDO, Livia Maria. *Discursos jovens sobre vida, escola e trabalho: estudo realizado em uma escola estadual de ensino médio em São Paulo*. São Paulo: USP, 2009. 115f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

KUENZER, Acácia Zeneida. As mudanças no mundo do trabalho e a educação: novos desafios para gestão. In: Naura S. Carapeto Ferreira. (Org.). *Gestão democrática da Educação: atuais tendências, novos desafios*. 7ed. São Paulo: Cortez, 2011, p. 43-72.

LUZ, Ricardo Santos da. *Trabalho alienado em Marx: a base do capitalismo*. Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2008. Dissertação de Mestrado.

MARX, Karl. *Manuscritos econômicos e filosóficos*. Trad. Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004.

RIBEIRO, Andressa de Freitas. Taylorismo, Fordismo e Toyotismo. *Revista do Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais*. 2015. P. 65-79.

TAYLOR, Frederick Winslow. *Princípios de administração científica*. São Paulo: Atlas. 1987.



## A “POLÍCIA MINEIRA” DA BAIXADA FLUMINENSE: OS ESQUADRÕES DA MORTE DO INÍCIO DOS ANOS 80 NA OBRA DE PERCIVAL DE SOUZA

Rafael Freitas Ocanha<sup>1</sup>

**Resumo:** Esta apresentação tem como objetivo analisar a representação dos esquadrões da morte da Baixada Fluminense na obra “A maior violência do mundo”, de Percival de Souza, verificando o papel da Polícia e dos grupos de extermínio. O autor é um jornalista policial que, desde os anos 70, acompanha as mudanças da criminalidade e da cultura marginal paulistana. No início da década de 80, interessou-se pela Baixada Fluminense, espantado com os índices divulgados pela Unesco, segundo os quais Belford Roxo, na época distrito de Nova Iguaçu, era o lugar mais violento do mundo. Em 1981, publica o livro “A maior violência do mundo”, um ensaio sobre a criminalidade na Baixada Fluminense. Na obra, confrontam-se diversas narrativas, e uma delas é a atuação de grupos formados por agentes do Estado e civis no extermínio de criminosos. Chamados de esquadrão da morte em algumas localidades, esses grupos ganharam o apelido de “Polícia Mineira”. A fama de quieto dos mineiros guarda relação com algumas características dos esquadrões, que cometiam diversos assassinatos sem chamar a atenção das autoridades, e desovavam cadáveres em áreas remotas de Belford Roxo. A história social do crime fundada por E. P. Thompson questiona a interface da lei perante a prática cotidiana das autoridades, trazendo à tona os interesses presentes na relação de poder que interliga a polícia, os cidadãos e a lei. A violência policial foi representada na obra de Percival de Souza por meio de depoimentos de marginais, documentos da Igreja Católica, falas de autoridades e de moradores da região.

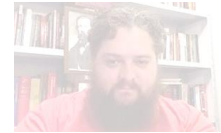
**Palavras-chave:** Percival de Souza; Baixada Fluminense; Esquadrões da Morte.

Percival de Souza é um jornalista policial que, desde os anos 70, acompanha as mudanças da criminalidade e da cultura marginal paulistana. Na década seguinte, interessou-se pela Baixada Fluminense ao se deparar com os espantosos índices divulgados pela Unesco. De acordo com os dados, Belford Roxo (na época distrito de Nova Iguaçu) era o lugar mais violento do mundo. Em 1981, publica o livro “A maior violência do mundo”, um ensaio com diversos capítulos sobre o aumento da violência na Baixada Fluminense. Na obra, confrontam-se diversas narrativas sobre o aumento da violência na região, e uma delas é a atuação de grupos formados por agentes do Estado e civis no extermínio de criminosos. Este artigo pretende compreender o fenômeno dos esquadrões da morte, buscando analisar como Percival de Souza descreveu os crimes cometidos por esses grupos, quais fontes foram utilizadas para compor sua narrativa e qual a relação foi estabelecida entre a ação desses grupos e o aumento da violência na Baixada Fluminense.

Percival nasceu em 1943, na cidade de Bráuna, no interior de São Paulo. Começou a trabalhar aos 16 anos como office-boy no jornal *Folha de S. Paulo*, e iniciou sua carreira como repórter no recém-criado *Jornal da Tarde*, em 1968. Cobriu importantes casos policiais da cidade de São Paulo, como o bandido da luz vermelha, o crime da mala e as chacinas cometidas no bairro da Freguesia do Ó pelo esquadrão da morte, comandado pelo delegado Sérgio

<sup>1</sup>Mestre em História Social pela PUC-SP.





Paranhos Fleury (BICUDO, 1976). Percival inclusive chegou a ser perseguido por membros do esquadrão, e teve de enviar a sua filha que estava sendo ameaçada para morar com parentes.

Seu estilo de reportagem era inovador para a época, pois trazia descrições psicológicas dos criminosos e das vítimas. Percival sempre declarou sua admiração por Gay Talese, jornalista do New York Times que ficou conhecido por publicar livros sobre a máfia italiana, dando fama mundial ao gangster Al Capone, imortalizado no livro *Honra teu Pai*. Citando Gay Talese como referência, Percival escreveu ao longo dos anos 70 diversos livros. Entre eles *A Prisão; Repressão e Resisitência; Isto o Jornal não Conta; e Cocaína Society*, na década de 80.

A Baixada Fluminense é composta atualmente pelos municípios de Adrianópolis, Belford Roxo, Duque de Caxias, Nilópolis, São João do Meriti e Seropédica sendo que no início dos anos 80 os municípios de Belford Roxo, Queimados, Adrianópolis e Seropédica ainda eram distritos do município de Nova Iguaçu. A região da Baixada Fluminense foi durante o início do século XX a maior produtora de laranja do mundo, e até os anos setenta era a esperança de um cinturão verde que produziria produtos hortifrutigranjeiros para abastecer a Região Metropolitana do Rio de Janeiro (SOUZA, 1981). Desde a época do império, a Baixada guardava casarões abandonados e vastos terrenos sem uso de latifundiários falidos. Outra característica da Baixada é o chamado “curral eleitoral”, onde terrenos eram loteados e favores arranjados em troca de voto para eleições parlamentares.

Na década de 70, as vastas plantações abandonadas foram se transformando em loteamentos irregulares, sem acesso à água, luz e asfalto. O autor de novelas Aguinaldo Silva - à época repórter policial do jornal *O Globo* -, quando visitava amigos na Baixada, ficava fascinado com o cenário de “faroeste longuigo” que utilizava para descrever a região (SILVA, 2016, p. 71). Segundo Silva, ainda no governo de Carlos Lacerda, houve um grande escândalo pela descoberta de que policiais estavam desovando cadáveres no rio Guandu, na área da Baixada Fluminense. Além disso, durante a construção da estrada Rio-Petrópolis, foram encontradas algumas desovas de cadáveres no local durante os anos 50. Isto é, antes dos fenômeno dos esquadrões da morte, a região já era um local utilizado para ocultação de corpos, mas é importante ressaltar que o número elevado de desovas durante o período dos esquadrões da morte foi de um intensidade sem precedentes (SILVA, 2016, p. 71).

No final dos anos 70, a repercussão do estudo da Unesco, que colocou o bairro de Belford Roxo como o lugar mais violento do mundo, atraiu a atenção do jornalista paulista Percival de Souza. Segundo ele: “A fama da Baixada Fluminense atravessou as fronteiras do Brasil. Durante cinco anos, o organismo da ONU para a educação, ciência e cultura, a Unesco, fez um estudo em 95 países, e concluiu: o distrito de Belford Roxo, na Baixada, é o lugar mais violento do mundo.” (SOUZA, 1981, p.30). Diante do desafio de compreender as causas do enorme número de crimes ocorridos na região da Baixada Fluminense, Percival escreveu o livro “A maior Violência do Mundo”, publicado em 1981, pela editora Traço, do Rio de Janeiro.

O início do esquadrão da morte no estado do Rio de Janeiro é atribuído à morte do policial Milton Le Coq, pelo traficante Cara de Cavalo, em 1968 (SOUZA, 1981, p. 119). Milton Le Coq era tido como um policial de referência, um “linha de frente” para as forças policiais, por ter participado de diversas perseguições famosas. Le Coq morreu com um tiro dado pelas costas. Com sua morte, dezenas de policiais se lançaram em uma caçada ao Cara de Cavalo. A perseguição durou 772 horas e mobilizou a imprensa diariamente. O criminoso foi encontrado na cidade de Cabo Frio, foi metralhado e morto por policiais, que utilizaram seu corpo em um ritual em que todos os policiais envolvidos dispararam tiros contra ele, enquanto diziam palavras em homenagem a Le Coq. Esse episódio foi encarado pelas forças policiais como uma licença do Estado para a morte de Cara de Cavalo, uma vez que era notório nos meios de comunicação a intenção de matá-lo, segundo Percival: “o início do esquadrão da morte, já que outros policiais sentiram que ficariam impunes caso fuzilhassem sumariamente





outros bandidos” (SOUZA, 1981, p. 121). A intensidade da perseguição foi retratada pelo artista plástico Hélio Oiticica na instalação *Cara de Cavalo*, em 1973. Antes de Percival escrever “A maior violência do mundo”, o jornalista Aguinaldo Silva, em 1973, expôs na imprensa alternativa um grupo da elite da Polícia do estado da Guanabara, os chamados “homens de ouro”, que mais tarde tornaram-se o esquadrão da morte (SILVA, 2016, p. 95). Os homens de ouro foram instituídos em 1969, para resolver o problema do aumento da criminalidade, mas em pouco tempo seus integrantes envolveram-se em crimes contra o patrimônio e associação com o tráfico de drogas. Entre os integrantes haviam policiais famosos na imprensa como Mariel Mariscot, Néelson Duarte da Silva, José Guilherme Godinho Ferreira e Lincoln Monteiro. Todos os casos que eram incumbidos aos homens de ouro resultaram na morte dos infratores da lei assassinados, e com ampla cobertura da imprensa. Amado Ribeiro, repórter policial do jornal *Última Hora*, foi chamado por Aguinaldo Silva de assessor de imprensa do Esquadrão, expondo sem pudores os assassinatos cometidos por estes policiais, que estavam acima da lei e tinham garantido o apoio de parte da imprensa e da população nas “caçadas aos bandidos” que eram realizadas.

Em 1970, Abdul de Sá Peixoto, à época superintendente da Polícia do Estado do Rio de Janeiro, admitiu a existência do esquadrão à imprensa e reconheceu a necessidade de apuração dos crimes cometidos. No entanto, vale resaltar que nas versões oficiais das autoridades não era mencionada a participação de agentes policiais. As mortes eram atribuídas a bicheiros e contraventores penais, tentando esquivar a participação de forças do Estado.

Na interface da lei perante a prática cotidiana da polícia e que surgem os questionamentos sobre a violência Policial. A história social do crime traz elementos para a compreensão dos Esquadrões da Morte, pois analisa como ocorre o processo de implantação da ordem e da lei sobre práticas cotidianas da população. A história social do crime foi fundada por E. P. Thompson (1987) na obra *Senhores e Caçadores*, na qual analisa os processos de implantação da lei negra na Inglaterra no século XVIII. Thompson abriu novas perspectivas para a análise do que chamou de “domínio da Lei”, compreensível no confronto com os aspectos de totalidade da sociedade na qual a ordem jurídica está inserida. As leis são promulgadas por autoridades que imbuídas de poder regulam a sociedade de acordo com o jogo de interesses de uma dada realidade. Se as leis não são cumpridas, a autoridade é deslegitimada, culminando em uma humilhação pública pela falta de poder (THOMPSON, 1987, p. 246). No caso da Baixada as leis não eram cumpridas, mas a autoridade policial buscava ser legitimada por meio da violência e arbitrariedades.

O auto de resistência foi estabelecido em 1969. Trata-se da legislação<sup>2</sup>, que garante que um policial que matar um indivíduo em combate não responderá pelo crime de homicídio. A formação dos homens de ouro e o auto de resistência são alguns dos exemplos do incentivo da ditadura civil-militar a arbitrariedades cometidas por agentes do Estado. Seguindo este pensamento, Aguinaldo Silva apontava os esquadrões como fruto do regime, e denunciou antes de Percival de Souza em jornais como *Opinião* e *Movimento*, ambos da imprensa alternativa.

A falta de necrotérios e de câmaras frigoríficas em toda a Baixada Fluminense era um fator que dificultava as investigações sobre as desovas de cadáveres na região. Esta característica, que facilitava a atuação dos esquadrões, foi relatada tanto por Aguinaldo Silva quanto por Percival de Souza. Até o início da década de setenta os corpos de indigentes encontrados era transportados em caminhões de lixo até o cemitério de Marapicu, na época pertencente à prefeitura de Nova Iguaçu. Segundo Percival que chamava o Cemitério Municipal de Marapicu de o cemitério do Esquadrão, ocorreu uma mobilização de diversos órgãos de imprensa para exigir que a serviço funerário municipal passa-se a usar os carros conhecidos como “rabcão”, e assim dar um mínimo de dignidade às vítimas.

<sup>2</sup> Decreto-lei N° 1001, de 1969.



A situação chegou a tal ponto que em 1971 o Estado do Rio de Janeiro criou uma Comissão Especial de Combate ao Esquadrão da Morte, que era formada por juízes, promotores e delegados. Percival chamou atenção para a participação do delegado Heraldo Gomes que participava do grupo Scuderie Le Cocq, da qual eram membros os policiais do Esquadrão da Morte. A comissão foi extinguida pouco tempo depois sem nenhum tipo de relatório ou registro de providência a ser tomada. Extima-se que somente em 1968 foram encontrados 250 corpos no Rio Guandu e em estradas próximas a ele.

Com tantas evidências da ligação de agentes do Estado, Percival descreveu os esquadrões da seguinte forma:

Na verdade, os grupos de matadores se multiplicavam, integrados por policiais expulsos da corporação, ex-soldados remunerados para dar proteção a caminhões de entrega, hotéis de alta rotatividade, churrascaria e motéis a margem da via Dutra, comerciantes, bicheiros e traficantes (SOUZA, 1981, p. 123).

Este trecho do último capítulo parece ir contra a maioria dos outros relatos sobre os esquadrões da morte presentes no livro, mas reflete a posição do autor de amenizar a participação dos policiais que estavam na ativa. Traz a tona questão de um repórter policial fazer críticas diretas a policiais que estão em atividade, uma vez que seu trabalho recorrente é baseado na colaboração direta de agentes para a elaboração de reportagens. Outro questão é a ainda permanência de órgãos como o DEOPS-RJ que só foi desmantelado depois das eleições de 1982, portanto ainda haviam investigações e represálias aos considerados subversivos. Cabe ressaltar que Percival de Souza foi processado pela Lei de Segurança Nacional no início dos anos setenta, quando investigou os esquadrões paulistano que tinham a participação do delegado Sérgio Paranhos Fleury. A narrativa de Percival sobre os esquadrões não buscou analisar policiais que estavam sendo processados na atualidade e nem trazer questionamentos de autoridades que estavam no poder no início dos anos oitenta.

Em 1976, Vianinha, à época chefe de investigação da Delegacia de Tóxicos, foi preso por ligações com o tráfico de drogas da baixada fluminense. Vianinha tinha um esquadrão da morte formado por policiais que ajudavam o traficante Milton Thiago, o Cabeção. A partir de exames de balística dos projéteis encontrados no cadáveres foi possível provar que os disparos foram realizados pela arma do policial. Este caso tornou-se emblemático pois a cúpula do combate ao tráfico de drogas na Baixada estava trabalhando para ordenar o tráfico de drogas visando o enriquecimento ilícito por meio de assassinatos. O caso de Vianinha guarda semelhanças com o caso do Esquadrão da Morte paulistano, onde policiais civis estavam vinculados com o tráfico de drogas e assassinavam traficantes rivais. Esta ligação mostra como o domínio da lei e da marginalidade se misturavam por interesses pessoais, o tráfico de drogas por sua lucratividade despertou uma onda de mortes e violência sob a tutela e conivência de forças policiais (SOUZA, 1981).

Em algumas localidades da Baixada Fluminense, os esquadrões da morte ganharam o apelido de “Polícia Mineira”. A fama de quieto dos mineiros guarda relação com o silêncio aos crimes cometidos por esses grupos: “A definição preferida, ultimamente, tem sido polícia mineira. Essa polícia trabalha em silêncio – isto é, trabalha a serviço de comerciantes impacientes com o grande número de assaltos e que pagam para ladrões serem eliminados” (SOUZA, 1981, p. 37).

No início de 1978, a Comissão Diocesana de Justiça e Paz da Diocese de Nova Iguaçu encaminhou uma carta para o ministro da Justiça pedindo providências para o aumento da violência na Baixada Fluminense. A carta foi publicada na íntegra no livro de Percival, e relata que somente entre janeiro e março de 1978 foram encontrados 95 mortos na região.

Em 1980, Percival de Souza entrevistou o monsenhor Giuseppe, que rezava missas na paróquia de São João do Meriti. Ele relatou que tinha medo da polícia da Baixada e que a noite



fugiu por diversas vezes de blitz. Pelos dois capítulos dedicados à Igreja Católica presentes no livro, pode-se reconhecer como as autoridades religiosas da região estavam articuladas para denunciar a violência policial e as desovas clandestinas. O que chama a atenção no discurso dessas fontes é a falta de ação do Estado perante as denúncias. Segundo as autoridades religiosas, elas estavam fazendo o possível para conter a onda de criminalidade, em uma terra sem lei. Percival pretendia mostrar ao seu leitor quais fatores foram responsáveis pela Baixada Fluminense ter os índices alarmantes de assaltos e assassinatos. Para isso, elaborou uma explicação que chamou de fatores geo-sócio-econômicos. Foram enumerados os seis principais fatores: desdobramento e multiplicação do comércio; carência de serviços públicos; aglomeração de população de poucos recursos econômicos; ausência de procura de mão de obra; movimento pendular da população; e defasagem entre o crescimento da população e o crescimento dos recursos (SOUZA, 1981, p. 92-95).

A busca em explicar as causas da violência levou Percival à rasa associação entre pobreza e criminalidade, a partir de índices de que somente 15% das residências tinham água encanada, e somente 40% das crianças em idade escolar estavam matriculadas. Além disso, cobra-se uma ação do estado visando à segurança pública. Trabalhos recentes como o de Caldeira (2000) mostram como essa associação ao longo da história do Brasil foi utilizado para o controle das classes populares, levando a uma concepção de que o Estado deve agir de forma preventiva por meio de um policiamento ostensivo.

Em 2008, surgiram grupos formados por agentes do Estado que pretendiam controlar áreas ocupadas pelo tráfico de drogas, as chamadas milícias. A atuação desses grupos assemelha-se aos antigos esquadrões do anos da ditadura civil-militar, trazendo à tona a falta de reformas na estrutura policial brasileira. A memória dos esquadrões da morte expõe os reflexos de uma sociedade autoritária que ainda não conseguiu controlar o poder policial e estabelecer um sistema judicial eficiente de punições para estes casos de violência. Esquadrões e milícias são reflexos da falta de transparência do trabalho policial, e da falta de interesse em controlar as forças policiais.

Dentro das possibilidades do final da ditadura civil-militar, Percival realizou uma análise ampla, procurando estabelecer vínculos entre as esferas sociais, política, geográfica e econômica para compreender o aumento da violência na Baixada Fluminense. Por meio de seu trabalho é possível verificar o estrago causado pela falta de punição e deslegitimação da justiça realizadas pelas forças policiais. Ao seu modo os esquadrões da morte desenvolveram a violência como seu padrão para regular o cotidiano da Baixada Fluminense, não como uma exceção, mas como a proteção dos aparelhos legais que garantem a impunidade e a hierarquização social. Percival publicou “A maior violência do mundo” no final da ditadura civil-militar, quando havia a expectativa de que haveria eleições diretas para o cargo de governador estadual em 1982.

### Referências Bibliográficas

BARBOSA, Adriano. *Esquadrão da Morte – Um mal necessário?*. Rio de Janeiro: Mandarino, 1971.

BICUDO, Hélio. *Meu Depoimento sobre o Esquadrão da Morte*. São Paulo: Comissão de Justiça e Paz de São Paulo, 1976.

BICUDO, Hélio. *Do Esquadrão da Morte aos Justiceiros*. Rio de Janeiro: Edições Paulinas.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo, Editora 34/Edusp, 2000.



SILVA, Aguinaldo. *Turno da Noite: Memórias de um ex-repórter de Polícia*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2016.

SOUZA, Percival. *A maior violência do Mundo*. Rio de Janeiro: Traço Editora, 1981.

THOMPSON, E. P. *Senhores e Caçadores: a origem da Lei Negra*. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1987.



## CAMPO EM CONTRASTE: EXPANSÃO DAS COMMODITIES E OS IMPACTOS SOBRE A ESTRUTURA AGRÁRIA NO SUDOESTE DO PARANÁ (1975/2006)

Ricardo Callegari<sup>1</sup>  
 Elisandra Aparecida de Campos<sup>2</sup>

**Resumo:** Esta apresentação se constitui como parte da pesquisa de doutorado onde o objetivo é discutir sobre algumas transformações na agricultura da região sudoeste durante o período de 1975 a 2006, dentre elas: a substituição da produção de mercado local para a produção em grande escala e para a exportação, o aumento na utilização de maquinários, agrotóxicos e insumos químicos. Nossa pesquisa visa compreender e problematizar estas mudanças e os impactos socioeconômicos perceptíveis nos números de estabelecimentos, nos estratos de área, concentração de terras e diminuição de pessoal ocupado, visto que 1% dos estabelecimentos controlam aproximadamente 33% da área agricultável e, do mesmo modo, alguns municípios apresentam números de consumo de agrotóxicos que ultrapassam 30 quilogramas por habitante nesta região. Estes dados questionam teses que postulam sobre o "fim da questão agrária", com as defendidas por Zander Navarro (2008 e 2010). Serão utilizados como fonte os dados dos Censos Agropecuários do período 1975 a 2006, assim como dados secundários sobre a utilização de agrotóxicos, os tipos de produção, censos demográficos, dados IPARDES, do SIAGRO, etc., de modo que possamos traçar um "perfil" das mudanças na agricultura durante os anos investigados e analisá-las. A escolha do recorte temporal (1975/2006) se dá por dois motivos interligados entre si. O primeiro, porque demarca a entrada com maior amplitude da "Revolução Verde" na região sudoeste. O segundo motivo é, pois a década que vai de 1996 a 2006 marca um período de forte concentração de terras na região, nada comparada a outras décadas.

**Palavras-Chave:** Concentração de terras; produção; luta.

### Introdução

Este artigo que o leitor tem em mãos faz parte da pesquisa de doutorado em desenvolvimento vinculada ao programa de pós-graduação em História da Unioeste e fruto também das discussões e questionamentos presentes no desencadear do trabalho como educador popular na Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural (ASSESOAR).

A história dos sujeitos e dos movimentos sociais do campo no Brasil tem, há alguns anos, no MST um grande objeto de estudo. Esta importância está relacionada ao papel assumido por camponeses e trabalhadores rurais que construíram práticas sociais de enfrentamento a expropriação e exclusão do acesso à terra. Este protagonismo assumido pelos camponeses<sup>3</sup> produziu

<sup>1</sup> Doutorando no Programa de Pós-Graduação em História, Poder e Práticas Sociais, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste, Câmpus Marechal Cândido Rondon. Com pesquisa vinculada a Linha de Pesquisa: Trabalho e Movimentos Sociais, sob orientação do Prof. Dr. Davi Félix Schreiner. Educador Popular pela Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural. E-mail para contato: ricardo@assesoar.org.br.

<sup>2</sup> Mestre em Geografia e professora do Colégio SESI, Capanema/PR.

<sup>3</sup> Utilizamos o conceito de camponês pois "agricultores" é um termo genérico e engloba, por exemplo, grandes e pequenos proprietários, arrendatários, meeiros, agregados, afinal, todos são "agricultores". Por outro lado, o termo "camponês" refere-se mais detidamente a população formada por pequenos proprietários, pequenos arrendatários, agregados, pequenos posseiros, etc. É muito difícil definir exatamente o termo e mais ainda empregá-lo aqui no Brasil, muitos pesquisadores optam por não utilizá-lo por carregar matrizes européias e/ou medievais. Para nós, ele ainda parece adequado para pensar as lutas sociais entre o latifúndio e o campesinato em suas diferentes formas





em diversos espaços da sociedade, nas universidades e na imprensa, por exemplo, a necessidade de entender e explicar suas reivindicações, suas origens e seus métodos de ação.

Na dissertação de mestrado, defendida no ano de 2016<sup>4</sup>, uma das discussões empreendidas foi como a falta de terra, de trabalho e de renda são fatores que impulsionam a saída da juventude do campo em direção as cidades. Essa conclusão permite fazer o enfrentamento a visões de mundo difundidas pela imprensa quando afirmam que os jovens do campo “são bens de vida” e aqueles que ocupam fazendas o fazem para “aumentar o patrimônio familiar” (BONIN, 2014).

Por outro lado, permite também, discutir com certa historiografia, como a de Navarro (2010) e BUAINAIN (2017), que apontam para aquilo que chamam de “fim da questão agrária”, como se ela já tivesse sido resolvida, como se o agronegócio tivesse resolvido os impasses, contradições e problemas da agricultura. Mesma historiografia que aponta para a inviabilidade da reforma agrária e que estabelecimentos de pequeno porte que não seguem o padrão tecnológico do agronegócio são inviáveis neste “novo momento do processo de acumulação de capital no campo” já que os resultados positivos resultantes do incremento de máquinas, insumos e genética são melhores em grandes áreas tecnificadas (ditas modernas).

A análise de dados sobre o campo e de entrevistas coletadas com camponeses permite questionar esta visão sobre o os benefícios do agronegócio, e, ao contrário, apresentam uma série de contradições presentes no modelo de produção baseado nas *commodities*, tais como: a grande utilização de agrotóxicos, concentração de terras e endividamento de camponeses. Como entender este processo? Como entender o contraste presente na agricultura brasileira (e regional) que, por um lado, é recordista de exportação mas, por outro lado, expulsa tantas pessoas do campo?

Nossa pesquisa visa compreender e problematizar as contradições oriundas deste modelo de agricultura. Para tanto partimos do estudo de caso sobre a região sudoeste do Paraná visando compreender o processo de transformação nos números de estabelecimentos, nos estratos de área, concentração de terras e diminuição do pessoal ocupado. Temos como foco oito municípios da região sudoeste do Paraná, são eles: Pérola D’Oeste, Santa Izabel D’Oeste, Dois Vizinhos, São Jorge D’Oeste, Francisco Beltrão, Marmeleiro, Coronel Vivida e Honório Serpa. A escolha por estes municípios baseou-se no foco de atuação da Assesoar.<sup>5</sup>

Os levantamentos sobre a produção, maquinários, agrotóxicos, concentração de terras e financiamentos serão regionais (somando todos os municípios) mas dando destaque aos oito municípios. Caso também das problematizações sobre algumas práticas de resistência (como as ocupações de terras em Marmeleiro, Francisco Beltrão e Honório Serpa) que serão específicas e a partir de entrevistas. O objetivo é construir uma caracterização regional, mas detalhar as mudanças nos municípios.

Para tanto, utilizamos entrevistas orais produzidas com os assentados, além de materiais impressos pela igreja, por movimentos sociais e associações da região, tais como: as 16 edições

---

históricas. Ou seja, existem outras palavras, por exemplo, pequenos proprietários, agricultores familiares, pequenos posseiros, colonos, parceiros, caboclos, etc. Contudo, optar por uma delas significa não dar conta de englobar os outros grupos sociais que tem situação econômica e social mais ou menos parecida, mas cultural e identitária diferenciada. Em outros termos, se escolhermos o termo “colono”, automaticamente excluimos do nosso universo de análise as populações negras e caboclas. Enfim, o termo camponato ainda nos parece ser eficiente no sentido de definir a unidade da situação social e econômica e, da mesma forma, não anula as diferenças de cunho mais cultural e identitárias, uma vez que a unidade não é absoluta, mas atravessada por diferenças e contradições.

<sup>4</sup> CALLEGARI, Ricardo. *Entre lutas, valores e pressões: juventude rural sem terra e a organização social do trabalho nos Assentamentos Missões e José Eduardo Raduan*. 2016. 161f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon. 2016.

<sup>5</sup> A Assesoar, para realizar o trabalho de assessoria na região dividiu-a em quatro micro-regiões (Fronteira, Vale do Iguaçú, Marrecas e Pinhais), de tais micro-regiões selecionamos dois municípios de cada (que possuem acompanhamentos da Assesoar).



do boletim “O Alerta” produzido pelo MASTES, os materiais da coleção “realidade rural” produzidos pela ASSESOAR em conjunto com a CPT e que eram utilizados nos cursos de formação com os agricultores, além de edições de 1975 a 2006 da revista Cambota (organizada pela ASSESOAR).

Outra fonte que nos auxilia na compreensão das transformações da agricultura na região serão os dados dos Censos Agropecuários do período, assim como dados sobre a utilização dos agrotóxicos, os tipos de produção, Censos Demográficos, dados do IPARDES, do SIAGRO, do Banco Central, etc., de modo que possamos traçar um “perfil” das mudanças na agricultura durante os anos investigados.

A escolha do recorte temporal entre 1975 a 2006 se dá por diversos motivos interligados entre si. O primeiro por que demarca a entrada com maior amplitude da “Revolução Verde” na região sudoeste e que, no caso da agricultura, representa um aprofundamento das relações de dependência, como veremos. O segundo motivo é, pois a década que vai de 1996 a 2006 marca um período de forte concentração de terras na região, nada comparada a outras décadas. Por outro lado, delimitamos em 2006, pois compreendemos que a partir de 2008, e da crise internacional do capital, ocorreram mudanças na conjuntura agrária no Brasil que não teríamos condições de aprofundá-las aqui neste trabalho, tais como: os cortes no orçamento para a agricultura, a venda de terras para estrangeiros e etc.

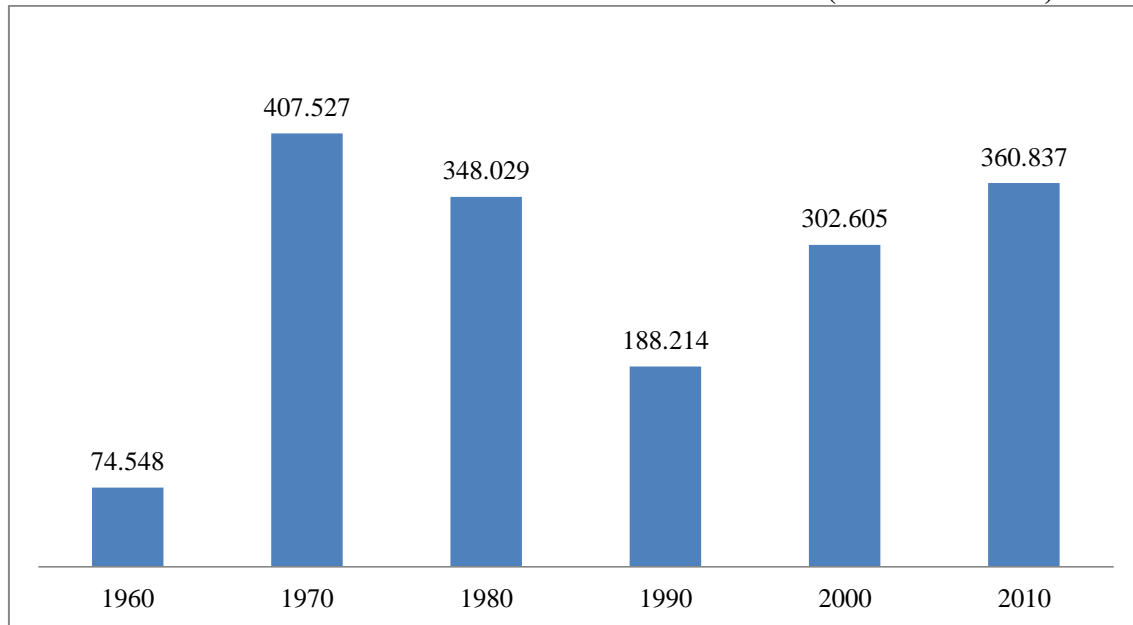
Nosso foco será por tanto de estudar as transformações na agricultura entre 1975 a 2006, o que nos leva a entender muitas das contradições presentes atualmente na região. Nossa tese é de que, a partir de 1975 e como fruto das relações de dependência em que o Brasil se insere no interior do capitalismo mundial, o sudoeste do Paraná passou por duas grandes transformações no campo: 1) produção para mercado local transformada em produção para exportação e 2) a forma de organizar a produção e o trabalho no campo que expulsou massivamente a população camponesa. Transformações questionadas pelos camponeses a partir da constituição de movimentos sociais e tendo como noção legitimadora as relações históricas de trabalho estabelecidas com a terra.

### **Avanço do capitalismo no campo e sua interface com a modernização da agricultura**

Os debates a cerca da “modernização da agricultura” brasileira possuem na sociologia um maior campo de estudo. Foi, a partir da sociologia rural, que os principais levantamentos entre aqueles que apoiavam e aqueles que a criticavam foram feitos.<sup>6</sup> No geral, entre aqueles que a criticavam um conceito chave para descrever o processo foi o de “modernização conservadora”. Estudos como de José de Souza Martins (1986), Octavio Ianni (1979) e Sônia Mendonça (2010) muito avançaram e contribuíram para a compreensão deste processo e a problematização de suas contradições e as implicações para a classe trabalhadora.

Estes estudos destacaram como a agricultura brasileira passou por processos de transformação a partir de 1950, assumindo novas perspectivas em relação ao mercado mundial. No geral, estas transformações passaram a implementar uma nova matriz tecnológica exigindo a utilização de um pacote tecnológico diferente do utilizado até então. Um exemplo disto são os tratores.

<sup>6</sup> O objetivo deste artigo é focar somente nos debates a respeito dos estudos que criticaram este processo. Para aprofundar mais sobre as diferentes interpretações produzidas ver: Wenceslau Gonçalves Neto (1997).

**Gráfico 3. Venda de tratores de rodas no mercado interno (unidades/década)**

Fonte: Anfavea. Dados organizados pelo autor.

Durante a década de 1960 foram vendidos 74 mil 548 tratores de rodas no Brasil, número que cresce para 407 mil 527 na década de 1970, tal aumento é de 546%. Este aumento explica-se pelas políticas agrícolas que buscavam aumentar a produtividade da agricultura sem, no entanto, alterar a estrutura fundiária. Isto é, aumentar a produção mantendo as grandes propriedades de terra e o aumento da área cultivada por meio de incentivo as fronteiras agrícolas, tal como Silva Dias e Amaral (2001) apontaram.

O cenário da década de 1980 foi desfavorável a agricultura, segundo Homem de Melo (1990). A crise financeira da década de 1980 e a consequente redução de crédito ofertado pelo Estado ocasionaram a diminuição nas vendas de tratores até a década de 1990 (MELLO, 1990). Seu aumento só é retomado novamente a partir da década de 1990 que até 2016, resultou em aumento de 192% das vendas.

O aumento das vendas verificado nas décadas de 1990, 2000 e 2010 foi possível mediante forte política de financiamentos públicos e privados, como forma de aumentar, segundo Ferreira Filho (1998), a produção agrícola de forma intensiva através, inicialmente de mecanização e tecnologia, e, a partir de 1996 de forma extensiva com aumento da área produtiva e nova expansão às fronteiras agrícolas principalmente na Amazônia (FERREIRA, 2007).

Este processo de mecanização da agricultura, sem alterar a estrutura fundiária, gerou uma série de contradições principalmente aquela agricultura chamada de camponesa, ou de pequena posse. Por possuir esta característica (transformar a matriz produtiva, conservando sua estrutura fundiária), alguns pesquisadores definiram-na como uma “modernização conservadora”. Como salientou Both (2017),

a expulsão de um sem número de pessoas do campo, a sua proletarização, a extinção das mais diferentes formas de vida e sociabilidade comunitários que singularizavam o universo rural brasileiro e o sem número de problemas e alterações produzidos pela modernização são parcialmente compreendidos e explicados quando investigados somente a partir do ponto de vista de que seu principal resultado foi unicamente a conservação (BOTH, 2017, p. 5).

Para problematizar, portanto, este processo de transformações na agricultura é necessário



avancar na compreensão sobre suas contradições, já que definir unicamente como “conservadora”<sup>7</sup> é insuficiente para problematizar o processo como um todo. Vale destacar que a utilização do conceito “modernização conservadora” foi muito produtiva por mostrar as continuidades na forma de dominação no campo, mas que, possui limites para apresentar as rupturas advindas com este processo.

Entendemos o termo “rupturas” como relações de trabalho e produção que foram modificadas profundamente. Para tanto, vamos problematizar dois impactos das modificações na região sudoeste do Paraná. O primeiro refere-se a entrada de máquinas com tração mecânica é uma evidência das mudanças na forma de produzir no campo. Ao analisar os dados coletados pelos Censos Agropecuários do IBGE de 1970, 1980 e 1995. No gráfico a seguir podemos verificar que em 1970 a quantidade de tratores na região era de 185, enquanto que na década seguinte o número aumentou significativamente para 4091 tratores. Um aumento superior a 2000% num período de 10 anos. O aumento de 1980 a 1995, em porcentagem é menor, porém não deixa de ser expressivo: 187%. É praticamente o dobro de tratores em 15 anos. E se comparamos a década de 1970 e 1995 o aumento é de 4155%.

**Gráfico 1. Unidades de tratores na região Sudoeste – 1970/1980/1995/2006**

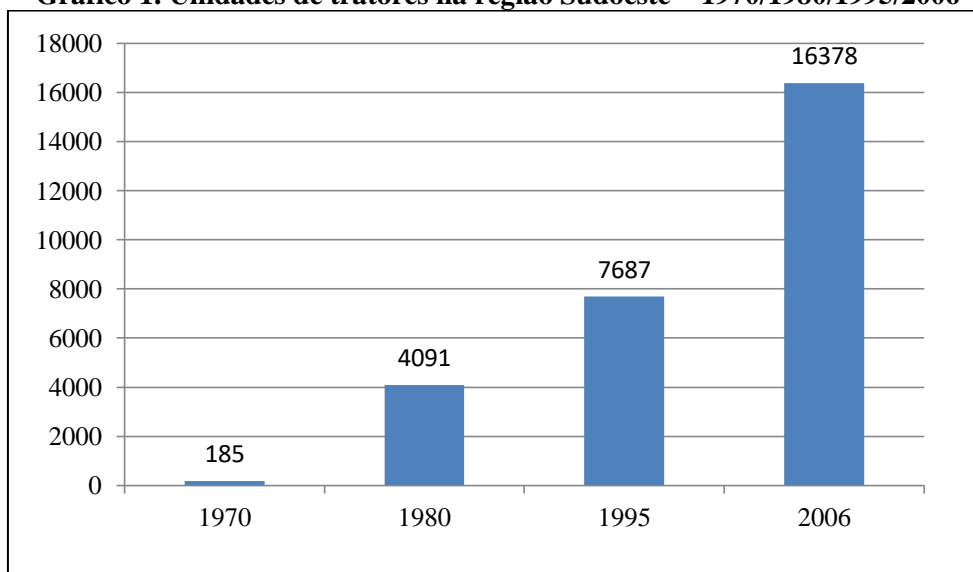


Gráfico organizado pelo autor a partir de dados do IBGE – Censos agropecuários de 1970, 1980 e 1995.

Para discutirmos esses dados no presente é importante analisarmos suas origens. Esse processo iniciou-se em 1975. Luis, de 80 anos, assentado no Assentamento Missões narrou como a utilização de agrotóxicos aconteceu em sua propriedade.

Eu fiquei numa idade. Meu filho também estava morando lá na mesma terra, só que morava um pouquinho para baixo. Daí eu disse: “- *Agora tu pode se virar [a] plantar.*” Daí um final de semana ele disse: “- Pai, será que o senhor não vai junto comigo plantar feijão?” “- Onde?” “- Lá em cima, *tem uma pedreira lá.*” Fui junto lá em cima pra plantar feijão. O mato dessa altura [gesticula com a mão destacando a altura de aproximadamente um metro do capim]! Digo: “- *Mas onde é que tu vai plantar feijão?*” “- Aqui no meio do mato.” Digo: “- Mas será que adianta?” “- Adianta!” disse ele, “*Vai plantando feijão, eu vou dessecar.*” “- *Olhe, eu estou com essa idade, nunca plantei feijão no meio de mato assim.*” Alguns dias depois, ele disse: “- Vá lá ver.” Estava tudo sequinho e o feijãozinho em pé estava. E deu feijão.<sup>8</sup>

<sup>7</sup> Este debate está sendo feito ao longo da pesquisa e pesquisas como a de Pires e Ramos (2009) tem nos auxiliado a compreender melhor a utilização do conceito aqui no Brasil.

<sup>8</sup> LUIS. Entrevista produzida por Ricardo Callegari com Luis, 80 anos, em Francisco Beltrão, 15 de março de



As transformações na organização do trabalho, da vida no campo são perceptíveis aos olhos se compararmos os últimos 40 anos na região Sudoeste (verifica-se com o êxodo e a utilização de insumos nas propriedades remanescentes). O aumento na produção de grãos, de leite, pecuária e aves são, segundo jornais, o mote do desenvolvimento econômico regional.<sup>9</sup> Esta realidade contrasta, entretanto, com a diminuição da população rural, concentração fundiária, endividamento de agricultores familiares, uso extensivo de agrotóxicos.

Uma das mudanças neste processo é a diminuição de uma forma de trabalho denominada de “agregado”. O agregado era, na região, o sujeito que trabalhava em terras que não eram suas por escritura e que, por meio disto, repassava uma parte do fruto de seu trabalho (na forma de renda da terra) ao proprietário. Este pagamento podia ser em produtos, horas de trabalho ou em dinheiro. Esta relação de “parceria” é drasticamente cessada a partir dos anos de 1980 na região.<sup>10</sup>

São trabalhadores que ficaram a margem do processo de mecanização, compõe uma das maiores categorias que foram expulsos do campo durante a década de 1980 e 1990. Em muitos lugares passaram a estabelecer as relações de trabalho como “bóias fria”. Dentre as décadas de 1970 e 2010 cerca de 200 mil pessoas saíram do campo na região sudoeste, conforme tabela:

**Tabela 1: População residente por situação do domicílio (variável: pessoas)**

Mesorregião Geográfica e Município	Situação do domicílio	1970	1980	1991	2000	2010
Brasil	Total	93.134.846	119.011.052	146.825.475	169.799.170	190.755.799
	Urbana	52.097.260	80.437.327	110.990.990	137.953.959	160.925.804
	Rural	41.037.586	38.573.725	35.834.485	31.845.211	29.829.995
Paraná	Total	6.929.821	7.629.849	8.448.713	9.563.458	10.444.526
	Urbana	2.504.253	4.472.506	6.197.953	7.786.084	8.912.692
	Rural	4.425.568	3.157.343	2.250.760	1.777.374	1.531.834
Sudoeste Paranaense – PR	Total	426.360	468.472	478.126 <sup>11</sup>	472.626	497.127
	Urbana	80.401	166.865	225.666	283.044	345.882
	Rural	345.959	301.607	252.460	189.582	151.245
Francisco Beltrão	Total	36.807	48.765	61.272	67.132	78.943
	Urbana	13.470	28.307	45.622	54.831	67.449
	Rural	23.337	20.458	15.650	12.301	11.494
Marmeleiro	Total	12.651	14.388	17.113	13.665	13.900
	Urbana	2.002	3.258	5.763	7.168	8.824
	Rural	10.649	11.130	11.350	6.497	5.076

Tabela organizada pelo autor com base nos dados disponibilizados pelo IBGE nos Censos Demográficos de 1970 a 2010.

Outra característica do processo iniciado pela modernização da agricultura foi a concentração de terras na região. As propriedades com menos de 10 hectares são 20 mil e 99 (45%) e

2014, 55 min.

<sup>9</sup> INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL. Leituras regionais: Mesorregião geográfica Sudoeste paranaense. Curitiba: IPARDES – BRDE, 2004.

<sup>10</sup> Estou pesquisando para ver se encontro dados sobre a quantidade de agregados (ou agricultores sem escrituras na região). Encontrei fontes do IPARDES que apontam para 20% dos agricultores na região que não detinham escritura na década de 1980. Na quarta parte veremos como estes sujeitos é que compõe parte significativa dos sem terras que passarão a se organizar em movimentos sociais e a construir as ocupações de fazendas improdutivas na região como forma de permanecerem na terra e de questionarem esta relação.

<sup>11</sup> As décadas de 1970 e 1980 não possuem dados tais municípios: Bela Vista da Caroba, Boa Esperança do Iguauçu, Bom Jesus do Sul, Bom Sucesso do Sul, Cruzeiro do Iguauçu, Flor da Serra do Sul, Manfrinópolis, Nova Esperança do Sudoeste, Nova Prata do Iguauçu, Pinhal de São Bento, Pranchita, Saudade do Iguauçu e Sulina.





controlam uma área 100 mil 228 hectares (10,4%) da região. Enquanto que as propriedades entre 10 e 20 hectares são 11 mil 952 (27%) e controlam uma área de 170 mil 977 (17,7%). As propriedades entre 20 a 50 hectares são 8 mil 42 (18%) e controlam uma área de 241 mil 780 hectares (25%). As propriedades com mais de 50 e menos de 200 são 2 mil 884 (6,5%) e possuem 249 mil 957 hectares (26%). Já as propriedades acima de 200 hectares são 523 (1,16%) e controlam 199 mil 968 hectares (20,8%). Conforme tabela a seguir:

**Tabela 2: Estrutura Fundiária no Sudoeste do Paraná por Estrato de Área (1970-2006)**

Estratos de área (ha)	1970		1980		1995		2006	
	Estab.	Área	Estab.	Área	Estab.	Área	Estab.	Área
Menos de 10	14.905	84.378	22.119	114.720	14.426	84.529	20.099	100.228
10 a menos de 20	10.882	155.544	12.036	172.151	11.635	167.881	11.952	170.977
20 a menos de 50	8.880	262.412	7.968	235.754	8.666	260.297	8.042	241.780
50 a 200	1.616	123.318	1.770	146.414	2.729	237.152	2.884	249.957
200 a 500	101	29.981	122	36.381	341	100.910	431	115.286
500 e mais	27	37.782	43	51.683	72	61.852	92	84.682
Total	36.411	693.415	44.058	757.103	37.869	912.621	44.479	962.910

Fonte: Censos Agropecuários, dados organizados pelo autor.

Este modelo agrícola permitiu uma concentração de terras muito grande na região. Mesmo sendo relacionada como uma região de agricultores familiares há grandes propriedades de terras controlando mais de 20% da terra agricultável, somente as propriedades acima de 500 hectares (que são 0,2% do total de estabelecimentos na região) controlam 8,8% da terra agricultável. Este extrato passou a controlar mais de 20 mil hectares (2%) em relação a 1996.

## Conclusão

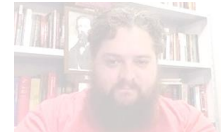
Por conservar algumas relações, principalmente as relações de poder em torno da propriedade da terra, a modernização pode ser considerada conservadora. Por outro lado, por transformar substancialmente as relações de trabalho e de produção no campo, o termo “conservadora” já não é suficiente.

Dois questões são importantes neste debate e devem ser aprofundadas: 1) entender a modernização para além da conservadora, mas sim como avanço das relações capitalistas de produção a partir da mecanização e de agroquímicos. 2) entendê-la para além do local e até mesmo do nacional, mas dentro daquilo que a geografia e as ciências sociais denominam de Divisão Internacional do Trabalho. Quais as relações entre modernização e a produção internacional do capital? A partir dela que a condição de dependência e de país periférico se aprofundou, para tanto a modernização da agricultura deve ser entendida como avanço das relações capitalistas de produção no campo a partir da mecanização e utilização de agroquímicos e também com grande grau de dependência.

## Referências Bibliográficas

BOTH, Márcio Antônio. *Trajetórias na fronteira: a modernização da agricultura e seus impactos no Oeste do Paraná (1960/1990)*. No prelo.

BUAINAIN, A. M; ALVES, E; SILVEIRA, J. M; NAVARRO, Z. Sete teses sobre o mundo rural brasileiro. *Revista de Política Agrícola*. Ano XXII, Número 2, Abr/Maio/Jun. 2013. Disponível em: <https://seer.sede.embrapa.br/index.php/RPA/article/view/311>. Acesso em 08 de



maio. 2017.

FERREIRA FILHO, Joaquim Bento de Souza. *Ajustamento estrutural e crescimento agrícola na década de oitenta: notas adicionais*. Revista de Economia Política. volume 18, número 4(72), outubro-dezembro de 1998. São Paulo, 1998.

FERREIRA FILHO, Joaquim Bento de Souza. *Crescimento da produção agrícola e o consumo de tratores de rodas no Brasil entre 1996 – 2005*. Anais do XLV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e sociologia Rural – Julho/2007.

MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

MELO, F.B.H. *O crescimento agrícola brasileiro dos anos 80 e as perspectivas para os anos 90*. Revista de Economia Política, vol 10, nº 3 (39), julho-setembro, 1990. São Paulo, 1990.

MENDONÇA, Sonia Regina. A classe dominante agrária: natureza e comportamento – 1964-1990. In: STÉDILE, João Pedro (org). *A questão agrária no Brasil*. 5. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

NAVARRO, Zander (et al). *Agricultura brasileira: desempenho recente, desafios e perspectivas*. Brasília: IPEA/MAPA, jul, 2010.

NETO, Wenceslau Gonçalves. *Estado e agricultura no Brasil: política agrícola e modernização econômica brasileira (1960-1980)*. São Paulo: Hucitec, 1997.

PIRES, Murilo José de Souza; RAMOS, Pedro. O termo modernização conservadora: sua origem e utilização no Brasil. In: *Revista Econômica do Nordeste*. Fortaleza, vol. 40, n. 03, julho-setembro, 2009, p. 411-424.

SILVA DIAS, G. L da; AMARAL, C. L. *Mudanças estruturais na agricultura brasileira: 1980 – 1998*. Red de Desarrollo Agropecuario. Cepal. Santiago do Chile, 2001.



## A EXTENSÃO DO GRUPO GLOBO: DE TV À EDITORA

Ricardo Krupiniski<sup>1</sup>

**Resumo:** Rede Globo, Editora Globo, Infoglobo, Agência O Globo, Sistema Globo de Rádio, Globosat, Som Livre, Globo.com, Globo Condé Nast, Globo Filmes Valor Econômico e Zap. Essas são algumas das empresas pertencentes ao maior conglomerado de mídia do Brasil e um dos maiores do mundo. A primeira empreitada do Grupo ocorreu com Irineu Marinho, em 1911 e a criação do jornal A Noite. No entanto, foi com seu filho, Roberto Marinho, que presenciamos um gigantesco crescimento do Grupo. Essa expansão se deve principalmente pela inauguração da Rede Globo de Televisão, que obteve a concessão do canal 4 do Rio de Janeiro e realizou sua primeira transmissão em 1965. Hoje, a antiga Organizações Globo, detém em seu portfólio diversos produtos de mídia: radiofusão, internet, mídia impressa, cinema, indústria fonográfica e telecomunicações. A partir de uma interpretação gramsciana, entende-se que a Editora Globo se consolidou como importante instrumento de classe no Brasil, portanto, se faz necessário uma análise crítica de tal aparelho privado de hegemonia. Nesse sentido, este artigo tem como objetivo apresentar uma análise teórico historiográfica do Grupo Globo. De forma especial, será dada ênfase para a mídia impressa, com destaque para a Editora Globo, fundada em 1952, que dentre seu leque de revistas, publica a Revista Época, que é pesquisada no doutorado.

**Palavras-chave:** Grupo Globo; TV Globo; Editora Globo.

### Introdução

Os Aparelhos Privados de Hegemonia, como a imprensa, são de fundamental importância para a compreensão do Estado. Como observa Liguori, amparado pelo pensamento de Antônio Gramsci: “o fato de que tais organismos voltados para a formação do consenso estejam articulados dialeticamente ao Estado permite dizer, sem ambiguidade, que Gramsci está propondo uma leitura forte da morfologia do poder na sociedade” (LIGOURI, 2007, p. 21-22).

Levando em consideração que vivemos numa sociedade onde a mídia exerce um grande poder sobre a coletividade nacional, transformando-se numa força dominante de socialização e alienação, não podemos correr o risco de separar força e consenso, direção e domínio, uma vez que tais fatores devem ser analisados de maneira conjunta, para melhor compreensão das formas de poder na sociedade contemporânea.

Negar as contribuições que alguns meios de comunicação, como a imprensa escrita tem para a manutenção das relações capitalista seria um erro. Hoje podemos observar que com a criação e transmissão de notícias, a imprensa busca criar uma relação com seu receptor, criando significados em torno de um determinado acontecimento, dando explicações, construindo verdades e posteriormente vendendo-as como sendo a própria História.

O estudo aqui apresentado é inicial, pois faz parte de uma proposta de pesquisa de doutorado (em andamento) que tem como objetivo analisar o discurso de classe e atuação partidária da revista *Época*, publicada pela Editora Globo pertencente ao Grupo Globo. Assim sendo, será apresentado alguns apontamentos sobre o Grupo Globo, em particular a Rede Globo de Televisão, Editora Globo e revista *Época*.

<sup>1</sup> Dourando em História pela Linha de Pesquisa Estado e Poder da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE. Professor do Centro Universitário FAG. E-mail: ricardocvel@outlook.com



Amparado por uma metodologia que priorizada a análise teórico histórica, buscou-se em informações oficiais e literatura crítica, expor a origem do Grupo Globo, bem como as empresas que fazem parte desse conglomerado de mídia.

## 1. Agora Grupo Globo

Não, Você não leu errado! Atualmente as empresas da família Marinho levam o nome de Grupo Globo. Por muito tempo ouvíamos falar em Organizações Globo. No entanto, desde agosto de 2014 a Organização Globo passou a adotar essa nova marca.

Segundo o Grupo, a mudança é decorrente de um processo que teve como objetivo “estimular a troca de experiência entre empresas em áreas como tecnologia, produção e conhecimento do consumidor”, sem acarretar em alterações “na estrutura corporativa ou societária de nenhuma das empresas do Grupo” (O GLOBO – online).

Na época, o presidente do Grupo, Roberto Irineu Marinho, afirmou que a mudança foi “resultado de uma visão de futuro”, sendo que o novo nome “Grupo”, buscou reforçar a noção de um “conjunto de pessoas com os mesmos sentimentos e representações”. Nas palavras do próprio presidente,

É isso que o novo nome representa: que temos identidade, valores e objetivos comuns. Queremos cada vez mais ser o ambiente onde todos se encontram. E encontram informação, diversão e cultura, instrumentos essenciais para uma sociedade que almeja a felicidade de todos e de cada um (O GLOBO – online).

## 2. Origens e atuação

É com Irineu Marinho que se sentam as bases daquele que seria um dia, o maior conglomerado de mídia da América Latina e um dos maiores do mundo. Tudo começou com a publicação do primeiro jornal em 1911, intitulado *A Noite*. Alguns anos depois, e em 1925, foi lançado *O Globo*, que no futuro daria nome ao Grupo.

Desde o lançamento, *O Globo* se caracteriza por ser um jornal essencialmente noticioso e voltado para a prestação de serviços. A primeira sede do novo vespertino é no prédio do Liceu de Artes e Ofícios, no Largo da Carioca, centro do Rio de Janeiro. Começa a funcionar apenas com uma máquina rotativa, que havia pertencido ao exército britânico, e com um time de jornalistas talentosos que deixam a redação de *A Noite* e acompanham Irineu Marinho no novo desafio. O jornal tem seu nome escolhido em um concurso popular. Irineu Marinho morre 25 dias após o primeiro número de *O Globo* chegar às bancas. O experiente jornalista Eurycles de Mattos assume a posição de diretor-redator chefe e Roberto Marinho, filho de Irineu, ocupa o cargo de secretário. Cinco anos depois, em 1931, Roberto Marinho torna-se presidente de *O Globo* e transforma-o em um dos jornais mais conceituados do país (HISTÓRIA DO GRUPO GLOBO – online).

Após a criação de *O Globo* o próximo passo levou os Marinhos a inauguração da Rádio Globo. Somente na década de 1960 é que nasce a Rede Globo de Televisão, principal empresa do Grupo<sup>2</sup>.

Atualmente o Grupo Globo atua nas seguintes áreas:

<sup>2</sup> Uma análise mais detalhada e crítica sobre o surgimento da Rede Globo de Televisão será feita posteriormente.



<b>ÁREAS DE ATUAÇÃO DO GRUPO GLOBO</b>	
<b>TV Globo</b>	“A TV Globo tem sua programação distribuída em quase todo o território nacional, por meio de 5 emissoras próprias, em parceria com empresas afiliadas, e em mais de 100 países, por meio da Globo Internacional. Reconhecida pelo alto padrão de qualidade, marca que imprimiu desde a sua fundação em 1965, a TV Globo tem uma trajetória que se confunde com a história da televisão no Brasil, sempre pautada pelo pioneirismo e inovação”.
<b>Globo Filmes</b>	“A Globo Filmes participa da coprodução de filmes brasileiros, lançando títulos que lideram a audiência do cinema brasileiro”.
<b>Globosat</b>	“A Globosat é uma programadora de canais de TV por assinatura. Conta com portfólio diversificado de canais, incluindo mais de 30 canais pagos com 24 horas de programação. Destaque para os canais SporTV, GloboNews, Multishow, GNT, VIVA e Gloop”.
<b>Infoglobo e Editora Globo</b>	“O grupo atua nos segmentos de jornais e revistas, impressos e digitais, através da Infoglobo e da Editora Globo. A Infoglobo reúne os jornais diários O Globo, fundado em 1925, Extra e Expresso, além de participação no jornal Valor Econômico. A Editora Globo possui em seu portfólio 16 revistas, além de editar livros clássicos e contemporâneos”.
<b>Som Livre</b>	“A Som Livre atua na área musical, produzindo e comercializando conteúdo de artistas brasileiros através de vendas físicas CDs, DVDs e outros), digitais e eventos”.
<b>Sistema Globo de Rádio</b>	“No meio do rádio, a atuação se dá através do Sistema Globo de Rádio, com emissoras próprias e afiliadas, nos segmentos de notícias (CBN) e talk (Rádio Globo)”.
<b>ZAP</b>	“O ZAP é um portal de classificados online de atuação nacional”.

Fonte: Grupo Globo. Disponível em: <http://www.grupoglobo.globo.com/> Acessado: 23/09/2017

Podemos perceber o quão abrangente é alcance do Grupo Globo. A família Marinho tem em seu poder um megalomaniaco conglomerado presente nos mais diversos segmentos de mídia, tais como: mídia impressa, internet, rádio fusão, cinema, indústria fonográfica e telecomunicações.

Qualquer leitura desprovida de um olhar crítico, pode fazer com que se instale um sentimento de grandiosidade e orgulho nacional. Até porque, como ressalta a voz oficial do Grupo, o Grupo Globo é “um grupo 100% brasileiro. O Brasil é sua origem, maior inspiração e responsabilidade” (Grupo Globo(a) – online). No entanto, é importante problematizar sobre a atuação do Grupo Globo para que seus interesses de classe sejam descortinados<sup>3</sup>. As construções ideológicas dos meios de comunicação precisam ser averiguadas, pois como bem observa Carla Lucina Silva, essas construções “permitem aos meios de comunicação ocultar os interesses aos quais estão vinculados e defendem” (SILVA, 2009, p. 207).

Silva (2009) em seu artigo “Uma visão segmentada para uma dominação total: editoras, projeto educativo e construção de hegemonia” faz importantes apontamentos teóricos e metodológicos que nos possibilita pensar sobre o amplo campo de atuação do Grupo Globo. Temos que entender que a aparente fragmentação: TV, rádio, jornais, revistas, etc., é como foi dito, aparente! Os meios de comunicação não agem de forma fracionada, pelo contrário, no interior de sua organização, operam de forma total. Isso implica dizer que as empresas de mídia buscam

<sup>3</sup> Um estudo mais aprofundado e particularizado sobre os segmentos de atuação do Grupo Globo é necessário. O objetivo desse artigo é chamar a atenção para o caráter ideológico do Grupo e analisar, de forma mais densa, o segmento de TV (TV Globo) e Editora (Editora Globo), que publica a revista *Época*.





construir um programa de ação, que se efetiva pela linha editorial da empresa, construindo assim uma visão de mundo. Por isso a segmentação se faz necessária.

Assim como o trabalhador não pode ter uma visão do todo do processo produtivo, o 'espectador' não deve ter condições de ter uma visão totalizadora da história e da realidade. É por isso que eles não tratam seu público como 'massa', mas como segmentos que podem ser separados, e que podem se tornar nichos de consumo de produtos e ideias (SILVA, 2009, p. 207, 208).

Dando continuidade a essa reflexão, se afinarmos um pouco mais, podemos chegar nas publicações da Editora Globo, particularmente as revistas. No total, podemos elencar 16 revistas que buscam atender um público diverso. Veja a tabela abaixo:

REVISTAS PÚBLICADAS PELA EDITORA GLOBO	
Nome	Descrição
<b>Autoesporte</b>	<i>“Paixão por carros”</i> “Autoesporte é a revista dos apaixonados por carros, seu estilo e desempenho. É dos que buscam a melhor referência para a compra de um automóvel, além de informações sobre manutenção, segurança e acessórios. Todos os meses, traz as novidades do mercado, as notícias sobre lançamentos, testes e comparativos, e ainda preços de veículos nacionais e importados”.
<b>Casa e Jardim</b>	<i>“Sua casa linda do seu jeito”</i> “Uma revista para quem quer transformar sua casa em um lar de verdade. Todos os meses, os lançamentos e as tendências de decoração, design, arquitetura e paisagismo, com informações e soluções para cada ambiente. Ajuda o leitor a viver com conforto, estilo (o estilo de cada um) e, <b>sobretudo, sossego e felicidade</b> ”.
<b>Casa Vogue</b>	<i>“A grande referência em decoração, design e arquitetura”</i> “Todos os meses, Casa Vogue encanta e inspira seus leitores amantes do bem-viver com sofisticação, ao revelar tendências, mostrar ambientes atemporais e ditar moda. Tudo sempre visto pelas lentes dos melhores fotógrafos do Brasil e do mundo”.
<b>Crescer</b>	<i>“Informação e inspiração para mães e pais”</i> “A Crescer fala com a mulher que ama seus filhos e deseja cuidar da saúde e da educação deles da melhor maneira possível, mas que também se preocupa com o próprio corpo, a beleza, o relacionamento afetivo, a profissão e a casa, desde a gravidez. Para ajudá-la a equilibrar o tempo - e as emoções -, vamos atrás de histórias inspiradoras e dos especialistas com as informações mais quentes e relevantes.
<b>Época</b>	<i>“Conteúdo que transforma”</i> “Toda semana, ÉPOCA vai além das notícias e antecipa tendências. Uma revista analítica, empreendedora, esclarecedora, inovadora, moderna e profunda”.
<b>Época Negócios</b>	<i>“Inspiração para inovar”</i> “A revista que antecipa hoje as tendências que vão influenciar os mais diferentes campos: economia, administração, marketing, carreira, gestão, finanças, e sustentabilidade. Um guia indispensável para líderes que vivem no mutante e veloz mundo dos negócios”.
<b>Galileu</b>	<i>“Exercite sua curiosidade”</i>



	<p>“Galileu seleciona e traduz as mais inovadoras e relevantes ideias nos campos do comportamento, da ciência e da tecnologia, também acompanha os principais movimentos e tendências de consumo e traz histórias com personagens revolucionários e inspiradores”.</p>
<b>Glamour</b>	<p>“<i>GLAMOUR, Algumas mulheres têm, outras também</i>”          “A revista GLAMOUR chega ao Brasil com a missão de injetar GLAMOUR no dia a dia da leitora: no closet, no nécessaire, na casa, no trabalho, na cama, na vida! Moda, beleza e celebridades são o tripé de uma revista divertida e alto-astrol, um guia completo dos assuntos mais saborosos da atualidade”.</p>
<b>Globo Rural</b>	<p>“<i>A palavra do campo</i>”          “Informação clara, oportuna e honesta sobre tudo o que interessa ao homem do campo. Reportagens variadas a cada edição, novidades em tecnologia e manejo, análises e tendências de mercado, serviços que auxiliem o produtor rural em sua atividade, dicas de cultivo e criação, comportamento, cultura, receitas, curiosidades e causos”.</p>
<b>GQ</b>	<p>“<i>A revista masculina mais conceituada do mundo. Muito prazer, somos a GQ</i>”          “Referência em estilo de vida para o homem moderno, GQ traz todos os meses as melhores entrevistas e reportagens especiais, ensaios com as mais lindas mulheres e tudo o que o homem antenado precisa saber sobre moda, estilo, cultura, tecnologia, saúde, esporte, fitness, carros, turismo e gastronomia. Sempre com elegância, inteligência e humor”.</p>
<b>Marie Claire</b>	<p>“<i>Chique é ser inteligente</i>”          “É uma revista com personalidade forte, dirigida a mulheres inteligentes e bem resolvidas, mostra toda a riqueza do universo feminino ao reunir reportagens polêmicas ao glamour da moda, depoimentos reveladores e divertidos sobre sexo e relacionamento, informações úteis de saúde e beleza”.</p>
<b>Meus 5 Minutos</b>	<p>“<i>Para a mulher que quer muito, sem perder tempo</i>”          “Somos MEUS 5 MINUTOS porque oferecemos uma ferramenta para você aproveitar melhor o tempo, especialmente as pausas que se dá o direito de tirar ao longo do dia. Para isso, reunimos em um só lugar o melhor das notícias de interesse feminino publicadas nos sites da Editora Globo, das Edições Globo Condé Nast e da Globosat”.</p>
<b>Monet</b>	<p>“<i>Entretenimento, TV e cultura pop</i>”          “Os bastidores do mundo do entretenimento, da cultura pop e o mais completo guia de programação da NET estão na revista MONET. São reportagens e entrevistas com os astros e os criadores dos melhores filmes, documentários, seriados e programas, sempre com grande apelo visual e editorial”.</p>
<b>PEGN</b>	<p>“<i>Conteúdo para quem quer crescer</i>”          “Pequenas Empresas &amp; Grandes Negócios reúne a maior e mais importante comunidade de empreendedores do Brasil. A marca tem por missão encorajá-los e capacitá-los, além de inspirar as novas gerações que sonham fundar uma empresa. Produzimos, organizamos e compartilhamos conteúdo relevante sobre pequenos e médios negócios nas plataformas revista, site, aplicativos, vídeos, redes sociais e eventos”.</p>



<b>QUEM</b>	<p>“<i>O mundo real dos famosos</i>”</p> <p>Quem é um passe-livre para o exclusivo universo das celebridades. Todas as semanas, traz as notícias mais quentes sobre os famosos: flagras, entrevistas, imagens impactantes e perfis, bastidores, festas e baladas. Quem ainda vai além das concorrentes e se diferencia no segmento com a agenda de entretenimento e cultura pop, no QUEM Pensa, mais um forte conteúdo de moda, beleza, consumo e estilo das celebridades.</p>
<b>Vogue</b>	<p>“<i>Antes de estar na moda, está na Vogue</i>”</p> <p>Autoridade no universo fashion e há mais de 100 anos na vanguarda, Vogue é a revista de moda mais vendida no mundo. Estabelecendo padrões e antecipando tendências, a cada edição mostra as novidades em beleza, lifestyle, saúde e bem-estar.</p>

Fonte: Editora Globo. Disponível em: <http://anuncie.globo.com/editora-globo/> Acessado: 23/09/2017

A aparente segmentação oculta relações de poder e dominação que para o leitor comum não são visíveis. Muitos desses leitores podem acreditar que existe um número variado de revistas por que o público é diverso. Para Carla Luciana Silva, essa tese não se sustenta. Segundo a autora, as “revistas não propõem um pensamento de massa. Elas se ocupam de fragmentos da realidade, e o colocam como sendo a realidade total para parcelas com as quais dialoga” (SILVA, 2009, p. 214).

Outro perigo diz respeito os valores pós-modernos:

A segmentação está claramente imbuída de preceitos pós-modernos como a negação da totalidade histórica e da história como processo. Além disso, elemento muito presente é a negação da possibilidade de ação coletiva e diluição da noção de classe, o que serve para negar a luta de classe, assumindo evidente posição ao lado da dominação nas lutas reais. Os sujeitos são segmentados em guetos, tribos, lugares cada vez menores (SILVA, 2009, p. 212).

Podemos perceber que por trás da aparente segmentação, existe todo um projeto pedagógico, que educa, dita o comportamento, orienta as classes e produz hegemonia.

### 3. Rede Globo de Televisão

A década de 1950 pode ser considerada como um marco para a imprensa brasileira, uma vez que se observa a entrada do capital estrangeiro e das multinacionais no país, bem como a implementação de um modelo específico de fazer jornalismo, o modelo norte-americano<sup>4</sup>.

A Rede Globo de televisão surgiu em 1965, um ano depois do golpe militar no Brasil. Teve como referência o modelo norte-americano de fazer jornalismo e obteve investimento do capital estrangeiro. Carla Luciana Silva ressalta que “*é no contexto da ditadura e de abertura ao capital externo que se dá a implantação da Rede Globo de Televisão, com a entrada direta de capital estrangeiro e gestão da empresa pelo grupo norte-americano Time-Life*” (SILVA, 2006, p. 44-45).

Para Daniel Herz,

Foi nesse contexto que uma nova estratégia das forças imperialistas aos meios de comunicação, começou a delinear-se. Em 1961 surgiram os contratos elaborados institucionalmente entre as organizações Globo e o grupo norte-americano Time-Life,

<sup>4</sup> Ver: SILVA, Carla Luciana Souza da. **Veja:** o indispensável partido neoliberal (1989 a 2002). Tese de doutoramento em História. Niterói, UFF, 2005. Principalmente a parte 1.3 do capítulo I: *Padrões externos para a mídia brasileira*.



que iria transformar aquele grupo empresarial brasileiro na maior potência econômica na área de comunicação na América Latina<sup>1</sup> (HERZ, 1991, p. 84).

A vinculação da Rede Globo de Televisão com o grupo norte-americano *Time-Life* gerou uma CPI que apresentou um relatório considerando o acordo ilegal, porém tal relatório foi arquivado, uma vez que a Rede Globo surgia com uma finalidade bem delineada: a legitimação da ditadura civil militar no Brasil.

Com o final da CPI, Rede Globo saiu inocentada das acusações referentes a sua junção com o grupo norte-americano, sendo absolvida em 23/11/1968 pelo decreto do Presidente Costa e Silva. Os interesses entre a Rede Globo de Televisão e os militares estavam bem alinhados:

A superficialidade com que os ministros da área econômica trataram os problemas levantados não era, por certo causal. O governo implantado em 1964 tratava de contornar as resistências que surgiam, inclusive na área militar, mas manobrava para garantir a implantação da TV GLOBO, que seria um instrumento fundamental na política de internacionalização da economia através da criação de um mercado internacional de produtos industriais sofisticados. Roberto Campos era figura notoriamente identificada com os interesses do capital estrangeiro e também Octávio Gouvêa de Bulhões, que mais tarde chega a ser presidente da poderosa multinacional Ericsson, da indústria que, juntamente com Standart Eletric e Nippon Electric Compav, controlavam o mercado brasileiro de telecomunicações, criado com o maciços investimentos do Governo após 1964 (HERZ *apud* SILVA, 2006, p. 45).

Podemos perceber que a empresa do “Dr.” Roberto Marinho, surgiu com o apoio de investimento internacional do grupo norte-americano *Time-Life*, sendo que tal manobra era proibida pela Constituição da época. Após a formação da CPI para a apuração dos fatos, um projeto de lei foi aprovado com uma série de deficiências, dando legalidade ao contrato entre GLOBO e *Time-Life*. No Brasil nenhum outro canal de TV recebeu tanto investimento em infraestrutura, facilitando o domínio do mercado de comunicação pela Rede Globo de Televisão.

As organizações Globo, de tendência marcadamente conservadora, estavam presente na lista de jornais subordinados pela publicidade estrangeira para mover campanhas, por exemplo, contra a nacionalização do petróleo. Essa empresa apresentava grandes perspectivas de expansão. É o que se pode deduzir dos pedidos de 25 emissoras de rádio e televisão, localizadas nos principais estados, feitos pela empresa ao Governo de 1960 e 1961. Com esses projetos de expansão as organizações Globo mostraram não só receptividade à associação com o capital estrangeiro, como também muito critério na escolha do sócio... (HERZ, 1991, p. 94).

Para Daniel Herz “*o que transparece na Globo, é a ideologia das classes dominantes*” (HERZ, 1991, p. 16). Na década de 1980 a Rede Globo detinha um império com mais de quarenta empresas com atuação em diversos ramos da economia. Durante quase todo seu período de existência, a Globo teve como proprietário o jornalista e empresário Roberto Marinho, que não hesitou em expandir seus negócios. No que diz respeito à área de comunicação,

além dos ramos de televisão, as Organizações Globo envolvem pelo menos 18 emissoras de rádio AM e FM, o segundo maior diário do país, duas editoras de revistas e livros, produtora de vídeo, distribuidora de fitas videocassete, três gravadoras, produtoras de serviços para a publicidade, entre outras empresas. O grupo econômico encabeçado por Roberto Marinho inclui ainda empresas envolvidas em diversos outros ramos: indústria de bicicletas, indústria eletrônica, indústria de telecomunicações, negócios imobiliário, agricultura e pecuária – destacando-se fazendas na Amazônia -,



mineração, distribuidoras de títulos e valores, entre outras atividades econômicas<sup>5</sup> (HERZ, 1991, p. 21).

Apesar dos dados apresentados serem dos anos 80, isso não empobrece a reflexão. Dados mais atuais foram apresentados no início desse artigo.

#### 4. A revista *Época*

Segundo Flávio Agnelli Mesquita, a revista *Época*

vende cerca de 600 mil exemplares por semana e atinge, predominantemente, as classes A e B (assim como a maioria dos semanários jornalísticos). *Época* possui um projeto gráfico inspirado na revista alemã “Focus”, com a qual mantém um acordo para a utilização de material fotográfico e editorial com exclusividade no Brasil (MESQUITA, 2008, p. 56).

Lançada em 25 de maio de 1998, a revista *Época* surgiu com uma proposta: a defesa por um “Brasil do A”. Para *Época*:

Há dois Brasis em confronto. Um “Brasil do A”, dinâmico, inovador, que pensa e age globalmente. E um “Brasil do B”, arcaico, paroquial, provinciano, onde o interesse público é secundário diante de interesses pessoais ou de grupos. *ÉPOCA* luta pelo “Brasil do A”, inserido num mundo sem muros, globalizado. Em nossas páginas e em nosso site, irrigamos os debates com pessoas, ideias e práticas inspiradoras de todos os lugares. É nosso dever ter uma visão crítica dos problemas do Brasil e do mundo, mas também propor uma agenda de soluções para eles. O “Brasil do A” é empreendedor e meritocrata. O espírito empreendedor é essencial para promover o desenvolvimento e o crescimento de uma nação. É triste constatar que o ambiente de negócios no Brasil ainda é tão hostil aos empreendedores. Burocracia em excesso, e por baixo de tudo o preconceito arcaico contra o lucro. O lucro gera riqueza, empregos, boas carreiras. Empresa que não lucra é empresa morta, e empresa morta significa desemprego, pobreza, desolação social. O lucro está também na base da responsabilidade social das empresas. Sem lucro e vigor, empresa nenhuma poderia praticar qualquer forma de retribuição à sociedade<sup>6</sup>.

A revista assume como discurso ideológico a defesa de um “Brasil do A”. No entanto perguntamos: qual o “Brasil do A” que *Época* defende?

Podemos observar através do texto acima, que o “Brasil do A” de *Época*, é a favor do processo de globalização, pois são crentes em um “*mundo sem muros, globalizado*”. A expressão “*sem muros*” foi muitas vezes utilizada pela literatura, ou em discursos políticos, para afirmar o compromisso em construir um mundo sem fronteiras, livre para o mercado, ao mesmo tempo em que faz alusão à queda do Muro de Berlim.

Ao se contrapor à construção de um “Brasil do B”, *Época* se diz lutar contra um Brasil “*arcaico, provinciano, onde o interesse público é secundário diante de interesses pessoais ou de grupos*”. Aqui seus interesses de classe da revista são ocultados.

Ao mesmo tempo em que *Época* se propõe a falar em nome do povo brasileiro (“o povo tem o direito de saber”), assumimos como hipótese que a revista defende os interesses do grande capital, pois são crentes “*no empreendedorismo como força essencial para promover o desenvolvimento e o crescimento do Brasil*”.

<sup>5</sup> Esses dados são da década de 80, e já podemos observar o grande poder de Roberto Marinho, e sua atuação em diversos ramos de e negócios. Id., p. 21.

<sup>6</sup> *Nossa Missão*. Disponível: <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0EDR82723-5855,00.html> Acessado: 23/09/2017.





## Considerações

Ao trabalhar com a mídia, toda forma de desnaturalização é necessária. Seja na televisão, rádio, jornal ou revistas, visões de mundo são produzidas. Nesse sentido, com as empresas do Grupo Globo não seria diferente.

A marca Grupo Globo apresenta em seu repertório um leque de opções para os mais diversos públicos. Entender que essa segmentação faz parte de uma manobra que visa manter por via do consenso (nem sempre visível) as relações (seja em seu aspecto econômico ou social) de ordem capitalista, é fundamental para que a crítica seja feita.

Dentre todas as empresas do Grupo Globo apresentadas, a que tem maior importância é sem sombras de dúvidas a Rede Globo de Televisão. Para que haja um melhor entendimento do discurso de classe e atuação partidária da revista *Época*, é necessário apresentar e compreender as relações da empresa como um todo, pois como foi destacado, existe uma fragmentação, mas isso não passa de um equívoco.

## Referências Bibliográficas

GRUPO GLOBO (a). *Somos um grupo de mídia que cria, produz e distribui conteúdos de qualidade que informam, educam e divertem*. Disponível em: <http://www.grupoglobo.globo.com/> Acessado: 23/09/2017.

HERZ, Daniel. *A história secreta da REDE GLOBO*. 14<sup>a</sup> ed. Porto Alegre, Ortiz, 1991.

HISTÓRIA DO GRUPO GLOBO. *Lançamento de O Globo*. Disponível em: <http://historiagrupoglobo.globo.com/hgg/index.htm> Acessado em: 23/09/2017.

LIGUORI, Guido. *Roteiros para Gramsci*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.

O GLOBO. *Organizações Globo adotam uma nova marca: Grupo Globo*. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/organizacoes-globo-adotam-nova-marca-grupo-globo-13739502> Acessado: 23/09/2017.

MESQUITA, Flávio Agnelli. *As fontes jornalísticas no Caso Dossiê: uma análise de enquadramento da cobertura das revistas Veja, Época, IstoÉ e Carta Capital*. Dissertação de Mestrado em Arquitetura, Artes e Comunicação. Bauru, Universidade Estadual Paulista, 2008

SILVA, Carla Luciana Souza da. *Veja: o indispensável partido neoliberal (1989 a 2002)*. Tese de doutoramento em História. Niterói, UFF, 2005.

SILVA, Carla Luciana. *Um visão segmentada para uma dominação total: editoras, projeto educativo e construção de hegemonia. Qué Universidad necesitan los pueblos*. Rosário: Grupo de Trabajo Hacer La Historia, 2009.



## CINEMA DE HORROR E O CONSERVADORISMO ESTADUNIDENSE NA DÉCADA DE 1980

Rodrigo Candido da Silva<sup>1</sup>

**Resumo:** Durante a década de 1970, os EUA vivem a ascensão de forças conservadoras, no cenário político, cultural e econômico. Tais forças ganham espaço e adesão em diversos setores da sociedade estadunidense, e realizam uma expansão se dá em um contexto de crise, marcada por embates e pela construção de um conservadorismo que engloba elementos religiosos e políticos, e trazem o aspecto “moral” da sociedade para o centro da discussão. Esse neoconservadorismo em ascensão, contou com a participação de campos distintos da direita estadunidense, que abrangem desde setores marcados pela defesa de um discurso em prol de desregulamentações econômicas para promoção de um livre-mercado; até setores religiosos, que buscam promover uma “moral conservadora”, como elemento fundamental para retomar o que consideram como *valores tradicionais* dos EUA. Essa ascensão neoconservadora culmina com a eleição de Ronald Reagan, em 1980, e o conservadorismo se torna um elemento fundamental para compreendermos seu governo e os Estados Unidos durante essa década. Presente em vários campos da sociedade estadunidense, o discurso conservador e a moral conservadora também perpassam o cinema dos anos 1980, incluindo o gênero de horror. O presente trabalho, decorrente de uma pesquisa de doutorado em curso, tem o objetivo de analisar o modo como o cinema de horror da década de 1980 é influenciado pela ascensão do neoconservadorismo, principalmente pela perspectiva da difusão de uma moral conservadora, que à partir de representações de medos e assombrações, propaga ideais de comportamento, associados à valores religiosos e moralistas, em sintonia com as perspectivas dessa Nova Direita.

**Palavras-chave:** Estados Unidos; horror; Era Reagan.

### Introdução

A interseção do cinema estadunidense com os diversos setores que compõem o tecido social dos EUA tem sido um viés de trabalhos de pesquisa, cada vez mais explorado e em um processo de contínua expansão no âmbito acadêmico. A percepção de que o cinema vai muito além de apenas um entretenimento audiovisual, ou um simples produto veiculado pela indústria cinematográfica, tem arrebanhado, nos últimos anos, uma quantidade cada vez maior de pesquisadores, interessados em compreender o cinema em intersecção com uma realidade social, política, econômica e cultural mais ampla; e entendendo que o mesmo é detentor de uma linguagem específica, de dinâmicas próprias, que se desenvolvem em todos os aspectos e etapas na qual o filme é produzido e no âmbito em que se insere.

O presente trabalho visa trazer os principais elementos que pautam uma pesquisa de doutorado em curso. A produção da tese se dá baseada na análise de duas séries de filmes de horror, que se ligam ao contexto estadunidense dos anos 1980, principalmente no que tange aos problemas, anseios e debates pertinentes àquela sociedade: a trilogia *Poltergeist*<sup>2</sup> e os cinco

<sup>1</sup> Doutorando no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGH – UFSC). Bolsista da CAPES.

<sup>2</sup> *Poltergeist: o Fenômeno* (Poltergeist, 1982); *Poltergeist II: o outro lado* (Poltergeist II: the other side, 1986); *Poltergeist III* (Poltergeist III, 1988).



primeiros filmes da série *A Hora do Pesadelo*<sup>3</sup>.

Ambos se inserem em um panorama, que possui como elemento fundamental, a Era Reagan, marcada pelo fenômeno do chamado *Reaganismo*, que se difunde por meio da reprodução de valores associados a um ideal conservador, e se expande para além da esfera política institucional, perpassando aspectos culturais, padrões morais e concepções acerca de um ideal de classe e de comportamento. Esse aspecto constitui peça fundamental de debates realizados na sociedade estadunidense, na década de 1980. Sobre esse período, cabe-nos uma breve contextualização.

### A década de 1980 e a Nova Direita estadunidense

Em fins da década de 1970, os EUA viam uma gradual ascensão de forças políticas conservadoras – ou neoconservadoras – no plano político, elas consolidam sua hegemonia com a conquista de uma maioria no Congresso dos EUA em 1978 e, principalmente, com chegada do republicano Ronald Reagan, em 1980, à Casa Branca (VIZENTINI, 2004). Esse fato é um marco, no que diz respeito ao conservadorismo nos EUA, já que fortalece um corpo de idéias associado a um discurso pré-existente, que se difundiu e foi compartilhada por vários segmentos da sociedade daquele país, incluindo alguns veículos da mídia e estúdios Hollywoodianos.

Apesar dessa euforia política, o cenário estadunidense era de preocupação e de crise. Cujos efeitos se deram em várias esferas. No campo econômico, os EUA enfrentavam, em fins da década de 1970, um período de recessão, que incluía a redução de sua hegemonia econômica internacional e a desvalorização do dólar, agravada pelos gastos bélicos decorrentes da Guerra do Vietnã. O país perdia terreno para a Europa e o Japão, que aos poucos expandiam seus mercados e competiam com mais força com os estadunidenses (VIZENTINI, 2006). A imersão do país na guerra, com grandes gastos militares, promoveu a saturação desse sistema de financiamento, que gerou uma desvalorização do dólar (COMBAT, 2007). A crise do petróleo, e a consequente alta de seu preço, agravou o problema.

Essa conjuntura afetou diretamente a sociedade estadunidense e o poder aquisitivo da classe média do país. A recessão econômica gera uma situação de crise para essa classe, assentada sobre valores de consumo e em ideais que compõem o chamado *Sonho Americano*, englobado pela perspectiva de estabilidade de emprego, valores familiares e cristãos tradicionais nos EUA (HOBSBAWM, 1995).

A resposta dada para esse contexto de crise se deu por meio da ascensão conservadora na década de 1980. A opção por Reagan é o sintoma da aceitação do discurso conservador, por parte da população nos EUA. Essa guinada foi marcada, sobretudo pelo reavivamento das rivalidades decorrentes da Guerra Fria, pela militarização do discurso político (LAFEBER, 1994), pelas propostas de desregulamentação econômica e a difusão de um nacionalismo, ancorado em valores considerados tradicionais para os estadunidenses.

No âmbito político e militar, os EUA, buscavam recuperar o prestígio e a auto-estima nacional, fragilizada após a Guerra do Vietnã; e reafirmar a hegemonia estadunidense em âmbito mundial, culmina num recrudescimento da Guerra Fria. Marcado pela retomada da corrida armamentista, do anticomunismo e pela defesa de valores conservadores (KELLNER, 2001).

Para vários autores, como Walter LaFeber (1994) nova empreitada de revigorar a Guerra

<sup>3</sup> *A Hora do Pesadelo* (A Nightmare on Elm Street, 1984); *A Hora do Pesadelo – Parte 2: A vingança de Freddy* (A Nightmare on Elm Street II – Part 2: Freddy’s Revenge, 1985); *A Hora do Pesadelo 3: Os Guerreiros dos Sonhos* (A Nightmare on Elm Street 3: Dream Warriors, 1987); *A Hora do Pesadelo 4: O mestre dos sonhos* (A Nightmare on Elm Street 4: The Dream Master, 1988); *A Hora do Pesadelo 5: O maior horror de Freddy* (A Nightmare on Elm Street 5: The Dream Child, 1989). A opção pelos cinco primeiros filmes da série *A Hora do Pesadelo* se dá devido ao recorte cronológico do trabalho, ou seja, a Era Reagan (1981 – 1989)



Fria, não se inicia com a chegada de Ronald Reagan à Washington. Ela já estava em curso desde fins do governo de Jimmy Carter (1977 – 1981). Entretanto, Reagan institucionaliza e expande essa política, que retoma o discurso acerca da existência de ameaças externas (muito reproduzido nos anos 1950, auge da Guerra Fria), e principalmente, no que interessa ao presente trabalho, a difusão de valores baseados no reforço de uma identidade nacional, no discurso individualizante do sucesso profissional, na preponderância da estrutura familiar, na propriedade privada e no consumo. Essa nova onda conservadora possuía um discurso voltado para o estrato social, símbolo do *American Way of Life*, a classe média suburbana estadunidense, de valores cristãos e fortes hábitos consumistas (JORDAN, 2003).

De acordo com Kevin Mattson (2008), essa perspectiva não é uma novidade dos anos 1970 e 1980; ela é forjada no que ele chama de *conservadorismo do pós-guerra*, que reúne elementos como o discurso anticomunista apocalíptico, retórica inflamada, individualismo, crenças religiosas tradicionais, livre-mercado, crença em uma política externa mais agressiva. Tal conservadorismo emerge no alvorecer da Guerra-Fria, e embute em seu conjunto as representações da paranóia anti-comunista dos anos 1950.

Durante os anos 1950 e 1960, sua difusão se dá principalmente no âmbito estudantil, com a formação de grupos e agremiações conservadoras dentro de várias universidades dos EUA. De acordo com Mattson (2008) tais grupos reivindicam para si uma postura de rebeldia, em oposição à um suposto *establishment* de esquerda que estaria dominando toda a estrutura burocrática das instituições de ensino e dos órgãos ligados ao Estado. Fazendo um contraponto, de dentro das próprias universidades aos movimentos estudantis contraculturais dos anos 1960, utilizando-se da mesma postura rebelde dos estudantes *progressistas*, mas defendendo princípios completamente distintos.

Para Mattson (2008), essa postura é uma peculiaridade típica do conservadorismo Estadunidense, que se difere do conservadorismo tradicional Europeu. Para o autor, os moldes do conservadorismo Europeu, que tem como base, a manutenção da hierarquia e da tradição, não ecoa nos EUA pois, para o autor, tal conservadorismo seria demasiadamente comedido para um país cujo populismo e o entretenimento baseado em um exibicionismo exacerbado são parte da identidade nacional.

Na década de 1970, o contexto de crise econômica e social favorece a ascensão dessa modalidade de conservadorismo, que aqui conta com a associação à uma direita religiosa, ligada as igrejas evangélicas e à movimentos católicos. Fazendo emergir um discurso em defesa do resgate de uma *moralidade* que havia sido perdida durante os anos 1960 e o início dos anos 1970. Nesse ponto de vista, os conservadores culpabilizam a esquerda e os movimentos contraculturais dos anos 1960 por toda a crise dos anos 1970, acreditando que tais movimentos teriam enfraquecido os valores tradicionais estadunidenses, elemento que seria central para a grandeza dos EUA (MATTSON, 2008).

Além disso, os argumentos conservadores as políticas do chamado *Estado de Bem Estar Social*, que se baseia no investimento e no esforço do estado em proporcionar o acesso da população à bens e serviços, propagando um ideal de consumo e estabilidade (LAFEBER, 1994). Para eles, tal política era dispendiosa para o Estado, e estaria fomentando uma geração de estadunidenses improdutivos, que contribuiriam para o enfraquecimento da economia dos EUA (MATTSON, 2008). Tais argumentos estão na base da política neoliberal, adotada por Reagan.

As reformas econômicas do governo Reagan visavam desregulamentar a economia, reduzir o papel do estado na mesma, e difundir uma perspectiva, na qual o sucesso, a riqueza e a prosperidade econômica, somente seriam alcançados, pelo esforço individual dos cidadãos. Assim, se alinha às perspectivas gerais do *neoliberalismo*, que, de acordo com Rubim S. L. de Aquino (2004, p.612), busca reduzir o papel do Estado na economia, por meio da desregulamentação das atividades econômicas, redução dos gastos públicos, livre circulação de capitais e mercadorias, privatizações e preços sujeitos, exclusivamente, ao livre jogo do mercado.





Tais medidas, apesar de gerarem um entusiasmo econômico, promovem abalos sociais, que agravam a insegurança da população, em relação à estabilidade econômica, ao consumo, moradia e ao padrão de vida da classe média suburbana, estadunidense. A década de 1980 traz consigo, uma redução do acesso aos serviços básicos à população estadunidense, bem como deslocamento de riquezas de setores da classe média e classe trabalhadora para as classes altas. Em adição acelera-se o medo do desemprego e do descenso na escala social (KELLNER, 2001). Segundo Chomsky (2003), esse preço é pago, em prol de um argumento que prega a criação de um ambiente propício aos negócios e à abertura aos investimentos estrangeiros, como a única saída econômica possível.

### **Cinema de horror: narrativa e fonte histórica**

Tendo como pressuposto o contexto apontado acima, a pesquisa de doutorado em curso, parte de alguns questionamentos para se compreender os filmes estudados: em que medida esse aspecto conservador se relaciona com o campo cultural e, especificamente, com a temática e a proposta da pesquisa a ser realizada? Em que medida ele se liga às mudanças no cinema de Hollywood? E como se liga ao cinema de horror, na década de 1980, principalmente à trilogia *Poltergeist* e aos cinco primeiros filmes da série *A Hora do Pesadelo*?

Em fins da década de 1970 e início da década de 1980, a estrutura econômica dos estúdios cinematográficos passa por uma reformulação, constituída por um processo de fusões e mudança no sistema de propriedade dos mesmos. Hollywood passa por um processo de integração vertical e horizontal. Ou seja, passa a se inserir em uma estrutura que, ao mesmo tempo, busca concentrar nas mãos dos estúdios todas as etapas que um filme percorre (desde a produção até a exibição); bem como, se integra à uma estrutura, composta por corporações multinacionais, que envolve uma gama de produtos e mercados relacionados ao entretenimento (JORDAN, 2003).

Essa nova estrutura, decorrente de mudanças no aspecto administrativo do cinema, influi na produção e nos moldes à partir do qual o filme é produzido. O modelo se completa com mudanças na forma narrativa dos filmes *blockbuster*, marcada por histórias mais condensadas, ou seja, de fácil e rápida assimilação e familiarização do público (PRINCE, 2007). Possui um formato de edição, caracterizado pelos rápidos cortes nas cenas de ação, sobrecarregando o olhar e a audição do espectador com imagens rápidas e sons intensos.

Além disso, esse tipo de produção conta com uma forte sinergia comercial; esse formato sinérgico aponta para um novo público, o adolescente, que passa a introduzir o cinema em seus padrões de consumo e assimilar o mercado dos blockbusters, já que a indústria vê neste tipo de espectador, um potencial de consumo muito forte. Assim, o público juvenil passa a ser priorizado pelos estúdios e os adolescentes tornam-se uma faixa etária sagrada para Hollywood (PRINCE, 2007).

Além disso, alguns segmentos de filmes incorporam o debate acerca da sociedade dos EUA, Para Jordan (2003), muitos filmes estadunidenses passam a incorporar valores da Era Reagan. Ao contrário de Stephen Prince (2007), Jordan não vê essa perspectiva restrita à um ciclo de filmes de ação e guerra, para ele esse debate transborda para outros gêneros. Pois há uma moral reaganista, assinalada por valores como o individualismo e a busca do sucesso individual, que enfocam um modelo de estadunidense associado ao de trabalho e dedicação aos negócios como forma de se construir as riquezas coletivas por meio do sucesso individual. Além é claro, do enaltecimento dos padrões de vida da classe média estadunidense, e a representação das ameaças a ela, atribuídas a desvios morais e a inimigos externos.

Entretanto, compreender a relação entre a Era Reagan e as narrativas fílmicas, requer a compreensão de como o cinema pode servir como uma ferramenta de reprodução e construção de representações sobre a sociedade. Nessa perspectiva, Fabio Nigra (2010) vê o cinema, como





uma complexa arte que incorpora linguagens e dimensões múltiplas. Para ele o cinema pode servir como um dos mais poderosos aparatos político-ideológicos do planeta (NIGRA, 2010). Tais aparatos podem ser compreendidos pelas representações que uma classe faz de si mesma e de outras classes e grupos sociais. O que permite a construção de um sistema de crença e práticas inerentes a esses grupos, os *Imaginários Sociais* (BACZKO, 1985), que criam um senso de coletividade e unidade às representações.

Assim, se perspectivas, baseadas na pressuposição de experiências, anseios, lembranças e medos comuns (NIGRA, 2010). Nesses termos, são elaborados estereótipos, aqui nossa preocupação volta-se para, os estereótipos e as representações da classe média e o da juventude, elementos fundamentais no âmbito da pesquisa proposta. Para Nigra (2010) esses elementos simbólicos ganhariam um *sentido comum*. Ou seja, a concepção de mundo absorvida acriticamente .

Pautado nesses *sentidos*, o cinema pode atuar de modo a construir um conjunto de códigos e representações. Para isso a *mediação* cinema-público é realizada por meio do processo que engloba a percepção de mundo e elementos simbólicos comuns constituídos. Conforme Nigra, isto está presente nos filmes de Hollywood, que promovem a elaboração de um discurso de sentido, uma matéria significativa, que visa garantir a reprodução material do universo simbólico (NIGRA, 2010, p. 25).

No que se refere aos filmes de horror da década de 1980, Douglas Kellner (2001) vê a expressão dos anseios da classe média e dos trabalhadores, frente às inseguranças econômicas nos EUA e no restante do mundo. Assim, esses filmes – incluindo *Poltergeist* e a série *A Hora do Pesadelo* – enfocam no medo e nas ansiedades sociais estadunidenses no período estudado, apresentando alegorias sobre a possibilidade da perda do emprego, a casa, a família. Contudo, o gênero do Horror, tradicionalmente se utiliza de medos universais e primordiais - morte, envelhecimento, violência – como condutores dessas alegorias que expressam o temor e a perplexidade da sociedade estadunidense frente a seus problemas (KELLNER, 2001).

Para Kendall Phillips (2005), o cinema de horror é sintomático acerca dos problemas e das angústias da sociedade estadunidense. Phillips atribui ao horror um papel de representação das ansiedades sócio-culturais dos EUA, seu trabalho abarca o gênero, por meio de análises de produções cinematográficas, em contextos distintos, desde a década de 1930, até os anos 1990, abordando diferentes problemas e questões em debate em cada um desses períodos, bem como a transformação e renovação do gênero do Horror com o passar das décadas. Para ele o sucesso do horror está ancorado justamente em filmes cujas narrativas estão em ressonância com tensões da cultura extra-diegética.

Para Douglas Kellner (2001) a abordagem dos problemas sociais nos filmes de terror, ocorre de forma a atribuir sua causa à elementos ocultos, externos. Em que as pessoas perdem o controle sobre suas próprias vidas e são dominadas por elementos externos à essa realidade. Assim, em geral, boa parte dos filmes de terror da década de 1980 transfere as causas dos problemas sociais para elementos ocultos, exteriores à sociedade. Desviando a atenção das fontes reais de sofrimento da mesma (KELLNER, 2001).

Assim, entre as questões centrais formuladas para a pesquisa, colocamos a seguinte indagação: de que modo os filmes de horror da década de 1980 – em especial *Poltergeist* e os primeiros cinco filmes da série *A Hora do Pesadelo* – buscam trazer as representações do contexto social da Era Reagan, bem como, dos problemas e ansiedades sociais acerca dos valores da classe média estadunidense no período?

Nos anos 1980, o gênero do horror vive o auge de um ascensão comercial que inicia-se nos anos 1970, a década em que emergem características peculiares no cinema de horror, que moldam o formato do gênero até a década seguinte. Para Phillips (2005), filmes como *O Exorcista* (The Exorcist, 1973), *O Massacre da Serra Elétrica* (The Texas Chainsaw Massacre, 1974) e *Halloween: a Noite do Terror* (Halloween, 1978) representam não apenas a virada na



popularidade e na bilheteria do horror, mas também uma mudança fundamental, em relação ao horror das décadas anteriores: ao contrário do que aponta Kellner (2001), os elementos ocultos e as assombrações nesses filmes, não advêm de causas externas a sociedade, como ocorria em filmes de horror nos anos 1950 (alienígenas, invasores estrangeiros, etc), mas sim do interior da sociedade estadunidense, em narrativas que remetem ao medo e à rejeição dos valores contraculturais; logo tais assombrações advêm das famílias que fogem ao modelo da família nuclear tradicional, de mulheres, de crianças, de adolescentes com comportamento considerado *inadequado* para tal modelo moral.

O horror, nesse período, se apresenta com características distintas, o que para Phillips (2008) demonstra a impossibilidade de se compreender um gênero cinematográfico como um conjunto de características sólidas, imutáveis e semelhantes. Edward Buscombe (1997) entende que o gênero não pode ser assim, por ser historicamente determinado, ou seja, o gênero cinematográfico se transforma, juntamente com as mudanças na sociedade como um todo. Kendall Phillips (2008) vai mais além e entende que não apenas o gênero é diferente de um período para o outro, mas também possui diferenças entre filmes de um mesmo período, o que gera diferentes segmentos dentro desses gêneros: os subgêneros. No caso do horror, podemos elencar diversos subgêneros com suas próprias características, como o *gótico*, o *fantasmagórico*, o *gore* e, o subgênero em ascensão nos anos 1970, e que predomina na década de 1980 *Slasher*.

O *Slasher* é um subgênero que se caracteriza por filmes com narrativas que envolvem um assassino em série, que em geral persegue jovens. Estas produções são marcadas por serem banhadas de sangue e conterem cenas de nudez feminina. Alguns filmes se popularizaram dentro desse subgênero, como, *O Massacre da Serra Elétrica*, *Sexta-feira 13*, *Halloween* e o próprio *A Hora do Pesadelo*.

A série *A Hora do Pesadelo*, traz consigo as características de um *blockbuster* da década de 1980, os filmes se inserem na perspectiva da criação de produtos, e de continuações que tem como principal elemento o personagem *Freddy Krueger* (PRINCE, 2007). O personagem aterroriza suas vítimas – geralmente jovens da classe média estadunidense – por meio dos sonhos (ou pesadelos, no caso). Desse modo, buscamos compreender, em que medida essa juventude apresentada como desviantes dos padrões familiares e comportamentais socialmente aceitos, representam as ameaças e os medos destruição de um modo de vida da classe média estadunidense?

Já a trilogia *Poltergeist*, um horror fantasmagórico, insere o fenômeno sobrenatural como ameaçador ao padrão familiar da classe média suburbana (KELLNER, 2001). Essa ameaça permeia os lares, e coloca em risco a unidade familiar, e os valores da classe média estadunidense.

A importância de tais filmes se dá pelo seu sucesso de público e tiveram grande repercussão na mídia, o que nos permite observar um impacto sócio-cultural do mesmo, gerando produtos correlatos e continuações, que no caso de *A Hora do pesadelo*, se estende para a década de 1990. A franquia tem o público juvenil como a faixa etária a ser alcançada. Nesse sentido lança produtos, como jogos, máscaras e brinquedos.

A compreensão do impacto social do filme realização do trabalho privilegia a visão do cinema como fonte histórica, partindo da concepção de uma fonte complexa, que permite ser explorada a partir de perspectivas diferentes, mas tendo como pressuposto que o mesmo é uma construção de uma época. E que se coloca como uma representação (KORNIS, 1992) ancorada em aspectos culturais, sociais e, conforme aponta Fabio Nigra (2010) ideológicos.

A ascensão do cinema como fonte, a partir das décadas de 1960 e 1970, traz consigo uma crescente atenção acerca da relação entre cinema e história. Marc Ferro (1992) propusera essa relação, ao conceber o cinema como “agente da história, ou seja, um elemento que permite construir perspectivas de ação na sociedade; e ao mesmo tempo permite a compreensão de elementos construídos nessa realidade (FERRO, 1992).



Partimos da ideia de que um filme está sempre inserido no seu contexto, se relacionando com o meio social de sua época. Dessa forma, o seu sentido nunca estará acima ou fora da história (VALIM, 2006). Afinal, o cinema é produzido e veiculado por agentes de sua época por isso estão circunscritos nela.

Fabio Nigra (2010), aponta que a compreensão das ferramentas ideológicas e o modo como elas se inserem na construção de representações fílmicas, é um viés importante para se analisar e compreender um filme. Nigra (2010) ancora-se na ideia de que as ideologias expressam a forma como os grupos constroem a imagem de si mesmos. Entretanto, o cinema atua de modo a criar identidades gerais de reconhecimento, nas quais valores dominantes são compreendidos como valores gerais da sociedade. Desse modo, Hollywood busca reproduzir e legitimar esse sentido.

Desse modo, buscamos contar com métodos que possam dar conta dos filmes do gênero de terror da década de 1980, no caso a trilogia *Poltergeist* e a série *A Hora do Pesadelo*. Assim, buscamos fazer o que Douglas Kellner (2001) aponta como “crítica diagnóstica”, que busca um diálogo recíproco entre os filmes e a sociedade, ou seja, busca nos aspectos sociais e na análise dos processos históricos da sociedade, elementos para se compreender as diversas formas do que ele chama de *cultura da mídia*; bem como se utiliza dessas manifestações culturais (no caso, os filmes) como um modo de se elucidar conflitos, tendências, medos e anseios da sociedade.

O enfoque da pesquisa busca situar os filmes em uma perspectiva, na qual seja possível concebermos uma História Social do Cinema, que, conforme aponta Valim (2005) visa compreender que o cinema, e a cultura como um todo, não são aspectos isolados da sociedade, mas devem ser analisados de forma a compreender que os filmes, e a realidade cinematográfica, se inserem em um todo, ainda que tenhamos de ter o cuidado de não entender o filme como um viés para se compreender todos os aspectos da sociedade. Eles nos ajudam a elucidar elementos do seu contexto de produção, e nos permite inúmeras leituras (VALIM, 2005), como no caso da pesquisa proposta, em que se pretende verificar aspectos relacionados aos problemas sociais estadunidenses e os temores da classe média do país.

A partir dessas concepções, nossa pesquisa realiza análises da narrativa fílmica de modo detalhado, contemplando cada uma das sequências de cenas em cada um dos filmes, para analisá-las de modo cuidadoso, buscando contemplar não apenas aspectos da estrutura narrativa, mas também, diversos elementos presentes no filme, como iluminação, edição, enquadramento, diálogos e sonorização, que são importantes para a própria narrativa

Desse modo, busca-se encontrar as representações ideológicas de elementos configuradores de sentidos comuns construídos pela sociedade. Sendo nesses termos, viável conceber a análise fílmica do cinema hollywoodiano, pelas alegorias trazidas pelos mesmos, já que as mesmas sugerem uma saída viável a partir de dramas individuais, pode-se deduzir um conteúdo histórico decorrente de um drama coletivo. Consequentemente, o filme constrói uma espécie de *gramática*, compostas por códigos, que formam um conjunto de regras que, como na elaboração de um texto, visam atribuir sentidos (NIGRA, 2010).

## Referências Bibliográficas

AQUINO, Rubim S. L. Neoliberalismo. In: TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos et. all (org.). *Enciclopédia de Guerras e Revoluções do Século XX: as grandes transformações do mundo contemporâneo: conflitos, cultura e comportamento*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BACZKO, Bronislaw. “A imaginação social” In: Leach, Edmund et Alli. *Anthropos-Homem*. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.



BORDWELL, David. O Cinema Clássico hollywoodiano: normas e princípios narrativos. In: RAMOS, Fernão P. (Org.). *Teoria contemporânea do cinema*. Volume II. São Paulo: Editora Senac, 2005.

BUSCOMBE, Edward. A ideia de gênero no cinema Americano. In: RAMOS, Fernão P. (Org.). *Teoria contemporânea do cinema*. Volume II. São Paulo: Editora Senac, 2005

COMBAT, Flavio Alves. *Hegemonia e contradições no cenário financeiro internacional: as conseqüências da Guerra do Vietnã (1965-1975) e da Guerra do Iraque (2003-em curso) para sustentação do Dólar como moeda central do sistema internacional*. Dissertação de Mestrado, UFRJ.

FERRO, Marc. *Cinema e História*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

HOBBSAWM, Eric. *A Era dos Extremos: o breve século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JORDAN, Chris. *Movies and the Reagan presidency: success and ethics*. Praeger. Westport: Praeger Publisher, 2003.

KELLNER, Douglas. *A cultura da mídia – estudos culturais: identidade política entre o moderno e o pós-moderno*. Bauru, Edusc: 2001.

LAFEBER, Walter. *The American Age: United States foreign policy at home and abroad*. New York: W.W. Norton & Company, 1994.

MATTSON, Kevin. *Rebels All! A short history of the Conservative Mind in Postwar America*. Rutgers University Press, New Brunswick, 2008

McCORMICK, Thomas J. *America's Half Century: United States Foreign Policy in the Cold War and after*. Baltimore: The John Hopkins University Press, 1995.

NAZÁRIO, Luiz. Pós-Modernismo e novas tecnologias. In BARBOSA, Ana Mae; GUINSBURG, J. *O pós-modernismo*. São Paulo: Perspectiva, 2005, pp. 215-226.

NIGRA, Fabio. Ideologia y reproducción material de la ideología por el cine. In: NIGRA, Fabio (coord.). *Hollywood, ideología y consenso en La historia de Estados Unidos*. Buenos Aires: Ed. Maipue, 2010.

PHILLIPS, Kendall. *Projected Fears: Horror Films and American Culture*. Westport, Praeger Press, 2005.

PRINCE, Stephen. Movies and 1980s. In PRINCE, Stephen (org.). *American Cinema of the 1980s: themes and Variations*. New Jersey: Rutgers University Press, 2007.

VALIM, A. B. História e Cinema. In: CARDOSO, C.F.; VAINFAS, Ronaldo (org.). *Novos Domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. *A Guerra Fria: o desafio socialista à ordem americana*. Porto Alegre, Leitura XXI: 2004.





## VEJA E A COBERTURA JORNALÍSTICA SOBRE O COLAPSO DA URSS

Sabrina Rodrigues Marques<sup>1</sup>

**Resumo:** Em toda sua cobertura jornalística, durante a transição dos anos oitenta para os anos noventa, para a *Veja*, a URSS representava o país que levaria adiante a transição da economia planificada para a economia de mercado. Com a implantação da *perestroika* e a *glasnost* iniciou-se diferentes reformas econômicas e sociais nos países representando o caos social e econômico. Os conflitos étnicos e políticos generalizaram-se por todo o campo socialista. A URSS junto com Alemanha Oriental foram os países que mais resistiriam até o final a restauração do capitalismo. Somente, a partir de 1991, que as repúblicas socialistas soviéticas iniciaram a sua restauração capitalista, o desmembramento e a independência de seus países. Para entendermos como *Veja* construiu sua cobertura jornalística sobre o colapso da URSS durante a transição da economia planificada para a economia de mercado, procuramos compreender como a revista construiu o perfil e a atuação política de Gorbachev. Além disso, a pesquisa tem como objetivo analisar o posicionamento da *Veja* perante a restauração do capitalismo na URSS e como representou e caracterizou esse evento político e histórico que ocorreu, em 1989, no país. Na pesquisa buscamos evidenciar os sentidos e significados que *Veja* defendia em seus discursos e em suas matérias. Sendo assim, a metodologia da pesquisa será a leitura e análise crítica de textos e discursos de *Veja*, sobretudo, matérias, reportagens e imagens.

**Palavras-chaves:** *Veja*; Imprensa; URSS

### Introdução

A comemoração do *centenário da Revolução Russa* está reunindo diversos pesquisadores de diferentes áreas, perspectivas teóricas e metodológicas, sobretudo, o antes e o depois da Revolução Russa, a formação da União Soviética e o colapso do bloco soviético. Este artigo tem como intuito analisar a cobertura jornalística que *Veja* fez durante os quatros primeiros anos de crise e o colapso da União Soviética.

Em toda sua cobertura jornalística *Veja* “utilizava-se como análise jornalística e política uma visão totalitária ou totalitarismo” (FRANCISCON, 2013, p. 28-29). A maioria das matérias publicadas e analisadas por *Veja* era originária de agências internacionais de informação. Na maior parte do tempo, em sua cobertura jornalística, *Veja* buscou ressaltar a atuação política do líder soviético Mikhail Gorbachev dentro da URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas) e suas influências no “campo socialista” (NETTO, 1995).

As diferentes matérias e reportagens que *Veja* publicou sobre Gorbachev referiam-se aos desafios enfrentados pelo líder soviético e o processo de restauração do capitalismo dentro da URSS. *Veja* buscou explicar as relações de Moscou com as capitais dos países da Europa Oriental, as quais tinha especial relevância no período em que se esboroa a União Soviética e os movimentos paralelos que aconteceram em sua área de influência.

Os temas em destaques na *Veja* foram a restauração do capitalismo na URSS, o papel de Gorbachev e a transição dos países da Europa Oriental para economia de mercado, esses temas foram os que mais tiveram publicações, entre os anos 1989 a 1992, nos editoriais da revista.

<sup>1</sup> Mestre em História pela UNIOESTE- Câmpus Mal. Cândido Rondon. E-mail: [proptical@hotmail.com](mailto:proptical@hotmail.com)





Na Europa Oriental a restauração do capitalismo não foi homogênea, houve uma heterogeneidade nos processos históricos e políticos para a transição da economia planificada para economia de mercado. Segundo Arantes,

Na Hungria, uma série de reformas supostamente destinadas a conciliar a economia de mercado com a economia planificada levou às estruturas liberais de 1989; a RDA foi incorporada por outro Estado, a RFA; na Tchecoslováquia, uma série de manifestações de massa levou à transformação do regime; na Romênia, o chefe de Estado foi executado; na Polônia, um poderoso movimento de contestação foi detido por um golpe de Estado, voltou a ascender e levou ao desaparecimento do regime; na URSS, uma união multinacional foi dissolvida; e na Iugoslávia, uma federação foi fracionada por conflitos étnicos e pela intervenção estrangeira (ARANTES JR, 2015, p. 24).

Na *Veja*, Mikhail Gorbachev, na União Soviética - seria o representante que levaria adiante a transição de uma economia para a outra. O resultado desse processo político-econômico foi o desmembramento e a independência de diferentes repúblicas socialistas. As quase quatro décadas de tentativas de reformas que vão desde ascensão de Krushev ao poder até a implosão do sistema soviético sob Gorbachev foram cheias de inconsistências e contradições, não apenas em relação à economia, mas também em termos políticos.

O fim do stalinismo e a crise do capital em 1970 trouxeram à tona as tensões étnicas-políticas e sociais que a União Soviética vivenciava. A burocracia, a ênfase na indústria pesada, a manutenção do “trabalho recalcitrante” (MÉSZÁROS, 2011, p. 726), a sustentação das relações capitalistas e a repressão por parte dos governos resultaram desde o fim do stalinismo até ascensão de grandes revoltas populares, conforme se viu em Berlim e Budapeste.

Em meados dos anos oitenta, os expurgos dos dirigentes nos PCUS (Partido Comunista da União Soviética), por meio da perseguição política por parte de Moscou, desarticularam e desmoralizaram os próprios aliados do estalinismo. A morte de Stalin e a luta interna dentro do partido seguiu e permitiu que a burguesia nacional reformulasse sua estratégia política.

O desgaste político e o esgotamento do modelo soviético fizeram com que a oposição a Gorbachev aceitasse as reformas implantadas pela *perestroika* e a *glasnost*. Com isso, cabe indagar qual foi influência das reformas de Gorbachev sobre a crise e o colapso da URSS.

Portanto, o artigo estará dividido em duas partes, a primeira parte “Adeus Comunismo<sup>2</sup>” analisa a cobertura jornalística de *Veja* sobre o suposto fim do comunismo. Já na segunda parte do artigo evidenciaremos como *Veja* construiu o perfil político de Mikhail Gorbachev e suas influências políticas como o “General do Inverno” entre os anos de 1989 a 1992.

### **Veja: Adeus, Comunismo**

O término do século XX ficou marcado pelo “fim do comunismo”. Em *Veja* decreta-se “a morte do comunismo (SILVA, 2010, p 46-54) e o fim da filosofia de Marx e Engels: “Os anos 80 viram o fim de uma ideia e das realidades que essa ideia colocou de pé ao longo do século”.<sup>3</sup> A década de 80, para *Veja*, foi “a saudação dos anos de ouro<sup>4</sup>”. Esta posição fica explícita, por meio da publicação da “Carta ao leitor”, no qual *Veja* (auto) legitimava o fim do comunismo:

Nesta edição especial, quase toda ela dedicada aos anos 80, não se teve o objetivo de apresentar cronologicamente tudo o que aconteceu nos últimos dez anos (...). Nos anos 80, as mudanças de mentalidade, organização política de países, com a debacle do comunismo em destaque, e de estilo de vida foram radicais, espantosas. Analisando

<sup>2</sup> “Comunismo, Adeus”. *Veja*: 31/12/1989. Edição: 1.111, p. 104.

<sup>3</sup> “Comunismo Adeus”, Op. Cit., p. 104.

<sup>4</sup> *Veja*: 31.12.1989. Edição: 1.111.



essas modificações, a revista pretendeu oferecer dados para a reflexão do leitor. Reflexão acerca do passado imediato que escara na raiz do futuro, da década em que entramos nesta semana— a última do século XX e do milênio.<sup>5</sup>

A “Carta ao leitor”, segundo Silva (SILVA, 2009, p. 105) “é o lugar onde *Veja* constrói um discurso sobre si, apresentando-se enquanto um sujeito. Isso é feito para escondê-la enquanto lugar de expressão de sujeitos reais, ou seja, um instrumento constituído para a defesa de interesses de classes”.

O “Adeus ao Comunismo<sup>6</sup>” veio em uma retrospectiva histórica publicada durante no editorial da revista, no final de 1989. Nessa retrospectiva, uma das primeiras matérias versava-se sobre o fenômeno do Gorbachev e do colapso do comunismo na Europa Oriental: “O anseio de liberdade dos povos oprimidos e a falência de um modelo econômico emperrado mudam os rumos do século XX. Regimes caquéticos são varridos do mapa, e o socialismo real caminha para a lata de lixo da história<sup>7</sup>”. Nos termos da revista,

A ideia do comunismo entrou na sua crise final nesta década. Ela nasceu no século XIX, resultado do casamento entre o trabalho de dois filósofos alemães — Karl Marx e Friedrich Engels —, da economia política inglesa e do socialismo utópico francês, mas só começou a ser implantada num país mais voltado para a Ásia do que para a Europa — a Rússia camponesa e atrasada, cheia de “ícones e baratas”, segundo a definição de Leon Trotsky.<sup>8</sup>

Nesta matéria, *Veja* demonstra bem sua face ideológica: “comunismo não é amor, comunismo é um martelo com o qual se golpeia o inimigo — e adiaram com um banho de sangue o desmantelamento do regime. Mas o vírus da liberdade foi lançado, os troncos de baionetas não duram para sempre<sup>9</sup>”. No decorrer da crise política e econômica da URSS, o capitalismo tornou-se um regime que sucederia ao socialismo. O modo de produção capitalista “assumia” a forma da democracia, ou seja, reproduzia a liberdade do Ocidente.

O anticomunismo de *Veja* constitui-se uma das faces da ideologia capitalista,

O sistema faliu, acabou, esgotou-se. A coisa não deu certo — e esta foi a década em que tal constatação se tornou praticamente unânime, à exceção dos bolsões de resistência na periferia do mundo comunista, como a Cuba de Fidel Castro, um dos derradeiros fósseis do marxismo, ou a stalinista Albânia, o país mais pobre da Europa. Neste momento em que tudo o que era sólido se desmancha no ar, em que o velho começa a dar lugar ao novo, sem que se saiba exatamente o que vai nascer daí tudo é possível.<sup>10</sup>

Ainda, os acontecimentos políticos que ocorreram na União Soviética foram vistos pela revista como “o processo de liquidação do comunismo<sup>11</sup>”. Por exemplo, “o comunismo aparece como uma ideia [...] que despertou enormes esperanças, a ideia pela qual tantas pessoas morreram heroicamente chegou ao fim praticamente sem defensores<sup>12</sup>”. Outra estratégia midiática que *Veja* utilizou durante sua cobertura jornalística para expor as “contradições” do comunismo, foi defender a tese de que o comunismo chegou ao seu fim por meio de suas próprias lutas:

<sup>5</sup> “Carta ao leitor”. *Veja*: 31.12.1989. Edição: 1.111, p. 45.

<sup>6</sup> “Comunismo Adeus”, Op. Cit.

<sup>7</sup> Idem.

<sup>8</sup> Idem.

<sup>9</sup> Idem, p. 107.

<sup>10</sup> “Comunismo Adeus”, Op. Cit.

<sup>11</sup> Idem, p. 108.

<sup>12</sup> Ibidem.



O comunismo terminou com toda uma série de lutas que os comunistas adoram: greves, passeatas, manifestações enormes e, no caso da Romênia, com o povo pegando em armas para fazer justiça com as próprias mãos. Só que nos anos 80 essas lutas visavam tirar os comunistas do poder. O comunismo que pretendeu conquistar o mundo, transformando-o num paraíso de igualdade, eficiência e plena realização do potencial humano, acabou produzindo novas castas de poderosos mais iguais do que os outros, economias falidas e povos escravizados. Assim que os povos submetidos ao comunismo perceberam que havia alguma chance de se rebelarem com sucesso, quando o fracasso econômico chegou a tal ponto que na União Soviética, a segunda maior potência do mundo, a expectativa de vida diminuiu ao contrário de aumentar, a realidade do comunismo veio abaixo. A década começou com o comunismo aparentemente no auge de sua expansão e chegou ao fim com todos os sinais trocados.<sup>13</sup>

*Veja* vinculava o colapso do socialismo real ao fracasso das ideias de Marx e Engels, para a revista, a queda do muro de Berlim, a reunificação da Alemanha e a desintegração da URSS marcaram o fim do socialismo real,

[...] o comunismo não resolveu nem os seus próprios problemas quanto mais os de outros países com sistemas diferentes. Agora sem utopias salvadoras nem ideias revolucionárias, surge algo diverso de tudo o que veio antes.<sup>14</sup>

No fim do século XX, a revista defendia explicitamente o fim do marxismo e do comunismo em defesa de um projeto neoliberal. *Veja* argumentava: “a experiência marxista é uma página virada na história do seu povo”<sup>15</sup>. Em sua cobertura jornalística, *Veja* procurou explicar aos seus leitores, através de sua ótica anticomunista, sobre o que estava acontecendo na União Soviética e nos países do bloco soviético e, principalmente, forjar um consenso acerca do colapso do socialismo real.

Neste sentido, *Veja* não só desenhou o perfil econômico, político e histórico de cada país, como procurou traçar o futuro de cada um deles. Durante a restauração da economia de mercado na União Soviética, *Veja* publicou o texto do jornalista Elio Gaspari, numa matéria intitulada “Segunda Revolução”:

O que está aí não se salva e a solução é a economia de mercado [...] o mercado “significa”, a oportunidade de vender ou de comprar 1 quilo de carne por 50 rublos. (...) O “mercado” será uma oportunidade de melhorar o restaurante do palácio do grão-príncipe Vladirnir irmão do czar Alexandre. Para um comerciante da cidade, o “mercado” permitirá que opere o restaurante dos cientistas, cobrando as refeições em dólares aos turistas. Quem comer em moeda Forte pagará seus 50 dólares por um almoço [...] nas coisas pequenas, nas coisas novas, vamos para a economia de mercado. O mercado não é capitalista, ele é apenas movimento das mercadorias. Para o mercado, não faz diferença a forma que tenha o Estado. Só há mercado se há mercadoria, e o que nos falta no momento, são mercadorias. O que nós precisamos é de produção. E democratas não são produto da redemocratização.<sup>16</sup>

Na URSS, o capitalismo assumiu diferentes formas de intervenções por meio da atuação dos grandes monopólios financeiros internacionais, principalmente, com a abertura ao capital estrangeiro e a subordinação dos países a esses centros de poder. Já nas páginas de *Veja*, o capitalismo, foi caracterizado como um sistema democrático. Ao mesmo tempo, que o capita-

<sup>13</sup> Ibid.

<sup>14</sup> Idem, p. 109.

<sup>15</sup> “A Segunda Revolução”. *Veja*: Edição: 1.191, 17.07.1991, p. 27.

<sup>16</sup> Idem.



lismo aparecia como uma solução mediática, o sistema resolveria todos os problemas econômicos e sociais, neutralizando as manifestações e os impulsos democráticos da população.

Em seus editoriais, *Veja* utilizou-se de diferentes recursos jornalísticos para fabricar fatos e discursos sobre o colapso do bloco soviético. As matérias publicadas pela revista no Brasil tinham como consenso que todos os países do bloco eram “comunistas” e desde o início estavam arruinados economicamente. A utilização de frases e textos que possuíam trocadilhos e anacronismo históricos foi outro recurso jornalístico utilizado por *Veja*. Como demonstra este exemplo,

[...] O preço da liberdade é a eterna vigilância. “A *perestroika* foi como a revolução liberal de fevereiro de 1917. O que aconteceu em agosto de 1991 equivale a outubro de 1917”, compara Chin. “Agora, mais do que nunca, temos que lutar para preservar os frutos da nossa vitória”.<sup>17</sup>

Nessa matéria, pode-se perceber que, *Veja* procurou comparar dois períodos históricos diferentes, a revolução liberal de fevereiro de 1917, que aconteceu dentro da Rússia, liderada por Kerensky, com a *perestroika* de Gorbachev, de 1989. A revolução de fevereiro de 1917 na Rússia teve um caráter liberal e burguês. Já a *perestroika* e a *glasnost* de Gorbachev tinham como objetivo apenas reforma o modelo socialista. Além disso, a frase “o preço da liberdade é a eterna vigilância” do pensador franco-americano Alexis de Tocqueville, era muito utilizada pela OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte) durante as décadas de sessenta, setenta e oitenta.

A *perestroika* e a *glasnost* simbolizavam as reformas do sistema político, econômico e social do país e não a ruptura do socialismo realmente existente. Na *Veja*, Gorbachev ficou destacado como uma das principais personalidades da transição da economia planificada para a economia de mercado na União Soviética.

### **Veja: O General do Inverno**

Desde 1989, a única saída capitalista prevista por *Veja* era Gorbachev, porém no decorrer do processo político do desmanche e dos desmembramentos das repúblicas socialistas foram surgindo novas personalidades políticas, por exemplo o sucessor de Gorbachev, Boris Yeltsin.

Segundo Franciscon, “o perfil de Gorbachev, nas páginas de *Veja*, nos anos oitenta, ora aparecia como reformista ora aparecia como um pacifista” (FRANCISCON, 2013, p. 39-40,). Entretanto, na transição dos anos oitenta para os anos noventa, o perfil do político soviético aparece na *Veja* como o líder que assumiria o poder para salvaguardar a União Soviética: “Gorbachev: ‘Vamos trabalhar juntos e continuar lutando pela bandeira do socialismo’<sup>18</sup> ou “Salvar o comunismo era o projeto de Mikhail Gorbachev ao assumir o poder na União Soviética”.<sup>19</sup>

O socialista português Lello afirmava que,

Gorbachev foi adaptando o seu caderno de encargos aos desafios com que se ia deparando. E foi assim que sua política visava à partida a mera reforma do sistema - a tal *perestroika* - iria, enfim, colocar tudo em causa, designadamente o sistema, através da *glasnost*, a tão consagrada transparência, alavanca portentosa da política pura”. Nos finais dos anos oitenta, o líder soviético enfrentou o acirramento das disputas políticas dentro dos PCUS (Partido Comunista da União Soviética), a burguesia liberal tomava os espaços e posições políticas frente ao Politburo (LELLO, 2017).

<sup>17</sup> “História nas Urnas”. *Veja*: Edição: 1.198, 04.09.1991, p. 50.

<sup>18</sup> “Infeliz Aniversário”. Edição: 1.100. *Veja*: 11/10/1989, p. 64.

<sup>19</sup> “Opção Capitalista”. Edição: 1.132. *Veja*: 30/05/1990, p. 30.



Nos anos oitenta, Arbex Jr afirmava que na imprensa mundial o líder soviético Gorbachev ficaria conhecido como “um ‘reformista’ que pretendeu ‘democratizar’ a União Soviética no sentido da instauração de uma ‘economia de mercado (ARBEX JR, 2001, p. 215). Nas palavras do autor:

Na imprensa, a imagem de Gorbachev era a sensação de falsa familiaridade da opinião pública mundial com “Gorbi”. Dava ao mundo a impressão de que ele era um líder bem conhecido, interpretado e compreendido.<sup>20</sup>

Entretanto, para entendermos como *Veja* construiu a cobertura jornalística sobre o processo de restauração do capitalismo na União Soviética, procuramos compreender como a revista construiu o perfil e a atuação política de Gorbachev, nos anos oitenta e início dos anos noventa.

Para, *Veja* Gorbachev tornou-se uma liderança importante para a restauração do capitalismo no campo socialista. As primeiras matérias publicadas pela revista foram a respeito da *perestroika* e da *glasnost* implantadas pelo líder soviético dentro da URSS. Por exemplo, a matéria “A terra liberada. Com a política de reformas ameaçada e a produção de alimentos em crise, Gorbachev restaura a propriedade privada no campo”<sup>21</sup> demonstrava como *Veja* defendia a volta da propriedade privada e os desafios enfrentados pelo líder soviético na União Soviética:

As reformas que o presidente Mikhail Gorbachev tenta introduzir nesse mesmo regime para salvar o país do declínio enfrentam uma prova de vida ou morte. (...) Diante do impasse, a saída proposta pelo Kremlin é a mesma de setenta anos atrás. Em apuros, o governo comunista ressuscita a única ideia que se mostra, ao longo dos tempos, capaz de mobilizar a população rural e encher as despensas dos soviéticos: a propriedade privada.<sup>22</sup>

Nessa matéria, perceber-se que *Veja* defendia a propriedade privada como o mantenedor do desenvolvimento econômico e do equilíbrio social. O restabelecimento da propriedade privada na revista foi apresentado como uma resposta para sanar as crises alimentícias e econômicas que aconteciam no país, assim como, uma saída econômica para as repúblicas socialistas.

A expressão “propriedade privada” na *Veja* sempre estava ligada à liberdade econômica e política: “A única solução é dar aos agricultores a total liberdade para produzir o que quiserem e como quiserem”<sup>23</sup>. Ou seja, A propriedade privada é a base do sistema capitalista, “é esta que mediante o processo generalizado de alienação, que permeia a sociedade civil esfera das necessidades e relações materiais dos indivíduos (MARX, 2012, p. 26-27).

O retorno da propriedade privada na União soviética foi parte de um plano econômico implantado e pressionado pela burguesia durante o governo de Gorbachev para solucionar os problemas de abastecimentos de alimentos. Boris Yeltsin era um dos líderes que defendia esse plano econômico.

O projeto econômico previa o restabelecimento total da propriedade privada e o desmonte da economia planificada soviética. A restauração da propriedade privada previa a liberação do livre mercado e da livre iniciativa privada. Entretanto, as reformas implantadas pela *perestroika* e *glasnost* representavam a superação da crise econômica e política na URSS.

Nas páginas de *Veja*, Gorbachev era apresentado como a “Esperança no Leste”.<sup>24</sup> A popularidade de Gorbachev, conforme a visão da revista, era a de um estadista que representava a pacificação e o desarmamento do Leste Europeu. Na *Veja* “o líder representava as mudanças

<sup>20</sup> Idem, p. 23.

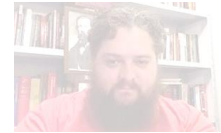
<sup>21</sup> “A terra liberada”. *Veja*: Edição: 1.072, 22.03.1989, p. 42.

<sup>22</sup> Idem.

<sup>23</sup> Idem, p. 43.

<sup>24</sup> “A esperança do Leste”, Op. Cit., p. 59.





dentro do bloco soviético”<sup>25</sup>.

Porém, a própria *Veja* ponderava: “o líder soviético dependia do sucesso da *perestroika* e da força dos marcos alemães para fazer a diferença”<sup>26</sup>. Gorbachev não só dava o pontapé inicial para a restauração do capitalismo na URSS como enfrentou diferentes desafios causados pela *perestroika* e a *glasnost*.

Como contraponto à visão de *Veja* sobre os benefícios que a *perestroika* e a *glasnost* traziam a União Soviética, os estudos de Canary (CANARY, 2016, p.2) mostram que a *perestroika* atacava: 1) o caráter nacional (estatal) da propriedade, com as privatizações e a criação de novas empresas capitalistas e cooperativas privadas; 2) o monopólio estatal do comércio exterior (liberalização do comércio exterior) e 3) a planificação econômica, com a extinção do Gosplan (“Plano Estatal”, uma espécie de ministério do planejamento) como mediador entre as empresas. As primeiras consequências da *perestroika* e da *glasnost* na União Soviética foi o desmonte do Estado soviético. De acordo com Canary:

O plano econômico de Gorbachev destruía de uma só vez os três pilares fundamentais do Estado operário. Além disso, vinha acompanhado de concessões democráticas, como a *Glasnost* (“transparência”, em tradução livre) e de uma falsa “devolução” da propriedade estatal diretamente ao povo, por meio dos famosos “vouchers”, títulos da propriedade estatal global que foram distribuídos igualmente a todos os cidadãos soviéticos ao longo do processo de privatização. O bolo estava envenenado, mas a cereja era atraente.<sup>27</sup>

Os desafios enfrentados por Gorbachev não se mostravam apenas no aspecto econômico, mas também no aspecto político. Esses desafios ressaltados em diferentes editoriais de *Veja* foram greves e manifestações políticas que estourou em diversas regiões das repúblicas socialistas. Essas greves deflagradas na União Soviética foram demonstradas por *Veja*, como desafios a serem enfrentados por Gorbachev: “O desafio da massa. Mineiros soviéticos deflagram a maior greve em setenta anos de comunismo e submetem as reformas de Gorbachev à sua mais dura prova”<sup>28</sup>.

Para *Veja*, as greves apareciam como uma face contraditória do socialismo real. Em suas matérias, a revista publicava que as greves representavam um movimento de resistência dos trabalhadores contra o socialismo soviético. Durante a publicações de diferentes notícias sobre greves no campo socialista a revista utilizou-se de ironias e metáforas para abordar os problemas econômicos e políticos causados na União Soviética. Como demonstramos nesta matéria:

Na semana passada, a palavra *zabastóvska* — greve, em russo — tornou-se tão familiar aos ouvidos soviéticos como, por exemplo, *perestroika* e *glasnost*, como se denominam, respectivamente, os esforços de reconstrução econômica e abertura política que tem mudado a face do país nos últimos anos. De um momento para e outro a União Soviética foi sacudida por uma onda jamais vista de greves, uma corrente de protesto que não se montava desde os idos de 1917 [...] mas por suas dimensões, espantosas para um país comunista, onde qualquer oposição era calada a força até pouco tempo atrás a maré de rebeldia entre as massas trabalhadoras soviéticas encerra um dramático atestado de falência do regime que há mais de meio século se implantou para acabar justamente com o tipo de exploração que justifica a realização de greves.<sup>29</sup>

<sup>25</sup> “A esperança do Leste”, Op. Cit., p. 59.

<sup>26</sup> Idem.

<sup>27</sup> Idem, p. 3.

<sup>28</sup> “O desafio da massa”. *Veja*: Edição: 1.089, 26.07.1989, p. 46.

<sup>29</sup> “O desafio da massa” Op. Cit., p. 47.



Gorbachev não só procurou lidar com as greves e manifestações políticas como procurou conter as distensões econômicas entre as repúblicas socialistas soviéticas e Moscou. Em *Veja*, essa posição política de Mikhail Gorbachev ficaria conhecida como “Doutrina Sinatra”<sup>329</sup> Essa expressão foi criada pelo líder Gennady Guerasimov (porta-voz de Gorbachev).

Para a revista a “doutrina Sinatra” demonstrava um líder que procurava resolver os problemas econômicos das repúblicas socialistas soviéticas de forma pacífica e política. Essa estratégia política adotada por Gorbachev simbolizava a substituição da Doutrina Brejnev aplicada na URSS nas décadas de setenta e oitenta.

Segundo Lello essa doutrina demonstrava que:

Gorbachev assume, de modo claro e inequívoco, o abandono da Doutrina Brejnev da soberania limitada. Divisava-se assim uma nova linha na política soviética em relação aos países da Europa Central. Política da qual, as democracias nascentes seguiriam o seu caminho - My Way - conforme o estribilho da célebre canção sublinhada. (LELLO, 2017).

Com essa nova estratégia política a União Soviética estaria aberta para a liberação e restauração do capitalismo, assim como, as democracias populares. Na matéria a “Democracia dói. Vaiado na Praça Vermelha, *Veja* ressaltava que Gorbachev sentia na pele o lado espinhoso da liberdade, enquanto o Leste Europeu enfrenta as dificuldades da transição”<sup>30</sup> eram demonstrados pela revista como o “Feitiço contra o feiticeiro”.<sup>31</sup> Em meio a essas dificuldades econômica e política, *Veja* ligava a imagem do Gorbachev às dificuldades do país:

O lado irônico da situação atual é que muitos dos problemas que atormentavam Gorbachev foram provocados pelas próprias reformas que ele introduziu a fim de libertar a economia das amarras do planejamento centralizado.<sup>32</sup>

A popularidade de Gorbachev nunca atingiu um ponto tão baixo. Seu dilema é que, quanto mais ele libera e reforma o país mais acentua sua imagem de herdeiro do velho sistema, de presidente eleito indiretamente, sem legitimidade.<sup>33</sup>

Em meio a transição da URSS para economia de mercado, Gorbachev enfrentou um acirramento das disputas políticas e econômicas que ocorriam entre o PCUS (Partido Comunista da União Soviética) e a burguesia liberal. Essa oposição criada pelos liberais, que contava como líder Boris Yeltsin, tinha como motivos principais a disputa do poder pela Rússia e a aceleração da restauração da economia de mercado dentro do país.

Na transição dos anos oitenta para os noventa a solução buscada pelos reformistas liberais dentro da União Soviética foi a votação de uma dura medida econômica para restabelecer o país. Os reformistas pressionavam o PCUS de um lado e o líder soviético pelo outro para que pudesse ser aprovada a terapia de choque dentro da URSS. Segundo Franciscon,

Os reformistas radicais, encabeçados politicamente por Yeltsin, Sobchak e Popov, exigiam a adoção da terapia de choque ao estilo polonês. Em meados de 1990, a aproximação entre os grupos reformistas de Gorbachev e Yeltsin gerou o Plano dos 500 dias, uma terapia de choque que preservava o objetivo de livre mercado e estabelecia um prazo maior do que 300 dias, recomendado pela equipe de Yeltsin. Entretanto o plano não foi aplicado. Aqueles que veem um Gorbachev marxista-leninista, indicam essa atitude como mostra do zelo ideológico com o comunismo. Ou, como socialista, decidiu-se contrário ao choque econômico. (FRANCISCON, 2010, p. 93)

<sup>30</sup> “Democracia dói”, Op. Cit., p. 40.

<sup>31</sup> “O General Inverno”. *Veja*: Edição: 1.109, 13.12.1989, p. 63.

<sup>32</sup> *Idem*.

<sup>33</sup> *Idem*, p. 41.



Nas páginas de *Veja*, essa medida previa uma terapia de choque dentro da União Soviética ao estilo polonês. Essa terapia de choque representava a destruição total do estado soviético e a transição definitiva para a economia de mercado:

É justamente na União Soviética, o berço da *perestroika*, que a crise da transição atinge no momento proporções mais dramáticas. A economia está se deteriorando a olhos vistos e os principais assessores de Gorbachev estão convencidos de que o único jeito de sair do buraco é adotar, o quanto antes, uma corajosa terapia de choque — a implantação de um sistema de mercado nos moldes ocidentais, com empresas privadas, preços livres, Bolsas de Valores e tudo o mais. Gorbachev, no entanto, vacila em dar o passo final para a ruptura com o antigo regime, temeroso de que os inevitáveis efeitos colaterais do choque de capitalismo, em especial o desemprego em massa e a inflação, transformem o descontentamento latente numa incontrolável explosão social. No fogo cruzado entre conservadores, reformistas graduais e partidários de mudanças radicais, Gorbachev emite sinais de indecisão. No início de abril, falava em queimar etapas na transição ao se propor a cumprir em apenas um ano o roteiro que pelas previsões iniciais levaria quatro.<sup>34</sup>

De início, Gorbachev não aceitou essa medida econômica e defendia que a URSS deveria liberar sua economia gradualmente. Entretanto, *Veja* defendia que, a “terapia de choque”<sup>35</sup> resolveria todos os problemas econômicos da URSS. No dizer dela, o país que optasse pela democracia automaticamente optava pela economia de mercado: “Na Europa Oriental, a opção pela democracia e pela economia de mercado já foi feita”<sup>36</sup>.

Para *Veja*, viver dentro de uma democracia liberal não significa apenas ter liberdade política e econômica. O representante político do país deve ter uma certa legitimidade e credibilidade para convencer os cidadãos de que qualquer medida econômica é a certa a ser tomada dentro do país. Nos termos da revista:

O dirigente soviético que lançou a pedra fundamental das extraordinárias transformações da nossa época, está agora preso numa irônica armadilha: para seguir adiante com seu projeto ele necessita desesperadamente, da confiança de seus compatriotas. No entanto, só conquistará o apoio da opinião pública se for capaz de apresentar melhorias concretas. Construir uma democracia significa mais do que realizar eleições. É preciso mudar a forma como o governo e os cidadãos se comportam.<sup>37</sup>

As reformas implantadas por Gorbachev eram vistas tanto pela imprensa mundial, como no meio econômico, como uma restauração lenta e gradual para o capitalismo. A pressão política feita pelos líderes reformistas, caso de Yeltsin, era a defesa de uma transição rápida que previa a privatização de todas as estatais e a livre concorrência de mercado dentro da União Soviética.

No entender de *Veja*, a atitude de Gorbachev em resistir à transição para economia de mercado foi demonstrada como um golpe contra União Soviética, mais a frente, a revista chamou de “O golpe socialista”<sup>38</sup>. As consequências dessa terapia de choque e restauração do capitalismo resultou no desmembramento e o fim das repúblicas socialistas soviéticas, e logo em seguida, a independência de diferentes países.

Em 1991, com a resistência de Gorbachev em liberar a economia soviética de uma só

<sup>34</sup> “Democracia dói”, Op. Cit.

<sup>35</sup> Idem.

<sup>36</sup> Ibidem.

<sup>37</sup> “Democracia dói”, Op. Cit.

<sup>38</sup> “O Golpe Socialista”. *Veja*: Edição: 1.197, 28.08.1991, p. 26.



vez para a economia de mercado, Boris Yeltsin inicia uma campanha presidencial contra Gorbachev. O resultado deste embate foi a vitória eleitoral de Yeltsin como novo presidente da Rússia e a saída de Gorbachev do poder. As reformas implantadas pela *perestroika* e pela *glasnost* permitiram a eclosão da União Soviética e a destruição do Estado centralizado soviético.

### Referências Bibliográficas

ARANTES JR., Abelardo. *A passagem do neoestatismo ao capitalismo liberal na União Soviética e na Europa Oriental*. Coleção relações internacionais. Editora FUNAG (Fundação Alexandre Gusmão). Brasília. 2015.

CANARY, Henrique. *Dez notas e uma hipótese sobre a restauração capitalista na URSS*. Texto disponível em: <http://blog.esquerdaonline.com>. Acesso: 17.10.2016.

FRANCISCON, Moisés Wagner. *A Revista Veja. O Bloco soviético do império do mal ao fracasso do comunismo. (1985-1991)*. Editora CRV. Curitiba. 2013.

\_\_\_\_\_; *Alterações no rumo das reformas na União Soviética sob Gorbachev*. *Analecta*. Revista de Ciências Humanas. Guarapuava: Unicentro, n. 1, v.11, pp. 77-97, jan. /jun. 2010.

LELLO, José. *A Leste tudo de novo*. Texto disponível em: [https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/2688/1/NeD54\\_JoseLello.pdf](https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/2688/1/NeD54_JoseLello.pdf) Acesso: 18.01.2017.

MARX, Karl. *A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846)*. Rio de Janeiro: Boitempo, 2012.

MÉSZÁROS, István. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. Tradução Paulo Cezar Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2011.

NETTO, José. Paulo. *Crise do Socialismo real e ofensiva neoliberal*. São Paulo: Cortez, 1995.

SILVA, Carla Luciana. *A “Queda do Muro de Berlim” e a morte do comunismo em Veja* In: *História & Luta de Classes*, nº. 09, v. 01, p 46-54. Jun. 2010.

\_\_\_\_\_; *A Carta ao Leitor de Veja: um estudo histórico sobre editoriais* In: *Intercom*. Revista Brasileira de Ciências da Comunicação. São Paulo, v. 32, n.1, jan. /jun. 2009



## PRESSÕES E PROTAGONISMOS NA TRAJETÓRIA DE TRABALHADORES DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON – PR (2000-2017)

Saionara Lagos<sup>1</sup>

**Resumo:** Essa proposta trata de reflexões sobre a experiência de trabalhadores ao problematizar suas relações e possibilidades de trabalho na cidade de Marechal Cândido Rondon, e de que forma elas modificam os modos de viver e produzir a cidade. Alguns dos incômodos que as fontes analisadas despertaram é a constante movimentação de trabalhadores, seja na procura por novos postos de trabalho, mudança de uma relação de trabalho para outra e acúmulo de diferentes atividades. A investigação foi construída através da análise de fontes como entrevistas com trabalhadores, o jornal local “O Presente” no qual pesquisamos matérias que tratam da presença destes trabalhadores na cidade, neste mesmo jornal analiso os anúncios de procura por trabalho em uma tentativa de acessar o modo como estes sujeitos têm se colocado nestas relações e fichas de cadastro de trabalhadores no SINE (Sistema Nacional de Emprego), a partir delas é possível perceber os trabalhadores se articulando frente ao seu objetivo de conquistar uma vaga e aquilo que acreditam ser positivo frente aos contratantes, e também um pouco sobre suas relações de trabalho, mesmo que não em sua totalidade. Analisar a atuação de trabalhadores nos últimos anos nos permite perceber espaços de confrontação nos quais estes sujeitos decidem como e onde trabalhar a partir do modo como vivem ou almejam viver. Mesmo que suas ações sejam pressionadas e com resultados limitados, a importância de estudarmos suas atuações enquanto sujeitos sociais é que expõe a dinâmica do que é vivido, ajuda-nos a entender como têm enfrentado e se colocado frente às práticas de exploração por eles vivenciadas.

**Palavras-chave:** Relações; Trabalho; Trabalhadores.

As relações mantidas por Paulo aos 15, provocam certo espanto a ele mesmo ao relembra-las, quando o perguntamos se estudava naquele período, constrói a seguinte narrativa: “Estudava, é mesmo cara, eu estudava!! Eu trabalhava o dia inteiro!! É, eu estudava no Eron Domingues”.<sup>2</sup> Ele se mostra desconcertado frente à quantidade de trabalho que realizava - enumerando carga horária de trabalho, o serviço pesado em uma fábrica de tanques de concreto, a correria entre o trabalho e a escola, e desta para a Academia onde realizava treinos de luta, retornando de madrugada para casa. Mas, quase ao fim da entrevista retoma essa questão e recoloca a razão para tal empenho; pois com o pai alcoólatra, ele tinha que “trazer comida para casa”.

Uma condição que escancara a desigualdade, mas, para além do quão desumana me parecem essas relações – como Paulo e outros trabalhadores têm tratado essa condição? Uma pergunta que tem me acompanhado há bastante tempo, mais especificamente, desde que passei a ter uma rotina de trabalho muito parecida com a dele. Os sentidos do trabalho na minha experiência e de trabalhadores com os quais eu convivia em Marechal Cândido Rondon-PR foram

<sup>1</sup> Graduada em História pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (2014). Mestranda no Programa de Pós-graduação em História – Área de concentração: História, poder e práticas sociais, Linha de pesquisa: Trabalho e movimentos sociais, pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Marechal Cândido Rondon, Paraná, Brasil. E-mail: [saionaralagos@hotmail.com](mailto:saionaralagos@hotmail.com)

<sup>2</sup> PAULO (pseudônimo). Entrevista realizada por Saionara Lagos e Sheille S. Freitas, na residência do entrevistado, no dia 21/12/2012. Marechal Cândido Rondon-PR.





fundamentais na formulação de meu interesse em entender como se davam as relações e possibilidades de trabalho (no séc. XXI) em Marechal e de que forma elas modificam os modos de viver e produzir a cidade.

Alguns dos incômodos que essas trajetórias despertavam era a constante movimentação de trabalhadores, seja na procura por novos postos de trabalho, mudança de uma relação de trabalho para outra seja no acúmulo de diferentes atividades. Na medida em que analiso a dinâmica da experiência de alguns trabalhadores, coloco-me a pensar no trabalho de Santos (2016), que no início de sua tese, a qual trata da movimentação social de trabalhadores (também na cidade de Marechal Cândido Rondon, na segunda metade do século XX), se propõe a:

Reconhecer que as presenças destacadas visualizam ações/avaliações de homens e mulheres que chegaram, partiram e/ou retornaram de diversos lugares.

Ao fazer isso proponho argumentar que suas presenças são as afirmações positivas de seus interesses e valores, assumindo que suas movimentações são mais do que deslocamentos, que suas ações expressam os modos de vida e de luta estabelecidos por um conjunto significativo de trabalhadores. Isto posto, defendo a tese de que essa disposição interpretativa abre a possibilidade de sair do marco emoldurado em que foi colocada a noção de “movimento social”, passando à dinâmica da “movimentação social de trabalhadores” (Ibidem, p.17)

Essa é uma proposição que tem acompanhado minha reflexão sobre a atuação de trabalhadores no processo histórico e o modo como pretendo abordá-los. Provocações, nesse sentido, foram tomando forma ao tratar as fontes, dentre elas, destaco a entrevista com Fátima. Ela foi significativa para essa discussão, representativa desses sujeitos que a todo momento avaliam ações a partir da dinâmica entre seus “interesses e valores” e as condições de classe que enfrenam; ações marcadas pela desigualdade e capazes de expressar a dificuldade e os limites de suas escolhas, assim como as ações que estavam planejando realizar quando conversamos:

Saionara: e assim você tá satisfeita agora com teu trabalho ou você ainda pensa em tenta uma outra coisa, de repente... uma hora, que nem você falou que você pretende futuramente ter mais túmulos lá pra cuidar e ficar só lá[na zeladoria de túmulos] né?  
 Fátima: Só lá, mas, antes disso, eu só to esperando a casa Gaza pra volta, pra entra ali, pra trabalha ali, não sei... eu falo assim, que eu vou entra e vou fica pouco tempo, agora pode ser que eu fico né? mas porque o meu medo é esse, depois que eu entro, eu não saio mais, e eu falo pra ele, eu falei pra ele “eu vou entra trabalha pra você, só que eu vou fica até eu ter uma quantidade de túmulo lá assim pra mim”, mas eu já to assim pensando e somando sabe, se eu pegar uns quatrocentos, por ai, eu consigo joga assim todos os dias de manhã cedo, nem que eu vou no fim de semana também, pra daí sobra a tarde pra mim trabalha lá, e daí como eu vou trabalhar lá de quarta a sábado, vai sobra o domingo, a segunda e a terça pra minha casa, e daí na parte da tarde eu faço isso na minha casa né? E a manhã, de manhã cedo, eu vou lá pro cemitério. To me planejando já, sim, daí aonde que eu vou ta organizada, minha casa e dois emprego, de dia e de noite (risos). Só to pensando que daí, que hora que eu vou ver meu nenê coitadinho, que hora que eu vou ver ele?<sup>3</sup>

No momento da entrevista realizava a limpeza de 28 túmulos, pretendia aumentar muito esse número para que o trabalho pudesse proporcionar uma renda satisfatória a seus interesses, planejava conciliar os trabalhos que realizava como zeladora de cemitério aos demais – faxinas em obras e cozinheira em restaurante (que chamou pelo lugar em que o mesmo se localiza – “Casa Gaza”), no qual começaria a trabalhar assim que a reforma tivesse finalizada. Fátima evidencia toda a dificuldade de sua decisão, não pelo cansaço, o que provavelmente reconhecesse e fizesse parte de sua rotina, mas pela preocupação com o tempo, ou a falta dele ao não

<sup>3</sup> FÁTIMA (pseudônimo). Entrevista realizada por Saionara Lagos, no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), no dia 11/06/2014. Marechal Cândido Rondon-PR.



conseguir estar presente nos cuidados com o filho menor e em suas demais expectativas de tempo livre.

A pergunta com que finaliza sua frase escancara a dureza da necessidade, da dificuldade de conciliar uma prática de trabalho exaustiva e sua presença na rotina do filho mais novo, o qual conta com os cuidados da creche e a ajuda da filha de quinze anos. Além disso, ainda tem sua mãe acamada para revezar com a filha nos cuidados e atenção. Mesmo que aponte essa condição como extrema e, portanto, que deveria ser mantida apenas de forma temporária, não sabe se não dará continuidade aos turnos excessivos. Sua trajetória é marcada pelo que denominou como “sempre fiz isso, trabalha de dia e de noite”. Com isso, revela a dificuldade de romper com essas relações frente ao conjunto de urgências expressas na sua condição de classe.

Classe enquanto uma noção que se constitui na dinâmica da vida destes sujeitos, suas experiências históricas e modos de vida, compartilhando restrições, práticas e valores, por mais que isso não signifique unidade esquemática de costumes e alternativas. Terreno comum, não definido pela categoria em que trabalham, mas pelo sentimento de exploração compartilhado. Ponderam questões diferentes, lidam de formas distintas com suas trajetórias e atividades e, por isso, um aceita fazer determinada atividade e outro não, o que não diminui a aproximação que produzem frente à condição de classe.

As reflexões de Chauí (1996), o propor uma discussão sobre a ambiguidade nas práticas dos sujeitos sociais, chamam a atenção para a diferenciação de classe que acompanha estes sujeitos por onde vão, não apenas em seu espaço de trabalho, mas em todas as dimensões da vida, e por isso as tensões estão sempre colocadas, desta forma acredito que mais do que “conformismo”, são pressões da sua condição de classe que levam Fátima e outros trabalhadores a manter relações de trabalho tão duras, mas que ela não vê como definitivas e aponta a intenção de romper frente a outra possibilidade.

Indicar que essa é uma condição precária não traduz os sentidos que os trabalhadores atribuem a tais ações e decisões (por acúmulos de atividades ou mesmo de ampliar campos de trabalho e renda) é preciso identificar o que os motiva, como avaliam essas decisões de trabalho e como organizam suas vidas em função de horários, tarefas e valores, que pressões e expectativas enfrentam e o que os fazem lidar com esses trabalhos, ainda que reconheçam o desequilíbrio do campo de forças em que se veem inseridos.

O que Fátima constrói durante a nossa conversa enquanto planos não é necessariamente trabalhar menos, mas ter uma quantidade ainda maior de túmulos para limpar, pois mais do que os 400 que indicou primeiro, para poder trabalhar apenas no cemitério e poder organizar melhor seus horários, o que pesa para ela é que essas decisões são compostas por resolver, também, os cuidados com a família e com a sua casa, afirmando quais interesses e valores que pesavam para suas decisões.

Thompson (1988) trata do conceito exploração e da sua intensificação na sociedade industrial, mas de forma não estática, ao estar presente em toda sua discussão esse debate se faz não pelo termo, mas ao pensar como “relação de exploração”, ou seja, analisar a vida de trabalhadores não como reflexo das mudanças estruturais, mas a experiência de relações de exploração. Um campo que não está pré-definido, está em disputa mesmo que desigualmente, as disputas se fazem presente também nas interpretações sobre este processo, uma matéria publicada no site da Cooperativa Agroindustrial Copagrill constrói certa perspectiva defendida pela classe patronal:

Atualmente, no mercado de trabalho de Marechal Cândido Rondon, existem muitas vagas disponíveis. Este também é o caso da Copagrill, que tem disponibilidade de emprego em vários setores, principalmente na Unidade Industrial de Aves (UIA), a qual possui em torno de 200 vagas.

Segundo a psicóloga Rosana Martins Galvani, da Copagrill, a maior dificuldade para preencher as vagas é na UIA, nos setores de produção e também na expedição e no



apontamento. “Essa demanda de vagas existe, provavelmente, devido ao déficit de pessoas interessadas. Algumas não se propõem a trabalhar em turnos diferenciados, outras já querem o imediatismo do crescimento profissional. Mas, para quem tem determinação e força de vontade, tudo é possível”, frisou. “As oportunidades existem, basta que as pessoas estejam interessadas”, afirmou Rosana.

Ainda conforme a psicóloga, as condições de trabalho oferecidas são muito boas.<sup>4</sup>

A matéria é produzida de forma a parecer que aquele que a produzia assumia uma posição de neutralidade, deixando que a crítica ao posicionamento dos trabalhadores se manifestasse na fala de uma psicóloga, o objetivo é claramente dar credibilidade àquilo que defendem, sugerindo a imagem de que é uma profissional que apresenta estas afirmações. Para isso, indicam que os culpados pelo desemprego são os próprios trabalhadores, que não se interessam em ocupar as vagas disponíveis.

O uso da mídia como um espaço de difusão destas leituras das relações sociais não é novidade, mas o que quero destacar são duas proposições que podem ser levantadas a partir desta fonte, primeiro certa preocupação deste empresariado em disputar a interpretação sobre a ação de trabalhadores, e em segundo a dificuldade em contratar, ambos fatores demonstram certo incômodo e a insegurança que a atuação de trabalhadores têm provocado, a ponto de se ter o trabalho de publicar a matéria, e que pode expressar como a dominação não está dada, mas em disputa.

Esta não é uma dificuldade manifestada recentemente:

Já um frigorífico de aves, também emerso no projeto industrial local, não demorou muito para rever seus compromissos com os “trabalhadores rondonenses”, se bem que nesse caso é mais difícil definir se foram os empresários cooperativistas – gestores da indústria – ou os próprios trabalhadores que descumpriram o “compromisso” de “juntos trabalharemos para o desenvolvimento local” (SANTOS, 2012, p. 9).

Sua discussão conta com a análise de uma matéria publicada no jornal *O Presente* intitulada “Moradores de Mercedes podem trabalhar no frigorífico...”, de outubro de 2005, Santos chama a atenção de que se constituir enquanto projeto destes industriais e dos governos municipais que os “trabalhadores rondonenses” ocupem estes empregos, não significa uma aceitação mecânica por parte destes sujeitos, exigindo que o projeto seja revisto.

A ação da classe patronal prevalece no direcionamento destas relações de trabalho, porém não de forma harmoniosa e conivente, lidando com a mobilização e atuação dos trabalhadores, ainda que em grande medida não signifiquem grandes rupturas, mas demonstram certa ação à procura de alternativas possíveis que possam levar a alguma modificação nas práticas de exploração vivenciadas. Thompson (2001) traz suas proposições acerca desse modo de investigar os trabalhadores e reconhecer suas lutas nas próprias relações e pelo seu modo de viver: “A transformação da vida material determina as condições dessa luta e parte de seu caráter, mas o resultado específico é determinado apenas pela luta em si mesma” (Ibidem, 2001, p. 263).

Deste modo, acredito na importância de refletirmos sobre a dinâmica envolvida nas relações vivenciadas por estes trabalhadores, todo este campo de pressões revela a complexidade destas relações, o que me leva a acreditar na relevância de discussões acerca das tensões nas movimentações sociais de trabalhadores e do significado delas para a experiência desses sujeitos. Dessa forma, procurei entender os entraves e interesses que permeiam os posicionamentos de trabalhadores na concorrência ou solidariedade frente à certas relações de poder, a fim de entender o social como um lugar de tensões e de experiências contraditórias, e não como um campo definido por determinações econômicas no seu sentido mais estrito.

<sup>4</sup>MERCADO DE TRABALHO OFERTA MUITAS OPORTUNIDADES. Cooperativa Agroindustrial Copagril. Marechal Cândido Rondon. Jun/2013. Disponível em <<http://www.copagril.com.br/web/noticias/n459/>>. Acesso em: 20 ago. 2014.



O olhar social, de quem reconhece e vive a desigualdade e procura rejeitar essa condição é expresso em entrevista com Sônia quando questiono a decisão de vir para o Brasil, ela destaca sua insistência em não permanecer no Paraguai:

eu sempre quis assim, eu nunca gostei de lá porque não tinha tudo, você pegava, olhava na palma da mão de alguém, olhava no olho de alguém, você já sabia dizer, vai ser agricultor, vai casar, vai ter filho e é isso, é isso o futuro, e eu não queria isso pra mim e pros meus filhos, né? Eu pensava assim que a gente podia tentar uma oportunidade melhor, podia conseguir.<sup>5</sup>

A trabalhadora associa a desigualdade vivenciada com o lugar em que vivia, a consideração de alguém que acredita que “não precisa ser assim”, que não aceitava as restrições do modo como vivia, que não via naquela região uma perspectiva de viver diferente, sugere que se mudar para o Brasil foi visto como uma possibilidade. A vida de agricultor a que se refere precisa também ser esclarecida: “a gente morava com o sogro, meu sogro e minha sogra, então a terra eram 12 alqueires, que era 3 pra cada filho, aí era arrendada aquela terra<sup>6</sup>”, e viviam da renda da parte que lhes cabia.

Sua persistência em mudar para o Brasil ocorreu quando com seus 15 anos teve seu primeiro filho (1995), seu interesse estava também relacionado ao fato de ter engravidado e casado com o filho da sua madrinha, que segundo ela

era como um dos meus irmãos” pois ela morava com sua madrinha, questão que lhe pareceu bastante desconfortável para falar: “na época, ah, fiquei assim muito mal e tal, imagina, grávida e morando numa comunidade pequena, falei ‘não, eu quero ir embora, eu quero ir embora’ e tal, daí a gente veio, mas assim, foi sofrimento puro<sup>7</sup>.”

Porém, não conseguiram se manter, e depois de cinco meses precisaram voltar para o sítio onde moravam no Paraguai, mesmo tendo de lidar com o relacionamento difícil frente à família e a comunidade. Mas segundo ela, frente a sua vontade de tentar outras possibilidades, não desistiu de mudar-se, e vieram em definitivo no ano de 2002. Sua fala é produzida em um momento em que se vê em uma posição diferente, como alguém que conseguiu sair daquilo que estava instável e precisando da solidariedade familiar, viver no meio rural, casar e cuidar dos filhos. Agora, está no último ano da faculdade, algo a todo momento destacado por ela, o orgulho por ter conseguido levar adiante seus estudos após a trajetória que anteriormente trilhou.

Sua decisão foi tomada frente a todas essas pressões, e as dificuldades para permanecer aqui foram muitas, a começar por precisar trabalhar a partir de uma dinâmica diferente do que realizava no “sítio”, dividir-se entre os cuidados da casa, dos agora três filhos e, ainda, conciliar com seus estudos. Em 1995, quando vieram para Nova Santa Rosa moraram na casa de parentes, onde também pagavam aluguel e a terra que tinham no Paraguai não gerava nenhum rendimento, circunstância que influenciou na necessidade de retornar. Em 2002 vieram com perspectiva diferente pois a moradia própria era prioridade para eles, entretanto, acabou sendo também mais uma dificuldade:

Saionara: Ah veio todo mundo.

Sônia: É, sogro, sogra, cunhado, a gente veio.

Saionara: O que dá uma confiança a mais pra você vim também, né? Não estavam sozinhos.

Sônia: Sim, até porque, agente já tinha comprado uma casa lá no loteamento Ceval, Ceval que era aquele rolo lá, enfim, o mesmo primo que na época, em Nova Santa

<sup>5</sup> SÔNIA. Entrevista realiza por Saionara Lagos, no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). Marechal Cândido Rondon-PR, jun. 2014, p. 8.

<sup>6</sup> Ibidem, p. 6.

<sup>7</sup> Ibidem, p. 7.





Rosa, o meu marido trabalhou com ele, que morava aqui, que entendia das coisas, a gente era assim, não entendia nada, ele pegou e tacou essa bucha, fala a verdade tacou essa bucha lá "não porque vai sair documento" e tal, porque meu marido falava, "não a gente não vai morar pra lá sem antes conseguir comprar uma casa, imagina ir pra lá pagar aluguel, com filho pequeno e tudo, não tem como", aí vendimo a terra a preço de banana lá no Paraguai, baratinho, porque não saía documentação do rolo lá, e aí viemo morar alí, a casa tava 9 meses comprada, só que a gente vendeu a terra, recebeu e aí quitou essa casa, mas a casas era enrolada, agora que foi desenrolada essa história aí da Ceval, 12 anos morando no loteamento Ceval...<sup>8</sup>

Acreditar que “não entendia nada” e confiar em alguém que acreditaram ser mais esperto por já morar aqui na região, os levou a realizar um negócio que não trouxe a segurança que a família procurava para recomeçar, ela fala da desvalorização do que possuíam ao dizer que venderam a “terra a preço de banana lá no Paraguai”, permanecer no Brasil era agora um caminho tensionado pela insegurança de morar em uma casa que apesar de terem pago, não possuíam documentos que assegurassem a propriedade, situação que perdurou por doze anos, e o caminho de volta parecia já não se constituir enquanto possibilidade.

Vislumbrar um modo de vida diferente foi o que motivou a movimentação de Sônia e sua família, porém no decorrer da entrevista ela evidencia o quão difícil e duras foram essas mudanças, apesar de avaliar a melhoria de vida que acredita ter conquistado, que valora enquanto seus estudos e a possibilidade que abriu para que os filhos também possam estudar. As tensões desta movimentação mostram a luta diária de trabalhadores que não se acomodam, pelo contrário, que se incomodam e se colocam a procurar por novas empreitadas, porém expõe toda a dificuldade desta ação.

Acredito que os sujeitos apresentados trazem trajetórias capazes de expressar conflitos de classe presentes no cotidiano desses trabalhadores, compartilham dificuldades e isso não significa enfrentá-la a partir das mesmas decisões, mas sim que são problemas com os quais precisam lidar, e que exige destes avaliações. Motivados por questões que, de modo mais específico, variam, mas que se percebidos frente às relações sociais apontam para pressões e incômodos compartilhados (quanto às condições com que trabalham e vivem), avalio que olham socialmente e percebem o quão desigual são suas condições de classe, e passam a movimentar-se de um trabalho para outro, de uma região para outra em grande parte mobilizados em alterar tais circunstâncias. Uma movimentação pressionada e limitada desses sujeitos que parece ser fruto de uma busca por alternativas, uma ação mesmo que restrita e desigual.

### Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Paulo R.; CALVO, Célia R.; CARDOSO, Heloísa P. Trabalho e Movimentos Sociais: histórias, memórias e produção historiográfica. In: *História: narrativas plurais, múltiplas linguagens*. Organizado por Heloísa Helena P. Cardoso e Maria Clara T. Machado. Uberlândia: EDUFU, 2005, p. 11-38

CHAUÍ, Marilena. *Conformismo e Resistência*. Ambiguidade. 6. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1996.

PORTELLI, Alessandro. Forma e significado na História Oral: A pesquisa como um experimento em igualdade. *Projeto História*, São Paulo, n.14, p. 7-23, fev. 1997.

\_\_\_\_\_. História Oral e Poder. *Mnemosine*, Rio de Janeiro, v.6, n. 2, p. 2-13, 2010.

<sup>8</sup> Ibidem, p. 7-8.





SANTOS, Carlos Meneses de Sousa. *Horizontes abertos em caminhos de trabalhadores*. Sobre localidade, regionalidade e globalização. In: VII Simpósio Nacional Estado e Poder, 2012, Uberlândia. Anais do VII Simpósio Nacional Estado e Poder, 2012.

SANTOS, Carlos Meneses de Sousa. *Trabalhadores em Movimento: Horizontes abertos em Marechal Cândido Rondon-PR: Segunda metade do século XX e início do XXI*. Jundiaí, Paco Editorial: 2016.

THOMPSON, E. P. Exploração. In.: \_\_\_\_\_. *A formação da classe operária inglesa*. A maldição de Adão. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 11-38.

\_\_\_\_\_. Folclore, Antropologia e História Social. In: NEGRO, Antônio L.; SILVA, Sérgio (Orgs.). *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2001, p.227-267.



## A IDEOLOGIA BURGUESA DE TRANSIÇÃO NAS DIRETAS JÁ (1983-1985): PASSIVIZAÇÃO SOCIAL E A MANUTENÇÃO DA TRANSIÇÃO CONSERVA- DORA NO BRASIL

Samuel Fernando da Silva Junior<sup>1</sup>

**Resumo:** A presente comunicação se propõe versar sobre a existência de uma *ideologia burguesa de transição* difundida ao longo das Diretas Já, entre os anos de 1983 e 1984. Esta ideologia foi difundida tanto pelos partidos da “oposição burguesa” (PMDB, PDT, PTB e frações do PDS) quanto pela mídia, como: a *Folha de São Paulo*, *Voz da Unidade* e outros meios de comunicação que apoiavam o fim do regime ditatorial, tendo um papel fundamental para a consolidação de uma transição pelo alto, pois, apesar da aparente participação popular nas mobilizações pelas Diretas, paradoxalmente, essa *ideologia burguesa de transição* se efetivou na manutenção da ausência das camadas populares nas questões decisórias, como também na canalização das mais variadas pautas populares, surgidas a partir de 1978, ao objetivo restrito do voto direto. Ou seja, nesse processo de transição, vemos o Estado cumprindo um dos seus papéis fundamentais na preservação dos interesses empresariais dirigentes e na manutenção do poder político, quais sejam: cooptação dos movimentos populares, difusão da harmonia entre as classes, desmobilização por meio da comoção nacional, civilidade, democracia enquanto um valor universal e o “desvio” das lutas sociais para o campo político-institucional. Desta forma, procuramos defender que o movimento pelas Diretas Já foi o *locus* privilegiado para a difusão desta *ideologia burguesa de transição* à qual, a nosso ver, teve um importante papel para a consolidação de uma transição conservadora e sem participação popular. Esta comunicação é resultado parcial da dissertação de mestrado em andamento.

**Palavras-chave:** Diretas Já; Ideologia Burguesa de Transição; Passivização social.

### Introdução

Em diferentes momentos de crise e aparente apogeu do modo de produção capitalista, o fator ideológico teve um papel central para a consolidação da produção e reprodução da ordem social vigente. Durante o *welfare state* dos anos 1950 e 1960 nos EUA e Europa, com o relativo crescimento econômico e maior distribuição de renda intermediado pelo ativo dispêndio dos Estados Nacionais, surge junto com esse momento econômico e material o fator ideológico, como por exemplo, nos EUA, o *american way of life* que, apesar de ser uma ideologia da década de 1930, foi muito difundida no período pós-guerra.

Quando do surgimento do neoliberalismo enquanto uma regulação econômica durante as décadas de 1970 e 1980, veio consigo também o fator político e ideológico que respaldasse as contrarreformas executadas no período em questão. Esse fator ideológico estava pautado na eficiência e na flexibilização, como também no declínio da política e do Estado para a exaltação e a confirmação do mercado. O neoliberalismo pregou – e ainda prega – a “falência” da política enquanto possibilidade de realização do indivíduo, passando essa tarefa, evidentemente, para o mercado. Como o *american way of life*, o neoliberalismo também tem sua expressão cultural

<sup>1</sup> Licenciado em História pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e mestrando em História pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), área de concentração: História, Poder e Práticas Sociais, vinculado à linha de pesquisa Estado e Poder. E-mail: samuellfrnd@gmail.com.



posta cotidianamente pelo pós-modernismo, identificado enquanto uma defesa da fragmentação do sujeito, a exaltação de identidades plurais e dispersas, um processo de identificação não mais pautado na unidade da classe social.

No período da transição política durante 1979 e 1985, particularmente entre 1982 e 1985, também se criou, frente às circunstâncias postas, uma ideologia de transição. Evidentemente que seria mais correto falarmos em “ideologias”, tendo em vista que muitos movimentos sociais e partidos à esquerda também estavam pensando e idealizando a transição que caberia melhor àquele momento. No entanto, cabe pontuar aqui, a ideologia que foi dominante e que se efetivou na realidade prática, denominado por nós como *ideologia burguesa de transição*.

A ideologia cumpre determinados papéis que são imprescindíveis para a manutenção de uma sociedade dividida em classes sociais. Enquanto que no feudalismo os desiguais eram tratados desigualmente, ou seja, a vida privada refletia na vida política, vice-versa, constituindo um dualismo real, no capitalismo, esse dualismo passa a ser inteiramente abstrato, pois mesmo a sociedade de classes sendo concretamente desigual, essas classes são formalmente unificadas no campo político-jurídico e, conseqüentemente, no fator ideológico<sup>2</sup>.

Nesse sentido, a ideologia, como a institucionalidade político-jurídica, tem um papel relevante para a *reprodução* desta forma de sociabilidade. O capitalismo, por ser um modo de produção que exige, como condição *sine qua non*, a desigualdade entre as classes e, portanto, uma desigualdade concreta, evidenciando neste sentido *estrito* da desigualdade uma certa continuidade com os outros modos de produção precedente, muito embora, evidentemente, as relações sociais sejam substancialmente diferentes, se desdobrou no capitalismo uma superação positiva que não havia nos modos de produção precedentes, a *emancipação política*.

Essa emancipação no nível formal e político, transformou o servo, na Europa, e o escravo, na América, em trabalhadores livres, despojados de qualquer instrumento ou algum meio de produção, proprietários, somente, da sua força de trabalho que passa a ser uma mercadoria como qualquer outra<sup>3</sup>, mas que contém, no entanto, um elemento especial, que não pode ser encontrado em alguma outra mercadoria simples, o *valor*. Emancipação que unificou, em suma, todas as diferenças concretas presentes na sociedade, por meio da democracia, dos direitos universais, da possibilidade de escolha da representação política etc.

Portanto, a ideologia, fruto de determinadas relações desdobradas historicamente, possui um caráter positivo e universal, que possibilita a unificação de classes sociais concretamente diferentes.

[...] (uma “ideologia”, pode-se dizer, desde que se dê ao termo “ideologia” o significado mais alto de uma concepção do mundo, que se manifesta implicitamente, no direito, na atividade econômica, em todas as manifestações de vida individuais e coletivas) – isto é, o problema de conservar a unidade ideológica em todo o bloco social que está cimentado e unificado justamente por aquela determinada ideologia (GRAMSCI, 2015, p. 98-99).

Sendo assim, o processo mais relevante da dominação ideológica é o de cimentar uma unidade social dos contrários e dos distintos. Ainda assim, de acordo com Gramsci, a ideologia

<sup>2</sup> Marx desenvolveu a análise acerca do dualismo capitalista em seus dois primeiros escritos da juventude, tirando a sua tese de “doutorado”. Sobre essa diferença entre o feudalismo e o capitalismo ver: MARX, Karl. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. 3ª edição. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 48-62. Sobre o dualismo presente no capitalismo que une de maneira abstrata uma cisão concreta entre o cidadão de vida pública – *citoyen* – e o burguês da vida privada – *bourgeois* –, Cf. MARX, Karl. *Sobre a questão judaica*. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 33-60, particularmente as páginas 40-45.

<sup>3</sup> Marx, pegando o exemplo da Inglaterra, chamou esse processo de despojamento do trabalhador, principalmente do camponês, de acumulação primitiva. Cf. MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Livro I, volume II. 3ª edição. São Paulo: Nova Cultural, 1988, especificamente o capítulo XXIV: A assim chamada acumulação primitiva, p. 251-284.



tende a “esconder” ou atenuar as contradições concretas: “A crítica das ideologias, na filosofia da práxis, engloba o conjunto das superestruturas e afirma a sua rápida caducidade na medida em que tendem a esconder a realidade, isto é, a luta e a contradição” (GRAMSCI, 2015, p. 388). Esses apontamentos em nível mais teórico e amplo demonstram, em termos gerais, a particularidade teórica e prática da dominação ideológica.

A ideologia, portanto, pode ser vista por meio de duas concepções presentes na literatura marxiana. A primeira delas é a concepção negativa presente na *Ideologia alemã*, onde, para Marx e Engels, a ideologia era uma falsa consciência, uma falsa elaboração ideal da realidade – Marx e Engels desenvolveram essa concepção negativa de ideologia para caracterizar os jovens hegelianos, que elaboravam, muitas vezes, uma visão filosófica muito avançada da Prússia, quando, na realidade, a Prússia era retrógrada e atrasada. Por isso, a ideologia para Marx e Engels em 1846 tinha uma concepção estritamente negativa.

A segunda concepção de ideologia é apresentada por Marx em 1859, na sua famosa obra *Contribuição à crítica da economia política*. Se referindo mais amplamente ao conceito, Marx via a *potência* positiva em que a ideologia e o conjunto do aparelho superestrutural podem ter no processo de “aquisição” de consciência, sempre pensando essa “aquisição” enquanto um processo.

[...] convém distinguir sempre a transformação material das condições econômicas de produção – que podem ser verificadas fielmente com ajuda das ciências naturais – e as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, em resumo, as formas ideológicas sob as quais os homens adquirem consciência desse conflito e o levam até o fim (MARX, 2008, p. 48).

Seguindo essa concepção marxiana, Lukács reafirma a ideologia enquanto uma elaboração ideal do movimento real, que serve para tornar a práxis social humana consciente e capaz de agir.

Desse modo, surgem a necessidade e a universalidade de concepções para dar conta dos conflitos do ser social; nesse sentido, toda ideologia possui o seu ser-propriadamente-assim social: ela tem sua origem imediata e necessariamente no *hic et nunc* social dos homens que agem socialmente em sociedade. [...] toda a reação humana ao seu meio ambiente socioeconômico, sob certas circunstâncias, pode se tornar ideologia (LUKÁCS, 2013, p. 465).

Ou seja, a ideologia é, necessariamente, uma expressão imediata da realidade social. Uma expressão que nasce desta realidade seja para conservar ou para transformá-la, ela faz parte de uma “reação” humana frente aos desdobramentos objetivos do desenvolvimento ou da crise social. Porém, o mais importante, de acordo com Lukács, não é a simples compreensão abstrata da função social da ideologia, se ela é falsa ou verdadeira, mas sim a sua verificação na realidade prática. Como ela enquanto um *pôr teleológico*<sup>4</sup>, opera especificamente nas circunstâncias dadas. É nesse sentido que, de forma breve, analisaremos como a transição política de 1985 se transformou em uma ideologia.

### **Crise e a função social da ideologia burguesa de transição**

A partir de 1974 iniciou-se um longo processo de crise de hegemonia no interior do bloco no poder. Desta crise, causada pelo o esgotamento do “milagre” econômico, temos um

<sup>4</sup> O *pôr teleológico* deve ser compreendido pensando no movimento entre: as circunstâncias objetivas dadas, as possibilidades de transformação que passam sob o processo criativo da subjetividade, para chegar assim, à uma nova objetividade. Ou seja, o *pôr teleológico* é um movimento que pressupõe uma criação subjetiva dentro de determinadas circunstâncias objetivas, visando uma mesma ou outra objetivação. Objetivo – subjetivo – objetivo.



longo período de tentativas de retomada do crescimento econômico, representado no governo Geisel pelo II PND (1974-1978) e no governo Figueiredo pelo III PND (1979-1985). Diante destes processos se deu a eminência de uma crise política que, paralelamente à crise econômica, foi ganhando dimensões mais decisivas durante a transição.

Não obstante essa crise econômica e política do regime, a crise social era também um fator que ia se agravando vertiginosamente, culminando em 1978 em um ciclo de greves bastante expressivo, o que mostrava não somente para o regime, mas para toda a classe empresarial dirigente, o poder de mobilização da classe trabalhadora. É exatamente neste processo, particularmente a partir do governo Figueiredo, que o regime fez um trabalho chamado por Maria José de Rezende de “psicossocial”, que buscasse construir em meio àquele caos econômico, político e social, uma imagem positiva de toda a ditadura para a população, incentivando também a constituição de um imaginário conservador historicamente presente no conjunto das classes dominantes.

Durante o último governo militar ficavam fortemente evidenciados os anseios da ditadura para sedimentar uma visão positiva do regime militar que fosse capaz de se projetar para o futuro. A construção intermitente de uma imagem favorável a seus feitos e realizações fez, indiscutivelmente, parte de sua estratégia psicossocial (REZENDE, 2001, p. 286).

O que Rezende chamou de “estratégia psicossocial” chamaremos aqui de ideologia, uma vez que esse termo utilizado por Rezende está mais voltado aos estudos de psicologia, nos remetendo a algum tipo de convívio social que apaga, de uma forma ou de outra, o germe da dominação contida nesta estratégia de controle social levado a cabo pela ditadura civil-militar. Um dos mentores do processo de “descompressão” do regime e da elaboração de uma visão positiva da ditadura foi o general Golbery do Couto e Silva, no sentido de “evitar as explosões sociais e políticas, tendo em vista a emergência dos movimentos grevistas e reivindicatórios que eram uma espécie de desafio constante no início da década de 80” (REZENDE, 2001, p. 290).

O conteúdo desta forma de dominação imposta a partir do Estado no início da década de 1980 era a divulgação de uma “indiscutível aproximação entre o povo e o militar através de suas perspectivas, anseios, desejos e amor à pátria” (REZENDE, 2001, p. 292). Essa estratégia militar era difundida, na era da abertura, para os civis como uma forma de alcançar o desenvolvimento e todas as outras aspirações presentes na sociedade. Ou seja, mesmo em um período de aguda crise econômica, o regime mostrava essa situação como uma etapa para a progressiva modernização da sociedade brasileira.

Dentro do *modus operandi* “ufanista”, uma característica bastante presente no exército brasileiro, ainda que de maneira difusa e dispersa, Figueiredo, direcionava a culpa da crise para os movimentos de origem estritamente externa, atribuindo a seu governo um postura defensiva, uma vez que estaria reagindo de forma decisiva contra as pressões externas para assim retomar, em curto prazo, os trilhos do desenvolvimento (REZENDE, 2001, p. 295). Porém, as medidas tomadas pelo governo Figueiredo frente a crise econômica que assolava principalmente as classes populares, era de agravamento da política recessiva por meio das medidas cíclicas e ortodoxas levadas a cabo pela equipe econômica a mando de Delfim Netto. É justamente neste período onde o regime tenta estabelecer para a sociedade uma frágil ideologia de “consciência nacional”:

O empenho do governo João Batista Figueiredo contra a sedimentação de uma consciência negativa sobre o regime ganhava proeminência através da insistência de que a não-prosperidade e o não-alcance do bem-estar social eram vinculados a fatores fora do controle do regime em vigor, tais como: clima (seca, geadas e inundações que haviam comprometido o orçamento da união e obrigado o regime a recorrer à expansão





monetária para atender a esses problemas e ao mesmo tempo sustentar o sistema de subsídios a alguns produtos básicos), crise do petróleo, encarecimento do dinheiro no mercado internacional, elevação da dívida externa, insuficiência da produção, dentre outros (REZENDE, 2001, p. 295-296).

Como podemos ver, essa afirmação de que o Brasil era uma vítima do sistema econômico mundial, tinha bastante capilaridade na sociedade, muito embora esse discurso fosse somente retórico, pois todos estes fatores levantados nas falas de Figueiredo são consequências do próprio caráter heteronômico da economia brasileira.

Neste período do Figueiredo temos um incessável trabalho do regime para reabilitar sua imagem frente a população, principalmente após os desdobramento da Guerra das Malvinas e a transição na Argentina que ocorreu por meio de uma considerável desmoralização do Exército, como também não conseguiu reabilitar ideologicamente o sentimento patriótico e nacionalista, seja pelo desmonte do parque industrial levado a cabo pela ditadura argentina, seja pela vergonha mundial que passou diante da rendição às tropas inglesas.

Porém no Brasil, mesmo em 1983, a *Folha de São Paulo* divulgou uma pesquisa realizada pela revista *Visão* onde a maioria entre a classe média via com positividade a figura de Figueiredo, mesmo não o aprovando para uma possível reeleição: “a maioria entre a classe média brasileira admira o presidente Figueiredo e o indicou como personalidade positiva do ano, mas rejeita a tese de sua reeleição e prefere escolher seu substituto através do voto direto” (*FSP*, 1983, p. 5).

Sendo essa matéria de 1983, conseguimos vislumbrar que a estratégia montada para criar uma imagem positiva do regime, mesmo com a profunda crise econômica, obteve um relativo êxito, pelo menos nas denominadas classes médias. Até onde essa estatística correspondia realmente com o posicionamento médio da sociedade à época, é difícil de evidenciar, mas o que nos importa aqui é mostrar o esforço dispendido para a manutenção de uma visão positiva não só das Forças Armadas, mas também de uma segura canalização ideológica em prol de uma transição impressa com valores liberais/burgueses. Um outro detalhe importante que também deve ser levado em consideração, é que na primeira eleição direta para presidente da República, em 1989, o candidato que foi eleito, Fernando Collor, era uma das figuras gestadas nesta mesma ditadura e que, inclusive, votou em Paulo Maluf no Colégio Eleitoral. Apesar dessas nossas aproximações serem insuficientes, são alguns indícios de uma ideologia burguesa de transição que, em diferentes momentos históricos, se transveste de diferentes formas: em 1985 em prol da democracia, do não “revanchismo”, do civismo etc.; em 1989, na figura de Collor, em prol do moralismo, do combate à corrupção, da “eficiência” na gestão etc.

Essa ideologia difundida pelo Estado ditatorial resultou em uma transição sem maiores tumultos para o regime, sendo os dois períodos de mobilização popular, o ciclo grevista de 1978 e as Diretas Já, muito bem administrados não só pelo regime, mas pelos próprios partidos da oposição burguesa, que fizeram o possível para controlar e canalizar as insatisfações populares para o jogo estritamente político-partidário. Esse processo de transição se desenvolveu por meio de uma seguida e incessante política de cooptação da sociedade civil, seja pelo Estado, seja pelas instituições políticas, que fizeram o possível para detonar qualquer perspectiva popular que visassem algum tipo de autonomia social, ou que buscasse imprimir na transição um ponto de vista popular.

Já na sociedade civil, no conjunto de seus aparelhos privados de hegemonia, também houve uma difusão ampliada de valores ideológicos burgueses enquanto uma estratégia para evitar qualquer revolta de caráter social. Conforme viemos pontuando até aqui, os “novos empresários”, amparados não somente pelo regime, mas também pela “oposição burguesa”, tiveram uma importância impar na difusão de uma ideologia burguesa para a transição.



Uma das concepções mais marcantes deste período foi a “democracia” e a “harmonização” social, sendo estes os únicos responsáveis para a resolução da grande maioria dos problemas postos naquele período. Essa ideia universal de democracia difundida pelo empresariado escondia os interesses mais particularistas do grande empresariado brasileiro: livre comércio, democracia de mercado e liberdade individual. Nota-se que a democracia para o empresariado tem um nítido sentido econômico e particularista que não corresponde com os interesses gerais da sociedade. Por exemplo, a liberdade individual, ideia tradicional do liberalismo, é, na realidade, um eufemismo de livre troca de mercadorias e livre negócio sem algum tipo de cerceamento do Estado. Esse tipo de ideário foi bastante capilarizado nas camadas médias brasileiras: “do ponto de vista político ideológico, o sistema ideal para o Brasil, indica pesquisa de *Visão*, deve ser fundado na liberdade individual, com regime econômico de mercado (80,8%)” (FSP, 1983, p. 5).

Desta forma, o problema no processo de transição não é a defesa da democracia, mas sim a sua defesa de uma democracia com conteúdo estritamente empresarial, sem nenhum valor popular, sobrando para essa última classe um valor abstrato, que não correspondia concretamente à sua classe social.

Já no campo da “oposição burguesa” (PMDB, dissidentes do PDS, PDT, PTB), evidenciam-se alguns elementos de dominação de classe que foram centrais para a condução ordeira das Diretas Já e do processo de transição. Dentre outros elementos que conseguimos visualizar neste período entre 1983-1985, destacamos: a) o apagamento dos conflitos de classes e a disseminação da “harmonia”, nas Diretas Já podemos ver isso por meio da difusão do movimento como uma “festa política”; b) a falsa ideia de “integração” manifestadas pela aproximação dos partidos da “oposição burguesa” aos movimento populares; c) como consequência do primeiro elemento temos a difusão da “coesão social”, ou seja, as classes sociais passam a ser complementares e não a ser antagônicas; d) há também o elemento de “desmobilização” do movimento social, uma vez que o movimento não são mais contestatórios no sentido forte da palavra, mas sim movimentos cívicos e ordeiros, que deveriam pregar, como foi nas Diretas Já, a paz, a ordem e a civilidade.

Todo esse conjunto de elementos levantados por nós fazem parte da ideologia burguesa de transição que, como podemos ver, acaba “maquiando” a realidade social, sendo estes interesses exclusivamente da burguesia brasileira, da ditadura e também da “oposição burguesa”. Esses “valores” difundidos no conjunto da campanha pelas Diretas Já, tinham quase que total convergência com os princípios da esquerda aliada à oposição burguesa, conforme apontamos acima. Principalmente no que tange a harmonização das relações social em detrimento da luta de classes, como também o próprio politicismo que sempre foi uma tática dos setores burgueses para esconder as contradições fundamentais inerentes da sociedade civil. Politicismo que durante o processo sucessório teve sua nutriente principais na ideologia burguesa.

É na forma deste projeto burguês que se evidencia a ideologia burguesa de transição, tendo como seu conteúdo a hegemonia gestada no interior deste projeto. Hegemonia que se estabeleceu por meio da cooptação e pela integração subalterna dos diversos setores oposicionistas ao regime, sendo imprimida de forma indelével na maneira de como o conjunto dominante da “Aliança Democrática” atuou no Brasil após a transição, revelando o seu verdadeiro conteúdo conservador e reacionário de uma burguesia antidemocrática que se envolveu em meio de uma ideologia aparentemente progressista, pois era conveniente para o período, velando as contradições e os antagonismos sociais, fazendo de seu projeto social, um verdadeiro projeto hegemônico para a transição política de 1985.



## Considerações finais

Para ficarmos em um exemplo final e de caráter parcialmente conclusivo, durante as Diretas Já foram criadas e defendidas uma séria de pautas reivindicativas de diversos movimentos populares e partidários, mostrando-nos a complexidade da correlação de forças exercida durante a campanha. Uma das propostas oriundas de setores do movimento operário, partidário e sindical (PT e CUT) era a proposta de greve geral para o dia 25 de abril de 1984, dia da votação da emenda Dante de Oliveira na Câmara de Deputados.

Dentre os partidos que apoiavam e participavam das mobilizações pelas Diretas (PDT, PMDB, PTB e dissidentes do PDS), haviam outras frações organizadas como a Central Única dos Trabalhadores (CUT), presidida por Jair Meneguelli, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, de Joaquinão, o Alicerce da Juventude Socialista (AJS), a Conclat, a Contag e o próprio PT que, embora expressivamente minoritários na campanha pelas Diretas, lutavam para impor suas pautas no movimento. A CUT com o apoio da AJS (AJS, 1984, p 04) começou a chamar, desde novembro de 1983, a greve geral como a única tática possível para pressionar o voto favorável dos parlamentares pedessistas à Emenda Dante de Oliveira. Esta reivindicação foi aprovada formalmente somente no dia 4 de abril de 1984 dentro do Comitê Nacional Suprapartidário Pró-Diretas, oficializando a greve geral para o dia 25 de abril, dia da votação da referida emenda.

Entretanto, no dia 10 de abril de 1984, em comício na Candelária, no Rio de Janeiro, os militantes do AJS haviam estendido uma grande faixa em frente ao palanque, divulgando a greve geral para o dia da votação da Emenda Dante de Oliveira. Porém, o então governador do Rio de Janeiro, Leonel Brizola, ordenou que a PM retirasse a faixa do AJS e impediu que qualquer faixa que exigisse greve geral fosse exposta durante a mobilização. Brizola havia convocado alguns militantes do PDT para “patrulhar” a mobilização na Candelária, com o objetivo de impedir qualquer manifestação contrária ao dos partidos dirigentes das Diretas Já, “mesmo que fosse preciso o uso da força, que foi o que os correligionários de Brizola fizeram ao espancar os militantes da tendência Alicerce da Juventude Socialista” (NERY, 2015, p. 189), com a justificativa de não “incomodar o Sr. Figueiredo”. Aliás, foi trabalhado incessantemente, por meio de jornais, como a *Folha de São Paulo*, para que o movimento pelas Diretas ganhasse uma forma cívica, ordeira e pacifista, com direito ao canto do hino nacional ao final das mobilizações. Era difundido pelos partidos e pela imprensa um clima de “festa” cívica e não de seriedade, de comoção nacional e não de luta. Em outras palavras, uma ideologia de transição sem brechas para qualquer ímpeto minimamente radical e combativo.

Logo após as mobilizações do dia 10 de abril na Candelária, a OAB e os partidos da oposição burguesa logo interviram ordenando que a reivindicação pela greve geral fosse substituída pela “vigília cívica” para o dia 25 de abril. Com a pressão do PMDB e do PDT, o PT acabou abandonando a proposta de greve geral e se submeteu à unidade com a oposição burguesa até o dia da votação da PEC. O próprio deputado federal Ayrton Soares, do PT, chegou a afirmar que a proposta de greve geral não passou de um mal-entendido e o que deveria ser feito, na verdade, era uma “vigília cívica” nos locais de trabalho (NERY, 2015, p. 190). Resumo da história, nem a “vigília cívica”, seja em Brasília, seja no local de trabalho acabou ocorrendo. O que ocorreu no final das contas foi a instalação do “placar das Diretas” nas praças de algumas das principais capitais do Brasil.

Contudo, umas das características nodais da ideologia burguesa de transição, ao longo do desdobramento da transição e nas Diretas Já, foi o seu caráter *conciliatório* permeado pela *passivização* e pela *desmobilização* social. Esse papel foi permanentemente exercido ao longo do movimento pelas Diretas Já, principalmente em 1984, quando o PMDB tomou a direção do movimento.



## Referências Bibliográficas

### Fontes

*Alicerce da Juventude Socialista*: São Paulo, nº 28, 18 a 27 de janeiro de 1984.

*Folha de São Paulo*: São Paulo, nº 19.735, 15 de abril de 1983.

### Bibliografia

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Volume I. 8ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

LUKÁCS, György. *Para uma ontologia do ser social*, II. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. *Sobre a questão judaica*. São Paulo: Boitempo, 2010.

\_\_\_\_\_. *Contribuição à crítica da economia política*. 2ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

\_\_\_\_\_. *O capital: crítica da economia política*. Livro I, volume II. 3ª edição. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

NERY, Vanderlei Elias. *Diretas Já: a luta pela redemocratização*. Curitiba: Ed. Prismas, 2015.

REZENDE, Maria José de. *A ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade (1964-1984)*. Londrina: Ed. UEL, 2001.



## MUJERES LIBRES E A EXPERIÊNCIA DE EMANCIPAÇÃO FEMININA DURANTE A REVOLUÇÃO ESPANHOLA

Talita Sobrinho da Silva<sup>1</sup>

**Resumo:** Este artigo analisa as *Mujeres Libres*, uma organização de mulheres trabalhadoras anarquistas que teve a totalidade da sua atuação no contexto da Guerra civil espanhola e a revolução espanhola (1936-1939). Tendo as próprias forças armadas se levantando contra o governo republicano, o Estado se encontrou paralisado e incapaz de revidar, o que colocou as centrais sindicais junto com a população no comando e na defesa de cidades e regiões contra as ações dos insurretos. Dessa forma, foi inevitável o desenvolvimento do processo revolucionário pelas mãos dos trabalhadores. O foco dessa pesquisa é observar o *feminino* dentro da Revolução e discutir o lugar ocupado pelas milicianas das *Mujeres Libres*, destacando a emancipação feminina que foi experimentada nos primeiros meses da revolução. A agrupação feminina foi criada seis meses antes do início do conflito, em decorrência de um sentimento de urgência de se discutir a exploração e opressão das mulheres e a permanência de sua condição dentro do espaço anarquista, pois notavam que ao centro se mantinha a urgência da luta anticapitalista revolucionária, sendo marginalizadas as pautas femininas. A pesquisa se desenvolve sobre textos da publicação homônima das *Mujeres Libres*, onde divulgavam suas ações e apresentavam debates políticos, de saúde e cultura com o interesse de ganhar adesão entre as trabalhadoras. As principais ações da organização foram para atender a carência educacional, política e cultural das mulheres trabalhadoras, atividade essa que continuaram a desempenhar durante a Guerra civil espanhola e a revolução espanhola. *Mujeres Libres* participou ativamente na defesa de um projeto político revolucionário e de emancipação social e sexual pegando em armas e reivindicando seu lugar na luta, desafiando o patriarcado, o capitalismo e o fascismo.

**Palavras-Chave:** *Mujeres Libres*; Guerra Civil e Revolução Espanhola; Emancipação.

### Introdução

A organização de *Mujeres Libres* teve a maior parte da sua militância e atividades guiada pelas especificidades da Guerra Civil. A guerra foi desencadeada após uma tentativa de um golpe cirúrgico planejada pelos conspiradores que não teve total êxito, mesmo diante da hesitação da República que pouco interviu para para-los. Os militares rebeldes contavam com o apoio da maior parte do oficialato do Exército regular, assim restou aos republicanos combater com tropas mal equipadas e sem nenhum treino ou experiência em ações militares e sem comando adequado. Além disso, os moderados do governo opunham-se à entregar ao povo as armas. O governo recusou-se a sair da constituição legal do estado, conforme destaca Fernández:

Quando a notícia do levante começou a ser veiculada pelas rádios e jornais no continente, as organizações da esquerda exigiram armas ao governo para poder resistir, caso a insurreição se espalhasse pelo resto da Espanha. Mas o governo, acuado por ambos os lados, tentou os meios constitucionais possíveis para pôr fim à rebelião: era evidente que o governo burguês moderado temia mais o povo do que os militares rebeldes e achava, erroneamente, que poderia comprar sua lealdade com cargos ministeriais (FERNÁNDEZ, 2003, p. 123).

<sup>1</sup> Graduada em História - Licenciatura. Universidade Federal do Mato Grosso do Sul - UFMS.





Contudo, o levante militar foi detido nas cidades e regiões em que os movimentos socialistas e anarquistas mais tinham forças. Foram os trabalhadores os principais responsáveis por defender e frear o avanço dos militares rebeldes. O envolvimento deles foi imprescindível para frustrar a insurreição rebelde em algumas cidades, eles passaram a assaltar os quartéis para a defesa popular, e a partir das forças sindicais da CNT e UGT formaram seus comitês de defesa local. Porém nem todas as regiões tiveram o tempo em se organizar e frear as ações dos conspiradores. Após os primeiros dias ficou claro que este não tinha ainda vencido, mas que também não tinha sido derrotado imediatamente, o que desencadeou a Guerra Civil. O conflito por conseguinte desencadeou a almejada Revolução Comunista Libertaria e as organizações libertarias ressaltavam aos trabalhadores e filiados que na luta contra os militares franquistas, os anarquistas lutavam pela Revolução Social e não em defesa da República. Durante os três anos da Guerra Civil, as *Mujeres Libres* avançaram em sua experiência como nenhum outro movimento feminista até então, conforme as palavras da historiadora Margareth Rago

[...] as questões sociais se aliaram às lutas pela libertação feminina e, nesse sentido, elas procuraram promover novos modos de constituição de si, capazes de subverter os códigos burgueses de definição das mulheres como esposas, mães, exclusivas do lar, ou como seu avesso. Mas não de uma maneira apenas negativa, isto é, como formas de reação ao poder, já que essas lutadoras implementaram muitas iniciativas pioneiras, como a criação de cursos de capacitação das operárias, nos quais desejavam “despertar a consciência feminina para as idéias *Libertarias*”, como afirmavam; cursos de alfabetização e profissionalizantes, visando criar novas formas de inserção social para as mulheres pobres; centros de assistência médica e de educação sexual; creches; *liberatorios de la prostitución*, isto é, casas destinadas às que desejassem sair da prostituição (RAGO, 2005, p. 138).

O colapso do Estado com a sublevação militar, abriu um vácuo no poder que logo foi preenchido pelas centrais sindicais junto a população, pois tinham sido eles a defenderem as cidades e regiões contra as ações fascistas. Diante dessa oportunidade os anarquistas impulsionaram o desenvolvimento de um processo revolucionário para a construção de uma sociedade comunista libertária. Dessa forma a Revolução Espanhola pelas mãos dos trabalhadores, que almejavam-na há tempos, foi inevitável.

Logo a Guerra civil espanhola foi um palco fértil para mudanças e experimentos, pois por toda a Espanha Republicano, as forças estatais estavam sendo substituídas por poderes paralelos alternativos e autônomos locais, coordenados por comitês revolucionários ou comitês de milícias, que representavam a estabilidade política dessa comunidade (BEEVOR, 1989, p. 113-114). Estes comitês, atuavam por iniciativa própria, eram responsáveis por organizar tudo o que o governo e as autoridades locais eram encarregadas anteriormente, assim abrindo espaço para as ações de autogestão popular e coletivização de fabricas e terras.

### **Anarquismo e a sindicalização feminina**

Apesar da presença de mulheres nos sindicatos de trabalhadores, não havia uma aglomeração orgânica e independente marcada pela presença feminina dentro da CNT. A sua presença e protagonismo foi sentida, como ressalta Antony Beevor, sendo um notável fenômeno da guerra civil, com um crescimento do movimento de mulheres após as eleições de 1936 (BEEVOR, 1989, p. 117), que não nasceu nem de literaturas nem de teorias vindas do estrangeiro, com exceção de algumas traduções de textos de Emma Goldman, mas provavelmente das reflexões e de produção das próprias mulheres espanholas sobre a sua condições e principalmente das ponderações das mulheres trabalhadoras anarquistas que identificaram as opressões que lhes eram deferidas nos meios públicos e privados; lugares que transitavam, ambiente de trabalho, sindicatos e lares.



A história da organização CNT é marcada pela colaboração feminina, como na Semana Trágica e por nomes como Teresa Claramunt, Guillermina Rojas, Soledad Gustavo e Federica Montseny<sup>2</sup>. Porém as possibilidades para o Anarcofeminismo surgiram no contexto da Segunda República, que cresceu junto a Guerra civil espanhola, e se fortaleceu em meio a Revolução Espanhola. Avalia-se que tal fenômeno aconteceu pela intensificação da presença feminina no mercado de trabalho e com a conquista do voto para as mulheres, se notou uma nova dinâmica política e cultural, e a partir da restauração da Segunda República, que por sua vez abriu novas possibilidades para a participação das mulheres na luta social.

Partindo desse conjunto de elementos se tornou favorável a reunião de mulheres, e assim, em 1934, se fundou em Barcelona o Grupo Cultural Feminino, núcleo pioneiro de articulação feminina dentro da CNT. A discussão sobre a condição feminina, nos meios de produção e nos espaços privados, é anterior a tudo isso porém ela se intensifica com práticas e ações de mudanças ganhando força próximo à 1935. Esse marco propicia um rico material a respeito das ações do movimento de mulheres anarquista.

O movimento anarquista espanhol possuía no seu discurso a busca pela completa e plena liberdade humana. Para os anarquistas, o Estado e o sistema de produção capitalista deveriam ser abolidos, pois estes baseavam-se em relações autoritárias e de exploração. Para superar toda relação de dominação era preciso uma transformação das relações sociais e pessoais. Dessa forma, idealizavam uma sociedade com bases no coletivismo, na autogestão e na espontaneidade. Helena Granel (GRANEL, 2006, p. 43) defendia que “os fundamentos anarquistas proclamavam homens e mulheres como iguais, porém, na prática, deixavam a situação específicas da dominação e opressão sofridas pelas mulheres sempre para um segundo plano”.

Porém não havia contraste entre a vida das mulheres que partilhavam os espaços libertários das demais dentro da sociedade espanhola. Filhas, irmãs, mães, esposas dos operários anarquistas ainda permaneciam restritas ao ambiente privado. Eram submetidas como as demais as mesmas estruturas de exploração e papéis de gênero. Primeiro pertenciam ao ambiente do pai, depois ao lar do marido, e aquelas que precisavam sair ao espaço público por necessidades financeiras eram submetidas ao espaço do patrão. Portanto, estavam dominadas e circunscritas a espaços e lugares que não lhes pertenciam e que eram de domínio masculino.

No ambiente familiar as tarefas domésticas recaiam como função feminina, a elas cabia colaborar com a manutenção do lar e prover todos os cuidados aos membros homens da família, entre irmãos e irmãs a educação e as liberdades também se diferenciavam. Quando almejavam sair da casa paterna, essas mulheres só podiam recorrer ao casamento como caminho, pois a sobrevivência sozinha com os salários baixos que as trabalhadoras recebiam eram impossíveis de mantê-las. E assim através do casamento reproduziam a mesma relação que encontravam na casa paterna. As anarquistas entendiam que faltava as mulheres espanholas escolaridade e formação técnica ou especializada que pudessem garantir melhores salários, e logo a garantia da independência econômica. O valor da mão de obra feminina era baixíssimo e com excessivas horas de trabalho. Porém, dentro dos sindicatos, as pautas femininas eram marginalizadas, continuavam vendo-o como complementar e o deixando em segundo lugar, muitas vezes as culpando pelas baixas dos salários. Assim apesar da postura oficial da CNT ser igualitária a sua prática era patriarcal e pobre de ações que favorecessem as organizações de mulheres trabalhadoras dentro do sindicato, pois ao centro se mantinha a urgência da luta anticapitalista revolucionária.

O discurso anarquista e anarco-sindicalista era de inclusão e igualdade entre os sexos, porém as especificidades da exploração e dominação que eram sofridas pelas mulheres dentro

<sup>2</sup> Federica Montseny foi uma importante figura para o Anarquismo espanhol e para a Revolução espanhola. Foi ministra da *Sanidad y Asistencia Social* do governo da Segunda república espanhola, cargo que aceitou apesar de seu declarado posicionamento antigovernamentalismo. Assim sendo, primeira mulher ministra da Espanha.



de uma sociedade conservadora, patriarcal e extremamente religiosa como a sociedade espanhola, precisava mais do que força de vontade e discursos carregados para possibilitar a desvinculação do patriarcado dos seus espaços comuns. Afirmando por Beatriz Preciado o patriarcado é definido como.

Las feministas definen una forma específica de opresión a la que llaman “sexismo”, denominan “patriarcado” al sistema de parentesco y transmisión de poder que lo legitima y dibujan las estrategias de una lucha por la emancipación de las mujeres en el espacio público: superación de los roles tradicionales de madre y esposa dentro de las instituciones familiares y domésticas, acceso a la contracepción y al aborto, independencia económica e intervención en el ámbito de las decisiones políticas (PRECIADO, 2009, p. 143).

Como pontua a historiadora Helena Granel em sua pesquisa sobre a emancipação feminina e revolução social, os esforços práticos precisavam ser mais eficientes e constantes,

Ya hemos señalado que en el movimiento anarcosindicalista español que se desarrolla a partir da creación de la CNT en 1910, se dieron grandes contradicciones pues a pesar de su igualitarismo teórico, podemos decir que la práctica sindical fue fuertemente patriarcal. Se consideró que las mujeres simplemente tenían que incorporarse a la lucha libertaria sin tener en cuenta las dificultades que las mujeres anarquistas experimentaban en los medios obreros a causa de las actitudes sexistas de sus compañeros que contribuían a su marginación en los sindicatos y ateneos (GRANEL, 2006, p.45).

### ***Mujeres Libres e o anarcofeminismo***

Teria de passar pouco mais de sessenta anos da fundação das primeiras bases do movimento anarquista na Espanha, para o surgimento do primeiro grupo voltado especificamente para as pautas de desenvolvimento femininas de orientação anarquista, a organização *Mujeres Libres*, que vinha sendo germinada desde o final de 1935 por suas três fundadoras anarquistas: Lucía Sanchez Saornil, poetisa e escritora; Mercedes Comaposada, advogada e pedagoga e Amparo Poch y Gascón, médica e escritora. Em abril de 1936, o grupo lançou uma revista de mesmo nome, dedicada a cultura, documentação social e também para divulgação das ações da organização e com o interesse de ganhar adesão entre as trabalhadoras para as ideias libertárias.

Em geral, a imprensa e as revistas foram os principais meios de comunicação e de divulgação das ideias anarquistas, instrumentos muito difundidos nos sindicatos. As fundadoras da organização *Mujeres Libres* já contribuían em outras revistas teóricas anarquistas e na imprensa anarco-sindicalista fomentando debates sobre o lugar da mulher. As três colaboravam em revistas teóricas anarquistas, como “*La Revista Blanca*” e “*Tiempos Nuevos*”. E em imprensas anarcosindicalistas, como “*Umbral*”, “*Solidaridad Obrera*”, “*El Libertario*”, “*CNT*”, “*Ruta*”, e “*Tierra y Libertad*”.

As *Mujeres Libres* identificaram as contradições dentro do movimento libertário e chamaram para si a responsabilidade de buscarem a emancipação própria e de suas irmãs. Assim como, a emancipação dos trabalhadores deve ser trabalho dos próprios trabalhadores, também cabe as mulheres buscarem a sua emancipação, já que o patriarcado, assim como, o capitalismo, não abririam mão nem dos espaços e nem de seus privilégios. O que ficou provado, já que a organização *Mujeres Libres* foi recebida pelas outras organizações anarquistas com estranhamento e hostilidade.

A revista *Mujeres Libres* teve um singelo apoio financeiro e material da CNT, porém, toda a parte de edição e escrita era feita exclusivamente por mulheres. E esse sempre foi o intuito das fundadoras, um material independente e completamente gerido por mulheres com autonomia das outras organizações libertárias.



Houve resistência por parte dos grupos anarquistas CNT, FAI e FIJL, em relação a criação da organização *Mujeres Libres*. Não reconheciam a organização como uma igual e as criticavam de forma sexista, culpando-as por estar criando um espaço específico ao sexo feminino e que tal atitude geraria desunião, rivalidade e disputas no movimento libertário, já que a separação não era necessária, pois homens e mulheres eram iguais e tinham que lutar juntos pelo interesse da classe operária. Claro que esse sentimento reflete a estrutura de dominação patriarcal perpassava por todos os espaços das relações sociais tanto dentro dos movimentos anarquistas quanto dentro da casa dos trabalhadores. O patriarcado ainda se mantinha inflexível e exercendo a dominação e submissão das mulheres até nos meios revolucionários.

Las aspiraciones de *Mujeres Libres* quedaron por lo general truncadas por la falta de cooperación y por el desinterés de las demás organizaciones *Libertarias*. Nunca llegó a superar la animosidad, o el paternalismo, que caracterizaron la actitud de la mayoría de los militantes. *Mujeres Libres* consideraba que los constantes roces y fricciones que tenía su organización y la CNT, la FAI, y las FIJL se debían, entre otras causas, a la perduración de los prejuicios machistas y a la aversión a dejar en manos de mujeres tareas incorrectamente consideradas como del dominio exclusivo del hombre (NASH, 1975, p. 20).

As contradições afloraram de forma mais perceptível diante dos atritos e resistência que os demais grupos anarquistas tiveram à criação das *Mujeres Libres*. As suas fundadoras tinham plena ciência que a cada enfrentamento e atrito, mais necessária se tornava a sua luta e o fortalecimento da organização. Para as demais mulheres anarquistas que a princípio também não viam necessidade na organização feminina, logo ficou nítido que o a misoginia era presente no convívio com os companheiros homens, que debochavam quando mulheres pediam para falar em assembleias ou em conferências que tinham mulheres como conferencistas principais.

Em setembro de 1936, o Grupo Cultural Feminino, criado em 1934, em Barcelona se uniu ao grupo de *Mujeres Libres* de Madri. Nos próximos 3 anos a organização se estenderá pela zona republicana do país reunindo 147 agrupações de *Mujeres Libres* com o total de 20.000 filiadas (NASH, 1975, p. 14). Após cada conferencia, era formado entre as ouvintes uma federação local das *Mujeres Libres* na qual elegiam uma delegada para participar na Federação Nacional (BIAJOLI, 2007, p. 72).

As três fundadoras eram intelectuais e duas delas já possuíam formação superior, sendo todas integrantes do movimento anarco-sindicalista. Sendo assim, observavam que os sindicatos não eram espaços apropriados para as questões das mulheres e assim organização teve um papel pioneiro em identificar as reais condições em que as mulheres desempenhariam na luta social. Concordamos com os apontamentos de Mary Nash a respeito das frentes de luta que o movimento de mulheres enfrentaria; essa seria uma *doble lucha*

En primer lugar, la mujer, al igual que el hombre, como miembro de una sociedad, tenía que desarrollar una lucha social para derrocar el sistema social y económico vigente y establecer una sociedad en la que no hubiera explotación de la clase obrera, a saber, una sociedad en régimen de Comunismo Libertario. Además la mujer, a diferencia del hombre, debía a la vez luchar para acabar con su propia explotación como mujer: es decir, la segunda vertiente de la doble lucha de la mujer sería la lucha por su propia liberación como persona (NASH, 1975, p.25).

Mary Nash (1975, p.75) ainda enfatiza que o elemento mais original das *Mujeres Libres* era o seu *Feminismo Proletário*, já que elas partiam dessa dupla percepção; uma consciência social e política que se identificava com a classe trabalhadora e uma que se identificava com o pensamento feminista, e que exigia a libertação da mulher de sua condição de dominação. Por não compactuar com o Feminismo Liberal que visualizava apenas a superação da dominação patriarcal, lutavam pelo sufrágio, pela integração da mulher ao espaço público, ao Estado e ao





poder, e não negava a dominação e exploração econômica, que são típicas da sociedade capitalista. *Mujeres Libres* não se identificavam, portanto, com o termo feminismo, pois o consideravam burguês e já elas se prontificavam a uma luta de emancipação de classe e gênero.

### **Emancipação econômica, cultural e política**

Os libertários acreditavam que a educação era o caminho para a emancipação humana, e que através de uma educação libertadora e racional, seria possível a libertação dos trabalhadores espanhóis da sujeição e exploração do Estado, da Igreja e dos Patrões. Nunca fugiram da pauta anarquista em conceber uma educação libertária, Ferrer tinha o projeto de Escola Moderna que contemplava os anseios anarquistas sobre educação, ambos criticavam a ampla dominação da Igreja sobre a educação espanhola. O analfabetismo era descomunal na população espanhola e mais ainda entre as mulheres, diante desse modelo pedagógico católico. Em uma discussão sobre a inserção da mulher na literatura e na cultura, Maria Bijaoli faz a seguinte reflexão:

Educação, estudos e formação de uma tradição literária seriam os primeiros passos para as mulheres desenvolverem suas habilidades e imaginação. Mas elas precisariam também de tranquilidade, uma sala para escrever na qual não fossem interrompidas, e também que não precisassem esconder correndo seus manuscritos com vergonha do que a sociedade diria delas se descobrisse que escreviam. E, claro, as quinhentas libras mensais para tornarem-se independentes dos homens. [...] Um teto todo seu, ou um espaço próprio para serem livres foi uma das bases da criação do *Mujeres Libres* na Espanha, em 1936 (BIAJOLI, 2007, p. 75).

Muitas espanholas nunca foram a escola e poucas eram as que tinham uma base escolar, já que muitas delas trocavam a escola por qualquer trabalho remunerado, com a intenção de ajudar a complementar a renda familiar. Sendo assim, a principal atividade desenvolvida pela organização *Mujeres Libres* foi a preparação e educação previa das suas filiadas. Já que se tornou imprescindível a organização se adaptar para corrigir a falha educacional e atender a demanda das mulheres trabalhadoras que careciam de preparação política e cultural e que procuravam em *Mujeres Libres* esse suporte. A cada fundação das *Mujeres Libres* logo se seguia a criação de uma escola, pois a procura para os saberes básicos, como a alfabetização, era grande.

Ao pensar na situação das mulheres espanholas trabalhadoras, a organização *Mujeres Libres* considerava que ao muni-las com uma formação cultural substancial as beneficiariam para criarem uma opinião própria sobre suas vidas e ações, guiando-as para uma independência intelectual. Mas, para se alcançar a emancipação plena, também se fazia necessário que as mulheres não se limitassem aos trabalhos domésticos, que fossem ao espaço público para serem inseridas na produção e terem meios para alcançar a sua independência econômica em relação ao homem. Pela ocasião da guerra civil, os homens foram chamados dos seus postos de trabalho para irem lutar no conflito, abrindo-se mais espaços para as mulheres na produção. De modo que as *Mujeres Libres* advertiam para que as trabalhadoras não abrissem mão do espaço em que eram chamadas para ocupar, para não admitirem serem dispensadas após o fim do conflito. E também defendiam a ida das mulheres para a luta armada.

### **A defesa pela educação sexual feminina e da gravidez consciente**

Um importante debate feito pela organização era a necessidade da educação sexual, discussão germinada desde o início do século XX, que teve uma grande campanha de conscientização sexual para as mulheres. Acreditavam que a ignorância feminina a respeito do seu corpo e da sociedade moralista que permitia conhecimentos diferentes a homens e mulheres, elas se





tornavam reféns da gravidez precoce, bem como ignoravam a existência do próprio prazer. A educação sexual colaboraria com a maternidade consciente, já que *Mujeres Libres* caminhavam em direção a desvinculação da maternidade como essência natural do feminino. Elas podiam escolher quando serem mães.

As mulheres, na concepção da época, ainda possuíam uma essência materna, apesar de advogar pela maternidade consciente e defenderem maneiras de controle da natalidade como o anticoncepcional e o aborto, os anarquistas ainda tinham uma visão essencialista sobre a questão da maternidade e as funções maternas. Lucia Sanchez Soarnil afirmava veementemente que a maternidade não deveria definir as mulheres e anula-las como sujeitos individuais.

Porém, observamos que pouco se apresentou a figura do pai, quando a questão era a criação e a educação dos filhos, as responsabilidades do lar a educação ainda ficavam sob a responsabilidade da mãe. Coexistiam várias teorias a respeito da função da mulher anarquista, alguns defendiam as ideias de Proudhon de que a função social delas na revolução era a da reprodução; muitos também discutiam que a educação dos filhos cabia aos pais, porém, na prática, as mães eram as encarregadas. Se tomarmos a cultura conservadora espanhola e profundamente religiosa, não se torna difícil entender porque essas ideias se fortaleceram e se mantiveram, apesar de todos os avanços libertários (GRANEL, p. 229).

### Considerações finais

Na revolução social, as mulheres anarquistas procuraram estar de igual para igual com os homens na luta armada, pegando em armas e indo ao frente, e não só na retaguarda, lugar sempre destinados as mulheres em caso de conflitos. Elas se apropriaram e ocuparam os espaços de mudança e experimento e confrontaram as relações de dominação do sexo. Sempre denunciavam as manobras patriarcais sejam elas vindas por outros libertários ou por grupos de outra vertente ideológica, eram mulheres e anarquistas seu discurso era afinado com os ideias libertários, de classe e de gênero.

Estiveram empenhadas na promoção da emancipação feminina tanto econômica como intelectual, pontuavam que para alcançar emancipação plena humana era necessário antes a libertação das mulheres de sua tripla condição de opressão e exploração, cultural política e sexual. *Mujeres Libres* revolucionou as práticas e discurso do seu tempo que feitas sobre a situação da trabalhadora, apesar das limitações da época o movimento de mulheres anarquistas se destacou pelo seu caráter anarcofeminista, com um recorte consciente de classe.

*Mujeres Libres* sofreram pressão para recuar dos espaços que ocuparam junto a Revolução quando sua presença na luta armada foi pontualmente negada, tendo os dirigentes cedido às pressões das organizações conservadoras que pediam para a realocação das mulheres em funções administrativas e auxiliares. Assim constatamos que junto com a luta pela emancipação feminina a luta pela revolução também foi corroída conforme o retrocesso foi sendo desferido entre as relações políticas dentro do território republicano, e a guerra civil contra o Franquismo foi sendo perdida, restando aos empenhados na luta social e de gênero apenas assistir a vitória do patriarcado, do capitalismo e do fascismo. As *Mujeres Libres* que estiveram no exílio retomaram suas atividades, com publicações afim de conservar sua participação no conflito e na histórias.

### Referências Bibliográficas

BEEVOR, Antony. *A Guerra Civil de Espanha*. Editora: Livros do Brasil Lisboa, 1989.

BIAJOLI, Maria Clara Pivato. *Narrar utopias vividas*. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2007.



GRANEL, Helena Andrés. Discursos Y Experiencias Femeninas En El Anarquismo Espanhol. *Argensola, Revista de ciencias sociales del instituto de estudios Altoaragoneses*, n. 116, p. 227-262, (2006). Universidade de Zaragoza, Espanha.

\_\_\_\_\_ ; Mujeres Libres, Emancipación Feminina y Revolución social. *Germinal: revista de estudios libertarios*, n. 2, p. 43-57, (2006), Espanha.

NASH, Mary. *Mujeres Libres*, España 1936-1939, Tusquets, Barcelona, 1975.

PRECIADO, Beatriz. *Terror anal*. Espana, 2009.

RAGO, Margareth. Mujeres Libres: Anarco-Feminismo e Subjetividade na Revolução Espanhola. *Verve (PUCSP)*, São Paulo, v. 07, 2005, p. 132-152.



## TERRORISMO DE ESTADO E UNIVERSIDADES

Veridiana Bertelli F. de Oliveira<sup>1</sup>

**Resumo:** As ditaduras baseadas na Doutrina de Segurança Nacional têm em sua origem dois elementos fundamentais: o primeiro pela pressão do capital internacional e elites locais para imposição de um novo modelo de acumulação; e o segundo como resultado do avanço dos projetos reformistas ou revolucionários que resultaram na radicalização das contradições de classe. Para isso, utilizou o Terrorismo de Estado como mecanismo no qual a violência estatal reconverte o Estado em semeador do terror de forma cada vez mais intensa e ilegal, vinculado diretamente à defesa do sistema do capital e sua necessidade de expansão, no contexto da Guerra Fria, e da necessidade de adequação da economia brasileira para o capitalismo monopolista sob o comando da burguesia nativa. E as universidades foram consideradas instituições prioritárias para essa intervenção, pois eram consideradas locais de proselitismo político e, na década de 1960, um espaço de organização do movimento estudantil e dos professores críticos e progressistas, que pressionavam pela democratização da universidade e da sociedade. Portanto, objetivamos discutir como foi instrumentalizado o Terrorismo de Estado nas universidades brasileiras no período da ditadura civil-militar.

**Palavras-chave:** Terrorismo de Estado; Universidade brasileira; Ditadura civil-militar

Entre os anos de 1930 e 1964 tivemos diversos matizes de populismos com diferentes gradações e que, conforme Ianni (1984), representam uma crise de hegemonia, em que nenhuma classe teve poder suficiente para se impor às demais e ao conjunto da sociedade. Mas nem por isso o Estado deixou de ser burguês e as políticas que adotou deixaram de favorecer o desenvolvimento do capital, da indústria e do imperialismo. Diante dessa incapacidade, várias classes sociais estabeleceram uma aliança tática implícita e acomodaram-se ao populismo.

Mas Ianni (1984) atenta que isso não explica completamente a opção pelo golpe de Estado. Foram as próprias políticas desenvolvidas sob o populismo que provocaram a sua crise. E são essas forças antagônicas desenvolvidas sob o populismo que aumentam a contradição entre o poder político dominado pela aliança populista e o poder econômico cada vez mais determinado pela burguesia monopolista estrangeira que foram fundamentais para a gestação e posterior concretização do Golpe, que representou a vitória da opção pelo capitalismo dependente e associado e de um novo e poderoso bloco de poder, composto pelo grande capital financeiro e monopolista (combinando a indústria, o sistema bancário, o comércio e a agricultura), ao mesmo tempo que impediu pela força o crescimento de opções socialistas.

Mas antes do golpe de Estado, no contexto de aprofundamento da Guerra Fria foram desenvolvidas diretrizes específicas para a política externa estadunidense na América Latina. Nesse contexto que, em 1949 surge a Escola Superior de Guerra (ESG), inspirada e influenciada pelo *National War College* dos Estados Unidos, que fez parte da “diplomacia total” pela qual se pôs em prática a doutrina estadunidense da Guerra Fria. E assim desenvolve-se o esquema básico que articulou na ESG tanto militares quanto civis e na qual a questão da segurança se metamorfoseou da doutrina de *defesa* nacional [voltado às ameaças externas] para a doutrina da *segurança* nacional, entendendo-se essa como *segurança interna e externa* (IANNI, 1984, p. 64-65, grifos nossos).

<sup>1</sup> Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História da UNIOESTE.



Logo, como afirma Dagostin (et. al., 2007, p. 96), isso significou a transposição das leis aplicáveis aos estados beligerantes (externos) ao âmbito interno, na relação entre os indivíduos e o Estado, buscando a defesa da estabilidade da política interna, da manutenção das instituições e do desenvolvimento. Mas a ESG foi apenas um entre os vários organismos com financiamento empresarial e estrangeiro que desenvolveu, adaptou e defendeu a doutrina da segurança nacional, como o Instituto Brasileiro de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES), o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), o Serviço Nacional de Informação (SNI), entre outros.

Segundo Padrós (2005, p. 19-25), essa proposta de desenvolvimento e segurança pautou a criação da Aliança para o Progresso (1961), a política de contra-insurgência e foi disseminada através de mecanismos de transmissão como a doutrinação militar, os acordos na área educacional, a indústria cultural, entre outros. Seus conceitos básicos são: “inimigo interno”, “guerra interna”, “subversão”, “contra-insurgência”, “Estado como ser vivo”, “objetivos nacionais” etc. Doutrina essa que rejeitou a ideia da divisão da sociedade em classes, pois contradizia um elemento essencial da sua formulação que era a noção de “unidade política”, e o reconhecimento das classes seria o reconhecimento do conflito e a quebra dessa suposta unidade harmônica. Segundo Padrós (2005, p. 52-55), eliminando o conflito pretendia-se identificar o Estado com a Nação ou Pátria.

E o que era considerado subversão era um amplo arco de possibilidades, pois se associou qualquer manifestação de descontentamento com o “subversivo”, que era o portador de ideias e influências vindas de fora, externas, associando os subversivos ao comunismo internacional e tratando-os como contaminadores ou ameaçadores da suposta unidade interna representada pela Pátria/Nação, pautada na ausência de conflitos e questionamento do projeto capitalista posto em curso pelo golpe. Portanto, cada cidadão poderia ser uma ameaça potencial, justificando o estado de alerta e vigilância constante, pois, ou se está com o Estado e se colabora com ele ou então se torna suspeito (PADRÓS, 2005, p. 100).

Dessa forma que se desenvolveu, segundo Padrós (2005), uma guerra contra o “inimigo interno”, permanente, “total” e, conseqüentemente, “suja” - ou seja, ilegal e clandestina que exigiu o confronto total com a oposição, sem compromissos ou negociações e que terminaria com a destruição total e permanente do adversário, representando os interesses das frações burguesas nativas vinculadas como associada subordinada ao capital internacional e que consolidaram, do ponto de vista econômico.

E assim, o Estado organiza-se segundo a doutrina da segurança e desenvolvimento, pondo e repondo na história da revolução burguesa o problema do Estado forte. No caso brasileiro seus processos anteriores de transição não significaram uma ruptura definitiva com o passado e a atuação tendencialmente de forma autocrática e reacionária da burguesia nativa fazia parte do seu estilo de atuação histórica, identificando os setores subalternos como principais inimigos. Nesse sentido, a doutrina da segurança nacional já encontra terreno fértil para se desenvolver pela própria história de atuação da burguesia nativa.

Se a violência é intrínseca ao funcionamento do capital (a expropriação dos meios de produção e exploração da força de trabalho para produção e reprodução ampliada de mais-valia), e monopolizada pelo Estado dentro de marcos legais, o Terrorismo de Estado (TDE) é a violência estatal que extrapola a constitucionalidade e viola o direito (em seu sentido amplo) de forma sistemática, reconvertendo o Estado a semeador do terror de forma cada vez mais intensa e ilegal, vinculado diretamente a defesa do sistema do capital e sua necessidade de expansão.

Dessa forma que Padrós (2005, p. 74-94) identifica no Terrorismo de Estado um instrumento utilizado pelos setores economicamente dominantes, como forma de dominação e disciplinamento e que é resultante da própria dinâmica capitalista. Um instrumento belicista e com altas doses de brutalidade e violência, violador sistemático dos direitos humanos, com ações clandestinas desencadeadas às margens da lei e que atingem indiscriminadamente qualquer comportamento não prefixado que de alguma maneira, direta ou indiretamente, contenha algum



grau de crítica ou oposição, o que por consequência acaba gerando um medo irracional na população.

Mas destacamos que não é só pela brutalidade e violência que o Terrorismo de Estado se manifesta. Uma possibilidade sempre implícita é a cooptação de adesões ou pelo menos a indução de atitudes de passividade ou indiferença, que já se torna um grande trunfo e uma forma mais “econômica” de afastar eventuais contestações ou resistências.

Se como afirmado acima, a resolução da crise do poder burguês, com a destruição da mobilização são os objetivos mais diretos e imediatos para intervenção na sociedade e justificador para o golpe de Estado, baseado na lógica do “inimigo interno” (real ou imaginário) na qual se baseia a doutrina da segurança e desenvolvimento, também a interrupção da transmissão da experiência de mobilização política e da consciência crítica para novas gerações e a sua formação não só distante destas experiências, mas de forma acrítica e passiva também são objetivos do TDE. Portanto, existem objetivos políticos e econômicos a serem atingidos a curto, médio e longo prazo: a resolução da crise do poder burguês através da unificação da burguesia por meio do poder político; a interrupção do processo de democratização e a destruição de qualquer forma de organização dos setores subalternos (sindicatos, organizações rurais, entidades estudantis, associações, partidos etc); a transição para o capitalismo monopolista através do desenvolvimento desigual interno; o ambiente de estabilidade requerido pelo capital internacional para exploração da força-de-trabalho e seu disciplinamento; a nova modelação das instituições; o combate a qualquer projeto que questione o sistema do capital, em especial o comunismo; a interrupção da transmissão da experiência de mobilização política entre as gerações; a formação ideológica das novas gerações de forma acrítica e passiva; entre outros.

Segundo Padrós (2005) o terror, como forma específica de poder, tem duas dimensões destacadas: a comportamental e a ideológica, que tem como objetivos, cada uma:

A comportamental: a imposição da adaptação da população ao novo padrão de comportamento político desejado e a obediência absoluta às diretrizes dos setores que detêm o controle do poder. A segunda, ideológica: molda as instituições a fim de obter, mediante mecanismos de cooptação, uma obediência voluntária que permita conformar novos sujeitos políticos (PADROS, 2005, p. 87).

Assim, Padrós (2005, p. 86-106) apresenta sete elementos que estiveram presentes nas diversas e diferentes experiências de Terror de Estado nas ditaduras latino-americanas baseadas na Doutrina da Segurança Nacional: 1) A violência irradiada, na qual se destaca a diluição de responsabilidades entre os funcionários que administram a máquina repressiva; 2) A aplicação de medidas que compõem o arsenal repressivo e coercitivo, e que cria um ambiente de medo, cenário de silêncio, desconfiança, alienação, autocensura e terror permanente, pois qualquer um, independente do grau de conformismo, pode ser identificado como o “subversivo”, não tendo garantias quanto a isso; 3) A dimensão de guerra psicológica, marcante nas ditaduras latino-americanas, que gera um “superdimensionamento das ameaças e dos temores que podem produzir desequilíbrios psíquicos desestruturadores das defesas internas das pessoas” (PADROS, 2005, p. 97); 4) A necessidade de criar e recriar o “inimigo interno”, seja ele real ou imaginário, pois é isso que justifica o ambiente de ameaça constante e a necessidade de proteção da Nação, cumprindo assim funções políticas, propagandísticas e psicológicas; 5) A introjeção do isolamento na população: o “exílio interno” “é a expressão do isolamento do indivíduo que não se reconhece mais onde está, nem naquilo que faz, nem nas relações que mantém com os demais indivíduos” (p. 102); 6) A política de controle, atividade desenvolvida principalmente pela comunidade de informações, que faziam o levantamento, processamento e circulação de informações e que acentuou o clima de insegurança e temor; e 7) A manipulação e ocultamento de informação técnica como complemento das formas de controle. O desconhecimento gera desconfiança e medo do que o aparato repressivo é capaz de fazer, e é complementado pela





negação ou falseamento da realidade que o ocultamento de informação, através da manipulação, pode fazer.

Houve, portanto, uma combinação de violência direta (ativa) e de uma violência irradiada (potencial), que tinham por objetivo produzir o medo e “educar”, através do exemplo, na passividade, submissão, indiferença e cooptar para a colaboração, se fosse possível. E identificaremos como estes sete elementos foram utilizados dentro das universidades, mostrando as relações entre as diferentes ações, a partir da análise do relatório de três Comissões da Verdade Universitárias constituídas logo após a formação da Comissão Nacional da Verdade e que publicaram seus relatórios até 2015, quais sejam – Universidade de Brasília - (UnB); Universidade de Campinas – (Unicamp); e Universidade Federal da Bahia – (UFBA).

Segundo Mansan (2014), o que ele denominou como sistema de controle social da educação superior na ditadura civil-militar era composto por quatro elementos independentes, mas interligados, muitas vezes exercidos pelos mesmos organismos: (1) a vigilância, (2) a repressão, (3) a propaganda e (4) a formação de intelectuais, executados pelos seguintes setores: SNI, polícias civis (incluídos aí os DOPS e a Polícia Federal); órgãos militares de informações; o sistema DOI/CODI, (MANSAN, 2014, p. 75-76). Atuaram ainda também o Ministério da Educação (MEC), seja através da Divisão de Segurança e Informação (DSI/MEC) e das Assessorias Especiais de Segurança e Informação (AESIs) instaladas nas próprias universidades, seja pela criação em 1969 da Comissão de Investigação Sumária do MEC (CISMEC). Destacamos ainda os grupos paramilitares de ação clandestina, como o Comando de Caça aos Comunistas.

A primeira medida após o golpe de Estado foi a edição do Ato Institucional nº 1, em 9 de abril de 1964 com a cassação de direitos políticos e a suspensão das garantias constitucionais de estabilidade. Além das cassações que atingiram diversos setores, inclusive universitários, nas universidades foi deflagrada a “Operação Limpeza” logo após o golpe, pois segundo Motta (2014, p. 23-35) as universidades foram identificadas como locais de proselitismo de propostas revolucionárias e recrutamento de militantes para a esquerda.

Ainda assim, diversos setores acadêmicos apoiaram o golpe, com aprovação de moções de apoio em colegiados, e as universidades ainda forneceram quadros políticos para o Estado. Esse foi o caso da UFBA, na qual diferentes congregações aprovaram moções de apoio ao golpe de Estado, como se verá a seguir no caso da Escola Politécnica e Faculdade de Filosofia:

Em reunião de sete de abril de 1964 a Congregação da Escola Politécnica, com a presença de 24 docentes, aprovou moção às Forças Armadas “por sua posição nos últimos acontecimentos políticos na vida nacional”. Apenas três dos professores votaram contra [...] (Comissão UFBA, 2014, p. 10).

Retomando a “Operação Limpeza” logo após o golpe, segundo Motta (2014, p. 23-64), as autoridades incumbiram às próprias instituições públicas de investigar seus servidores, com a criação de Comissões de Inquérito ou Sindicância dentro das instituições. Interessa perceber que não houve o devido direito de defesa no caso das “investigações” dos servidores públicos, partindo-se da presunção de culpa, nesse caso, de “subversão”:

Ao contrário dos inquéritos que tramitaram nas Justiças Militar e Civil, os processos de expurgo no serviço público não respeitaram o devido direito de defesa dos acusados, afastados a partir da presunção de serem subversivos ou corruptos (MOTTA, 2014, p. 55).

Mas nem todo expurgo foi resultado de Comissões de Inquérito, pois o próprio Reitor Albérico Fraga da UFBA fez o primeiro expurgo, conforme declarou em reunião do Conselho Universitário no dia 09 de abril:

Informou que praticou e o fez “com abundância de coração, o primeiro ato arbitrário



como Reitor da Universidade, que foi a demissão pura e simples do famoso comunista Isidorio Bispo de Oliveira, funcionário que todos os diretores pediam para tirar de sua unidade e que, no DCE, ficou a articular, como manivela do professor Nelson Pires, todas as misérias contra a universidade” (Relatório UFBA, 2014, p. 10).

Mas os expurgos não ocorreram somente com os professores e técnico-administrativos, também os estudantes foram expulsos:

Expedito Roberto Mendonça teria feito em 1963 uma cartilha de alfabetização de adultos, considerada “subversiva” pelo major Líster de Figueiredo. Indicado, ainda, como outro que conclamou pela defesa do governo de João Goulart. Esse caso merece destaque porque Expedito Mendonça foi o primeiro estudante da UnB a ser expulso pela ditadura (Relatório UnB, 2015, p. 55).

Importa ressaltar que além da colaboração das reitorias e dos membros das Comissões, nesses processos de expurgo também houve delações de colegas e estudantes, o envio de carta de denúncias e o próprio depoimento na justiça contra o expurgado, além da colaboração intelectual, seja por oferecimento de palestras a órgãos integrantes do sistema de vigilância e repressão, seja por análises:

[...] comentava-se na ocasião, também, que um ou dois elementos da Universidade haviam se dirigido espontaneamente à sede do DOPS para prestar informação e depoimento (Relatório UnB, 2015, p. 69).

As autoridades também contavam com informações e análises de conjuntura feitas por professores da universidade (Relatório UnB, 2015, p. 96).

Mas existiram também os expurgos indiretos, quando não havia condições de expurgar diretamente. Uma das formas utilizadas era manter o “subversivo” preso na cadeia ou obrigando-o à clandestinidade, e assim, demiti-lo sob a justificativa do mecanismo administrativo de abandono do cargo. Também houve o mecanismo da aposentadoria compulsória. Um exemplo é dado pela fala do próprio reitor da UFBA:

Disse que havia outros serventuários e alguns professores detidos e que “a posição deles é difícil porque eles não vão poder comparecer ao serviço e serão, portanto, dispensados por abandono de emprego” [...] (Relatório UFBA, 2014, p. 10).

Terminada essa primeira etapa dos expurgos, nos anos de 1965 e 1966 o movimento estudantil voltou a se articular e a fazer protestos e passeatas, e o foco da vigilância e repressão se voltou ao movimento estudantil. Foi assim que foi promulgada a Lei 4.464/64 ou Lei Suplicy, que previa a substituição da UNE pelo Diretório Nacional de Estudantes, instituiu o voto obrigatório e definia que os órgãos estudantis tinham função de defender os interesses dos estudantes, mas sem ações de caráter político-partidário.

Neste primeiro momento, para Mansan (2014, p. 124) entre os anos de 1964 e 1967, os órgãos externos às instituições eram os responsáveis pela vigilância, como o DOPs, SNI etc, contando com a colaboração de agentes internos, como reitores, as Comissões de Investigação ou de Inquérito formadas a partir de 1964 para os expurgos, ou ainda de delatores, todos sob coordenação do Ministério da Educação.

Houve intervenções em reitorias e nomeação de reitores interventores (UnB, UFPB, URGs, URRJ, UFES E UFG); a depredação e incêndio do prédio da UNE; as invasões das universidades (UnB, UFBA e USP, por exemplo); o fechamento ou intervenção em diretórios estudantis (USP, por exemplo), inclusive com nomeação de estudantes interventores; os expurgos de livros; os inquéritos policiais militares (IPM); a formação de comissões de inquérito ou sindicância para os expurgos, para citar algumas das ações, segundo Motta (2014, p. 23-64).



Tanto a UFBA quanto a UnB tiveram invasões das suas instalações, no caso da UnB, recorrentemente ao longo da ditadura. E uma das grandes invasões na UnB ocorre em 1968, sob pretexto de executar mandados de prisão após a instauração de um inquérito referente a uma grande manifestação promovida pela FEUB, sob a presidência de Honestino Guimarães, e que foi reprimida por forças policiais. Essa grande invasão de agosto, segundo o relatório sobre a invasão, foi uma operação planejada e enquadrada no contexto da guerra contra o “inimigo interno”. Nesse sentido, enquadra-se num dos elementos do Terrorismo de Estado, ou seja, o uso da força, aparentemente desproporcional, como arma na guerra psicológica contra o foco de resistência (Relatório UnB, 2015, p. 111-112), pois há um superdimensionamento da ameaça. Em alguns documentos chega-se a afirmar que a UnB era foco da luta armada, conforme trecho a seguir: “neste documento a UnB é tratada como foco de resistência política, inclusive com a afirmação de que havia no campus, à época do golpe, “mobilização de luta armada” (Relatório UnB, 2015, p. 73).

Os expurgos, prisões, aposentadorias compulsórias, invasões de *campus* ou moradias estudantis, a amplitude do conceito de “subversivo”, fazem parte do arsenal coercitivo e repressivo que cria um ambiente de medo, desconfiança e terror permanente, pois qualquer um, independente do grau de conformismo, pode ser identificado como o “subversivo”, e é um dos mecanismos do TDE. As próprias delações e infiltrações contribuem para esse ambiente de autocensura.

Depois desse primeiro expurgo de 1964, houve esse segundo momento de expurgos com a edição do Ato Institucional nº 5 em 1968, mais abrangente que o primeiro e que se desenrolou nas universidades. Neste momento é criada a Comissão de Investigação Sumária do MEC (CIS-MEC) que tinha, segundo Motta (2014, p. 148-184), a função de reunir dados dos diferentes órgãos de informação e repressão e recomendando dezenas de aposentadorias com base em argumentos anticomunistas.

Além do critério ideológico, que foi o principal motivador, o autor também afirma que um número minoritário foi punido por opor resistência às ações de repressão, se solidarizar com colegas expurgados ou apoiar as manifestações estudantis. Um exemplo na PUCAMP é o caso do professor que defendeu o direito a ampla defesa e julgamento de um estudante expulso e que acabou demitido após o AI-5.

Houve ainda a punição a dirigentes universitários que foram aposentados por não chamarem a polícia em momentos de manifestações estudantis ou acusados de não coibir os estudantes sob sua responsabilidade, por exemplo. Aposentá-los, neste caso, era mais que uma punição, mas também um recado aos demais dirigentes universitários. Muitas vezes, ainda que os militares não estivessem oficialmente na estrutura universitária, sua presença era constante nos altos escalões universitários.

Essa presença militar constante e o medo de se manifestar, bem como o arsenal repressivo demonstram o clima de medo e insegurança vivido no período, que é um dos objetivos do Terrorismo de Estado, pois se o medo pode não garantir a cooptação para a colaboração, pode ao menos incentivar a passividade.

Na UnB, a prisão, sequestro e tortura não atingiram apenas militantes políticos, mas também estudantes considerados moralmente perigosos, como os residentes nas repúblicas estudantis próximas ao campus. Num dos depoimentos, Alexandre Ribondi afirma que “*Eles não nos deixavam dormir. Nos interrogatórios, preocupavam-se em saber quem fazia trabalhos clandestinos, quem fumava maconha e quem era homossexual*” (Relatório UnB, 2015, p. 151). A caracterização vaga de quem era subversivo fica evidente nesse caso das repúblicas. Qualquer um poderia ser considerado o “inimigo interno” ou “subversivo”, o que superdimensionava o inimigo (real ou imaginário) sempre presente, ao mesmo tempo em que gerava uma insegurança pessoal, pois ninguém poderia ter certeza que não seria enquadrado na categoria de “subversivo”.



Ainda houve a triagem ideológica, quando Motta (2014, p. 224-236) afirma que era necessária autorização tanto para participação em eventos no exterior como para o recebimento de bolsas, e que algumas contratações eram vetadas ou contratos rescindidos ou não renovados por informações contidas no prontuário do indivíduo.

Após a edição do AI-5 recaiu a repressão sobre os estudantes intensamente, com o Decreto nº 477/1969, concebido para dismantelar o movimento estudantil. Segundo Motta (2014, p. 153-164) foi concebido para desestruturar as organizações estudantis, ainda que pudessem ser punidos professores e funcionários.

Uma das primeiras atividades foram as intervenções nas entidades estudantis, com destituição e prisão de lideranças e nomeação de novos responsáveis. Uma peculiaridade é que uma boa parte dos estudantes punidos o foram a partir dos próprios regimentos internos das universidades, alterados com objetivo de endurecer as punições, e não necessariamente pelo Decreto nº 477/69. Assim a própria legislação repressiva se diluía e escamoteava internamente nas instituições, como foi feito na UnB.

Mas é importante ressaltar que ao mesmo tempo em que havia a repressão violenta, o Estado golpista aumentou as verbas para o desenvolvimento das pesquisas e da pós-graduação, que eram realizadas em sua quase totalidade em instituições públicas (e que não trataremos neste artigo). Esse aumento de verbas e incentivo ao desenvolvimento da pesquisa e da pós-graduação, que se desenvolvem e consolidam sob a ditadura civil-militar, contribuíram para a colaboração direta ou indireta de setores acadêmicos. Foi em 1968 que a ditadura impôs a Reforma Universitária na qual a educação superior e a pesquisa teriam papel estratégico no novo modelo de desenvolvimento, e que previa mais investimentos nas universidades, para uma maior integração com o setor produtivo e o aceleração na formação da mão-de-obra requerida (Motta, 2014, p. 82-84).

Além das atividades de vigilância e repressão, segundo Motta (2014, p. 184-192) em 1969 foi aprovada a introdução da disciplina de Estudos dos Problemas Brasileiros (EPB) e que objetivava a formação de valores na nova geração, com a disseminação de valores tradicionais e conservadores como a defesa da nacionalidade, da pátria, seus símbolos e tradições, assim como a preservação da moral e da religiosidade cristã (incluindo a família).

No caso da Unicamp (p. 45), foi criada a coordenadoria de Estudo de Problemas Brasileiros dentro da Faculdade de Educação, que exigia formação na ESG. Além do objetivo de disputa ideológica de formação das novas gerações, o ensino desta disciplina servia também como propaganda indireta ao apresentar a ditadura como defensora da pátria e da moral contra a “subversão”.

O período datado de 1967 até 1979, segundo Mansan (2014, p. 124) foi o período em que se complexificou e houve a internalização institucional da vigilância nas instituições, seja através da DSI/MEC ou mesmo da CISMEC e das ASIS. Destaca ainda que esse é o período de aprofundamento da ostensividade da vigilância, que buscava desincentivar comportamentos considerados inadequados.

Importa destacar que as atividades desenvolvidas principalmente pela comunidade de informações, por meio da política de controle acentuava o clima de medo e insegurança e era um dos elementos do Terrorismo de Estado.

O trabalho dos agentes de vigilância compreendia dois momentos, o momento da leitura (infiltração, compra de informações, “batidas”, acompanhamento da imprensa e correspondências) e o momento da escrita (pedidos de busca, informes, prontuários, fichas, etc), cada um com sua especificidade (MANSAN, 2014, p. 319-320).

Na UnB foram encontrados documentos como informe e gravação que demonstram a existência de algum infiltrado ou de material de espionagem, conforme trechos a seguir:

No dia seguinte, um estudante apertou o “botão do *dial* em busca de uma estação FM com música, sintonizou nada menos do que as vozes do grupo que fazia uma reunião





na sala do D.U. para discutir o processo de criação do DCE Livre (naquele momento, em torno de 50 estudantes). De imediato, foram ao local e, passado o alvoroço decorrente da notícia e após uma busca pelo interior do recinto, acabaram descobrindo uma aparelhagem de rádio-escuta escondida acima do forro móvel do teto da sala (Relatório UnB, 2015, p. 187-188).

Um dos instrumentos relacionado à disputa ideológica e à propaganda foram as atividades realizadas de contrainformação ou contrapropaganda (Motta, p. 205-236). Na batalha ideológica a DSI/MEC produzia materiais para disseminação pelas ASIs nas universidades, de forma sigilosa, atribuindo a autoria às organizações políticas fictícias, ou ainda Centros Acadêmicos inexistentes ou mesmo textos apócrifos. Esse tipo de ação tem relação com um dos mecanismos do TDE que é a utilização da contra-informação e a necessidade de criar e recriar o “inimigo interno”, pois é isso que justifica o ambiente de ameaça constante, cumprindo assim funções políticas, propagandísticas e psicológicas, como já visto anteriormente.

Além disso, também vigiavam eventos e palestras, para evitar a presença de conferencistas de oposição e a abordagem de temas que consideravam inconvenientes. Vários eventos foram proibidos nas instituições, como na UFBA:

Dia 31 de março de 1975 o Reitor mandou suspender a realização de conferência a ser proferida pelo professor Herval Pina Ribeiro [...] A razão: Herval Pina Ribeiro teve seus direitos políticos suspensos por 10 anos, por Decreto de 12 de junho de 1964, e demitido do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários e Empregados em Serviços Públicos por Decreto de seis de outubro de 1964 (Correspondência Sigilosa do Gabinete do Reitor, doc. RP1133) (Relatório UFBA, 2014, p. 36).

Controlavam ainda as publicações estudantis, os cartazes e revistas, assim como as atividades culturais, como a encenação de peças teatrais ou shows musicais. Houve ainda vigilância sobre as pesquisas das áreas das ciências humanas e sociais.

Apesar de não ser o escopo do artigo, se havia a colaboração por um lado, havia a contestação e resistência por outro, o que fica explícito ao longo dos Relatórios, e nenhum expurgo pode ser completo:

É fato que, desde o início do regime ditatorial, uma parte da comunidade acadêmica se retraiu, temerosa, omitindo-se, ou mesmo colaborou, integrando a estrutura de poder da ditadura. Não menos verdade, porém, é o fato de que outra parte a ela se opôs, de diversas maneiras, numa luta de *resistência* a esse estado de coisas (Relatório UnB, 2015, p. 51).

Mansan identifica então o período que data de 1979 a 1988, no qual a ostensividade foi substituída por ações mais discretas para evitar críticas da oposição, num momento onde se buscava a transição, mas na qual as ações de vigilância continuaram sendo necessárias para garantir uma transição controlada por cima. Foi nesse período que as ASIs nas universidades foram extintas, mas mantiveram-se os agentes, em alguns casos, como “assessores especiais” dos reitores e houve a extinção formal do DOPS, ainda que suas funções muitas vezes tivessem sido transferidas para outros órgãos. Somente no MEC houve a continuidade da estrutura de vigilância, seja pela DSI/MEC ou ASI/DEMEC.

Toda essa atividade de repressão, censura e vigilância afetou o ambiente universitário. Segundo Mansan (2014, p. 125-127), entre as funções do aparato de informações, identifica o controle da sociedade pela construção de um clima de constante vigilância, na qual os indivíduos tendiam a não contestar o *status quo* e pelo fornecimento de informações aos dirigentes do sistema, que possibilitavam respostas mais rápidas para manutenção do controle da situação. Esse ambiente de medo é reafirmado no depoimento de Osvaldo de Oliveira, então estudante, ao afirmar: “*Existe um medo na sociedade que é um negócio terrível (...). Era difícil realizar*





*qualquer reivindicação por causa do medo”* (Relatório Unicamp, 2015, p. 34).

Esse ambiente de medo e terror era o que se objetivava com o TDE, e esse clima acabava gerando outro elemento, que é o não reconhecimento de si próprio, a destruição moral do indivíduo. Conforme o depoimento de Felipe Lindoso, uma das vítimas da prisão e da tortura, “comentou que um dos efeitos mais perversos desse tipo de violência é a dissociação entre mente e corpo” (Relatório UnB, 2015, p. 146). Também em depoimento, Alduísio Moreira da Silva, então estudante:

*Trata-se de uma luta para destruir, não tanto a resistência física, mas a resistência moral dos presos. A pressão física é apenas veículo para a pressão moral [...] Criase um clima de terror para esmagar a resistência moral do preso* (Relatório UnB, 2015, p. 123).

O fato desta documentação ser toda confidencial, da própria existência das ASIs ser secreta, apesar de formal, toda essa rede interna e externa de vigilância e controle contribuíam para um ambiente de ocultamento e manipulação da informação que criava um clima de desconfiança, outro elemento do TDE.

Assim, também nas universidades a utilização do TDE como forma de dominação e disciplinamento estiveram presentes. Elementos como a guerra psicológica com o superdimensionamento das ameaças, a recriação constante do “inimigo interno” (real ou imaginário), a utilização de vasto arsenal repressivo e coercitivo, a política de ocultamento de informações e de controle exercida pela comunidade de informações, configuram a forma como foi instrumentalizado nas universidades, criando um ambiente de terror, medo, silêncio, desconfiança, autocensura e isolamento, cumprindo funções tanto de destruição da mobilização social como de cunho pedagógico.

Importa ressaltar que coabitava e se buscava um equilíbrio possível entre coerção e consenso e muitas dessas estruturas criadas ou reformuladas baseadas na doutrina de segurança nacional têm seus desdobramentos nos dias atuais. Conforme Relatório da Unicamp (2015, p. 11-12) houve a utilização recente do Decreto 477/69, citando processos disciplinares abertos recentemente contra estudantes e essas disposições disciplinares presentes ainda hoje na legislação interna da universidade.

Além disso, é relevante trazer à tona os elementos elencados por Ianni (1984) que aponta, para a dispersão burocrática da execução da política do TDE. Uma vez criados os setores repressivos nas universidades, instituídas as disciplinas e os mecanismos de coerção e repressão, o quadro administrativo poderia executar tais atividades como se fossem meras atividades burocráticas. Os ritos já estavam criados e a comunidade acadêmica moldada e amordada pelo medo. Os militares poderiam ser substituídos por um quadro funcional aparentemente técnico e cumpridor da ordem estabelecida pela violência. E é essa universidade, com todas as suas contradições, que temos ainda hoje,

## Fontes

*Relatório final da Comissão Milton Santos de Memória e Verdade da UFBA*, Salvador, 18 de agosto de 2014.

*Relatório final da Comissão da Verdade e Memória “Octávio Ianni” da Unicamp*, Campinas, 1º de abril de 2015.

*Relatório final da Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade da UnB*, Brasília, 22 de abril de 2015.



### **Referências Bibliográficas**

DAGOSTIM, Leonardo Denez, et al. *Terrorismo de Estado*. Em Debate: Revista Digital, Florianópolis, nº 3, 2007, p.87-102.

IANNI, Octavio. *O ciclo da revolução burguesa*. RJ: Editora Vozes, 1984.

MANSAN, Jaime Valim. *Subversivos. ditadura, controle social e educação superior no Brasil (1964-1988)*. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2014.

MOTTA, Rodrigo Patto de Sá. *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. RJ: Zahar Editores, 2014.

PADRÓS, Enrique Serra. *Como el Uruguay no hay... Terror De Estado E Segurança Nacional Uruguai (1968-1985): do Pachecato à Ditadura Civil-Militar*. Tese de Doutorado: UFRGS, 2005.



## A EDUCAÇÃO ESTÉTICA COMO POSSIBILIDADE DE EMANCIPAÇÃO SOCIOPOLÍTICA

Victor Hugo de Oliveira Pinto<sup>1</sup>

**Resumo:** O presente artigo aborda a educação estética como uma possibilidade de emancipação sociopolítica através da cultura e da disputa pela hegemonia de pensamento a partir de uma perspectiva gramsciana. Tem como objetivo tratar da relevância política da educação estética para a politização da juventude, sendo relevante por tratar de uma concepção de educação que busca superar as relações desiguais de poder através da consciência estética e superação da hegemonia dos valores capitalistas e de individualismo. Esta pesquisa foi motivada pela necessidade de disputa pela hegemonia de pensamento contra o avanço conservador na contemporaneidade. A metodologia é bibliográfica e parte de análises críticas sobre a construção da cultura e sua relação com a manutenção do poder desigual, se apoia em teóricos como: Antonio Gramsci, para a compreensão da disputa hegemônica; Herber Read, Herbert Marcuse, A. G. Baumgarten, Theodor Adorno, Friedrich Schiller e Ernst Fischer para a compreensão da relevância sociopolítica da educação estética; Theodor Adorno e István Mészáros para compreensão da necessidade de superação paradigmática que a educação necessita ter para o alcance da emancipação social dos jovens.

**Palavras-chave:** Arte; Educação; Politização.

### Introdução

Este trabalho aborda a relevância social do Ensino de Artes nas escolas a partir das discussões filosóficas e estéticas trazidas pela contemporaneidade e tem como objeto de pesquisa realizar a análise da relevância social da aprendizagem estética como instrumento para a emancipação da consciência dos jovens da periferia que, por sua vez vivem marginalizados e em um contexto de barbárie (ADORNO, 2012), e possuem, por muitas vezes a sua expressividade ignorada e marginalizada.

Com base neste exposto formula-se a seguinte indagação: teria a aprendizagem estética, a partir de uma perspectiva dialógica, meios de possibilitar meios de enxergar a vida e a realidade e, através deste novo olhar, colaborar para desconstruir preconceitos e contribuir para a formação das pessoas como sujeitos da sua própria história? Já existia uma discussão filosófica que possuía preocupações com a estética em relação à formação política e engajamento social dos indivíduos e, paralelamente a isso, existe toda uma discussão sobre a relevância da educação estética para a formação dos indivíduos que já vinha sendo construída por diferentes aspectos: pela discussão filosófica sobre o conceito de beleza (BAUMGARTEN, 1993, HEGEL, 2012, KANT, 2005, SCHILLER, 2002); a partir da apreensão psicológica e fruição do fazer artístico como desenvolvimento da linguagem (KANDINSKY, 1987, 1998, 2000, VIGOTSKY, 2008) e o humanismo na arte a partir do desenvolvimento da sensibilidade através da expressividade artística (ZIMENKO, 1976). Estas mesmas discussões ganharam maior intensidade a partir do fim da Segunda Guerra Mundial e foram hegemônicas pela crítica em relação à ideia

<sup>1</sup> Professor de Artes na Secretaria Municipal de Educação do Município de Queimados – RJ (SEMED- RJ), Professor de Artes na Secretaria Municipal de Educação e Cultura do município de Itaboraí – RJ (SEMEC – RJ), Licenciado em Educação Artística pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense (PPGE-UFF).



do evolucionismo e da ideia da história como uma marcha para o progresso formulada por Walter Benjamin na sua *tese sobre o conceito de história*.

## Metodologia

Busca-se entender como a aprendizagem estética pode oferecer ao jovem a possibilidade de desenvolver a sua criatividade e, por conseguinte ser capaz de criar mensagens e intervenções artísticas que buscam conscientizar as pessoas da realidade e contexto social em que vivem, como é o caso do grafite, do hip-hop e das performances que são utilizadas por estes mesmos jovens como forma de expressar a condição em que vivem. Tal experiência de emancipação e tomada de consciência através da arte extrapolam o ambiente escolar.

Com base no exposto procura-se responder as seguintes questões:

A arte possui algum papel importante na conscientização da sociedade em relação à emancipação dos valores opressivos e discriminatórios que se consolidaram?

A aprendizagem estética, a partir de uma ótica mais experimental, pode oferecer ao jovem a possibilidade de conscientizar-se da provável característica conscientizadora e política da arte?

Para tais respostas será necessária uma investigação aprofundada na maneira como o currículo e a ideologia curricular condicionam o ensino de artes nas escolas públicas e como os alunos se relacionam com a arte, tanto dentro como fora da Escola, assim como investigar também como modo que o aluno se relaciona com a arte fora da escola pode contribuir para a aprendizagem deste mesmo dentro da escola e como reage perante a esta interação.

São utilizadas como referências teóricas tanto a obra de Sartre (2008, 2014) que influencia diretamente a filosofia estética da época, a obra de Herbert Read (1946, 1968, 2013) que influencia o pensamento em relação à arte e a aprendizagem estética, a obra de Marcuse (1968) que menciona sobre a relevância da aprendizagem estética para o descondicionamento das pessoas, junto com esse raciocínio também será usada a obra de Adorno (2009, 2012) para a compreensão do fenômeno da massificação cultural e o papel que pode ser assumido pela educação de modo a evitar que a barbárie assuma a sociedade, será também usado o pensamento de Vigotsky (1991, 2007, 2008) para compreender como o ser se constitui socialmente e como a arte e a estética podem contribuir para o processo de formação do sujeito uma vez que a estética também é produto da sociedade, de Certeau (1998) que menciona sobre as possibilidades de subversão e transformação da linguagem e do pensamento estético no cotidiano. Estas referências serão necessárias para a compreensão tanto da formação do sujeito, da linguagem, da arte como linguagem e como a arte e a aprendizagem estética pode contribuir para a formação de novas linguagens e novas percepções do mundo.

Com base nos eixos que norteiam este trabalho, tem por objeto analisar criticamente o currículo do ensino de Artes nas escolas diante do contexto atual da educação e os currículos ocultos a luz das discussões estéticas do século XIX e XX, e da teoria crítica da escola de Frankfurt na segunda metade do século XX. Feito este panorama, busca-se realizar uma pesquisa de campo sobre como os alunos em contexto de risco reagem às aulas experimentais de arte a partir da perspectiva do descondicionamento e da ótica multicultural e quais os impactos deste procedimento teórico-metodológico para a construção deste sujeito como consciente da sua realidade e capaz de desenvolver a autonomia para refletir sobre a realidade e construir a autonomia no seu pensamento, deste modo respondendo a indagação se a aprendizagem estética pode contribuir para a emancipação e tomada de consciência dos jovens das escolas públicas e da periferia. A partir deste objeto de pesquisa esboçam-se os objetivos gerais que são as questões que moldam toda a motivação deste projeto e os objetivos específicos que são as questões relativas às finalidades centrais desta pesquisa.



## Resultados e discussão

Primeiramente, antes de adentrar na fundamentação do problema, é necessário abordar algumas distinções no tocante a diferença entre o *ensino de Arte* e *Aprendizagem estética*, desse modo, diferenciando dois termos: *ensino de* e *aprendizagem com*. De um lado, o *ensino de*, está relacionado à lógica arborescente e hierárquica em que o educando se torna apenas um receptor de conhecimento mediante a uma relação verticalizada e um currículo construído de maneira restrita pelas secretarias de educação; já a *aprendizagem com* pressupõe o diálogo entre os diversos membros da comunidade escolar e a comunidade, é constituída a partir de relações horizontais e, por sua vez, o currículo é construído a partir do diálogo entre os membros da comunidade escolar e os próprios alunos. A *aprendizagem com* requer que o docente também busque compreender e aprender o que o discente traz para a escola e o que pode ser aprendido pelo professor e o que o professor pode aprender com os educandos; dessa maneira, trazendo para o eixo dessa questão a ideia de Paulo Freire (2010) de que *não existe docência sem discência*. Para tanto, exige-se da educação entender que:

Finalmente, não há diálogo verdadeiro se não há nos seus sujeitos um pensar verdadeiro. Pensar crítico. Pensar que, não aceitando a dicotomia mundo-homens, reconhece entre eles uma inquebrável solidariedade. Este é um pensar que percebe a realidade como processo, que capta em constante devenir e não como algo estático. Não se dicotomiza a si mesmo na ação. “Banha-se” permanentemente de temporalidade cujos riscos não teme (FREIRE, 1994, p. 47).

Adentrando na discussão estética e sua contribuição para tal aprendizagem, entende-se que desde o período paleolítico em que o homem gravava imagens rupestres nas pedras das cavernas, sendo a primeira manifestação artística da humanidade que se tem notícias, a arte assumia desde então a função de comunicação entre os homens, sendo, portanto, uma das primeiras escritas conhecida pela humanidade. Dessa maneira, a arte assume, também, um caráter universal já que a imagem é entendida e interpretada por diferentes grupos sociais, étnicos e culturais, desse modo, transcendendo as barreiras das diferenças entre os idiomas, a arte passa a cumprir um papel fundamental no desenvolvimento da cultura e da percepção humana, sendo uma linguagem não verbal e transcendendo as limitações da fala e da escrita.

Antes de adentrar na problemática da pesquisa é necessário realizar um breve panorama histórico sobre a trajetória das discussões estéticas que culminaram com a formulação deste tipo de conhecimento ser relevante para o campo educacional. Por este motivo, realiza-se um recorte sobre o desenvolvimento do campo de conhecimento estético a partir de Descartes (1979) até as concepções de Herbert Read (2013) que, por sua vez retoma estas discussões a partir de ideias próximas a teoria crítica da Academia de Frankfurt e influenciou Arte-educadores durante a segunda metade do século XX e continua sendo atual na contemporaneidade.

A modernidade, marcada pela concepção racionalista de mundo resgata os princípios aristotélicos em relação à ideia e julgamento do que é considerado como belo. Prova desta premissa está no discurso do método quando Descartes (1979) afirma que:

O bom senso é a coisa do mundo melhor partilhada, pois cada um acredita estar tão bem provido dele, que mesmo aqueles que são os mais difíceis de contentar em qualquer outra coisa não costumam desejar tê-lo mais do que tem. E não é verossímil que todos se enganem a tal respeito; mas isso antes testemunha que o poder de bem julgar e distinguir o verdadeiro do falso, que é propriamente o que se denomina o bom senso ou a razão, é naturalmente igual em todos os homens; e, destarte, que a diversidade de nossas opiniões não provém do fato de serem uns mais racionais do que outros, mas somente de conduzirmos nossos pensamentos por vias diversas e não por considerarmos as mesmas coisas. (p. 29)





Ao tomar como ponto de partida de que o bom senso é a coisa mais bem partilhada, René Descartes resgata a concepção estética clássica do que é considerado como belo, e é justamente esta consideração que faz com que se possa construir o juízo e a distinção entre o que é verdadeiro e o que é falso, entre o que é belo e o que é feio. Entretanto esta concepção ainda é restrita a determinados padrões (exatamente os padrões clássicos que sobrevivem na modernidade até o século XVIII). Todavia, este conceito de distinção da beleza é posto em questionamento na medida em que o próprio Descartes reconheceu a própria distinção de juízos e valores, ou seja, a diversidade de concepções do que é razão, mas reconhece também que existem valores universais que regem o mundo e as diversas sociedades, ou seja, há uma racionalidade universal que abrange esses diversos valores e concepções do que é falso e do que é verdadeiro.

Uma concordância, mas, ao mesmo tempo, uma ruptura com o pensamento de Descartes surgiu a partir do momento em que a arte passa a ser considerada como um provável campo de investigação dos sentidos. Tal concepção ocorreu um século depois, trata-se do século XVIII, momento em que o mundo começava a se industrializar e, por conseguinte, a razão passou a ser novamente a medida das observações filosóficas a partir de um ideal positivista de progresso, deste modo, passou-se a ser concebida uma objeção em relação à ideia de que:

A Estética é uma arte e não uma ciência. Resp.: a) a arte e a ciência não são maneiras de ser opostas. Quantas artes, que outrora eram apenas artes, agora são também ciências? A experiência provará que nossa arte pode ser demonstrada. É evidente “a priori” que nossa arte merece ser elevada à categoria de ciência” (BAUMGARTEN, 1993, p. 97)

A partir desse raciocínio, Baumgarten (1993) sistematiza um conjunto de pensamentos que dá origem as discussões que deram origem à concepção da Estética moderna. Entretanto, na metade do século XVIII, dois pensadores passam a resgatar a discussão estética como um elemento que contribui para o desenvolvimento da formação humana, primeiramente Kant (2005) ao defender que a estética está diretamente associada ao campo das sensações e, portanto, as manifestações artísticas não estão na alçada da razão julgar, mas sim da sensibilidade, portanto, ao observar a obra estética de diferentes formações culturais, não podemos julgar de acordo com o nosso entendimento do que consideramos como belo.

Apesar de dar determinada continuidade as ideias de Kant em relação à estética; Hegel na sua obra intitulada *estética* (2012), ainda afirma que existe uma relação intermediária da arte com o mundo, apesar de até ainda interessar apenas aos aspectos sensíveis do ser humano, a arte possui um trabalho intermediário entre o pensamento puro e a realidade na medida em que se materializa em um objeto que passa a ter autonomia em relação ao artista; porém não possui individualidade. Para Hegel a arte possui um papel muito delimitado e manifesta-se como uma necessidade do homem uma vez que constitui como o sensível e o espiritual que, por sua vez, constituem a consciência para si (o subjetivo) que é exclusivo do espírito humano, logo:

O trabalho artístico, portanto, defende uma posição intermediária entre o sensível imediato e o puro pensamento. Não pertence *ainda* ao pensamento puro, mas, apesar de sua natureza sensível, já *não é* uma realidade puramente material, assim como as pedras, as plantas e a vida orgânica. O sensível no trabalho artístico participa da ideia, mas, ao contrário das ideias do pensamento puro, este elemento ideal deve, ao mesmo tempo, manifestar-se externamente como uma coisa. Esta aparência do sensível oferece-se ao espírito desde o exterior, como forma, aspecto, sonoridade, sob a condição de que deixa os objetos existirem livremente, sem, no entanto, tentar penetrar sua essência íntima (o que lhes impediria ter uma existência individual). Por isso, o sensível na arte não interessa senão àqueles nossos sentidos que são intelectualizados, ou seja, à visão e audição, com exclusão do paladar, olfato e do tato” (HEGEL, 2012, p. 27).



Apesar desta consideração, Hegel estabelece que existe uma diferença entre a ciência e a arte, na medida em que a ciência lida com fenômenos e com as transformações da realidade concreta; enquanto que a arte é produto da consciência, nasce de maneira abstrata que se materializa em objetos concretos que não atendem a satisfação intelectual por completo, mas corresponde a satisfação dos sentidos intelectualizados.

Já no século XIX, existe uma mudança de eixo em relação à racionalidade do pensamento e tendência da racionalização do ser, neste momento o romantismo passa a influenciar decisivamente a filosofia alemã. O romantismo passa a trazer a ideia de que o homem vive uma contradição entre toda a sua construção da sua consciência racional incorruptível que tende a uma normatização e homogeneização da vida a partir de uma busca por unidade; enquanto que sua natureza atende a diversidade solicitada pela própria vida em si. Dessa forma o homem acaba tendo que solicitar as duas situações, daí a necessidade de existir um equilíbrio entre ambos os aspectos na medida em que se constitui uma formação cultural que elucide essa necessidade ao homem, logo:

É certo que na avaliação moral unilateral esta diferença desaparece; pois a razão se satisfaz apenas se sua lei valha incondicionalmente; na avaliação antropológica plena, porém, quando o conteúdo conta ao lado da forma e também o sentimento vivo tem a sua voz, ela será considerada tanto mais. A razão pede unidade, mas a natureza quer multiplicidade, e o homem é solicitado por ambas as legislações. A lei da primeira está gravada nele por uma consciência incorruptível; a da segunda por um sentimento inextinguível. Daí ser sempre testemunho de uma formação cultural ainda que precária se o caráter ético só se afirma com o sacrifício do natural; e é ainda muito imperfeita uma constituição do Estado que só seja capaz de produzir unidade pela supressão da multiplicidade. O Estado não deve honrar apenas o seu caráter objetivo e genérico nos indivíduos, mas também o subjetivo e específico; não deve ao ampliar o reino invisível dos costumes, despovoar o reino do fenômeno (SCHILLER, 2002, p. 28).

Em meados do século XIX, uma mudança na maneira de conceber o homem e a história surge com o pensamento de Marx (2006). Tal pensamento afirma que o homem não é formado individualmente, mas senão é produto do meio e das relações estabelecidas entre o homem e o meio. A partir de então, a concepção idealista do homem propagada pelo positivismo e pelo romantismo da primeira década do século XIX começam a dar lugar à concepção materialista da história propagada por Marx. Este pensamento influenciou diretamente a Revolução Russa que, por sua vez produz uma série de intelectuais que deram suas contribuições para os diferentes esferas da sociedade, incluindo as artes e a educação. Referente a educação e a linguagem, o pensador russo L. S. Vigotsky ao afirmar que a mente é construída socialmente (2007), já em relação à arte, Malevitch e Taitin afirmam que a obra de arte precisaria romper com o ato de representar, no sentido de apresentar novamente a realidade, mas sim se preocupar em ser uma invenção, e em seguida, Kandinsky (1987, 1991, 1996, 1998) afirma que a arte se constitui como uma linguagem expressiva e comunicativa e, portanto, existe uma gramática visual em que a combinação dos elementos da gramática da arte plástica e do desenho (pontos, linhas, retas e cores) dão a expressão e constroem o significado da imagem a partir dos signos que são utilizados, entretanto estes elementos são produzidos por homens que são frutos do seu tempo e do seu meio e, também, o arranjo destes elementos influenciam significativamente a maneira como a pessoa formula o seu pensamento e reage a percepção da obra, causa estranhamentos que possibilitam ressignificar o que está condicionado e cristalizado na consciência social dos indivíduos e interage com o meio (VIGOTSKY, 2008).

Entretanto, depois da virada do século XIX para o XX, até a segunda metade do século XX, a civilização ocidental passa por profundas modificações socioeconômicas que alteram profundamente a maneira como o homem se relaciona com o mundo. Assistimos a duas guerras em escala mundial e uma crescente revolução tecnológica (HOBSBOWN, 1995). Terminada a



segunda guerra mundial o homem se percebe débil e frágil diante da existência e logo depois da descoberta do holocausto contra os judeus e do genocídio de minorias provocados pelos nazi-fascismo a sociedade ocidental passa a descreditar nos antigos ideais de progresso e dos idealismos utópicos que outrora eram propagados no século XIX, a modernidade também trouxe a guerra mundial, as metralhadoras e armas de destruição em massa como, por exemplo, as bombas atômicas jogadas em Hiroshima e Nagasaki que totalizaram aproximadamente duzentas mil mortes em frações de segundos. Depois da destruição em massa gerada pela guerra, chega-se a ideia de que não existiu nenhum tipo de predestinação ou metafísica que conduziu o homem à barbárie, mas foram as escolhas da sociedade que conduziram aos acontecimentos que desdobraram na ascensão do fascismo.

Tomando esse raciocínio como ponto de partida, podemos afirmar que o ser está em constante construção e formação, esse tipo de raciocínio rompe diametralmente com o pensamento idealista do positivismo do Século XIX. Além desse modo de pensar o ser, Sartre (2008) ainda afirma que:

A possibilidade permanente do não-ser, fora de nós e em nós, condiciona nossas perguntas sobre o ser. E é ainda o não-ser que vai circunscrever a resposta: aquilo que o ser *será* vai ser recortar necessariamente sobre o pano de fundo daquilo que *não é*. Qualquer que seja a resposta, pode ser formulada assim: “O ser é *isso*, e, fora disso, *nada* (SARTRE, 2008, p. 46).

Portanto, para Sartre, a vida Em-si mesma não possui nenhum sentido, somos nós que damos sentido para a existência através daquilo que não somos, ou seja, produzimos valores, significados, subjetividades e sentidos a partir da nossa interação e relações que estabelecemos com o mundo e com o meio. Logo não são predestinações que condicionam o homem a ter determinadas atitudes frente ao mundo, mas sim as suas escolhas que esse deve se responsabilizar, ou seja, ser responsável pelos seus atos, sendo livre e sujeito de si para o mundo.

Em uma sociedade marcada pela produção em massa, pelo trabalho alienado e pelo avanço da produção técnico-científica, o ser se encontra condicionado às relações de produção que impedem o desenvolvimento da sua própria humanidade na medida em que o homem se percebe cada vez mais especializado em tarefas técnicas do meio de produção capitalista e não se identifica com o todo, o mesmo ocorre em relação à maneira que os indivíduos são condicionados por uma sociedade marcada pela cultura de massa, na medida em que:

O espetáculo é o momento em que a mercadoria *ocupou totalmente* a vida social. Não apenas a relação com a mercadoria é visível, mas não se consegue ver nada além dela: o mundo que se vê é o seu mundo. A produção econômica moderna espalha, extensa e intensivamente, sua ditadura (DEBORD, 2011, p. 30).

Após o término da segunda guerra mundial, a descrença com a ideia modernizante de progresso havia aumentado. É no contexto de tal descrédito com a ideia moderna de progresso através da racionalidade e da tecnologia que os anos que se sucederam duas guerras mundiais mostraram, também, a finalidade destrutiva para qual as tecnologias foram utilizadas. Nesta conjuntura emergiu o crítico de arte Herbert Read, que era crítico em relação ao método técnico-científico como era disciplinado o ensino. Read, que inclusive participou da primeira guerra mundial, tinha uma concepção da educação mais voltada para a formação do indivíduo baseada na subjetividade e na valorização e preservação das experiências que adquire-se na infância como uma maneira de não se deixar embrutecer pelos valores que são apreendidos com o decorrer do processo de amadurecimento e adequação do sujeito às condições e as relações existentes no mundo. Considera que a tecnologia presta um serviço negativo para o julgamento estético, pois:



À medida que a cultura é popularizada, “mediada” para as massas, ela é, forçosamente, diluída, castrada, deformada (no significado preciso de que a forma que o artista de à sua obra é destruída para sujeitar-se às exigências tecnológicas do meio, seja filme ou rádio, e com suposto “nível de apreciação” para o qual esses meios proveem). Como consequência desse “processo de racionalidade tecnológica”, toda a base do julgamento estético é sutilmente pervertida e as imagens pré-tecnológicas perdem o seu poder (READ, 1968, p. 37).

A partir desta consideração, o autor sustenta a ideia de que a sociedade tecnológica industrial tem favorecido o embrutecimento e a perda da sensibilidade das pessoas na medida em que os modelos técnico-científicos de ensino e cada vez mais predominante e hegemônico na vida das pessoas têm castrado as potencialidades criativas das pessoas.

Desse modo, a aprendizagem estética e a obra de arte “reelabora os conteúdos extraídos da vida, dando-lhes uma condição que supera o imediatismo e o pragmatismo da cotidianidade. A obra de arte é mediadora entre o indivíduo e a vida” (DUARTE, In DUARTE, FONTE, 2010, p. 147), sendo assim, a arte ocupa um papel fundamental na ressignificação de quem somos, da nossa vida a partir do momento em que a arte reifica a realidade que nos situamos a partir da sua capacidade de tornar os nossos olhares mais aguçados e, por consequência, mais críticos em relação à realidade em que vivemos.

### **Considerações finais**

Por um lado, surge uma arte cada vez mais comprometida com a indústria e a forma adaptada as suas funções, a visão utilitarista e objetiva do mundo, da natureza e das coisas que a cercam está presente na sociedade capitalista industrial. A arte passa a estar cada vez mais atrelada ao discurso do progresso prometido pela indústria e pelo avanço das descobertas tecnológicas, desse modo, o concretismo, tem uma grande preocupação com a forma geométrica, o *design* e a utilidade dessas formas em uma sociedade industrial. A partir dessa égide de progresso, não se busca retratar a figura humana e sim as formas. E essa desumanização está presente em toda a arte burguesa moderna, segundo Fischer:

A desumanização, sob todas as suas formas, é um outro elemento da arte burguesa moderna. Dizer que se trata de uma arte anti-humanista não quer dizer, de maneira nenhuma, que seja um preconceito marxista; teóricos da arte que estão no oposto do marxismo afirmam a mesma coisa e aplaudem muitas vezes esta desumanização como uma qualidade e como um sinal de progresso (*Ibidem*, p. 100, 101).

Torna-se necessário mostrar ao homem novos meios de produção para que este veja o quanto é importante ser sujeito e detentor da sua produção e não escravo dela, assim tomando consciência de si próprios no processo de trabalho.

Num mundo onde a concentração de poder se torna tão grande e onde o aparelho desse poder torna-se tão obscuro, muitas pessoas sentem-se insignificantes e que as suas decisões pessoais não fazem a menor diferença, diante desta situação, o problema da arte e da aprendizagem estética se torna mostrar os homens por detrás de tudo aquilo que constroem, pois são os homens que transformam o mundo através do seu trabalho e edificam as suas civilizações. Na medida em que são os homens que constroem o mundo, são os mesmos que podem, através do seu trabalho, transformar a realidade desigual e opressiva em que vivemos. A arte pode conscientizar o homem da sua potencialidade transformadora a partir do trabalho que desenvolve e transforma o mundo e modifica a si mesmo?

Diante de tal possibilidade, a aprendizagem estética poderá elucidar e contribuir para a formação dos jovens da periferia como sujeitos da sua história ao invés de meros espectadores da realidade?



De um lado a arte pode ser um elemento para a formação humana e essa contribuição está para além do espaço escolar; de outro, está o currículo de Artes formatado pelo e pelo Ministério da Educação. Estas distintas esferas contribuem para a formação do sujeito, o questionamento que se faz mediante esta divisão é se realmente o professor de Artes pode apropriar-se deste espaço e possibilitar o aluno experiências com a arte para além do que está formatado pelo currículo.

Seria o ensino de Arte um instrumento necessário para as pessoas desenvolverem a sua sensibilidade e, desta maneira, evitar a barbárie e os processos de embrutecimento das pessoas na busca pela superação dos problemas históricos?

Por final, cabe indagar se em uma sociedade marcada pela tecnologia da informação, pela cultura de massa e pela imagem, a arte pode ser um instrumento importante para a promoção da cidadania e da consciência crítica dos indivíduos por proporcionar o acesso a outras culturas, elemento importante para a reflexão através da alteridade e da reflexão crítica sobre a própria realidade e da consciência de si.

### Referências Bibliográficas

ADORNO, Theodor W., *Educação e emancipação*, São Paulo: Editora Paz e Terra, 2012.

\_\_\_\_\_. *Indústria cultural e sociedade*, 5 ed., Tradução de Juba Elisabeth Levy coleção leitura. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2009.

BAUMGARTEN, Alexander Gottlieb. *Estética: A lógica da arte e do poema*, Petrópolis: Editora Vozes, 1993

CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano*, 3ª edição, tradução de Ephraim Ferreira Alves, Petrópolis: Editora Vozes, 1998

DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*, tradução de Estela dos Santos Abreu, Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2011

DESCARTES, René. *Discurso do Método; meditações; Objeções e respostas; As paixões da Alma; cartas*, tradução de J. Guinsburg e Bento Prado Júnior, São Paulo: 2 ed., Editora Abril cultural(Os Pensadores), 1979

DUARTE, Newton. *Arte, conhecimento e paixão na formação humana*, Campinas, SP, editora autores associados, 2010.

FISCHER, Ernst. *A necessidade da arte*, Lisboa: Editora Ulissea, 1963.

GARDNER, Howard. *Arte, mente e cérebro*, Trad. Sandra Costa, Porto Alegre: Editora Artes Médicas. 1999

\_\_\_\_\_. *As artes e o desenvolvimento humano*, Trad., Maria Adriana Veríssimo Veronese, Porto Alegre: editora Artes médicas, 1997

HEGEL, G. W. F. *A fenomenologia do espírito*, 7 ed., tradução de Paulo Meneses, Karl Heinz Effen e Josué Nogueira Machado, SJ, Petrópolis: Editora vozes, 2012





\_\_\_\_\_ ; *Estética, textos seletos*, tradução de Claudio J., A. Rodrigues, São Paulo: editora ícone, 2012

HOBSBOWN, Eric. *Era dos extremos, o breve século XX 1914-1991*, 2 ed., tradução de Marcos Santarrita, Revisão técnica de Maria Célia Paoli, São Paulo: Companhia das Letras, 1995

KANDISNKY, Waasily. *Do espítitual na arte*, 2ª ed., tradução de Álvaro Cabral e Antonio de Pádua Danesi, São Paulo: Martins Fontes, 2000

\_\_\_\_\_ ; *Gramática da criação*, tradução de José Eduardo Rodil, Portugal: edições 70, 1998

\_\_\_\_\_ ; *Ponto, Linha, Plano*, tradução de José Eduardo Rodil, Portugal: edições 70, 1987

KANT, Immanuel. *Crítica a faculdade do juízo*, 2 ed., tradução de Valério Rohden e António Marques, São Paulo: Editora forense universitária, 2005

READ, Herbert. *A arte e a sociedade*. Portugal, Lisboa: Edições Cosmos, 1946.

\_\_\_\_\_ ; *Arte e alienação*, o papel do artista na sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1968.

\_\_\_\_\_ ; *Educação pela arte*. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

SARTRE, Jean-Paul, *O ser e o nada*, Tradução de Paulo Perdigão, Petrópolis: Editora Vozes, 2008

\_\_\_\_\_ ; *O existencialismo é um humanismo*, Tradução de João Batista Kreuch, Petrópolis, 4ª ed., Editora Vozes, 2014

SCHILLER, Friedrich. *A educação estética do homem*, numa série de cartas, 4ª edição, introdução e notas de Márcio Suzuki, Tradução de Roberto Schwarz Suzuki, São Paulo: Editora Iluminuras Ltda., 2002

VIGOTSKY, Lev Semenovich. *A formação social da mente*, trad. José Cipolla Neto, Luis Silveira Menna Barreto, Solange Castro Afeche, São Paulo: 7ª ed., Martins Fontes, 2007

\_\_\_\_\_ ; *Pensamento e Linguagem*, Trad. Jeferson Luiz Camargo, São Paulo: 3ª ed., Martins Fontes, 1991 33

\_\_\_\_\_ ; *Psicologia del arte*, trad. Carlos Roche, Buenos Aires: Paidós, 2008

ZIMENKO, Vladislav. *El huimanismo del arte*, Tradução do Russo para o Espanhol por A. Serebriakov, Moscou: Editorial progresso, 1976



## IMPrensa, Anticomunismo e Projetos de Classe em Ribeirão Preto: Desdobramentos Analíticos sobre a Atuação de Antônio Machado Sant'Anna nas Décadas de 1950-1960

Yuri Araujo Carvalho<sup>1</sup>

**Resumo:** O presente texto tem por objetivo realizar um balanço acerca dos avanços e alterações referentes à elaboração da futura dissertação, tendo como fatores de relevância a descoberta de novas fontes e as leituras incorporadas ao longo das disciplinas e orientações desenvolvidas no primeiro semestre de 2017 no programa de Mestrado em História da Unioeste/PR. Ao adotarmos como premissa da pesquisa a análise sobre o anticomunismo na imprensa de Ribeirão Preto/SP, chancelávamos a valia das notícias, colunas e editoriais veiculados pelos principais jornais citadinos (*Diário da Manhã*, *A Tarde*, *A Cidade* e *Diário de Notícias*), no decurso das décadas de 1930 a 1960. Todavia, a apreciação de novas documentações, provenientes do acervo textual do DEOPS-SP e de fundos existentes no Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto, nos possibilitaram uma distinta compreensão das efervescências político-ideológicas do período (especialmente nas décadas de 1950 e 1960), através do escrutínio de parte da trajetória do jornalista Machado Sant'Anna, então proprietário do jornal *Diário da Manhã*. Embora não abandonemos a temática do anticomunismo, optamos por explorar também as particularidades da figura de Sant'Anna de modo a compreender a complexa rede de relações na qual estava inserido, cujos bastidores eram pautados por alinhamentos e aproximações com instituições norte-americanas (como a USIS e os Congressos Interamericanos de Municípios). Para tal compreensão, contamos com as contribuições oriundas das pesquisas de René Dreifuss, além das abordagens teórico-metodológicas tributárias do pensamento gramsciano, especialmente a respeito dos jornais enquanto “aparelhos privados de hegemonia” e os papéis desempenhados pelos intelectuais nestes meios.

**Palavras-chave:** imprensa; anticomunismo; Guerra Fria.

Ao longo dos últimos anos, grande parte da população brasileira tem sido impactada pelos efeitos (diretos e indiretos) de crises causadas por ebulições nos âmbitos econômico e político. O ambiente de crise propiciou a semeadura de dizeres e ações polarizados entre posicionamentos ideológicos aprioristicamente divergentes. Dentre tais dizeres e ações, conferimos destaque ao anticomunismo, bem como à maneira pela qual tem sido apresentado na mídia, nas redes sociais e em manifestações de grupos heterogêneos, ou seja, exponencialmente mais insidioso e ininterrupto.

Os problemas existentes no tempo presente configuram um relevante fator de motivação para o desvendamento do passado. A partir de tais premissas, iniciamos o projeto da investigação histórica sobre o anticomunismo na cidade de Ribeirão Preto (SP), entre os anos de 1930 e 1964, baseando-nos em discursos e imagens construídos por sujeitos e instituições civis pertencentes à burguesia, por meio da veiculação da ideologia do “perigo vermelho” nos principais jornais citadinos.

O mapeamento dos sujeitos e grupos que alicerçavam o anticomunismo na cidade seria realizado a partir de uma experiência peculiar, embora não exclusiva: uma campanha efetivada

<sup>1</sup> Mestrando do curso de História, vinculado à linha de pesquisa “Estado e Poder” da UNIOESTE/PR.



em 1937, na qual a imprensa ribeirão-pretana ajudou a organizar uma política de alianças intitulada “CONTRA O COMUNISMO”. A emissora de rádio local PRA-7 e o jornal *Diário de Notícias* encabeçaram a propaganda anticomunista, por sua vez patrocinada pelo Centro de Imprensa de Ribeirão Preto (CIRP), uma organização fundada em 1936, cujo presidente era o jornalista Antônio Machado Sant’Anna.

A campanha promovida pelo CIRP congregava uma aparente “rede” de relações de poder, ações políticas e projetos de sociedade orientados por órgãos (ou “aparelhos privados de hegemonia”) político-ideológicos de viés anticomunista. Entre os sujeitos atuantes no movimento, havia algumas das principais lideranças conservadoras da cidade: José David Filho (juiz de direito da segunda vara da comarca de Ribeirão Preto), Pinheiro de Lacerda (promotor público), Rolim Rosa (delegado de polícia), D. Alberto José Gonçalves (bispo da diocese de Ribeirão Preto), Raphael Pirajá (componente da diretoria da OAB na cidade), Fábio de Sá Barreto (eminente político que ocupou cargos de vereador, prefeito e deputado estadual), Antonio Machado Sant’Anna (jornalista), Onesio Motta Cortez (funcionário público dos Correios e jornalista), José da Silva Lisboa (fundador, com Onesio Cortez, do jornal *Diário de Notícias* e proprietário, em 1940, do jornal *A Tarde*), Capitão Joaquim Osório Junqueira (membro de tradicional família de Ribeirão Preto, político e fundador de vários jornais no interior, como *A Tarde*), Humberto Salomone (advogado, professor e jornalista), Dr. João Palma Guião (ex-prefeito de Ribeirão Preto e primeiro presidente da 12ª Subseção de Ribeirão Preto da OAB/SP), Dr. Antonio Alves Passig (médico, jornalista e professor universitário), Oswaldo da Silva Lisboa (jornalista e diretor do *Diário de Notícias* até 1943), Barrachini Junior (membro do núcleo integralista local), Daniel Kujawski (professor, dono de livraria e correspondente do jornal *Folha da Manhã*) e Costábile Romano (jornalista).

A articulação dos sujeitos acima mencionados revestia-se de relevância para o estabelecimento da problemática central da pesquisa, ou seja, a análise das construções políticas e ideológicas do anticomunismo em Ribeirão Preto (em sua articulação com movimentos mais amplos) nos jornais da cidade. Embora saibamos que as manifestações anticomunistas em Ribeirão Preto remontem a durações muito mais abrangentes que as balizas impostas pela campanha (especialmente entre as décadas de 1920 a 1960), compreendemos que o movimento promovido pelo CIRP destaca-se justamente por agregar diferentes aparelhos privados de hegemonia cívicos, os quais, tendo como porta-vozes frações intelectuais a serviço de projetos político-ideológicos discrepantes, encontraram como ponto de convergência e mecanismo de manifestação pública o combate ao “perigo vermelho”.

De acordo com a historiadora Virgínia Fontes, os aparelhos privados de hegemonia podem ser considerados a “vertebração” da sociedade civil, constituindo-se como associatividade voluntária sob distintos formatos. Embora os aparelhos (partidos e jornais, por exemplo) busquem revestir-se de uma aparente imparcialidade, apresentando-se enquanto expressões da “unidade nacional”, ou ainda como porta-vozes de uma neutralidade inexistente, são, na verdade, “formas organizativas que remetem às formas da produção econômica (a infraestrutura) e política (ao Estado), embora sua atuação seja eminentemente de cunho cultural” (FONTES, 2010, p. 134). O conjunto de tais aparelhos congrega igrejas, associações privadas, sindicatos, escolas, partidos, imprensa, dentre outros, cuja função é articular e garantir o consenso dos grupos subalternos frente à orientação social definida pelos grupos dominantes.

Ao tomarmos a direção rumo à análise do poder da imprensa em Ribeirão Preto entre 1930 e 1964, partindo de uma instituição política em particular (CIRP) e da associação histórica entre elementos das sociedades “política” e “civil”, esboçávamos o objetivo de desvelar uma complexa “rede” de interesses e posições arcaico modernizantes da burguesia, responsável por construir, através da atuação da (e na) imprensa, um projeto de classe em defesa do anticomunismo por meio de textos publicados nos jornais.



Todavia, com a descoberta de novas fontes, levantadas ao longo dos meses de julho e agosto de 2017 junto ao Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto (APHRP) e ao Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo (DEOPS-SP), distintas possibilidades foram abertas para a continuidade da pesquisa. Boa parte destas possibilidades concentra-se em uma figura peculiar: a do jornalista Antônio Machado Sant’Anna.

Importante personagem da imprensa interiorana, ingressou no jornalismo em 1925, no *Diário da Manhã* de Ribeirão Preto. Foi diretor da sucursal do *Diário de São Paulo* (1930-1970), diretor de *A Tarde* (1940-1955), diretor do *Diário da Manhã* (1955-1968), presidente do Centro de Imprensa de Ribeirão Preto (1936-1937), presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo – Setor Ribeirão Preto (1968-1969), fundador e diretor do *Rotary Clube* de Ribeirão Preto (1942-1958), vereador (1948-1951; 1952-1955), diretor do Departamento de Educação, Cultura e Turismo da Prefeitura de Ribeirão Preto (1960-1963), fundador e diretor do Clube dos 21 Irmãos Amigos de Ribeirão Preto (1964-1968), etc.

As fontes recém-levantadas podem ser sumariadas do seguinte modo: atas sobre a participação de Machado Sant’Anna em congressos estaduais, nacionais e interamericanos de municipalidades ao longo dos anos 1950 e 1960 (em cidades como Kentucky, New Orleans, Louisville, San Diego, Punta del Este, Campos do Jordão, dentre outras); dados biográficos, políticos, manuscritos e curriculares de Sant’Anna (os quais revelavam sua admiração por figuras como Assis Chateaubriand e Winston Churchill, por exemplo); filiação à associações classistas (como o Clube dos Antônio e Clube dos 21 Irmãos Amigos) e homenagens prestadas por instituições civis e políticas ao jornalista. Além disso, houve a localização de documentos elaborados pelo DEOPS nos quais havia menção a membros da família Sant’Anna, bem como das agitações e “subversões” ocorridas em Ribeirão Preto ao longo dos anos 1940, 1950 e 1960.

À luz do acima exposto, configuramos possibilidades para uma expansão qualitativa da pesquisa, visto que às fontes estritamente jornalísticas (de impacto direto ao público consumidor), serão acrescidas novas fontes, nas quais há indícios de vínculos e projetos que “escapavam” da visão do leitor comum (jogos de poder nos bastidores, projetos políticos e articulações ideológicas). Nesse sentido, procuraremos contornar, em um primeiro momento, a imprensa (peça-chave para a compreensão de parte da trajetória de Sant’Anna) não apenas enquanto fonte, mas também objeto da pesquisa. De acordo com Maria Helena Rolim Capelato, “para compreender a participação de um jornal na história, o pesquisador faz, de início, algumas indagações: quem são seus proprietários? A quem se dirige? Com que objetivos e quais os recursos utilizados na batalha pela conquista dos corações e mentes?” (CAPELATO, 1988, p. 13-14). Justamente a partir de dados preliminares, tem início o delineamento do perfil provisório do impresso tomado enquanto objeto da análise, extrapolando sua condição de mera fonte para sustentação do discurso historiográfico.

Em acréscimo às dimensões anteriormente expostas, é possível, conforme exposto por Raymond Williams, caracterizar os meios de comunicação como meios de produção, visto que “a comunicação e os seus meios materiais são intrínsecos a todas as formas distintamente humanas de trabalho e de organização social, constituindo-se assim em elementos indispensáveis tanto para as forças produtivas quanto para as relações sociais de produção” (WILLIAMS, 2011, p. 69-70). Portanto, as atenções da pesquisa também deverão levar em conta os vínculos entre os meios de comunicação (em nosso caso, os jornais), as forças produtivas ribeirãopretanas (frações classistas proletárias e dominantes) e certas relações sociais mais gerais (alianças políticas, formações sindicais, posicionamento de lideranças civis, dentre outros), atentando-nos às contradições gerais e particulares do período a ser analisado.

Como exemplo ilustrativo, podemos citar o caso da greve dos ferroviários da Companhia Mogiana de Ribeirão Preto, iniciada em fevereiro de 1948.

O jornal *A Tarde*, naquele momento sob direção de Antônio Machado Sant’Anna, tomou posição a respeito do movimento grevista por meio da coluna de Sebastião Moraes, intitulada





“A greve”. O texto advertia os leitores que “pelos boletins subversivos espalhados em profusão, concitando os operários de outras organizações a aderirem ao movimento, vê-se claramente que há em todo esse levante um dedo interessado em promover desacordos e rixas” (*A Tarde*, 09/06/1948, APHRP). Além disso, informava sobre a existência de “profissionais” insuflando o movimento. “O motivo declarado para justificar a greve é apenas um meio usado pelos eternos provocadores de atritos entre patrões e empregados, para alcançarem o fim colimado que é sempre a anarquia, o desmantelamento de governos e a dificuldade de vida” (Idem).

De acordo com o pesquisador Sebastião Geraldo, algumas das principais demandas dos trabalhadores seriam o aumento geral de CR\$ 500,00 nos salários, a instalação de refeitórios e ambulatórios nas localidades com maior número de empregados e o pagamento dos “dias santos” e feriados (e quando houvesse necessidade de trabalho nestes dias, fossem as horas trabalhadas compensadas como horas-extras) (GERALDO, 1990, p. 109). Ainda conforme Geraldo, os ferroviários da companhia estavam submetidos a uma degradante condição socioeconômica, por conta dos baixíssimos (e muitas vezes, atrasados) salários, sendo apelidados pelas ruas da cidade como “mendigos de gravata”.

A greve logo despertou a atenção do Departamento Estadual de Ordem Política e Social, como demonstra o relatório “A situação dos ferroviários da Mogiana e as atividades de elementos comunistas junto aos mesmos”, de abril de 1948, no qual consta a informação de que alguns operários chegavam a utilizar o termo “fome” para descrever a situação de penúria pela qual passavam. Para o autor do documento (identificado apenas pela letra “E”)

o operário que vive exclusivamente do salário e perturba a produção, falta ao trabalho, etc., logicamente passará fome. Mas esta “fome” provocada pelos comunistas é uma incoerência, pois, forçam os mesmos operários a fazerem o que já relatei (faltar ao serviço) e depois tomam as dores dos estúpidos trabalhadores que não percebem a manobra, obedecem cegamente e não vão para o trabalho. Preferem passar fome do que trabalhar, provocando assim a baixa produção e aumentando realmente a miséria. São planos sórdidos dos comunistas que afetam todas as classes, e, assim, também preparam os espíritos desprevenidos para a revolta do País (DEOPS, pasta 784, p. 313-314).

Para “E”, a miséria existente no meio operário não seria anterior ao movimento grevista, mas sim posterior ao mesmo. As dificuldades sofridas pelos ferroviários seriam, em última instância, decorrências de suas próprias escolhas, ou seja, da adesão à greve, traduzida como mero estratégia comunista para desestabilização da produção e do país (uma postura bastante próxima da sustentada pelo jornal *A Tarde*).

Com o passar dos dias e o prosseguimento da greve, as ameaças da polícia local para que os manifestantes voltassem ao trabalho tornavam-se mais incisivas. As estratégias adotadas pelas classes dominantes traziam consigo os contornos de uma sugestiva “ampliação dos vínculos estatais”, visto que o então delegado da Ordem Política e Social, Bolívar Barbanti, ampliava o potencial de seus discursos por meio da ferramenta jornalística, como na nota “Ao operariado ribeirão-pretano e principalmente aos ferroviários da Mogiana”, publicada pelo *Diário da Manhã* em 27 de fevereiro de 1948, na qual alertava aos leitores que “o comunismo é como o canto da sereia que acaba levando a sua vítima para o fundo do mar e portanto matando-a”, ao passo que “o governo de nossa pátria quer dar e pode dar ao operariado todas as vantagens que lhes vem sendo oferecidas pelos comunistas, mas para tanto, necessário se torna que a nação não encontre obstáculo para sua marcha de progresso” (*Diário da Manhã*, 27/02/1948, APHRP).

Os instrumentos coercitivos aplicados aos grevistas, contudo, não se limitavam às ameaças e desaprovações difundidas pelo discurso jornalístico, como nos mostra Clemente José da Silva, antigo ferroviário, ligado ao PCB e um dos articuladores da greve em Ribeirão Preto: “me prenderam, eu tava liderando o movimento. [...] Levaram nós para São Paulo e lá fiquei





preso muito tempo. Apanhamos bastante, se você soubesse o que eles falavam pra gente lá...” (GERALDO, 1990, p. 115). “Fui afastado seis anos do emprego, perdi um pedaço do pulmão, seis anos afastado. [...] Eu não tinha pra onde ir, eu tinha família, filhos pequenos. Muitos companheiros sumiram, outros tiveram melhor sorte” (Idem).

O caso da greve da Companhia Mogiana configura-se como exemplo das possibilidades analíticas inerentes à trajetória de determinado sujeito histórico. O universo no qual Machado Sant’Anna estava (direta ou indiretamente) inserido lhe possibilitou tecer conexões para além de Ribeirão Preto, como na participação do programa *Sister Cities*, articulado pela *United States Information Agency* (USIA). O programa visava, basicamente, o estabelecimento de vínculos entre duas cidades (geralmente, uma brasileira e outra norte-americana). Segundo o pesquisador Fernando Santomauro, após o estabelecimento de um acordo entre as duas administrações municipais envolvidas, “eram criados os comitês municipais em cada cidade, com representantes da sociedade civil, como comunidade estrangeira, associações culturais e entidades privadas, que estabeleciam o rol das atividades conjuntas entre as cidades” (SANTOMAURO, 2015, p. 286-287).

Por sua vez, a USIA possuía no Brasil postos locais da agência, os USIS (*United States Information Services*), escritórios nos quais, geralmente, um agente de relações públicas chefiava uma equipe “com pelo menos um agente de informação e um agente de relações culturais, que disseminavam as mensagens americanas ao público brasileiro de acordo com as instruções de Washington, mesclando propaganda e entretenimento” (Ibidem, p. 27). Os materiais propagandísticos (textos, charges, notícias) produzidos pelos USIS eram veiculados pelo jornal *Diário da Manhã*, de Machado Sant’Anna, durante as décadas de 1950 e 1960.

Sant’Anna também ganhou notoriedade pela participação em congressos municipalistas. Nessas ocasiões, estabelecia vínculos com relevantes figuras dos âmbitos político e empresarial, ligados ao que René Armand Dreifuss chamou de “estrutura política do capital multinacional e seus interesses associados” (DREIFUSS, 1981, p. 71). Como exemplo, citemos o deputado Cunha Bueno, rico proprietário de terras, diretor da Willys do Brasil, ligado ao IPES e um dos idealizadores da “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, em São Paulo (Ibidem, p. 297-298).

Em participação no “X Congresso Interamericano de Municípios”, realizado em Louisville (EUA), em outubro de 1964, o deputado Bueno tomou a iniciativa de apresentar uma moção assinada pela delegação brasileira (que incluía Sant’Anna), na qual considerava que a “influência perniciosa e desagregadora da infiltração comunista nas administrações municipais acarreta prejuízos e perturbações nas suas normais atividades administrativas e políticas” (Fundo Sant’Anna, APHRP), e que a “comunização” da América Latina esteve prestes a dominar o Brasil, “que acaba de oferecer ao mundo democrático esplêndida demonstração de seu espírito cristão, permitindo o triunfo da Revolução de 31 de março último, mercê da qual foi restabelecido no País o princípio de autoridade e revigoradas as instituições democráticas” (Idem).

As evidências até aqui apresentadas permitem o esboço de um complexo emaranhado de relações de poder, não mais recônditos às dimensões regionais, mas sim articulados aos interesses mais amplos das classes detentoras do poder. Os paradoxos e as peculiaridades que envolveram a trajetória de Machado Sant’Anna configuram um relevante arcabouço para a elucidação dos embates de um período atravessado pela difusão do anticomunismo. Tarefa mais complexa, como advertiu Rodrigo Patto Sá Motta, é saber de que maneira as motivações anticomunistas em questão foram mobilizadas entre instrumentalizações (ou manipulações) e genuínas convicções dos sujeitos envolvidos, jamais apartados da ideia de que para compreender tal processo “é preciso analisar as conjunturas históricas específicas, pois a riqueza inerente a cada caso singular se perderia em uma abordagem excessivamente generalizadora” (MOTTA, 2002, p. 24).



Embora não postulemos o abandono das fontes jornalísticas levantadas ao longo dos últimos anos (notícias, colunas e charges veiculadas por *A Cidade*, *Diário da Manhã*, *A Tarde* e *Diário de Notícias*, entre as décadas de 1930 e 1960), cremos ser frutífero o acréscimo das documentações acima citadas, as quais nos possibilitarão adotar a figura de Machado Sant’Anna como “fio condutor” de uma análise que, embora não nos leve rumo ao campo das biografias, consiga dar conta dos bastidores, relações de força e conexões existentes em uma conjuntura político-ideológica efervescente. A partir de tais desdobramentos, é possível que estruturaremos hipóteses preliminares que mudarão e enriquecerão os contornos analíticos do objeto, por meio da análise das ações de determinados sujeitos e organizações defensores de aproximações diplomáticas junto aos Estados Unidos, mapeando, também, suas estratégias diante do golpe de 1964.

### Referências Bibliográficas

CAPELATO, Maria Helena Rolim. *A imprensa na história do Brasil*. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis (RJ): Vozes, 1981.

FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história*. 3ª ed. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.

GERALDO, Sebastião. *Comunicação oral: o resgate da memória proletária em Ribeirão Preto*. Dissertação de Mestrado em Ciências da Comunicação. Escola de Comunicação e Artes. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1990.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o “perigo vermelho”: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva, 2002.

SANTOMAURO, Fernando. *A atuação política da Agência de Informação dos Estados Unidos no Brasil (1953-1954)*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015.

WILLIAMS, Raymond. *Cultura e materialismo*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.



## ANEXOS

## CARTAZ DO VI SIMPÓSIO DE PESQUISA ESTADO E PODER

**VI SIMPÓSIO DE PESQUISA  
ESTADO E PODER**  
Estado, Poder e Revoluções

**DE 11 A 14  
SETEMBRO DE 2017**

▶ Evento de âmbito nacional  
**UNIOESTE - Câmpus Marechal  
Cândido Rondon - PR**

**PROGRAMAÇÃO**

**11/9/2017 - 2ª FEIRA**  
19:30 - Mesa Redonda: Abertura 100 anos da Revolução Russa. **ARUA SILVA DE LIMA (UFPA), FELIPE DEMIEN (UERJ), ANDERSON PRADO (UFPA)**

**12/09 - 3ª Feira**  
09:30 - Mesa Redonda: Revolução e Poder Revolucionário. **MARION BRÉPHOL (UFPR), CLAUDIA MONTEIRO (UNIOESTE)**  
19:00 - Mesa Redonda: Lutas Revolucionárias e Repressão no Brasil. **SURELINO COELHO (UEFS), PATRICIA MENCHI (UNILA), ALUIZIO PALMAR (JORNALISTA E MILITANTE DA RESISTÊNCIA À DITADURA)**

**CONFIRA A PROGRAMAÇÃO COMPLETA E INSCREVA-SE NO SITE:  
MIDAS.UNIOESTE.BR/SCEV/EVENTOS/VI-SEP**

**13/09 - 4ª FEIRA**  
09:30 - Mesa Redonda: Revolução Burguesa e Autoridade no Brasil. **DAVID MACIEL (UFPA), SELSON ROZENTINO DE ALMEIDA (UERJ), ALESSANDRA GASPAROTTO (UFPEL)**  
19:00 - Mesa Redonda Estado e Movimentos Sociais. **DÉBORA MARIA DA SILVA, VERA LUCIA GONZAGA DOS SANTOS (REPRESENTANTES DO MOVIMENTO "MÃES DE MAIO" - SPI)**

**14/09 - 5ª FEIRA**  
09:30 - Mesa Redonda Revoluções, Movimentos e Projetos Revolucionários. **JORGE FERNANDEZ (UFMS), ELIEL MACHADO (UEL), FREDERICO BARTZ (UFROS)**  
19:00 - Conferência de Encerramento: Imperialismo e Revolução – ontem e hoje. **VIRGINIA FONTES (UFF / FIDORJZ)**

Todas as tardes: sessões de comunicação acadêmica. Inscreva seu trabalho. haverá projeção de filmes, atividades culturais e lançamento de livros e revistas.

**PROMOÇÃO**

- Linha de Pesquisa Estado e Poder – Programa de Pós-Graduação em História, Poder e Práticas Sociais
- Grupo de Pesquisa História e Poder Colegiado do Curso de História
- Laboratório de Pesquisa Estado e Poder

**Este evento é dedicado à  
memória de Lucas Patschiki**

**FINACIAMENTO**

**UNIOESTE**  
Câmpus de Marechal Cândido Rondon  
Rua Pernambuco, 1777 - Marechal Cândido Rondon - Paraná

**CNPq**  
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

**CAPEs**





## PROGRAMAÇÃO GERAL

### VI SIMPÓSIO DE PESQUISA ESTADO E PODER **Estado, Poder e Revoluções**

11/09 – SEGUNDA-FEIRA	
19h–19h30	Cerimônia de Abertura
19h30–22h00	Mesa redonda <b>100 anos da Revolução Russa</b> . Debatedores: Aruã Silva de Lima (UFAL), Felipe Demier (UERJ), Anderson Prado (IFPR)
12/09 – TERÇA-FEIRA	
8h-8h30	Programação Cultural. Local: Auditório 1 - Tribunal do Júri
8h30-12h00	Mesa Redonda <b>Lutas Revolucionárias e Repressão no Brasil</b> . Local: Auditório 1 – Tribunal do Júri. Debatedores: Eurelino Coelho (UEFS), Patrícia Mecchi (UNILA), Alessandra Gasparotto (UFPEL)
13h30-15h15	Sessão de Comunicações Acadêmicas. Local: Bloco I - 1º Piso (sessões paralelas)
15h30-17h15	Sessão de Comunicações Acadêmicas. Local: Bloco I - 1º Piso (sessões paralelas)
18h30-19h	Lançamento de Livros e Revistas. Local: Auditório 1 – Tribunal do Júri
19h-22h	Mesa Redonda <b>Revolução e Paixão Revolucionária</b> . Local: Auditório 1 – Tribunal do Júri. Debatedores: Marion Brephol (UFPR), Aluizio Ferreira Palmar (jornalista), Claudia Monteiro (UNIOESTE)
13/09 – QUARTA-FEIRA	
8h-8h30	Programação Cultural. Local: Auditório 1 – Tribunal do Júri
8h30-12h00	Mesa Redonda <b>Revolução Burguesa e Autocracia no Brasil</b> . Local: Auditório 1 – Tribunal do Júri. Debatedores: David Maciel (UFG), Gelsom Rozentino de Almeida (UERJ),
13h30-15h15	Sessão de Comunicações Acadêmicas. Local: Bloco I - 1º Piso (sessões paralelas)
15h30-17h15	Sessão de Comunicações Acadêmicas. Local: Bloco I - 1º Piso (sessões paralelas)
18h30-19h	Lançamento de Livros e Revistas. Local: Auditório 1 – Tribunal do Júri
19h-22h	Mesa Redonda <b>Estado e Movimentos Sociais</b> . Local: Auditório 1 – Tribunal do Júri. Debatedoras: Débora Maria da Silva & Vera Lúcia Gonzaga dos Santos – Representantes do Movimento “Mães de Maio” (SP)
14/09 – QUINTA-FEIRA	
8h-8h30	Programação Cultural. Local: Auditório 1 – Tribunal do Júri
8h30-12h00	Mesa Redonda <b>Revoluções, Movimentos e Projetos Revolucionários</b> . Local: Auditório 1 – Tribunal do Júri. Debatedores: Jorge Fernandez (UFMS), Eliel Machado (UEL), Frederico Bartz (UFRGS)
13h30-15h15	Sessão de Comunicações Acadêmicas. Local: Bloco I - 1º Piso (sessões paralelas)
15h30-17h15	Sessão de Comunicações Acadêmicas. Local: Bloco I - 1º Piso (sessões paralelas)
19h-22h	Conferência de Encerramento <b>Imperialismo e Revolução – Ontem e Hoje</b> . Local: Auditório 1 – Tribunal do Júri. Conferencista: Virgínia Fontes (UFF/FIOCRUZ)

### PROGRAMAÇÃO DAS COMUNICAÇÕES

**DIA 12/09 – TERÇA-FEIRA – 13:30 ÀS 15:15**

#### Sessão 01. Sala 07. Brasil: anos recentes

*Neodesenvolvimentismo, Neoliberalismo e crise política*. Marco Antonio Bestetti Paccola (UNICAMP)

*Políticas Públicas e concepção de Estado*. Joceli de Fatima Arruda Souza (UNIOESTE)

*Políticas de desenvolvimento social no Brasil: uma análise do reformismo frente as concepções teóricas de Rosa Luxemburgo*. Gabriel Pancera Aver (UNILA)

*Notas Sobre a Reorganização da Esquerda no Brasil – A necessidade do partido político*. Lauro Luis Borges Junior (IFSUL).

Coordenação: Rodrigo Ribeiro Pazziani

#### Sessão 02. Sala 08. Classes Dominantes Agrárias

*Perfil e representatividade dos dirigentes da Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul*. Alessandra Gasparotto (UFPEL)

*A reocupação de Cascavel e a criação da Coopavel como espaço de organização da classe proprietária e de viabilização das políticas de estado para o campo regional*. Irene Spies Adamy (UNIOESTE).

*A constituição da classe burguesa agrária e a luta dos trabalhadores do campo: a relação entre hegemonia e poder e o modelo desenvolvimentista do campo brasileiro*. Ana Cristina Hammel dos Passos (UFFS)

*Modernização Conservadora, Concentração Fundiária e Êxodo Rural: contradições de uma microrregião no Oeste do Paraná*. Marcos Alexandre Smaniotto (SEED)

Coordenação: Marcos Alexandre Smaniotto

#### Sessão 03. Sala 11. Trabalho, Trabalhadores, Sindicatos



*Movimentos grevistas no Paraná no pré-Golpe de 1964: o caso dos padeiros.* Nicolas Pacheco (UNIOESTE)

*As primeiras Greves dos Professores/as do Paraná.* Odirlei Manarin (UNIOESTE)

*História da APP: sindicato e suas posturas nos enfrentamentos.* Ivanor Mann de Souza (SEED)

*Trabalhadores haitianos na cidade de Cascavel-PR (2010-2016).* Joselene Ieda dos Santos (UNIOESTE)

Coordenação: Odirlei Manarin

#### Sessão 04. Sala 12. Ditadura e Resistência no Oeste do Paraná

*Resistência à ditadura militar no Oeste paranaense: Inflexão e atuação das Igrejas Católica e Luterana.* Maria José Castelano (PUCSP/UNIOESTE)

*Os Grupos dos Onze no Paraná.* Luana Milani Pradela (UNIOESTE)

*Relatórios e radiogramas de Operação Militar da 1ª/13ª RI: alguns apontamentos em torno da Operação Três Passos.* Leomar Rippel (UNIOESTE).

*Marechal Cândido Rondon durante a ditadura civil-militar brasileira: reflexões iniciais.* Edina Rautenberg (UNIOESTE).

Coordenação: Maria José Castelano

**DIA 12/09 – TERÇA-FEIRA – 15:30 ÀS 17:15**

#### Sessão 05. Sala 07. Intelectuais, Direita e Hegemonia

*O velho e o novo polemismo na imprensa brasileira: dos periódicos impressos aos blogs de internet.* Alexandre Blankl Batista (UNIOESTE).

*Reinaldo Azevedo e a produção do Discurso Anticomunista sob a forma do Antipetismo.* Julius Daltoé (UNIOESTE)

*A ideologia burguesa de transição nas Diretas Já (1983-1985): passivização social e a manutenção da transição conservadora no Brasil.* Samuel Fernando da Silva Júnior (UNIOESTE)

*O nacionalismo e o papel do estado: usos e adaptações conceituais pelo partido de extrema direita Front National.* Guilherme Ignácio Franco de Andrade (PUCRS).

Coordenação: Alexandre Blankl Batista

#### Sessão 06. Sala 08. História e Literatura

*Rodolfo Walsh entre a resistência e a intransigência.* Denise Scolari Vieira (UNIOESTE)

*Os significados da participação na Segunda Guerra Mundial no livro autobiográfico “A saga de um gaúcho obstinado”: autobiografia, subjetividade e história.* Andrey Tironi da Silva (UNIOESTE)

*A “Polícia Mineira” da Baixada Fluminense: Os Esquadrões da Morte do início dos anos 80 na obra de Percival de Souza.* Rafael Freitas Ocanha (PUCSP)

Coordenação: Márcio Both da Silva

#### Sessão 07. Sala 11. Trabalhadores, Sindicatos e Movimentos

*A autonomia do Movimento dos Trabalhadores de Goiás entre 1978 e 1985.* Isabella de Faria Bretas (UFG)

*Militarismo, Sindicalismo e trabalhadores na Itaipu: as organizações sindicais no canteiro de obras do Brasil e Paraguai (1985 – 1989).* Valdir Sessi (UNIOESTE)

*Trabalhadores da Construção Civil: trabalho e luta (Porto Camargo-PR, décadas de 1980 a 2000).* Mateus Araújo Rafael da Silva (UNIOESTE).

*Pressões e Protagonismos na trajetória de trabalhadores de Marechal Cândido Rondon – Paraná (2000-2016).* Saionara Lagos (UNIOESTE).

Coordenação: Valdir Sessi

**DIA 13/09 – QUARTA-FEIRA – 13:30 ÀS 15:15**

#### Sessão 08. Sala 07. Marxismo, Teoria e Revolução

*Estado e transição socialista.* Helder Gomes (UEFS)

*A Revolução latino-americana em José Carlos Mariátegui.* Gilberto Calil (UNIOESTE)

*As lumpen-burguesias latino-americanas e o pensamento de André Gunder Frank.* Raphael Lobo Duarte Batista Teixeira (UNILA)

*Elementos teóricos básicos para uma análise da industrialização latino-americana pela perspectiva da teoria marxista da dependência.* Geraldo Augusto Pinto (UFTPR)

Coordenação: Gilberto Grassi Calil

#### Sessão 09. Sala 08. Conflitos Agrários, século XIX – Brasil e Argentina

*Terras indígenas e conflitos agrários no Sul do Brasil (1860-1889).* Márcio Antonio Both da Silva (UNIOESTE)

*Os livres pobres e as estratégias de posse e uso da terra em Guarapuava (1840-1889).* Fábio Pontarolo (UFFS)





*Campos que se fecham, direitos que se disputam: conflitos agrários nos processos judiciais relativos ao cercamento de terras na Fronteira Oeste (Uruguaiana), 1870-1910: primeiras notas.* Gunter Tlajja Leipnitz (UNIPAMPA)

*Construcción e deconstrucción de la alteridad como estrategia de consolidación del poder estatal: “Índios muertos, negros invisibles” en Santiago del Estero.* Oscar Humberto Gallardo (IIISPP2-Santiago del Estero, Argentina)  
Coordenação: Márcio Antonio Both da Silva

#### Sessão 10. Sala 11. Ditadura, repressão e resistência

*Terrorismo de Estado e Universidades.* Veridiana Bertelli Ferreira de Oliveira (UNIOESTE)

*Movimento estudantil em Curitiba: organização, resistência e repressão.* Andréa Zaparte (SEED)

*Anos de Chumbo no Brasil! A história da luta armada em tempos de repressão.* Taylan Santana Santos (UNEB)

*Chacina no Parque Nacional do Iguaçu: revisitando fontes.* Débora Campani Chagas (UNIOESTE)

Coordenação: Veridiana de Oliveira

#### Sessão 11. Sala 12. Educação e Ensino de História

*Estado, democracia e políticas sociais: reflexões sobre o processo de democratização do ensino brasileiro.* Gabriel de Abreu Gonçalves Paiva (FAG / UNIOESTE)

*Mudanças organizacionais do trabalho e seus impasses na esfera educacional.* Paloma Mariano Caetano (UNIOESTE)

*Ditadura no Ensino e na Mídia.* Amanda Luísa Kunast Krummenauer (UNIOESTE)

*A educação estética como possibilidade de emancipação sociopolítica.* Victor Hugo de Oliveira Pinto (UFF).

Coordenação: Gabriel Paiva

**DIA 13/09 – QUARTA-FEIRA – 15:30 ÀS 17:15**

#### Sessão 12. Sala 07. História e Imprensa

*A extensão do Grupo Globo: de TV à editora.* Ricardo Krupiniski (UNIOESTE)

*Veja e a cobertura jornalística sobre o colapso da URSS.* Sabrina Rodrigues Marques (UFMS)

*O discurso da mídia brasileira acerca da corrupção: o caso da Lava Jato.* Débora Canguçu Rey (UNIOESTE)

Coordenação: Ricardo Krupiniski

#### Sessão 13. Sala 08. História e Mulheres

*Mulheres livres e a experiência de emancipação feminina durante a Revolução Espanhola.* Talita Sobrinho da Silva (UNIOESTE).

*O sexismo na legislação brasileira: uma análise histórica.* Gabrieli de Oliveira Prates (UNIOESTE)

*Mulheres militantes: memórias que não se apagam.* Liliane Cristina Soares Sousa (UNIOESTE).

Coordenação: Liliane Cristina Soares Sousa

#### Sessão 14. Sala 11. Luta pela Terra (2)

*O Campo em Contraste Expansão das Commodities e os Impactos Sobre a Estrutura Agrária no Sudoeste do Paraná (1975/2006).* Ricardo Callegari (UNIOESTE) e Elisandra Aparecida de Campos (UNIOESTE)

*Breve balanço historiográfico sobre a Revolta dos Posseiros de 1957.* Ederson Fernando Milan dos Santos (UEM)

*Construção das Identidades Sem Terra em Quedas do Iguaçu - PR (1999-2014).* Barbara Nagae.

Coordenação: Ricardo Callegari

#### Sessão 15. Sala 12. Estado, Embates Políticos e Políticas Públicas

*O Estado Ampliado como ferramenta metodológica de análise das relações políticas em Chapecó – SC na década de 1960.* Arthur Carpenedo Andreani (UNIOESTE)

*Campo Mourão: colonização, propriedade e sentidos identitários.* Ana Karolline Biavati Pagon (UNIOESTE)

*A omissão do Estado: a vulnerabilidade das pessoas transgêneras.* Luiz Augusto Mugnai Vieira Júnior (UNESP)

Coordenação: Arthur Carpenedo Andreani

**DIA 14/09 – QUINTA-FEIRA – 13:30 ÀS 15:15**

#### Sessão 16. Sala 07. Ditadura, memória e verdade

*A pesquisa e o conhecimento social sobre ditadura: distintas realidades.* Carla Luciana Silva (UNIOESTE)

*CNV brasileira e suas (in)determinações: o discurso jurídico/político na constituição da verdade, da memória e da resistência.* Marco Aurélio Morel (UNIOESTE)

*Verdade, Memória e temporalidades: uma reflexão sobre a Audiência Pública da Comissão da Verdade em Cascavel-PR.* Marcelo Hansen Schlachta (UNIOESTE)

Coordenação: Carla Luciana Silva



**Sessão 17. Sala 08. Trabalho e Trabalhadores**

*Inquietações de uma pesquisa: o Poder Judiciário e os operadores do Direito na sociedade cearense (1890 - 1940).* Lucas Pereira de Oliveira (UNIOESTE)

*Entre o legal/ilegal e o formal/informal: capital e trabalhadores no comércio varejista no Paraguai.* Cintia Fiorotti Lima (SEED-PR)

*O Fazer-se Estado nas Fronteiras: um estudo das relações entre trabalhadores fronteiriços e agentes estatais nos limites do Brasil.* Eric Gustavo Cardin (UNIOESTE).

*O lazer de classe na representação da imprensa de Santa Helena e na memória da classe.* Lucineia Fagnani (SEED)

Coordenação: Cíntia Fiorotti Lima

**Sessão 18. Sala 11. Luta pela Terra (1)**

*A Revolução Proletária e Camponesa no Brasil: o PCB e o “Manifesto de Janeiro de 1948”.* Vagner José Moreira (UNIOESTE).

*Experiência social de luta pela terra: sujeito e conflito no assentamento Valmir Mota, em Cascavel.* Cíntia Valéria de Mello (UNIOESTE)

*Religião, política e lutas de terra no Oeste Paranaense: Análise da trajetória de Gernote Kirinus (1970-1990).* Fabiana Chaparini (UNIOESTE)

*A Comissão Pastoral da Terra nas páginas do boletim Poeira (1978-1987).* Hiolly Januário de Souza (UNIOESTE).

Coordenação: Vagner José de Souza

**Sessão 19. Sala 12. Estado e Políticas Públicas**

*Pessoas em situação de rua: resgate de historicidade e (re)significação de identidades.* Poliane Brunetto (UNIOESTE)

*Políticas públicas de ação afirmativa para a população negra na cidade de Uberlândia: uma reflexão sobre os anos de 1980.* Janaína Jácome dos Santos (UFU)

*O projeto de uma Boa Vista moderna: uma etnografia sobre o apagamento dos monumentos históricos.* Cristiane Bade (UFPE).

Coordenação: Paulo José Koling

**DIA 14/09 – QUINTA-FEIRA – 15:30 ÀS 17:15**

**Sessão 20. Sala 07. Ditadura, Cultura e Repressão**

*Ditadura, capitalismo e produção cinematográfica no Brasil: poder e hegemonia, experiências estéticas e embates sociais (1964-1984).* Rodrigo Ribeiro Paziani (UNIOESTE)

*Relações de poder: a grande imprensa e a censura durante a ditadura militar no Brasil.* Camila Torres de Souza (UEL)

*A ditadura militar e o genocídio dos povos indígenas: Análise do relatório Figueiredo e das políticas de desenvolvimento.* Maicon Guilherme da Silva (UEL)

Coordenação: Rodrigo Ribeiro Paziani

**Sessão 21. Sala 08. História e Imprensa Regional**

*Imprensa, anticomunismo e projetos de classe em Ribeirão Preto: desdobramentos analíticos sobre a atuação de Antônio Machado Sant’Anna nas décadas de 1950-1960.* Yuri Araújo Carvalho (UNIOESTE)

*Ensaio da Resistência: jornal O Combate, a voz solitária.* Layse Pereira Soares do Nascimento (UNICENTRO)

*O direito constitucional de greve e a divulgação midiática de Ponta Grossa.* Suzana Maria Bertmeyer (UEPG)

Coordenação: Yuri Araújo Carvalho

**Sessão 22. Sala 11. Estados Unidos: Literatura, Cinema, Cartum**

*O sentido do trabalho sob o capitalismo monopolista: Sherwood Anderson nos Estados Unidos do início do século XX.* Lucas André Berno Kölln (UNIOESTE)

*Cinema de horror e o conservadorismo estadunidense na década de 1980.* Rodrigo Cândido da Silva (UFSC)

*Uma crítica mordaz à política externa dos EUA durante o governo Bush (2001-2009) por meio das charges de Carlos Latuff.* Rozinaldo Miani (UEL)

Coordenação: Lucas Kölln

**Sessão 23. Sala 12. Política, Democracia e Revolução**

*Contribuições de Rosseau e Hobbes no contexto dos direitos humanos.* Juliana Elis dos Santos Hoffmann (UNIOESTE)

*Os limites da democracia no pensamento político da anarquista Emma Goldman.* Francioli Bagatin (UNIOESTE)

*Preobrazhensky e a oposição de esquerda na década de 20 na URSS.* Rebecca de Oliveira Freitas (UFF)

Coordenação: Claudia Monteiro